ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLX Nº 91 Brasília - DF, segunda-feira, 16 de maio de 2022 SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Poder Executivo 2
Presidência da República 5
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 6
Ministério da Cidadania 15
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações 16
Ministério das Comunicações 16
Ministério da Defesa 22
Ministério do Desenvolvimento Regional 22
Ministério da Economia 22
Ministério da Educação 30
Ministério da Infraestrutura 31
Ministério da Justiça e Segurança Pública 37
Ministério do Meio Ambiente 44
Ministério de Minas e Energia 52
Ministério da Saúde 63
Ministério do Trabalho e Previdência 102
Ministério do Turismo 107
Banco Central do Brasil 113
Ministério Público da União 124
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 125

.....Esta edição é composta de 128 páginas .....

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Julgamentos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.148 **(1)**

ORIGEM : 6148 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
REDATOR DO ACÓRDÃO : MIN. ANDRÉ MENDONÇA
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
AM. CURIAE. : INSTITUTO SAÚDE E SUSTENTABILIDADE
ADV.(A/S) : HELIO WICHER NETO (306272/SP)
ADV.(A/S) : LEO VINICIUS PIRES DE LIMA (183137/SP)
ADV.(A/S) : PATRICIA BIANCHIM DE CAMARGO (158584/SP)
AM. CURIAE. : INSTITUTO ALANA
ADV.(A/S) : THAIS NASCIMENTO DANTAS (377516/SP)
ADV.(A/S) : PEDRO AFFONSO DUARTE HARTUNG (329833/SP)
ADV.(A/S) : ANGELA MOURA BARBARULO (186473/SP)
ADV.(A/S) : DANILO FERREIRA ALMEIDA FARIAS (56116/BA)

Decisão: Após o voto da Ministra Cármen Lúcia (Relatora), que conhecia da ação direta de inconstitucionalidade e julgava procedente o pedido formulado para declarar a incompatibilidade das normas questionadas com os princípios constitucionais de segurança e proteção eficiente ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, sem pronúncia de nulidade da Resolução CONAMA n. 491/2018, apenas para determinar ao Conselho Nacional do Meio Ambiente que, nos termos do pedido formulado, edite norma com suficiente capacidade protetiva do meio ambiente, especialmente no que se refere a prazos a serem atendidos e a providências de fiscalização e controle pelos entes competentes, no prazo máximo de doze meses; e dos votos dos Ministros André Mendonça e Nunes Marques, que conheciam da ação direta e a julgavam improcedente, o julgamento foi suspenso. Falaram: pelo requerente, o Dr. Antônio Augusto Brandão de Aras, Procurador-Geral da República; pela Advocacia-Geral da União, a Dra. Izabel Vinchon Nogueira de Andrade, Secretária-Geral de Contencioso da Advocacia-Geral da União; pelo *amicus curiae* Instituto Saúde e Sustentabilidade, o Dr. Hélio Wicher Neto; e, pelo *amicus curiae* Instituto Alana, a Dra. Angela Moura Barbarulo. Presidência do Ministro Luiz Fux. Plenário, 4.5.2022.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.148 **(2)**

ORIGEM : 6148 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
REDATOR DO ACÓRDÃO : MIN. ANDRÉ MENDONÇA
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
AM. CURIAE. : INSTITUTO SAÚDE E SUSTENTABILIDADE
ADV.(A/S) : HELIO WICHER NETO (306272/SP)
ADV.(A/S) : LEO VINICIUS PIRES DE LIMA (183137/SP)
ADV.(A/S) : PATRICIA BIANCHIM DE CAMARGO (158584/SP)
AM. CURIAE. : INSTITUTO ALANA
ADV.(A/S) : THAIS NASCIMENTO DANTAS (377516/SP)
ADV.(A/S) : PEDRO AFFONSO DUARTE HARTUNG (329833/SP)
ADV.(A/S) : ANGELA MOURA BARBARULO (186473/SP)
ADV.(A/S) : DANILO FERREIRA ALMEIDA FARIAS (56116/BA)

Decisão: Após o voto da Ministra Cármen Lúcia (Relatora), que conhecia da ação direta de inconstitucionalidade e julgava procedente o pedido formulado para declarar a incompatibilidade das normas questionadas com os princípios constitucionais de segurança e proteção eficiente ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, sem pronúncia de nulidade da Resolução CONAMA n. 491/2018, apenas para determinar ao Conselho Nacional do Meio Ambiente que, nos termos do pedido formulado, edite norma com suficiente capacidade protetiva do meio ambiente, especialmente no que se refere a prazos a serem atendidos e a providências de fiscalização e controle pelos entes competentes, no prazo máximo de doze meses; e dos votos dos Ministros André Mendonça e Nunes Marques, que conheciam da ação direta e a julgavam improcedente, o julgamento foi suspenso. Falaram: pelo requerente, o Dr. Antônio Augusto Brandão de Aras, Procurador-Geral da República; pela Advocacia-Geral da União, a Dra. Izabel Vinchon Nogueira de Andrade, Secretária-Geral de Contencioso da Advocacia-Geral da União; pelo *amicus curiae* Instituto Saúde e Sustentabilidade, o Dr. Hélio Wicher Neto; e, pelo *amicus curiae* Instituto Alana, a Dra. Angela Moura Barbarulo. Presidência do Ministro Luiz Fux. Plenário, 4.5.2022.

Decisão: O Tribunal, por maioria, conheceu da ação direta de inconstitucionalidade, julgou-a improcedente e, (a) A partir da análise das teses trazidas na inicial,em cotejo com a jurisprudência desta Corte, declarou ser**ainda constitucional**a Resolução CONAMA 491/2018; (b) Não obstante, em que pese não haver vício de inconstitucionalidade,**determinou**que, no prazo de vinte e quatro meses a contar da publicação do presente acórdão, o CONAMA edite nova resolução sobre a matéria, a qual deverá levar em consideração:***(i)***as atuaisorientações da Organização Mundial da Saúde sobre os padrões adequados da qualidade do ar;***(ii)***a realidade nacional e as peculiaridades locais; bem como***(iii)***os primados da livre iniciativa, do desenvolvimento social, da redução da pobreza e da promoção da saúde pública; (c) Por fim, decorrido o prazo de vinte e quatro meses acima concedido, sem a edição de novo ato que represente avanço material na política pública relacionada à qualidade do ar, passarão a vigorar os parâmetros estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde enquanto perdurar a omissão administrativa na edição da nova Resolução. Tudo nos termos do voto do Ministro André Mendonça, Redator para o acórdão, vencidos os Ministros Cármen Lúcia (Relatora), Edson Fachin, Roberto Barroso e Rosa Weber, que julgavam procedente a ação, nos termos de seus votos. Presidência do Ministro Luiz Fux. Plenário, 5.5.2022.

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.152 **(3)**

ORIGEM : ADI - 19097 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : CEARÁ
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou procedente o pedido formulado para declarar a inconstitucionalidade do art. 5º da Lei 12.832/1998 do Estado do Ceará, pelo qual revogado o art. 2º da Lei estadual 12.380/1994, em desalinho ao paradigma de Defensoria Pública consagrado pela Lei Maior, nos termos do voto da Relatora. Plenário, Sessão Virtual de 15.4.2022 a 26.4.2022.

EMENTA

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ARTS. 5º, LXXIV, E 134 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA E INTEGRAL. FUNÇÃO PRÓPRIA À DEFENSORIA PÚBLICA. ART. 5º DA LEI 12.832/1998 DO ESTADO DO CEARÁ. RESTABELECIMENTO DOS CARGOS DE ADVOGADO DA JUSTIÇA MILITAR. VINCULAÇÃO AO PODER JUDICIÁRIO LOCAL. ATRIBUIÇÃO DE PRESTAR ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA AOS PRAÇAS. LEGISLAÇÃO ESTADUAL EM DESACORDO COM O MODELO CONSTITUCIONAL. LEI COMPLEMENTAR 80/1994. ART. 22 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS. TRANSPOSIÇÃO DOS CARGOS PARA O QUADRO DA DEFENSORIA PÚBLICA. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO.

1. O modelo constitucional implementado ao advento da Lei Maior de 1988 tem na Defensoria Pública, instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, o papel de prestar a assistência jurídica, em todos os graus, judicial e extrajudicial, de forma integral e gratuita, aos que comprovarem insuficiência de recursos (arts. 5º, LXXIV, e 134).

2. Editada em observância ao comando do parágrafo único do art. 134 da Carta Política, a Lei Complementar 80/1994, dispõe que a "*Defensoria Pública dos Estados organizar-se-á de acordo com as normas gerais*" em tal diploma previstas, bem como explicita incumbir à Defensoria Pública do Estado prestar "*assistência jurídica aos necessitados, em todos os graus de jurisdição e instâncias administrativas do Estado*" (arts. 97 e 106).

3. Transformação dos cargos de Advogado de Ofício da Justiça Militar "*em cargos de Defensor Público da União*", os quais passaram a "*integrar o Quadro Permanente da Defensoria Pública da União*", nos termos do art. 138 da LC 80/1994.

4. Na dicção do art. 22 do ADCT, assegurou-se aos Advogados de Ofício, integrantes da Defensoria da Justiça Militar, "*investidos na função até a data da instalação da Assembleia Nacional Constituinte, o direito de opção pela carreira, com a observância das garantias e vedações previstas no art. 134, parágrafo único, da Constituição*".

5. Incumbindo à Defensoria Pública, nos planos federal e estadual, em cumprimento ao texto constitucional e à legislação de regência, prestar assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos, desvia do modelo constitucional o art. 5º da Lei Estadual 12.382/1998, pelo qual "*revogados o Art. 2º e seu § 1º da Lei nº 12.380, de 09 de dezembro de 1994, restabelecendo-se a situação anterior quanto aos dois (02) cargos de Advogado da Justiça Militar, despadronizados, de provimento efetivo, lotados no Quadro III - Poder Judiciário*". Pedido julgado procedente.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

AVISO

Foram publicadas em 13/5/2022 as edições extras nºs 90-A e 90-B do *DOU*.
Para acessar o conteúdo, clique nos nºs das edições.

IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficia

Atos do Poder Executivo

MINISTÉRIO DA DEFESA

DECRETOS DE 13 DE MAIO DE 2022

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem do Mérito Naval, resolve:

ADMITIR,

no Quadro Suplementar da Ordem do Mérito Naval, as seguintes instituições:

DEPARTAMENTO-GERAL DO PESSOAL DO EXÉRCITO;
CENTRO DE INTELIGÊNCIA DA MARINHA;
DIRETORIA DE COMUNICAÇÕES E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA MARINHA;
CENTRO TECNOLÓGICO DA MARINHA NO RIO DE JANEIRO;
COLÉGIO INTERAMERICANO DE DEFESA;
BASE DE FUZILEIROS NAVAIS DA ILHA DO GOVERNADOR;
CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL;
CAPITANIA DOS PORTOS DO CEARÁ;
BASE AÉREA DO GALEÃO;
2º BATALHÃO DE OPERAÇÕES RIBEIRINHAS;
PROCURADORIA DA JUSTIÇA MILITAR EM FORTALEZA; e
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE MATERIAIS DE DEFESA E SEGURANÇA.

Brasília, 13 de maio de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem do Mérito Naval, resolve:

PROMOVER,

na Ordem do Mérito Naval, os seguintes militares das Forças Armadas:

I - no Quadro Ordinário:

a) ao grau de Grande Oficial:

Vice-Almirante ANTÔNIO CAPISTRANO DE FREITAS FILHO;
Vice-Almirante SERGIO RENATO BERNA SALGUEIRINHO;
Vice-Almirante (FN) ROGÉRIO RAMOS LAGE; e
Vice-Almirante MARCO ANTONIO ISMAEL TROVÃO DE OLIVEIRA;

b) ao grau de Comendador:

Contra-Almirante MARCELO MENEZES CARDOSO;
Contra-Almirante ANDRÉ MARTINS DE CARVALHO;
Contra-Almirante (Md) VICENTE GARCIA RAMOS;
Contra-Almirante (FN) PAULO ROBERTO SARAIVA;
Contra-Almirante GUSTAVO CALERO GARRIGA PIRES;
Contra-Almirante ADRIANO MARCELINO BATISTA;
Contra-Almirante EMERSON GAIO ROBERTO;
Contra-Almirante (IM) GUSTAVO PEREIRA PINTO;
Contra-Almirante CARLOS HENRIQUE DE LIMA ZAMPIERI;
Contra-Almirante MARCELO DA SILVA GOMES;
Contra-Almirante PEDRO AUGUSTO BITTENCOURT HEINE FILHO;
Contra-Almirante PEDRO LIMA SILVA FILHO;
Contra-Almirante JORGE JOSÉ DE MORAES RULFF;
Contra-Almirante NELSON DE OLIVEIRA LEITE;
Contra-Almirante (IM) ALEXANDRE AUGUSTO LOPES VILLELA DE MORAES; e
Contra-Almirante (Md) PAULO DE MORAES MATTOS JÚNIOR; e

c) ao grau de Oficial:

Capitão de Mar e Guerra (EN) SÉRGIO LUIS DE CARVALHO MIRANDA;
Capitão de Mar e Guerra (EN) MARCOS ANDRÉ WESTPHALEN PALMA;
Capitão de Mar e Guerra (EN) SAINT CLAIR DANTAS OLIVEIRA SANTOS;
Capitão de Mar e Guerra (T) MAURICIO PIRES MALBURG DA SILVEIRA;
Capitão de Mar e Guerra (IM) HENRIQUE FERREIRA COSTA;
Capitão de Mar e Guerra MARCOS TAYLOR FONTES;
Capitão de Mar e Guerra RICARDO SILVEIRA MELLO;
Capitão de Mar e Guerra (IM) ALEXANDRE DAUDT DOS REIS;
Capitão de Mar e Guerra SÉRGIO BLANCO OZÓRIO;
Capitão de Mar e Guerra HUMBERTO LUIS RIBEIRO BASTOS CARMO;
Capitão de Mar e Guerra ALEXANDRE AMENDOEIRA NUNES;
Capitão de Mar e Guerra (Md) KLEBER COELHO DE MORAES RICCIARDI;
Capitão de Mar e Guerra (Md) MARIA CECILIA BARBOSA DA SILVA CONCEIÇÃO;
Capitão de Mar e Guerra (Md) FÁBIO MASARU SASAKI;
Capitão de Mar e Guerra (FN) CARLOS WEIZEL DE FONTOURA BARRETO JUNIOR;
Capitão de Mar e Guerra (IM) JOSÉ CLAUDIO RODRIGUES GUERRA;
Capitão de Mar e Guerra MARCOS ANDRÉ SILVA ARAUJO;
Capitão de Mar e Guerra (FN) ALEXANDRE VASCONCELOS TONINI;
Capitão de Mar e Guerra (IM) RICARDO YUKIO IAMAGUCHI;
Capitão de Mar e Guerra NEYDER CAMILLO DE BARROS;
Capitão de Mar e Guerra EMERSON AUGUSTO SERAFIM;
Capitão de Mar e Guerra GIOVANI CORRÊA;
Capitão de Mar e Guerra (IM) LUIZ HENRIQUE RODRIGUES DA SILVA;
Capitão de Mar e Guerra RICARDO LHAMAS GUASTINI;
Capitão de Mar e Guerra (FN) JONATHAN SIDNEY DA SILVA;
Capitão de Mar e Guerra (FN) ANDRÉ DUARTE CANELLAS;
Capitão de Mar e Guerra RODRIGO GUIMARÃES DOBBIN;
Capitão de Mar e Guerra GUILHERME LOPES MALAFAIA;
Capitão de Mar e Guerra MARCELO DE OLIVEIRA SÁ;
Capitão de Mar e Guerra MAURICIO BARATA SOARES COELHO RANGEL;
Capitão de Mar e Guerra FRANCISCO EVANDRO RODRIGUES CAMELO;
Capitão de Mar e Guerra (FN) LUIZ GUILHERME DIAS GUADAGNINO;
Capitão de Mar e Guerra FERNANDO LUÍS DE CARVALHO VIANA;
Capitão de Mar e Guerra (FN) HELCIO BLACKER ESPOZEL JUNIOR;
Capitão de Mar e Guerra JOÃO CANDIDO MARQUES DIAS;
Capitão de Mar e Guerra (FN) ANDRÉ AUGUSTO FERREIRA DE OLIVEIRA;
Capitão de Mar e Guerra NICÁCIO SATIRO DE ARAÚJO;
Capitão de Mar e Guerra JOÃO BATISTA BARBOSA;
Capitão de Mar e Guerra CARLOS MARCELO FERNANDES CONSIDERA;
Capitão de Mar e Guerra LUÍS GUILHERME FAULHABER DE OLIVEIRA RABELLO;
Capitão de Mar e Guerra MARCIO SOARES PEREIRA;
Capitão de Mar e Guerra CHARLES ALAN DA SILVA;
Capitão de Mar e Guerra RODRIGO METROPOLO PACE;
Capitão de Mar e Guerra DINO AVILA BUSSO;
Capitão de Mar e Guerra MARIO SOARES LOBO JUNIOR;
Capitão de Mar e Guerra CARLOS ALBERTO PEREIRA PASSOS;
Capitão de Mar e Guerra GLEIBER BANUS BARBOZA;
Capitão de Mar e Guerra HELIO MOREIRA BRANCO JUNIOR;
Capitão de Mar e Guerra MAURICIO MORGADO PEDROSA;
Capitão de Mar e Guerra MOZART JUNQUEIRA RIBEIRO;
Capitão de Mar e Guerra DALMIR MADALENA JUNIOR;
Capitão de Mar e Guerra MADSON CARDOSO SANTANA;
Capitão de Mar e Guerra ALEXANDRE LOPES VIANNA DE SOUZA;
Capitão de Mar e Guerra LEANDRO FERRONE DEMÉTRIO DE SOUZA; e
Capitão de Mar e Guerra (T) JOSÉ ANTONIO GOMES DA SILVA; e

II - no Quadro Suplementar

a) ao grau de Grande Oficial:

General de Exército ACHILLES FURLAN NETO;
General de Exército ANISIO DAVID DE OLIVEIRA JUNIOR;
General de Divisão JORGE CARDOSO MARTINS;
General de Divisão LUCIANO GUILHERME CABRAL PINHEIRO;
General de Divisão FRANCISCO HUMBERTO MONTENEGRO JUNIOR;
General de Divisão R/1 JOSÉ CARLOS NADER MOTTA;
Major-Brigadeiro do Ar FLAVIO LUIZ DE OLIVEIRA PINTO;
Major-Brigadeiro do Ar FERNANDO CESAR DA COSTA E SILVA BRAGA;
Major-Brigadeiro do Ar JEFFERSON CESAR DAROLT;
Major-Brigadeiro do Ar SÉRGIO RODRIGUES PEREIRA BASTOS JUNIOR; e
Major-Brigadeiro do Ar MÁRIO SÉRGIO RODRIGUES DA COSTA;

b) ao grau de Comendador:

Contra-Almirante (RM1) PAULO CESAR MENDES BIASOLI; e
General de Brigada SÉRGIO REZENDE DE QUEIROZ; e

c) ao grau de Oficial:

Capitão de Mar e Guerra (RM1) DICK SILVEIRA MELLO;
Capitão de Mar e Guerra (RM1-IM) ANTONIO LUIZ BARBOSA; e
Capitão de Mar e Guerra (RM1-IM) GENILDO RODRIGUES DE ARAUJO.

Brasília, 13 de maio de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem do Mérito Naval, resolve:

PROMOVER,

no Quadro Suplementar da Ordem do Mérito Naval, ao grau de Grande Oficial, as seguintes personalidades civis:

Ministro de Primeira Classe RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES;
VINÍCIUS TORQUETTI DOMINGOS ROCHA, Procurador-Geral da União;

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

LUIZ EDUARDO RAMOS BAPTISTA PEREIRA
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

HELDO FERNANDO DE SOUZA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

VALDECI MEDEIROS
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Publicação de Jornais Oficiais

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

ALCIDES MARTINS RIBEIRO FILHO, Desembargador Federal;
IDERVANIO DA SILVA COSTA, Consultor Jurídico junto ao Ministério da Defesa;
DILES MARIA LUVISON KUHN, Consultora Jurídica Adjunta junto ao Comando da Marinha; e
PAULO RENATO MÖLLER PARADEDA, Senhor.

Brasília, 13 de maio de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem do Mérito Naval, resolve:

ADMITIR,

no Quadro Suplementar da Ordem do Mérito Naval, no grau de Grande Oficial, as seguintes personalidades civis, nacionais e estrangeira:

PETER MICHAEL ALEXANDER WILSON, Embaixador do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, no Brasil;
ANDERSON GUSTAVO TORRES, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública;
MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES, Ministro de Estado da Saúde;
JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE, Ministro de Estado do Meio Ambiente;
GILSON MACHADO GUIMARÃES NETO, Senhor;
SORAYA VIEIRA THRONICKE, Senadora da República;
LUIS CARLOS HEINZE, Senador da República;
MARIA DO CARMO DO NASCIMENTO ALVES, Senadora da República;
ELMANO FÉRRER DE ALMEIDA, Senador da República;
CARLOS FRANCISCO PORTINHO, Senador da República;
JOÃO INÁCIO RIBEIRO ROMA NETO, Deputado Federal;
JOÃO CARLOS SOARES GURGEL, Deputado Federal;
UBIRATAN ANTUNES SANDERSON, Deputado Federal;
ÂNGELA REGINA HEINZEN AMIN HELOU, Deputada Federal;
ANTÔNIO LUIZ PARANHOS RIBEIRO LEITE DE BRITO, Deputado Federal;
CHRISTINE NOGUEIRA DOS REIS TONIETTO, Deputada Federal;
LEONARDO RIBEIRO ALBUQUERQUE, Deputado Federal;
LUIZ ALBERTO OVANDO, Deputado Federal;
MAGDA MOFATTO HON, Deputada Federal;
MÁRCIO DA SILVEIRA LABRE, Deputado Federal;
CHRISTINO AUREO DA SILVA, Deputado Federal;
LAERCIO JOSÉ DE OLIVEIRA, Deputado Federal;
Ministro de Primeira Classe TOVAR DA SILVA NUNES;
Ministro de Primeira Classe FLÁVIO SOARES DAMICO;
ANTONIO CARLOS FERREIRA, Ministro do Superior Tribunal de Justiça;
RODRIGO OTÁVIO MOREIRA DA CRUZ, Secretário-Executivo do Ministério da Saúde;
CELSO DE BARROS CORREIA NETO, Senhor;
PAULO JOSÉ ARAÚJO CORRÊA, Presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul;
CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará;
RUTHIER DE SOUSA SILVA, Senhor; e
ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS, Senhor.

Brasília, 13 de maio de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem do Mérito Naval, resolve:

ADMITIR,

na Ordem do Mérito Naval, os seguintes militares das Forças Armadas, nacionais e estrangeiros:

I - no Quadro Ordinário, no grau de Cavaleiro:

Capitão de Mar e Guerra (T) WAGNER LUIZ FERREIRA DE SOUZA;
Capitão de Mar e Guerra (T) LUCIANO TEIXEIRA LEITE;
Capitão de Mar e Guerra (T) VALERIA SENNA TOSCANO MURADAS;
Capitão de Mar e Guerra (T) CLORIVALDO LAURINDO RIBEIRO;
Capitão de Mar e Guerra (T) CARMEN ANGELA MARIZ;
Capitão de Mar e Guerra (Md) BEATRIZ BRAGA VIEIRA;
Capitão de Mar e Guerra (FN) ALEXANDRE LUIZ ALVES DA SILVA;
Capitão de Mar e Guerra ELIHÚ DE ALMEIDA JUNIOR;
Capitão de Mar e Guerra ROGÉRIO SALLES RODRIGUES DA SILVA;
Capitão de Mar e Guerra (Md) LISA TIEMI OGAWA;
Capitão de Mar e Guerra (Md) SÔNIA PETERSEN ALONSO;
Capitão de Mar e Guerra (FN) LUIGGI CAMPANY DE OLIVEIRA;
Capitão de Mar e Guerra (FN) ANDERSON JESUS DA SILVA;
Capitão de Mar e Guerra (FN) MARCELO MENDES MELLO;
Capitão de Mar e Guerra (FN) MARCELO VIDAL MOREIRA;
Capitão de Mar e Guerra RENATO FERREIRA JACOMO DOS SANTOS;
Capitão de Mar e Guerra MÁRIO MÁRCIO CARDOSO TEIXEIRA;
Capitão de Mar e Guerra (FN) LUCIANO DIAS DUTRA;
Capitão de Mar e Guerra (FN) CRISTIANO CIPRIANO SOUZA;
Capitão de Mar e Guerra (FN) DIRLEI DONIZETTE CODO;
Capitão de Mar e Guerra (FN) LUIZ OCTÁVIO DE CARVALHO PENNA;
Capitão de Mar e Guerra (FN) ADAUTO BUNHEIRÃO;
Capitão de Mar e Guerra (IM) LUIZ CLAUDIO OTRANTO ALVES;
Capitão de Mar e Guerra (IM) ALEXANDRE JORGE DE MORAIS RAMOS;
Capitão de Mar e Guerra (IM) ANDERSON SOARES SILVA;
Capitão de Mar e Guerra (IM) RUSSLAN RANGEL PEREIRA;
Capitão de Mar e Guerra (IM) JOSÉ AUGUSTO CORREIA NETO;
Capitão de Mar e Guerra (CD) ANDRÉ LUIS MARTINS DE SOUZA;
Capitão de Mar e Guerra (S) DAGOBERTO SCHUH NUNES;
Capitão de Mar e Guerra (S) HUDSON DA SILVA DUARTE;
Capitão de Mar e Guerra ROGERIO ANTUNES MACHADO;
Capitão de Mar e Guerra ALCEU KRENISKI JÚNIOR;
Capitão de Mar e Guerra FERNANDO VIDAL VIANNA PARENTE;
Capitão de Mar e Guerra RAPHAEL GUSTAVO FRISCHGESELL;
Capitão de Mar e Guerra EDUARDO PIMENTEL JORGE DE SOUZA;
Capitão de Mar e Guerra ANDERSON SERGIPE VIEIRA;
Capitão de Mar e Guerra ANDRÉ MARTINS PEREIRA;
Capitão de Mar e Guerra (Md) RAQUEL DIDIMO IMAZAKI;
Capitão de Mar e Guerra (IM) FERNANDO ANTONIO DE AVELAR BRITTO LIMA;
Capitão de Mar e Guerra (FN) HENRIQUE DE CASTRO PINTO HOMEM;
Capitão de Mar e Guerra EUGENIO CAMPOS HUGUENIN;
Capitão de Mar e Guerra (FN) ADILSON CAPPUCCI JUNIOR;
Capitão de Mar e Guerra FÁBIO MARÇAL MALTEZ;
Capitão de Mar e Guerra CHARLES WILSON GOMES CONTI;
Capitão de Mar e Guerra ANDRÉ RICARDO ARAUJO SILVA;
Capitão de Mar e Guerra LEONARDO PACHECO VIANNA;
Capitão de Mar e Guerra CARLOS ALEXANDRE ALVES BORGES DIAS;
Capitão de Mar e Guerra ANDERSON MARCOS ALVES DA SILVA;
Capitão de Mar e Guerra EDGARD CARDOSO GAMA;
Capitão de Mar e Guerra LEONARDO CAVALCANTI DE SOUZA LIMA;
Capitão de Mar e Guerra LEONARDO BRAGA MARTINS;
Capitão de Mar e Guerra RODRIGO ANTONIO DA COSTA COSTEIRA;
Capitão de Mar e Guerra LUIS ANTONIO DE MENEZES CERUTTI;
Capitão de Mar e Guerra LUCIANO MORAES DE OLIVEIRA;
Capitão de Mar e Guerra JOSÉ FABIO CARNEIRO DA SILVA;
Capitão de Mar e Guerra ALEX AZEVEDO URBANCG;
Capitão de Mar e Guerra MAURICIO DA COSTA JOIA DIAS;
Capitão de Mar e Guerra MARLON RAMOS DE ARAUJO;
Capitão de Mar e Guerra GUSTAVO SANT'ANA COUTINHO;
Capitão de Mar e Guerra ALESSANDRO PIRES BLACK PEREIRA;
Capitão de Mar e Guerra PAULO ROBERTO GUIMARÃES GOMES JÚNIOR;
Capitão de Mar e Guerra JOSUÉ FONSECA TEIXEIRA JUNIOR;
Capitão de Mar e Guerra ALEXANDRE MAGALHÃES DE MOURA;
Capitão de Mar e Guerra FRANCISCO LEONARDO MACIEL MACHADO;
Capitão de Mar e Guerra ALEXANDRE TRINDADE;
Capitão de Mar e Guerra RODRIGO MYNSSEN FONSECA DOS SANTOS;
Capitão de Mar e Guerra WILLIAM DOS SANTOS MADELA;
Capitão de Mar e Guerra SIDNEI DA COSTA ABRANTES;
Capitão de Mar e Guerra ROBSON DE MACEDO NASCIMENTO;
Capitão de Mar e Guerra PAULO EDUARDO DE ALMEIDA;
Capitão de Mar e Guerra PABLO MOREIRA PORCHÉRA;
Capitão de Mar e Guerra MICHAEL VINICIUS AGUIAR;
Capitão de Mar e Guerra (IM) MARCELO GAMELEIRA CORRÊA;
Capitão de Mar e Guerra (IM) PAULO HENRIQUE DIAS VEIGA;
Capitão de Mar e Guerra (IM) DELMAR DIAS DA SILVA;
Capitão de Mar e Guerra (EN) ALESSANDRO JOSÉ FERREIRA CARVALHO;
Capitão de Mar e Guerra (EN) OTÁVIO HENRIQUE PAIVA MARTINS FONTES;
Capitão de Mar e Guerra (EN) YURI BARWICK LANNES DE CAMARGO;
Capitão de Mar e Guerra (EN) MAURÍCIO PASSOS RIBEIRO;
Capitão de Mar e Guerra (EN) MARCELO ALVES FELZKY;
Capitão de Mar e Guerra ANDRÉ LUIS MARTINI VIEIRA;
Capitão de Mar e Guerra LUCIANO CALIXTO DE ALMEIDA JUNIOR;
Capitão de Fragata (T) MARIO SERGIO DE FREITAS GAMIZ;
Capitão de Fragata (T) ELIAS FERREIRA DA SILVA; e
Capitão de Corveta (AA) ANTONIO LUIZ DO NASCIMENTO ABREU; e

II - no Quadro Suplementar

a) no grau de Grande Oficial:

Almirante FRANCIS EFRAÍN FRANCK SALAZAR - Bolívia;
Almirante GABRIEL ALFONSO PÉREZ GARCÉS - Colômbia;
Almirante de Esquadra JUAN ANDRÉS DE LA MAZA LARRAÍN - Chile;
Almirante de Esquadra GIUSEPPE BERUTTI BERGOTTO - Itália;
Almirante de Esquadra ALBERTO ALCALÁ LUNA - Peru;
General de Exército LAURA J. RICHARDSON - EUA;
Vice-Almirante PIETRO GIUSEPPE VELLA - Itália;
Vice-Almirante VINCENZO MONTANARO - Itália;
Vice-Almirante ANTÓNIO MANUEL DE CARVALHO COELHO CÂNDIDO - Portugal;
General de Divisão RICARDO AUGUSTO FERREIRA COSTA NEVES;
General de Divisão IVAN FERREIRA NEIVA FILHO;
General de Divisão EUGENIO ENEIAS CAMILO;
General de Divisão JOSIAS PEDROTTI DA ROSA;
General de Divisão RAUL RODRIGUES DE OLIVEIRA;
General de Divisão OTÁVIO RODRIGUES DE MIRANDA FILHO;
General de Divisão ALCIO ALVES ALMEIDA E COSTA;
Major-Brigadeiro Intendente ALEXANDRE FALCONIERE DE TORRES;
Major-Brigadeiro do Ar MAURO BELLINTANI;
Major-Brigadeiro do Ar RODRIGO FERNANDES SANTOS; e
Contra-Almirante BRÚMEL VÁZQUEZ BERMÚDEZ - Equador;

b) no grau de Comendador:

Contra-Almirante JUAN CARLOS CORÉ - Argentina;
Contra-Almirante GOTTLIEB PANDENI - Namíbia;
Contra-Almirante SACHEUS RANDY !GONTEB - Namíbia;
Contra-Almirante JOSÉ ANTÓNIO VIZINHA MIRONES - Portugal;
Contra-Almirante VALENTIM JOSÉ PIRES ANTUNES RODRIGUES - Portugal;
Contra-Almirante GUSTAVO PABLO LUCIANI MORLAN - Uruguai;
General de Brigada MARCIO CORDEIRO FREIRE;
General de Brigada GIOVANI MORETTO;
General de Brigada MARCIUS CARDOSO NETTO;
General de Brigada MAURICIO DE SOUZA BEZERRA;
General de Brigada GUILLERMO ARTURO CASTELLANOS OJEDA - Colômbia;
Brigadeiro Médica CARLA LYRIO MARTINS;
Brigadeiro do Ar LEONARDO CHAVES RODRIGUES;
Brigadeiro do Ar MARCELLO LOBÃO SCHIAVO;
Brigadeiro do Ar FÁBIO LUÍS MORAU;

Brigadeiro do Ar MARCOS AURELIO VILELA VALENÇA;
Brigadeiro do Ar ANTONIO FERREIRA DE LIMA JUNIOR;
Brigadeiro do Ar R/1 PAULO ERICO SANTOS DE OLIVEIRA;
Brigadeiro do Ar R/1 ARNALDO SILVA LIMA FILHO;
Brigadeiro Intendente R/1 ALEXANDRE SANTANA NOGUEIRA; e
Coronel R/1 FLÁVIO BOTELHO PEREGRINO;

c) no grau de Oficial:

Capitão de Mar e Guerra RICARDO JAIME FERNÁNDEZ LÓPEZ - Espanha;
Coronel Cav RÉGIS RODRIGUES NUNES;
Coronel Cav FABIANO ESPÍNOLA ARAUJO;
Coronel Inf EMILIO VANDERLEI RIBEIRO;
Coronel Inf WELTON GOMES MAIA JUNIOR;
Coronel Inf ANTONIO AIRTON ROCHA PONTES;
Coronel R/1 IRTONIO PEREIRA RIPPEL JUNIOR;
Coronel R/1 ADRIANO DE SOUZA AZEVEDO;
Coronel R/1 JORGE LUÍS DE MELLO ARAUJO;
Coronel Aviador ÉRIC CÉZZANE CÓLEN GUEDES;
Coronel Aviador JOSÉ HENRIQUE KAIPPER;
Coronel Aviador JORGE MAURICIO MOTTA;
Coronel Aviador RENATO ALVES DE MORAES; e
Coronel Aviador JOELSON RODRIGUES DE CARVALHO; e

d) no grau de Cavaleiro:

Capitão de Mar e Guerra (Refº-T) IVAN GORGULHO;
Capitão de Mar e Guerra (RM1) ROBERTO BARBOSA DAVID;
Capitão de Mar e Guerra (RM1-IM) VÍTOR KNIBEL PALACIOS;
Capitão de Mar e Guerra (RM1) LEANDRO SOUZA GUERRA;
Capitão de Mar e Guerra (RM1-Md) JOSÉ AMALTH DO ESPIRITO SANTO;
Capitão de Mar e Guerra (RM1-IM) JOSÉ ALEXANDRE PIRES;
Capitão de Mar e Guerra (RM1) LUIZ CLAUDIO TEIXEIRA PALHOTA;
Capitão de Mar e Guerra (RM1-IM) CLAUDIO RODRIGUES CORRÊA;
Capitão de Mar e Guerra (RM1-EN) ARMANDO DE CARVALHO BARCELLOS;
Capitão de Mar e Guerra (RM1-FN) MARCELO DOS SANTOS COELHO;
Capitão de Mar e Guerra (RM1-T) MÁRCIA SOARES DA CUNHA;
Capitão de Mar e Guerra (RM1-FN) SÉRGIO NISHIGUCHI;
Capitão de Fragata (RM1-T) AMAURI DA FONSECA COSTA;
Capitão de Fragata (RM1-T) SÉRGIO PLÁCIDO DA ROSA;
Capitão de Fragata (RM1-T) ANDERSON VICTORIO DE SOUZA;
Capitão de Fragata (RM1) RICARDO CESAR FERNANDES DA SILVA;
Capitão de Corveta (RM1-T) ANDRÉA DE ALMEIDA PORTO;
Capitão de Corveta (RM1-T) MARCELO DA SILVA VIEIRA;
Segundo-Tenente QAO ADRIANO ALVES TEPERINO;
Segundo-Tenente QAO LINDOMAR GONZAGA DE LIMA;
Suboficial (ET) HENRIQUE SERGIO DO NASCIMENTO GALVÃO;
Suboficial (AD) INAEL FERNANDO FERREIRA CERQUEIRA;
Suboficial (OS) LEÔNIDAS CORRÊA CASTRO;
Suboficial (MT) MARCELO BORGES DA SILVA;
Suboficial (PL) VALDEMIR DOS SANTOS DO NASCIMENTO;
Suboficial (ES) MARIO CLAUDIO SAMPAIO DE OLIVEIRA;
Suboficial (MA) ROSIVALDO PEREIRA DOS SANTOS;
Suboficial (MO) FERNANDES MARINS DUARTE;
Suboficial (FN-IF) JOSE MARIA DA SILVA NETO;
Suboficial (FN-EG) PAULO REZENDE DA COSTA JUNIOR;
Suboficial (FN-IF) MARCELO TEIXEIRA MENDES;
Suboficial (ES) INÁCIO LUCIVANDRO DINIZ DA SILVA;
Suboficial (SI) MARCOS RIBEIRO DA SILVA;
Suboficial (MO) KELSON AMANDO BATISTA BEZERRA;
Suboficial (HN) JESUS NAZARENO SOARES DIAS;
Suboficial (AM) RICARDO GOMES DA SILVA;
Suboficial (FN-SV) LEANDRO MUNHÓZ ARAUJO;
Suboficial (DT) JAIR PEREIRA DE LIMA;
Suboficial (AV-SV) ALEX MOUTINHO DA CRUZ;
Suboficial (AR) RONALDO PEREIRA;
Suboficial (CA) ROBSON OSMAR GOMES MOREIRA;
Suboficial (ES) RONALDO PEREIRA NASCIMENTO;
Suboficial (CN) ROBSON LUIS SILVA MACHADO;
Suboficial (CN) WANDER NEVES DA SILVA;
Suboficial (OS) ANANIAS ARRUDA MOLINA;
Suboficial (FN-MO) MARCUS AUGUSTUS NUNES DEODORO;
Suboficial (FN-IF) AUGUSTO FRANK SILVA SOUSA;
Suboficial (FN-IF) RICARDO LIMA SILVA;
Suboficial (MG) MAURÍCIO JOSÉ CORRÊA;
Suboficial (AD) MARCO ANTONIO MACHADO VIANA;
Suboficial (ES) FRED WILLAMS ARRUDA DA COSTA;
Suboficial (MC) MIGUEL ANGELO SANTOS DE JESUS;
Suboficial (AM) MARCELO BEZERRA PORTOCARRERO;
Suboficial (MR) ALEXANDRE SILVA DE OLIVEIRA;
Suboficial (MO) COR-JESUS LÚCIO TEIXEIRA;
Suboficial (AM) CARLOS DUARTE DA COSTA;
Suboficial (MR) PAULO ROMEU SANTOS;
Suboficial (PL) ADILSON LAURINDO;
Suboficial (MT) SANDRO LUIZ DE CARVALHO;
Suboficial (ES) ALEXSANDRO ZAMPIROLLI BASTOS;
Suboficial (SI) ROGERIO DO COUTO DE CARVALHO;
Suboficial (AV-RV) PAULO RENATO VILELA DA SILVA;
Suboficial (AV-VN) ÉRIK GERALDO PAULINO DE OLIVEIRA;
Suboficial (MR) ANTONIO CARLOS DO NASCIMENTO OLIVEIRA;
Suboficial (MO) LUIZ CLAUDIO VIEIRA SCOT;
Suboficial (FN-EF) AILSON JOSE UZEDA;
Suboficial (FN-IF) JEFERSON PEREIRA DA SILVA;
Suboficial (FN-IF) TAYRONE JORGE DE CAMPOS;
Suboficial (FN-DB) DEIVSON RAMOS DE ARAÚJO;
Suboficial (FN-EG) ALEXANDER DE CARVALHO FLORENTINO;
Suboficial (ET) ALEX MIRANDA LUISETO;
Suboficial (ET) FERNANDO RAYE DE AGUIAR JUNIOR;
Suboficial (MO) CARLOS HENRIQUE SILVA;
Suboficial (MR) JOEL SILVA RIBEIRO;
Suboficial (MR) CARMO NETO MARTINS DE SOUZA;
Suboficial (MA) ALAN ERIC MENDES DE SOUZA;
Suboficial (MO) FRANCISCO RONALDO FERREIRA DA COSTA;
Suboficial (AM) MARCOS DE FREITAS BARNABÉ;
Suboficial (MA) LEANDRO FREITAS BENEVIDES;
Suboficial (EF) WHILIEMBERG DOS SANTOS GONÇALVES;
Suboficial (MO) RENATO AUGUSTO DE PAULA LIMA;
Suboficial (MR) HUAINER DA SILVA BEZERRA;
Suboficial (CN) JORGE LUIZ SOBRAL DE PINHO;
Suboficial (AD) CARLOS ALEXANDRE BARBOSA;
Suboficial (AR) RAIMUNDO ALTAIR PAZ GARCIA;
Suboficial (ES) VANTUIR ALMEIDA DE SOUZA;
Suboficial (MR-SB) FLAVIO ARANTES DE MELO;
Suboficial (SI) DAVID AUDAY FILHO;
Suboficial (HN) MAURO PEREIRA NUNES;
Suboficial (ES) ANGELO FABIO SAMPAIO DUARTE;
Suboficial (OR) GEDALIAS FREITAS DA COSTA;
Suboficial (MR) MARCELO LOPES DO NASCIMENTO;
Suboficial (PD) SANDREIA LOPES DE CARVALHO;
Suboficial (PD) FRANCINÉA FERREIRA DE SOUSA PEREIRA;
Suboficial (FN-CT) EDSON FRANCISCO DE SANTANA;
Suboficial (FN-IF) GUTEMBERG BASTOS DOS SANTOS;
Suboficial (FN-IF) CRISTIANO ARTUR DE SA RIBEIRO;
Suboficial (OR) FERNANDO JOSÉ DE LIMA;
Suboficial (ES) ALEXANDRE NICK BARRETO;
Suboficial (ES) JOÃO COUTINHO NETO;
Suboficial (ES) CLÁUDIO ALVES AZEVEDO;
Suboficial (MO) MARCOS AUDIVAN PEREIRA XAVIER;
Suboficial (CP) ENIO DA SILVA DE PAIVA;
Suboficial (ES) ALEX JÚLIO COUTO DE JESUS;
Suboficial (MO) MICHEL ALVES DOS SANTOS;
Suboficial (ES) MARCELO NUNES LOPES DOS SANTOS;
Suboficial (MO) FRANCISCO JOSÉ DE SENA DA SILVA;
Suboficial (OR) RUSNEY COÊLHO PROCÓPIO;
Suboficial (EF) ALEXANDRE MAGNO VIEIRA DE CARVALHO;
Suboficial (OS) PRUDENCIANO JOSÉ CRUZ SALES;
Suboficial (AV-RV) DALBERTO LIMA RIBEIRO;
Suboficial (AM) JALDIR VAZ DA SILVA;
Suboficial (EP) FLÁVIO BARBOSA DE OLIVEIRA;
Suboficial (MG) ALLAN MACHADO CAMPOS;
Suboficial (SC) MARIA MAGDALA BORRIELLO DE MELLO;
Suboficial (FN-IF) KLERTON MORAES DE OLIVEIRA;
Suboficial (FN-IF) ALEXANDRE JOSE CORREIA;
Suboficial (FN-IF) ANDERSON RAMOS DA SILVA;
Suboficial (FN-ES) ALEXANDRE GARCIA TRINDADE;
Suboficial (FN-IF) ROGERIO DE OLIVEIRA LIRA;
Suboficial (FN-EF) VALDEILSON PAIVA ROCHA;
Suboficial (FN-IF) ALEXANDRE SOARES DOS SANTOS;
Suboficial (FN-IF) JOSE LUIZ VALENTE PINTO;
Suboficial (OS) JORGE CESARIO JUNIOR;
Suboficial (BA) MARCOS PAULO DA CUNHA BRANDÃO;
Suboficial (MO) SIRLEY MESSIAS DE ALMEIDA LEMOS;
Suboficial (ES) JILMAR DOS SANTOS GOMES;
Suboficial (EF) MAGNUS VINÍCIUS DA SILVA;
Suboficial (PL) ANTONIO RAIMUNDO DA SILVA CRUZ JUNIOR;
Suboficial (PL) LUCIANO AGUIAR BRANDÃO;
Suboficial (ES) EDSON LUÍS DE ALMEIDA;
Suboficial (HN) ALBERTO RÊGO CHAVES JÚNIOR;
Suboficial (MR) JEAN CARLO DA SILVA CARDOSO;
Suboficial (AV-SV) CARLOS ROBERTO DE FARIA;
Suboficial (HN) CELSO DOS SANTOS SOARES;
Suboficial (AM) ANDERSON DIAS DE BARROS;
Suboficial (DT) RAMON GARCÊS ALIXANDRE;
Suboficial (OR) ARI AURELIANO JUNIOR;
Suboficial (MA) ADRIANO GOMES DA SILVA;
Suboficial (FN-IF) JAILTON CASAES FERREIRA;
Suboficial (CL) SIMONE PINTO DE MACEDO;
Suboficial (AD) LUCIANE DE SOUSA SERRA BEZERRA;
Suboficial (FN-EG) RONALD MARQUES GOUVEA;
Suboficial (FN-CN) MARCO AURELIO DE ARAUJO AMORIM;
Suboficial (FN-DB) EDVALDO GUIMARAES TEIXEIRA;

Suboficial (FN-EG) MARCIO VIEIRA MONCALVES;
Suboficial (FN-IF) VALBER DA SILVA BATISTA;
Suboficial (FN-IF) CLAUDIO ROBERTO GALDERISI CERQUEIRA;
Suboficial (ES) JEAN BARROS DO NASCIMENTO;
Suboficial (MR) WILLIAM DA MATA RIBEIRO;
Suboficial (EL) NALTO FERREIRA MACIEL;
Suboficial (MR) FABRÍCIO VALÉRIO LOUZADA BARROS;
Suboficial (MO-SB) EDNALDO BORGES NOGUEIRA;
Suboficial (MR) GUTENBERG RIBEIRO CARDOSO;
Suboficial (ES) MÁRCIO DE PAULA BORGES DOS SANTOS;
Suboficial (CN) JOSÉ FRANCISCO DE DEUS SOUSA;
Suboficial (FN-IF) ALEXANDRE SORIANO DE LIMA;
Suboficial (FN-IF) MARCELO MENEZES DA CRUZ;
Suboficial (FN-IF) LEANDRO DA SILVA BRAGA;
Suboficial (FN-IF) EDUARDO DA SILVA DAMASCENO;
Suboficial (FN-IF) MARCOS ROCHA BRAZ;
Suboficial (ES) ALESSANDRO DA SILVA SANTOS;
Suboficial (ES) FABIANO DE LIMA DA ROSA;
Suboficial (ES) JACKSON ALVES DE BARROS JUNIOR;
Suboficial (CO) ALEXANDRE MAGNO BRITO DE OLIVEIRA;
Suboficial (AD) ALEXANDRO DA PAIXÃO VIEIRA;
Suboficial (ES) ROBSON PINHEIRO DE MORAIS;
Suboficial (ES) ANTONIO DE PAULA NEVES;
Suboficial (ES) ITAMAR FERREIRA SANTOS;
Suboficial (CN) DOMINGOS FERNANDO FREITAS NUNES;
Suboficial (RM1-ET) JOSÉ LUCIANO ALVES DOS SANTOS;
Suboficial (RM1-MO) AUGUSTO MOYSÉS FILHO;
Suboficial (RM1-CN) RICARDO MARCUS DE MELO;
Suboficial (RM1-AM) RENATO FURTADO LOPES;
Suboficial (RM1-AR-SB) GILSON PUSCAS DE SOUZA CUNHA;
Suboficial (RM1-MO) ITAMAR RIBEIRO;
Subtenente Cav GILBERTO BARALDI;
Subtenente Inf WELLINGTON CAVALCANTE SOARES;
Subtenente Inf TACÍLIO LEONARDO FERREIRA DE OLIVEIRA;
Subtenente Inf ANDRÉ MÁRCIO DA SILVA;
Subtenente Cav MAGNO ALEXSON JAQUES;
Suboficial SEL CLOVIS MARTINI FERRARI;
Suboficial SAD SILVIA SOARES FERREIRA GONÇALVES;
Primeiro-Sargento (MR) CLEIDSON RIBEIRO BRAZ DA SILVA;
Segundo-Sargento (EL) MARCOS ANTONIO SILVA;
Segundo-Sargento (MO) MARCOS RODRIGUES DA SILVA;
Segundo-Sargento (Ref°-ES) JOÃO MARCOS ANTUNES;
Segundo-Sargento (RM1-ET) MARCO ANTONIO CHAPÊTA MOREIRA;
Segundo-Sargento QE MARCUS VINICIUS PEREIRA FURRIEL; e
Terceiro-Sargento (FN-MO) MANOEL AMERICO BEZERRA PORTUGAL CAMPOS.

Brasília, 13 de maio de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem do Mérito Militar, resolve:

ADMITIR

I - no Corpo de Graduados Especiais da Ordem do Mérito Militar, os seguintes militares estrangeiros e personalidade brasileira:

a) no Grau de Grande-Oficial:

i) Militares Estrangeiros:

General PIETRO SERINO, República Italiana;
General JOSÉ NUNES DA FONSECA, República Portuguesa;
General de Exército HUGO EDUARDO ARANDIA LOPEZ, Estado Plurinacional da Bolívia;
General de Exército JAVIER ITURRIAGA DEL CAMPO, República do Chile;
General de Exército AMADOR ENSEÑAT Y BEREA, Reino da Espanha;
General de Exército JAMES CHARLES MCCONVILLE, Estados Unidos da América;
General de Exército WALTER HORACIO CÓRDOVA ÁLEMAN, República do Peru;
General de Exército GERARDO DANIEL FREGOSSI ÁLVAREZ, República Oriental do Uruguai;
General de Divisão GUILLERMO OLEGARIO GONZALO PEREDA, República Argentina;
General de Divisão WALFRE OMAR CARRANZA ESPAÑA, República da Guatemala;
General de Divisão EUFEMIO ALBERTO IBARRA FLORES, Estados Unidos Mexicanos;
General de Divisão BERNARDINO ANTONIO GONZÁLEZ MIRANDA, República do Paraguai;
Major-General MICHEL-HENRI ST-LOUIS, Canadá;
Major-General CARLOS IVÁN MORENO OJEDA, República da Colômbia;
Major-General JULIO ERNESTO FLORIAN PEREZ, República Dominicana;
General de Brigada LUIS ENRIQUE BURBANO RIVERA, República do Equador;
General de Brigada WILLIAM ALFREDO RODRIGUES BARRERA, República de El Salvador;
General de Brigada GODFREY BESS, República Cooperativa da Guiana;
General ORIEL OSCAR ORTEGA BENÍTEZ, República do Panamá; e
Coronel DENNIS RONALDO MCCOY MARTÌN, República de Honduras; e

ii) Personalidade Brasileira:

HÉLIO VITOR RAMOS FILHO, Embaixador; e

b) no Grau de Comendador:

Major General WILLIAM L. THIGPEN, Estados Unidos da América;
General de Brigada JOSÉ MARIO VEGA HERNÁNDEZ, Estados Unidos Mexicanos;
General de Brigada ARRAZOLA MARTÍNEZ, Reino da Espanha;
General de Brigada JUAN JOSÉ MEMBREÑO LÓPEZ, República da Nicarágua; e
General de Brigada PORFÍRIO FUENTES VÉLEZ, Diretor-Geral da Secretaria da Junta Interamericana de Defesa; e

c) no Grau de Oficial:

Coronel de Infantaria FREDDY ANTONIO MARTE ACOSTA, Secretário-Geral da Conferência das Forças Armadas Centro-americanas; e

II - no Quadro Ordinário do Corpo de Graduados Efetivos da Ordem do Mérito Militar, o seguinte militar do Exército:

a) no Grau de Cavaleiro:

Coronel de Comunicações MARCELO GOMES DA SILVA.

Brasília, 13 de maio de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem do Mérito Militar, resolve:

PROMOVER

I - no Quadro Suplementar do Corpo de Graduados Efetivos da Ordem do Mérito Militar, o seguinte militar do Exército:

a) ao Grau de Oficial:

Coronel R/1 JOSÉ CARLOS LEAL DA SILVA JUNIOR.

Brasília, 13 de maio de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira

Presidência da República

CASA CIVIL

PORTARIA Nº 672, DE 13 DE MAIO DE 2022

Aprova o Plano de Dados Abertos da Casa Civil da Presidência da República para o biênio 2022-2024.

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal de 1988, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no Decreto nº 7724, de 16 de maio de 2012, no Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, e na Resolução nº 3, de 13 de outubro de 2017, do Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Dados Abertos da Casa Civil da Presidência da República para o biênio 2022-2024.

Art. 2º O Plano de Dados Abertos da Casa Civil da Presidência da República torna público:

I - o inventário de dados da Casa Civil da Presidência da República;

II - o resultado da consulta pública de medição do interesse público pelas bases da Casa Civil da Presidência da República;

III - a seleção dos dados a serem abertos;

IV - o cronograma de abertura dos dados;

V - a descrição de ações de incentivo ao uso e ao reuso de dados; e

VI - ações para o fomento e implementação da Política Nacional de Dados Abertos no âmbito da Casa Civil da Presidência da República.

Art. 3º O Plano de Dados Abertos da Casa Civil da Presidência da República está disponível no sítio eletrônico do órgão, na seção "Acesso à Informação", subseção "Dados Abertos".

Art. 4º O Plano de Dados Abertos terá vigência de dois anos, contados da data de publicação desta Portaria.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CIRO NOGUEIRA LIMA FILHO

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS

DEFIRO o credenciamento da AR CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE SÃO JOÃO DE MERITI. Processo n° 00100.000684/2022-35.

DEFIRO o credenciamento da AR CERTIK DIGITAL. Processo n° 00100.000689/2022-68.

DEFIRO o credenciamento da AR E O FIGUEIREDO TECNOLOGIAS. Processo n° 00100.000693/2022-26.

DEFIRO o credenciamento da AR ESSENT JUS. Processo n° 00100.000698/2022-59.

CARLOS ROBERTO FORTNER
Diretor-Presidente

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 791, DE 11 DE MAIO DE 2022

A SECRETÁRIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria AGU nº 210, de 28 de março 2019, nos termos da Portaria MP n° 157, de 13 de junho de 2018, tendo em vista o resultado do concurso público para provimento de vagas nos cargos de nível superior do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, homologado pelo Edital nº 18, de 1º de agosto de 2019, da Secretaria-Geral de Administração da Advocacia-Geral da União, publicado no Diário Oficial da União de 6 de agosto de 2019, Edição nº 150, Seção 3, bem como a autorização para nomeação contida na Portaria nº 1.995, de 12 de setembro de 2019, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, publicada no Diário Oficial da União de 16 de agosto de 2019, Edição n° 179, Seção 1, a Lei nº 14.314, de 24 de março de 2022, que altera a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, e considerando o que consta no Processo Administrativo nº 00404.002288/2019-22, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria SGA nº 452, de 27 de abril de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 79, de 29 de abril de 2021.

Art. 2º Prorrogar por 1 (um) ano, a partir de 18 de maio de 2022, o prazo de validade do concurso público para provimento de cargos efetivos do Quadro de Apoio Técnico-Administrativo da Advocacia-Geral da União, cujo resultado final foi homologado pelo Edital SGA nº 18, de 1º de agosto de 2019, publicado no Diário Oficial da União nº 150, de 6 de agosto de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 18 de maio de 2022.

IÊDA APARECIDA DE MOURA CAGNI

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº EV 895, DE 12 DE MAIO DE 2022

O Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado pela Portaria nº 561, de 11.04.2018, publicada no D.O.U. de 13.04.2018, e com base na Instrução Normativa nº 22, de 20.06.2013, publicada no D.O.U. de 21.06.2013, resolve:

Habilitar o(a) Médico(a) Veterinário(a) LUDMILLA PAOLA SILVEIRA PEREIRA HELVECIO, inscrito(a) no CRMV-MG sob nº 18.059, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA para fins de trânsito de animais vivos, no estado de Minas Gerais, para as espécies e municípios autorizados pelo SISA/DDA/SFA-MG, observando as normas e dispositivos legais em vigor.

MARCÍLIO DE SOUSA MAGALHÃES

PORTARIA Nº EV 896, DE 12 DE MAIO DE 2022

O Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado pela Portaria nº 561, de 11.04.2018, publicada no D.O.U. de 13.04.2018, e com base na Instrução Normativa nº 22, de 20.06.2013, publicada no D.O.U. de 21.06.2013, resolve:

Habilitar o(a) Médico(a) Veterinário(a) MOISES LACERDA CAMPOS, inscrito(a) no CRMV-MG sob nº 25.808, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA para fins de trânsito de animais vivos, no estado de Minas Gerais, para as espécies e municípios autorizados pelo SISA/DDA/SFA-MG, observando as normas e dispositivos legais em vigor.

MARCÍLIO DE SOUSA MAGALHÃES

PORTARIA Nº EV 897, DE 12 DE MAIO DE 2022

O Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado pela Portaria nº 561, de 11.04.2018, publicada no D.O.U. de 13.04.2018, e com base na Instrução Normativa nº 22, de 20.06.2013, publicada no D.O.U. de 21.06.2013, resolve:

Habilitar o(a) Médico(a) Veterinário(a) LUCAS PACHECO DE ANDRADE, inscrito(a) no CRMV-MG sob nº 24.421, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA para fins de trânsito de animais vivos, no estado de Minas Gerais, para as espécies e municípios autorizados pelo SISA/DDA/SFA-MG, observando as normas e dispositivos legais em vigor.

MARCÍLIO DE SOUSA MAGALHÃES

PORTARIA Nº EV 898, DE 12 DE MAIO DE 2022

O Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado pela Portaria nº 561, de 11.04.2018, publicada no D.O.U. de 13.04.2018, e com base na Instrução Normativa nº 22, de 20.06.2013, publicada no D.O.U. de 21.06.2013, resolve:

Habilitar o(a) Médico(a) Veterinário(a) FLÁVIA CRISTINA SILVA DE CAMARGOS, inscrito(a) no CRMV-MG sob nº 22.603, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA para fins de trânsito de animais vivos, no estado de Minas Gerais, para as espécies e municípios autorizados pelo SISA/DDA/SFA-MG, observando as normas e dispositivos legais em vigor.

MARCÍLIO DE SOUSA MAGALHÃES

PORTARIA Nº EV 899, DE 12 DE MAIO DE 2022

O Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado pela Portaria nº 561, de 11.04.2018, publicada no D.O.U. de 13.04.2018, e com base na Instrução Normativa nº 22, de 20.06.2013, publicada no D.O.U. de 21.06.2013, resolve:

Habilitar o(a) Médico(a) Veterinário(a) ANA CAROLINA ALVES, inscrito(a) no CRMV-MG sob nº 12.461, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA para fins de trânsito de animais vivos, no estado de Minas Gerais, para as espécies e municípios autorizados pelo SISA/DDA/SFA-MG, observando as normas e dispositivos legais em vigor.

MARCÍLIO DE SOUSA MAGALHÃES

PORTARIA Nº EV 900, DE 12 DE MAIO DE 2022

O Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado pela Portaria nº 561, de 11.04.2018, publicada no D.O.U. de 13.04.2018, e com base na Instrução Normativa nº 22, de 20.06.2013, publicada no D.O.U. de 21.06.2013, resolve:

Habilitar o(a) Médico(a) Veterinário(a) KAMILA DA SILVA PEREIRA, inscrito(a) no CRMV-MG sob nº 24.835, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA para fins de trânsito de animais vivos, no estado de Minas Gerais, para as espécies e municípios autorizados pelo SISA/DDA/SFA-MG, observando as normas e dispositivos legais em vigor.

MARCÍLIO DE SOUSA MAGALHÃES

PORTARIA Nº EV 901, DE 12 DE MAIO DE 2022

O Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado pela Portaria nº 561, de 11.04.2018, publicada no D.O.U. de 13.04.2018, e com base na Instrução Normativa nº 22, de 20.06.2013, publicada no D.O.U. de 21.06.2013, resolve:

Habilitar o(a) Médico(a) Veterinário(a) MARCOS TULIO PRECIOZO, inscrito(a) no CRMV-MG sob nº 16.927, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA para fins de trânsito de animais vivos, no estado de Minas Gerais, para as espécies e municípios autorizados pelo SISA/DDA/SFA-MG, observando as normas e dispositivos legais em vigor.

MARCÍLIO DE SOUSA MAGALHÃES

PORTARIA Nº EV 903, DE 12 DE MAIO DE 2022

O Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado pela Portaria nº 561, de 11.04.2018, publicada no D.O.U. de 13.04.2018, e com base na Instrução Normativa nº 22, de 20.06.2013, publicada no D.O.U. de 21.06.2013, resolve:

Habilitar o(a) Médico(a) Veterinário(a) VINICIUS GÓES, inscrito(a) no CRMV-MG sob nº 25.965, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA para fins de trânsito de animais vivos, no estado de Minas Gerais, para as espécies e municípios autorizados pelo SISA/DDA/SFA-MG, observando as normas e dispositivos legais em vigor.

MARCÍLIO DE SOUSA MAGALHÃES

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE SANTA CATARINA

PORTARIAS DE 11 DE MAIO DE 2022

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, designado pela Portaria n° 2.194, de 21/06/2019, de acordo com a Portaria n° 428, artigo 44, inciso XXII, de 09/06/2010, combinada com a Portaria nº 561, de 11/04/2018 e com o Memorando-Circular n° 25/2018/SE-MAPA, de 25/04/2018 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de médico(a) veterinário(a) para a emissão de Guia de Trânsito Animal (GTA), resolve:

Nº 99 - Habilitar o(a) médico(a) veterinário(a), Bruna Alessandra Cruz, inscrito(a) no CRMV/SC nº 5469, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI nº 21050.004888/2017-91, no Estado de Santa Catarina.

Revoga-se a Portaria de Habilitação nº 249, de 03/08/2016.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 100 - Habilitar o(a) médico(a) veterinário(a), Marcus Vinicius Back, inscrito(a) no CRMV/SC nº 3388, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI nº 21000.042567/2022-47, no Estado de Santa Catarina.

Revoga-se a Portaria de Habilitação nº 139, de 11/05/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 101 - Cancelar a pedido do(a) interessado(a), a habilitação concedida ao(a) médico(a) veterinário(a) Fernando Rocha, inscrito(a) no CRMV/SC nº 3578, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI nº 21000.108384/2021-11, no Estado de Santa Catarina.

Revoga-se a Portaria de Habilitação nº 367, de 15/12/2021.

Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Nº 102 - Cancelar a pedido do(a) interessado(a), a habilitação concedida ao(a) médico(a) veterinário(a) Célio Pereira Ávila Filho, inscrito(a) no CRMV/SC nº 6999, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI nº 21000.042563/2022-69, no Estado de Santa Catarina.

Revoga-se a Portaria de Habilitação nº 015, de 18/01/2016.

Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

TÚLIO TAVARES SANTOS

SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA

PORTARIA SAP/MAPA Nº 746, DE 12 DE MAIO DE 2022

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca MARLENE, na modalidade de permissionamento disposta no item 4.4, do Anexo IV da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente; e concede, em conversão de modalidade de pesca, a Autorização de Pesca para a embarcação MARLENE, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.11, do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e considerando o disposto na Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, na Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Instrução Normativa nº 3, de 12 de maio de 2004 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e considerando nos autos do processo nº 21050.003190/2021-34, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca MARELNE, de propriedade de Sidney da Rocha dos Santos, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0019291-8 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação nº 444.000.350-8, autorizada a operar na modalidade de permissionamento de emalhe costeiro de superfície, para a captura das espécies-alvo (Opisthonema oglinum); Savelha (Brevoortia pectinata); Galo (Selene vomer); Peixe-galo (Selene setapinnis); Sardinha-cascuda (Harengula clupeola); Peixe-porco (Balistes capriscus); Sardinha-boca-torta (Cetengraulis edentulus); Xaréu (Caranx latus); Guaivira (Oligoplites saliens); Palombeta (Chloroscombrus chrysurus); Cavalinha (Scomber japonicus), com área de operação no Mar Territorial do Sul e do Sudeste, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº 4.01.00, que corresponde ao item 4.4, do Anexo IV da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2º Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca MARELNE, de propriedade de Sidney da Rocha dos Santos, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0019291-8 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação nº 444.000.350-8, na modalidade de permissionamento de arrasto de praia, para a captura das espécies-alvo Tainha (Mugil liza); Parati (Mugil curema); Betara (Menticirrhus littoralis); Pescada (Cynoscion striatus); Corvina (Micropogonias furnieri); Pampo ou Gordinho (Peprilus paru); Enchova ou Anchova (Pomatomus saltatrix); Espada (Trichiurus lepturus); e Maria-luiza (Paralonchurus brasiliensis); Xaréu (Caranx hippos); Sororoca (Scomberomorus brasiliensis); Savelha (Brevoortia pectinata); Pescadinha-real (Macrodon ancylodon); Peixe-rei (Odonthestes bonariensis /Atherinella brasiliensis); Goete (Cynoscion jamaicensis); Abrótea (Urophycis brasiliensis); Xerelete (Caranx crysus); Sardinha-lage (Opisthonema oglinum); Prejereba (Lobotes surinamensis); Pescada-branca (Cynoscion leiarchus); Pescada-amarela (Cynoscion acoupa); Cavala (Scomber japonicus); Peixe-porco (Balistes capriscus / B. vetula); Palombeta ou Carapau (Chloroscombrus chrysurus); Olho-de-cão (Priacanthus arenatus); Olho-de-boi (Seriola lalandi); Linguado (Paralichthys patagonicus /P. brasiliensis); Galo (Selene vômer); Paru (Chaetodipterus faber); Oveva (Larimus breviceps); Marimbá (Diplodus argenteus); Guaivira (Oligoplites saliens); Robalo (Centropomus parallelus, Centropomus undecimalis); Carapicu (Eucinostomus gula); Cangoá (Stellifer rastifer); Miracéu (Astrocopus sexspinosus); Caratinga (Eugerres brasilianus); Carapeba (Diapterus rhombeus), com área de operação no Mar territorial do estado de Santa Catarina, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira-SisRGP sob o nº 6.08.004, que corresponde ao item 6.11, do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de Junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria da Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

PORTARIA SAP/MAPA Nº 747, DE 12 DE MAIO DE 2022

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca MERENÇA I, na modalidade de permissionamento disposta no item 2.2 do Anexo II, da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Aquicultura e Pesca e do Ministério do Meio Ambiente; e concede, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca MERENÇA I, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.8, do Anexo VI, da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Aquicultura e Pesca e do Ministério do Meio Ambiente.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, considerando o disposto na Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Instrução Normativa nº 3, de 12 de maio de 2004 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e considerando nos autos do processo nº 21050.003344/2021-98, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca MERENÇA I, de propriedade de Manoel Paulino de Matos Filho, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0029663-7 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação nº 441-008912-9, autorizada a operar na modalidade de permissionamento de emalhe costeiro de superfície, para a captura das espécies-alvo Tainha (Mugil platanus ou Mugil liza); Anchova (Pomatomus saltatrix); Sororoca, serra (Scomberomorus brasiliensis), com área de operação no Mar Territorial do Sul e do Sudeste, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº 2.02.001, que corresponde ao item 2.2, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2º Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca MERENÇA I, de propriedade de Manoel Paulino de Matos Filho, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0029663-7 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação nº 441-008912-9, na modalidade de permissionamento de arrasto de praia, para a captura das espécies-alvo Tainha (Mugil liza); Parati (Mugil curema); Betara (Menticirrhus littoralis); Pescada (Cynoscion striatus); Corvina (Micropogonias furnieri); Pampo ou Gordinho (Peprilus paru); Enchova ou Anchova (Pomatomus saltatrix); Espada (Trichiurus lepturus); e Maria-luiza (Paralonchurus brasiliensis); Xaréu (Caranx hippos); Sororoca (Scomberomorus brasiliensis); Savelha (Brevoortia pectinata); Pescadinha-real (Macrodon ancylodon); Peixe-rei (Odonthestes bonariensis /Atherinella brasiliensis); Goete (Cynoscion jamaicensis); Abrótea (Urophycis brasiliensis); Xerelete (Caranx crysus); Sardinha-lage (Opisthonema oglinum); Prejereba (Lobotes surinamensis); Pescada-branca (Cynoscion leiarchus); Pescada-amarela (Cynoscion acoupa); Cavala (Scomber japonicus); Peixe-porco (Balistes capriscus / B. vetula); Palombeta ou Carapau (Chloroscombrus chrysurus); Olho-de-cão (Priacanthus arenatus); Olho-de-boi (Seriola lalandi) Linguado (Paralichthys patagonicus /P. brasiliensis); Galo (Selene vômer); Paru (Chaetodipterus faber); Oveva (Larimus breviceps); Marimbá (Diplodus argenteus); Guaivira (Oligoplites saliens); Robalo (Centropomus parallelus, Centropomus undecimalis); Carapicu (Eucinostomus gula); Cangoá (Stellifer rastifer); Miracéu (Astrocopus sexspinosus); Caratinga (Eugerres brasilianus); Carapeba (Diapterus rhombeus), com área de operação no Mar Territorial do Estado de Santa Catarina, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº 6.08.001, que corresponde ao item 6.8, do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, incluída pela incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria da Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

PORTARIA SAP/MAPA Nº 748, DE 12 DE MAIO DE 2022

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca PRINCESA DO BATUTA, na modalidade de permissionamento disposta no item 4.4, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente; e concede, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca PRINCESA DO BATUTA, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.11, do Anexo VI, da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, considerando o disposto na Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Instrução Normativa nº 3, de 12 de maio de 2004 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e considerando o processo nº 21050.006860/2020-93, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca PRINCESA DO BATUTA, de propriedade de Ademar Teixeira, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0032265-1 e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação nº 445-111709-7, autorizada a operar na modalidade de permissionamento de cerco, para a captura das espécies-alvo Sardinha-laje (Opisthonema oglinum); Savelha (Brevoortia pectinata); Galo (Selene vomer); Peixe-galo (Selene setapinnis); Sardinha-cascuda (Harengula clupeola); Peixe-porco (Balistes capriscus); Sardinha-boca-torta (Cetengraulis edentulus); Xaréu (Caranx latus); Guaivira (Oligoplites saliens); Palombeta (Chloroscombrus chrysurus); Cavalinha (Scomber japonicus), com área de operação no Mar Territorial do Sudeste e do Sul e na Zona Econômica Exclusiva do Sudeste e do Sul, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº 4.01.002, que corresponde ao item 4.4, do Anexo IV da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2º Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca PRINCESA DO BATUTA, de propriedade de Ademar Teixeira, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0032265-1 e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação nº 445-111709-7, na modalidade de permissionamento de arrasto de praia, para a captura das espécies-alvo Tainha (Mugil liza); Parati (Mugil curema); Betara (Menticirrhus littoralis); Pescada (Cynoscion striatus); Corvina (Micropogonias furnieri); Pampo ou Gordinho (Peprilus paru); Enchova ou Anchova (Pomatomus saltatrix); Espada (Trichiurus lepturus); e Maria-luiza (Paralonchurus brasiliensis); Xaréu (Caranx hippos); Sororoca (Scomberomorus brasiliensis); Savelha (Brevoortia pectinata); Pescadinha-real (Macrodon ancylodon); Peixe-rei (Odonthestes bonariensis /Atherinella brasiliensis); Goete (Cynoscion jamaicensis); Abrótea (Urophycis brasiliensis); Xerelete (Caranx crysus); Sardinha-lage (Opisthonema oglinum); Prejereba (Lobotes surinamensis); Pescada-branca (Cynoscion leiarchus); Pescada-amarela (Cynoscion acoupa); Cavala (Scomber japonicus); Peixe-porco (Balistes capriscus / B. vetula); Palombeta ou Carapau (Chloroscombrus chrysurus); Olho-de-cão (Priacanthus arenatus); Olho-de-boi (Seriola lalandi) Linguado (Paralichthys patagonicus /P. brasiliensis); Galo (Selene vômer); Paru (Chaetodipterus faber); Oveva (Larimus breviceps); Marimbá (Diplodus argenteus); Guaivira (Oligoplites saliens); Robalo (Centropomus parallelus, Centropomus undecimalis); Carapicu (Eucinostomus gula); Cangoá (Stellifer rastifer); Miracéu (Astrocopus sexspinosus); Caratinga (Eugerres brasilianus); Carapeba (Diapterus rhombeus), com área de operação no Mar Territorial do Estado de Santa Catarina, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº 6.08.004, que corresponde ao item 6.11, do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

PORTARIA SAP/MAPA Nº 750, DE 12 DE MAIO DE 2022

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca LOURA, na modalidade de permissionamento disposta no item 2.4, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente; e concede, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca LOURA, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.9, do Anexo VI, da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e considerando o disposto na Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Instrução Normativa nº 3, de 12 de maio de 2004 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e considerando nos autos do processo nº 21050.003263/2021-98, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca LOURA, de propriedade de Irineu José João Alexandre, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0017952-4 e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação nº 443-003237-8, autorizada a operar na modalidade de permissionamento de emalhe costeiro de fundo, para a captura das espécies-alvo Corvina (Micropogonias furnieri); Castanha (Umbrina canosai); Pescada (Cynoscion striatus); Abrotea (Urophycis brasiliensis), com área de operação no Mar Territorial Sul e Sudeste e na Zona Econômica Exclusiva Sul e Sudeste, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira-SisRGP sob o nº 2.04.001, que corresponde ao item 2.4, do Anexo IV da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2º Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca LOURA, de propriedade de Irineu José João Alexandre, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0017952-4 e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação nº 443-003237-8, na modalidade de permissionamento de arrasto de praia, para a captura das espécies-alvo Tainha (Mugil liza); Parati (Mugil curema); Betara (Menticirrhus littoralis); Pescada (Cynoscion striatus); Corvina(Micropogonias furnieri); Pampo ou Gordinho (Peprilus paru); Enchova ou Anchova (Pomatomus saltatrix); Espada (Trichiurus lepturus); e Maria-luiza (Paralonchurus brasiliensis); Xaréu (Caranx hippos); Sororoca (Scomberomorus brasiliensis); Savelha (Brevoortia pectinata); Pescadinha-real (Macrodon ancylodon); Peixe-rei (Odonthestes bonariensis /Atherinella brasiliensis); Goete (Cynoscion jamaicensis); Abrótea (Urophycis brasiliensis); Xerelete (Caranx crysus); Sardinha-lage (Opisthonema oglinum); Prejereba (Lobotes surinamensis); Pescada-branca (Cynoscion leiarchus); Pescada-amarela (Cynoscion acoupa); Cavala (Scomber japonicus); Peixe-porco (Balistes capriscus / B. vetula); Palombeta ou Carapau (Chloroscombrus chrysurus); Olho-de-cão (Priacanthus arenatus); Olho-de-boi (Seriola lalandi); Linguado (Paralichthys patagonicus /P. brasiliensis); Galo (Selene vômer); Paru (Chaetodipterus faber); Oveva (Larimus breviceps); Marimbá (Diplodus argenteus); Guaivira (Oligoplites saliens); Robalo (Centropomus parallelus, Centropomus undecimalis); Carapicu (Eucinostomus gula); Cangoá (Stellifer rastifer); Miracéu (Astrocopus sexspinosus); Caratinga (Eugerres brasilianus); Carapeba (Diapterus rhombeus), com área de operação no Mar Territorial do Estado de Santa Catarina, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº 6.08.002, que corresponde ao item 6.9, do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SAP/MAPA.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

PORTARIA SAP/MAPA Nº 751, DE 12 DE MAIO DE 2022

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca TETE, na modalidade de permissionamento disposta no item 2.2 do Anexo II, da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Aquicultura e Pesca e do Ministério do Meio Ambiente; e concede, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca TETE, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.8, do Anexo VI, da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Aquicultura e Pesca e do Ministério do Meio Ambiente.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, considerando o disposto na Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Instrução Normativa nº 3, de 12 de maio de 2004 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e ainda considerando o processo nº 21050.003065/2021-24, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca TETE, de propriedade de Carmino Ramos, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob nº SC-0029720-5 e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação nº 441-044516-2, autorizada a operar na modalidade de permissionamento de emalhe costeiro de superfície, para a captura das espécies-alvo Tainha (Mugil platanus ou Mugil liza); Anchova (Pomatomus saltatrix); Sororoca, serra (Scomberomorus brasiliensis), com área de operação no Mar Territorial do Sul e do Sudeste, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº 2.02.001, que corresponde ao item 2.2, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2º Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca TETE, de propriedade de Carmino Ramos, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob nº SC-0029720-5 e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação nº 441-044516-2, na modalidade de permissionamento de arrasto de praia, para a captura das espécies-alvo Tainha (Mugil liza); Parati (Mugil curema); Betara (Menticirrhus littoralis); Pescada (Cynoscion striatus); Corvina

(Micropogonias furnieri); Pampo ou Gordinho (Peprilus paru); Enchova ou Anchova (Pomatomus saltatrix); Espada (Trichiurus lepturus); e Maria-luiza (Paralonchurus brasiliensis); Xaréu (Caranx hippos); Sororoca (Scomberomorus brasiliensis); Savelha (Brevoortia pectinata); Pescadinha-real (Macrodon ancylodon); Peixe-rei (Odonthestes bonariensis /Atherinella brasiliensis); Goete (Cynoscion jamaicensis); Abrótea (Urophycis brasiliensis); Xerelete (Caranx crysus); Sardinha-lage (Opisthonema oglinum); Prejereba (Lobotes surinamensis); Pescada-branca (Cynoscion leiarchus); Pescada-amarela (Cynoscion acoupa); Cavala (Scomber japonicus); Peixe-porco (Balistes capriscus / B. vetula); Palombeta ou Carapau (Chloroscombrus chrysurus); Olho-de-cão (Priacanthus arenatus); Olho-de-boi (Seriola lalandi); Linguado (Paralichthys patagonicus /P. brasiliensis); Galo (Selene vômer); Paru (Chaetodipterus faber); Oveva (Larimus breviceps); Marimbá (Diplodus argenteus); Guaivira (Oligoplites saliens); Robalo (Centropomus parallelus, Centropomus undecimalis); Carapicu (Eucinostomus gula); Cangoá (Stellifer rastifer); Miracéu (Astrocopus sexspinosus); Caratinga (Eugerres brasilianus); Carapeba (Diapterus rhombeus), com área de operação no Mar Territorial do Estado de Santa Catarina, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº 6.08.001, que corresponde ao item 6.8, do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, incluída pela incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria da Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

PORTARIA SAP/MAPA Nº 752, DE 12 DE MAIO DE 2022

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca SEMPRE ALERTA, na modalidade de permissionamento disposta no item 2.2 do Anexo II, da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Aquicultura e Pesca e do Ministério do Meio Ambiente; e concede, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca SEMPRE ALERTA, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.8, do Anexo VI, da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Aquicultura e Pesca e do Ministério do Meio Ambiente.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, considerando o disposto na Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Instrução Normativa nº 3, de 12 de maio de 2004 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e ainda considerando o processo nº 21050.003124/2021-64, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca SEMPRE ALERTA, de propriedade de João Elpidio Serpa, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob nº SC-0016783-1 e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação nº 441-010650-3, autorizada a operar na modalidade de permissionamento de emalhe costeiro de superfície, para a captura das espécies-alvo Tainha (Mugil platanus ou Mugil liza); Anchova (Pomatomus saltatrix); Sororoca, serra (Scomberomorus brasiliensis), com área de operação no Mar Territorial do Sul e do Sudeste, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº 2.02.001, que corresponde ao item 2.2, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2º Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca SEMPRE ALERTA, de propriedade de João Elpidio Serpa, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob nº SC-0016783-1 e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação nº 441-010650-3, na modalidade de permissionamento de arrasto de praia, para a captura das espécies-alvo Tainha (Mugil liza); Parati (Mugil curema); Betara (Menticirrhus littoralis); Pescada (Cynoscion striatus); Corvina (Micropogonias furnieri); Pampo ou Gordinho (Peprilus paru); Enchova ou Anchova (Pomatomus saltatrix); Espada (Trichiurus lepturus); e Maria-luiza (Paralonchurus brasiliensis); Xaréu (Caranx hippos); Sororoca (Scomberomorus brasiliensis); Savelha (Brevoortia pectinata); Pescadinha-real (Macrodon ancylodon); Peixe-rei (Odonthestes bonariensis /Atherinella brasiliensis); Goete (Cynoscion jamaicensis); Abrótea (Urophycis brasiliensis); Xerelete (Caranx crysus); Sardinha-lage (Opisthonema oglinum); Prejereba (Lobotes surinamensis); Pescada-branca (Cynoscion leiarchus); Pescada-amarela (Cynoscion acoupa); Cavala (Scomber japonicus); Peixe-porco (Balistes capriscus / B. vetula); Palombeta ou Carapau (Chloroscombrus chrysurus); Olho-de-cão (Priacanthus arenatus); Olho-de-boi (Seriola lalandi); Linguado (Paralichthys patagonicus /P. brasiliensis); Galo (Selene vômer); Paru (Chaetodipterus faber); Oveva (Larimus breviceps); Marimbá (Diplodus argenteus); Guaivira (Oligoplites saliens); Robalo (Centropomus parallelus, Centropomus undecimalis); Carapicu (Eucinostomus gula); Cangoá (Stellifer rastifer); Miracéu (Astrocopus sexspinosus); Caratinga (Eugerres brasilianus); Carapeba (Diapterus rhombeus), com área de operação no Mar Territorial do Estado de Santa Catarina, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº 6.08.001, que corresponde ao item 6.8, do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, incluída pela incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria da Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

PORTARIA SAP/MAPA Nº 753, DE 12 DE MAIO DE 2022

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca FORTALEZA II, na modalidade de permissionamento disposta no item 2.2, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente; e concede, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca FORTALEZA II, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.8, do Anexo VI, da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, considerando o disposto na Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Instrução Normativa nº 3, de 12 de maio de 2004 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e considerando nos autos do processo nº 21000.033103/2022-40, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca FORTALEZA II, de propriedade de Luiz Jarbas Pascoino, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0032006-1 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação nº 442-014767-9, autorizada a operar na modalidade de permissionamento de emalhe costeiro de superfície, para a captura das espécies-alvo Tainha (Mugil platanus ou Mugil liza); Anchova (Pomatomus saltatrix); Sororoca, serra (Scomberomorus brasiliensis), com área de operação no Mar Territorial do Sul e do Sudeste, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº 2.02.001, que corresponde ao item 2.2, do Anexo II, da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2º Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca FORTALEZA II, de propriedade de Luiz Jarbas Pascoino, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0032006-1 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação nº 442-014767-9, na modalidade de permissionamento de arrasto de praia, para a captura das espécies-alvo Tainha (Mugil liza); Parati (Mugil curema); Betara (Menticirrhus littoralis); Pescada (Cynoscion striatus); Corvina (Micropogonias furnieri); Pampo ou Gordinho (Peprilus paru); Enchova ou Anchova (Pomatomus saltatrix); Espada (Trichiurus lepturus); e Maria-luiza (Paralonchurus brasiliensis); Xaréu (Caranx hippos); Sororoca (Scomberomorus brasiliensis); Savelha (Brevoortia pectinata); Pescadinha-real (Macrodon ancylodon); Peixe-rei (Odonthestes bonariensis /Atherinella brasiliensis); Goete (Cynoscion jamaicensis); Abrótea (Urophycis brasiliensis); Xerelete (Caranx crysus); Sardinha-lage (Opisthonema oglinum); Prejereba (Lobotes surinamensis); Pescada-branca (Cynoscion leiarchus); Pescada-amarela (Cynoscion acoupa); Cavala (Scomber japonicus); Peixe-porco (Balistes capriscus / B. vetula); Palombeta ou Carapau (Chloroscombrus chrysurus); Olho-de-cão (Priacanthus arenatus); Olho-de-boi (Seriola lalandi); Linguado (Paralichthys patagonicus /P. brasiliensis); Galo (Selene vômer); Paru (Chaetodipterus faber); Oveva (Larimus breviceps); Marimbá (Diplodus argenteus); Guaivira (Oligoplites saliens); Robalo (Centropomus parallelus, Centropomus undecimalis); Carapicu (Eucinostomus gula); Cangoá (Stellifer rastifer); Miracéu (Astrocopus sexspinosus); Caratinga (Eugerres brasilianus); Carapeba (Diapterus rhombeus), com área de operação no Mar Territorial do Estado de Santa Catarina, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº 6.08.001, que corresponde ao item 6.8, do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de Junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

PORTARIA SAP/MAPA Nº 754, DE 12 DE MAIO DE 2022

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca RIETE, na modalidade de permissionamento disposta no item 2.2, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente; e concede, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca RIETE, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.8, do Anexo VI, da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e considerando o disposto na Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, na Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Instrução Normativa nº 3, de 12 de maio de 2004 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e considerando nos autos do processo nº 21050.003268/2021-11, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca RIETE, de propriedade do Sr. Matinho Vieira, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-009606-7 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação nº 4430051232, autorizada a operar na modalidade de permissionamento emalhe costeiro de superfície, para a captura das espécies-alvo Tainha (Mugil platanus ou Mugil liza); Anchova (Pomatomus saltatrix); Sororoca, serra (Scomberomorus brasiliensis), com área de operação no Mar Territorial Sul e Sudeste, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº 2.02.001, que corresponde ao item 2.2 do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 2011 do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2º Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca RIETE, de propriedade do Sr. Matinho Vieira, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-009606-7 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação sob o nº 4430051232, na modalidade de permissionamento de arrasto de praia, para a captura das espécies-alvo Tainha (Mugil liza); Parati (Mugil curema); Betara (Menticirrhus littoralis); Pescada (Cynoscion striatus); Corvina (Micropogonias furnieri); Pampo ou Gordinho (Peprilus paru); Enchova ou Anchova (Pomatomus saltatrix); Espada (Trichiurus lepturus); e Maria-luiza (Paralonchurus brasiliensis); Xaréu (Caranx hippos); Sororoca (Scomberomorus brasiliensis); Savelha (Brevoortia pectinata); Pescadinha-real (Macrodon ancylodon); Peixe-rei (Odonthestes bonariensis /Atherinella brasiliensis); Goete (Cynoscion jamaicensis); Abrótea (Urophycis brasiliensis); Xerelete (Caranx crysus); Sardinha-lage (Opisthonema oglinum); Prejereba (Lobotes surinamensis); Pescada-branca (Cynoscion leiarchus); Pescada-amarela (Cynoscion acoupa); Cavala (Scomber japonicus); Peixe-porco (Balistes capriscus / B. vetula); Palombeta ou Carapau (Chloroscombrus chrysurus); Olhode-cão (Priacanthus arenatus); Olho-de-boi (Seriola lalandi); Linguado (Paralichthys patagonicus /P. brasiliensis); Galo (Selene vômer); Paru (Chaetodipterus faber); Oveva (Larimus breviceps); Marimbá (Diplodus argenteus); Guaivira (Oligoplites saliens); Robalo (Centropomus parallelus, Centropomus undecimalis); Carapicu (Eucinostomus gula); Cangoá (Stellifer rastifer); Miracéu (Astrocopus sexspinosus); Caratinga (Eugerres brasilianus); Carapeba (Diapterus rhombeus), com área de operação no Mar Territorial do Estado de Santa Catarina, código no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº 6.08.001, que corresponde ao item 6.8 do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

PORTARIA SAP/MAPA Nº 755, DE 12 DE MAIO DE 2022

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca ANA PAULA I, na modalidade de permissionamento disposta no item 2.2, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente; e concede, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca ANA PAULA I, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.8, do Anexo VI, da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e considerando o disposto na Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, na Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Instrução Normativa nº 3, de 12 de maio de 2004 da

Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e considerando nos autos do processo nº 21050.003307/2020-07, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca ANA PAULA I, de propriedade do Sr. Carlos Eduardo Fernandes, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0023240-9 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação sob o nº 444004258-9, autorizada a operar na modalidade de permissionamento emalhe costeiro de superfície, para a captura das espécies-alvo Tainha (Mugil platanus ou Mugil liza); Anchova (Pomatomus saltatrix); Sororoca, serra (Scomberomorus brasiliensis), com área de operação no Mar Territorial Sul e Sudeste, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº 2.02.001, que corresponde ao item 2.2 do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 2011 do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2º Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca ANA PAULA I, de propriedade do Sr. Carlos Eduardo Fernandes, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0023240-9 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação nº 444004258-9, na modalidade de permissionamento de arrasto de praia, para a captura das espécies-alvo Tainha (Mugil liza); Parati (Mugil curema); Betara (Menticirrhus littoralis); Pescada (Cynoscion striatus); Corvina (Micropogonias furnieri); Pampo ou Gordinho (Peprilus paru); Enchova ou Anchova (Pomatomus saltatrix); Espada (Trichiurus lepturus); e Maria-luiza (Paralonchurus brasiliensis); Xaréu (Caranx hippos); Sororoca (Scomberomorus brasiliensis); Savelha (Brevoortia pectinata); Pescadinha-real (Macrodon ancylodon); Peixe-rei (Odonthestes bonariensis /Atherinella brasiliensis); Goete (Cynoscion jamaicensis); Abrótea (Urophycis brasiliensis); Xerelete (Caranx crysus); Sardinha-lage (Opisthonema oglinum); Prejereba (Lobotes surinamensis); Pescada-branca (Cynoscion leiarchus); Pescada-amarela (Cynoscion acoupa); Cavala (Scomber japonicus); Peixe-porco (Balistes capriscus / B. vetula); Palombeta ou Carapau (Chloroscombrus chrysurus); Olho-de-cão (Priacanthus arenatus); Olho-de-boi (Seriola lalandi); Linguado (Paralichthys patagonicus /P. brasiliensis); Galo (Selene vômer); Paru (Chaetodipterus faber); Oveva (Larimus breviceps); Marimbá (Diplodus argenteus); Guaivira (Oligoplites saliens); Robalo (Centropomus parallelus, Centropomus undecimalis); Carapicu (Eucinostomus gula); Cangoá (Stellifer rastifer); Miracéu (Astrocopus sexspinosus); Caratinga (Eugerres brasilianus); Carapeba (Diapterus rhombeus), com área de operação no Mar Territorial do Estado de Santa Catarina, código no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº 6.08.001, que corresponde ao item 6.8 do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

PORTARIA SAP/MAPA Nº 756, DE 12 DE MAIO DE 2022

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca LUANA XIII, na modalidade de permissionamento disposta no item 2.2 do Anexo II, da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Aquicultura e Pesca e do Ministério do Meio Ambiente; e concede, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca LUANA XIII, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.8, do Anexo VI, da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Aquicultura e Pesca e do Ministério do Meio Ambiente

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e considerando o disposto na Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Instrução Normativa nº 03, de 12 de maio de 2004 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e considerando nos autos do processo nº 21050.008982/2019-81, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca LUANA XIII, de propriedade de Rafael Teixeira De Abreu, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0023515-5 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação sob o nº 445-111490-0, autorizada a operar na modalidade de permissionamento de emalhe costeiro de superfície, para a captura das espécies-alvo Tainha (Mugil platanus ou Mugil liza); Anchova (Pomatomus saltatrix); Sororoca, serra (Scomberomorus brasiliensis), com área de operação no Mar Territorial do Sul e do Sudeste, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº 2.02.001, que corresponde ao item 2.2, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2º Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca LUANA XIII, de propriedade de Rafael Teixeira De Abreu, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0023515-5 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação sob o nº 445-111490-0, na modalidade de permissionamento de arrasto de praia, para a captura das espécies-alvo Tainha (Mugil liza); Parati (Mugil curema); Betara (Menticirrhus littoralis); Pescada (Cynoscion striatus); Corvina (Micropogonias furnieri); Pampo ou Gordinho (Peprilus paru); Enchova ou Anchova (Pomatomus saltatrix); Espada (Trichiurus lepturus); e Maria-luiza (Paralonchurus brasiliensis); Xaréu (Caranx hippos); Sororoca (Scomberomorus brasiliensis); Savelha (Brevoortia pectinata); Pescadinha-real (Macrodon ancylodon); Peixe-rei (Odonthestes bonariensis /Atherinella brasiliensis); Goete (Cynoscion jamaicensis); Abrótea (Urophycis brasiliensis); Xerelete (Caranx crysus); Sardinha-lage (Opisthonema oglinum); Prejereba (Lobotes surinamensis); Pescada-branca (Cynoscion leiarchus); Pescada-amarela (Cynoscion acoupa); Cavala (Scomber japonicus); Peixe-porco (Balistes capriscus / B. vetula); Palombeta ou Carapau (Chloroscombrus chrysurus); Olho-de-cão (Priacanthus arenatus); Olho-de-boi (Seriola lalandi); Linguado (Paralichthys patagonicus /P. brasiliensis); Galo (Selene vômer); Paru (Chaetodipterus faber); Oveva (Larimus breviceps); Marimbá (Diplodus argenteus); Guaivira (Oligoplites saliens); Robalo (Centropomus parallelus, Centropomus undecimalis); Carapicu (Eucinostomus gula); Cangoá (Stellifer rastifer); Miracéu (Astrocopus sexspinosus); Caratinga (Eugerres brasilianus); Carapeba (Diapterus rhombeus), com área de operação no Mar Territorial do Estado de Santa Catarina, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº 6.08.001, que corresponde ao item 6.8, do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, incluída pela incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

PORTARIA SAP/MAPA Nº 757, DE 12 DE MAIO DE 2022

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca ESTRELA DO MAR III, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.7, do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente; e concede, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca ESTRELA DO MAR III, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.10, do Anexo VI, da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e considerando o disposto na Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, na Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Instrução Normativa nº 3, de 12 de maio de 2004 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e considerando nos autos do processo nº 21050.003430/2022-81, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca ESTRELA DO MAR III, de propriedade de Ernande Neves da Silveira, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0029652-9 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação sob o nº 441M2014002072, autorizada a operar na modalidade de permissionamento de diversificada costeira, para a captura das espécies-alvo peixes e crustáceos diversos, com área de operação no Mar Territorial de São Paulo ao Rio Grande do Sul, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº 6.03.004, que corresponde ao item 6.7, do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de Junho de 2011, do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2º Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca ESTRELA DO MAR III, de propriedade de Ernande Neves da Silveira, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0029652-9 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação sob o nº 441M2014002072, na modalidade de permissionamento de arrasto de praia, para a captura das espécies-alvo Tainha (Mugil liza); Parati (Mugil curema); Betara (Menticirrhus littoralis); Pescada (Cynoscion striatus); Corvina (Micropogonias furnieri); Pampo ou Gordinho (Peprilus paru); Enchova ou Anchova (Pomatomus saltatrix); Espada (Trichiurus lepturus); e Maria- luiza (Paralonchurus brasiliensis); Xaréu (Caranx hippos); Sororoca (Scomberomorus brasiliensis); Savelha (Brevoortia pectinata); Pescadinha real (Macrodon ancylodon); Peixe-rei (Odonthestes bonariensis/Atherinella brasiliensis); Goete (Cynoscion jamaicensis); Abrótea (Urophycis brasiliensis); Xerelete (Caranx crysus); Sardinha-lage (Opisthonema oglinum); Prejereba (Lobotes surinamensis); Pescada-branca (Cynoscion leiarchus); Pescada-amarela (Cynoscion acoupa); Cavala (Scomber japonicus); Peixe-porco (Balistes capriscus/B. vetula); Palombeta ou Carapau (Chloroscombrus chrysurus); Olho-de-cão (Priacanthus arenatus); Olho-de-boi (Seriola lalandi); Linguado (Paralichthys patagonicus/P. brasiliensis); Galo (Selene vômer); Paru (Chaetodipterus faber); Oveva (Larimus breviceps); Marimbá (Diplodus argenteus); Guaivira (Oligoplites saliens); Robalo (Centropomus parallelus, Centropomus undecimalis); Carapicu (Eucinostomus gula); Cangoá (Stellifer rastifer); Miracéu (Astrocopus sexspinosus); Caratinga (Eugerres brasilianus); Carapeba (Diapterus rhombeus), com área de operação no Mar Territorial do Estado de Santa Catarina, código no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº 6.08.003, que corresponde ao item 6.10 do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

PORTARIA SAP/MAPA Nº 758, DE 12 DE MAIO DE 2022

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca TIO LORO, na modalidade de permissionamento disposta no item 2.2, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente; e concede, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca TIO LORO, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.8, do Anexo VI, da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e considerando o disposto na Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, na Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Instrução Normativa nº 3, de 12 de maio de 2004 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e considerando nos autos do processo nº 21050.004230/2021-65, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca TIO LORO, de propriedade de Debrandino Estevam de Lemos, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0017044-8 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação sob o nº 4451113113, autorizada a operar na modalidade de permissionamento emalhe costeiro de superfície, para a captura das espécies-alvo Tainha (Mugil platanus ou Mugil liza); Anchova (Pomatomus saltatrix); Sororoca, serra (Scomberomorus brasiliensis), com área de operação no Mar Territorial Sul e Sudeste, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº 2.02.001, que corresponde ao item 2.2 do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 2011 do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2º Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca TIO LORO, de propriedade de Debrandino Estevam de Lemos, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0017044-8 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação sob o nº 4451113113, na modalidade de permissionamento de arrasto de praia, para a captura das espécies-alvo Tainha (Mugil liza); Parati (Mugil curema); Betara (Menticirrhus littoralis); Pescada (Cynoscion striatus); Corvina (Micropogonias furnieri); Pampo ou Gordinho (Peprilus paru); Enchova ou Anchova (Pomatomus saltatrix); Espada (Trichiurus lepturus); e Maria-luiza (Paralonchurus brasiliensis); Xaréu (Caranx hippos); Sororoca (Scomberomorus brasiliensis); Savelha (Brevoortia pectinata); Pescadinha-real (Macrodon ancylodon); Peixe-rei (Odonthestes bonariensis /Atherinella brasiliensis); Goete (Cynoscion jamaicensis); Abrótea (Urophycis brasiliensis); Xerelete (Caranx crysus); Sardinha-lage (Opisthonema oglinum); Prejereba (Lobotes surinamensis); Pescada-branca (Cynoscion leiarchus); Pescada-amarela (Cynoscion acoupa); Cavala (Scomber japonicus); Peixe-porco (Balistes capriscus / B. vetula); Palombeta ou Carapau (Chloroscombrus chrysurus); Olhode-cão (Priacanthus arenatus); Olho-de-boi (Seriola lalandi); Linguado (Paralichthys patagonicus /P. brasiliensis);

Galo (Selene vômer); Paru (Chaetodipterus faber); Oveva (Larimus breviceps); Marimbá (Diplodus argenteus); Guaivira (Oligoplites saliens); Robalo (Centropomus parallelus, Centropomus undecimalis); Carapicu (Eucinostomus gula); Cangoá (Stellifer rastifer); Miracéu (Astrocopus sexspinosus); Caratinga (Eugerres brasilianus); Carapeba (Diapterus rhombeus), com área de operação no Mar Territorial do Estado de Santa Catarina, código no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº 6.08.001, que corresponde ao item 6.8 do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

PORTARIA SAP/MAPA Nº 759, DE 12 DE MAIO DE 2022

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca MAE SILVEIRA, na modalidade de permissionamento disposta no item 2.4, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente; e concede, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca MAE SILVEIRA, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.9, do Anexo VI, da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e considerando o disposto na Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, na Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Instrução Normativa nº 3, de 12 de maio de 2004 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e considerando nos autos do processo nº 21000.022408/2022-26, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca MAE SILVEIRA, de propriedade de Wagner Silveira Teixeira, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0005360-5 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação sob o nº 445111137-4, autorizada a operar na modalidade de permissionamento de emalhe costeiro de fundo, para a captura das espécies-alvo Corvina (Micropogonias furnieri); Castanha (Umbrina canosai); Pescada (Cynoscion striatus); Abrotea (Urophycis brasiliensis), com área de operação no Mar Territorial do Sul e do Sudeste e Zona Exclusiva Econômica do Sul e do Sudeste, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº 2.04.001, que corresponde ao item 2.4, do Anexo II, da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2º Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca MAE SILVEIRA, de propriedade de Wagner Silveira Teixeira, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0005360-5 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação sob o nº 445111137-4, na modalidade de permissionamento de arrasto de praia, para a captura das espécies-alvo Tainha (Mugil liza); Parati (Mugil curema); Betara (Menticirrhus littoralis); Pescada (Cynoscion striatus); Corvina (Micropogonias furnieri); Pampo ou Gordinho (Peprilus paru); Enchova ou Anchova (Pomatomus saltatrix); Espada (Trichiurus lepturus); e Maria- luiza (Paralonchurus brasiliensis); Xaréu (Caranx hippos); Sororoca (Scomberomorus brasiliensis); Savelha (Brevoortia pectinata); Pescadinhareal (Macrodon ancylodon); Peixe-rei (Odonthestes bonariensis /Atherinella brasiliensis); Goete (Cynoscion jamaicensis); Abrótea (Urophycis brasiliensis); Xerelete (Caranx crysus); Sardinha-lage (Opisthonema oglinum); Prejereba (Lobotes surinamensis); Pescada-branca (Cynoscion leiarchus); Pescada-amarela (Cynoscion acoupa); Cavala (Scomber japonicus); Peixe-porco (Balistes capriscus / B. vetula); Palombeta ou Carapau (Chloroscombrus chrysurus); Olho-de-cão (Priacanthus arenatus); Olho-de-boi (Seriola lalandi); Linguado (Paralichthys patagonicus /P. brasiliensis); Galo (Selene vômer); Paru (Chaetodipterus faber); Oveva (Larimus breviceps); Marimbá (Diplodus argenteus); Guaivira (Oligoplites saliens); Robalo (Centropomus parallelus, Centropomus undecimalis); Carapicu (Eucinostomus gula); Cangoá (Stellifer rastifer); Miracéu (Astrocopus sexspinosus); Caratinga (Eugerres brasilianus); Carapeba (Diapterus rhombeus), com área de operação no Mar Territorial do Estado de Santa Catarina, código no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº 6.08.002, que corresponde ao item 6.9 do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

PORTARIA SAP/MAPA Nº 761, DE 12 DE MAIO DE 2022

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca SELMA, na modalidade de permissionamento disposta no item 2.2, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente; e concede, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca SELMA, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.8, do Anexo VI, da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e considerando o disposto na Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, na Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Instrução Normativa nº 3, de 12 de maio de 2004 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e considerando nos autos do processo nº 21050.003061/2021-46, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca SELMA, de propriedade do Sr. Laercio Demetrio, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0029626-9 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação nº 4410068792, autorizada a operar na modalidade de permissionamento emalhe costeiro de superfície, para a captura das espécies-alvo: Tainha (Mugil platanus ou Mugil liza); Anchova (Pomatomus saltatrix); Sororoca, serra (Scomberomorus brasiliensis), com área de operação no Mar Territorial Sul e Sudeste, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira nº 2.02.001, que corresponde ao item 2.2 do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2º Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca SELMA, de propriedade do Sr. Laercio Demetrio, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0029626-9 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação nº 4410068792, na modalidade de permissionamento de arrasto de praia, para a captura das espécies-alvo: Tainha (Mugil liza); Parati (Mugil curema); Betara (Menticirrhus littoralis); Pescada (Cynoscion striatus); Corvina (Micropogonias furnieri); Pampo ou Gordinho (Peprilus paru); Enchova ou Anchova (Pomatomus saltatrix); Espada (Trichiurus lepturus); e Maria-luiza (Paralonchurus brasiliensis); Xaréu (Caranx hippos); Sororoca (Scomberomorus brasiliensis); Savelha (Brevoortia pectinata); Pescadinha-real (Macrodon ancylodon); Peixe-rei (Odonthestes bonariensis /Atherinella brasiliensis); Goete (Cynoscion jamaicensis); Abrótea (Urophycis brasiliensis); Xerelete (Caranx crysus); Sardinha-lage (Opisthonema oglinum); Prejereba (Lobotes surinamensis); Pescada-branca (Cynoscion leiarchus); Pescada-amarela (Cynoscion acoupa); Cavala (Scomber japonicus); Peixe-porco (Balistes capriscus / B. vetula); Palombeta ou Carapau (Chloroscombrus chrysurus); Olho-de-cão (Priacanthus arenatus); Olho-de-boi (Seriola lalandi); Linguado (Paralichthys patagonicus /P. brasiliensis); Galo (Selene vômer); Paru (Chaetodipterus faber); Oveva (Larimus breviceps); Marimbá (Diplodus argenteus); Guaivira (Oligoplites saliens); Robalo (Centropomus parallelus, Centropomus undecimalis); Carapicu (Eucinostomus gula); Cangoá (Stellifer rastifer); Miracéu (Astrocopus sexspinosus); Caratinga (Eugerres brasilianus); Carapeba (Diapterus rhombeus), com área de operação no Mar Territorial do Estado de Santa Catarina, código no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira nº 6.08.001, que corresponde ao item 6.8 do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

JAIRO GUND

PORTARIA SAP/MAPA Nº 762, DE 12 DE MAIO DE 2022

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca VILA RICA, na modalidade de permissionamento disposta no item 2.2, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente; e concede, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca VILA RICA, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.8, do Anexo VI, da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e considerando o disposto na Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Instrução Normativa nº 3, de 12 de maio de 2004 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e considerando nos autos do processo nº 21050.003267/2021-76, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca VILA RICA, de propriedade de Martinho Vieira, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0029607-9 e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação sob o nº 443-008674-5, autorizada a operar na modalidade de permissionamento de emalhe costeiro de superfície, para a captura das espécies-alvo Tainha (Mugil platanus ou Mugil liza); Anchova (Pomatomus saltatrix); Sororoca, serra (Scomberomorus brasiliensis), com área de operação no Mar Territorial do Sul e do Sudeste, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº 2.02.001, que corresponde ao item 2.2, do Anexo II, da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2º Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca VILA RICA, de propriedade de Martinho Vieira, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0029607-9 e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação sob o nº 443-008674-5, na modalidade de permissionamento de arrasto de praia, para a captura das espécies-alvo Tainha (Mugil liza); Parati (Mugil curema); Betara (Menticirrhus littoralis); Pescada (Cynoscion striatus); Corvina (Micropogonias furnieri); Pampo ou Gordinho (Peprilus paru); Enchova ou Anchova (Pomatomus saltatrix); Espada (Trichiurus lepturus); e Maria-luiza (Paralonchurus brasiliensis); Xaréu (Caranx hippos); Sororoca (Scomberomorus brasiliensis); Savelha (Brevoortia pectinata); Pescadinha-real (Macrodon ancylodon); Peixe-rei (Odonthestes bonariensis /Atherinella brasiliensis); Goete (Cynoscion jamaicensis); Abrótea (Urophycis brasiliensis); Xerelete (Caranx crysus); Sardinha-lage (Opisthonema oglinum); Prejereba (Lobotes surinamensis); Pescada-branca (Cynoscion leiarchus); Pescada-amarela (Cynoscion acoupa); Cavala (Scomber japonicus); Peixe-porco (Balistes capriscus / B. vetula); Palombeta ou Carapau (Chloroscombrus chrysurus); Olho-de-cão (Priacanthus arenatus); Olho-de-boi (Seriola lalandi); Linguado (Paralichthys patagonicus /P. brasiliensis); Galo (Selene vômer); Paru (Chaetodipterus faber); Oveva (Larimus breviceps); Marimbá (Diplodus argenteus); Guaivira (Oligoplites saliens); Robalo (Centropomus parallelus, Centropomus undecimalis); Carapicu (Eucinostomus gula); Cangoá (Stellifer rastifer); Miracéu (Astrocopus sexspinosus); Caratinga (Eugerres brasilianus); Carapeba (Diapterus rhombeus), com área de operação no Mar Territorial do Estado de Santa Catarina, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº 6.08.001, que corresponde ao item 6.8, do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

PORTARIA SAP/MAPA Nº 763, DE 12 DE MAIO DE 2022

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca VIRGINIA, na modalidade de permissionamento disposta no item 2.2, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente; e concede, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca VIRGINIA, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.8, do Anexo VI, da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e considerando o disposto na Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, na Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Instrução Normativa nº 3, de 12 de maio de 2004, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e considerando nos autos do processo nº 21050.010142/2019-88, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca VIRGINIA, de propriedade da Sra. Lindalva Cecilia Dias Alves, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0028756-4 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação nº 441M2002001203, autorizada a operar na modalidade de permissionamento emalhe costeiro de superfície, para a captura das espécies-alvo: Tainha (Mugil platanus ou Mugil liza); Anchova (Pomatomus saltatrix); Sororoca, serra (Scomberomorus brasiliensis), com área de operação no Mar Territorial Sul e Sudeste, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira nº 2.02.001, que corresponde ao item 2.2 do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2º Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca VIRGINIA, de propriedade da Sra. Lindalva Cecilia Dias Alves, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0028756-4 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação nº 441M2002001203, na modalidade de permissionamento de arrasto de praia, para a captura das espécies-alvo: Tainha (Mugil liza); Parati (Mugil curema); Betara (Menticirrhus littoralis); Pescada (Cynoscion striatus); Corvina (Micropogonias furnieri); Pampo ou Gordinho (Peprilus paru); Enchova ou Anchova (Pomatomus saltatrix); Espada (Trichiurus lepturus); e Maria-luiza (Paralonchurus brasiliensis); Xaréu (Caranx hippos); Sororoca (Scomberomorus brasiliensis); Savelha (Brevoortia pectinata); Pescadinha-real (Macrodon ancylodon); Peixe-rei (Odonthestes bonariensis /Atherinella brasiliensis); Goete (Cynoscion jamaicensis); Abrótea (Urophycis brasiliensis); Xerelete (Caranx crysus); Sardinha-lage (Opisthonema oglinum); Prejereba (Lobotes surinamensis); Pescada-branca (Cynoscion leiarchus); Pescada-amarela (Cynoscion acoupa); Cavala (Scomber japonicus); Peixe-porco (Balistes capriscus / B. vetula); Palombeta ou Carapau (Chloroscombrus chrysurus); Olhode-cão (Priacanthus arenatus); Olho-de-boi (Seriola lalandi); Linguado (Paralichthys patagonicus /P. brasiliensis); Galo (Selene vômer); Paru (Chaetodipterus faber); Oveva (Larimus breviceps); Marimbá (Diplodus argenteus); Guaivira (Oligoplites saliens); Robalo (Centropomus parallelus, Centropomus undecimalis); Carapicu (Eucinostomus gula); Cangoá (Stellifer rastifer); Miracéu (Astrocopus sexspinosus); Caratinga (Eugerres brasilianus); Carapeba (Diapterus rhombeus), com área de operação no Mar Territorial do Estado de Santa Catarina, código no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira nº 6.08.001, que corresponde ao item 6.8 do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

PORTARIA SAP/MAPA Nº 764, DE 12 DE MAIO DE 2022

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca FRAGATA, na modalidade de permissionamento disposta no item 2.2, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente; e concede, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca FRAGATA, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.8, do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e considerando o disposto na Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, na Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Instrução Normativa nº 3, de 12 de maio de 2004 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e considerando nos autos do processo nº 21050.003105/2021-38, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca FRAGATA, de propriedade do Sr. Edemar Manoel das Neves, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0029690-9 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação nº 4410136160, autorizada a operar na modalidade de permissionamento emalhe costeiro de superfície, para a captura das espécies-alvo: Tainha (Mugil platanus ou Mugil liza); Anchova (Pomatomus saltatrix); Sororoca, serra (Scomberomorus brasiliensis), com área de operação no Mar Territorial Sul e Sudeste, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira nº 2.02.001, que corresponde ao item 2.2 do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2º Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca FRAGATA, de propriedade do Sr. Edemar Manoel das Neves, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0029690-9 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação nº 4410136160, na modalidade de permissionamento de arrasto de praia, para a captura das espécies-alvo: Tainha (Mugil liza); Parati (Mugil curema); Betara (Menticirrhus littoralis); Pescada (Cynoscion striatus); Corvina (Micropogonias furnieri); Pampo ou Gordinho (Peprilus paru); Enchova ou Anchova (Pomatomus saltatrix); Espada (Trichiurus lepturus); e Maria-luiza (Paralonchurus brasiliensis); Xaréu (Caranx hippos); Sororoca (Scomberomorus brasiliensis); Savelha (Brevoortia pectinata); Pescadinha-real (Macrodon ancylodon); Peixe-rei (Odonthestes bonariensis /Atherinella brasiliensis); Goete (Cynoscion jamaicensis); Abrótea (Urophycis brasiliensis); Xerelete (Caranx crysus); Sardinha-lage (Opisthonema oglinum); Prejereba (Lobotes surinamensis); Pescada-branca (Cynoscion leiarchus); Pescada-amarela (Cynoscion acoupa); Cavala (Scomber japonicus); Peixe-porco (Balistes capriscus / B. vetula); Palombeta ou Carapau (Chloroscombrus chrysurus); Olhode-cão (Priacanthus arenatus); Olho-de-boi (Seriola lalandi); Linguado (Paralichthys patagonicus /P. brasiliensis); Galo (Selene vômer); Paru (Chaetodipterus faber); Oveva (Larimus breviceps); Marimbá (Diplodus argenteus); Guaivira (Oligoplites saliens); Robalo (Centropomus parallelus, Centropomus undecimalis); Carapicu (Eucinostomus gula); Cangoá (Stellifer rastifer); Miracéu (Astrocopus sexspinosus); Caratinga (Eugerres brasilianus); Carapeba (Diapterus rhombeus), com área de operação no Mar Territorial do Estado de Santa Catarina, código no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira nº 6.08.001, que corresponde ao item 6.8 do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

PORTARIA SAP/MAPA Nº 765, DE 12 DE MAIO DE 2022

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca SV PESCADOS, na modalidade de permissionamento disposta no item 2.2, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente; e concede, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca SV PESCADOS, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.8, do Anexo VI, da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e considerando o disposto na Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, na Portaria nº 617, de 8 de março de 2022, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Instrução Normativa nº 3, de 12 de maio de 2004, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e considerando nos autos do processo nº 21050.002828/2022-09, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca SV PESCADOS, de propriedade da Sra. Joyce Lino Borges, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0019752-4 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação nº 4451111722, autorizada a operar na modalidade de permissionamento emalhe costeiro de superfície, para a captura das espécies-alvo: Tainha (Mugil platanus ou Mugil liza); Anchova (Pomatomus saltatrix); Sororoca, serra (Scomberomorus brasiliensis); com área de operação no Mar Territorial Sul e Sudeste, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira nº 2.02.001, que corresponde ao item 2.2 do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 2011 do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2º Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca SV PESCADOS, de propriedade da Sra. Joyce Lino Borges, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0019752-4 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação nº 4451111722, na modalidade de permissionamento de arrasto de praia, para a captura das espécies-alvo: Tainha (Mugil liza); Parati (Mugil curema); Betara (Menticirrhus littoralis); Pescada (Cynoscion striatus); Corvina (Micropogonias furnieri); Pampo ou Gordinho (Peprilus paru); Enchova ou Anchova (Pomatomus saltatrix); Espada (Trichiurus lepturus); e Maria-luiza (Paralonchurus brasiliensis); Xaréu (Caranx hippos); Sororoca (Scomberomorus brasiliensis); Savelha (Brevoortia pectinata); Pescadinha-real (Macrodon ancylodon); Peixe-rei (Odonthestes bonariensis /Atherinella brasiliensis); Goete (Cynoscion jamaicensis); Abrótea (Urophycis brasiliensis); Xerelete (Caranx crysus); Sardinha-lage (Opisthonema oglinum); Prejereba (Lobotes surinamensis); Pescada-branca (Cynoscion leiarchus); Pescada-amarela (Cynoscion acoupa); Cavala (Scomber japonicus); Peixe-porco (Balistes capriscus / B. vetula); Palombeta ou Carapau (Chloroscombrus chrysurus); Olhode-cão (Priacanthus arenatus); Olho-de-boi (Seriola lalandi); Linguado (Paralichthys patagonicus /P. brasiliensis); Galo (Selene vômer); Paru (Chaetodipterus faber); Oveva (Larimus breviceps); Marimbá (Diplodus argenteus); Guaivira (Oligoplites saliens); Robalo (Centropomus parallelus, Centropomus undecimalis); Carapicu (Eucinostomus gula); Cangoá (Stellifer rastifer); Miracéu (Astrocopus sexspinosus); Caratinga (Eugerres brasilianus); Carapeba (Diapterus rhombeus); com área de operação no Mar Territorial do Estado de Santa Catarina, código no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira nº 6.08.001, que corresponde ao item 6.8 do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

PORTARIA SAP/MAPA Nº 766, DE 12 DE MAIO DE 2022

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca CAMPONEZA III, na modalidade de permissionamento disposta no item 2.2 do Anexo II, da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Aquicultura e Pesca e do Ministério do Meio Ambiente; e concede, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca CAMPONEZA III, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.8, do Anexo VI, da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Aquicultura e Pesca e do Ministério do Meio Ambiente

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e considerando o disposto na Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Instrução Normativa nº 3, de 12 de maio de 2004 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e considerando nos autos do processo nº 21050.003309/2021-79, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca CAMPONEZA III, de propriedade de Hilário Manoel Bento, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0029604-1 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação sob o nº 444-002430-1, autorizada a operar na modalidade de permissionamento de emalhe costeiro de superfície, para a captura das espécies-alvo Tainha (Mugil platanus ou Mugil liza); Anchova (Pomatomus saltatrix); Sororoca, serra (Scomberomorus brasiliensis), com área de operação no Mar Territorial do Sul e do Sudeste, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº 2.02.001, que corresponde ao item 2.2, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2º Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca CAMPONEZA III, de propriedade de Hilário Manoel Bento, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0029604-1 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação sob o nº 444-002430-1, na modalidade de permissionamento de arrasto de praia, para a captura das espécies-alvo Tainha (Mugil liza); Parati (Mugil curema); Betara (Menticirrhus littoralis); Pescada (Cynoscion striatus); Corvina (Micropogonias furnieri); Pampo ou Gordinho (Peprilus paru); Enchova ou Anchova (Pomatomus saltatrix); Espada (Trichiurus lepturus); e Maria-luiza (Paralonchurus brasiliensis); Xaréu (Caranx hippos); Sororoca (Scomberomorus brasiliensis); Savelha (Brevoortia pectinata); Pescadinha-real (Macrodon ancylodon); Peixe-rei (Odonthestes bonariensis /Atherinella brasiliensis); Goete (Cynoscion jamaicensis); Abrótea (Urophycis brasiliensis); Xerelete (Caranx crysus); Sardinha-lage (Opisthonema oglinum); Prejereba (Lobotes surinamensis); Pescada-branca (Cynoscion leiarchus); Pescada-amarela (Cynoscion acoupa); Cavala (Scomber japonicus); Peixe-porco (Balistes capriscus / B. vetula); Palombeta ou Carapau (Chloroscombrus chrysurus); Olho-de-cão (Priacanthus arenatus); Olho-de-boi (Seriola lalandi); Linguado (Paralichthys patagonicus /P. brasiliensis); Galo (Selene vômer); Paru (Chaetodipterus faber); Oveva (Larimus breviceps); Marimbá (Diplodus argenteus); Guaivira (Oligoplites saliens); Robalo (Centropomus parallelus, Centropomus undecimalis); Carapicu (Eucinostomus gula); Cangoá (Stellifer rastifer); Miracéu (Astrocopus sexspinosus); Caratinga (Eugerres brasilianus); Carapeba (Diapterus rhombeus), com área de operação no Mar Territorial do Estado de Santa Catarina, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº 6.08.001, que corresponde ao item 6.8, do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, incluída pela incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

PORTARIA SAP/MAPA Nº 767, DE 12 DE MAIO DE 2022

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca LUA MAR II, na modalidade de permissionamento disposta no item 2.2, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente; e concede, em conversão de modalidade de pesca, a Autorização de Pesca para a embarcação LUA MAR II, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.8, do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e considerando o disposto na Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, na Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Instrução Normativa nº 3, de 12 de maio de 2004 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e considerando nos autos do processo nº 21050.000731/2021-72, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca LUA MAR II, de propriedade de ADELMO ALCEBIADES ALVES, encontra-se inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob nº SC-0032557-5 e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação nº 441-M202000613-2, autorizada a operar na modalidade de permissionamento de emalhe costeiro de superfície, para a captura das espécies-alvo: Tainha (Mugil platanus ou Mugil liza); Anchova (Pomatomus saltatrix); Sororoca, serra (Scomberomorus brasiliensis), com área de operação no Mar Territorial do Sul e do Sudeste, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira nº 2.02.001, que corresponde ao item 2.2, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2º Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca LUA MAR II, de propriedade de ADELMO ALCEBIADES ALVES, encontra-se inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob nº SC-0032557-5 e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação nº 441-M202000613-2, na modalidade de permissionamento de arrasto de praia, para a captura das espécies-alvo: Tainha (Mugil liza); Parati (Mugil curema); Betara (Menticirrhus littoralis); Pescada (Cynoscion striatus); Corvina (Micropogonias furnieri); Pampo ou Gordinho (Peprilus paru); Enchova ou Anchova (Pomatomus saltatrix); Espada (Trichiurus lepturus); e Maria-luiza (Paralonchurus brasiliensis); Xaréu (Caranx hippos); Sororoca (Scomberomorus brasiliensis); Savelha (Brevoortia pectinata); Pescadinha-real (Macrodon ancylodon); Peixe-rei (Odonthestes bonariensis /Atherinella brasiliensis); Goete (Cynoscion jamaicensis); Abrótea (Urophycis brasiliensis); Xerelete (Caranx crysus); Sardinha-lage (Opisthonema oglinum); Prejereba (Lobotes surinamensis); Pescada-branca (Cynoscion leiarchus); Pescada-amarela (Cynoscion acoupa); Cavala (Scomber japonicus); Peixe-porco (Balistes capriscus / B. vetula); Palombeta ou Carapau (Chloroscombrus chrysurus); Olho-de-cão (Priacanthus arenatus); Olho-de-boi (Seriola lalandi); Linguado (Paralichthys patagonicus /P. brasiliensis); Galo (Selene vômer); Paru (Chaetodipterus faber); Oveva (Larimus breviceps); Marimbá (Diplodus argenteus); Guaivira (Oligoplites saliens); Robalo (Centropomus parallelus, Centropomus undecimalis); Carapicu (Eucinostomus gula); Cangoá (Stellifer rastifer); Miracéu (Astrocopus sexspinosus); Caratinga (Eugerres brasilianus); Carapeba (Diapterus rhombeus), com área de operação no Mar Territorial do estado de Santa Catarina, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira nº 6.08.001, que corresponde ao item 6.8, do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente , incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

PORTARIA SAP/MAPA Nº 772, DE 13 DE MAIO DE 2022

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca MARILIA I, na modalidade de permissionamento disposta no item 2.2, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente; e concede, em conversão de modalidade de pesca, a Autorização de Pesca para a embarcação MARILIA I, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.8, do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente , incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e considerando o disposto na Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, na Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Instrução Normativa nº 3, de 12 de maio de 2004 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e considerando nos autos do processo nº 21000.033105/2022-39, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca MARILIA I, de propriedade de Luiz Jarbas Pascoino, encontra-se inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob nº SC-0032002-5 e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação nº 442-013254-0, autorizada a operar na modalidade de permissionamento de emalhe costeiro de superfície, para a captura das espécies-alvo Tainha (Mugil platanus ou Mugil liza); Anchova (Pomatomus saltatrix); Sororoca, serra (Scomberomorus brasiliensis), com área de operação no Mar Territorial do Sul e do Sudeste, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº 2.02.001, que corresponde ao item 2.2, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2º Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca MARILIA I, de propriedade de Luiz Jarbas Pascoino, encontra-se inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob nº SC-0032002-5 e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação sob o nº 442-013254-0, na modalidade de permissionamento de arrasto de praia, para a captura das espécies-alvo Tainha (Mugil liza); Parati (Mugil curema); Betara (Menticirrhus littoralis); Pescada (Cynoscion striatus); Corvina (Micropogonias furnieri); Pampo ou Gordinho (Peprilus paru); Enchova ou Anchova (Pomatomus saltatrix); Espada (Trichiurus lepturus); e Maria-luiza (Paralonchurus brasiliensis); Xaréu (Caranx hippos); Sororoca (Scomberomorus brasiliensis); Savelha (Brevoortia pectinata); Pescadinha-real (Macrodon ancylodon); Peixe-rei (Odonthestes bonariensis /Atherinella brasiliensis); Goete (Cynoscion jamaicensis); Abrótea (Urophycis brasiliensis); Xerelete (Caranx crysus); Sardinha-lage (Opisthonema oglinum); Prejereba (Lobotes surinamensis); Pescada-branca (Cynoscion leiarchus); Pescada-amarela (Cynoscion acoupa); Cavala (Scomber japonicus); Peixe-porco (Balistes capriscus / B. vetula); Palombeta ou Carapau (Chloroscombrus chrysurus); Olho-de-cão (Priacanthus arenatus); Olho-de-boi (Seriola lalandi); Linguado (Paralichthys patagonicus /P. brasiliensis); Galo (Selene vômer); Paru (Chaetodipterus faber); Oveva (Larimus breviceps); Marimbá (Diplodus argenteus); Guaivira (Oligoplites saliens); Robalo (Centropomus parallelus, Centropomus undecimalis); Carapicu (Eucinostomus gula); Cangoá (Stellifer rastifer); Miracéu (Astrocopus sexspinosus); Caratinga (Eugerres brasilianus); Carapeba (Diapterus rhombeus), com área de operação no Mar Territorial do estado de Santa Catarina, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº 6.08.001, que corresponde ao item 6.8, do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente , incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

PORTARIA SAP/MAPA Nº 773, DE 13 DE MAIO DE 2022

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca PRINCESA DO CAMPECHE, na modalidade de permissionamento disposta no item 2.2, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente; e concede, em conversão de modalidade de pesca, a Autorização de Pesca para a embarcação PRINCESA DO CAMPECHE, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.8, do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente , incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e considerando o disposto na Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, na Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Instrução Normativa nº 3, de 12 de maio de 2004 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e considerando nos autos do processo nº 21050.003194/2021-12, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca PRINCESA DO CAMPECHE, de propriedade de Ademar Teixeira, encontra-se inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob nº SC-0005917-7 e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação sob o nº 441.008.355-4, autorizada a operar na modalidade de permissionamento de emalhe costeiro de superfície, para a captura das espécies-alvo Tainha (Mugil platanus ou Mugil liza); Anchova (Pomatomus saltatrix); Sororoca, serra (Scomberomorus brasiliensis), com área de operação no Mar Territorial do Sul e do Sudeste, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº 2.02.001, que corresponde ao item 2.2, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2º Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca PRINCESA DO CAMPECHE, de propriedade de Ademar Teixeira, encontra-se inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0005917-7 e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação sob o nº 441.008.355-4, na modalidade de permissionamento de arrasto de praia, para a captura das espécies-alvo Tainha (Mugil liza); Parati (Mugil curema); Betara (Menticirrhus littoralis); Pescada (Cynoscion striatus); Corvina (Micropogonias furnieri); Pampo ou Gordinho (Peprilus paru); Enchova ou Anchova (Pomatomus saltatrix); Espada (Trichiurus lepturus); e Maria-luiza (Paralonchurus brasiliensis); Xaréu (Caranx hippos); Sororoca (Scomberomorus brasiliensis); Savelha (Brevoortia pectinata); Pescadinha-real (Macrodon ancylodon); Peixe-rei (Odonthestes bonariensis /Atherinella brasiliensis); Goete (Cynoscion jamaicensis); Abrótea (Urophycis brasiliensis); Xerelete (Caranx crysus); Sardinha-lage (Opisthonema oglinum); Prejereba (Lobotes surinamensis); Pescada-branca (Cynoscion leiarchus); Pescada-amarela (Cynoscion acoupa); Cavala (Scomber japonicus); Peixe-porco (Balistes capriscus / B. vetula); Palombeta ou Carapau (Chloroscombrus chrysurus); Olho-de-cão (Priacanthus arenatus); Olho-de-boi (Seriola lalandi); Linguado (Paralichthys patagonicus /P. brasiliensis); Galo (Selene vômer); Paru (Chaetodipterus faber); Oveva (Larimus breviceps); Marimbá (Diplodus argenteus); Guaivira (Oligoplites saliens); Robalo (Centropomus parallelus, Centropomus undecimalis); Carapicu (Eucinostomus gula); Cangoá (Stellifer rastifer); Miracéu (Astrocopus sexspinosus); Caratinga (Eugerres brasilianus); Carapeba (Diapterus rhombeus), com área de operação no Mar Territorial do estado de Santa Catarina, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº 6.08.001, que corresponde ao item 6.8, do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

PORTARIA SAP/MAPA Nº 774, DE 13 DE MAIO DE 2022

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca ANA DOS SANTOS, na modalidade de permissionamento disposta no item 2.2, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente; e concede, em conversão de modalidade de pesca, a Autorização de Pesca para a embarcação ANA DOS SANTOS, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.8, do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente , incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e considerando o disposto na Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, na Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Instrução Normativa nº 3, de 12 de maio de 2004 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e considerando nos autos do processo nº 21050.006177/2020-56, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca ANA DOS SANTOS, de propriedade de Marcelo Francisco dos Santos, encontra-se inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob nº SC-0022975-0 e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação sob o nº 441-M201300851-8, autorizada a operar na modalidade de permissionamento de emalhe costeiro de superfície, para a captura das espécies-alvo Tainha (Mugil platanus ou Mugil liza); Anchova (Pomatomus saltatrix); Sororoca, serra (Scomberomorus brasiliensis), com área de operação no Mar Territorial do Sul e do Sudeste, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº 2.02.001, que corresponde ao item 2.2, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2º Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca ANA DOS SANTOS, de propriedade de Marcelo Francisco dos Santos, encontra-se inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob nº SC-0022975-0 e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação sob o nº 441-M201300851-8, na modalidade de permissionamento de arrasto de praia, para a captura das espécies-alvo Tainha (Mugil liza); Parati (Mugil curema); Betara (Menticirrhus littoralis); Pescada (Cynoscion striatus); Corvina (Micropogonias furnieri); Pampo ou Gordinho (Peprilus paru); Enchova ou Anchova (Pomatomus saltatrix); Espada (Trichiurus lepturus); e Maria-luiza (Paralonchurus brasiliensis); Xaréu (Caranx hippos); Sororoca (Scomberomorus brasiliensis); Savelha (Brevoortia pectinata); Pescadinha-real (Macrodon ancylodon); Peixe-rei (Odonthestes bonariensis /Atherinella brasiliensis); Goete (Cynoscion jamaicensis); Abrótea (Urophycis brasiliensis); Xerelete (Caranx crysus); Sardinha-lage (Opisthonema oglinum); Prejereba (Lobotes surinamensis); Pescada-branca (Cynoscion leiarchus); Pescada-amarela (Cynoscion acoupa); Cavala (Scomber japonicus); Peixe-porco (Balistes capriscus / B. vetula); Palombeta ou Carapau (Chloroscombrus chrysurus); Olho-de-cão (Priacanthus arenatus); Olho-de-boi (Seriola lalandi); Linguado (Paralichthys patagonicus /P. brasiliensis); Galo (Selene vômer); Paru (Chaetodipterus faber); Oveva (Larimus breviceps); Marimbá (Diplodus argenteus); Guaivira (Oligoplites saliens); Robalo (Centropomus parallelus, Centropomus undecimalis); Carapicu (Eucinostomus gula); Cangoá (Stellifer rastifer); Miracéu (Astrocopus sexspinosus); Caratinga (Eugerres brasilianus); Carapeba (Diapterus rhombeus), com área de operação no Mar Territorial do estado de Santa Catarina, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº 6.08.001, que corresponde ao item 6.8, do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente , incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

PORTARIA SAP/MAPA Nº 775, DE 13 DE MAIO DE 2022

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca SURPRESA C, na modalidade de permissionamento disposta no item 2.2, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente; e concede, em conversão de modalidade de pesca, a Autorização de Pesca para a embarcação SURPRESA C, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.8, do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente , incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e considerando o disposto na Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, na Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Instrução Normativa nº 3, de 12 de maio de 2004 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e considerando nos autos do processo nº 21050.003241/2021-28, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca SURPRESA C, de propriedade de Tarcila Pinheiro Cabral, encontra-se inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob nº SC-0019086-4 e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação sob o nº 443-M201300282-7, autorizada a operar na modalidade de permissionamento de emalhe costeiro de superfície, para a captura das espécies-alvo Tainha (Mugil platanus ou Mugil liza); Anchova (Pomatomus saltatrix); Sororoca, serra (Scomberomorus brasiliensis), com área de operação no Mar Territorial do Sul e do Sudeste, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº 2.02.001, que corresponde ao item 2.2, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2º Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca SURPRESA C, de propriedade de Tarcila Pinheiro Cabral, encontra-se inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob nº SC-0019086-4 e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação sob o nº 443-M201300282-7, na modalidade de permissionamento de arrasto de praia, para a captura das espécies-alvo Tainha (Mugil liza); Parati (Mugil curema); Betara (Menticirrhus littoralis); Pescada (Cynoscion striatus); Corvina (Micropogonias furnieri); Pampo ou Gordinho (Peprilus paru); Enchova ou Anchova (Pomatomus saltatrix); Espada (Trichiurus lepturus); e Maria-luiza (Paralonchurus brasiliensis); Xaréu (Caranx hippos); Sororoca (Scomberomorus brasiliensis); Savelha (Brevoortia pectinata); Pescadinha-real (Macrodon ancylodon); Peixe-rei (Odonthestes bonariensis /Atherinella brasiliensis); Goete (Cynoscion jamaicensis); Abrótea (Urophycis brasiliensis); Xerelete (Caranx crysus); Sardinha-lage (Opisthonema oglinum); Prejereba (Lobotes surinamensis); Pescada-branca (Cynoscion leiarchus); Pescada-amarela (Cynoscion acoupa); Cavala (Scomber japonicus); Peixe-porco (Balistes capriscus / B. vetula); Palombeta ou Carapau (Chloroscombrus chrysurus); Olho-de-cão (Priacanthus arenatus); Olho-de-boi (Seriola lalandi); Linguado (Paralichthys patagonicus /P. brasiliensis); Galo (Selene vômer); Paru (Chaetodipterus faber); Oveva (Larimus breviceps); Marimbá (Diplodus argenteus); Guaivira (Oligoplites saliens); Robalo (Centropomus parallelus, Centropomus undecimalis); Carapicu (Eucinostomus gula); Cangoá (Stellifer rastifer); Miracéu (Astrocopus sexspinosus); Caratinga (Eugerres brasilianus); Carapeba (Diapterus rhombeus), com área de operação no Mar Territorial do Estado de Santa Catarina, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº 6.08.004, que corresponde ao item 6.11, do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

PORTARIA SAP/MAPA Nº 776, DE 13 DE MAIO DE 2022

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca CLAUDIODETE, na modalidade de permissionamento disposta no item 4.4, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente; e concede, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca CLAUDIODETE, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.11, do Anexo VI, da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e considerando o disposto na Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, na Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Instrução Normativa nº 3, de 12 de maio de 2004 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e considerando nos autos do processo nº 21050.008345/2019-12, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca CLAUDIODETE, de propriedade de Claudiodete Domingos, encontra-se inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob nº SC-0028393-8 e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação sob o nº 444-000914-0, autorizada a operar na modalidade de permissionamento de cerco, para a captura das espécies-alvo Sardinha-laje (Opisthonema oglinum); Savelha (Brevoortia pectinata); Galo (Selene vomer); Peixe-galo (Selene setapinnis); Sardinha-cascuda (Harengula clupeola); Peixe-porco (Balistes capriscus); Sardinha-boca-torta (Cetengraulis edentulus); Xaréu (Caranx latus); Guaivira (Oligoplites saliens); Palombeta (Chloroscombrus chrysurus); Cavalinha (Scomber japonicus), com área de operação no Mar Territorial do Sudeste e do Sul e na Zona Econômica Exclusiva do Sudeste e do Sul, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº 4.01.002, que corresponde ao item 4.4, do Anexo IV da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2º Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca CLAUDIODETE, de propriedade de Claudiodete Domingos, encontra-se inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob nº SC-0028393-8 e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação sob o nº 444-000914-0, na modalidade de permissionamento de arrasto de praia, para a captura das espécies-alvo Tainha (Mugil liza); Parati (Mugil curema); Betara (Menticirrhus littoralis); Pescada (Cynoscion striatus); Corvina (Micropogonias furnieri); Pampo ou Gordinho (Peprilus paru); Enchova ou Anchova (Pomatomus saltatrix); Espada (Trichiurus lepturus); e Maria-luiza (Paralonchurus brasiliensis); Xaréu (Caranx hippos); Sororoca (Scomberomorus brasiliensis); Savelha (Brevoortia pectinata); Pescadinha-real (Macrodon ancylodon); Peixe-rei (Odonthestes bonariensis /Atherinella brasiliensis); Goete (Cynoscion jamaicensis); Abrótea (Urophycis brasiliensis); Xerelete (Caranx crysus); Sardinha-lage (Opisthonema oglinum); Prejereba (Lobotes surinamensis); Pescada-branca (Cynoscion leiarchus); Pescada-amarela (Cynoscion acoupa); Cavala (Scomber japonicus); Peixe-porco (Balistes capriscus / B. vetula); Palombeta ou Carapau (Chloroscombrus chrysurus); Olho-de-cão (Priacanthus arenatus); Olho-de-boi (Seriola lalandi); Linguado (Paralichthys patagonicus /P. brasiliensis); Galo (Selene vômer); Paru (Chaetodipterus faber); Oveva (Larimus breviceps); Marimbá (Diplodus argenteus); Guaivira (Oligoplites saliens); Robalo (Centropomus parallelus, Centropomus undecimalis); Carapicu (Eucinostomus gula); Cangoá (Stellifer rastifer); Miracéu (Astrocopus sexspinosus); Caratinga (Eugerres brasilianus); Carapeba (Diapterus rhombeus), com área de operação no Mar Territorial do Estado de Santa Catarina, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº 6.08.004, que corresponde ao item 6.11, do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

PORTARIA SAP/MAPA Nº 777, DE 13 DE MAIO DE 2022

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca BORBOLETA III, na modalidade de permissionamento disposta no item 2.2, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente; e concede, em conversão de modalidade de pesca, a Autorização de Pesca para a embarcação BORBOLETA III, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.8, do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente , incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e considerando o disposto na Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, na Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Instrução Normativa nº 3, de 12 de maio de 2004 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e considerando nos autos do processo nº 21050.002673/2019-05, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca BORBOLETA III, de propriedade de Maria da Conceição Pires Lopes, encontra-se inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob nº SC-0024711-6 e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação nº 441M.201.400.528-4, autorizada a operar na modalidade de permissionamento de emalhe costeiro de superfície, para a captura das espécies-alvo: Tainha (Mugil platanus ou Mugil liza); Anchova (Pomatomus saltatrix); Sororoca, serra (Scomberomorus brasiliensis); com área de operação no Mar Territorial do Sul e do Sudeste, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira nº 2.02.001, que corresponde ao item 2.2, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2º Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca BORBOLETA III, de propriedade de Maria da Conceição Pires Lopes, encontra-se inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob nº SC-0024711-6 e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação nº 441M.201.400.528-4, na modalidade de permissionamento de arrasto de praia, para a captura das espécies-alvo: Tainha (Mugil liza); Parati (Mugil curema); Betara (Menticirrhus littoralis); Pescada (Cynoscion striatus); Corvina (Micropogonias furnieri); Pampo ou Gordinho (Peprilus paru); Enchova ou Anchova (Pomatomus saltatrix); Espada (Trichiurus lepturus); e Maria-luiza (Paralonchurus brasiliensis); Xaréu (Caranx hippos); Sororoca (Scomberomorus brasiliensis); Savelha (Brevoortia pectinata); Pescadinha-real (Macrodon ancylodon); Peixe-rei (Odonthestes bonariensis /Atherinella brasiliensis); Goete (Cynoscion jamaicensis); Abrótea (Urophycis brasiliensis); Xerelete (Caranx crysus); Sardinha-lage (Opisthonema oglinum); Prejereba (Lobotes surinamensis); Pescada-branca (Cynoscion

leiarchus); Pescada-amarela (Cynoscion acoupa); Cavala (Scomber japonicus); Peixe-porco (Balistes capriscus / B. vetula); Palombeta ou Carapau (Chloroscombrus chrysurus); Olho-de-cão (Priacanthus arenatus); Olho-de-boi (Seriola lalandi); Linguado (Paralichthys patagonicus /P. brasiliensis); Galo (Selene vômer); Paru (Chaetodipterus faber); Oveva (Larimus breviceps); Marimbá (Diplodus argenteus); Guaivira (Oligoplites saliens); Robalo (Centropomus parallelus, Centropomus undecimalis); Carapicu (Eucinostomus gula); Cangoá (Stellifer rastifer); Miracéu (Astrocopus sexspinosus); Caratinga (Eugerres brasilianus); Carapeba (Diapterus rhombeus), com área de operação no Mar Territorial do estado de Santa Catarina, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira nº 6.08.001, que corresponde ao item 6.8, do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente , incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

PORTARIA SAP/MAPA Nº 778, DE 13 DE MAIO DE 2022

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca A PADROEIRA, na modalidade de permissionamento disposta no item 2.2, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente; e concede, em conversão de modalidade de pesca, a Autorização de Pesca para a embarcação A PADROEIRA, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.8, do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e considerando o disposto na Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, na Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Instrução Normativa nº 3, de 12 de maio de 2004 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e considerando nos autos do processo nº 21050.003245/2021-14, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca A PADROEIRA, de propriedade de Jose Olimpio Filho, encontra-se inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob nº SC-0005148-1 e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação sob o nº 443.011.264-9, autorizada a operar na modalidade de permissionamento de emalhe costeiro de superfície, para a captura das espécies-alvo Tainha (Mugil platanus ou Mugil liza); Anchova (Pomatomus saltatrix); Sororoca, serra (Scomberomorus brasiliensis), com área de operação no Mar Territorial do Sul e do Sudeste, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº 2.02.001, que corresponde ao item 2.2, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2º Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca A PADROEIRA, de propriedade de Jose Olimpio Filho, encontra-se inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob nº SC-0005148-1 e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação sob o nº 443.011.264-9, na modalidade de permissionamento de arrasto de praia, para a captura das espécies-alvo Tainha (Mugil liza); Parati (Mugil curema); Betara (Menticirrhus littoralis); Pescada (Cynoscion striatus); Corvina (Micropogonias furnieri); Pampo ou Gordinho (Peprilus paru); Enchova ou Anchova (Pomatomus saltatrix); Espada (Trichiurus lepturus); e Maria-luiza (Paralonchurus brasiliensis); Xaréu (Caranx hippos); Sororoca (Scomberomorus brasiliensis); Savelha (Brevoortia pectinata); Pescadinha-real (Macrodon ancylodon); Peixe-rei (Odonthestes bonariensis /Atherinella brasiliensis); Goete (Cynoscion jamaicensis); Abrótea (Urophycis brasiliensis); Xerelete (Caranx crysus); Sardinha-lage (Opisthonema oglinum); Prejereba (Lobotes surinamensis); Pescada-branca (Cynoscion leiarchus); Pescada-amarela (Cynoscion acoupa); Cavala (Scomber japonicus); Peixe-porco (Balistes capriscus / B. vetula); Palombeta ou Carapau (Chloroscombrus chrysurus); Olho-de-cão (Priacanthus arenatus); Olho-de-boi (Seriola lalandi); Linguado (Paralichthys patagonicus /P. brasiliensis); Galo (Selene vômer); Paru (Chaetodipterus faber); Oveva (Larimus breviceps); Marimbá (Diplodus argenteus); Guaivira (Oligoplites saliens); Robalo (Centropomus parallelus, Centropomus undecimalis); Carapicu (Eucinostomus gula); Cangoá (Stellifer rastifer); Miracéu (Astrocopus sexspinosus); Caratinga (Eugerres brasilianus); Carapeba (Diapterus rhombeus), com área de operação no Mar Territorial do estado de Santa Catarina, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº 6.08.001, que corresponde ao item 6.8, do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

PORTARIA SAP/MAPA Nº 779, DE 13 DE MAIO DE 2022

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca TUCANO, na modalidade de permissionamento disposta no item 2.2, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente; e concede, em conversão de modalidade de pesca, a Autorização de Pesca para a embarcação TUCANO, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.8, do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente , incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e considerando o disposto na Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, na Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Instrução Normativa nº 3, de 12 de maio de 2004 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e considerando nos autos do processo nº 21000.033122/2022-76, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca TUCANO, de propriedade de Gerson Maia de Araujo, encontra-se inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob nº SC-0029740-7 e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação nº 442-011561-1, autorizada a operar na modalidade de permissionamento de emalhe costeiro de superfície, para a captura das espécies-alvo: Tainha (Mugil platanus ou Mugil liza); Anchova (Pomatomus saltatrix); Sororoca, serra (Scomberomorus brasiliensis); com área de operação no Mar Territorial do Sul e do Sudeste, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira nº 2.02.001, que corresponde ao item 2.2, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2º Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca TUCANO, de propriedade de Gerson Maia de Araújo, encontra-se inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob nº SC-0029740-7 e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação nº 442-011561-1, na modalidade de permissionamento de arrasto de praia, para a captura das espécies-alvo: Tainha (Mugil liza); Parati (Mugil curema); Betara (Menticirrhus littoralis); Pescada (Cynoscion striatus); Corvina (Micropogonias furnieri); Pampo ou Gordinho (Peprilus paru); Enchova ou Anchova (Pomatomus saltatrix); Espada (Trichiurus lepturus); e Maria-luiza (Paralonchurus brasiliensis); Xaréu (Caranx hippos); Sororoca (Scomberomorus brasiliensis); Savelha (Brevoortia pectinata); Pescadinha-real (Macrodon ancylodon); Peixe-rei (Odonthestes bonariensis /Atherinella brasiliensis); Goete (Cynoscion jamaicensis); Abrótea (Urophycis brasiliensis); Xerelete (Caranx crysus); Sardinha-lage (Opisthonema oglinum); Prejereba (Lobotes surinamensis); Pescada-branca (Cynoscion leiarchus); Pescada-amarela (Cynoscion acoupa); Cavala (Scomber japonicus); Peixe-porco (Balistes capriscus / B. vetula); Palombeta ou Carapau (Chloroscombrus chrysurus); Olho-de-cão (Priacanthus arenatus); Olho-de-boi (Seriola lalandi); Linguado (Paralichthys patagonicus /P. brasiliensis); Galo (Selene vômer); Paru (Chaetodipterus faber); Oveva (Larimus breviceps); Marimbá (Diplodus argenteus); Guaivira (Oligoplites saliens); Robalo (Centropomus parallelus, Centropomus undecimalis); Carapicu (Eucinostomus gula); Cangoá (Stellifer rastifer); Miracéu (Astrocopus sexspinosus); Caratinga (Eugerres brasilianus); Carapeba (Diapterus rhombeus), com área de operação no Mar Territorial do estado de Santa Catarina, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira nº 6.08.001, que corresponde ao item 6.8, do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente , incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

PORTARIA SAP/MAPA Nº 780, DE 13 DE MAIO DE 2022

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca MANEZINHA, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.7, do Anexo IV da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente; e concede, em conversão de modalidade de pesca, a Autorização de Pesca para a embarcação MANEZINHA, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.10, do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente , incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e considerando o disposto na Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, na Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Instrução Normativa nº 03, de 12 de maio de 2004 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da República, e considerando nos autos do processo nº 3, de 12 de maio de 2004 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e considerando nos autos do processo nº 21050.007078/2020-91, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca MANEZINHA, de propriedade de Daniel João Bastos, encontra-se inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob nº SC-0032275-9 e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação nº 441-M201800526-8, autorizada a operar na modalidade de permissionamento de emalhe costeiro de superfície, para a captura das espécies-alvo: Peixes e crustáceos diversos, com área de operação no Mar Territorial (São Paulo ao Rio Grande do Sul), código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira-SisRGP nº 6.03.004, que corresponde ao item 6.7, do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de Junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2º Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca MANEZINHA, de propriedade de Daniel João Bastos, encontra-se inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob nº SC-0032275-9 e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação nº 441-M201800526-8, na modalidade de permissionamento de arrasto de praia, para a captura das espécies-alvo: Tainha (Mugil liza); Parati (Mugil curema); Betara (Menticirrhus littoralis); Pescada (Cynoscion striatus); Corvina(Micropogonias furnieri); Pampo ou Gordinho (Peprilus paru); Enchova ou Anchova (Pomatomus saltatrix); Espada (Trichiurus lepturus); e Maria- luiza (Paralonchurus brasiliensis); Xaréu (Caranx hippos); Sororoca (Scomberomorus brasiliensis); Savelha (Brevoortia pectinata); Pescadinha-real (Macrodon ancylodon); Peixe-rei (Odonthestes bonariensis /Atherinella brasiliensis); Goete (Cynoscion jamaicensis); Abrótea (Urophycis brasiliensis); Xerelete (Caranx crysus); Sardinha-lage (Opisthonema oglinum); Prejereba (Lobotes surinamensis); Pescada-branca (Cynoscion leiarchus); Pescada-amarela (Cynoscion acoupa); Cavala (Scomber japonicus); Peixe-porco (Balistes capriscus / B. vetula); Palombeta ou Carapau (Chloroscombrus chrysurus); Olho-de-cão (Priacanthus arenatus); Olho-de-boi (Seriola lalandi); Linguado (Paralichthys patagonicus /P. brasiliensis); Galo (Selene vômer); Paru (Chaetodipterus faber); Oveva (Larimus breviceps); Marimbá (Diplodus argenteus); Guaivira (Oligoplites saliens); Robalo (Centropomus parallelus, Centropomus undecimalis); Carapicu (Eucinostomus gula); Cangoá (Stellifer rastifer); Miracéu (Astrocopus sexspinosus); Caratinga (Eugerres brasilianus); Carapeba (Diapterus rhombeus), com área de operação no Mar territorial do Estado de Santa Catarina, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira-SisRGP nº 6.08.003, que corresponde ao item 6.10, do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de Junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria da Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

PORTARIA SAP/MAPA Nº 781, DE 13 DE MAIO DE 2022

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca BOA FÉ, na modalidade de permissionamento disposta no item 2.2, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente; e concede, em conversão de modalidade de pesca, a Autorização de Pesca para a embarcação BOA FÉ, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.8, do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente , incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e considerando o disposto na Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e

Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, na Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Instrução Normativa nº 03, de 12 de maio de 2004 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e considerando nos autos do processo nº 21050.003305/2020-18, resolve:

Art. 1° Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca BOA FÉ, de propriedade de Mauro Santana, encontra-se inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob nº SC-0022133-8 e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação nº 444-001821-1, autorizada a operar na modalidade de permissionamento de emalhe costeiro de superfície, para a captura das espécies-alvo: Tainha (Mugil platanus ou Mugil liza); Anchova (Pomatomus saltatrix); Sororoca, serra (Scomberomorus brasiliensis); com área de operação no Mar Territorial do Sul e do Sudeste, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira nº 2.02.001, que corresponde ao item 2.2, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2º Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca BOA FÉ, de propriedade de Mauro Santana, encontra-se inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob nº SC-0022133-8 e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação nº 444-001821-1, na modalidade de permissionamento de arrasto de praia, para a captura das espécies-alvo: Tainha (Mugil liza); Parati (Mugil curema); Betara (Menticirrhus littoralis); Pescada (Cynoscion striatus); Corvina (Micropogonias furnieri); Pampo ou Gordinho (Peprilus paru); Enchova ou Anchova (Pomatomus saltatrix); Espada (Trichiurus lepturus); e Maria-luiza (Paralonchurus brasiliensis); Xaréu (Caranx hippos); Sororoca (Scomberomorus brasiliensis); Savelha (Brevoortia pectinata); Pescadinha-real (Macrodon ancylodon); Peixe-rei (Odonthestes bonariensis /Atherinella brasiliensis); Goete (Cynoscion jamaicensis); Abrótea (Urophycis brasiliensis); Xerelete (Caranx crysus); Sardinha-lage (Opisthonema oglinum); Prejereba (Lobotes surinamensis); Pescada-branca (Cynoscion leiarchus); Pescada-amarela (Cynoscion acoupa); Cavala (Scomber japonicus); Peixe-porco (Balistes capriscus / B. vetula); Palombeta ou Carapau (Chloroscombrus chrysurus); Olho-de-cão (Priacanthus arenatus); Olho-de-boi (Seriola lalandi); Linguado (Paralichthys patagonicus /P. brasiliensis); Galo (Selene vômer); Paru (Chaetodipterus faber); Oveva (Larimus breviceps); Marimbá (Diplodus argenteus); Guaivira (Oligoplites saliens); Robalo (Centropomus parallelus, Centropomus undecimalis); Carapicu (Eucinostomus gula); Cangoá (Stellifer rastifer); Miracéu (Astrocopus sexspinosus); Caratinga (Eugerres brasilianus); Carapeba (Diapterus rhombeus), com área de operação no Mar Territorial do estado de Santa Catarina, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira nº 6.08.001, que corresponde ao item 6.8, do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAPÁ

RETIFICAÇÃO

Na Portaria INCRA/SR-21/AP/Nº 25, de 01 de outubro de 1996, publicada no DOU nº 192, de 02 de outubro de 1996, Seção 1, pág. 19711, que criou o Projeto de Assentamento Federal Munguba, Código SIPRA AP0013000, onde se lê: 32.672,8929 (trinta e dois mil seiscentos e setenta e dois hectares oitenta e nove ares e vinte e nove centiares), lêia-se: 22.556,2646 (vinte e dois mil quinhentos e cinquenta e seis hectares vinte e seis ares e quarenta e seis centiares), Projeto de Assentamento Munguba/Parte 1, Gleba Matapi, e 9.979,5167 (nove mil novecentos e setenta e nove hectares, cinquenta e um ares e sessenta e sete centiares), Projeto de Assentamento Munguba/Parte 2, Gleba Água Fria.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAZONAS

RETIFICAÇÃO

Na Retificação da Portaria SR(15)AM Nº 61/2007, de 06 de Dezembro de 2007, publicada no DOU Nº 98 de 23 de maio de 2018, que criou o Projeto de Assentamento Agroextrativista - PAE ILHA DO PARANÁ DE PARINTINS Código SIPRA AM0107000, Município de Parintins/AM, onde se lê: "2.813,0000 (Dois mil, oitocentos e treze hectares)" leia-se: "2.714,8689 (Dois mil, setecentos e quatorze hectares, oitenta e seis ares e oitenta e nove centiares)".

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

RETIFICAÇÃO

Na PORTARIA/INCRA/SR-(04)/GONº 73, de 30/12/1996, publicada no DOU. nº 253, de 31/12/1996, seção 1, página nº 108, BS. nº 53, de 30/12/1996, que criou o Projeto de Assentamento Mingau, localizado no município de São João D'Aliança/GO, código SIPRA DF0031000, onde se lê: "... com área total de 2.611,3252 ha (Dois mil seiscentos e onze hectares, trinta e dois ares e cinquenta e dois centiares)...", leia-se: "... com área total medida de 2.826,3298 (Dois mil oitocentos e vinte e seis hectares, trinta e dois ares e noventa e oito centiares)..."onde se lê:..." 80 (oitenta) unidades agrícolas familiares, leia-se: 79 (setenta e nove) unidades agrícolas familiares".

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO SUL DO PARÁ
COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL

RESOLUÇÃO Nº 1.119, DE 29 DE ABRIL DE 2022

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL - CDR, DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO SUL DO PARÁ NO ESTADO DO PARÁ - SR-27/MBA, Órgão colegiado criado de acordo com a alínea "b" do inciso "V", do artigo 2º c/c o artigo 5º da Estrutura Regimental do INCRA, aprovada pelo Decreto nº 10.252 de 20 de fevereiro de 2020, publicado no Diário Oficial da União do dia 21 de fevereiro de 2020, que aprova a sua Estrutura Regimental, combinado com o Regimento Interno, aprovado pela Portaria INCRA nº 531 de 23 de março de 2020, tendo em vista a decisão adotada na sua Reunião realizada em 22 de março de 2022, ATA da 130ª reunião do CDR resolve:

Art. 1º Aprovar a proposta de doação de bens móveis pertencentes ao acervo patrimonial desta Autarquia no valor de R$ 740.667,99 (Setecentos e quarenta mil, seiscentos e sessenta e sete reais e noventa e nove centavos) a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MARABÁ - PA, considerados antieconômicos conforme Processo Administrativo 54000.011154/2022-70.

Art. 2º Autorizar o Senhor Superintendente Regional do INCRA, para no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IV, artigo 118, do Regimento Interno do INCRA, assinar o respectivo Termo de Doação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO LOPES SANTANA
Presidente do Comitê

Ministério da Cidadania

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL MC/ Nº 19, DE 13 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre as diretrizes, atribuições, normas e fluxos operacionais para a oferta e o acompanhamento das ações de saúde relativas às condicionalidades do Programa Auxílio Brasil.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIDADANIA e o MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, com base no disposto na Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, que institui o Programa Auxílio Brasil, e no uso das atribuições que lhes confere o artigo 43 do Decreto nº 10.852, de 8 de novembro de 2021;

CONSIDERANDO que as condicionalidades do Programa Auxílio Brasil representam as contrapartidas que devem ser cumpridas pelos beneficiários para a manutenção dos benefícios financeiros previstos no art. 22 do Decreto nº 10.852, de 2021, e no artigo 4 da Lei nº 14.284, de 2021; e que se destinam a estimulá-los a exercerem seu direito de acesso às políticas públicas de assistência social, saúde e educação, constituindo-se como elementos fundamentais para inclusão social das famílias;

CONSIDERANDO que, de acordo com o artigo 43 do Decreto nº 10.852, de 2021, o Ministério da Saúde é responsável pelo acompanhamento e pela fiscalização do cumprimento das condicionalidades vinculadas ao Programa Auxílio Brasil previstas nos incisos III e IV do caput do artigo 42 do Decreto nº 10.852, de 8 de novembro de 2021 e incisos I e II do artigo 18 da Lei nº 14.284, de 2021;

CONSIDERANDO que a concretização do direito de acesso à saúde compreende responsabilidades tanto por parte do Estado quanto da sociedade e dos indivíduos, cabendo à União, Estados, Distrito Federal e Municípios a responsabilidade de ofertar os serviços primários de saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, de forma digna, com qualidade e equidade;

CONSIDERANDO que a Atenção Primária à Saúde é a principal porta de entrada e centro de comunicação da Rede de Atenção à Saúde, coordenadora do cuidado e ordenadora das ações e serviços disponibilizados na rede, conforme o artigo 2º, §1º da Portaria GM/MS nº 2.436, de 21 de setembro de 2017;

CONSIDERANDO que a equidade é um dos princípios doutrinários do SUS, previsto no art. 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, compreendendo que, apesar de todos os indivíduos possuírem direito aos serviços de saúde, as pessoas têm necessidades distintas e demandam olhar diferenciado;

CONSIDERANDO que o monitoramento do cumprimento das condicionalidades de saúde permite identificar as vulnerabilidades sociais que afetam ou impedem o acesso dos beneficiários aos serviços públicos de saúde, aos quais têm direito;

CONSIDERANDO que o Brasil enfrenta a má nutrição, definida pela coexistência da desnutrição, da obesidade e de carências nutricionais em um mesmo cenário e que atinge crianças e gestantes de populações mais vulneráveis, refletindo-se em altas taxas de comorbidades associadas à má nutrição e de mortalidade infantil, cuja reversão requer a garantia de atenção à saúde, numa abordagem familiar; e

CONSIDERANDO que é imperativo atuar na diminuição das desigualdades e empreender esforços para equalizar as chances de todo indivíduo a uma vida digna, resolvem:

Art. 1º Dispor sobre as diretrizes, atribuições, normas e fluxos operacionais para a oferta e o acompanhamento das ações de saúde relativas às condicionalidades do Programa Auxílio Brasil.

§ 1º Caberá ao setor público de saúde a oferta de serviços para o acompanhamento da vacinação, bem como da Vigilância Alimentar e Nutricional de crianças menores de 7 (sete) anos e da assistência ao pré-natal da gestante.

§ 2º As famílias beneficiárias com gestantes e crianças menores de 7 (sete) anos de idade deverão ser assistidas por uma equipe de saúde da família, por agentes comunitários de saúde ou por unidades básicas de saúde.

§ 3º Os profissionais de saúde deverão atender as famílias nas ações previstas como condicionalidades, e em outras necessidades de saúde, observando o princípio da equidade na atenção à saúde.

Art. 2º Compete ao Ministério da Cidadania no âmbito das condicionalidades de saúde do Programa Auxílio Brasil:

I - supervisionar o acompanhamento do cumprimento das condicionalidades de saúde, em conjunto com o Ministério da Saúde e os demais entes federativos, conforme o inciso II do art. 2º do Decreto 10.852, de 2021;

II - gerar e fornecer ao Ministério da Saúde a base de dados com informações sobre o público a ser acompanhado, a partir das informações atualizadas do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e da folha de pagamentos do Programa Auxílio Brasil, para que seja realizado o registro periódico do acompanhamento das condicionalidades de saúde;

III - consolidar os dados do resultado do acompanhamento e registro das condicionalidades encaminhados pelo Ministério da Saúde e disponibilizá-lo no Sistema de Condicionalidades (Sicon);

IV - realizar a articulação intersetorial, promover o apoio institucional e supervisionar as ações governamentais para acompanhamento do cumprimento das condicionalidades do Programa Auxílio Brasil;

V - apoiar a descentralização do acompanhamento das condicionalidades da saúde dos beneficiários do Programa Auxílio Brasil, em conformidade com as diretrizes e princípios do SUS;

VI - disciplinar e proceder aos encaminhamentos necessários à repercussão decorrente do não cumprimento pelos beneficiários da agenda de saúde prevista no artigo 6º desta Portaria; salvo exceções previstas no § 1º do art. 44 do Decreto nº 10.852, de 2021;

VII - disciplinar a inclusão prioritária das famílias em descumprimento de condicionalidades nos serviços da assistência social;

VIII - apoiar a capacitação, em articulação com o Ministério da Saúde, dos responsáveis técnicos e coordenadores estaduais e municipais, no âmbito da saúde, sobre a gestão do Programa Auxílio Brasil;

IX - definir, em conjunto com o Ministério da Saúde, calendário anual de operacionalização do acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Auxílio Brasil.

Art. 3º Compete ao Ministério da Saúde no âmbito das condicionalidades de saúde do Programa Auxílio Brasil:

I - designar, na Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS), a área técnica responsável pela gestão federal do acompanhamento do cumprimento das condicionalidades de saúde do Programa Auxílio Brasil;

II - estabelecer as diretrizes técnicas e operacionais sobre o acompanhamento dos beneficiários, no âmbito do setor saúde, e a sua divulgação aos estados e municípios;

III - elaborar, disponibilizar, aprimorar e manter as funcionalidades do Sistema de Gestão do PAB na Saúde/MS, para o acompanhamento dos beneficiários do Programa Auxílio Brasil e o registro das informações coletadas;

IV - carregar no Sistema de Gestão do PAB na Saúde os diferentes arquivos que contêm a base de dados com informações sobre o público a ser acompanhado, pela rede de saúde, gerados pelo Ministério da Cidadania;

V- estabelecer e atualizar regras que possibilitem efetiva integração entre as bases de dados com informações sobre o público de acompanhamento gerado pelo Ministério da Cidadania e a base com os resultados do acompanhamento de saúde dos beneficiários do PAB, gerados pelo Ministério da Saúde, que comporão documento específico a ser atualizado sempre que necessário para atender às mudanças operacionais ou sistêmicas;

VI - capacitar os responsáveis técnicos e coordenadores estaduais e municipais para o apoio aos municípios na implementação das ações de acompanhamento dos beneficiários do Programa Auxílio Brasil, no âmbito da saúde, atentando para os beneficiários pertencentes aos Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTEs), considerando sua condição de maior vulnerabilidade;

VII - disponibilizar ao Ministério da Cidadania o resultado consolidado do acompanhamento e registro das condicionalidades de saúde, inclusive com os motivos de descumprimento, quando for o caso, ao final de cada vigência conforme calendário operacional acordado entre os dois Ministérios;

VIII - analisar os dados consolidados de acompanhamento dos beneficiários do Programa Auxílio Brasil, gerados pelos municípios;

IX - disponibilizar pelo Sistema de Gestão do PAB na Saúde/MS os relatórios com os resultados de acompanhamento dos beneficiários do Programa Auxílio Brasil, no âmbito da saúde, aos Estados, Distrito Federal, Municípios e Ministério da Cidadania;

X - disponibilizar mensalmente ao Ministério da Cidadania a relação de gestantes constante do banco de dados dos Serviços de Atenção à Saúde do Sistema Único de Saúde, conforme previsto no §6º do art. 22 do Decreto nº 10.852, de 2021, de acordo com as regras a serem previstas em ato conjunto do Ministério da Saúde e do Ministério da Cidadania.

Parágrafo único. Além das atribuições descritas anteriormente, o Ministério da Saúde poderá apoiar o estabelecimento de parcerias com órgãos e instituições municipais, estaduais e federais, governamentais e não governamentais para o fomento de atividades complementares às famílias atendidas pelo Programa Auxílio Brasil.

Art. 4º Compete às Secretarias Estaduais de Saúde no Programa Auxílio Brasil:

I - instituir coordenação estadual do Programa Auxílio Brasil na saúde, cujo responsável técnico deverá ser um profissional de saúde, sendo recomendado, preferencialmente, um nutricionista, que será responsável por:

a) coordenar o acompanhamento dos beneficiários Programa Auxílio Brasil, no âmbito da saúde;

b) participar da coordenação intersetorial do Programa Auxílio Brasil prevista no inciso II do art. 15, do Decreto nº 10.852, de 2021, no âmbito estadual;

c) promover, em articulação com a União e os Municípios, o acompanhamento e o registro das informações de cumprimento das condicionalidades de saúde nos municípios do seu estado;

d) divulgar as normas sobre o acompanhamento dos beneficiários pelo setor público de saúde aos municípios, em conformidade com as diretrizes técnicas e operacionais do Ministério da Saúde;

II - apoiar a vigilância alimentar e nutricional dos municípios que provê informações nutricionais sobre os beneficiários do Programa Auxílio Brasil, de maneira a orientar ações das Políticas de Saúde e de Segurança Alimentar e Nutricional, no âmbito do estado;

III - disponibilizar apoio técnico-institucional aos municípios na implementação das ações primárias de saúde previstas nos artigos 1º e 6º desta Portaria;

IV - disponibilizar apoio técnico-institucional aos municípios com vistas ao acompanhamento das condicionalidades de saúde dos beneficiários do Programa Auxílio Brasil;

V - coordenar e supervisionar, em âmbito estadual, o processo de inserção e atualização das informações de acompanhamento das condicionalidades de saúde dos beneficiários do Programa Auxílio Brasil no Sistema de Gestão do PAB na Saúde/MS;

VI - analisar os dados consolidados de acompanhamento dos beneficiários do Programa Auxílio Brasil, registrados pelos municípios, visando identificar situações de saúde, nutricionais e de vulnerabilidade e ou risco social, de maneira a constituir diagnóstico para subsidiar as políticas estaduais de saúde, de segurança alimentar e nutricional e de assistência social.

VII - promover ações, em articulação com a União e os Municípios e demais áreas necessárias, a partir das situações identificadas no acompanhamento, para garantir o acesso das famílias beneficiárias aos serviços de saúde, e apoiá-las na superação de vulnerabilidades, no que couber.

Parágrafo único. Além das atribuições descritas anteriormente, as secretarias estaduais de saúde poderão apoiar o estabelecimento de parcerias com órgãos e instituições municipais, estaduais e federais, governamentais e não-governamentais para a oferta de ações complementares para os beneficiários do Programa Auxílio Brasil.

Art. 5º Compete às Secretarias Municipais de Saúde no Programa Auxílio Brasil:

I - instituir coordenação municipal do Programa Auxílio Brasil na saúde, cujo responsável técnico deverá ser um profissional de saúde, sendo recomendado, preferencialmente, um nutricionista, que será responsável por:

a) coordenar o acompanhamento dos beneficiários do Programa Auxílio Brasil, no âmbito da saúde;

b) promover o acompanhamento e o registro das condicionalidades de saúde do Programa Auxílio Brasil;

c) promover e participar de ações de gestão intersetorial na esfera municipal;

d) apoiar a vigilância alimentar e nutricional que provê informações nutricionais sobre os beneficiários do Programa Auxílio Brasil, de maneira a orientar ações das Políticas de saúde e de Segurança Alimentar e Nutricional;

e) prover as ações primárias em saúde que são mencionadas nos artigos 1º e 6º desta Portaria;

II - orientar os agentes comunitários de saúde, as equipes da estratégia de saúde da família e outros profissionais de saúde das Unidades Básicas de Saúde sobre a importância de realizar o acompanhamento das condicionalidades de saúde e de inserir esses dados no Sistema de Gestão do PAB na Saúde, o mais concomitante possível ao acompanhamento, para melhor monitoramento e direcionamento das ações de saúde e nutrição;

III - orientar e mobilizar os profissionais de Saúde previstos no inciso II para ampliar a identificação de mulheres até a 12ª semana de gestação, de maneira a oportunizar os cuidados em saúde o mais precocemente possível, e para sensibilizar sobre a importância do acompanhamento do pré-natal desde sua fase inicial;

IV - orientar os profissionais de saúde previstos no inciso II sobre a importância de realizar o acompanhamento das condicionalidades de saúde e em inserir esses dados no Sistema de Gestão do PAB na Saúde ou no Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB), tão logo sejam coletados, para oportunizar a elegibilidade ao Benefício Composição Gestante (BCG) previsto no inciso IV, do § 1º, do art. 3º da Portaria MC nº 746, de 3 de fevereiro de 2022, o mais concomitante possível ao período de gestação;

V - orientar e mobilizar os profissionais de saúde previstos no inciso II sobre a importância do acompanhamento das condicionalidades de saúde como oportunidade de identificação de casos de vulnerabilidade e risco social, e incentivar a notificação e encaminhamento desses casos para a área de assistência social;

VI - estimular e mobilizar as famílias para o cumprimento das ações mencionadas no artigo 6º desta Portaria;

VII - promover as atividades educativas sobre promoção da saúde, englobando temas como alimentação e nutrição, atividade física e doenças crônicas não transmissíveis, dentre outros;

VIII - capacitar as equipes de saúde para o acompanhamento de gestantes e crianças das famílias do Programa Auxílio Brasil, conforme as orientações do Ministério da Saúde;

IX - prover, semestralmente, o acompanhamento dos beneficiários atendidos pelo Programa Auxílio Brasil com perfil das condicionalidades de saúde;

X - coordenar e supervisionar o processo de inserção e atualização das informações de acompanhamento das condicionalidades de saúde dos beneficiários do Programa Auxílio Brasil, no Sistema de Gestão do PAB na Saúde/MS;

XI - analisar os dados consolidados de acompanhamento dos beneficiários do Programa Auxílio Brasil, visando identificar situações de saúde, nutricionais e de vulnerabilidade e ou risco social, de maneira a constituir diagnóstico para subsidiar as políticas municipais de saúde, de segurança alimentar e nutricional e de assistência social;

XII - promover ações, em articulação com a União e os Estados e demais áreas necessárias, a partir das situações identificadas no acompanhamento, para garantir o acesso das famílias beneficiárias aos serviços de saúde, e apoiá-las na superação de vulnerabilidades, no que couber;

XIII - Orientar os beneficiários que possuem dados cadastrais divergentes com as informações do CadÚnico, repassadas pelo Ministério da Cidadania ao Ministério da Saúde, a procurarem o órgão municipal responsável pelo CadÚnico para realizarem a atualização cadastral, assim como informar ao órgão municipal responsável pelo Cadastro Único, quando possível, as divergências encontradas.

Parágrafo único. Além das atribuições descritas anteriormente, as Secretarias Municipais de Saúde poderão apoiar o estabelecimento de parcerias com órgãos e instituições municipais, estaduais e federais, governamentais e não-governamentais para a oferta de ações complementares para os beneficiários do Programa Auxílio Brasil.

Art. 6º São definidas como responsabilidades dos beneficiários do Programa Auxílio Brasil:

I - para as gestantes realizar o acompanhamento do pré-natal nos Estabelecimentos de Atenção à Saúde, portando a caderneta da gestante;

II - para os responsáveis pelas crianças menores de 7 (sete) anos:

a) levar a criança ao Estabelecimento de Atenção à Saúde ou ao local de campanha de vacinação, portando a caderneta da criança, mantendo atualizado o calendário de imunização, conforme preconizado pelo Ministério da Saúde;

b) levar a criança ao Estabelecimento de Atenção à Saúde, portando a caderneta da criança, para a realização do acompanhamento do estado nutricional

III - informar ao órgão municipal responsável pelo CadÚnico qualquer alteração no seu cadastro original objetivando a sua atualização.

Parágrafo único. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão informar e orientar as famílias sobre seus direitos e responsabilidades no Programa Auxílio Brasil e sobre a importância da frequência aos serviços de saúde para a melhoria das condições de saúde e nutrição de seus membros.

Art. 7º Os conselhos municipais, estaduais e nacional de saúde, nos seus respectivos níveis de atuação, poderão ter acesso aos dados e às informações do acompanhamento das condicionalidades de saúde, desde que seja observado o disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), objetivando subsidiar a definição de ações e políticas de saúde ou nutrição.

Parágrafo único. Na esfera federal, a atribuição do conselho nacional citada no caput será exercida por intermédio da Comissão Intersetorial de Alimentação e Nutrição.

Art. 8º O acompanhamento das condicionalidades de saúde, previsto na Lei nº 14.284, de 2021, para os beneficiários do Programa Auxílio Brasil será regido pelos termos desta Portaria.

Art. 9º Para efeito de cumprimento do estabelecido nesta Portaria o Distrito Federal equipara-se aos Municípios.

Art. 10. Fica revogada a Portaria Interministerial MS/MDS nº 2.509, de 18 de novembro de 2004.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO VIEIRA BENTO
Ministro de Estado da Cidadania

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES
Ministro de Estado da Saúde

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.034/2022

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que a Presidência da CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico, ad referendum, para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01245.004147/2022-82.

Requerente: Instituto Butantan.

Endereço: Avenida Vital Brasil, 1500 - Bairro Butantã São Paulo/SP, CEP: 05503-900.

CQB: 039/98.

Assunto: Solicitação de parecer para projeto de pesquisa.

Extrato Prévio: 8203/2022, publicado no Diário Oficial da União em 29/03/2022.

Decisão: DEFERIDO

A Presidente da Comissão Interna de Biossegurança (CIBio) do Instituto Butantan, Dra. Elisabeth Christina Nunes Tenório, solicita parecer técnico da CTNBio para estudo clínico denominado "Estudo Clínico V181-002-Vacina rDENVdelta30 [viva, atenuada] quadrivalente contra dengue (V181), Fase 2". No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A CTNBio informa que de acordo com o parágrafo 5º do artigo 38 do Regimento interno da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança e instruído pela NOTA TÉCNICA Nº 14/2022/SEI-CTNBio - Membros da Secretaria Executiva da CTNBio, a Presidente da CTNBio aprovou solicitação de sigilo para as informações contidas no "Apêndices Confidencial" do referido processo.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALABR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 5.274, DE 12 DE ABRIL DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, substituto eventual, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 53115.014652/2021-33, resolve:

Art. 1º Retificar o Anexo I da Portaria MCom nº 4.653, de 10 de fevereiro de 2022, publicada no DOU em 08/03/2022, Edição 45, Seção 1, Página 196, alterando o caráter descrito como "Secundário" para "Primário", além de corrigir o nome da entidade autorizada a operar no canal digital 31 de Soledade/PB, conforme apontado abaixo:

Onde se lê:

UF	Município	Canal Digital	Caráter	Autorizada	CNPJ Autorizada	Fase	Protocolo*
MA	Presidente Dutra	36	Secundário	TV ITAPICURU LTDA	10.461.622/0001-70	1.2	9232
PB	Soledade	31	Secundário	TELEVISAO VERDES MARES LTDA	08.584.526/0001-78	1.2	3366
MA	Joselândia	15	Secundário	TV ITAPICURU LTDA	10.461.622/0001-70	1.2	3979

Leia-se:

UF	Município	Canal Digital	Caráter	Autorizada	CNPJ Autorizada	Fase	Protocolo*
MA	Presidente Dutra	36	Primário	TV ITAPICURU LTDA	10.461.622/0001-70	1.2	9232
PB	Soledade	31	Primário	TELEVISAO PARAIBA LTDA	08.584.526/0001-78	1.2	3366
MA	Joselândia	15	Primário	TV ITAPICURU LTDA	10.461.622/0001-70	1.2	3979

Art. 2º Retificar o Anexo I da Portaria MCom nº 3.886, de 19 de outubro de 2021, publicada no DOU em 04/11/2021, Edição 207, Seção 1, Página 253, alterando a entidade autorizada a operar no canal 34 de Livramento/PB conforme apontado abaixo:

Onde se lê:

UF	Município	Canal Digital	Caráter	Consignada	CNPJ Consignada	Fase	Protocolo*
PB	Livramento	34	P	Radio e Televisão Bandeirantes S.A.	60.509.239/0001-13	Fase 1.2	4058

Leia-se:

UF	Município	Canal Digital	Caráter	Consignada	CNPJ Consignada	Fase	Protocolo*
PB	Livramento	34	P	Televisão Tambaú LTDA	12.912.622/0001-75	Fase 1.2	4058

Art. 3º Retificar o Anexo I da Portaria MCom nº 4.553, de 1º de fevereiro de 2022, publicada no DOU em 11/02/2022, Edição 30, Seção 1, Página 22, tornando sem efeito a autorização do canal digital 14, de São Geraldo/MG, à TV Juiz de Fora S/A, do serviço de Retransmissão de Televisão, em tecnologia digital, ao suprimir deste Anexo a seguinte linha:

UF	Município	Canal Digital	Caráter	Autorizada	CNPJ Autorizada	Fase	Protocolo*
MG	São Geraldo	14	Primário	TV JUIZ DE FORA S/A	24.575.063/0001-46	1.4	4966

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 5.348, DE 19 DE ABRIL DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53900.039851/2016-31, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Riacho Doce, inscrita no CNPJ sob nº 25.123.505/0001-74, cuja sede se situa na Passagem São Cristóvão, nº 22 - Bairro Guamá, na localidade de Belém, Estado do Pará, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 198, cuja frequência é de 87,5 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA MCOM Nº 5.349, DE 19 DE ABRIL DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53830.001750/1998, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Barretense Comunitária, inscrita no CNPJ sob nº 01.661.194/0001-39, cuja sede se situa na Rua 03 de Outubro, nº 176 - Derby Clube, na localidade de Barretos, Estado de São Paulo, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 292, cuja frequência é de 106,3 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA MCOM Nº 5.367, DE 25 DE ABRIL DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no Decreto n° 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e alterações, e o disposto no artigo 18 da Portaria n° 141, de 22 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 24/07/2020, bem como o que consta do Processo n° 53115.026434/2021-41, resolve:

Art. 1° Outorgar autorização à TELEVISÃO SUL BAHIA DE TEIXEIRA DE FREITAS LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 13.985.114/0001-80, para executar, por prazo indeterminado, o serviço de retransmissão de televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, com utilização do canal 40 (quarenta), em caráter primário e com tecnologia digital, no município de SENHOR DO BONFIM, estado da BAHIA.

Art. 2° A autorização ora outorgada tem caráter precário e objetiva-se a retransmitir os sinais provenientes da TELEVISÃO SUL BAHIA DE TEIXEIRA DE FREITAS LTDA., pessoa jurídica concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, inscrita no CNPJ sob o nº 13.985.114/0001-80, cuja outorga foi deferida por meio do Decreto nº 9612, de 02 de maio de 1986, publicado no Diário Oficial da União de 05 de maio de 1986, e ratificado por meio do Decreto Legislativo nº 962, de 12 de novembro de 2004, publicado no Diário Oficial de 16 de novembro de 2004, para execução do serviço no município de TEIXEIRA DE FREITAS, estado da BAHIA.

Art. 3° A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 4° Para fins de execução do referido serviço deverão ser observado os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, estabelecidos no artigo 24 do Decreto n° 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, alterado pelo Decreto n° 10.405, de 25 de junho de 2020.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA MCOM Nº 5.369, DE 25 DE ABRIL DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no Decreto n° 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e alterações, e o disposto no artigo 18 da Portaria n° 141, de 22 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 24/07/2020, bem como o que consta do Processo n° 53115.026518/2021-85, resolve:

Art. 1° Outorgar autorização à TELEVISÃO SUL BAHIA DE TEIXEIRA DE FREITAS LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 13.985.114/0001-80, para executar, por prazo indeterminado, o serviço de retransmissão de televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, com utilização do canal 40 (quarenta), em caráter primário e com tecnologia digital, no município de IRECÊ, estado da BAHIA.

Art. 2° A autorização ora outorgada tem caráter precário e objetiva-se a retransmitir os sinais provenientes da TELEVISÃO SUL BAHIA DE TEIXEIRA DE FREITAS LTDA., pessoa jurídica concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, inscrita no CNPJ sob o nº 13.985.114/0001-80, cuja outorga foi deferida por meio do Decreto nº 9612, de 02 de maio de 1986, publicado no Diário Oficial da União de 05 de maio de 1986, e ratificado por meio do Decreto Legislativo nº 962, de 12 de novembro de 2004, publicado no Diário Oficial de 16 de novembro de 2004, para execução do serviço no município de TEIXEIRA DE FREITAS, estado da BAHIA.

Art. 3° A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 4° Para fins de execução do referido serviço deverão ser observado os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, estabelecidos no artigo 24 do Decreto n° 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, alterado pelo Decreto n° 10.405, de 25 de junho de 2020.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA MCOM Nº 5.371, DE 25 DE ABRIL DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53900.005043/2015-99, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 3501/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00213/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 19 de maio de 2015, a concessão outorgada à RÁDIO NOVA DRACENA LTDA (CNPJ nº 44.879.591/0001-94), nos termos da Portaria nº 405, de 13 de maio de 1975, publicada em 19 de maio de 1975, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Dracena, Estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA MCOM Nº 5.373, DE 25 DE ABRIL DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no Decreto n° 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e alterações, e o disposto no artigo 18 da Portaria n° 141, de 22 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 24/07/2020, bem como o que consta do Processo n° 53115.025673/2021-84, resolve:

Art. 1° Outorgar autorização à SOCIEDADE CAMPOGRANDENSE DE TELEVISÃO LIMITADA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 15.929.060/0001-60, para executar, por prazo indeterminado, o serviço de retransmissão de televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, com utilização do canal 39 (trinta e nove), em caráter primário e com tecnologia digital, no município de PONTA PORÃ, estado de MATO GROSSO DO SUL.

Art. 2° A autorização ora outorgada tem caráter precário e objetiva-se a retransmitir os sinais provenientes da SOCIEDADE CAMPOGRANDENSE DE TELEVISÃO LIMITADA, pessoa jurídica concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, inscrita no CNPJ sob o nº 15.929.060/0001-60, cuja outorga foi deferida por meio do Decreto nº 95.585, de 05 de janeiro de 1988, publicado no Diário Oficial da União de 06 de janeiro de 1988, para execução do serviço no município de CAMPO GRANDE, estado de MATO GROSSO DO SUL.

Art. 3° A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 4° Para fins de execução do referido serviço deverão ser observado os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, estabelecidos no artigo 24 do Decreto n° 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, alterado pelo Decreto n° 10.405, de 25 de junho de 2020.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA MCOM Nº 5.374, DE 25 DE ABRIL DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no Decreto n° 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e alterações, e o disposto no artigo 18 da Portaria n° 141, de 22 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 24/07/2020, bem como o que consta do Processo n° 53115.025599/2021-04, resolve:

Art. 1° Outorgar autorização à SOCIEDADE CAMPOGRANDENSE DE TELEVISÃO LIMITADA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 15.929.060/0001-60, para executar, por prazo indeterminado, o serviço de retransmissão de televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, com utilização do canal 21 (vinte e um), em caráter primário e com tecnologia digital, no município de SIDROLÂNDIA, estado de MATO GROSSO DO SUL.

Art. 2° A autorização ora outorgada tem caráter precário e objetiva-se a retransmitir os sinais provenientes da SOCIEDADE CAMPOGRANDENSE DE TELEVISÃO LIMITADA, pessoa jurídica concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, inscrita no CNPJ sob o nº 15.929.060/0001-60, cuja outorga foi deferida por meio do Decreto nº 95.585, de 05 de janeiro de 1988, publicado no Diário Oficial da União de 06 de janeiro de 1988, para execução do serviço no município de CAMPO GRANDE, estado de MATO GROSSO DO SUL.

Art. 3° A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 4° Para fins de execução do referido serviço deverão ser observado os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, estabelecidos no artigo 24 do Decreto n° 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, alterado pelo Decreto n° 10.405, de 25 de junho de 2020.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA MCOM Nº 5.389, DE 26 DE ABRIL DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, bem como o que consta no Processo nº 53115.012523/2020-20, especialmente os fundamentos consubstanciados na Nota Técnica nº 3451/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00223/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante no MCOM, resolve:

Art. 1º Transferir a autorização consignada por meio da Portaria nº 1.447-SEI, de 09 de abril de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 16 de abril de 2020, à Sul Brasil - Rádio e Televisão Ltda, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 05.492.288/0001-82, para a TVCI TV Comunicações Interativas Ltda, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 01.871.985/0001-93, que fica autorizada a executar, por prazo indeterminado, o serviço de retransmissão de televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, com utilização do canal 43 (quarenta e três), analógico, e do canal 43 (quarenta e três), digital, ambos em caráter secundário, no município de Pombal, estado da Paraíba.

Art. 2º A autorização ora transferida tem caráter precária e objetiva retransmitir os sinais provenientes da própria TVCI TV - Comunicações Interativas Ltda, pessoa jurídica concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, inscrita no CNPJ sob o nº 01.871.985/0001-93, cuja concessão foi outorgada por meio do Decreto s/n, de 11 de outubro de 2000, publicado no Diário Oficial da União, de 13 de outubro de 2000, e chancelada por meio do Decreto Legislativo nº 191, de 08 de agosto de 2002, publicado no Diário Oficial, de 09 de agosto de 2002, para execução do serviço no município de Paranaguá, estado do Paraná.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA MCOM Nº 5.391, DE 26 DE ABRIL DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, bem como o que consta no Processo nº 53115.012534/2020-18, especialmente os fundamentos consubstanciados na Nota Técnica nº 3529/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00222/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante no MCOM, resolve:

Art. 1º Transferir a autorização consignada por meio da Portaria nº 1.454-SEI, de 09 de abril de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 16 de abril de 2020, à Sul Brasil - Rádio e Televisão Ltda, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 05.492.288/0001-82, para a TVCI TV Comunicações Interativas Ltda, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 01.871.985/0001-93, que fica autorizada a executar, por prazo indeterminado, o serviço de retransmissão de televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, com utilização do canal 49 (quarenta e nove), analógico, e do canal 49 (quarenta e nove), digital, ambos em caráter secundário, no município de Pontal do Paraná, estado do Paraná

Art. 2º A autorização ora transferida tem caráter precário e objetiva retransmitir os sinais provenientes da própria TVCI TV - Comunicações Interativas Ltda, pessoa jurídica concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, inscrita no CNPJ sob o nº 01.871.985/0001-93, cuja concessão foi outorgada por meio do Decreto s/n, de 11 de outubro de 2000, publicado no Diário Oficial da União, de 13 de outubro de 2000, e chancelada por meio do Decreto Legislativo nº 191, de 08 de agosto de 2002, publicado no Diário Oficial, de 09 de agosto de 2002, para execução do serviço no município de Paranaguá, estado do Paraná.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA MCOM Nº 5.533, DE 5 DE MAIO DE 2022

Estabelece limites de tolerância ao risco, no âmbito do Ministério das Comunicações, na análise informatizada de prestação de contas de transferências voluntárias apresentadas na Plataforma +Brasil

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 4 de maio de 2022, publicado no DOU de 5 de maio de 2022, no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas pelo art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, resolve:

Art. 1º Estabelecer limites de tolerância ao risco, no âmbito do Ministério das Comunicações, na análise informatizada de prestação de contas de transferências voluntárias apresentadas na Plataforma +Brasil até 31 de agosto de 2018, de acordo com o previsto na Instrução Normativa Interministerial nº 5, de 6 de novembro de 2018; e, a partir de 1º de setembro de 2018, de acordo com o previsto na Instrução Normativa Interministerial nº 1, de 14 de fevereiro de 2019, que estabelecem diretrizes e parâmetros para atendimento ao disposto no § 7º do art. 62 da Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro 2016, retificada em 02/01/2017.

I - faixa de valor A, instrumentos de transferências voluntárias com valores totais registrados até R$750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais): Índice IA9, nota de risco >=0,0 e <=1,0; e

II - faixa de valor B, instrumentos de transferências voluntárias com valores totais registrados acima de R$750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais) e abaixo de R$5.000.000,00 (cinco milhões de reais): Índice IA7, nota de risco >=0,0 e <0,8.

Art. 2º Para aplicação do procedimento informatizado de análise de prestações de contas de convênios e contratos de repasse, serão elegíveis os instrumentos que atendam cumulativamente às seguintes condições:

I - operacionalizados e cadastrados na Plataforma +Brasil;

II - que tenham a análise da prestação de contas técnica com emissão de parecer técnico final acerca da execução do objeto e do alcance dos resultados previstos nos instrumentos pactuados aprovada sem ressalvas;

III - com valor total inferior a R$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

IV - que não incorrerem em trilhas de auditoria de conflito de interesse indicadas na Plataforma +Brasil pela Controladoria-Geral da União (CGU);

V - nos quais tenham sido esclarecidas ou saneadas as ocorrências indicadas na Plataforma +Brasil pela Controladoria-Geral da União (CGU) a partir de trilhas de auditoria de descumprimento de norma e de falha na execução financeira;

VI - que tenham pontuação de risco igual ou inferior ao limite de tolerância ao risco da faixa formalmente definido pelo órgão ou entidade concedente;

VII - que não possuam saldos remanescentes nas contas-correntes específicas; e

VIII - nos quais não foi detectado dano ao erário em função de irregularidades comprovadas na execução do objeto pactuado, cuja identificação tenha se dado por meio da análise de conformidade financeira ou no momento da análise de prestação de contas técnica.

Art. 3º A aplicação do procedimento informatizado fica condicionada à emissão de parecer técnico final atestando integralmente a execução do objeto e do alcance dos resultados previstos nos instrumentos pactuados.

Art. 4º As prestações de contas não elegíveis para o procedimento informatizado de análise, e as elegíveis que tenham apresentado alguma irregularidade não saneada, deverão ser analisadas na forma detalhada.

Parágrafo único. Após saneadas as inconformidades, se aplicáveis, ou esclarecidos os apontamentos, no que couber, poderá o convênio ser submetido à análise automatizada, desde que observados os demais requisitos da Instrução Normativa Interministerial nº 5, de 2018.

Art. 5º Caso surjam elementos novos e suficientes para caracterizar a irregularidade na aplicação dos recursos transferidos por força de qualquer instrumento pactuado, o processo será desarquivado e serão adotados os procedimentos para apuração dos fatos e das responsabilidades, quantificação de eventual dano e reparação ao erário, se for o caso.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor no dia 1º de junho de 2022.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

PORTARIA Nº 4.768, DE 12 DE MAIO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta da Nota Técnica nº 2325/2022/SEI-MCOM, que integra o Processo nº 53000.066967/2013-43, cujos fundamentos encontram-se motivados na forma prevista no art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Conhecer e negar provimento ao recurso administrativo interposto pela FM CATANDUVAS - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO FM CATANDUVAS, Fistel nº 50013431609, outorgada para executar o serviço de radiodifusão comunitária, por meio do canal nº 285, na localidade de Catanduvas, Estado de Santa Catarina, bem como alterar o valor da multa constante da Portaria nº 2745/2019/SEI-MCTIC, de 13 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 21 de junho de 2019, para R$ 705,71 (setecentos e cinco reais e setenta e um centavos) e lhe atribuir 8 (oito) pontos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

DESPACHOS DE 12 DE MAIO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso das atribuições que lhe confere, resolve:
Dar publicidade aos recursos das entidades abaixo relacionadas:

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Reconsideração/Recurso	Despacho nº
53000.006126/2014	Empresa de Radiodifusão Estrela Dalva Ltda	FM	Santa Bárbara do Oeste	SP	Conhece e nega	41
53504.008598/2014	Associação de Rádio Comunitária de Botucatu	RADCOM	Botucatu	SP	Conhece e nega	51
53504.015594/2015	Associação Regional de Barueri, Educacional, Cultural e Comunicação Social - ARB (ARB)	Barueri	Barueri	SP	Conhece e nega	103
53504.006555/2015	Rádio Avaré Ltda	FM	Avaré	SP	Conhece e nega	113

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

PORTARIAS DE 12 DE MAIO DE 2022

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, observados os critérios e parâmetros estabelecidos pelas Portarias n° 112, de 22 de abril de 2013, e/ou nº 562, de 22 de dezembro de 2011, e/ou nº 353, de 19 de janeiro de 2018, e/ou nº 294, de 30 de janeiro de 2015, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades, abaixo relacionadas, a penalidade de multa e/ou advertência.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53900.013444/2016	Associação Cristã Shallon	RADCOM	Aparecida de Goiânia	GO	Multa e Advertência	534,32	Art. 40, XXIX do Decreto nº 2.615/98, e art. 21, V da Lei nº 9.612/98, c/c art. 107 da Portaria nº 4.334/2015.	Portaria DEIRF n° 4593 de 12/05/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.068713/2015	Associação de Radiodifusão Comunitária São João do Morro Grande	RADCOM	Barão de Cocais	MG	Multa	534,32	Art. 40, XXIX do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DEIRF n° 4597 de 12/05/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.053002/2015	Associação Comunitária de Radiodifusão de Mampituba	RADCOM	Mampituba	RS	Multa	991,25	Art. 40, VII e XXIX do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DEIRF n° 4625 de 12/05/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53900.061907/2015	Icequi - Instituto Cultural E Econômico De Quixelô	RADCOM	Quixelô	CE	Multa	534,32	Art. 40, XXIX do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DEIRF n° 4643 de 12/05/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.060830/2015	Conselho Comunitário dos Moradores e Amigos de Botumirim	RADCOM	Botumirim	MG	Multa e Advertência	991,25	Art. 40, VII, XII, XVII e XXIX do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DEIRF n° 4676 de 12/05/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
01250.075969/2018	Associação Comunitária Marluse Veiga Araújo - BA	RADCOM	Piraí do Norte	BA	Multa	1.104,02	Art. 40, VI do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DEIRF n° 4704 de 12/05/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 353/2018
53900.061507/2015	Associação Cultural Comunitária de Cristália	RADCOM	Cristália	MG	Multa e Advertência	534,32	Art. 40, XII e XXIX do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DEIRF n° 4716 de 12/05/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.060893/2015	Associação Rádio Comunitária Itapicuru	RADCOM	Ponto Novo	BA	Multa	1.068,64	Art. 40, V e XXIX do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DEIRF n° 4719 de 12/05/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.061617/2015	Associação Comunitária Beneficente e Social de Nova Floresta	RADCOM	Jaguaribe	CE	Multa e Advertência	534,32	Art. 40, XII e XXIX do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DEIRF n° 4756 de 12/05/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.072157/2015	Rádio Quaraí Ltda	OM	Quaraí	RS	Multa	3.272,72	Art. 62 da Lei nº 4.117/62.	Portaria DEIRF n° 4782 de 12/05/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.070496/2015	Associação Comunitária Zumbi dos Palmares	RADCOM	Itaberaba	BA	Multa e Advertência	913,86	Art. 40, V, VII e XVII do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DEIRF n° 4817 de 12/05/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53548.000957/2016	Fundação Estadual Jornalista Luiz Chagas de Rádio e Televisão Educativa de Mato Grosso do Sul	TVD	Campo Grande	MS	Multa	4.541,74	Cláusula Terceira, "i", do Contrato de Concessão publicado em 27/09/2000, c/c item 5.1, "a" e "c", e item 7.1, "g", da Portaria MC nº 310/2006, c/c art. 62 da Lei nº 4.117/62.	Portaria DEIRF n° 5130 de 12/05/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.059148/2015	Associação Cultural do Município de Indiara - Goiás - Rádio Educativa FM	RADCOM	Indiara	GO	Multa	534,32	Art. 40, XXIX do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DEIRF n° 5417 de 12/05/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.008815/2015	Associação Comunitária Cidadã de Promoção Educ., Cult., Art., Esportiva e Com. Social de Euclides da Cunha Paulista - SP	RADCOM	Euclides da Cunha Paulista	SP	Multa e Advertência	534,32	Art. 40, X, XII, do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DEIRF n° 5493 de 12/05/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015

THIAGO AGUIAR SOARES

DEPARTAMENTO DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA

DESPACHO Nº 138, DE 13 DE MAIO DE 2022

O DIRETOR DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no artigo 10, § 2º, do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, com a redação dada pelo Decreto nº 8.061, de 29 de julho de 2013, no artigo 2º da Portaria MCTIC nº 2.992, de 26 de maio de 2017, e no artigo 2º da Portaria nº 2.996, de 26 de maio de 2017 , e considerando o que consta no Processo nº 53115.012177/2022-41, e Nota Técnica nº 6273/2022/SEI-MCOM, resolve homologar o desligamento do sinal e a respectiva devolução dos canais analógicos à União, a partir da data indicada para cada localidade, listadas abaixo, autorizatárias do serviço de retransmissão de televisão, em caráter primário, nos respectivos municípios.

ENTIDADE: FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II - CNPJ Nº 50.016.039/0001-75

Processo	Localidade	UF	Número do FISTEL do Canal analógico	Serviço	Canal Analógico	Ato de Outorga/Autorização do Canal analógico	Canal Digital	Portaria de Consignação	Data de Homologação do Desligamento e Devolução do Canal Analógico
53115.017488/2021-16	Cruzeiro do Sul	AC	50400810654	RTV-P	4	Portaria nº 487, de 25/09/2000, publicada no DOU em 16/10/2000.	41	Portaria nº 1.050, de 04/07/2012, DOU em 23/08/2012.	27/07/2021
53115.021588/2021-47	Autazes	AM	50400785102	RTV-P	43	Portaria nº 2152, de 16/10/2002, publicada no DOU em 24/10/2002.	40	Portaria nº 2.561, de 14/05/2018, DOU em 06/06/2018.	20/08/2021
53115.006834/2021-31	Icó	CE	50400797291	RTV-P	15-	Portaria nº 136, de 18/02/2000, publicada no DOU em 28/03/2000.	40	Portaria nº 1.636, de 21/08/2012, DOU em 19/09/2012.	30/03/2021
53115.006822/2021-14	Quixeramobim	CE	50400797887	RTV-P	22+	Portaria nº 206, de 03/04/2000, publicada no DOU em 19/04/2000.	40	Portaria nº 1.728, de 21/08/2012, DOU em 20/09/2012.	31/03/2021
53115.009609/2021-56	Linhares	ES	50003585387	RTV-P	46+	Portaria nº 706, de 23/12/1999, publicada no DOU 11/01/2000.	25	Portaria nº 756, de 01/06/2012, publicada no DOU em 02/07/2012	14/04/2021
53115.009044/2021-15	Iporá	GO	50400811464	RTV-P	15-	Portaria nº 964, de 12/06/2002, publicada no DOU em 24/06/2002	25	Portaria nº 1.483, DE 01/08/2012, publicada no DOU em 29/08/2012	20/04/2021
53115.009052/2021-53	Itumbiara	GO	50400811707	RTV-P	34-	Portaria nº 618, de 05/12/2000, publicada no DOU em 11/01/2001.	25	Portaria nº 1.764, de 19/12/2014, publicada no DOU em 09/02/2015.	21/04/2021
53115.009082/2021-60	Jataí	GO	50400811898	RTV-P	17-	Portaria nº 1.251, de 11/07/2002, publicada no DOU em 19/07/2002.	25	Portaria nº 237, de 06/03/2012, publicada no DOU em 2/03/2012.	24/04/2021
53115.010078/2021-44	Minaçu	GO	50400812002	RTV-P	6+	Portaria nº 963, de 12/06/2002, publicada no DOU em 21/06/2002	25	Portaria nº 1.512, de 01/08/2012, publicada no DOU em 29/08/2012.	28/04/2021
53115.010080/2021-13	Mineiros	GO	50400812274	RTV-P	16	Portaria nº 1.250, de 11/07/2002, publicada no DOU em 19/07/2002.	25	Portaria nº 5.435, de 02/12/2016, publicada no DOU em 03/01/2017.	29/04/2021
53115.010081/2021-68	Morrinhos	GO	50400812193	RTV-P	16	Portaria nº 1.249, de 11/07/2002, publicada no DOU em 19/07/2002.	25	Portaria nº 1.034, de 04/07/2012, publicada no DOU em 23/08/2012.	30/04/2021
53115.010086/2021-91	Posse	GO	50400812789	RTV-P	9-	Portaria nº 1.248, de 11/07/2002, publicada no DOU em 19/07/2002.	25	Portaria nº 1.948, de 20/01/2015, publicada no DOU em 03/03/2015.	02/05/2021
53115.010087/2021-35	Quirinópolis	GO	50400812436	RTV-P	48+	Portaria nº 830, de 21/05/2002, publicada no DOU em 19/07/2002.	49	Portaria nº 1.589, de 01/08/2012, publicada no DOU em 30/08/2012.	03/05/2021
53115.010093/2021-92	Santa Helena de Goiás	GO	50400812517	RTV-P	26	Portaria nº 965, de 12/06/2002, publicada no DOU em 21/06/2002.	25	Portaria nº 1.634, de 21/08/2012, publicada no DOU em 19/09/2012.	04/05/2021
53115.010076/2021-55	Uruaçu	GO	50400812860	RTV-P	16-	Portaria nº 1.245, de 11/07/2002, publicada no DOU em 19/07/2002.	25	Portaria nº 1.405, de 25/07/2012, publicada no DOU em 29/08/2012.	05/05/2021

53115.009038/2021-50	Ipiaçu	MG	50400790360	RTV-P	35-	Portaria nº 821, de 21/05/2002, publicada no DOU em 27/05/2002.	27	Portaria nº 1.448, de 08/10/2014, publicada no DOU em 20/02/2015.	19/04/2021
53115.009056/2021-31	Iturama	MG	50400788705	RTV-P	23-	Portaria nº 628, de 26/04/2002, publicada no DOU em 03/05/2002.	27	Portaria nº 1.364, de 29/09/2014, publicada no DOU em 13/02/2015.	22/04/2021
53115.009012/2021-10	Januária	MG	50400788624	RTV-P	45	Portaria nº 163, de 20/04/2001, publicada no DOU em 04/06/2001.	42	Portaria nº 1.401, de 08/10/2014, publicada no DOU em 18/02/2015.	23/04/2021
53115.009223/2021-44	João Pinheiro	MG	50400788977	RTV-P	33+	Portaria nº 1.156, de 03/07/2002, publicada no DOU em 10/07/2002.	42	Portaria nº 1.396, de 29/09/2014, publicada no DOU em 11/02/2015.	27/04/2021
53115.009500/2021-19	Mariana	MG	50400789787	RTV-P	47+	Portaria nº 2.618, de 28/11/2002, publicada no DOU em 06/12/2002.	42	Portaria nº 1.407, de 08/01/2014, publicada no DOU em 20/02/2015.	24/04/2021
53115.009231/2021-91	Montes Claros	MG	50400787814	RTV-P	17-	Portaria nº 439, de 30/07/1999, publicada no DOU em 06/08/1999.	42	Portaria nº 1.513, de 01/08/2012, publicada em 29/08/2012.	25/04/2021

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃOS DE 13 DE MAIO DE 2022

Nº 180 - Processo nº 53524.006929/2010-80
Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S.A. CNPJ nº 33.000.118/0015-74

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 29/2022/MM (SEI nº 8229805), integrante deste acórdão:

a) acolher o pedido de desistência do Recurso Administrativo interposto; e,

b) determinar o prosseguimento do feito, de ofício, devido à existência de interesse público, para reformar a sanção aplicada de R$ 412.681,50 (quatrocentos e doze mil, seiscentos e oitenta e um reais e cinquenta centavos) para R$ 442.862,12 (quatrocentos e quarenta e dois mil, oitocentos e sessenta e dois reais e doze centavos).

Nº 181 - Processo nº 53516.008724/2012-08
Recorrente/Interessado: OI S.A. CNPJ nº 33.000.118/0001-79

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 47/2022 (SEI nº 8420475), integrante deste acórdão:

a) acolher o pedido de desistência do Recurso (SEI nº 8348705); e,

b) manter o Despacho Decisório nº 160/2018/SEI/CODI/SCO (SEI nº 2605514), que aplicou sanção de multa à prestadora no valor de R$ 9.334.390,79 (nove milhões, trezentos e trinta e quatro mil, trezentos e noventa reais e setenta e nove centavos), em razão de descumprimentos ao § 2º do art. 41; §§ 3º e 7º do art. 48; caput do art. 56; §§ 3º e 1º do art. 74; § 2º do art. 75; art. 46, caput e §§ 1 e 2º; alínea a, inciso II, do art. 70; e §§ 4º e 6º do art. 17, todos do Regulamento do RSTFC; inciso II do art. 4º do Decreto nº 4769, de 2003 (Plano Geral de Metas para a Universalização - PGMU II), e §§ 1º e 3º do art. 6º da Resolução Anatel nº 560, de 2011.

CARLOS MANUEL BAIGORRI
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 6.636, DE 12 DE MAIO DE 2022

Processo nº 53516.001089/2022-00: Extinguir, por cassação, a autorização no Serviço de Interesse Restrito outorgada à EMERSON LARA, CPF nº ***.176.019-**, por perdas das condições indispensáveis à manutenção da autorização.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ATOS DE 6 DE MAIO DE 2022

Expede autorização para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território à(ao):

Nº 6.280 - Processo nº 53528.000788/2022-95, BIANCINI HOTÉIS E ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA, CNPJ nº 07.296.563/0001-18. Nº 6286 - Processo nº 53528.000771/2022-38, RBS ADMINISTRAÇÃO DE BENS PRÓPRIOS SPE LTDA, CNPJ nº 41.399.381/0001-00.

Nº 6.288 - Processo nº 53528.000772/2022-82, VICTOR HUGO GOBBI BRANDT, CPF nº ***.611.140-**.

STEVAN GRUBISIC
Gerente

ATO Nº 6.497, DE 10 DE MAIO DE 2022

Processo nº 53528.000797/2022-86. Expede autorização à MARTIN ANDRÉ KLEVER, CPF nº ***.200.940-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

STEVAN GRUBISIC
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

ATOS DE 10 DE MAIO DE 2022

Nº 6.508. Processo nº 53542.001056/2022-34. Expede autorização a AGROPECUARIA JEM LTDA, CNPJ nº 30.442.051/0002-15, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 6.510. Processo nº 53542.001699/2022-88. Declarar extinta, por renúncia, a autorização outorgada a ADESSINO DO O LOIOLA, CPF nº ***.020.341-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito. Declarar também notificado o desinteresse para exploração do Serviço Rádio do Cidadão, de interesse restrito, bem como o direito de uso de radiofrequências associadas.

Nº 6.513. Processo nº 53542.001508/2022-88. Expede autorização a AGROPECUARIA QUANTUM LTDA., CNPJ nº 02.941.136/0001-21, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 6.517. Processo nº 53542.001058/2022-23. Expede autorização a AGROPECUARIA JEM LTDA, CNPJ nº 30.442.051/0006-49, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

WILLIAM IVO KOSHEVNIKOFF ZAMBELLI

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARÁ, MARANHÃO E AMAPÁ

ATO Nº 6.639, DE 12 DE MAIO DE 2022

Processo nº 53569.000748/2022-67. Expede autorização ao Fundo Municipal de Saude, CNPJ nº 12095721000101, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

ATOS DE 10 DE MAIO DE 2022

Nº 6.342 Processo nº 53500.033733/2022-70. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Ribeirão Preto/SP.

Nº 6.347 Processo nº 53500.030405/2022-11. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV UMBU LTDA, CNPJ 89.294.565/0001-32, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Tapera/RS.

Nº 6.348 Processo nº 53500.030408/2022-55. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV UMBU LTDA, CNPJ 89.294.565/0001-32, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Getúlio Vargas/RS.

Nº 6.349 Processo nº 53500.030409/2022-08. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV UMBU LTDA, CNPJ 89.294.565/0001-32, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Lagoa Vermelha/RS.

Nº 6.350 Processo nº 53500.030411/2022-79. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV UMBU LTDA, CNPJ 89.294.565/0001-32, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Rodeio Bonito/RS.

Nº 6.351 Processo nº 53500.030414/2022-11. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV UMBU LTDA, CNPJ 89.294.565/0001-32, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Marau/RS.

Nº 6.352 Processo nº 53500.030415/2022-57. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV UMBU LTDA, CNPJ 89.294.565/0001-32, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Não-Me-Toque/RS.

Nº 6.353 Processo nº 53500.030416/2022-00. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV UMBU LTDA, CNPJ 89.294.565/0001-32, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Carazinho/RS.

Nº 6.354 Processo nº 53500.030417/2022-46. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV UMBU LTDA, CNPJ 89.294.565/0001-32, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Tapera/RS.

Nº 6.355 Processo nº 53500.030420/2022-60. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV UMBU LTDA, CNPJ 89.294.565/0001-32, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Frederico Westphalen/RS.

Nº 6.356 Processo nº 53500.030421/2022-12. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV UMBU LTDA, CNPJ 89.294.565/0001-32, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Palmeira das Missões/RS.

Nº 6.357 Processo nº 53500.030473/2022-81. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV UMBU LTDA, CNPJ 89.294.565/0001-32, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de David Canabarro/RS.

Nº 6.358 Processo nº 53500.030476/2022-14. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV UMBU LTDA, CNPJ 89.294.565/0001-32, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Sarandi/RS.

Nº 6.359 Processo nº 53500.030478/2022-11. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV UMBU LTDA, CNPJ 89.294.565/0001-32, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Soledade/RS.

Nº 6.360 Processo nº 53500.030479/2022-58. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV UMBU LTDA, CNPJ 89.294.565/0001-32, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Tapejara/RS.

Nº 6.361 Processo nº 53500.030481/2022-27. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV UMBU LTDA, CNPJ 89.294.565/0001-32, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Chapada/RS.

Nº 6.362 Processo nº 53500.030491/2022-62. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV UMBU LTDA, CNPJ 89.294.565/0001-32, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Espumoso/RS.

Nº 6.363 Processo nº 53500.030495/2022-41. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RBS TV BAGE LTDA, CNPJ 87.463.535/0001-87, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Aceguá/RS.

Nº 6.364 Processo nº 53500.030496/2022-95. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RBS TV BAGE LTDA, CNPJ 87.463.535/0001-87, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Pinheiro Machado/RS.

Nº 6.365 Processo nº 53500.030504/2022-01. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO TUIUTI SA, CNPJ 92.236.314/0001-06, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Chuí/RS.

Nº 6.366 Processo nº 53500.030505/2022-48. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO LIBERAL LTDA, CNPJ 04.832.721/0001-19, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Altamira/PA.

Nº 6.367 Processo nº 53500.030506/2022-92. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO LIBERAL LTDA, CNPJ 04.832.721/0001-19, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Bragança/PA.

Nº 6.368 Processo nº 53500.031359/2022-78. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO LIBERAL LTDA, CNPJ 04.832.721/0001-19, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Capanema/PA.

Nº 6.369 Processo nº 53500.031363/2022-36. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO LIBERAL LTDA, CNPJ 04.832.721/0001-19, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Igarapé-Miri/PA.

Nº 6.370 Processo nº 53500.031367/2022-14. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO LIBERAL LTDA, CNPJ 04.832.721/0001-19, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Mãe do Rio/PA.

Nº 6.371 Processo nº 53500.031560/2022-55. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO LIBERAL LTDA, CNPJ 04.832.721/0001-19, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Paragominas/PA.

Nº 6.372 Processo nº 53500.031564/2022-33. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO LIBERAL LTDA, CNPJ 04.832.721/0001-19, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Redenção/PA.

Nº 6.373 Processo nº 53500.031582/2022-15. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO LIBERAL LTDA, CNPJ 04.832.721/0001-19, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Rio Maria/PA.

Nº 6.374 Processo nº 53500.032084/2022-90. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM PEDRITO, CNPJ 87.482.535/0001-24, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Dom Pedrito/RS.

Nº 6.375 Processo nº 53500.037158/2022-84. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO BEL LTDA, CNPJ 03.718.562/0001-63, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Ouro Branco/MG.

Nº 6.376 Processo nº 53500.037161/2022-06. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO ATIVA COMUNICACAO LTDA, CNPJ 04.889.498/0001-46, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Anápolis/GO.

Nº 6.377 Processo nº 53500.037916/2022-64. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO DANUBIO AZUL LTDA, CNPJ 77.818.870/0001-05, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Santa Izabel do Oeste/PR.

Nº 6.378 Processo nº 53500.038240/2022-26. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Rio Azul/PR.

Nº 6.379 Processo nº 53500.038241/2022-71. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Santo Inácio/PR.

Nº 6.380 Processo nº 53500.038244/2022-12. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Aratiba/RS.

Nº 6.381 Processo nº 53500.038246/2022-01. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Rio Azul/PR.

Nº 6.382 Processo nº 53500.038247/2022-48. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Santo Inácio/PR.

Nº 6.383 Processo nº 53500.038248/2022-92. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Aratiba/RS.

Nº 6.384 Processo nº 53500.038252/2022-51. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUND SETORIAL DE RADIODIFUSAO EDUC DE SONS E IMAGENS, CNPJ 60.133.972/0001-86, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Arapoti/PR.

Nº 6.385 Processo nº 53500.038253/2022-03. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUND SETORIAL DE RADIODIFUSAO EDUC DE SONS E IMAGENS, CNPJ 60.133.972/0001-86, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Cambará/PR.

Nº 6.386 Processo nº 53500.038254/2022-40. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUND SETORIAL DE RADIODIFUSAO EDUC DE SONS E IMAGENS, CNPJ 60.133.972/0001-86, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Campina da Lagoa/PR.

Nº 6.387 Processo nº 53500.038256/2022-39. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUND SETORIAL DE RADIODIFUSAO EDUC DE SONS E IMAGENS, CNPJ 60.133.972/0001-86, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Cândido de Abreu/PR.

Nº 6.388 Processo nº 53500.038257/2022-83. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUND SETORIAL DE RADIODIFUSAO EDUC DE SONS E IMAGENS, CNPJ 60.133.972/0001-86, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Candói/PR.

Nº 6.389 Processo nº 53500.038258/2022-28. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUND SETORIAL DE RADIODIFUSAO EDUC DE SONS E IMAGENS, CNPJ 60.133.972/0001-86, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Cantagalo/PR.

Nº 6.390 Processo nº 53500.038259/2022-72. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUND SETORIAL DE RADIODIFUSAO EDUC DE SONS E IMAGENS, CNPJ 60.133.972/0001-86, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Cerro Azul/PR.

Nº 6.391 Processo nº 53500.038260/2022-05. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUND SETORIAL DE RADIODIFUSAO EDUC DE SONS E IMAGENS, CNPJ 60.133.972/0001-86, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Chopinzinho/PR.

Nº 6.392 Processo nº 53500.038262/2022-96. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUND SETORIAL DE RADIODIFUSAO EDUC DE SONS E IMAGENS, CNPJ 60.133.972/0001-86, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Coronel Vivida/PR.

Nº 6.393 Processo nº 53500.038263/2022-31. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUND SETORIAL DE RADIODIFUSAO EDUC DE SONS E IMAGENS, CNPJ 60.133.972/0001-86, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Figueira/PR.

Nº 6.394 Processo nº 53500.038264/2022-85. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUND SETORIAL DE RADIODIFUSAO EDUC DE SONS E IMAGENS, CNPJ 60.133.972/0001-86, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Goioxim/PR.

Nº 6.395 Processo nº 53500.038265/2022-20. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUND SETORIAL DE RADIODIFUSAO EDUC DE SONS E IMAGENS, CNPJ 60.133.972/0001-86, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Guaraniaçu/PR.

Nº 6.396 Processo nº 53500.038266/2022-74. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUND SETORIAL DE RADIODIFUSAO EDUC DE SONS E IMAGENS, CNPJ 60.133.972/0001-86, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Imbaú/PR.

Nº 6.397 Processo nº 53500.038267/2022-19. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUND SETORIAL DE RADIODIFUSAO EDUC DE SONS E IMAGENS, CNPJ 60.133.972/0001-86, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Inácio Martins/PR.

Nº 6.398 Processo nº 53500.038268/2022-63. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUND SETORIAL DE RADIODIFUSAO EDUC DE SONS E IMAGENS, CNPJ 60.133.972/0001-86, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Ipiranga/PR.

Nº 6.399 Processo nº 53500.038270/2022-32. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUND SETORIAL DE RADIODIFUSAO EDUC DE SONS E IMAGENS, CNPJ 60.133.972/0001-86, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Ivaí/PR.

Nº 6.400 Processo nº 53500.038271/2022-87. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUND SETORIAL DE RADIODIFUSAO EDUC DE SONS E IMAGENS, CNPJ 60.133.972/0001-86, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Jaguariaíva/PR.

Nº 6.401 Processo nº 53500.038272/2022-21. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUND SETORIAL DE RADIODIFUSAO EDUC DE SONS E IMAGENS, CNPJ 60.133.972/0001-86, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Morretes/PR.

Nº 6.402 Processo nº 53500.038273/2022-76. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUND SETORIAL DE RADIODIFUSAO EDUC DE SONS E IMAGENS, CNPJ 60.133.972/0001-86, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Quatiguá/PR.

Nº 6.403 Processo nº 53500.038274/2022-11. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUND SETORIAL DE RADIODIFUSAO EDUC DE SONS E IMAGENS, CNPJ 60.133.972/0001-86, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Rebouças/PR.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 11 DE MAIO DE 2022

Nº 6.563 Processo nº 53500.031360/2022-01. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO LIBERAL LTDA, CNPJ 04.832.721/0001-19, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Castanhal/PA.

Nº 6.564 Processo nº 53500.034497/2022-17. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA PIONEIRA DE TELEVISAO S/A, CNPJ 59.152.629/0001-08, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Caconde/SP.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 12 DE MAIO DE 2022

Nº 6.633 Processo nº 53500.031676/2022-94. Expede autorização à TELECOM VIRTUAL SERVICOS DE COMUNICACAO INTEGRADA LTDA, CNPJ/MF nº 38.085.103/0001-74, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.634 Processo nº 53500.037949/2022-12. Expede autorização à RENOVA SERVICOS DE COMUNICACAO MULTIMIDIA LTDA, CNPJ/MF nº 42.569.060/0001-70, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA GM-MD Nº 2.680, DE 10 DE MAIO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, na qualidade de Chanceler da Ordem do Mérito da Defesa e tendo em vista o disposto no inciso II do art. 7º do Decreto nº 4.263, de 10 de junho de 2002, alterado pelo Decreto nº 7.822, de 5 de outubro de 2012, e de acordo com o que consta dos Processos nº 60041.001595/2021-07 e 60041.000528/2022-48, resolve:

PROMOVER, no Quadro Suplementar da Ordem do Mérito da Defesa, ao grau de Comendador:

MARCELO PAZ SARAIVA CÂMARA, Ministro de Segunda Classe; e
ODILON MAZZINI JUNIOR, Senhor.

PAULO SÉRGIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA

PORTARIA GM-MD Nº 2.681, DE 10 DE MAIO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, na qualidade de Chanceler da Ordem do Mérito da Defesa e tendo em vista o disposto no inciso II do art. 7º do Decreto nº 4.263, de 10 de junho de 2002, alterado pelo Decreto nº 7.822, de 5 de outubro de 2012, e de acordo com o que consta dos Processos nº 60041.001595/2021-07 e 60041.000528/2022-48, resolve:

ADMITIR,
no Quadro Suplementar da Ordem do Mérito da Defesa:
I - no grau de Comendador:
GILDA MOTTA SANTOS NEVES, Ministra de Segunda Classe;
CÉSAR AUGUSTO DE OLIVEIRA SAUER, Ministro de Segunda Classe;
ROBERTO ALVES GALLO FILHO, Senhor;
THIAGO MEIRELLES FERNANDES PEREIRA, Senhor;
ALESSANDRO GLAUCO DOS ANJOS DE VASCONCELOS, Senhor;
HENRIQUE BARROS PEREIRA RAMOS, Senhor;
MARCELO DIAS VARELLA, Senhor;
JÚLIO ALEXANDRE MENEZES DA SILVA, Senhor;
LUIS FERNANDO LIMA OLIVEIRA, Senhor;
JORGE ALBERTO ROCHA DE MENEZES, Senhor;
LUCIANA LAURIA LOPES, Senhora;
MARCOS SANTOS KROLL, Senhor;
JOÃO LOPES DE ARAÚJO JÚNIOR, Senhor;
GLEN LOPES VALENTE, Senhor;
MAURÍCIO MELO DE MENEZES, Senhor;
AILTON MINEIRO NASSER, Senhor;
AUGUSTO NUNES DA SILVA, Senhor;
JOSÉ MARIA TRINDADE, Senhor;
ANA PAULA RODRIGUES HENKEL, Senhora; e
GUILHERME SOBRAL PINTO MENESCAU FIUZA, Senhor;
II - no grau de Oficial:
FRANCISCO MOACYR FONTENELLE FILHO, Conselheiro;
FRANKLIN SILVA NETO, Conselheiro;
Coronel PM/SP RONALDO MIGUEL VIEIRA;
ELAINE CRISTINA GUEDES MARTINS DELLA NINA, Senhora;
KEILANE VALKÍRIA DE ARAUJO TRONCOSO, Senhora;
LUCIANO RODRIGUES MAIA PINTO, Senhor;
FRANCISCO ENEDELSON PASSOS DA MACENO, Senhor;
PEDRO ALBERTO MOURA ROLIM, Senhor;
JOSÉ MAURO ESTEVES SANTOS, Senhor; e
CARLOS FREDERICO DE SOUZA COELHO, Senhor; e
III - no grau de Cavaleiro:
KETLEY DE ALMEIDA AMORIM, Senhora;
BRUNNA BONINO BARBOSA NUNES, Senhora;
ADRIANA TINOCO VIEIRA, Senhora;
Major PM/SP FÁBIO DA VEIGA CABRAL;
Major PM/DF ANA LÚCIA DE FREITAS ROSSI;
IRENE PINHEIRO DA SILVA CARVALHO, Senhora; e
MILENE MARTINS DOS REIS, Senhora.

PAULO SÉRGIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA

Ministério do Desenvolvimento Regional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 1.478, DE 12 DE MAIO DE 2022

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pela SECRETÁRIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, SUBSTITUTA, nomeada pela Portaria n. 2.927, de 20 de novembro de 2020, publicada no DOU, de 23 de novembro de 2020, Seção 2, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708 de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de reconstrução, previsto no art. 4° da Portaria n. 124, de 04 de abril de 2013, constante no processo administrativo nº 59050.000265/2013-98, que autorizou o empenho e a transferência de recursos ao Município de Natal - RN, para ações de Defesa Civil até 19/11/2022.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

KARINE DA SILVA LOPES

Ministério da Economia

SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 19, DE 13 DE MAIO DE 2022

A SECRETÁRIA DE COMÉRCIO EXTERIOR SUBSTITUTA DA SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA nos termos do Acordo sobre a Implementação do Art. VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994 e promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, de acordo com o disposto no § 5º do art. 65 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, e do art. 6º da Portaria SECEX nº 13, de 29 de janeiro de 2020, e tendo em vista o que consta dos Processos de Defesa Comercial SEI/ME nº 19972.101584/2021-11 restrito e nº 19972.101585/2021-58 confidencial e dos Processos de Interesse Público SEI/ME nº 19972.102266/2021-60 público e 19972.102267/2021-12 confidencial, e do Despacho Decisório nº 1548, de 11 de maio de 2022, elaborado pela Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público - SDCOM desta Secretaria e referentes à revisão da medida antidumping instituída pela Resolução CAMEX nº 120, de 23 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 28 de novembro de 2016, aplicada às importações brasileiras de barras chatas de aço ligado, simplesmente laminadas, estiradas ou extrudadas, a quente, que não sejam de corte rápido e nem de aços silício-manganês, de espessura igual ou superior a 4,5 mm, mas não superior a 60 mm, de largura igual ou superior a 50 mm, mas não superior a 150 mm, independentemente do tipo de canto (redondo, mola, quadrado, etc.), comumente classificadas no subitem 7228.30.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, originárias da República Popular da China, decide:

1. Tornar públicos os prazos que servirão de parâmetro para o restante da referida revisão, iniciada pela Circular SECEX nº 79, de 25 de novembro de 2021:

Disposição legal - Decreto nº 8.058, de 2013	Prazos	Datas previstas
art.59	Encerramento da fase probatória da revisão	18 de julho de 2022
art. 60	Encerramento da fase de manifestação sobre os dados e as informações constantes dos autos	8 de agosto de 2022
art. 61	Divulgação da nota técnica contendo os fatos essenciais que se encontram em análise e que serão considerados na determinação final	8 de setembro de 2022
art. 62	Encerramento do prazo para apresentação das manifestações finais pelas partes interessadas e Encerramento da fase de instrução do processo	28 de setembro de 2022
art. 63	Expedição, pela SDCOM, do parecer de determinação final	18 de outubro de 2022

2. Prorrogar por até dois meses, a partir de 26 de setembro de 2022, o prazo para conclusão da revisão mencionada no caput, iniciada por intermédio da Circular SECEX nº 79, de 25 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 26 de novembro de 2021, nos termos dos arts. 5º e 112 do Decreto nº 8.058, de 2013. De acordo com o contido no § 2º do art. 112 do Decreto nº 8.058, de 2013, as medidas antidumping de que trata a Resolução CAMEX nº 120, de 2016, permanecerão em vigor, no curso desta revisão.

3. Não iniciar avaliação de interesse público em relação à referida medida antidumping definitiva aplicada, considerando que não foram identificados elementos de interesse público suficientes, nos termos do art. 6º, caput e §§ 1º e 2º, da Portaria SECEX nº 13, de 29 janeiro de 2020.

4. Informar a decisão final de usar os Estados Unidos da América (EUA) como terceiro país de economia de mercado.

DANIELA FERREIRA DE MATOS

SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA SPU/ME Nº 4.480, DE 13 DE MAIO DE 2022

O SECRETÁRIO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, SUBSTITUTO, DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 1º, inciso I, da Portaria SEDDM/ME nº 12.485, de 20 de outubro de 2021, tendo em vista o disposto no artigo 23 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e considerando a ata de reunião (SEI 24796812) realizada em 13 de maio de 2022, conforme previsto no art. 10-A do Anexo I da Portaria nº 8729, de 20 de julho de 2021, com alteração dada pela Portaria SPU/ME nº 11.067, de 9 de setembro de 2021, resolve:

Art. 1º Autorizar a alienação onerosa dos bens a seguir discriminados, mediante venda, precedida de licitação, na modalidade concorrência pública eletrônica, nos termos das Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nº 9.636, de 15 de maio de 1998, observando-se, no que couber, o disposto na Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, e nas demais normas aplicáveis:

Item	UF	Município	Endereço	Matrícula	Cartório	Descrição	Área (m²)
1	MS	Campo Grande	Rua Aracaju, Lote 06, Quadra 04, Jardim Imá	55.331	Registro de Imóveis da 3ª Circunscrição	Terreno	448,00
2	MS	Nova Andradina	Rua Melvin Jones 1372, Parte da Data 10 Quadra 290, Centro	5.259	1º Serviço Registral de Imóveis de Nova Andradina	Terreno/benfeitoria	Terreno:220,00 Benfeitoria: 219,00 (50% do imóvel)

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARTIM RAMOS CAVALCANTI

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

PORTARIA SPU-CE/ME Nº 4.428, DE 13 DE MAIO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO CEARÁ, DA SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 50, de 25/02/2019, publicada no Diário Oficial da União em 26/02/2019, edição 40, seção 2, página 18, com fundamento no art. 53 da Lei n° 9.784/99, e,

Considerando o PARECER Nº 108/CGPES/SPU que se fundamenta na Nota Técnica - CGLEP n° 194/SPU da Coordenação-Geral de Legislação Patrimonial e no PARECER/MP/CONJUR/LAV/Nº 2245-5.9.9/2006, todos inseridos no processo 10380.002522/95-52;

Considerando o PARECER n. 01424/2019/WWGS/CPU/PGACPNP/PGFN/AGU no processo 10380.028922/99-30;

Considerando o art. 28 da Instrução Normativa nº 4, de 14/08/2018 (publicada no Diário Oficial da União em 15/08/2018, edição 157, seção 1, página 171);

Considerando os elementos que integram o processo nº 10154.156730/2020-16, resolve:

Art. 1º Declarar a nulidade das 9 (nove) inscrições de ocupação de imóveis, especificados na Tabela abaixo, todos inseridos em área da União conhecida como área do Pirambu, em Fortaleza/Ceará, que se encontra cadastrada sob o RIP SPIUnet 1389.00579.500-8 e registrada sob a matrícula 61.126 do 3° Ofício de Imóveis de Fortaleza.

	RIP SIAPA	Endereço	Processo	Localização do imóvel na área da matrícula 61.126
1	1389 0009940-61	Avenida Presidente Castelo Branco, nº 86, Cristo Redentor, Fortaleza-CE.	19739.108517/2021-82	Quadra 95
2	1389 0009941-42	Avenida Presidente Castelo Branco, nº 88, Pirambu, Fortaleza-CE.	19739.110253/2021-27	Quadra 95
3	1389 0009866-38	Avenida Presidente Castelo Branco, nº 602, Pirambu, Fortaleza-CE.	04988.004065/2008-84	Quadra 93
4	1389 0013084-20	Avenida Presidente Castelo Branco, nº 11, Pirambu, Fortaleza-CE.	19739.110200/2021-14	Quadra 59
5	1389 0009951-14	Avenida Presidente Castelo Branco, nº 110, Jacarecanga, Fortaleza-CE.	19739.110232/2021-10	Quadra 95
6	1389 0009494-30	Avenida Presidente Castelo Branco, nº 142, Jacarecanga, Fortaleza-CE	10380.000672/96-85	Quadra 60
7	1389 0009478-10	Avenida Presidente Castelo Branco, nº 152, Jacarecanga, Fortaleza-CE	04988.003047/2008-85	Quadra 60
8	1389 0009849-37	Rua Inácio Campelo s/n, Cristo Redentor, Fortaleza-CE	04988.005295/2008-61	Quadra 91
9	1389.0009499-45	Avenida Presidente Castelo Branco, n° 150 A, Jacarecanga, Fortaleza-CE	04988.003211/2009-35	Quadra 60

Parágrafo Único. A área do Pirambu foi declarada de interesse do serviço público para fins de regularização fundiária, através da portaria/MP nº 198, de 07/08/2006, publicada no Diário Oficial da União em 08/08/2006, n° 151, seção 1, página 42 e se encontra atualmente destinada, através do instrumento de cessão, sob regime de CDRU, efetivado em 2017, para fins de implantação do projeto de regularização fundiária de interesse social, pelo Município de Fortaleza, conforme processo 04988.201198/2015-26.

Art. 2º Reconhecer que o ato de inscrição de ocupação dos imóveis, especificados na Tabela acima, está eivado de vícios de legalidade, conforme art. 53 da Lei nº 9.784/99, e que a presente declaração de nulidade importa o automático cancelamento de todos os débitos constituídos ou não, decorrentes de tal ato administrativo viciado, retroagindo seus efeitos até o ano de 1992.

Art. 3º A relação com as inscrições de ocupação dos imóveis de que trata esta Portaria, com o respectivo Registro Imobiliário Patrimonial (RIP) e o nome do responsável, será divulgada no sítio eletrônico desta Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, através do link https://www.gov.br/economia/pt-br.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VANDESVALDO DE CARVALHO MOURA

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

PORTARIA CONJUNTA COANA/COTEC Nº 74, DE 11 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre normas, especificações e procedimentos para a implantação de infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação e de mobiliário nas áreas de atuação da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) em local ou recinto alfandegado.

O COORDENADOR-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA E O COORDENADOR-GERAL DE TECNOLOGIA E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do art. 358 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 julho de 2020, e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 11 da Portaria RFB nº 143, de 11 de fevereiro de 2022, vigente a partir de 2 de março de 2022, resolvem:

Art. 1º A infraestrutura de tecnologia da informação, comunicação e mobiliário nos escritórios de uso privativo da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) em local ou recinto alfandegado de onde serão realizados acessos às bases de dados e aos sistemas informatizados da RFB, deverá observar as normas, especificações técnicas e procedimentos definidos nesta Portaria, de forma a garantir a disponibilidade, o desempenho e a segurança dos ativos de tecnologia da informação e comunicação da RFB.

Art. 2º Para efeito desta Portaria, consideram-se as seguintes definições:

I - Rede Corporativa da RFB: rede que suporta as aplicações de negócio, delimitada por políticas de acesso e de segurança, formada pelo ambiente informatizado da RFB, serviços disponíveis em nuvem e aqueles disponibilizados nas dependências dos prestadores de serviços da RFB;

II - Escritório da RFB: área segregada de uso privativo dos servidores da RFB com atuação no recinto alfandegado e que contém os recursos de tecnologia da informação e comunicação para acesso à Rede Corporativa da RFB;

III - Usuário da RFB: é o servidor da RFB e o empregado de prestador de serviços autorizado pela RFB;

IV - Administradora: é o concessionário, permissionário, delegatário, arrendatário, cessionário, licenciado, autorizado ou que administra o recinto ou local alfandegado;

V - Serviço de Acesso Remoto: é o serviço sob gestão da RFB que permite o acesso à Rede Corporativa da RFB por usuários autorizados localizados remotamente, mediante o uso de rede privada virtual (VPN) e de certificado digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Púbicas Brasileira (ICP-Brasil), que torna disponíveis aos usuários os recursos da Rede Corporativa da RFB;

VI - Rede de acesso: é o elemento que faz a ligação entre o ponto de presença da operadora de telecomunicação e o Customer Premises Equipment (CPE);

VII - Customer Premises Equipment (CPE): é o equipamento ou acessório que interliga a rede de acesso e o(s) computador(es) da RFB; e

VIII - Meio de acesso à Internet: é formado pela rede de acesso e o CPE.

Art. 3º Os Escritórios da RFB em local ou recinto alfandegado devem possuir a seguinte infraestrutura para acesso à Rede Corporativa da RFB, a ser fornecida pela Administradora:

I - meio de acesso à Internet, com tecnologia banda larga fixa, para o acesso remoto do recinto à Rede Corporativa da RFB, com CPE;

II - O CPE deve possuir tecnologia embarcada de rede sem fio (Wireless Fidelity - WiFi) ou deve ser fornecido junto com infraestrutura complementar necessária para atender com WiFi todas as áreas de atuação da RFB;

III - rede elétrica estabilizada que suporte todos os equipamentos de tecnologia da informação e comunicação do Escritório da RFB;

IV - equipamentos multifuncionais para impressão, cópia e digitalização de documentos; e

V - mobiliário, compatível com os demais e adequado à finalidade.

§ 1º Quando houver área administrativa da RFB instalada nas proximidades do Escritório da RFB, poderá ser utilizada a rede local da RFB para o acesso à Rede Corporativa da RFB, em substituição ao definido no inciso I, desde que a conexão do Escritório à rede local da área administrativa seja tecnicamente viável.

§ 2º Alternativamente, quando não houver viabilidade técnica para a implementação do especificado no inciso I, pode ser adotado como meio de acesso à Internet o uso de rede móvel celular para atender individualmente cada usuário da RFB no recinto.

§ 3º A Equipe de Alfandegamento poderá demandar estrutura de rede cabeada nas áreas de atuação da RFB, em complemento ou substituição ao uso da rede WiFi, mediante justificativas técnicas aprovadas previamente por parte da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (Cotec).

§ 4º O mobiliário compreende mesas, cadeiras, poltronas e longarinas de espera, armários, estantes e arquivos, em padrão econômico, porém que resguardem os princípios de ergonomia.

§ 5º As especificações técnicas dos itens relacionados nos incisos I a III serão disciplinados em Ato Declaratório Executivo da Cotec.

Art. 4º Todas as áreas de atuação da RFB em local ou recinto alfandegado deverão possuir pontos de acesso à rede WiFi interligado com o escritório da RFB para acesso à Rede Corporativa da RFB, a serem fornecidos pela Administradora.

Parágrafo Único. A Equipe de Alfandegamento poderá demandar estrutura de rede cabeada nas demais áreas de atuação da RFB, como complemento ou substituição ao uso da rede WiFi, após aprovação pela Cotec das justificativas técnicas da solicitação.

Art. 5º Todas as áreas de atuação da RFB em local ou recinto alfandegado terão os seguintes componentes fornecidos pela RFB:

I - notebooks ou estações de trabalho com teclado, mouse e, no mínimo, um monitor de vídeo;

II - Serviço de Acesso Remoto para acesso à Rede Corporativa da RFB; e

III - todos os softwares necessários para as estações de trabalho padrão, fixa ou móvel.

Art. 6º O Escritório da RFB deve possuir instalações físicas de uso exclusivo da RFB e independentes das instalações da Administradora, sendo o acesso físico controlado, preferencialmente, por meio eletrônico e permitido somente aos usuários da RFB ou a pessoas por eles autorizadas.

Parágrafo único. Todos os equipamentos localizados dentro do Escritório da RFB deverão ser de uso exclusivo da RFB, não sendo permitido o compartilhamento desses recursos com a Administradora, outros órgãos ou empresas.

Art. 7º Os equipamentos de rede, incluindo sua infraestrutura, utilizados pela RFB nas demais áreas de sua atuação não poderão ser compartilhados com a Administradora, outros órgãos ou empresas.

Art. 8º O equipamento CPE deve ficar localizado dentro do Escritório da RFB.

Parágrafo único. O acesso administrativo ao equipamento CPE, com conta e senha, deve ser exclusivo da RFB ou do prestador de serviços autorizado pela RFB.

Art. 9º Todo o processo de contratação, instalação e manutenção do meio de acesso à Internet, bem como o chamado técnico à operadora de telecomunicação, deverá ser de responsabilidade da Administradora.

Art. 10. Deverão ser providenciadas adequações técnicas ou administrativas no meio de acesso à Internet, por solicitação da RFB ou iniciativa da Administradora, caso esse apresente indicador de velocidade média mensal de conexão, tanto de download como de upload, abaixo de 80% (oitenta por cento) da velocidade máxima contratada pela Administradora.

Parágrafo único. O indicador de velocidade média definido no caput deverá ser obtido de acordo com o definido em Ato Declaratório Executivo da Cotec.

Art. 11. O Escritório da RFB deverá apresentar condições adequadas de limpeza, temperatura, iluminação e nível de ruído, com postos de trabalho adequados e área de circulação apropriada para o desempenho das atividades dos usuários da RFB, sempre em acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), quando aplicáveis.

Art. 12. A Administradora deverá entregar à RFB:

I - indicação formal do responsável técnico da localidade ou recinto que atuará no atendimento das demandas da RFB para a instalação, manutenção das condições de operação, atualização no ambiente, conformidade e segurança do Escritório da RFB; e

II - declaração escrita de que o Escritório é para uso exclusivo dos usuários da RFB e que somente esses têm a posse dos meios de acesso físico.

Parágrafo único. A entrega da declaração e a indicação de responsável técnico deverão ser firmadas pela mesma pessoa que assinou o contrato de concessão, permissão, cessão, arrendamento ou outra modalidade (delegatário, arrendatário, cessionário, licenciado, autorizatário) ou seu substituto ou sucessor.

Art. 13. A Administradora deverá zelar pelo cumprimento e manutenção das condições de operação no Escritório da RFB, bem como pelos procedimentos para manter a disponibilidade, o desempenho e a segurança do meio de acesso à Internet, providenciando as adequações necessárias quando requeridas pela RFB ou por sua iniciativa.

§ 1º Caso haja necessidade de alterações ou adequações no recinto, a Administradora deverá solicitar formalmente a unidade de jurisdição do local ou recinto com a devida antecedência.

§ 2º A RFB avaliará a solicitação e definirá procedimentos e prazos para a execução pela Administradora.

Art. 14. A administração do ambiente informatizado no Escritório da RFB será realizada pela unidade de jurisdição do local ou recinto, que deverá acompanhar e orientar a Administradora quanto à implantação e à manutenção das condições de operação do Escritório da RFB, garantindo o disposto nesta Portaria.

Art. 15. A RFB realizará análise de conformidade e de risco com o objetivo de manter as exigências definidas neste documento e averiguar quaisquer situações que impliquem em vulnerabilidade de segurança ou não conformidade, nas seguintes oportunidades:

I - previamente ao início da operação do Escritório da RFB no local ou recinto; e

II - por iniciativa da RFB, em qualquer tempo.

§ 1º Caso sejam detectadas irregularidades, não conformidades com o estabelecido pela RFB, degradação do desempenho dos serviços ou vulnerabilidade na infraestrutura disponibilizada nas áreas de atuação da RFB, esta intimará a Administradora para que providencie as ações corretivas necessárias.

§ 2º O não atendimento da intimação para adequação formulada pela RFB, no prazo estabelecido, acarretará as penalidades previstas na legislação e normas gerais e procedimentos para o alfandegamento de local.

Art. 16. Caberá à RFB, quando aplicável, a configuração dos equipamentos e da rede WiFi, o suporte ao Serviço de Acesso Remoto, bem como a administração dos recursos de rede e o suporte aos usuários da RFB.

Art. 17. Devem ser aplicadas às estações de trabalho fixas e móveis as mesmas configurações e políticas de segurança definidas para as estações de teletrabalho da RFB.

Art. 18. As Administradoras de local ou recinto alfandegado já em funcionamento, terão o prazo estabelecido no inciso I do art. 43 da Portaria RFB nº 143, de 2022, para implementar o disposto nesta Portaria.

Art. 19. Ficam revogados:

I - o Ato Declaratório Executivo Cotec nº 2, de 18 de junho de 2021; e

II - a Portaria RFB/Cotec nº 43, de 28 de maio de 2009

Art. 20. Esta Portaria será publicada no Diário Oficial da União e entrará em vigor em 1º de junho de 2022.

JACKSON ALUIR CORBARI
Coordenador-Geral de Administração Aduaneira

FELIPE MENDES MORAES
Coordenador-Geral de Tecnologia e Segurança da Informação

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MCR/MG Nº 10, DE 12 DE MAIO DE 2022

Declara, a pessoa jurídica que menciona, Habilitada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1911 de 11/10/2019.

A AUDITORA FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL LOTADA NA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS-MG no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo art. 1º e Anexo I da Portaria SRRF06 n°334 de 28/07/2020 e no art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil aprovado pela Portaria ME nº 284 de 27/07/ 2020 publicada no DOU- 30/07/ 2020, e Portaria RFB n°114 de 27/01/2022 nos art, 2° e 4° e tendo em vista o disposto nos arts.586°/587° da IN RFB nº1.911/2019-DOU de 15/10/2019 e, considerando o que consta do processo no processo n°. 13031.916348/2021-38, declara:

Art. 1° .HABILITADA a pessoa jurídica GRANDE SERTAO DE ENERGIA FOTOVOLTAICA II LTDA inscrita no CNPJ n° 34.886.132/0001-84 , para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/ 2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/ 2007, consoante o disposto no art. 587, da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019 .

A Habilitação aqui concedida fica vinculada ao projeto aprovado Portaria nº 1.108/SPE/MME, de 14/12/2021-DOU de 15/12/2021 e seus anexos , que aprovou o projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora FotovoltaicadenominadaGSII Solar 1, CEG:UFV.RS.MG.045722-1.01, Resolução Autorizativa ANEEL n°9.420, para a GRANDE SERTAO DE ENERGIA FOTOVOLTAICA II LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 34.886.132/0001-84 com fundamento nas disposições do Decreto 6.144/2007.

NOME DA PESSOA JURIDICA	GRANDE SERTAO DE ENERGIA FOTOVOLTAICA II LTDA
N° DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	34.886.132/0001-84
NOME DO PROJETO	Projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica GSII Solar 1,
N° DA PORTARIA DE APROVAÇÃO DO PROJETO	Portaria nº 1.108/SPE/MME, de 14/12/2021-DOU de 15/12/2021
SETOR DE INFRAESTRUTURA FAVORECIDO	ENERGIA
PRAZO DA OBRA PORTARIA MME	De 02/09/2021 a 09/11/2023.

Art. 2º A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime (Decreto nº 6.11, de 2007, art. 10, inciso II).

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANA CRISTINA ANASTASIA MACHADO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MCR/MG Nº 11, DE 12 DE MAIO DE 2022

Declara, a pessoa jurídica que menciona, Habilitada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1911 de 11/10/2019.

A AUDITORA FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL LOTADA NA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS-MG no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo art. 1º e Anexo I da Portaria SRRF06 n°334 de 28/07/2020 e no art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil aprovado pela Portaria ME nº 284 de 27/07/ 2020 publicada no DOU- 30/07/ 2020, e Portaria RFB n°114 de 27/01/2022 nos art, 2° e 4° e tendo em vista o disposto nos arts.586°/587° da IN RFB nº1.911/2019-DOU de 15/10/2019 e, considerando o que consta do processo no processo n°. 13031.916397/2021-71, declara:

Art. 1° .HABILITADA a pessoa jurídica GRANDE SERTAO DE ENERGIA FOTOVOLTAICA II LTDA inscrita no CNPJ n° 34.886.132/0001-84 , para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/ 2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/ 2007, consoante o disposto no art. 587, da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019 .

A Habilitação aqui concedida fica vinculada ao projeto aprovado Portaria nº 1.110/SPE/MME, de 14/12/2021-DOU de 15/12/2021 e seus anexos , que aprovou o projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora FotovoltaicadenominadaGSII Solar 3, CEG: UFV.RS.MG.045724-8.01, Resolução Autorizativa ANEEL n°9.422, para a GRANDE SERTAO DE ENERGIA FOTOVOLTAICA II LTDA , inscrita no CNPJ sob o n° 34.886.132/0001-84 com fundamento nas disposições do Decreto 6.144/2007.

NOME DA PESSOA JURIDICA	GRANDE SERTAO DE ENERGIA FOTOVOLTAICA II LTDA
N° DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	34.886.132/0001-84
NOME DO PROJETO	Projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica GSII Solar 3
N° DA PORTARIA DE APROVAÇÃO DO PROJETO	Portaria nº 1.110/SPE/MME, de 14/12/2021-DOU de 15/12/2021
SETOR DE INFRAESTRUTURA FAVORECIDO	ENERGIA
PRAZO DA OBRA PORTARIA MME	De 02/09/2021 a 09/11/2023.

Art. 2º A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime (Decreto nº 6.11, de 2007, art. 10, inciso II).

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANA CRISTINA ANASTASIA MACHADO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MCR/MG Nº 12, DE 12 DE MAIO DE 2022

Declara, a pessoa jurídica que menciona, Habilitada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1911 de 11/10/2019.

A AUDITORA FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL LOTADA NA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS-MG no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo art. 1º e Anexo I da Portaria SRRF06 n°334 de 28/07/2020 e no art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil aprovado pela Portaria ME nº 284 de 27/07/ 2020 publicada no DOU- 30/07/ 2020, e Portaria RFB n°114 de 27/01/2022 nos art, 2° e 4° e tendo em vista o disposto nos arts.586°/587° da IN RFB nº1.911/2019-DOU de 15/10/2019 e, considerando o que consta do processo no processo n°. 13033.916389/2021-24, declara:

Art. 1° .HABILITADA a pessoa jurídica GRANDE SERTAO DE ENERGIA FOTOVOLTAICA II LTDA inscrita no CNPJ n° 34.886.132/0001-84 , para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/ 2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/ 2007, consoante o disposto no art. 587, da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019 .

A Habilitação aqui concedida fica vinculada ao projeto aprovado Portaria nº 1.109/SPE/MME, de 14/12/2021-DOU de 15/12/2021 e seus anexos , que aprovou o projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominadaGSII Solar 2, CEG: UFV.RS.MG.045723-0.01, Resolução Autorizativa ANEEL n°9.421, para a GRANDE SERTAO DE ENERGIA FOTOVOLTAICA II LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 34.886.132/0001-84 com fundamento nas disposições do Decreto 6.144/2007.

NOME DA PESSOA JURIDICA	GRANDE SERTAO DE ENERGIA FOTOVOLTAICA II LTDA
N° DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	34.886.132/0001-84
NOME DO PROJETO	Projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica GSII Solar 2,
N° DA PORTARIA DE APROVAÇÃO DO PROJETO	Portaria nº 1.109/SPE/MME, de 14/12/2021-DOU de 15/12/2021
SETOR DE INFRAESTRUTURA FAVORECIDO	ENERGIA
PRAZO DA OBRA PORTARIA MME	De 02/09/2021 a 09/11/2023.

Art. 2º A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime (Decreto nº 6.11, de 2007, art. 10, inciso II).

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANA CRISTINA ANASTASIA MACHADO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 5 DE MAIO DE 2022

Concede Regime Especial de Substituição Tributária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência conferida pelo artigo 359, inciso I, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 284, de 27 de julho de 2020 c/c o artigo 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 04 de novembro de 2010 e, tendo em vista o que consta do processo n° 13033.082626/2019-17, declara que:

Art.1º Fica concedido o Regime Especial de Substituição Tributária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 04 de novembro de 2010, pleiteado no processo administrativo-fiscal nº 13033.082626/2019-17, ao estabelecimento da empresa Regional Telhas Indústria e Comércio de Produtos Siderúrgicos Ltda., inscrito no CNPJ sob o nº 01.332.001/0004-49, indicado na condição de substituto, relativamente às aquisições, junto ao estabelecimento da empresa ARCELORMITTAL BRASIL S/A, inscrito no CNPJ sob o nº 17.469.701/0040-83, identificado como contribuinte substituído, dos produtos indicados no Quadro"A", a serem utilizados na industrialização dos produtos indicados no Quadro "B".

Quadro "A" - Produtos a serem adquiridos com suspensão do IPI do contribuinte substituído:
Descrição do Produto Código TIPI Alíquota
72.08 - Produtos laminados planos, de ferro ou aço não ligado, de largura igual ou superior a 600 mm, laminados a quente,
não folheados ou chapeados, nem revestidos. 7208.36 - De espessura superior a 10 mm Outros 7208.36.90 5%
Produtos laminados planos, de ferro ou aço não ligado, de largura igual ou superior a 600 mm, laminados a quente, não folheados
ou chapeados, nem revestidos - De espessura igual ou superior a 4,75 mm, mas não superior a 10 mm 7208.37.00 5%
Quadro "A" - Produto a ser adquirido com suspensão do IPI do contribuinte substituído:
Descrição do Produto Código TIPI Alíquota
72.08 - Produtos laminados planos, de ferro ou aço não ligado, de largura igual ou superior a 600 mm, laminados a quente, não folheados ou chapeados, nem revestidos.
7208.36 - De espessura igual ou superior a 3mm, mas não inferior a 4,75 mm Outros 7208.38.90 5%
72.08 - Produtos laminados planos, de ferro ou aço não ligado, de largura igual ou superior a 600 mm, laminados a quente
não folheados ou chapeados, nem revestidos. 7208.39 - De espessura inferior a 3mm Outros 7208.39.90 5%

Produtos laminados planos, de ferro ou aço não ligado, de largura igual ou superior a 600 mm, folheados ou chapeados ou revestidos - De espessura inferior a 4,75 mm 7210.49.10 5%
Produtos laminados planos, de ferro ou aço não ligado, de largura igual ou superior a 600 mm, folheados ou chapeados ou revestidos - Revestidos de ligas de alumínio-zinco 7210.61.00 5%
7211 - Produtos laminados planos, de ferro ou aço não ligado, de largura igual ou superior a 600 mm, laminados a quente,
não folheados ou chapeados, nem revestidos. 7211.1 - Simplesmente laminados a quente Outros 7211.19.00 5%

Quadro "B" - Produtos a serem fabricados pelo contribuinte substituto:
Descrição do Produto: Finalidade Código TIPI Alíquota
Perfis Industrialização 7216.91.00 Zero Telhas Metálicas Industrialização 7308.90.90 Zero Chapas Industrialização 7308.90.10 Zero

§1º Este Regime Especial será exercido sob os termos e condições estabelecidos no Parecer nº 1-2022 SRRF07/Difis, de 03 de maio de 2022, a seguir explicitados:

a) Os produtos recebidos pelo contribuinte substituto, com suspensão de IPI, não poderão ter outra destinação que não seja a prevista no presente regime.

b) Caso os mesmos sejam furtados ou roubados, inutilizados ou deteriorados ou, ainda, objeto de qualquer caso fortuito que impossibilite seu uso no processo produtivo, o contribuinte substituto ficará responsável pelo pagamento do imposto suspenso.

c) Na Nota Fiscal dos produtos saídos do contribuinte substituído deverá constar a expressão: "Saída com suspensão do IPI - ADE nº 4 de 05/05/2022 DOU de xx/05/2022".

d) Fica vedado o destaque do valor do imposto suspenso, devendo este constar da Nota Fiscal apenas no campo "Informações Complementares".

e) O valor do IPI suspenso não poderá ser utilizado como crédito do imposto.

f) Os estabelecimentos interessados (substituto e substituído) não estão dispensados das demais obrigações tributárias, devendo manter-se regular em termos fiscais.

g) O Regime Especial objeto deste Ato Declaratório não convalida a classificação fiscal, bem como a correspondente alíquota, dos produtos citados no Termo de Compromisso assumido pelos interessados e constante do processo administrativo-fiscal nº 13033.082626/2019-17.

h) Não se aplica ao IPI devido no desembaraço aduaneiro de produtos de procedência estrangeira o Regime Especial de Substituição Tributária ora concedido.

Art.2º Cessarão imediatamente os efeitos deste Ato Declaratório Executivo, independentemente de qualquer notificação do Fisco, na hipótese de superveniência de norma legal conflitante com as disposições estabelecidas pelo presente Regime Especial.

Art.3º O presente regime terá validade por tempo indeterminado, podendo ser, a qualquer tempo: alterado, a pedido ou de ofício; cancelado a pedido; ou, ainda, cassado, caso ocorra alguma das hipóteses previstas no art. 10 da IN RFB nº 1.081/2010.

Art.4° Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FLÁVIO JOSÉ PASSOS COELHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 5 DE MAIO DE 2022

Concede Regime Especial de Substituição Tributária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência conferida pelo artigo 359, inciso I, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 284, de 27 de julho de 2020 c/c o artigo 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 04 de novembro de 2010 e, tendo em vista o que consta do processo n° 10265.385128/2020-37, declara que:

Art.1º Fica concedido o Regime Especial de Substituição Tributária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 04 de novembro de 2010, pleiteado no processo administrativo-fiscal nº 10265.385128/2020-37, ao estabelecimento da empresa MAG Aliança Automóveis do Brasil SSC - Centro de Serviços em Aço S.A., inscrito no CNPJ sob o nº 16.851.514/0001-90, indicado na condição de substituto, relativamente às aquisições, junto ao estabelecimento da empresa Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A - USIMINAS, inscrito no CNPJ sob o nº 60.894.730/0040-11, identificado como contribuinte substituído, dos produtos indicados no Quadro"A", a serem utilizados na industrialização dos produtos indicados no Quadro "B" ou destinados à revenda.

Quadro "A" - Produtos a serem adquiridos com suspensão do IPI do contribuinte substituído:
Descrição do Produto Código TIPI Alíquota
Bobinas ou rolos de bobinas de aço laminadas a quente decapadas com largura > = a 600 mm e espessura > = 4,75 mm. 7208.25.00 5%
Bobinas ou rolos de bobinas de aço laminadas a quente decapadas com largura > = a 600 mm e espessura > = 3mm < 4,75 mm. 7208.26.90 5%
Bobinas ou rolos de bobinas de aço laminadas a quente decapadas com largura > = a 600 mm, espessura < 3mm e mínimo de elasticidade de 275 MPa. 7208.27.10 5%
Quadro "A" - Produtos a serem adquiridos com suspensão do IPI do contribuinte substituído:
Descrição do Produto Código TIPI Alíquota
Bobinas ou rolos de bobinas de aço laminadas a quente decapadas com largura > = a 600 mm e espessura < 3mm. 7208.27.90 5%
Bobinas ou rolos de bobinas de aço laminadas a frio com largura > = a 600mm e espessura > 1 mm < 3 mm. 7209.16.00 5%
Bobinas ou rolos de bobinas de aço laminadas a frio com largura > = a 600mm e espessura > = 0,5 mm < 1mm. 7209.17.00 5%
Bobinas ou rolos de bobinas de aço laminadas a frio com largura > = a 600mm e espessura < 0,5 mm. 7209.18.00 5%
Bobinas ou rolos de bobinas de aço galvanizadas por outros processos com largura > = a 600 mm e espessura < 4,75 mm. 7210.49.10 5%
Bobinas ou rolos de bobinas de aço galvanizadas por outros processos com largura > = a 600 mm. 7210.49.90 5%

Quadro "B" - Produtos a serem fabricados pelo contribuinte substituto ou revendidos:
Descrição do Produto: Finalidade Código TIPI Alíquota
Bobinas ou rolos de bobinas de aço laminadas a quente decapadas com largura > = a 600 mm, espessura > = 3 mm < 4,75 mm e mínimo de elasticidade de 355MPa. Industrialização 7208.26.10 5%
Bobinas ou rolos de bobinas de aço laminadas a quente decapadas com largura > = a 600 mm e espessura > = 3 mm < 4,75mm. Revenda 7208.26.90 5%
Bobinas ou rolos de bobinas de aço laminadas a quente decapadas com largura > = a 600 mm e espessura < 3 mm e mínimo de elasticidade de 275MPa. Revenda 7208.27.10 5%
Quadro "B" - Produtos a serem fabricados pelo contribuinte substituto ou revendidos:
Descrição do Produto: Finalidade Código TIPI Alíquota
Bobinas ou rolos de bobinas de aço laminadas a quente decapadas com largura > = a 600 mm e espessura < 3 mm. Revenda 7208.27.90 5%
Bobinas, rolos de bobinas, ou chapas de aço laminadas a quente com largura > = a 600 mm. Industrialização 7208.90.00 5%
Bobinas ou rolos de bobinas de aço laminadas a frio com largura > = a 600mm e espessura > 1 mm < 3 mm. Revenda 7209.16.00 5%
Bobinas ou rolos de bobinas de aço laminadas a frio com largura > = a 600mm e espessura > = 0,5 mm < 1mm. Revenda 7209.17.00 5%
Bobinas, rolos de bobinas, ou chapas de aço galvanizadas por outros processos com largura > = 600 mm e espessura < 4,75 mm. Revenda 7210.49.10 5%
Bobinas, rolos de bobinas , ou chapas de aço galvanizadas por outros processos com largura > = 600 mm. Revenda 7210.49.90 5%
Bobinas, rolos de bobinas, ou chapas de aço laminadas a frio com peso menor de 0 ,25% de carbono e de largura < a 600mm. Industrialização 7211.23.00 5%
Bobinas, rolos de bobinas, ou chapas de aço laminadas a quente ou frio com largura < a 600mm. Industrialização 7211.90.90 5%
Bobinas, rolos de bobinas, ou chapas de aço galvanizadas por outro processo com largura < a 600 mm. Industrialização 7212.30.00 5%
Outros OBRAS DE FERRO FUNDIDO, FERRO OU AÇO. Industrialização 7309.00.90 5%
Partes e acessórios de veículos automóveis incluindo carroçarias. Industrialização 8708.29.99 5%

§1º Este Regime Especial será exercido sob os termos e condições estabelecidos no Parecer nº 2-2022 SRRF07/Difis, de 03 de maio de 2022, a seguir explicitados:

a) Os produtos recebidos pelo contribuinte substituto, com suspensão de IPI, não poderão ter outra destinação que não seja a prevista no presente regime.

b) Caso os mesmos sejam furtados ou roubados, inutilizados ou deteriorados ou, ainda, objeto de qualquer caso fortuito que impossibilite seu uso no processo produtivo, o contribuinte substituto ficará responsável pelo pagamento do imposto suspenso.

c) Na Nota Fiscal dos produtos saídos do contribuinte substituído deverá constar a expressão: "Saída com suspensão do IPI - ADE nº 5 de 05/05/2022 DOU de xx/05x/2022".

d) Fica vedado o destaque do valor do imposto suspenso, devendo este constar da Nota Fiscal apenas no campo "Informações Complementares".

e) O valor do IPI suspenso não poderá ser utilizado como crédito do imposto.

f) Os estabelecimentos interessados (substituto e substituído) não estão dispensados das demais obrigações tributárias, devendo manter-se regular em termos fiscais.

g) O Regime Especial objeto deste Ato Declaratório não convalida a classificação fiscal, bem como a correspondente alíquota, dos produtos citados no Termo de Compromisso assumido pelos interessados e constante do processo administrativo-fiscal nº 10265.385128/2020-37.

h) Não se aplica ao IPI devido no desembaraço aduaneiro de produtos de procedência estrangeira o Regime Especial de Substituição Tributária ora concedido.

Art.2º Cessarão imediatamente os efeitos deste Ato Declaratório Executivo, independentemente de qualquer notificação do Fisco, na hipótese de superveniência de norma legal conflitante com as disposições estabelecidas pelo presente Regime Especial.

Art.3º O presente regime terá validade por tempo indeterminado, podendo ser, a qualquer tempo: alterado, a pedido ou de ofício; cancelado a pedido; ou, ainda, cassado, caso ocorra alguma das hipóteses previstas no art. 10 da IN RFB nº 1.081/2010.

Art.4° Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FLÁVIO JOSÉ PASSOS COELHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 5 DE MAIO DE 2022

Concede Regime Especial de Substituição Tributária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência conferida pelo artigo 359, inciso I, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 284, de 27 de julho de 2020 c/c o artigo 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 04 de novembro de 2010 e, tendo em vista o que consta do processo n° 10265.385143/2020-85, declara que:

Art.1º Fica concedido o Regime Especial de Substituição Tributária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 04 de novembro de 2010, pleiteado no processo administrativo-fiscal nº 10265.385143/2020-85, ao estabelecimento da empresa MAG Aliança Automóveis do Brasil

SSC - Centro de Serviços em Aço S.A., inscrito no CNPJ sob o nº 16.851.514/0001-90, indicado na condição de substituto, relativamente às aquisições, junto ao estabelecimento da empresa Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A - USIMINAS, inscrito no CNPJ sob o nº 60.894.730/0060-65, identificado como contribuinte substituído, dos produtos indicados no Quadro"A", a serem utilizados na industrialização dos produtos indicados no Quadro "B" ou destinados à revenda.

Quadro "A" - Produtos a serem adquiridos com suspensão do IPI do contribuinte substituído:
Descrição do Produto Código TIPI Alíquota
Bobinas ou rolos de bobinas de aço laminadas a quente decapadas com largura > = a 600 mm e espessura > = 4,75 mm. 7208.25.00 5%
Bobinas ou rolos de bobinas de aço laminadas a quente decapadas com largura > = a 600 mm e espessura > = 3mm < 4,75 mm. 7208.26.90 5%
Bobinas ou rolos de bobinas de aço laminadas a quente decapadas com largura > = a 600 mm, espessura < 3mm e mínimo de elasticidade de 275 MPa. 7208.27.10 5%
Quadro "A" - Produtos a serem adquiridos com suspensão do IPI do contribuinte substituído:
Descrição do Produto Código TIPI Alíquota
Bobinas ou rolos de bobinas de aço laminadas a quente decapadas com largura > = a 600 mm e espessura < 3mm. 7208.27.90 5%
Bobinas ou rolos de bobinas de aço laminadas a frio com largura > = a 600mm e espessura > 1 mm < 3 mm. 7209.16.00 5%
Bobinas ou rolos de bobinas de aço laminadas a frio com largura > = a 600mm e espessura > = 0,5 mm < 1mm. 7209.17.00 5%
Bobinas ou rolos de bobinas de aço laminadas a frio com largura > = a 600mm e espessura < 0,5 mm. 7209.18.00 5%
Bobinas ou rolos de bobinas de aço galvanizadas por outros processos com largura > = a 600 mm e espessura < 4,75 mm. 7210.49.10 5%
Bobinas ou rolos de bobinas de aço galvanizadas por outros processos com largura > = a 600 mm. 7210.49.90 5%

Quadro "B" - Produtos a serem fabricados pelo contribuinte substituto ou revendidos:
Descrição do Produto: Finalidade Código TIPI Alíquota
Bobinas ou rolos de bobinas de aço laminadas a quente decapadas com largura > = a 600 mm, espessura > = 3 mm < 4,75 mm e mínimo de elasticidade de 355MPa. Industrialização 7208.26.10 5%
Bobinas ou rolos de bobinas de aço laminadas a quente decapadas com largura > = a 600 mm e espessura > = 3 mm < 4,75mm. Revenda 7208.26.90 5%
Bobinas ou rolos de bobinas de aço laminadas a quente decapadas com largura > = a 600 mm e espessura < 3 mm e mínimo de elasticidade de 275MPa. Revenda 7208.27.10 5%
Quadro "B" - Produtos a serem fabricados pelo contribuinte substituto ou revendidos:
Descrição do Produto: Finalidade Código TIPI Alíquota
Bobinas ou rolos de bobinas de aço laminadas a quente decapadas com largura > = a 600 mm e espessura < 3 mm. Revenda 7208.27.90 5%
Bobinas, rolos de bobinas, ou chapas de aço laminadas a quente com largura > = a 600 mm. Industrialização 7208.90.00 5%
Bobinas ou rolos de bobinas de aço laminadas a frio com largura > = a 600mm e espessura > 1 mm < 3 mm. Revenda 7209.16.00 5%
Bobinas ou rolos de bobinas de aço laminadas a frio com largura > = a 600mm e espessura > = 0,5 mm < 1mm. Revenda 7209.17.00 5%
Bobinas, rolos de bobinas, ou chapas de aço galvanizadas por outros processos com largura > = 600 mm e espessura < 4,75 mm. Revenda 7210.49.10 5%
Bobinas, rolos de bobinas , ou chapas de aço galvanizadas por outros processos com largura > = 600 mm. Revenda 7210.49.90 5%
Bobinas, rolos de bobinas, ou chapas de aço laminadas a frio com peso menor de 0 ,25% de carbono e de largura < a 600mm. Industrialização 7211.23.00 5%
Bobinas, rolos de bobinas, ou chapas de aço laminadas a quente ou frio com largura < a 600mm. Industrialização 7211.90.90 5%
Bobinas, rolos de bobinas, ou chapas de aço galvanizadas por outro processo com largura < a 600 mm. Industrialização 7212.30.00 5%
Outros OBRAS DE FERRO FUNDIDO, FERRO OU AÇO. Industrialização 7309.00.90 5%
Partes e acessórios de veículos automóveis incluindo carroçarias. Industrialização 8708.29.99 5%

§1º Este Regime Especial será exercido sob os termos e condições estabelecidos no Parecer nº 3-2022 SRRF07/Difis, de 03 de maio de 2022, a seguir explicitados:

a) Os produtos recebidos pelo contribuinte substituto, com suspensão de IPI, não poderão ter outra destinação que não seja a prevista no presente regime.

b) Caso os mesmos sejam furtados ou roubados, inutilizados ou deteriorados ou, ainda, objeto de qualquer caso fortuito que impossibilite seu uso no processo produtivo, o contribuinte substituto ficará responsável pelo pagamento do imposto suspenso.

c) Na Nota Fiscal dos produtos saídos do contribuinte substituído deverá constar a expressão: "Saída com suspensão do IPI - ADE nº 6 de 05/05/2022 DOU de xx/05/2022".

d) Fica vedado o destaque do valor do imposto suspenso, devendo este constar da Nota Fiscal apenas no campo "Informações Complementares".

e) O valor do IPI suspenso não poderá ser utilizado como crédito do imposto.

f) Os estabelecimentos interessados (substituto e substituído) não estão dispensados das demais obrigações tributárias, devendo manter-se regular em termos fiscais.

g) O Regime Especial objeto deste Ato Declaratório não convalida a classificação fiscal, bem como a correspondente alíquota, dos produtos citados no Termo de Compromisso assumido pelos interessados e constante do processo administrativo-fiscal nº 10265.385143/2020-85.

h) Não se aplica ao IPI devido no desembaraço aduaneiro de produtos de procedência estrangeira o Regime Especial de Substituição Tributária ora concedido.

Art.2º Cessarão imediatamente os efeitos deste Ato Declaratório Executivo, independentemente de qualquer notificação do Fisco, na hipótese de superveniência de norma legal conflitante com as disposições estabelecidas pelo presente Regime Especial.

Art.3º O presente regime terá validade por tempo indeterminado, podendo ser, a qualquer tempo: alterado, a pedido ou de ofício; cancelado a pedido; ou, ainda, cassado, caso ocorra alguma das hipóteses previstas no art. 10 da IN RFB nº 1.081/2010.

Art.4° Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FLÁVIO JOSÉ PASSOS COELHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 5 DE MAIO DE 2022

Concede Regime Especial de Substituição Tributária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência conferida pelo artigo 359, inciso I, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 284, de 27 de julho de 2020 c/c o artigo 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 04 de novembro de 2010 e, tendo em vista o que consta do processo n° 10265.385149/2020-52, declara que:

Art.1º Fica concedido o Regime Especial de Substituição Tributária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 04 de novembro de 2010, pleiteado no processo administrativo-fiscal nº 10265.385149/2020-52 ao estabelecimento da empresa MAG Aliança Automóveis do Brasil SSC - Centro de Serviços em Aço S.A., inscrito no CNPJ sob o nº 16.851.514/0001-90, indicado na condição de substituto, relativamente às aquisições, junto ao estabelecimento da empresa Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A - USIMINAS, inscrito no CNPJ sob o nº 60.894.730/0063-08, identificado como contribuinte substituído, dos produtos indicados no Quadro"A", a serem utilizados na industrialização dos produtos indicados no Quadro "B" ou destinados à revenda.

Quadro "A" - Produtos a serem adquiridos com suspensão do IPI do contribuinte substituído:
Descrição do Produto Código TIPI Alíquota
Bobinas ou rolos de bobinas de aço laminadas a quente decapadas com largura > = a 600 mm e espessura > = 4,75 mm. 7208.25.00 5%
Bobinas ou rolos de bobinas de aço laminadas a quente decapadas com largura > = a 600 mm e espessura > = 3mm < 4,75 mm. 7208.26.90 5%
Bobinas ou rolos de bobinas de aço laminadas a quente decapadas com largura > = a 600 mm, espessura < 3mm e mínimo de elasticidade de 275 MPa. 7208.27.10 5%
Quadro "A" - Produtos a serem adquiridos com suspensão do IPI do contribuinte substituído:
Descrição do Produto Código TIPI Alíquota
Bobinas ou rolos de bobinas de aço laminadas a quente decapadas com largura > = a 600 mm e espessura < 3mm. 7208.27.90 5%
Bobinas ou rolos de bobinas de aço laminadas a frio com largura > = a 600mm e espessura > 1 mm < 3 mm. 7209.16.00 5%
Bobinas ou rolos de bobinas de aço laminadas a frio com largura > = a 600mm e espessura > = 0,5 mm < 1mm. 7209.17.00 5%
Bobinas ou rolos de bobinas de aço laminadas a frio com largura > = a 600mm e espessura < 0,5 mm. 7209.18.00 5%
Bobinas ou rolos de bobinas de aço galvanizadas por outros processos com largura > = a 600 mm e espessura < 4,75 mm. 7210.49.10 5%
Bobinas ou rolos de bobinas de aço galvanizadas por outros processos com largura > = a 600 mm. 7210.49.90 5%

Quadro "B" - Produtos a serem fabricados pelo contribuinte substituto ou revendidos:
Descrição do Produto: Finalidade Código TIPI Alíquota
Bobinas ou rolos de bobinas de aço laminadas a quente decapadas com largura > = a 600 mm, espessura > = 3 mm < 4,75 mm e mínimo de elasticidade de 355MPa. Industrialização 7208.26.10 5%
Bobinas ou rolos de bobinas de aço laminadas a quente decapadas com largura > = a 600 mm e espessura > = 3 mm < 4,75mm. Revenda 7208.26.90 5%
Bobinas ou rolos de bobinas de aço laminadas a quente decapadas com largura > = a 600 mm e espessura < 3 mm e mínimo de elasticidade de 275MPa. Revenda 7208.27.10 5%
Quadro "B" - Produtos a serem fabricados pelo contribuinte substituto ou revendidos:
Descrição do Produto: Finalidade Código TIPI Alíquota
Bobinas ou rolos de bobinas de aço laminadas a quente decapadas com largura > = a 600 mm e espessura < 3 mm. Revenda 7208.27.90 5%
Bobinas, rolos de bobinas, ou chapas de aço laminadas a quente com largura > = a 600 mm. Industrialização 7208.90.00 5%
Bobinas ou rolos de bobinas de aço laminadas a frio com largura > = a 600mm e espessura > 1 mm < 3 mm. Revenda 7209.16.00 5%
Bobinas ou rolos de bobinas de aço laminadas a frio com largura > = a 600mm e espessura > = 0,5 mm < 1mm. Revenda 7209.17.00 5%

Bobinas, rolos de bobinas, ou chapas de aço galvanizadas por outros processos com largura > = 600 mm e espessura < 4,75 mm. Revenda 7210.49.10 5%
Bobinas, rolos de bobinas , ou chapas de aço galvanizadas por outros processos com largura > = 600 mm. Revenda 7210.49.90 5%
Bobinas, rolos de bobinas, ou chapas de aço laminadas a frio com peso menor de 0 ,25% de carbono e de largura < a 600mm. Industrialização 7211.23.00 5%
Bobinas, rolos de bobinas, ou chapas de aço laminadas a quente ou frio com largura < a 600mm. Industrialização 7211.90.90 5%
Bobinas, rolos de bobinas, ou chapas de aço galvanizadas por outro processo com largura < a 600 mm. Industrialização 7212.30.00 5%
Outros OBRAS DE FERRO FUNDIDO, FERRO OU AÇO. Industrialização 7309.00.90 5%
Partes e acessórios de veículos automóveis incluindo carroçarias. Industrialização 8708.29.99 5%

§1º Este Regime Especial será exercido sob os termos e

condições estabelecidos no Parecer nº 4-2022 SRRF07/Difis, de 03 de maio de 2022, a seguir explicitados:

a) Os produtos recebidos pelo contribuinte substituto, com suspensão de IPI, não poderão ter outra destinação que não seja a prevista no presente regime.

b) Caso os mesmos sejam furtados ou roubados, inutilizados

ou deteriorados ou, ainda, objeto de qualquer caso fortuito que impossibilite seu uso no processo produtivo, o contribuinte substituto ficará responsável pelo pagamento do imposto suspenso.

c) Na Nota Fiscal dos produtos saídos do contribuinte substituído deverá constar a expressão: "Saída com suspensão do IPI - ADE nº 7 de 05/05/2022 DOU de xx/05/2022".

d) Fica vedado o destaque do valor do imposto suspenso, devendo este constar da Nota Fiscal apenas no campo "Informações Complementares".

e) O valor do IPI suspenso não poderá ser utilizado como crédito do imposto.

f) Os estabelecimentos interessados (substituto e substituído) não estão dispensados das demais obrigações tributárias, devendo manter-se regular em termos fiscais.

g) O Regime Especial objeto deste Ato Declaratório não convalida a classificação fiscal, bem como a correspondente alíquota, dos produtos citados no Termo de Compromisso assumido pelos interessados e constante do processo administrativo-fiscal nº 10265.385149/2020-52.

h) Não se aplica ao IPI devido no desembaraço aduaneiro de produtos de procedência estrangeira o Regime Especial de Substituição Tributária ora concedido.

Art.2º Cessarão imediatamente os efeitos deste Ato Declaratório Executivo, independentemente de qualquer notificação do Fisco, na hipótese de superveniência de norma legal conflitante com as disposições estabelecidas pelo presente Regime Especial.

Art.3º O presente regime terá validade por tempo indeterminado, podendo ser, a qualquer tempo: alterado, a pedido ou de ofício; cancelado a pedido; ou, ainda, cassado, caso ocorra alguma das hipóteses previstas no art. 10 da IN RFB nº 1.081/2010.

Art.4° Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FLÁVIO JOSÉ PASSOS COELHO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO SRRF08 Nº 16, DE 2 DE MAIO DE 2022

Altera o Ato Declaratório Executivo SRRF08 nº 83, de 16/11/2021, publicado no D.O.U. de 17/11/2021

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência estabelecida pelo inciso I do art. 31 da Portaria RFB nº 143, de 11 de fevereiro de 2022, e considerando o que consta do processo nº 11128.722645/2013-18, declara:

Art. 1º. Fica alterado o art. 1º do Ato Declaratório Executivo SRRF08 nº 83, de 16/11/2021, publicado no D.O.U. de 17/11/2021, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. ALFANDEGADA, a título permanente e em caráter precário, até 22 de janeiro de 2027, a Instalação Portuária de Uso Público situada na Margem Direita do Porto Organizado de Santos, na Avenida Engenheiro Augusto Barata, s/nº - bairro da Alemoa - município de Santos/SP, administrada pela empresa BRASIL TERMINAL PORTUÁRIO S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 04.887.625/0001-78, código Siscomex nº 8.93.13.59-3, constituída por 380.220,22 m² de área de pátio e armazém e 1.108 m lineares de cais, parte integrante da área maior de 430.744,09 m² denominada TEGAB 4, arrendada da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP nos termos do Contrato de Arrendamento DP/024.2001 - PROAPS nº 82/AR, Concorrência nº 05/2001, celebrado em 20 de julho de 2001, e seus Primeiro a Sexto Instrumentos de Retificação, Ratificação e Aditamento, a qual se destina à movimentação e armazenagem de contêineres e de mercadorias e carga geral, solta ou conteinerizada, na realização das operações referidas nos incisos I a VI e IX do art. 32 da Portaria RFB nº 143/2022, nos segmentos de importação e de exportação."

Art. 2º. Permanecem inalteradas, efetivas e eficazes as demais disposições do Ato Declaratório Executivo SRRF08 nº 83, de 16/11/2021, publicado no D.O.U. de 17/11/2021.

Art. 3º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ ROBERTO MAZARIN

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO REGESP/DEFIS/SRRF08ª/RFB Nº 154, DE 13 DE MAIO DE 2022

Concede renovação para o Registro Especial de Controle de Papel Imune - Regpi

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria SRRF08 nº 53, de 17 de maio de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, e na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando o que consta no processo nº 13032.262862/2022-12, declara:

Art. 1º Renovado, pelo prazo de 3 (três) anos a contar da data de publicação deste ADE, o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) sob o número de inscrição GP-08112/00073, para atividade de GRÁFICA, ao seguinte estabelecimento: Estabelecimento: 18.120.374/0001-06 Razão Social: GRASS INDÚSTRIA GRÁFICA EIRELI Endereço: Rua Vereador José Taramelli, 101 - Distrito Industrial CEP: 13790-000 - São Sebastião da Grama - SP

Art. 2º A pessoa jurídica detentora do Registro deverá observar a legislação tributária relativa às operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, em especial os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 2009, e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

REINALDO DE PAIVA LOPES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/JOI Nº 6, DE 13 DE MAIO DE 2022

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE/SC, no uso da atribuição que lhe são conferidas pelo artigo 190, pelo inciso II do § 1º do artigo 299, combinados com o inciso III do artigo 360 e artigo 364 inciso VI, todos do Anexo I do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 27 de julho de 2020, e tendo em vista o estabelecido nos artigos 1º a 3º e 49 a 51 da Instrução Normativa RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, e ainda, considerando o pedido formulado nos autos do processo 10920-723.842/2022-29, UK 04/22 SC, pela Empresa ASCENSUS TRADING & LOGISTICA LTDA., CNPJ nº 07.635.245/0001-34, portadora do Registo Especial de Importador Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09202/029, formulado nos autos do processo nº 10920.721615/2013-78, situada na Rua Dona Francisca, nº 6.750, Zona Industrial Norte, em Joinville/SC, CEP 89219-530, declara:

Art. 1º Autorizado o fornecimento de 3.151.393 (três milhões, cento e cinquenta e um mil, trezentos e noventa e três) selos de controle, Código 9829-14 Tipo UISQUE, Cor AMARELA, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, nas especificações e quantidades abaixo identificadas, a saber:

Unidade	Caixa	Marca Comercial	Característica do Produto
603.000	50.250	Johnie Walker Red Label	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
241.200	20.100	Johnnie Walker Black Label	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.
241.200	20.100	White Horse	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
454.524	37.877	Grand Old Parr	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
84.420	7.035	Black & White	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.
240.000	20.000	Buchanan's	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade até 12 anos.
240.000	20.000	Buchanan's	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade até 12 anos.
406.992	67.832	Johnnie Walker Gold Reserve	Uisque escocês, em caixas de 6 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.
21.708	1.809	Johnnie Walker Double Black Label	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.
6.030	1.005	Johnnie Walker Red Label	Uisque escocês, em caixas de 6 garrafas de 1.750 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
240.000	20.000	Buchanan's	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade até 12 anos.
406.992	67.832	Johnnie Walker Gold Reserve	Uisque escocês, em caixas de 6 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.
21.708	1.809	Johnnie Walker Double Black Label	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.
6.030	1.005	Johnnie Walker Red Label	Uisque escocês, em caixas de 6 garrafas de 1.750 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
240.000	20.000	Buchanan's	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade até 12 anos.
406.992	67.832	Johnnie Walker Gold Reserve	Uisque escocês, em caixas de 6 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.
21.708	1.809	Johnnie Walker Double Black Label	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.
6.030	1.005	Johnnie Walker Red Label	Uisque escocês, em caixas de 6 garrafas de 1.750 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
6.030	1.005	Johnnie Walker Blue Label	Uisque escocês, em caixas de 6 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos
6.030	1.005	Johnnie Walker Green Label	Uisque escocês, em caixas de 6 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade até 18 anos.
12.060	1.005	Logan	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 700 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
12.060	1.005	J&B Rare	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
83.670	6.973	Bell's	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 700 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
12.060	1.005	Black & White	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 700 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.
47.549	3.962	Johnnie Walker Red Label	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
166.313	13.859	Johnnie Walker Black Label	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade até 12 anos.
12.060	1.005	Grand Old Parr	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade até 12 anos.
36.696	3.058	Johnnie Walker Red Label	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 500 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
12.586	1.049	White Horse	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 500 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
12.060	1.005	Cardhu	Uisque escocês, single malt em caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade entre 8 e 12 anos.
12.060	1.005	The Singleton of Duffown	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 700 ml, 40 GL, idade até 12 anos.
6.030	1.005	Talisker	Uisque escocês, em caixas de 6 garrafas de 750 ml, 45.8 GL, idade até 10 anos.
6.030	1.005	Glenkinchie	Uisque escocês, em caixas de 6 garrafas de 750 ml, 43 GL, idade até 12 anos.
12.060	1.005	Johnie Walker Swing	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.
6.030	1.005	Dimple Golden Selection	Uisque escocês, em caixas de 6 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.
11.648	1.941	Johnnie Walker 18 Years	Uisque escocês, em caixas de 6 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.
3.015	1.005	Johnnie Walker Blue Label	Uisque escocês, em caixas de 3 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.
6.030	1.005	Buchanan's	Uisque escocês, em caixas de 6 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade 18 anos.

12.060	1.005	Grand Old Parr	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade até 18 anos.
12.060	1.005	Johnnie Walker Red Label	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 700 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
315.972	26.331	White Horse	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 700 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
6.030	1.005	Buchanan's	Uisque escocês, em caixas de 6 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade 18 anos.
12.060	1.005	Johnnie Walker Black Label	Uisque escocês, em caixas com 12 garrafas de 1.000ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.
12.060	1.005	Buchanan's	Uisque escocês, em caixas com 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade até 12 anos.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

LUIZ ANTÔNIO MIRANDA

SECRETARIA ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO

DESPACHO DE 13 DE MAIO DE 2022

Processo nº 17944.104231/2021-77
Interessado: Município de Vila Maria - RS
Assunto: Minutas de contrato de garantia e de contragarantia à operação de crédito interna, a ser celebrada entre Município de Vila Maria - RS e a Caixa Econômica Federal, no valor de R$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais), cujos recursos se destinam a efetuar melhorias na Infraestrutura Urbana (Pavimentação, acessibilidade, drenagem, iluminação, sinalização em vias urbanas).
Despacho: Aprovo o Parecer SEI Nº 6790/2022/ME, de 27/04/2022 (SEI 24349412) da Secretaria do Tesouro Nacional.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, certifico o cumprimento das condições estabelecidas no art. 1º da Portaria ME nº 198, de 25 de abril de 2019, ressalvada a necessidade de verificação, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do disposto nos incisos II e III do § 5º do art. 1º da Portaria MF nº 151, de 12 de abril de 2018, além da formalização do respectivo contrato de contragarantia.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR
Secretário Especial

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

PORTARIA Nº 1.339, DE 13 DE MAIO DE 2022

Subdelega ao Subsecretário da Dívida Pública do Tesouro Nacional competências de gestão da dívida pública federal e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o parágrafo único do art. 1º da Portaria SETO/ME nº 3.473, de 19 de abril de 2022, com base no art. 49, V, do Anexo I do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e tendo em vista o disposto nos arts. 11 e 12 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, resolve:

Art. 1º Fica subdelegada ao Subsecretário da Dívida Pública do Tesouro Nacional competência para autorizar a emissão, o resgate antecipado, a realização de operações de substituição dos títulos da dívida pública, de responsabilidade do Tesouro Nacional, sob a forma de oferta pública ou sob a forma direta, a definição dos limites quantitativos, máximos e mínimos, por operação e por período para pagamento do primeiro cupom de juros desses títulos e, ainda, a possibilidade de negociação dos cupons de juros segregado ao principal dos títulos a que se refere o Decreto 9.292, de 23 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Fica revogada a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de junho de 2022.

PAULO FONTOURA VALLE

PORTARIA Nº 1.398, DE 13 DE MAIO DE 2022

Disciplina os procedimentos operacionais para solicitações e liberações de recursos financeiros pela Secretaria do Tesouro Nacional aos órgãos setoriais do Sistema de Administração Financeira Federal.

O SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. incisos VIII e IX do art. 12 da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, pelo inciso VII do art. 49 do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e pelo inciso VII do art. 1º do Anexo I à Portaria nº 285, de 14 de junho de 2018, do Ministro de Estado da Fazenda, e,

Considerando a necessidade de formalizar e dar publicidade aos procedimentos operacionais utilizados no âmbito do Governo Federal, para solicitações e liberações de recursos financeiros pela Secretaria do Tesouro Nacional aos órgãos setoriais do Sistema de Administração Financeira federal, resolve:

Art. 1º Aprovar os procedimentos utilizados nos fluxos de solicitação e liberação de recursos financeiros do Governo Federal na forma disposta nesta portaria.

Art. 2º A Secretaria Tesouro Nacional - STN, por meio da Coordenação-Geral de Tesouraria - CGTES, realizará as liberações e movimentações de recursos financeiros aos Órgãos Setoriais do Sistema de Administração Financeira Federal dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Ministério Público da União e Defensoria Pública da União por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

Art. 3º As liberações e movimentações financeiras realizadas pela CGTES deverão ser compatíveis com a Programação Financeira Anual e as respectivas Reavaliações Bimestrais de Receitas e Despesas Primárias consubstanciadas no Decreto de Programação Orçamentária e Financeira - DPOF do Poder Executivo e nos cronogramas de desembolso dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, salvo disposição legal em contrário, bem como com as diretrizes formalizadas pela STN.

§ 1º Os órgãos setoriais dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União deverão encaminhar seus respectivos cronogramas de desembolso à CGTES, observado o prazo de até cinco dias corridos, após sua publicação.

§ 2º Enquanto não publicados os cronogramas de desembolso dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, as liberações de recursos serão realizadas com base no art. 168 da Constituição Federal e na Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício.

Art. 4º As solicitações de recursos pelos Órgãos Setoriais do Sistema de Administração Financeira Federal e as respectivas liberações deverão ser formalizadas, no SIAFI, por meio da inclusão do documento específico da programação financeira, devendo estar compatíveis com a Lei Orçamentária Anual - LOA, com os restos a pagar inscritos líquidos, e, quando aplicável, com os cronogramas e limites de pagamento do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira - DPOF e legislação específica.

Art. 5º Após inclusão do documento de solicitação de recursos no SIAFI, os órgãos setoriais deverão enviar e-mail institucional para a CGTES (genef.cgtes@tesouro.gov.br), até o dia útil anterior ao da data prevista de liberação, ratificando a solicitação dos recursos e dando início ao processo de análise por parte do órgão central.

Art. 6º A CGTES terá o prazo de até vinte e quatro horas, após recebimento do e-mail, para executar os procedimentos de análise e, não havendo restrição, realizar a liberação dos recursos solicitados pelos órgãos setoriais.

Art. 7º As propostas de liberação e movimentação de recursos financeiros serão formalizadas no SIAFI, pela Gerência de Negociação e Programação das Liberações Financeiras - GENEF da CGTES, por meio do documento Autorização de Liberação Financeira - ALF, no qual deverá constar a assinatura de pelo menos um servidor da Coordenação-Geral, na condição de proponente.

§ 1º A liberação dos recursos financeiros contidos na ALF está condicionada à autorização de servidor da CGTES distinto do proponente ou de autoridades superiores da Secretaria do Tesouro Nacional, no âmbito de suas competências.

§ 2º As assinaturas do documento ALF se darão, preferencialmente, de forma eletrônica.

Art. 8º A GENEF fica incumbida de, após análise das solicitações de recursos recebidas, propor e realizar as liberações e as movimentações de acordo com esta Portaria.

Parágrafo único. A alçada mínima para autorização das liberações financeiras compete aos responsáveis pela GENEF.

Art. 9º As liberações e remanejamentos de recursos em fontes que ultrapassem a disponibilidade financeira na Unidade Gestora da CGTES (UG 170500), conforme previsão do art. 3º da Medida Provisória 2.170-36, de 23 de agosto de 2001, serão comunicadas, mensalmente, por meio de relatório, ao Comitê de Programação Financeira da STN para monitoramento e providências cabíveis.

Art. 10. Fica estabelecida a regra de cálculo dos saldos a liberar para despesas discricionárias do Poder Executivo, conforme parâmetros previstos no DPOF, nos seguintes termos: valores estabelecidos nos cronogramas de pagamento de cada órgão deduzidos os pagamentos efetuados e o limite de saque disponível no órgão, bem como a disponibilidade financeira na Unidade Gestora da CGTES (UG 170500), observado o art. 9º.

Parágrafo único. As liberações de recursos, conforme regra estabelecida no art. 10, em montante superior ao saldo a liberar, somente serão autorizadas pelo Secretário do Tesouro Nacional mediante assinatura de ALF específica ou documento formal.

Art. 11. No âmbito do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira - DPOF, as liberações de recursos para despesas discricionárias do Poder Executivo serão precedidas de verificação da disponibilidade de saldo dos recursos financeiros mensais a liberar, considerando os cronogramas de pagamento estabelecidos no referido decreto, os pagamentos efetuados e o limite de saque disponível no órgão.

§ 1º Enquanto não editado o DPOF, as liberações de recursos para despesas discricionárias devem observar o limite mensal de um dezoito avos da dotação orçamentária consignada na Lei Orçamentária Anual ou no Projeto de Lei Orçamentária.

§ 2º Liberações de recursos que se enquadrem na condição estabelecida no § 1º e ultrapassem o referido limite somente poderão ser realizadas mediante solicitação formal do órgão, a qual deverá ser submetida ao Comitê de Programação Financeira ou ao Secretário do Tesouro Nacional ou ao seu substituto eventual, para deliberação e autorização.

Art. 12. No âmbito do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira - DPOF, as liberações de recursos para despesas obrigatórias com controle de fluxo do Poder Executivo serão precedidas de verificação da disponibilidade de saldo dos recursos financeiros mensais a liberar, considerando o cronograma de pagamento estabelecido no Decreto, o limite de saque disponível no órgão e os pagamentos efetuados.

§ 1º Caso o valor da solicitação ultrapasse o saldo a liberar, a Coordenação-Geral de Planejamento e Programação Financeira deverá ser comunicada para propositura de eventuais ajustes no cronograma de pagamento.

§ 2º Enquanto não publicado o DPOF, as liberações de recursos para despesas obrigatórias com controle de fluxo devem observar o cronograma de pagamento mensal de um doze avos da dotação orçamentária consignada na Lei Orçamentária Anual ou no Projeto de Lei Orçamentária.

§ 3º Liberações de recursos que se enquadrem na condição estabelecida no § 2º e ultrapassem o referido cronograma somente poderão ser realizadas mediante solicitação formal do órgão, a qual deverá ser dirigida ao Coordenador-Geral de Tesouraria ou substituto eventual, ou na sua ausência, à autoridade superior competente, para deliberação e autorização.

Art. 13. Os Órgãos Setoriais do Sistema de Administração Financeira Federal responsáveis pelas despesas obrigatórias com controle de fluxo compreendidas no DPOF, bem como pelas despesas financeiras, deverão enviar para a Coordenação-Geral de Planejamento e Programação Financeira, em até dez dias após a publicação da LOA, o cronograma mensal de execução financeira.

Art. 14. A liberação de recursos para pagamento de despesas de pessoal será realizada de acordo com o seguinte cronograma:

I - Órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Ministério Público da União e Defensoria Pública da União: no dia vinte de cada mês de competência da folha ou, quando este ocorrer em dia não útil, no dia útil imediatamente anterior, facultada, mediante autorização do Secretário do Tesouro Nacional, a antecipação parcial no mês de janeiro de cada ano, para cumprimento de legislação específica, observado o limite de saque disponível no órgão; e

II - Órgãos do Poder Executivo: no último dia útil de cada mês de competência da folha, salvo disposição legal em contrário.

Art. 15. A liberação de recursos destinados a aplicações financeiras, para órgãos ou fundos que tenham autorização legal para fazê-lo, serão realizadas em vinculação de pagamento específica, independente da disponibilidade orçamentária do órgão.

Art. 16. A aprovação dos remanejamentos de recursos, pela CGTES, deverá observar os mesmos critérios e condições para as liberações financeiras.

Art. 17. Os recursos para pagamento de despesas obrigatórias devem ser solicitados e liberados de forma tempestiva para cumprimento dos prazos legais e regulamentares, salvo na ocorrência de conflito com outro normativo, situação que deverá ser submetida à apreciação do Secretário do Tesouro Nacional.

Art. 18. A responsabilidade pelo cumprimento dos prazos de pagamento definidos em legislação específica é dos Órgãos Setoriais do Sistema de Administração Financeira Federal, aos quais compete efetuar a solicitação dos recursos em tempo hábil, observado o disposto nesta Portaria, em especial os arts. 4º, 5º e 6º, bem como em outras normas aplicáveis.

Art. 19. A liberação de recursos para as devoluções de depósitos judiciais deverá ser compatível com o prazo estabelecido no inciso I do § 3º do art. 1º da Lei nº 9.703, de 17 de novembro de 1998, cabendo à Caixa Econômica Federal efetuar a solicitação dos recursos em tempo hábil para sua operacionalização, observado o disposto nos arts 4º, 5º e 6º.

Art. 20. Os recursos referentes a restituições de imposto de renda serão liberados conforme cronograma estabelecido entre a Secretaria do Tesouro Nacional e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Art. 21. Em caso de necessidade, o órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal poderá cancelar liberações realizadas aos órgãos setoriais ou indisponibilizar limites de saque das unidades gestoras.

Art. 22. Diretrizes para liberações não previstas nesta Portaria deverão ser formalizadas pelo Secretário do Tesouro Nacional, inclusive nos casos de restrições de liberações.

Art. 23. As disposições contidas nesta Portaria não se aplicam aos recursos diretamente arrecadados pelos órgãos e entidades da administração pública federal.

Art. 24. Compete à CGTES manter Macrofunção específica no SIAFI, para detalhar procedimentos operacionais relacionados à programação financeira.

Art. 25. A liberação de Ordens Bancárias por meio da marcação D+0 das Ordens de Pagamento - OP no SIAFI, oriundas de documento hábil folha - FL, será realizada pela Gerência de Relacionamento com o Sistema Financeiro Nacional - GESFI da CGTES, desde que autorizada previamente pelo Coordenador-Geral de Tesouraria, mediante justificativa formal do órgão demandante.

Art. 26. Os casos omissos serão resolvidos pelo Secretário do Tesouro Nacional.

Art. 27. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria 507, de 22 de setembro de 2020.

Art. 28. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS CONTÁBEIS E DE AUDITORIA

ATO DECLARATÓRIO CVM Nº 19.795, DE 10 DE MAIO DE 2022

O Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada através da Deliberação CVM Nº 176, de 03 de fevereiro de 1995, e tendo em vista o disposto no artigo 38 da Resolução CVM Nº 23/2021, declara CANCELADO na Comissão de Valores Mobiliários, para os efeitos do exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, a partir de 10/05/2022, o registro do Auditor Independente a seguir referido, em virtude do descumprimento do inciso II do artigo 4º combinado com o artigo 15 da Resolução CVM Nº 23/2021:

Auditor Independente - Pessoa Jurídica
MARIO ROCHA AUDITORES ASSOCIADOS
CNPJ: 34.167.056/0001-57

PAULO ROBERTO GONÇALVES FERREIRA

SUPERINTENDÊNCIA DE SUPERVISÃO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS
GERÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATOS DECLARATÓRIOS CVM DE 13 DE MAIO DE 2022

Nº 19.804 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza a FALCONI CAPITAL LTDA., CNPJ nº 31.931.023, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 19.805 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza JADER CRONEMBERGER OLIVEIRA, CPF nº 008.286.773-95, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 19.806 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza CAMILA PUTTINI JERCEM, CPF nº 324.982.778-97, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 19.807 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza LESLYE CAROL STANGE, CPF nº 269.030.638-70, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

ARTUR PEREIRA DE SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

DIRETORIA TÉCNICA 1

COORDENAÇÃO-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 730, DE 13 DE MAIO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Instrução SUSEP nº 127, de 20 de agosto de 2021, tendo em vista o disposto no art. 12, da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, e no art. 43, da Resolução CNSP nº 422, de 11 de novembro de 2021, e o que consta do processo Susep nº 15414.608703/2022-18, resolve:

Art. 1º Homologar a eleição, reeleição e destituição de diretores da HOWDEN RE CORRETORA DE RESSEGUROS LTDA., CNPJ nº 10.910.474/0001-24, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme 13ª alteração contratual datada de 6 de abril de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA SUFRAMA Nº 222, DE 9 DE MAIO DE 2022

Suspensão dos incentivos fiscais concedidos à empresa PAULIMAC BRASIL CARTUCHOS LTDA. (substituta da BENFICA IND. DE PERIFÉRICOS PARA INFORMÁTICA E IMPRESSÃO LTDA). pela inadimplência referente aos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia no ano-base 2016.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 20 do Decreto nº 7.139, de 29 de março de 2010, e e os §§ 7º e 9° do art. 34 do Decreto nº 10.520, de 10 de outubro de 2020;

CONSIDERANDO o que consta no Processo 52710.000460/2017-81, os termos do Parecer Técnico n° 44/2022/SATEC/COATE/CGTEC/SAP/SUFRAMA e a constatação de inadimplência referente aos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia Ocidental, estabelecido na Portaria Interministerial n° 269, de 2013, referente ao ano-base de 2016, da empresa BENFICA IND. DE PERIFÉRICOS PARA INFORMÁTICA E IMPRESSÃO LTDA. (incorporada em 2019 pela empresa PAULIMAC BRASIL CARTUCHOS LTDA que responde pela inadimplência, referente aos produtos TONALIZADOR (cod. 0375) e CONJUNTO TONALIZADOR (0377).

CONSIDERANDO a constatação de inadimplência da empresa PAULIMAC BRASIL CARTUCHOS LTDA, decorrente da obrigação originada dispensa de etapas de PPB, previsto no art. 9o e 12 da Portaria Interministerial n° 269, de 30 de agosto 2013; e

CONSIDERANDO que foram esgotadas todas as providências para que a empresa se pronunciasse sobre a necessidade de regularização referente ao investimento em atividades de P&D, resolve:

Art. 1º Suspender, por 90 dias, com base no § 4º do art. 27 da Resolução SUFRAMA nº 71, de 6 de maio de 2016, os incentivos fiscais concedidos à linha dos produtos abaixo listado, da empresa PAULIMAC BRASIL CARTUCHOS LTDA. (substituta da BENFICA IND. DE PERIFÉRICOS PARA INFORMÁTICA E IMPRESSÃO LTDA), beneficiária do incentivo previsto no art. 7º, § 4º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, que se encontra inadimplente quanto aos investimentos em P&D previstos na Portaria Interministerial n° 269, de 30 de agosto de 2013.

DESCRIÇÃO DO PRODUTO /CÓDIGO SUFRAMA	DOCUMENTO APROBATÓRIO
TONALIZADOR (cod. 0375) e CONJUNTO TONALIZADOR (0377)	Resolução CAS (diversificação) n° 200/008 de 28/08/2008 Resolução CAS (diversificação) n° 65/2012 de 9/05/2012

Art. 2º A suspensão vigorará até que sejam adimplidas as obrigações, hipótese em que se dará a reabilitação, ou, caso contrário, expire-se o prazo estabelecido, quando serão cancelados os benefícios por meio de Resolução do Conselho de Administração da SUFRAMA - CAS.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALGACIR ANTÔNIO POLSIN

PORTARIA SUFRAMA Nº 226, DE 11 DE MAIO DE 2022

Aprova o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa FOXCONN MOEBG INDÚSTRIA DE ELETRÔNICOS LTDA.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 205, de 25 de fevereiro de 2021, do Conselho de Administração da SUFRAMA, em seu Art. 11; os termos do Parecer de Engenharia nº 64/2022/COAPA/CGPRI/SPR/SUFRAMA e Parecer de Economia nº 76/2022/COAPA/CGPRI/SPR/SUFRAMA, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA; e o que consta no processo SEI-SUFRAMA nº 52710.002289/2022-11, resolve:

Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa FOXCONN MOEBG INDÚSTRIA DE ELETRÔNICOS LTDA. (CNPJ: 08.986.284/0002-20 e Inscrição SUFRAMA: 21.0136.00-6), na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer de Engenharia nº 64/2022/COAPA/CGPRI/SPR/SUFRAMA e Parecer de Economia nº 76/2022/COAPA/CGPRI/SPR/SUFRAMA, para produção de APARELHO TRANSMISSOR DE DADOS DE MEDIDORES DE GÁS, código SUFRAMA 2282, recebendo os benefícios fiscais previstos no Art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior.

Art. 2º DEFINIR que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, seja obtida mediante a aplicação da fórmula do § 1º do Art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, conforme dita o § 1º do Art. 2º da Lei nº 8.387/91.

Art. 3º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento, quando da fabricação do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, do Processo Produtivo Básico definido pela Portaria Interministerial MDIC/MCTIC nº 50, de 29 de outubro de 2018;

II - o investimento em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), no percentual mínimo exigido pela legislação vigente sobre o faturamento bruto no mercado interno, decorrentes da comercialização do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, deduzidos os tributos correspondentes a tal comercialização;

III - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio ambiente, conforme disciplina a Legislação nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal;

IV - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

V - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 205, de 25 de fevereiro de 2021, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALGACIR ANTÔNIO POLSIN

PORTARIA SUFRAMA Nº 227, DE 11 DE MAIO DE 2022

Aprova o projeto industrial de IMPLANTAÇÃO da empresa INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ESTOPA CAMPOS LTDA.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 205, de 25 de fevereiro de 2021, do Conselho de Administração da SUFRAMA, no Art. 11, § 3º, os termos do Parecer de Economia nº 70/2022/COAPA/CGPRI/SPR/SUFRAMA, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA, e o que consta no processo SEI-SUFRAMA nº 52710.011893/2021-49, resolve:

Art. 1º APROVAR o projeto industrial de IMPLANTAÇÃO da empresa INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ESTOPA CAMPOS LTDA., CNPJ: 84.097.435/0001-96, Inscrição SUFRAMA 20.0114.19-0, na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer de Economia nº 70/2022/COAPA/CGPRI/SPR/SUFRAMA, para produção de ESTOPA DE JUTA PARA CALEFAÇÃO, código SUFRAMA 1181, recebendo os benefícios fiscais previstos no Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior.

Art. 2º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio ambiente, conforme disciplina a Legislação nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal;

II - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

III - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 205, 25 de fevereiro de 2021, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALGACIR ANTÔNIO POLSIN

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 343, DE 12 DE MAIO DE 2022

Altera a Portaria MEC nº 523, de 1º de junho de 2018.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, caput, incisos I e II, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, e no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º A Portaria MEC nº 523, de 1º de junho de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º As Instituições de Ensino Superior que ofertem cursos de Medicina autorizados no âmbito dos editais de chamamento público em tramitação ou concluídos, segundo o rito estabelecido no art. 3º da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, ou ofertem cursos de Medicina pactuados no âmbito da política de expansão das universidades federais, poderão apresentar pedidos de aumento de vagas destes cursos à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, que serão analisados de acordo com as regras estabelecidas nesta Portaria.

§ 1º Para os cursos de Medicina de que trata o caput somente será permitido o acréscimo de 100 (cem) vagas ao quantitativo definido no ato de autorização do curso, independentemente da quantidade de pedidos de aumento de vagas apresentados pela IES.

§ 2º Para os cursos de graduação em Medicina pactuados no âmbito da política de expansão das universidades federais, os pedidos de aumento de vagas poderão ser solicitados uma única vez e serão analisados de acordo com regras e calendário específicos, a serem definidos pelo Ministério da Educação - MEC." (NR)

"Art. 4º A análise do pedido de aumento de vagas para cursos de Medicina observará, necessariamente, a estrutura de equipamentos públicos e programas de saúde existentes e disponíveis no município de oferta do curso, observando os seguintes critérios:

.....

§ 3º As informações de que tratam os incisos I, II, III, IV, V, VII e VIII do caput serão obtidas em bases de dados oficiais mantidas pelo Ministério da Saúde ou prestadas pelo referido Ministério, a pedido da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior.

.....

§ 5º As informações de que trata o inciso VI do caput serão obtidas diretamente na base de dados referente aos programas de residência médica mantida pelo Ministério da Educação.

§ 6º No pedido de que trata o § 3º, a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior informará a data de referência a ser considerada pelo Ministério da Saúde para prestação das informações relativas à estrutura de equipamentos públicos e programas de saúde." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VICTOR GODOY VEIGA

DESPACHO DE 12 DE MAIO DE 2022

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, homologo o Parecer CNE/CEB nº 1/2022, da Câmara de Educação Básica, do Conselho Nacional de Educação, que votou favoravelmente à validação de documentos escolares emitidos pelo Instituto Educare JT, com sede na cidade de Tsukuba, província de Ibaraki, no Japão, para a oferta do Ensino Fundamental e Médio para emissão de certificados educacionais válidos no Brasil, conforme consta do Processo nº 23123.001837/2018-12.

VICTOR GODOY VEIGA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 360, DE 9 DE MAIO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso de suas atribuições, e considerando o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, combinado com o art. 4º, § 5° da Lei 10.260, de 12 de julho de 2001, e art. 29, da Portaria Normativa MEC nº 1, de 22 de janeiro de 2010, bem como o contido na Nota Técnica nº 146/2022/CGPES/DIPPES/SESU/SESU, do Processo SEI MEC nº 23000.015489/2016-95, resolve:

Art. 1° Instaurar Processo Administrativo para aferir a responsabilidade da instituição de educação superior Faculdade Hélio Rocha, com código e-MEC 1639, mantida pela Sociedade Integral de Ensino, inscrita no CNPJ nº 03.466.601/0001-82, com código e-MEC 1076, considerando os indícios de descumprimento das condições estabelecidas nos Termos de Adesão ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) com aplicação, se for o caso, das penalidades estabelecidas no art. 4°, § 5º, incisos de I e II, da Lei nº 10.260, de 2001.

Art. 2º Determinar que a Mantenedora, Sociedade Integral de Ensino, inscrita no CNPJ nº 03.466.601/0001-82, com código e-MEC 1076, seja intimada e notificada sobre o teor desta Portaria e da Nota Técnica nº 146/2022/CGPES/DIPPES/SESU/SESU, para manifestar-se, caso queira, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 38 da Lei nº 9.784, de 1999.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

PORTARIA Nº 837, DE 12 DE MAIO DE 2022

A Pró-Reitora de Gestão de Pessoas em exercício da Universidade Federal de Alfenas, no uso de suas atribuições legais, delegadas por meio da Portaria nº 2318/2019, de 23-10-2019, publicada no DOU em 25-10-2019, Seção 1, fls. 50 e tendo em vista o que consta do Processo nº 23087.003218/2021-41, resolve:

Prorrogar pelo período de 11-06-2022 a 10-06-2023, a validade do Processo Seletivo para Professor Substituto, realizado por meio do Edital nº 36/2021, cujo resultado foi homologado através do Edital nº 69/2021, de 09 de junho 2021, publicado no DOU de 11-06-2021, Seção 3, fls. 59.

JULIANA GUEDES MARTINS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA NORMATIVA Nº 4, DE 13 DE MAIO DE 2022

A Pró-Reitora de Gestão de Pessoas da Universidade Federal do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta do Processo digital nº 23068.056172/2022-72, resolve:

Prorrogar, pelo período de 06 (seis) meses, a partir de 29/05/2022, a validade do Processo Seletivo Simplificado para contratação de Professor Visitante Estrangeiro, de que trata o Edital nº 128/2021-PROGEP, publicado no DOU de 20/08/2021, homologado conforme Edital nº 182/2021-PROGEP, publicado no DOU de 29/11/2021, na parte referente à Área/subárea: Teoria Quântica de Campos.

JOSIANA BINDA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 490/DDP, DE 12 DE MAIO DE 2022

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.020418/2022-18, resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Análises Clínicas - ACL/CCA, instituído pelo Edital nº 067/2022/DDP, de 28 de abril de 2022, publicado no Diário Oficial da União nº 80, Seção 3, de 29/04/2022.

Campo de conhecimento: Farmácia/ Fisiopatologia e Diagnóstico Laboratorial.
Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.
Nº de Vagas: 01 (uma).
NÃO HOUVE CANDIDATO APROVADO

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 888, DE 13 DE MAIO DE 2022

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, usando das atribuições estatutárias, conferidas por Decreto de 28 de junho de 2021, publicado no Diário Oficial da União de 29 de junho de 2021, resolve:

Art. 1º. HOMOLOGAR o resultado do Concurso Público para provimento de cargos da Carreira de Magistério Superior da Fundação Universidade do Amazonas, objeto do Edital n° 085 de 27/12/2019, publicado no DOU em 31/12/2019, retificado em 21/01/2020, 23/01/2020, 06/02/2020, 28/02/2020, 15/01/2021, 19/01/2021, 28/01/2021 referente ao CONCURSO PÚBLICO destinado ao provimento de vagas do cargo de PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR, por Unidade, Código, Área de Conhecimento, Classe/Padrão/Nível, Regime de Trabalho e Ordem de Classificação dos candidatos, conforme a seguir:

Unidade	Código	Área	Classe/ Padrão/ Nível	Regime de Trabalho	Lista	Candidato	Classificação
FACED	8519FACED02	Fundamentos da Educação	Adjunto A, Nível 1	DE	AC	MARCOS VINÍCIUS DA SILVA GOULART	1º
					AC	JOSÉ RONAIPE DAS NEVES MACHADO	2º

Art. 2º. ESTABELECER o prazo de validade do concurso em 02 (dois) anos, contado a partir da data de publicação da respectiva homologação, podendo ser prorrogado por igual período.

Nº 891 - Art. 1º. HOMOLOGAR o resultado do processo seletivo objeto do Edital nº 002, de 04/01/2022, publicado no D.O.U. em 05/01/2022, considerando os limites previstos no Anexo II do Decreto nº 9.739 de 28/03/2019, conforme segue:

Unidade	Área	Classe/ Padrão/ Carga Horária	Lista*	Candidato	Classificação
FT	Engenharia Civil / Infraestrutura	Assistente A, Nível 1	AC	BRUNA BARBOSA MATUTI	1°

*AC: Ampla Concorrência *PCD: Pessoa Com Deficiência

Art. 2º. ESTABELECER que o prazo de validade do resultado do Processo Seletivo será de 01 (um) ano, contado a partir da publicação do ato de homologação no Diário Oficial da União, prorrogável por igual período no interesse da Instituição e mediante iniciativa da Unidade Acadêmica.

Nº 892 - PRORROGAR por 01 (um) ano, a validade do Processo Seletivo Simplificado para contratação de professor substituto, objeto do Edital nº 008, de 16/02/2021, publicado no D.O.U. em 17/02/2021, nos seguintes termos:

Unidade	Área de Conhecimento	Portaria de Homologação nº	Prazo de validade (inicial)	Prazo de validade (final)
Faculdade de Tecnologia	Engenharia Mecânica	Portaria GR n° 763, de 27/05/2021, publicada no DOU em 28/05/2021	28/05/2022	27/05/2023
Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais	História Moderna	Portaria GR nº 947, de 24/06/2021, publicada no DOU em 25/06/2021	25/06/2022	24/06/2023

SYLVIO MÁRIO PUGA FERREIRA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 809, DE 13 DE MAIO DE 2022

O(A) Pró-Reitor(a) Adjunto de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Ouro Preto, no uso da competência que lhe foi delegada através da Portaria nº 540, de 05/08/1994, considerando o processo UFOP de Seleção Simplificada para contratação de Professor substituto nº 23109.003888/2022-43; resolve:

Art. 1º. Homologar o resultado final da Seleção Simplificada de que trata o Edital PROGEP nº 15/2022, realizado para a contratação de professor substituto, Área: Geotecnia, em que foram aprovados, pela ordem de classificação, os candidatos Camila Santos Schuch e Nilciléia Cristina de Magalhães Oliveira.

ISABELA PERUCCI ESTEVES FAGUNDES

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PORTARIA Nº 409, DE 10 DE MAIO DE 2022

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando: o que consta do Processo de nº. 23113.023698/2021-23; resolve:

Art. 1º - Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Efetivo do Departamento de Terapia Ocupacional/Campus Universitário Prof. José Aloísio de Campos, objeto do Edital nº 001/2022, publicado no D.O.U. em 21/01/2022, e no Correio de Sergipe em 22/01/2022, retificado através dos Editais de Retificação nº 1, 2 e 3, publicados no DOU em 10/02/2022, 07/03/2022 e 26/04/2022, respectivamente, e Edital Complementar, publicado no D.O.U em 18/03/2022, conforme informações que seguem:

Matérias de Ensino	I, II, III e IV Ciclos de Terapia Ocupacional (Terapia Ocupacional na infância e adolescência).
Disciplinas	Sessões tutoriais; Habilidades Profissionais I e II; Palestras; Prática de Integração EnsinoServiço em Terapia Ocupacional I e II; laboratório de Pesquisa em Terapia Ocupacional I e II; Estágio Supervisionado em Terapia Ocupacional I e II; Trabalho de Conclusão de curso I e II e Optativa.
Cargo/Nível	Assistente-A-Nível I
Regime de Trabalho	Dedicação Exclusiva
Resultado Final	
Ampla Concorrência	1º LUGAR: STEPHANY CONCEIÇÃO CORREIA ALVES GUEDES REIS - 77,43 2º LUGAR: THAÍS THALER SOUZA - 75,02 3º LUGAR: BIBIANA MAYER STECKEL - 66,73
Cotas (Lei nº12.990/2014)	Nenhum candidato aprovado
Cotas (Decreto nº3.298/1999 e Decreto nº 9.508/2018)	Nenhum candidato aprovado

Art. 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VALTER JOVINIANO DE SANTANA FILHO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO

PORTARIA Nº 324, DE 12 DE MAIO DE 2022

O Reitor Pro Tempore da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF, no uso das suas atribuições conferidas pela Portaria/MEC nº 384 de 09 de abril de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 70 de 13 de abril de 2020, e tendo em vista o Documento nº 23402.016458/2022-77, resolve:

I - DELEGAR COMPETÊNCIA à Pró-Reitoria de Gestão e Orçamento da UNIVASF, pelo prazo de 02 anos, para:

1. Assinar Termo de Referência;
2. Autorização Inicial da Despesa;
3. Autorização para assinatura de Estudos Técnicos Preliminares - ETP

II - Esta portaria entra em vigor a partir de sua publicação no Diário Oficial da União.

ROBERTO JEFFERSON BEZERRA DO NASCIMENTO
Vice-Reitor Pro Tempore
No Exercício do Cargo de Reitor Pro Tempore

Ministério da Infraestrutura

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 539, DE 10 DE MAIO DE 2022

Define a área do Porto Organizado de Santarém, no Estado do Pará.

O MINISTRO DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA, SUBSTITUTO, no uso da competência que lhe foi delegada nos termos do Decreto n.º 9.827, de 10 de junho de 2019, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo n.º 50000.018539/2020-45, resolve:

Art. 1º A área do Porto Organizado de Santarém, no Município de Santarém, Estado do Pará, é definida pelo polígono cujos vértices têm as coordenadas georreferenciadas discriminadas no Anexo.

§ 1º A área do porto organizado compreende as instalações portuárias e a infraestrutura de proteção e de acesso ao porto, bem público construído e aparelhado para atender às necessidades de navegação, de movimentação de passageiros ou de movimentação e armazenagem de mercadorias, e cujo tráfego e operações portuárias estejam sob jurisdição da autoridade portuária.

§ 2º Os imóveis sob a gestão da autoridade portuária contidos na área do Porto Organizado são inalienáveis e não se sujeitam a usucapião, na forma dos art. 100 e art. 102 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e impenhoráveis, na forma do art. 833, caput, inciso I, da Lei n.º 13.105, de 16 de março de 2015.

Art. 2º A autoridade portuária do Porto Organizado de Santarém deverá disponibilizar ao público, em seu endereço eletrônico, planta do polígono referido no art. 1º, que identificará com precisão os limites das áreas do porto e de suas vizinhanças.

Art. 3º Fica revogada a Portaria n.º 167, de 12 de novembro de 2020, do Ministério da Infraestrutura.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

BRUNO EUSTÁQUIO FERREIRA CASTRO DE CARVALHO

ANEXO - Área do Porto Organizado de Santarém (Área = 38.133.564,69 m²)

Vértices	Coordenadas geodésicas (SIRGAS 2000)	
	Latitude	Longitude
BRSTM-01	-2,3799000000000°	-54,8202833333333°
BRSTM-02	-2,3690166666667°	-54,8156666666667°
BRSTM-03	-2,3593166666667°	-54,7842833333333°
BRSTM-04	-2,3947333333333°	-54,7353333333333°
BRSTM-05	-2,4075000000000°	-54,7296166666667°
BRSTM-06	-2,4113666666667°	-54,7078000000000°
BRSTM-07	-2,4151609706322°	-54,7011774694629°
BRSTM-08	-2,4191894217997°	-54,7031701979754°
BRSTM-09	-2,4147166666667°	-54,7110333333333°
BRSTM-10	-2,4164500000000°	-54,7301166666667°
BRSTM-11	-2,4189500000000°	-54,7311000000000°
BRSTM-12	-2,4201166666667°	-54,7345500000000°
BRSTM-13	-2,4211500000000°	-54,7388666666667°
BRSTM-14	-2,4199666666667°	-54,7391500000000°
BRSTM-15	-2,4198500000000°	-54,7391666666667°
BRSTM-16	-2,4166833333333°	-54,7416833333333°
BRSTM-17	-2,4156500000000°	-54,7427166666667°
BRSTM-18	-2,4199166666667°	-54,7544833333333°
BRSTM-19	-2,4025166666667°	-54,7891166666667°

SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

RETIFICAÇÃO

No Anexo V da Portaria SENATRAN nº 354, de 31 de março de 2022, publicada no Diário Oficial da União em 1º de abril de 2022, Seção 1, página 144, onde se lê:

"206630 - PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPARI - PA"
Leia-se:
"206630 - MUNICÍPIO DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI - AP"

RETIFICAÇÃO

No Anexo da Portaria SENATRAN nº 268, de 14 de março de 2022, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 15/03/2022, Seção 1, página nº 69, onde se lê:

"ANEXO I"

Leia-se:

"ANEXO"

Onde se lê:



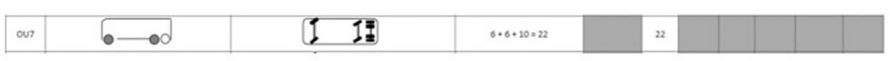
Leia-se:



Onde se lê:



Leia-se:



Onde se lê:



Leia-se:



Onde se lê:



Leia-se:



Onde se lê:



Leia-se:



No cabeçalho das tabelas constantes no Anexo, onde se lê:

"Superior ou igual a 19,8"

Leia-se:

"Superior a 19,8"

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

PORTARIA Nº 7.969, DE 6 DE MAIO DE 2022

O DIRETOR-PRESIDENTE SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 16 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e 35, inciso II, do Anexo I do Decreto nº 5.731, de 20 de março de 2006, tendo em vista o Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00058.022728/2022-41, resolve:

Art.1º Localizar, em São José dos Campos - Representação Regional de São Paulo e São José dos Campos (SP), o Cargo Comissionado Técnico, código CCT IV, da Coordenadoria de Gerenciamento de Risco, da Gerência de Operações de Empresas de Transporte Aéreo - 121, da Superintendência de Padrões Operacionais desta Agência, que estava sendo exercido na Representação Regional do Rio de Janeiro (RJ).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BISINOTTO CATANANT

SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE

PORTARIA Nº 8.026, DE 11 DE MAIO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE AERONAVEGABILIDADE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 35, inciso VI, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00066.004001/2022-82, resolve:

Art. 1º Tornar pública a emissão da Diretriz de Aeronavegabilidade - DA N° 2022-04-02- EMBRAER / 39-1492 aplicável aos aviões Embraer modelos ERJ 190-300, emitida em 28 de abril de 2022 e efetivada em 03 de maio de 2022.

Parágrafo único. O inteiro teor da Diretriz de Aeronavegabilidade encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço: https://sistemas.anac.gov.br/certificacao/DA/DA_Detail.asp?Emd=1492.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO

PORTARIA Nº 8.027, DE 11 DE MAIO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE AERONAVEGABILIDADE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 35, inciso VI, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, e considerando o que consta do processo 00066.004478/2022-68, resolve:

Art. 1º Tornar pública a emissão da Diretriz de Aeronavegabilidade - DA N° 2022-05-01- BOEING / 39- 1493 aplicável aos aviões THE BOEING COMPANY modelos 737-300(), 737-400(), 737-500(), 737-600(), 737-700() e 737-800(), emitida em 09 de maio de 2022 e efetivada em 11 de maio de 2022.

Parágrafo único. O inteiro teor da Diretriz de Aeronavegabilidade encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço: https://sistemas.anac.gov.br/certificacao/DA/DA_Detail.asp?Emd=1493.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIA Nº 7.946, DE 5 DE MAIO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.014805/2022-08, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição do Heliponto privado ao nível do solo abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Indaiaúba ;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: SP0630;

III - município (UF): Ilhabela (SP);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 23° 54' 32" S / 045° 18' 33" W

Art. 2º A renovação da Inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 1399/SIA de 13 de junho de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 16 de junho de 2014, Seção nº 1 Página nº 5.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 7.980, DE 9 DE MAIO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.015153/2022-11, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição do Aeródromo privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Uberaba;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MT0133;

III - município (UF): Cáceres (MT);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 17° 16' 31'' S / 057° 53' 48'' W.

Art. 2º A renovação da Inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 2366/SIA de 7 de novembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 9 de novembro de 2012, Seção 1, Página 3.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 7.983, DE 9 DE MAIO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.015014/2022-97, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição do Aeródromo privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Riviera;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MG0159;

III - município (UF): Minas Novas (MG);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 17° 31' 19'' S / 042° 23' 18'' W.

Art. 2º A renovação da Inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 4316/SIA de 23 de fevereiro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 26 de fevereiro de 2021, Seção 1, Página 154.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 7.990, DE 9 DE MAIO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.013871/2022-52, resolve:

Art. 1º Inscrever o Heliponto Privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Distrito Itaqui;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: SP1427;

III - município (UF): Itapevi (SP);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 23° 30' 02'' S / 046° 57' 58'' W.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 7.993, DE 10 DE MAIO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.008498/2022-18, resolve:

Art. 1º Renovar e alterar a inscrição do Heliponto Privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Hospital Unimed Joinville;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: SC0063;

III - município (UF): Joinville (SC);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 26° 17' 20'' S / 048° 50' 44'' W.

Art. 2º A renovação da Inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 200/SIA de 27 de janeiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 30 de janeiro de 2012, Seção 1, Página 17.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 7.999, DE 10 DE MAIO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.002417/2022-76, resolve:

Art. 1º Renovar e alterar a inscrição do Heliponto Privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Instituto Dr. Arnaldo;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: SP0707;

III - município (UF): São Paulo (SP);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 23° 33' 22'' S / 046° 40' 06'' W.

Art. 2º A renovação da Inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 1330/SIA de 3 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 4 de julho de 2012, Seção 1, Página 16.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 8.002, DE 10 DE MAIO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.010979/2022-93, resolve:

Art. 1º Renovar e alterar a inscrição do Heliponto Privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Porto Marina Astúrias;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: SP0476;

III - município (UF): Guarujá (SP);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 24° 00' 02'' S / 046° 17' 37'' W.

Art. 2º A renovação da Inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 1760/SIA de 3 de setembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 4 de setembro de 2012, Seção 1, Página 2.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 8.044, DE 13 DE MAIO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.014559/2022-86, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito a publicação da Portaria nº 7.882/SIA, de 27 de abril de 2022, realizada no Diário Oficial da União de 5 de maio de 2022, Seção 1, página 51, por ter sido publicada em duplicidade, mantida a validade da publicação original realizada no Diário Oficial da União de 4 de maio de 2022, Seção 1, página 458 e 459.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

PORTARIA Nº 7.973, DE 9 DE MAIO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS no uso das atribuições que lhe confere o art. 34, inciso VII, da Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução 659, de 02 de fevereiro de 2022, e considerando o que consta do processo nº 00058.017831/2022-79, resolve:

Art. 1º Tornar público o cumprimento dos requisitos para a exploração de serviços aéreos pela sociedade empresária CTA - CLEITON TAXI AEREO LTDA., CNPJ nº 04.984.400/0001-30, com sede social em Nova Olinda do Norte (AM), detentora do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2003-09-7CKX-01-03, emitido em 4 de maio de 2022.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da sociedade empresária, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º A exploração dos serviços aéreos está condicionada à manutenção das condições técnicas e operacionais definidas pela ANAC.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA

PORTARIA Nº 7.976, DE 9 DE MAIO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS no uso das atribuições que lhe confere o art. 34, inciso VII, da Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução 659, de 2 de fevereiro de 2022, e considerando o que consta do processo nº 00058.016417/2022-42, resolve:

Art. 1º Tornar público o cumprimento dos requisitos para a exploração de serviços aéreos pela sociedade empresária CHC DO BRASIL TÁXI AÉREO S.A., CNPJ nº 67.750.463/0001-41, com sede social no Rio de Janeiro (RJ), detentora do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2011-01-0CAS-03-07, emitido em 06 de maio de 2022.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da sociedade empresária, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º A exploração dos serviços aéreos está condicionada à manutenção das condições técnicas e operacionais definidas pela ANAC.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA

PORTARIA Nº 7.978, DE 9 DE MAIO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS no uso das atribuições que lhe confere o art. 34, inciso VII, da Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução 659, de 02 de fevereiro de 2022, e considerando o que consta do processo nº 00058.010333/2022-03, resolve:

Art. 1º Tornar público o cumprimento dos requisitos para a exploração de serviços aéreos pela sociedade empresária AEROPEL-AERO OPERAÇÕES AGRÍCOLAS LTDA, CNPJ nº 88.445.309/0001-36, com sede social em São Borja (RS), detentora do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2012-08-5IFC-05-02, emitido em 1º de abril de 2022.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da sociedade empresária, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º A exploração dos serviços aéreos está condicionada à manutenção das condições técnicas e operacionais definidas pela ANAC.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA

PORTARIA Nº 7.982, DE 9 DE MAIO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS no uso das atribuições que lhe confere o art. 34, inciso VII, da Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução 659, de 2 de fevereiro de 2022, e considerando o que consta do processo nº 00058.017806/2022-95, resolve:

Art. 1º Tornar público o cumprimento dos requisitos para a exploração de serviços aéreos pela sociedade empresária SERRANA AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA, CNPJ nº 02.640.577/0001-93, com sede social em São Gabriel do Oeste (MS), detentora do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2013-07-5IGN-02-01, emitido em 05 de maio de 2022.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da sociedade empresária, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º A exploração dos serviços aéreos está condicionada à manutenção das condições técnicas e operacionais definidas pela ANAC.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA

PORTARIA Nº 7.994, DE 10 DE MAIO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS no uso das atribuições que lhe confere o art. 34, inciso VII, da Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução 659, de 02 de fevereiro de 2022, e considerando o que consta do processo nº 00058.018098/2022-18, resolve:

Art. 1º Tornar público o cumprimento dos requisitos para a exploração de serviços aéreos pela sociedade empresária ABELHA TÁXI AÉREO E MANUTENÇÃO LTDA, CNPJ nº 24.702.862/0001-24, com sede social em Várzea Grande (MT), detentora do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2003-10-6CGG-01-02, emitido em 9 de maio de 2022.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da sociedade empresária, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º A exploração dos serviços aéreos está condicionada à manutenção das condições técnicas e operacionais definidas pela ANAC.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA

PORTARIA Nº 8.012, DE 11 DE MAIO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS no uso das atribuições que lhe confere o art. 34, inciso VII, da Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução 659, de 2 de fevereiro de 2022, e considerando o que consta do processo nº 00058.017815/2022-86, resolve:

Art. 1º Tornar público o cumprimento dos requisitos para a exploração de serviços aéreos pela sociedade empresária ULTRAER AEROAGRÍCOLA LTDA, CNPJ nº 04.293.736/0001-56, com sede social em Leme (SP), detentora do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2013-11-4IHF-04-02, emitido em 10 de maio de 2022.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da sociedade empresária, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º A exploração dos serviços aéreos está condicionada à manutenção das condições técnicas e operacionais definidas pela ANAC.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA

PORTARIA Nº 8.023, DE 11 DE MAIO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS no uso das atribuições que lhe confere o art. 34, inciso VII, da Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução 659, de 02 de fevereiro de 2022, e considerando o que consta do processo nº 00058.017813/2022-97, resolve:

Art. 1º Tornar público o cumprimento dos requisitos para a exploração de serviços aéreos pela sociedade empresária ARENHART AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA., CNPJ nº 02.787.213/0001-30, com sede social em Uruguaiana (RS), detentora do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2013-07-5IGO-03-02, emitido em 17 de dezembro de 2019.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da sociedade empresária, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º A exploração dos serviços aéreos está condicionada à manutenção das condições técnicas e operacionais definidas pela ANAC.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA

PORTARIA Nº 8.024, DE 11 DE MAIO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS no uso das atribuições que lhe confere o art. 34, inciso VII, da Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução 659, de 02 de fevereiro de 2022, e considerando o que consta do processo nº 00058.021603/2022-01, resolve:

Art. 1º Tornar público o cumprimento dos requisitos para a exploração de serviços aéreos pela sociedade empresária LL AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA, CNPJ nº 27.363.623/0001-85, com sede social em Cocalinho (MT), detentora do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2018-08-60EK-02-01, emitido em 19 de fevereiro de 2021.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da sociedade empresária, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º A exploração dos serviços aéreos está condicionada à manutenção das condições técnicas e operacionais definidas pela ANAC.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA

SUPERINTENDÊNCIA DE PESSOAL DA AVIAÇÃO CIVIL
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE PESSOAL
COORDENADORIA DE CERTIFICAÇÃO MÉDICA AERONÁUTICA

PORTARIA Nº 8.013, DE 11 DE MAIO DE 2022

O COORDENADOR DE CERTIFICAÇÃO MÉDICA AERONÁUTICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 14, inciso IV, da Portaria ANAC 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 67 e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00065.012771/2022-17, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 3 (três) anos, a Clínica TRABT MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA, CNPJ 00.894.195/0001-60, CLC 69, para a realização de exames de saúde periciais no endereço Rua Santa Clara, nº 105, Centro, Sorocaba (SP), para fins de emissão de Certificado Médico Aeronáutico de 1ª, 2ª, 4ª e 5ª classes, em conformidade com o Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 67.

Parágrafo único. O credenciamento poderá ser suspenso a qualquer tempo por descumprimento de quaisquer dos requisitos previstos para o credenciamento.

Art. 2º A Clínica TRABT MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA deverá manter, na pessoa de seu Diretor Técnico Médico, todos os requisitos da certificação previstos no RBAC nº 67.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERT COSTA REBELLO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS
UNIDADE REGIONAL DE BELÉM-PA

DELIBERAÇÃO Nº 38, DE 8 DE MARÇO DE 2022

Processo nº 50300.012203/2021-75. Fiscalizado: B. M. NAVEGAÇÕES LTDA, CNPJ nº 18.773.335/0001-08. Objeto e Fundamento Legal: O Chefe da Unidade Regional de Belém(UREBL), no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 60 do Regimento Interno DECIDO pela subsistência do AUTO DE INFRAÇÃO Nº 0051250 (SEI 1422451) em relação ao fato 1 e pela insubsistência do fato 2, conforme a seguir: FATO 1: aplica-se a penalidade de multa no valor de R$ 192,50 (cento e noventa e dois reais e cinquenta centavos) por ter deixar de manter em local visível da embarcação o quadro de horários de saída, as tarifas a serem cobradas pela prestação do serviço, o número do respectivo documento de outorga, os números dos telefones da Ouvidoria da ANTAQ e da Capitania, Delegacia ou Agência integrante do Sistema de Segurança do Tráfego Aquaviário (SSTA) da Marinha do Brasil em cuja jurisdição as embarcações operam; FATO 2: insubsistência do Fato 2, em decorrência de a LEI Nº 14.301, DE 7 DE JANEIRO DE 2022, ter dispensada a apresentação do Certificado de Livre Prática na navegação interior de percurso nacional. Notifique-se a empresa a respeito da presente decisão, cientificando-a quanto à possibilidade de interposição de recurso no prazo de trinta dias, a contar do recebimento da notificação, nos termos do artigo 45, incisos I e IV, da Resolução nº 3.259-ANTAQ.

JOÃO MARIA FERREIRA FILHO

UNIDADE REGIONAL DO RECIFE-PE

DELIBERAÇÃO Nº 11, DE 17 DE SETEMBRO DE 2021

Processo nº 50300.003676/2021-81. Fiscalizada: JAIME VICENTE DA SILVA, CNPJ nº 14.248.336/0001-82. Objeto e Fundamento Legal: O Chefe da Unidade Regional de Recife da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, com base na análise dos fatos apurados no processo nº 50300.007663/2021-81, decide pela aplicação da penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais) à empresa, pelo cometimento da infração tipificada no art. 23, inciso XIX da Resolução n° 1.274/2009-ANTAQ por deixar de prestar informações de natureza técnica, operacional, econômica, financeira, jurídica e contábil, vinculadas à autorização, nos prazos que lhe forem assinalados, ou ainda, omitir, retardar ou, por qualquer forma, prejudicar o fornecimento das referidas informações.

RAFAEL DUARTE FERREIRA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGAS

DELIBERAÇÃO Nº 52, DE 13 DE MAIO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência delegada que lhe é conferida por meio da Portaria-DG nº 404-ANTAQ, de 21 de março de 2022, considerando o que consta do Processo nº 50300.007871/2022-61, resolve:

Art. 1º Declarar extinta, por renúncia, a outorga de titularidade do microempreendedor individual GEISON JUNIOR DINIZ ABREU 04195706165, CNPJ nº 29.495.351/0001-00, constante no Termo de Autorização ANTAQ nº 1.714, de 24 de outubro de 2019.

Art. 2º Revogar a Resolução nº 7.328 - ANTAQ, de 24 de outubro de 2019.

Art. 3º A extinção da autorização em tela não exime o autorizado de eventuais sanções a serem apuradas em regular processo administrativo.

Art. 4º Esta Deliberação-SOG entra em vigor na data de sua publicação.

RENILDO BARROS

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
DIRETORIA COLEGIADA

DELIBERAÇÃO Nº 176, DE 13 DE MAIO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DDB - 048, de 9 de maio de 2022, e no que consta do Processo nº 50500.019446/2022-69, delibera:

Art. 1º Aprovar a celebração do Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão referente ao Edital nº 01/2021, a ser firmado entre a Agência Nacional de Transportes Terrestres e a Concessionária Ecovias do Araguaia S/A para alteração das localizações de implantação dos pontos de parada e descanso para caminhoneiros, das bases de serviços operacionais e das praças de pedágio.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 177, DE 13 DE MAIO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DGS - 063, de 9 de maio de 2022, e no que consta do Processo nº 50500.003946/2022-89, delibera:

Art. 1º Deferir, com base na Resolução nº 5.830, de 10 de outubro de 2018, o parcelamento de débitos requerido pela empresa Transportes Coletivo Serra Azul Ltda, CNPJ nº 05.921.606/0001-83, nas seguintes condições:

I - valor total do débito: R$ 203.446,48 (duzentos e três mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e quarenta e oito centavos);

II - quantidade de parcelas: 60 (sessenta) parcelas.

§ 1º Em consonância com o disposto no art. 10, §§ 4º e 5º, da Resolução nº 5.830, de 2018, foi efetuado o pagamento do valor de R$ 3.353,28 (três mil, trezentos e cinquenta e três reais e vinte e oito centavos).

§ 2º Os valores das demais parcelas deverão ser fixados de acordo com o art. 12 da Resolução nº 5.830, de 2018.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

SUPERINTENDÊNCIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO

DECISÃO SUFER Nº 4, DE 10 DE MAIO DE 2022

O Superintendente de Transporte Ferroviário da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, com amparo na delegação de competência expressa no artigo 7º, inciso XX da Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, e segundo o que consta no processo 50500.031866/2022-13, decide:

Art. 1º Homologar o reajuste da Tabela Tarifária da Rumo Malha Paulista S/A, no percentual de 11,30% (onze inteiros e três décimos por cento), com base no IRT de 1,1809.

Parágrafo Único. A Tabela Tarifária reajustada poderá ser praticada pela Rumo Malha Paulista S/A a partir de 28 de maio de 2022.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO FORMIGA
Substituto

ANEXO I

Tabela de Referência das Tarifas de Transporte

Mercadoria	Parcela Fixa		Parcela Variável				
	Valor	Unidade	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Unidade
			0-400 km	401-800 km	801-1600 km	Acima de 1600 km	
Açúcar	16,77	R$/t	0,1369	0,1230	0,1095	0,0820	R$/t.km
Adubos e Fertilizantes	16,77	R$/t	0,1123	0,1010	0,0900	0,0673	R$/t.km
Álcool	20,95	R$/m³	0,1467	0,1319	0,1173	0,0879	R$/m³.km
Calcário Siderúrgico	16,77	R$/t	0,0312	0,0279	0,0249	0,0187	R$/t.km
Contêiner Cheio de 20 pés	781,33	R$/cont	1,1655	1,0491	0,9325	0,6993	R$/cont.km
Contêiner Cheio de 40 pés	1566,24	R$/cont	2,3050	2,0743	1,8438	1,3829	R$/cont.km
Contêiner Vazio de 20 pés	451,83	R$/cont	0,5031	0,4527	0,4023	0,3017	R$/cont.km
Contêiner Vazio de 40 pés	775,25	R$/cont	0,7490	0,6743	0,5994	0,4494	R$/cont.km
Demais Produtos	24,03	R$/t	0,2199	0,1978	0,1760	0,1319	R$/t.km
Escória	16,77	R$/t	0,1521	0,1369	0,1216	0,0912	R$/t.km
Gasolina	22,53	R$/m³	0,1798	0,1618	0,1437	0,1078	R$/m³.km
Óleo Diesel	19,95	R$/m³	0,1554	0,1401	0,1245	0,0933	R$/m³.km
Produtos Siderúrgicos	16,77	R$/t	0,1614	0,1454	0,1291	0,0968	R$/t.km
Veículos	306,58	R$/vg	2,6083	2,3475	2,0867	1,5651	R$/vg.km

Fórmula de Cálculo para a Tabela de Referência das Tarifas de Transporte:

1) Para distância de transporte de até 400km:

Tmax = Pfix + Dist x Pvar1

2) Para distância de transporte de 401km a 800km:

Tmax= Pfix + 400 x Pvar1 + (Dist - 400) x Pvar2

3) Para distância de transporte de 801km a 1600km:

Tmax = Pfix + 400 x Pvar1 + 400 x Pvar2 + (Dist - 800) x Pvar3

4) Para distância de transporte acima de 1600 Km:

Tmax = Pfix + 400 x Pvar1 + 400 x Pvar2 + 800 x Pvar3 + (Dist - 1600) x Pvar4

Onde:

Tmax = tarifa máxima a ser cobrada pelo transporte de uma unidade de carga da estação de origem à estação de destino;

Pfix = parcela fixa, em R$ por unidade de carga;

Pvar1 = parcela variável, em R$ por unidade de carga para a faixa 1 (0-400Km);

Pvar2 = parcela variável, em R$ por unidade de carga para a faixa 2 (401-800Km);

Pvar3 = parcela variável, em R$ por unidade de carga para a faixa 3 (801-1.600Km);

Pvar4 = parcela variável, em R$ por unidade de carga para a faixa 4 (acima de 1.600Km);

Dist = distância em quilômetros, da estação de origem à estação de destino.

ANEXO II

Tabela de Referência para o Direito de Passagem

Mercadoria	Parcela Fixa (R$/un.)		Parcela Variável (R$/un.)	
	Valor	Unid.	Valor	Unid.
Todas	-	-	0,0342	R$/t.km

Fórmula de Cálculo para a Tabela de Referência para o Direito de Passagem:

T_{Ref} = PF + Dist x PV

Onde:

T_{Ref} = tarifa máxima a ser cobrada de uma unidade de carga da estação de origem estação de destino;

PF = parcela fixa, em R$ por unidade de carga;

PV = parcela variável, em R$ por unidade de carga; e

Dist = distância em quilômetros, da estação de origem estação de destino.

As diferentes combinações de distâncias e mercadorias e as tarifas resultantes podem ser calculadas no Simulador Tarifário disponibilizado no sítio eletrônico da ANTT.

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS

DECISÃO SUPAS Nº 372, DE 12 DE MAIO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objetos da modificação operacional constam da Licença Operacional - LOP de nº 51; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.032221/2022-06, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa CONSÓRCIO GUANABARA DE TRANSPORTES, CNPJ nº 23.542.573/0001-42, de implantação do SUB-TERMINAL RODOVIÁRIO DE CAMPINAS (GO), em Goiânia, como terminal adicional, para a realização de embarque e desembarque de passageiros na linha CUIABÁ (MT) - GOIÂNIA (GO), prefixo nº 11-0060-00.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 373, DE 13 DE MAIO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 3º e o inciso XII do art. 8º, ambos do Anexo da Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, e considerando o que consta no processo nº 50500.041445/2022-09, decide:

Art. 1º Autorizar as empresas relacionadas no Anexo desta Decisão para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 2º As autorizatárias deverão observar as condições previstas na Resolução ANTT nº 4.777, de 6 de julho de 2015, e demais normativos relacionados à prestação dos serviços de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 3º A não observância do art. 9º da Resolução ANTT nº 4.777, de 2015 implica a renúncia da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º Será declarada a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A autorização poderá ser extinta mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apuradas em processo regular instaurado conforme disposto em resolução.

Art. 6º A não observância do disposto nesta Decisão implicará a aplicação das sanções previstas em resolução específica.

Art. 7º Será disponibilizado às autorizatárias o acesso ao sistema para a emissão das licenças de viagem a partir da data de publicação desta Decisão.

Art. 8º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

ANEXO

RAZÃO SOCIAL	TAF	CNPJ
RGF TRANSPORTE E TURISMO LTDA	006228	44.952.624/0001-84
RURAGRO - RURAIS AGRICOLA EIRELI	006229	26.909.136/0001-02
SAN DIEGO FRETAMENTO E TURISMO EIRELI	006230	35.808.366/0001-76
SIAR AGENCIA DE VIAGENS E TRANSPORTES LTDA	006231	40.709.494/0001-00
TRANSFRANCA TRANSPORTES LTDA	006232	18.666.989/0001-32
UNICA TURISMO E TRANSPORTE LTDA	006233	45.750.607/0001-27
VALICE AGENCIA E TRANSPORTADORA TURISTICA LTDA	006234	42.793.065/0001-81
VIAÇÃO SANTA RITA TRANSPORTES LTDA -ME	319268	18.054.255/0001-00
VIAÇÃO VITALI LTDA	357902	11.075.770/0001-10
WV TOUR LOCACOES & FRETAMENTOS LTDA	006235	10.224.645/0001-61

DECISÃO SUPAS Nº 374, DE 13 DE MAIO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 3º e o inciso XII do art. 8º, ambos do Anexo da Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, e considerando o que consta no processo nº 50500.041476/2022-51, decide:

Art. 1º Autorizar as empresas relacionadas no Anexo desta Decisão para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 2º As autorizatárias deverão observar as condições previstas na Resolução ANTT nº 4.777, de 6 de julho de 2015, e demais normativos relacionados à prestação dos serviços de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 3º A não observância do art. 9º da Resolução ANTT nº 4.777, de 2015 implica a renúncia da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º Será declarada a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A autorização poderá ser extinta mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apuradas em processo regular instaurado conforme disposto em resolução.

Art. 6º A não observância do disposto nesta Decisão implicará a aplicação das sanções previstas em resolução específica.

Art. 7º Será disponibilizado às autorizatárias o acesso ao sistema para a emissão das licenças de viagem a partir da data de publicação desta Decisão.

Art. 8º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

ANEXO

RAZÃO SOCIAL	TAF	CNPJ
A V DOS SANTOS TRANSPORTES E TURISMOS LTDA	006213	45.406.024/0001-83
ANV TURISMO EIRELI	006214	02.151.730/0001-19
B. A. FERREIRA LTDA	006215	41.002.673/0001-68
BIDUBUS TRANSPORTADORA TURISTICA EIRELI	006216	36.434.571/0001-81
BOAS NOVAS TURISMO LTDA	006217	38.198.655/0001-99
CHAVANTUR LOCADORA DE VEICULOS E TURISMO LTDA	006166	14.018.353/0001-23
CLAUDIA MARIA VELAZCO DE SOUZA TEIXEIRA LTDA	006218	44.430.730/0001-06
DOMINTUR TRANSPORTADORA TURISTICA LTDA	319138	23.199.564/0001-09
EDSERV LOCACOES E SERVICOS AMBIENTAIS EIRELI	006219	09.282.163/0001-89
EXPRESSO JC FRETAMENTO E TURISMO LTDA	006220	45.934.458/0001-56
FABIO DA S GOMES VIAGENS E TURISMO LTDA	006221	15.841.322/0001-30
FENIXTUR LTDA	006222	44.776.884/0001-46

DECISÃO SUPAS Nº 375, DE 13 DE MAIO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, em conformidade com o art. 3º e o inciso IX do art. 8º, ambos do Anexo da Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015 prevê que a empresa que pretende prestar o serviço regular deverá requerer o Termo de Autorização - TAR e satisfazer todas as disposições desta Resolução e da legislação em vigor;

CONSIDERANDO que os presentes TARs não tornam as empresas aptas para operar qualquer mercado, sendo necessária, posteriormente, a apresentação de novo requerimento para a obtenção de Licença Operacional - LOP, nos termos do art. 25 da Resolução nº 4.770, de 2015;

CONSIDERANDO o que consta no processo nº 50500.041413/2022-03, decide:

Art. 1º Deferir o pedido e conceder às empresas constantes do Anexo, para a prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização.

Art. 2º As empresas deverão observar as condições previstas na Resolução ANTT nº 4.770, de 2015, e demais normativos relacionados à prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização.

Art. 3º A não observância do art. 24 da Resolução ANTT nº 4.770, de 2015, implica a extinção da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º Será declarada a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A autorização poderá ser extinta mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apuradas em processo regular instaurado conforme disposto em resolução.

Art. 6º A não observância do disposto nesta Decisão implicará aplicação das sanções previstas em resolução específica.

Art. 7º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

ANEXO

Razão Social	CNPJ	TAR
EXPRESSO DIAMANTE LOG LTDA	23.302.515/0001-41	0443
MANINHO VIAGENS TURISMO E LOCACOES LTDA	09.096.828/0001-60	0444

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

PORTARIA Nº 2.492, DE 12 DE MAIO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 173 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução/CONSAD nº 39, de 17/11/2020 do Conselho de Administração, publicado no DOU de 19/11/2020, e tendo em vista o constante no processo nº 50613.001662/2021-08, resolve:

Art. 1º DECLARAR de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação a fins rodoviários, terras e benfeitorias abrangidas pelas Poligonais de Utilidade Pública formadas a partir da lista de pares de coordenadas apresentadas no art. 2º desta portaria, com base nas informações contidas na Planta Similar de Nível Executivo (Projeto Executivo Geométrico em aceitação - Volumes 1A e 2A), aprovada pela Comissão responsável pela Análise e Aceite do Projeto Executivo, conforme Termo de Aceite constante no citado processo, referente à elaboração dos Projetos Básico e Executivo e à Execução de Adequação de Capacidade e Segurança com Duplicação, Implantação de Contorno, Restauração da Pista existente e Obras de Arte Especiais da rodovia BR-230/PB, Lote Único. A área está localizada, segundo o Sistema Nacional de Viação - SNV (versão 2017), na BR-230/PB; trecho: Cabedelo - Div. PB/CE; subtrecho: Entr. BR-104 (B) - Entr. BR-412 (Farinha); segmento: km 152,30 - km 183,90; código SNV inicial/final: 230BPB0230 - 230BPB0240. Localização de início/fim das poligonais: km 152,30 - km 183,90.

Art. 2º Coordenadas UTM DATUM SIRGAS2000 - FUSO 25S ÁREA 01 (E N) 181485,344 9195365,805; 181481,734 9195336,148; 181476,851 9195325,766; 181470,379 9195317,352; 181436,586 9195280,887; 181485,344 9195365,805; ÁREA 02 (E N) 181350,883 9195131,623; 181349,738 9195119,475; 181322,678 9195057,148; 181322,312 9195046,853; 181305,285 9194996,090; 181284,105 9194972,629; 181263,047 9194940,766; 181254,514 9194933,204; 181230,325 9194893,121; 181213,507 9194892,767; 181350,883 9195131,623; ÁREA 03 (E N) 181207,353 9194882,070; 181214,701 9194866,311; 181164,327 9194782,013; 181148,360 9194779,535; 181207,353 9194882,070; ÁREA 04 (E N) 181121,422 9194734,416; 181118,026 9194706,371; 181135,204 9194698,298; 181149,824 9194624,344; 181150,506 9194599,373; 181147,059 9194572,912; 181108,324 9194441,596; 181098,578 9194414,411; 181081,109 9194384,557; 180996,916 9194292,853; 180997,652 9194301,411; 181039,427 9194430,853; 181059,828 9194646,020; 181068,218 9194654,895; 181064,641 9194658,396; 181121,422 9194734,416; ÁREA 05 (E N) 181107,226 9194848,494; 181074,883 9194792,773; 181078,143 9194853,000; 181107,226 9194848,494; ÁREA 06 (E N) 181127,340 9195808,103; 181132,709 9195776,133; 181135,563 9195738,687; 181127,147 9195630,447; 181123,002 9195601,729; 181102,921 9195526,732; 181127,340 9195808,103; ÁREA 07 (E N) 181045,715 9195561,645; 181045,003 9195631,218; 181055,074 9195746,226; 181067,864 9195817,356; 181045,715 9195561,645; ÁREA 08 (E N) 180959,471 9194560,479; 180956,709 9194528,258; 180917,420 9194525,155; 180917,420 9194525,155; 180776,457 9194422,435; 180761,283 9194410,302; 180721,925 9194386,879; 180721,925 9194386,879; 180721,925 9194386,879; 180662,654 9194359,704; 180618,127 9194347,889; 180618,127 9194347,889; 180618,127 9194347,889; 180558,231 9194340,624; 180558,231 9194340,624; 180518,026 9194341,535; 180388,369 9194352,734; 180388,369 9194352,734; 180348,463 9194358,209; 180348,463 9194358,209; 180319,275 9194365,992; 180223,652 9194396,629; 180165,553 9194409,761; 180270,322 9194391,673; 180373,433 9194381,216; 180515,400 9194368,820; 180568,394 9194365,503; 180661,864 9194375,651; 180750,049 9194408,257; 180796,233 9194435,813; 180959,471 9194560,479; ÁREA 09 (E N) 180028,292 9194447,715; 180022,592 9194443,867; 180008,247 9194450,463; 180004,998 9194454,784; 179955,444 9194472,676; 179809,634 9194531,973; 179651,230 9194596,513; 179587,068 9194623,031; 179913,630 9194491,418; 180010,240 9194454,001; 180028,292 9194447,715; ÁREA 10 (E N) 179176,778 9194842,597; 179183,263 9194841,844; 179203,994 9194835,456; 179234,696 9194824,744; 179283,536 9194799,445; 179176,778 9194842,597; ÁREA 11 (E N) 178993,522 9194916,670; 179033,820 9194901,335; 179067,167 9194888,084; 179105,487 9194872,341; 179132,268 9194860,588; 178993,522 9194916,670; ÁREA 12 (E N) 178584,814 9195099,158; 178515,248 9195151,802; 178448,188 9195196,248; 178417,559 9195226,424; 178392,307 9195245,697; 178367,217 9195272,885; 178323,447 9195310,694; 178253,497 9195378,020; 178222,581 9195407,275; 178434,085 9195227,587; 178584,814 9195099,158; ÁREA 13 (E N) 178316,830 9195392,838; 178339,815 9195376,845; 178373,996 9195350,650; 178388,970 9195343,891; 178402,665 9195334,547; 178421,840 9195319,039; 178491,158 9195256,836; 178518,370 9195230,011; 178543,875 9195199,688; 178316,830 9195392,838; ÁREA 14 (E N) 178081,516 9195527,171; 178043,704 9195538,344; 178022,941 9195528,028; 178004,219 9195503,052; 177990,603 9195477,766; 177963,599 9195491,535; 177981,231 9195526,951; 177986,561 9195567,134; 177974,951 9195594,179; 177950,786 9195631,315; 177900,904 9195680,695; 178081,516 9195527,171; ÁREA 15 (E N) 177907,573 9195740,694; 177924,713 9195729,407; 177954,456 9195706,760; 177975,865 9195688,396; 177995,695 9195679,392; 178021,778 9195677,788; 178045,413 9195683,788; 178062,437 9195696,428; 178076,332 9195713,536; 178085,734 9195730,701; 178098,209 9195724,363; 178092,616 9195713,938; 178091,559 9195703,758; 178081,980 9195678,236; 178078,744 9195661,518; 178080,763 9195645,277; 178090,771 9195622,592; 178119,512 9195570,397; 178153,172 9195531,929; 177907,573 9195740,694; ÁREA 16 (E N) 177727,045 9195828,548; 177718,574 9195829,206; 177678,874 9195859,802; 177639,340 9195883,696; 177609,495 9195907,022; 177588,460 9195925,132; 177565,016 9195954,071; 177557,078 9195965,408; 177520,906 9195995,951; 177494,832 9196019,273; 177492,952 9196027,432; 177727,045 9195828,548; ÁREA 17 (E N) 177631,884 9195975,168; 177646,682 9195978,621; 177667,487 9195962,599; 177703,172 9195935,413; 177727,427 9195901,692; 177752,460 9195879,193; 177754,011 9195871,293; 177631,884 9195975,168; ÁREA 18 (E N) 177272,347 9196214,767; 177248,070 9196232,508; 177221,031 9196253,478; 177181,499 9196277,995; 177151,470 9196303,755; 177132,848 9196323,257; 177113,267 9196344,454; 177094,592 9196360,652; 177064,158 9196386,458; 177008,332 9196439,789; 177272,347 9196214,767; ÁREA 19 (E N) 176931,010 9196571,434; 176944,235 9196562,078; 176952,576 9196555,307; 176973,396 9196535,708; 177016,842 9196500,661; 177071,543 9196459,421; 177147,228 9196394,037; 177159,294 9196388,042; 177171,698 9196379,228; 177188,250 9196364,455; 177203,656 9196349,189; 177220,246 9196328,239; 177239,300 9196308,675; 176931,010 9196571,434; ÁREA 20 (E N) 176759,606 9196651,701; 176698,196 9196698,765; 176646,189 9196742,355; 176536,968 9196834,236; 176525,484 9196838,693; 176521,403 9196847,270; 176489,690 9196881,207; 176759,606 9196651,701; ÁREA 21 (E N) 176442,385 9196987,107; 176475,116 9196963,747; 176569,061 9196889,435; 176648,861 9196811,543; 176442,385 9196987,107; ÁREA 22 (E N) 176024,766 9197317,353; 176010,565 9197324,487; 175932,642 9197321,962; 175932,121 9197334,562; 175960,888 9197336,051; 175986,760 9197345,853; 175995,259 9197361,645; 176024,766 9197317,353; ÁREA 23 (E N) 175935,701 9197582,866; 175961,778 9197542,924; 175979,054 9197519,870; 175989,476 9197502,978; 176007,247 9197479,569; 176039,379 9197430,214; 176058,497 9197413,433; 176082,730 9197400,498; 176102,987 9197384,530; 176117,985 9197364,780; 176126,570 9197357,536; 176138,217 9197354,021; 176181,651 9197357,033; 176182,625 9197343,446; 176165,992 9197341,367; 176154,012 9197336,895; 176147,264 9197331,206; 176141,977 9197321,333; 176141,502 9197308,730; 176145,780 9197293,028; 176154,213 9197273,143; 176164,350 9197256,191; 176213,110 9197191,493; 176251,552 9197149,370; 176125,527 9197269,967; 176042,590 9197380,513; 176025,250 9197407,731; 175985,147 9197479,603; 175935,701 9197582,866; ÁREA 24 (E N) 175665,010 9198032,331; 175624,361 9198101,508; 175615,489 9198118,745; 175604,650 9198148,147; 175589,055 9198184,305; 175576,001 9198205,281; 175558,508 9198221,980; 175533,920 9198250,041; 175528,454 9198259,524; 175525,931 9198266,663; 175522,031 9198291,131; 175521,400 9198321,146; 175516,451 9198338,400; 175478,732 9198418,925; 175470,896 9198436,740; 175468,092 9198443,750; 175564,072 9198243,317; 175665,010 9198032,331; ÁREA 25 (E N) 175555,724 9198376,516; 175578,254 9198343,657; 175609,463 9198314,933; 175617,755 9198307,758; 175627,828 9198303,752; 175634,890 9198304,409; 175666,286 9198313,135; 175699,973 9198318,211; 175731,883 9198330,444; 175743,427 9198306,305; 175646,288 9198258,865; 175636,853 9198249,177; 175631,832 9198241,103; 175629,753 9198226,944; 175632,873 9198215,300; 175555,724 9198376,516; ÁREA 26 (E N) 175650,569 9198178,344; 175655,255 9198173,082; 175660,450 9198164,794; 175677,103 9198132,356; 175690,246 9198101,626; 175693,033 9198092,111; 175712,019 9198050,011; 175650,569 9198178,344; ÁREA 27 (E N) 175380,227 9198627,584; 175364,915 9198650,600; 175346,305 9198686,914; 175340,641 9198700,139; 175335,588 9198714,748; 175334,786 9198720,046; 175315,091 9198764,159; 175380,227 9198627,584; ÁREA 28 (E N) 175371,409 9198762,079; 175390,205 9198727,140; 175408,531 9198687,986; 175419,990 9198660,535; 175371,409 9198762,079; ÁREA 29 (E N) 175249,781 9198901,093; 175212,541 9198967,810; 175170,763 9199049,325; 175135,951 9199113,912; 175122,074 9199149,733; 175108,856 9199189,756; 175106,831 9199200,025; 175249,781 9198901,093; ÁREA 30 (E N) 175096,401 9199221,792; 175042,098 9199327,317; 175029,867 9199351,366; 175001,762 9199410,916; 174990,037 9199443,814; 175096,401 9199221,792; ÁREA 31 (E N) 174967,356 9199491,095; 174955,097 9199512,896; 174948,888 9199525,899; 174938,857 9199550,569; 174967,356 9199491,095; ÁREA 32 (E N) 174995,000 9199549,192; 175025,544 9199503,481; 175035,095 9199483,890; 175035,415 9199474,993; 175052,363 9199442,767; 175088,161 9199377,529; 175119,713 9199308,397; 175134,180 9199266,450; 175155,641 9199213,948; 174995,000 9199549,192; ÁREA 33 (E N) 174857,828 9200128,919; 174858,396 9200139,175; 174864,273 9200170,492; 174866,208 9200190,439; 174878,883 9200243,620; 174898,241 9200320,366; 174914,030 9200404,836; 174915,460 9200451,301; 174917,498 9200476,323; 174919,571 9200484,884; 174919,856 9200451,175; 174916,932 9200404,827; 174914,997 9200388,364; 174902,786 9200320,640; 174891,401 9200271,028; 174857,828 9200128,919; ÁREA 34 (E N) 174913,510 9200550,921; 174911,311 9200561,641; 174903,407 9200589,508; 174902,529 9200606,044; 174913,510 9200550,921; ÁREA 35 (E N) 174900,543 9200614,118; 174888,577 9200624,504; 174840,307 9200723,544; 174807,962 9200796,127; 174807,132 9200816,716; 174799,065 9200838,727; 174784,188 9200862,289; 174771,273 9200886,901; 174762,619 9200906,984; 174741,015 9200976,186; 174838,592 9200770,121; 174864,840 9200713,401; 174886,189 9200660,410; 174900,543 9200614,118; ÁREA 36 (E N) 174606,531 9201233,019; 174583,590 9201237,282; 174559,176 9201266,158; 174510,722 9201336,417; 174460,653 9201402,454; 174489,484 9201374,718; 174529,315 9201332,361; 174549,316 9201308,941; 174606,531 9201233,019; Coordenadas UTM DATUM SIRGAS2000 - FUSOS 25S e 24S ÁREA 37 (E N) 174245,496 9201589,623; 174177,187 9201596,292; 174158,965 9201605,517; 174152,791 9201618,823; 174134,200 9201635,714; 174133,347 9201644,896; 174108,304 9201659,756; 174088,855 9201685,544; 174051,005 9201710,683; 174013,908 9201735,879; 173964,953 9201773,015; 173882,911 9201833,217; 173815,945 9201861,996; 173716,703 9201890,757; 173644,096 9201888,356; 173577,276 9201904,190; 173505,764 9201901,110; 173413,988 9201903,299; 173399,157 9201909,524; 173256,570 9201912,708; 173244,702 9201917,745; 172264,522 9201917,512; 172191,479 9201919,213; 172088,012 9201936,324; 171989,649 9201972,695; 171904,281 9202019,404; 171872,745 9202023,165; 171810,997 9202055,324; 171782,981 9202064,375; 171751,531 9202065,635; 171703,050 9202061,879; 171633,882 9202087,445; 171552,981 9202107,660; 171441,816 9202078,699; 171351,234 9202031,003; 171349,934 9202018,003; 171299,861 9201955,443; 171219,127 9201923,460; 171060,295 9201789,164; 171003,302 9201743,212; 170942,569 9201704,486; 170884,519 9201676,868; 170805,193 9201651,423; 170707,444 9201637,144; 170625,196 9201638,733; 170542,093 9201652,983; 170460,269 9201680,591; 170401,652 9201709,761; 170339,915 9201749,113; 170249,358 9201809,884; 170217,793 9201830,903; 170183,735 9201839,822; 170171,983 9201846,453; 170135,747 9201872,767; 170104,284 9201878,757; 170091,927 9201883,335; 170059,599 9201905,072; 169991,688 9201922,444; 169662,602 9202000,420; 169591,934 9202015,156; 169544,477 9202019,504; 169509,665 9202019,146; 169428,262 9202006,594; 169355,498 9201983,155; 168954,858 9201842,700; 168880,773 9201819,055; 168782,817 9201804,115; 168693,511 9201808,027; (mudança de fuso - 24S) 831292,767 9201833,738; 831215,335 9201871,215; 831150,914 9201914,797; 830571,756 9202330,918; 830509,671 9202378,240; 830446,152 9202443,685; 830395,993 9202519,855; 830363,218 9202590,704; 830052,979 9203314,300; 830022,688 9203379,947; 829976,830 9203448,762; 829929,313 9203497,848; 829870,878 9203540,690; 829800,182 9203574,951; 829731,128 9203596,369; 828959,085 9203812,940; 828882,177 9203836,875; 828786,165 9203884,951; 828720,928 9203932,191; 828389,106 9204187,052; 828332,756 9204232,612; 828274,496 9204294,039; 828231,981 9204352,720; 828050,617 9204616,660; 827986,197 9204716,815; 827360,126 9205758,618; 827316,878 9205817,889; 827284,792 9205870,885; 827258,150 9205926,815; 827236,573 9205983,892; 827190,203 9206113,067; 827169,443 9206168,576; 827125,777 9206258,283; 827070,297 9206341,205; 826952,213 9206483,186; 826888,502 9206553,145; 827364,334 9206220,005; 827292,339 9206230,781; 827258,706 9206226,875; 827279,763 9206168,575; 827358,408 9205949,488; 827379,045 9205894,841; 827402,447 9205845,501; 827423,324 9205808,895; 828054,825 9204758,057; 828116,606 9204662,004; 828291,115 9204408,040; 828338,397 9204343,106; 828386,843 9204292,242; 828446,091 9204244,242; 828763,766 9204000,247; 828826,744 9203954,544; 828913,590 9203911,058; 828987,912 9203888,012; 829759,292 9203671,626; 829824,261 9203651,693; 829911,955 9203610,033; 829982,482 9203558,515; 830045,505 9203491,944; 830095,609 9203413,884; 830123,892 9203352,090; 830422,166 9202656,402; 830446,058 9202603,113; 830487,011 9202532,726; 830529,915 9202476,759; 830641,897 9202379,842; 830691,615 9202349,208; 830941,473 9202200,871; 830994,129 9202168,400; 831032,907 9202140,538; 831080,482 9202100,995; 831181,407 9202014,194; 831237,488 9201968,563; 831315,452 9201924,029; (mudança de fuso - 25S) 168702,446 9201897,360; 168786,328 9201890,732; 168881,712 9201903,978; 168950,556 9201926,024; 169333,043 9202060,116; 169408,055 9202084,057; 169505,483 9202099,092; 169547,569 9202099,482; 169603,948 9202094,305; 169681,057 9202078,319; 170010,146 9202000,343; 170084,703 9201981,081; 170158,920 9201953,861; 170229,173 9201917,971; 170293,966 9201876,359; 170384,525 9201815,587; 170441,628 9201779,120; 170500,058 9201750,747; 170555,752 9201732,138; 170627,280 9201718,977; 170703,000 9201717,076; 170790,306 9201730,191; 170859,459 9201753,130; 170908,610 9201777,163; 170955,883 9201807,712; 171008,593 9201850,284; 171170,259 9201986,978; 171170,519 9202000,603; 171182,727 9202020,419; 171192,814 9202029,722; 171224,275 9202032,672; 171287,408 9202083,993; 171413,970 9202153,725; 171481,979 9202175,436; 171554,144 9202188,457; 171566,701 9202201,302; 171629,859 9202222,895; 171734,330 9202191,940; 171782,310 9202166,251; 171857,368 9202136,466; 171920,916 9202102,098; 171964,899 9202077,002; 172024,494 9202044,769; 172108,467 9202013,722; 172196,792 9201999,091; 172264,537 9201997,567; 173184,275 9201997,778; 173374,114 9201997,905; 173383,952 9202002,910; 173449,888 9202002,951; 173488,310 9202008,162; 173533,923 9202007,321; 173579,222 9202009,550; 173689,589 9202009,529; 173708,714 9202007,779; 173735,076 9202003,232; 173762,094 9201994,939; 173782,331 9201993,041; 173815,550 9202004,948; 173830,398 9202019,511; 173860,646 9202089,301; 173872,415 9202010,315; 173904,061 9201921,330; 173950,497 9201845,345; 174000,099 9201789,928; 174026,562 9201766,141; 174033,132 9201773,689; 174245,496 9201589,623; Coordenadas UTM DATUM SIRGAS2000 - FUSO 24S ÁREA 38 (E N) 826319,445 9206885,446; 826284,158 9206890,628; 826253,158 9206895,181; 826165,407 9206896,326; 826078,306 9206887,234; 825844,332 9206856,845; 825740,007 9206839,440; 825586,215 9206823,328; 825376,391 9206809,560; 825007,512 9206785,353; 824998,729 9206789,387; 825082,116 9206798,810; 826075,612 9206910,555; 826127,345 9206914,023; 826181,077 9206912,688; 826229,602 9206907,132; 826229,602 9206907,132; ÁREA 39 (E N) 824337,123 9206873,175; 824360,782 9206876,598; 824436,514 9206875,490; 824513,167 9206879,246; 824547,365 9206883,872; 824713,805 9206894,416; 824837,740 9206901,156; 825068,449 9206916,377; 825257,851 9206934,701; 825360,847 9206938,896; 825414,762 9206940,863; 825477,280 9206948,410; 825671,193 9206958,896; 825787,439 9206975,194; 825997,814 9206985,991; 826031,322 9206986,145; 825975,060 9206979,817; 825073,171 9206878,376; 824747,966 9206841,832; 824664,549 9206835,524; 824580,906 9206835,877; 824457,977 9206847,746; 824337,123 9206873,175; ÁREA 40 (E N) 820805,364 9208271,996; 820845,123 9208261,585; 820924,409 9208237,414; 821002,159 9208208,669; 821149,362 9208148,468; 821204,061 9208120,828; 821244,062 9208098,576; 820805,364 9208271,996; ÁREA 41 (E N) 819532,138 9208372,385; 819441,920 9208350,163; 819396,569 9208338,657; 819364,703 9208333,708; 819266,247 9208319,754; 819309,012 9208335,296; 819340,468 9208346,767; 819375,748 9208359,346; 819399,993 9208365,941; 819436,827 9208371,831; 819453,942 9208374,300; 819472,622 9208375,280; 819488,913 9208375,237; 819532,138 9208372,385; ÁREA 42 (E N) 819215,262 9208366,410; 819225,828 9208385,604; 819232,103 9208407,431; 819232,759 9208428,604; 819225,153 9208454,365; 819209,263 9208475,216; 819324,469 9208444,595; 819325,276 9208410,404; 819215,262 9208366,410; ÁREA 43 (E N) 819356,941 9208518,816; 819369,589 9208546,517; 819381,414 9208561,499; 819397,801 9208571,815; 819415,545 9208576,341; 819434,929 9208574,968; 819452,007 9208567,872; 819468,593 9208554,564; 819543,629 9208469,309; 819356,941 9208518,816.

Art. 3º Ficam excluídas da presente declaração de utilidade pública, as áreas correspondentes à Faixa de Domínio Existente da via, assim como demais áreas pertencentes à União, abrangidas pelas Poligonais de Utilidade Pública representadas no art. 2º.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO LEITE DOS SANTOS FILHO

Ministério da Justiça e Segurança Pública

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MJSP Nº 79, DE 13 DE MAIO DE 2022

Institui a Rede Nacional de Polícias Judiciárias no Combate à Corrupção - Renaccor e define as regras para adesão de integrantes e para parcerias.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 37 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, no Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, e o que consta no Processo Administrativo nº 08099.002630/2020-31, resolve:

Art. 1º Esta Portaria institui a Rede Nacional de Polícias Judiciárias no Combate à Corrupção - Renaccor como uma rede de articulação institucional do Ministério da Justiça e Segurança Pública no combate à corrupção.

Parágrafo único. A Renaccor busca estabelecer um ambiente favorável e seguro para o compartilhamento de experiências, de boas práticas, de capacitação integrada, dentre outras possibilidades de fortalecimento das unidades de Polícia Judiciária especializadas no combate à corrupção.

Art. 2º A Coordenação da Renaccor está vinculada à Coordenação-Geral de Articulação Institucional do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, da Secretaria Nacional de Justiça, do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

§ 1º Poderão ser convidados a participar das ações da Renaccor, na qualidade de observadores:

I - a Secretaria Nacional de Segurança Pública; e

II - demais órgãos e entidades públicos atuantes no combate à corrupção.

§ 2º Os observadores poderão apresentar propostas e manifestações à Coordenação da Renaccor, que visem o fortalecimento das unidades de polícia Judiciária especializadas no combate à corrupção.

§ 3º A governança da Renaccor está fundamentada na participação dos seus membros e seguirá, no que couber, as diretrizes previstas no Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017.

Art. 3º Integram a Renaccor as unidades de Polícia Judiciária especializadas no combate à corrupção, cujos órgãos, nos níveis Federal, Distrital e Estaduais, adiram à Rede.

Parágrafo único. A Secretaria Nacional de Justiça, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, poderá firmar Acordos específicos de parcerias para o alcance dos objetivos desta Rede.

Art. 4º São propósitos da Renaccor:

I - incentivar, fortalecer e ampliar as ações das polícias judiciárias na prevenção e repressão à corrupção;

II - fomentar a integração das polícias judiciárias em ações estratégicas e operacionais voltadas à prevenção e repressão à corrupção;

III - garantir a independência e a efetividade das investigações criminais contra a corrupção conduzidas pelas polícias judiciárias, adotando providências cabíveis quando verificados indícios de atuação externa que visem impedir ou prejudicar investigações criminais relativas ao combate à corrupção conduzidas pelos integrantes da Renaccor;

IV - estimular o intercâmbio de informações entre as polícias judiciárias e os demais órgãos públicos e entidades atuantes no combate à corrupção;

V - contribuir na formação, capacitação e qualificação dos integrantes das unidades de polícia judiciária que atuem na prevenção e no combate à corrupção; e

VI - buscar a harmonização de estruturas organizacionais, a formação, a capacitação, a qualificação e o acesso a banco de dados, tecnologia e equipamentos empregados pelas polícias judiciárias no combate à corrupção.

Art. 5º São princípios da Renaccor:

I - respeito ao ordenamento jurídico e aos direitos e garantias individuais e coletivos;

II - eficiência das polícias judiciárias nas atividades de prevenção e repressão, incluindo apuração das infrações penais relacionadas à corrupção;

III - coordenação, cooperação e colaboração das polícias judiciárias e dos demais órgãos públicos na prevenção e na repressão à corrupção; e

IV - consolidação de políticas institucionais de combate à corrupção, especialmente nas Polícias Civis.

Art. 6º Compete à Secretaria Nacional de Justiça, por intermédio das unidades e dos órgãos que integram a sua estrutura, em especial do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional - DRCI:

I - coordenar a Renaccor;

II - fomentar a permanente integração das unidades das polícias judiciárias especializadas na prevenção e na repressão à corrupção entre si e com demais órgãos e entidades públicos federais, estaduais, distritais e municipais atuantes na área;

III - fomentar o intercâmbio de policiais para cooperação técnica entre os integrantes da Renaccor;

IV - realizar capacitação e qualificação dos policiais atuantes nas atividades de prevenção e repressão à corrupção, por meio de parcerias com os integrantes da Renaccor ou outros órgãos públicos e entidades;

V - fomentar a participação de todos os integrantes, objetivando o aprimoramento das atividades e o alcance de resultados pela Renaccor;

VI - consolidar e divulgar informações de atuação dos integrantes e da própria Renaccor;

VII - promover integração entre a Renaccor, a Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro - Rede-Lab e a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e a Lavagem de Dinheiro - Enccla; e

VIII - fomentar políticas públicas, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que tenham foco específico no combate à corrupção e no auxílio estruturante às unidades especializadas no combate à corrupção das polícias judiciárias.

Art. 7º São responsabilidades dos órgãos aderentes à Renaccor:

I - respeitar os propósitos e os princípios da Renaccor;

II - garantir o integral cumprimento do Termo de Adesão, conforme modelo constante do Anexo a esta Portaria;

III - garantir a formação, a capacitação e a qualificação de seus agentes públicos;

IV - priorizar a adoção do combate à corrupção como política institucional permanente;

V - disponibilizar as instalações e os recursos necessários ao pleno funcionamento da(s) unidade(s) especializadas no combate à corrupção a que se refere o modelo do Termo de Adesão constante do Anexo a esta Portaria;

VI - designar formalmente representantes, titular e suplente, da instituição para atuarem como coordenadores da principal unidade especializada no combate à corrupção junto à Renaccor, bem como indicar formalmente os integrantes das unidades especializadas autorizados a participarem das atividades da Renaccor, devendo ser informados à Coordenação da Renaccor os desligamentos dos servidores indicados, para a adoção de providências quanto aos acessos a sistemas e bancos de dados disponibilizados;

VII - participar de forma efetiva, por intermédio de servidores previamente designados, das atividades de articulação institucional da Renaccor, contribuindo com debates e elaboração de estudos, pareceres, notas técnicas, capacitação, treinamento, desenvolvimento de sistemas, padronização de modelos de relatórios, identificação e expansão de bases de dados, dentre outras que sejam relevantes para o atingimento dos objetivos da Rede;

VIII - encaminhar à Coordenação da Renaccor, relatórios periódicos contendo dados e avaliações estatísticas consolidadas, de acordo com o formato padrão e a periodicidade indicados pela Coordenação da Rede;

IX - observar os limites legais e as políticas de segurança, a esfera de atuação e as eventuais restrições de ordem técnico-operacional estabelecidos pelo órgão aderente, atuando de forma colaborativa com as demais unidades especializadas no combate à corrupção, principalmente por meio da prática de:

a) cooperação em assuntos relacionados à atuação das unidades especializadas, inclusive fornecendo informações e apoio logístico;

b) troca de informações com outras unidades especializadas, de forma ágil e sistemática, com compartilhamento de dados e documentos, autorizando acessos e recebimentos necessários; e

c) informação sobre a existência de convênios celebrados com cedentes de bases de dados, cujo conteúdo das bases possa ser de interesse para as análises conduzidas por unidades especializadas no combate à corrupção;

X - observar os critérios técnicos e de segurança que serão adotados para o acesso às informações contidas nas plataformas e nos sistemas eventualmente disponibilizados pela Renaccor, conforme o nível de acesso, e utilizar as informações que lhe forem disponibilizadas, exclusivamente, nas atividades que lhe compete exercer, para alcançar os objetivos e as finalidades da RENACCOR, além de manter o sigilo relativo aos dados recebidos;

XI - fornecer as informações e orientações necessárias ao desenvolvimento, ao fiel cumprimento do Termo de Adesão, na forma do modelo constante do Anexo a esta Portaria, e à formalização de demais instrumentos necessários à execução das intenções pactuadas; e

XII - assegurar o cumprimento do Termo de Adesão, na forma do modelo constante do Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. Estas responsabilidades aplicam-se aos observadores, no que couber.

Art. 8º A participação dos órgãos integrantes da RENACCOR será instrumentalizado por meio da assinatura de Termo de Adesão.

§ 1º O Termo de Adesão, conforme consta no Anexo a esta Portaria, será firmado entre o Secretário Nacional de Justiça, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e o representante legal competente do órgão integrante.

§ 2º As cláusulas do Termo de Adesão estão previstas no modelo constante no Anexo a esta Portaria.

§ 3º Ao firmarem o Termo de Adesão, os órgãos integrantes da Renaccor manifestam concordância com os objetivos e diretrizes da Rede e as responsabilidades comuns dos integrantes e parceiros.

Art. 9º O usuário que se valer indevidamente das informações obtidas por meio da Renaccor estará sujeito a sanções administrativa, civil e criminal, nos termos da lei.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON GUSTAVO TORRES

ANEXO

(Modelo)

TERMO DE ADESÃO

Termo de Adesão do (NOME DO ÓRGÃO) à Rede Nacional de Polícias Judiciárias no Combate à Corrupção - Renaccor.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, por meio da Secretaria Nacional de Justiça - Senajus, inscrita no CNPJ/MF nº 00.394.494/0005-60, situada no Edifício Sede, 2º andar - Esplanada dos Ministérios, Brasília - DF, Cep 70064-900, neste ato representada por seu Secretário Nacional de Justiça, o Senhor XXXXXXXX, nomeado pela Portaria CC/PR nº XXXXX, de XXXXXXX, publicada no DOU de XXXXXXXX, residente e domiciliado nesta capital, e (***NOME DO ÓRGÃO ADERENTE E SIGLA), inscrito no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXXXXXXX, com sede XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP XXXXXXXX, neste ato representado pelo (a) (cargo XXXXX, Senhor(a) NOME), domiciliado(a) na XXX, [Cidade]/[UF], nomeado (a) pelo (ATO NORMATIVO DE NOMEAÇÃO, DATA DA PUBLICAÇÃO E VEÍCULO), doravante denominado órgão aderente, resolvem celebrar o presente TERMO DE ADESÃO mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento decorre da Portaria MJSP nº 79, de 2022, e tem por objeto a adesão do (Nome do órgão aderente) à Rede Nacional de Polícias Judiciárias no Combate à Corrupção - Renaccor, devendo haver a indicação de unidade (s) especializada (s) no combate à corrupção.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DAS IDENTIFICAÇÕES E DO QUADRO RESUMO

A adesão à Renaccor será feita com a assinatura deste Termo de Adesão pelo órgão aderente devendo haver a identificação da principal unidade especializada no combate à corrupção existente em sua estrutura administrativa, de outras unidades especializadas porventura existentes e do ponto focal que será o contato com a Coordenação da Renaccor, conforme quadro resumo abaixo:

Órgão Aderente:

Nome, CNPJ

Principal unidade especializada no combate à corrupção - principal

Nome, localização na estrutura do órgão, endereço, telefone, e-mail

Outras unidades especializadas no combate à corrupção

Nome, localização na estrutura do órgão, endereço, telefone, e-mail

Ponto Focal:

Nome, telefone, e-mail

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS OBJETIVOS, DAS DIRETRIZES E RESPONSABILIDADES COMUNS

Ao firmarem o presente Termo de Adesão os órgãos públicos aderentes assumem o compromisso de observar a Portaria MJSP nº 79, de 2022, que institui a Renaccor como uma rede de articulação institucional do Ministério da Justiça e Segurança Pública, inclusive no que se refere aos propósitos, princípios e responsabilidades comuns.

4. CLÁUSULA QUARTA - DAS ATRIBUIÇÕES DA SENAJUS

Constituem atribuições da Senajus, por intermédio das unidades e órgãos que integram a sua estrutura, em especial do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI):

I - coordenar a Renaccor;

II - fomentar a permanente integração das unidades das polícias judiciárias especializadas na prevenção e na repressão à corrupção, entre si e com os demais órgãos e entidades públicos federais, estaduais, distritais e municipais atuantes na área;

III - fomentar o intercâmbio de policiais para cooperação técnica entre os integrantes da Renaccor;

IV - realizar a capacitação e a qualificação dos policiais atuantes nas atividades de prevenção e repressão à corrupção, por meio de parcerias com os integrantes da Renaccor ou outros órgãos públicos e entidades;

V - fomentar a participação de todos os integrantes, objetivando o aprimoramento das atividades e o alcance de resultados pela Renaccor;

VI - consolidar e divulgar informações de atuação dos integrantes e da própria Renaccor;

VII - promover integração entre a Renaccor, a Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro - Rede-Lab e a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e a Lavagem de Dinheiro - Enccla;

VIII - fomentar políticas públicas no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública que tenham foco específico no combate à corrupção e no auxílio estruturante às unidades especializadas no combate à corrupção das polícias judiciárias.

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO ADERENTE

Constituem responsabilidades do órgão aderente, no âmbito deste Termo de Adesão:

I - respeitar os propósitos e os princípios da Renaccor;

II - garantir o integral cumprimento deste Termo de Adesão;

III - garantir a formação, a capacitação e a qualificação de seus agentes públicos;

IV - priorizar a adoção do combate à corrupção como política institucional permanente;

V - disponibilizar as instalações e os recursos necessários ao pleno funcionamento da(s) unidade(s) especializadas no combate à corrupção a que se refere este Termo;

VI - designar formalmente representantes, titular e suplente, da instituição para atuarem como coordenadores da principal unidade especializada no combate à corrupção junto à Renaccor, bem como indicar formalmente os integrantes das unidades especializadas autorizados a participarem das atividades da Renaccor, devendo ser informados à Coordenação da Renaccor os desligamentos dos servidores indicados, para a adoção de providências quanto aos acessos a sistemas e bancos de dados disponibilizados;

VII - participar de forma efetiva, por intermédio de servidores previamente designados, nas atividades de articulação institucional da Renaccor, contribuindo com debates e elaboração de estudos, pareceres, notas técnicas, capacitação, treinamento, desenvolvimento de sistemas, padronização de modelos de relatórios, identificação e expansão de bases de dados, dentre outras que sejam relevantes para o atingimento dos objetivos da Rede;

VIII - encaminhar à Coordenação da Renaccor, relatórios periódicos contendo dados e avaliações estatísticas consolidadas, de acordo com o formato padrão e periodicidade indicados pela Coordenação da Rede;

IX - observados os limites legais e as políticas de segurança, a esfera de atuação e eventuais restrições de ordem técnico-operacional estabelecidas pelo órgão aderente, atuar de forma colaborativa com as demais unidades especializadas no combate à corrupção, principalmente por meio da prática de:

a) cooperação em assuntos relacionados à atuação das unidades especializadas, inclusive fornecendo informações e apoio logístico;

b) viabilização da troca de informações com outras unidades especializadas, de forma ágil e sistemática, com compartilhamento de dados e documentos, autorizando acessos e recebimentos necessários; e

c) informação da existência de convênios celebrados com cedentes de bases de dados, cujo conteúdo das bases possa ser de interesse para as análises conduzidas por unidades especializadas no combate à corrupção;

X - observar os critérios técnicos e de segurança que serão adotados para o acesso às informações contidas nas plataformas e sistemas eventualmente disponibilizados pela Renaccor, conforme o nível de acesso, e utilizar as informações que lhe forem disponibilizadas, exclusivamente, nas atividades que lhe compete exercer, para alcançar os objetivos e as finalidades da Renaccor, além de manter o sigilo relativo aos dados recebidos;

XI - fornecer as informações e orientações necessárias ao desenvolvimento e ao fiel cumprimento deste Termo de Adesão e à formalização de demais instrumentos necessários à execução das intenções aqui pactuadas; e

XII - assegurar o cumprimento do presente Termo de Adesão.

Parágrafo único. Estas responsabilidades aplicam-se aos observadores, no que couber.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA CONFIDENCIALIDADE

É de responsabilidade do órgão aderente a guarda e a utilização de eventuais chaves de acesso concedidas para a configuração de acesso a base de dados, sistemas, plataformas e qualquer tecnologia disponibilizada pela Renaccor.

As credenciais de acesso para qualquer tecnologia disponibilizada pela Renaccor são personalíssimas e não podem ser compartilhadas com terceiros, mesmo que sejam agentes públicos.

O órgão aderente é corresponsável pela integridade e segurança de acesso aos dados e informações a quem tem acesso pelo presente Termo de Adesão.

A quebra do sigilo das informações disponibilizadas, fora das hipóteses aqui expressamente autorizadas, sujeitará o infrator às sanções penais, cíveis e administrativas previstas na legislação pertinente, além de sumária exclusão da credencial ou chave de acesso concedida pela Renaccor.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Aplicam-se à execução deste Termo de Adesão:

I - a Lei nº 9.784, de 24 de janeiro de 1999;

II - a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber;

III - a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no que couber;

IV - o Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012;

V - a Portaria MJSP nº 2, de 28 de janeiro de 2022; e

VI - os preceitos de Direito Público e, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

A execução e a fiscalização do presente Termo de Adesão caberão às partes nos limites de suas atribuições e responsabilidades, conforme as Cláusulas Quarta e Quinta deste instrumento.

9. CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

O presente instrumento não envolve a transferência de recursos financeiros, cabendo ao MJSP e ao órgão aderente o custeio das despesas inerentes à execução das próprias ações e obrigações.

As dotações ou destinações de verbas específicas, que venham a ser objeto de negociação, serão devidamente processadas, na forma da lei, sempre mediante instrumento próprio.

O MJSP e o órgão aderente se responsabilizarão pela remuneração de seus respectivos servidores, designados para as ações e atividades previstas neste instrumento, e por quaisquer outros encargos a eles pertinentes.

Os serviços decorrentes deste Termo de Adesão serão prestados em regime de cooperação mútua, não cabendo aos partícipes quaisquer remunerações por eles.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA

Este instrumento entrará em vigor na data da assinatura e o seu prazo de vigência será de 5 (cinco) anos, a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante celebração de Termo Aditivo.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA MODIFICAÇÃO

O presente instrumento poderá ser modificado a qualquer tempo, exceto quanto ao seu objeto, ou ainda ter acréscimo, mediante Termos Aditivos, desde que tal interesse seja manifestado, previamente e por escrito, por um dos seus signatários, devendo, em qualquer caso, haver a anuência com a alteração proposta por parte do outro signatário.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E RESCISÃO

O presente instrumento poderá ser denunciado ou, em caso de infração a qualquer uma de suas cláusulas, rescindido de pleno direito, unilateralmente, a qualquer tempo, mediante notificação escrita ao outro signatário, com antecedência mínima de trinta dias.

Parágrafo único. A rescisão por infração de cláusulas deste Termo de Adesão será precedida de advertência, inclusive para que sejam adotadas providências para sanar eventuais irregularidades.

A eventual denúncia ou rescisão deste instrumento, implicará imediato descredenciamento do órgão aderente perante a Renaccor e não prejudicará o cumprimento:

a) das restrições de sigilo e distribuição dos dados aos quais já tiver tido acesso em decorrência do presente instrumento;

b) do objeto dos instrumentos específicos dele decorrentes e que já tenham sua execução iniciada, os quais manterão seu curso normal até o final de seu prazo de vigência, permanecendo os signatários titulares dos respectivos direitos e obrigações.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

O presente instrumento será publicado, na forma de extrato, até o quinto dia útil do mês subsequente ao da sua assinatura, no Diário Oficial da União, conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, ficando as despesas da publicação a cargo da Secretaria Nacional de Justiça.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA AÇÃO PROMOCIONAL

Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto deste instrumento será obrigatoriamente destacada a participação conjunta do MJSP, com a inclusão do logotipo do Governo federal, observados os princípios da administração pública, dispostos no art. 37 da Constituição Federal e as diretrizes para comunicação do Governo federal durante as eleições dispostas na Instrução Normativa nº 5, de 20 de agosto de 2018, da Secretaria-Geral da Presidência da República.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

As controvérsias relacionadas às áreas técnicas que ocorrerem durante a vigência deste instrumento serão solucionadas pelas áreas técnicas indicadas pelos partícipes.

As questões decorrentes da execução do presente instrumento e dos instrumentos específicos dele decorrentes que não possam ser dirimidas administrativamente serão submetidas à Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal, da Consultoria-Geral da União, da Advocacia-Geral da União.

Parágrafo único. Caso não sejam superadas as questões do parágrafo anterior, fica eleita a Seção Judiciária da Justiça Federal do Distrito Federal para processar e dirimir os eventuais conflitos dela decorrentes.

Brasília, ___ de _____ de 20__.

Secretário Nacional de Justiça

Ministério da Justiça e Segurança Pública

Autoridade do órgão aderente

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES

COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL

DESPACHOS DE 12 DE MAIO DE 2022

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de residência, constantes dos ofícios ao MRE nº 211/2022 de 09/05/2022, 212/2022 de 09/05/2022, 213/2022 de 10/05/2022, 214/2022 de 10/05/2022, 215/2022 de 11/05/2022 e 216/2022 de 11/05/2022, respectivamente:

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 02/2017

Processo: 08228.000787/2022-71 Requerente: BEBE ABIDA CA Prazo: 2 Anos Imigrante: BEBE ABIDA CA Data Nascimento: 01/01/1992 Passaporte: C000244033 País: GUINE-BISSAU Mãe: LUCINDA CO Pai: ABIDA CA.

Processo: 08228.001905/2022-68 Requerente: FIDELEASY BRASIL - MARKETING E ADMINISTRACAO DE PROGRAMAS EIRELI Prazo: 2 Anos Imigrante: Claire Raffaela Gaetane Sollas Data Nascimento: 18/09/1995 Passaporte: ER546889 País: BELGICA Mãe: Francoise Noelle Raymonde Charles Pai: Thierry Marie Ghislain Sollas.

Processo: 08228.002713/2022-79 Requerente: S&F ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Abed El Rahman Itani Data Nascimento: 04/07/1988 Passaporte: LR2389168 País: LIBANO Mãe: Aida Dana Pai: Khaled Itani.

Processo: 08228.002823/2022-31 Requerente: CUMMINS VENDAS E SERVICOS DE MOTORES E GERADORES LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Yolanda Josefina Cortes Torres Data Nascimento: 15/06/1975 Passaporte: G24759782 País: MEXICO Mãe: Josefina Torres Zuñiga Pai: Rafael Cortes Medrano.

Processo: 08228.002862/2022-38 Requerente: ASSOCIACAO ESCOLA AMERICANA DE BRASILIA Prazo: 2 Anos Imigrante: Sofia Mazloum Data Nascimento: 07/03/1981 Passaporte: N8474345 País: AUSTRALIA Mãe: Hanan Alsahoui Mazloum Pai: Elias Mazloum.

Processo: 08228.002970/2022-19 Requerente: ASSOCIACAO ESCOLA PANAMERICANA DE PORTO ALEGRE Prazo: 2 Anos Imigrante: Christina Lucia Landrum Data Nascimento: 27/08/1986 Passaporte: 561799080 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: Linda Lee Godfrey Pai: Denny Landrum.

Processo: 08228.003049/2022-85 Requerente: NU PAGAMENTOS S.A. - INSTITUICAO DE PAGAMENTO Prazo: 2 Anos Imigrante: Alexander George Dickinson Data Nascimento: 07/07/1993 Passaporte: 564544159 País: INGLATERRA Mãe: Sara Patricia Dickinson Pai: Lee Thomas Dickinson.

Processo: 08228.003124/2022-16 Requerente: ASSOCIACAO ESCOLA PANAMERICANA DE PORTO ALEGRE Prazo: 2 Anos Imigrante: SAMANTHA AZIZA AMANI Data Nascimento: 30/09/1989 Passaporte: 561928205 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: Sono M Amani Pai: -.

Processo: 08228.003401/2022-82 Requerente: DENSO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: ATSUSHI OSAWA Data Nascimento: 12/06/1989 Passaporte: TT2072112 País: JAPAO Mãe: REIKO OSAWA Pai: HIROYUKI OSAWA.

Processo: 08228.003136/2022-32 Requerente: AVB MINERACAO LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: LUKE ANDREW MERCER Data Nascimento: 03/07/1980 Passaporte: PB3526361 País: AUSTRALIA Mãe: SHARON PATRICIA BUSSEY Pai: PETER JOHN MERCER.

Processo: 08228.003242/2022-16 Requerente: FUNDACAO VISCONDE DE PORTO SEGURO Prazo: 2 Anos Imigrante: CLAUDIA GIROD Data Nascimento: 01/11/1973 Passaporte: C0NY27KT2 País: ALEMANHA Mãe: ISILTA GIROD Pai: DIETMAR FRIEDRICH GIROD.

Processo: 08228.003348/2022-11 Requerente: LI ANGELA COMERCIO DE CALCADOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: YUELEI CEN Data Nascimento: 15/02/1989 Passaporte: EJ5163664 País: CHINA Mãe: DONGCHU ZHU Pai: LIHU CEN.

Processo: 08228.003351/2022-33 Requerente: CP ASSESSORIA ADUANEIRA EIRELI Prazo: 2 Anos Imigrante: YONGQIANG CHEN Data Nascimento: 04/09/1996 Passaporte: EG7663677 País: CHINA Mãe: HAILING ZHANG Pai: WUYONG CHEN.

Processo: 08228.003528/2022-18 Requerente: JACKSNIPE COMERCIO DE VESTUARIO EIRELI Prazo: 2 Anos Imigrante: WEIZHEN FANG Data Nascimento: 28/10/1980 Passaporte: E91277872 País: CHINA Mãe: Guoying Li Pai: Zhangming Fang.

Processo: 08228.003634/2022-85 Requerente: JACKSNIPE COMERCIO DE VESTUARIO EIRELI Prazo: 2 Anos Imigrante: CUNHUA YU Data Nascimento: 02/03/1971 Passaporte: E64231907 País: CHINA Mãe: Fengjiao Xie Pai: Yinde Yu.

Processo: 08228.003723/2022-21 Requerente: KOMATSU DO BRASIL LTDA Prazo: 24 Mêses Imigrante: YOSHIFUMI INOUE Data Nascimento: 26/05/1981 Passaporte: TZ1117551 País: JAPAO Mãe: SATSUMI INOUE Pai: FUMIO INOUE.

Processo: 08228.003759/2022-13 Requerente: BRITISH COLEGIO DO BRASIL - BCB - EIRELI Prazo: 2 Anos Imigrante: Helen Susan Normoyle Data Nascimento: 18/05/1964 Passaporte: 554377136 País: GRA-BRETANHA Mãe: Margaret Heather Jones Pai: Raymond John Jones.

Processo: 08228.003767/2022-51 Requerente: NU PAGAMENTOS S.A. - INSTITUICAO DE PAGAMENTO Prazo: 2 Anos Imigrante: Daniela Gutiérrez González Data Nascimento: 11/02/1992 Passaporte: G37384170 País: MEXICO Mãe: MARÍA ISABEL GONZÁLEZ SOLÍS Pai: DANIEL GUTIÉRREZ ROMERO.

Processo: 08228.003763/2022-73 Requerente: BYD DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: XIAOMEI GAN Data Nascimento: 10/11/1992 Passaporte: E68611994 País: CHINA Mãe: XIANGYING YAN Pai: LIHUA GAN.

Processo: 08228.003741/2022-11 Requerente: PEPSICO DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: Adriana Pineda Garcia Data Nascimento: 17/07/1991 Passaporte: G27881786 País: MEXICO Mãe: Maria de Jesus Garcia Bustos Pai: Armando Pineda Palacios.

Processo: 08228.003557/2022-63 Requerente: JACKSNIPE COMERCIO DE VESTUARIO EIRELI Prazo: 2 Anos Imigrante: XING CHEN Data Nascimento: 14/09/1988 Passaporte: EG3514814 País: CHINA Mãe: Meiying Chen Pai: Huodi Chen.

Processo: 08228.003354/2022-77 Requerente: TAI PING YANG PRIMAVERA SUPERMERCADO EIRELI Prazo: 2 Anos Imigrante: XIANG HE Data Nascimento: 01/06/1995 Passaporte: EJ3338565 País: CHINA Mãe: TAIQIN LIN Pai: JIANMING HE.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 03/2017 (Art. 2º)

Processo: 08228.000817/2022-49 Requerente: ZUIKO INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: KAZUKI YAMADA Data Nascimento: 11/04/1995 Passaporte: TR5022609 País: JAPAO.

Processo: 08228.003436/2022-11 Requerente: WARTSILA BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Aki Pekka Perala Data Nascimento: 14/08/1977 Passaporte: FP3051842 País: FINLANDIA.

Processo: 08228.003678/2022-13 Requerente: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano Imigrante: PER ARNE OSSIAN HEDLUND Data Nascimento: 10/04/1963 Passaporte: 96409454 País: SUECIA.

Processo: 08228.003691/2022-64 Requerente: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano Imigrante: KARL HENRIK PAJU Data Nascimento: 09/07/1969 Passaporte: 97892312 País: SUECIA.

Processo: 08228.003305/2022-34 Requerente: ABB AUTOMACAO LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: ROBERT KEITH QUAYLE Data Nascimento: 16/02/1955 Passaporte: 562397046 País: REINO UNIDO.

Processo: 08228.003425/2022-31 Requerente: TETRA PAK LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: KJELL PONTUS MICHAEL GUSTAVSSON Data Nascimento: 09/08/1963 Passaporte: 36002382 País: SUECIA.

Processo: 08228.003695/2022-42 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: Mika Markus Rasmus Data Nascimento: 08/04/1963 Passaporte: FP4788956 País: FINLANDIA.

Processo: 08228.003021/2022-48 Requerente: POLO FILMS INDUSTRIA E COMERCIO S/A Prazo: 1 Ano Imigrante: MARCO HELM Data Nascimento: 29/05/1974 Passaporte: C6LJM6GVL País: ALEMANHA.

Processo: 08228.002246/2022-87 Requerente: ARCELORMITTAL BRASIL S.A. Prazo: 180 Dias Imigrante: Simone Crosilla Data Nascimento: 21/05/1986 Passaporte: YB0715068 País: ITALIA.

Processo: 08228.002248/2022-76 Requerente: ARCELORMITTAL BRASIL S.A. Prazo: 180 Dias Imigrante: STEFANO RABASSI Data Nascimento: 29/09/1969 Passaporte: YB6858169 País: ITALIA.

Processo: 08228.000847/2022-55 Requerente: ORIZON MEIO AMBIENTE S.A. Prazo: 180 Dias Imigrante: Philip Andrew Bowen Data Nascimento: 20/03/1986 Passaporte: 552817192 País: GRA-BRETANHA.

Processo: 08228.003417/2022-95 Requerente: ORESEARCH HOLDINGS BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: WAYNE COLIN SAMPEY Data Nascimento: 04/06/1959 Passaporte: PB1800743 País: AUSTRALIA.

Processo: 08228.003047/2022-96 Requerente: CJ DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: JONGBOK LEE Data Nascimento: 01/05/1981 Passaporte: M00852971 País: COREIA DO SUL.

Processo: 08228.003590/2022-93 Requerente: BRASALPLA BRASIL - INDUSTRIA DE EMBALAGENS LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: NIKLAS KLEMENS Data Nascimento: 03/08/1995 Passaporte: C8HNTG91T País: ALEMANHA.

Processo: 08228.003034/2022-17 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: YUGO SEKI Data Nascimento: 03/09/1989 Passaporte: TR1825972 País: JAPAO.

Processo: 08228.003033/2022-72 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: YUKI ISHIHARA Data Nascimento: 19/11/1996 Passaporte: TS3243372 País: JAPAO.

Processo: 08228.003432/2022-33 Requerente: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dias Imigrante: SHUN ONISHI Data Nascimento: 13/12/1991 Passaporte: TR5217536 País: JAPAO.

Processo: 08228.002741/2022-96 Requerente: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dias Imigrante: KEIKI HAYASHI Data Nascimento: 05/07/1985 Passaporte: TT2021824 País: JAPAO.

Processo: 08228.000824/2022-41 Requerente: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dias Imigrante: KOICHI HIROSE Data Nascimento: 14/12/1962 Passaporte: TR8026985 País: JAPAO.

Processo: 08228.003753/2022-38 Requerente: SAAB AERONAUTICA MONTAGENS S.A. Prazo: 1 Ano Imigrante: MATS STEFAN BLIXT Data Nascimento: 02/09/1966 Passaporte: AA0279830 País: SUECIA.

Processo: 08228.003507/2022-86 Requerente: SAAB AERONAUTICA MONTAGENS S.A. Prazo: 1 Ano Imigrante: Nicklas Thord Valter Karlsson Data Nascimento: 05/10/1969 Passaporte: 35725652 País: SUECIA.

Processo: 08228.003508/2022-21 Requerente: SAAB AERONAUTICA MONTAGENS S.A. Prazo: 1 Ano Imigrante: MATTIAS DANDANELL Data Nascimento: 09/02/1989 Passaporte: AA0263411 País: SUECIA.

Processo: 08228.003492/2022-56 Requerente: SERIMAX DO BRASIL SERVICOS DE SOLDAGEM E FABRICACAO LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: KHAIRUDIN BIN OTHMAN Data Nascimento: 22/02/1987 Passaporte: A54614544 País: MALASIA.

Processo: 08228.003499/2022-78 Requerente: SERIMAX DO BRASIL SERVICOS DE SOLDAGEM E FABRICACAO LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: HAIRUL ANUAR BIN ABDULLAH Data Nascimento: 17/10/1985 Passaporte: A51755855 País: MALASIA.

Processo: 08228.003735/2022-56 Requerente: JRC DO BRASIL EMPREENDIMENTOS ELETRONICOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: KENICHI KONO Data Nascimento: 04/06/1963 Passaporte: TR9019314 País: JAPAO.

Processo: 08228.002379/2022-53 Requerente: OMNI TRADE BRASIL REVESTIMENTOS METALICOS EIRELI Prazo: 1 Ano Imigrante: Jesus Aguayo Aguilera Data Nascimento: 24/12/1998 Passaporte: N01312014 País: MEXICO.

Processo: 08228.001704/2022-61 Requerente: BERNECK S.A. PAINEIS E SERRADOS Prazo: 1 Ano Imigrante: JACQUES PREVOST Data Nascimento: 27/01/1963 Passaporte: HM768796 País: CANADA.

Processo: 08228.003635/2022-21 Requerente: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Yashar Telman Oglu Rzayev Data Nascimento: 02/06/1977 Passaporte: C03163433 País: AZERBAIJAO.

Processo: 08228.003426/2022-86 Requerente: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Michael Anthony Jan Sandberg Data Nascimento: 02/01/1965 Passaporte: NNFLJLP63 País: HOLANDA.

Processo: 08228.003413/2022-15 Requerente: WARTSILA BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Jani Juhani Kalske Data Nascimento: 23/12/1987 Passaporte: FP1928546 País: FINLANDIA.

Processo: 08228.003490/2022-67 Requerente: BERNECK S.A. PAINEIS E SERRADOS Prazo: 1 Ano Imigrante: STEFAN GEORG ROMISCH Data Nascimento: 26/07/1966 Passaporte: CGM5N6MVR País: ALEMANHA.

Processo: 08228.003429/2022-11 Requerente: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Fabio Spiezia Data Nascimento: 17/03/1978 Passaporte: YB0045139 País: ITALIA.

Processo: 08228.003674/2022-27 Requerente: FIELDCORE SERVICE SOLUTIONS INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Laurence William Gilks Data Nascimento: 19/07/1957 Passaporte: 534815868 País: GRA-BRETANHA.

Processo: 08228.003140/2022-17 Requerente: DURR BRASIL LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: JUAN BERNARDO QUINTANILLA CHAVEZ Data Nascimento: 26/01/1991 Passaporte: G30428588 País: MEXICO.

Processo: 08228.003144/2022-89 Requerente: DURR BRASIL LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: HUGO EMILIO PONCE PARRA Data Nascimento: 28/05/1994 Passaporte: N01019940 País: MEXICO.

Processo: 08228.003146/2022-78 Requerente: DURR BRASIL LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: DANIEL GONZALEZ MENDIETA Data Nascimento: 22/03/1988 Passaporte: G20220928 País: MEXICO.

Processo: 08228.003173/2022-41 Requerente: DURR BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: JAROSLAW PIOTR SOBANIA Data Nascimento: 02/08/1985 Passaporte: ER7029180 País: POLONIA.

Processo: 08228.003132/2022-54 Requerente: DURR BRASIL LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: Luis Canizo Falcon Data Nascimento: 21/06/1972 Passaporte: G30428588 País: MEXICO.

Processo: 08228.002261/2022-25 Requerente: CEBRACE CRISTAL PLANO LTDA Prazo: Invalid date Imigrante: Stefan Wech Data Nascimento: 27/09/1971 Passaporte: CGPMPFH29 País: ALEMANHA Imigrante: Peter Stumpf Data Nascimento: 16/05/1985 Passaporte: CGR6WW7NW País: ALEMANHA Imigrante: Tobias Rudolf Krischke Data Nascimento: 12/07/1994 Passaporte: CGWV1H42Y País: ALEMANHA.

Processo: 08228.003408/2022-11 Requerente: RIG & SHIP SERVICES BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: EMIEL HAGENDIJK Data Nascimento: 10/11/1986 Passaporte: BG62L5H15 País: HOLANDA.

Processo: 08228.003435/2022-77 Requerente: JBS S/A Prazo: 1 Ano Imigrante: HERMAN CHRISTIAAN DROST Data Nascimento: 28/02/1969 Passaporte: NRK67RBB2 País: HOLANDA.

Processo: 08228.003852/2022-11 Requerente: GRID SOLUTIONS TRANSMISSAO DE ENERGIA LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: Fabrice Huguet Nematchoua Siakam Data Nascimento: 12/10/1979 Passaporte: 488473063 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.001767/2022-17 Requerente: TETRA PAK LTDA Prazo: 02/04/2023 Imigrante: BJARNE JOERGEN HOEGKVIST Data Nascimento: 12/06/1966 Passaporte: 97391568 País: SUECIA.

Processo: 08228.003500/2022-64 Requerente: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Francisco Saucedo Data Nascimento: 04/10/1975 Passaporte: 656524970 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.003007/2022-44 Requerente: BOBST LATINOAMERICA DO SUL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Guillermo Santos Martin Data Nascimento: 14/01/1972 Passaporte: XDD341279 País: FRANCA.

Processo: 08228.003437/2022-66 Requerente: GE POWER & WATER EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENERGIA E TRATAMENTO DE AGUA LTDA. Prazo: Invalid date Imigrante: Jonathan Aradillas San Martin Data Nascimento: 08/12/1993 Passaporte: G22174248 País: MEXICO.

Processo: 08228.003849/2022-12 Requerente: GE CELMA LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: James Andrew Sparks Data Nascimento: 15/06/1986 Passaporte: 668063584 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.003397/2022-52 Requerente: CONFAB INDUSTRIAL SOCIEDADE ANONIMA Prazo: 1 Ano Imigrante: ADRIAN SCHMIDT Data Nascimento: 09/12/1978 Passaporte: C7TCT34G8 País: ALEMANHA.

Processo: 08228.003403/2022-71 Requerente: CONFAB INDUSTRIAL SOCIEDADE ANONIMA Prazo: 1 Ano Imigrante: Marcel Ratz Data Nascimento: 26/03/1982 Passaporte: C6ZGPZY2X País: ALEMANHA.

Processo: 08228.001765/2022-28 Requerente: GOODYEAR DO BRASIL PRODUTOS DE BORRACHA LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: DONALD KENNETH ADAMS JR Data Nascimento: 04/05/1996 Passaporte: 533458387 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.003430/2022-44 Requerente: GREAT WALL MOTOR BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: SHENGBIN ZHANG Data Nascimento: 05/10/1991 Passaporte: EJ4107447 País: CHINA Imigrante: HONGYU LI Data Nascimento: 25/02/1992 Passaporte: EJ4107470 País: CHINA.

Processo: 08228.003642/2022-21 Requerente: BETA LULA CENTRAL OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Avishan Simadri Naidoo Data Nascimento: 17/05/1988 Passaporte: M00346981 País: REPUBL. DA AFRICA DO SUL.

Processo: 08228.003643/2022-76 Requerente: BETA LULA CENTRAL OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Dinesh Narayan Data Nascimento: 02/01/1971 Passaporte: A02836925 País: REPUBL. DA AFRICA DO SUL.

Processo: 08228.002250/2022-45 Requerente: CERVEJARIAS KAISER BRASIL S.A. Prazo: 11/12/2022 Imigrante: MATEJ KOVACEK Data Nascimento: 18/01/1988 Passaporte: 335951310 País: CROACIA Imigrante: SANJIN DEZELJIN Data Nascimento: 10/10/1991 Passaporte: 085168951 País: CROACIA.

Processo: 08228.003871/2022-46 Requerente: ANCA DO BRASIL RETIFICAS DE PRECISAO LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: GRAHAM KEITH STAYNER Data Nascimento: 18/12/1987 Passaporte: 530268474 País: GRA-BRETANHA Imigrante: RICHARD PETER FREW Data Nascimento: 23/04/1975 Passaporte: LM202022 País: NOVA ZELANDIA.

Processo: 08228.003697/2022-31 Requerente: DORMER PRAMET SOLUCOES PARA USINAGEM LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: JULIAN BABATZ Data Nascimento: 12/10/1989 Passaporte: C8ZCV1C43 País: ALEMANHA Imigrante: STEFAN REINL Data Nascimento: 28/08/1984 Passaporte: C8WZH5669 País: ALEMANHA Imigrante: MUHAMMED KARADENIZ Data Nascimento: 25/11/1980 Passaporte: U24458188 País: TURQUIA.

Processo: 08228.003856/2022-14 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Yuriy Shestakov Data Nascimento: 22/10/1980 Passaporte: FL528003 País: UCRANIA.

Processo: 08228.002819/2022-72 Requerente: LM WIND POWER DO BRASIL S.A. Prazo: 180 Dias Imigrante: Stéphane Tétreault Data Nascimento: 19/10/1974 Passaporte: AA087121 País: CANADA.

Processo: 08228.002824/2022-85 Requerente: LM WIND POWER DO BRASIL S.A. Prazo: 180 Dias Imigrante: Joward Dela Cruz Rueda Data Nascimento: 27/06/1979 Passaporte: P7708508A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.002809/2022-37 Requerente: LM WIND POWER DO BRASIL S.A. Prazo: 180 Dias Imigrante: Ndah Ahiza Caroline Aka Data Nascimento: 28/08/1982 Passaporte: 20AC60738 País: COSTA DO MARFIM.

Processo: 08228.003675/2022-71 Requerente: NORTEC QUIMICA S.A. Prazo: 30 Dias Imigrante: Eros Delledonne Data Nascimento: 15/01/1989 Passaporte: YB3211161 País: ITALIA.

Processo: 08228.003407/2022-51 Requerente: OPERACOES MARITIMAS EM MAR PROFUNDO BRASILEIRO LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Kamarul Idzham Bin Kamludin Data Nascimento: 22/06/1981 Passaporte: A55043240 País: MALASIA.

Processo: 08228.003416/2022-41 Requerente: SBM CAPIXABA OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Bruno Stephan Data Nascimento: 03/03/1967 Passaporte: 20AI65403 País: FRANCA.

Processo: 08228.003422/2022-14 Requerente: GUARA-NORTE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Chad Peacock Data Nascimento: 28/04/1985 Passaporte: AA799963 País: FRANCA.

Processo: 08228.003469/2022-61 Requerente: ONESUBSEA DO BRASIL SERVICOS SUBMARINOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: SAMUEL PETER MOLYNEUX COOK Data Nascimento: 09/06/1983 Passaporte: 123499260 País: GRA-BRETANHA.

Processo: 08228.001416/2022-14 Requerente: SSI SCHAEFER LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: MICHAL FRANCISZEK CHOWANIEC Data Nascimento: 22/09/1995 Passaporte: ET3274615 País: POLONIA.

Processo: 08228.003862/2022-55 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Ilie Popa Data Nascimento: 01/07/1963 Passaporte: 059049400 País: ROMENIA.

Processo: 08228.003582/2022-47 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Michal Pogorzelski Data Nascimento: 06/04/1981 Passaporte: EU2052126 País: POLONIA.

Processo: 08228.003655/2022-17 Requerente: INFOSYS CONSULTING LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: Keerthana Data Nascimento: 21/07/1992 Passaporte: L1364324 País: INDIA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 03/2017 (Art. 4º, §1º)

Processo: 08228.004600/2022-16 Requerente: MAN ENERGY SOLUTIONS BRASIL EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: SVEN KARL HEINRICH REIMOLD Data Nascimento: 19/10/1972 Passaporte: C72H33P2X País: ALEMANHA.

Processo: 08228.004599/2022-11 Requerente: MAN ENERGY SOLUTIONS BRASIL EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: GEORG LAUFER Data Nascimento: 19/01/1965 Passaporte: CACZ0FCJH País: ALEMANHA.

Processo: 08228.004685/2022-24 Requerente: USINA TERMELETRICA PAMPA SUL S.A. Prazo: 180 Dias Imigrante: CHRISTIAN ALBERTO HERNANDEZ MONTES Data Nascimento: 06/06/1993 Passaporte: N01359132 País: MEXICO Imigrante: ABRAHAM QUINTANILLA ARCE Data Nascimento: 12/02/1991 Passaporte: N01888087 País: MEXICO.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 03/2017 (Art. 4º, Caput)

Processo: 08228.004270/2022-51 Requerente: USINA TERMELETRICA PAMPA SUL S.A. Prazo: 180 Dias Imigrante: GUILLERMO VELEZ MARTIN Data Nascimento: 30/10/1988 Passaporte: G43401464 País: MEXICO Imigrante: CHARLES ANTHONY LEVRIER Data Nascimento: 08/01/1999 Passaporte: 598713188 País: ESTADOS UNIDOS Imigrante: LEONARDO CHAVARIN PERALTA Data Nascimento: 24/10/1993 Passaporte: G32811409 País: MEXICO Imigrante: ALEJANDRO MACIAS Data Nascimento: 05/05/1992 Passaporte: 651008345 País: ESTADOS UNIDOS Imigrante: JERMARCUS DION DUNN Data Nascimento: 03/11/1994 Passaporte: 642891942 País: ESTADOS UNIDOS Imigrante: ANGEL MARTINEZ Data Nascimento: 22/03/1995 Passaporte: 526197469 País: ESTADOS UNIDOS Imigrante: CHARLES CURTIS DYER II Data Nascimento: 18/08/1995 Passaporte: 595644233 País: ESTADOS UNIDOS Imigrante: ARTURO TAPIA JR. Data Nascimento: 14/03/1994 Passaporte: 674632296 País: ESTADOS UNIDOS Imigrante: JOSHUA MICHEAL LANGE Data Nascimento: 19/04/1988 Passaporte: 505818776 País: ESTADOS UNIDOS Imigrante: LUIS EDUARDO OVIEDO Data Nascimento: 30/12/1976 Passaporte: 595222353 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.004268/2022-81 Requerente: USINA TERMELETRICA PAMPA SUL S.A. Prazo: 180 Dias Imigrante: LUIS MARTINEZ CARREÑO Data Nascimento: 10/05/1980 Passaporte: N00701380 País: MEXICO Imigrante: CALVINIO CURSHWIN PILLAY Data Nascimento: 28/09/1987 Passaporte: A06976975 País: REPUBL. DA AFRICA DO SUL Imigrante: SICELO INNOCENT MABUSELA Data Nascimento: 17/01/1977 Passaporte: A06160786 País: REPUBL. DA AFRICA DO SUL Imigrante: SERGIO ALEJANDRO GUTIERREZ HERNANDEZ Data Nascimento: 20/06/1995 Passaporte: G36440259 País: MEXICO Imigrante: SALVADOR MORALES JR. Data Nascimento: 16/11/1976 Passaporte: 674654840 País: ESTADOS UNIDOS Imigrante: TROY WILLIAM HILLIARD Data Nascimento: 11/08/1987 Passaporte: 558503904 País: ESTADOS UNIDOS Imigrante: RICARDO LOPEZ ESQUIVEL Data Nascimento: 11/06/1993 Passaporte: N00304297 País: MEXICO Imigrante: SIANO CORBETT SALMON Data Nascimento: 08/02/1980 Passaporte: 567959656 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.004576/2022-15 Requerente: FIELDCORE SERVICE SOLUTIONS INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: CARLOS HUMBERTO INZUNZA RAMOS Data Nascimento: 04/11/1977 Passaporte: G39850007 País: MEXICO.

Processo: 08228.004584/2022-53 Requerente: FIELDCORE SERVICE SOLUTIONS INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: Jose de Jesus Correa Heredia Data Nascimento: 21/08/1975 Passaporte: G29997522 País: MEXICO.

Processo: 08228.004588/2022-31 Requerente: FIELDCORE SERVICE SOLUTIONS INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: Jose Jorge Cueto Utrera Data Nascimento: 21/07/1965 Passaporte: G39341533 País: MEXICO.

Processo: 08228.004777/2022-12 Requerente: KHS INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: JÔRG THELING Data Nascimento: 07/06/1975 Passaporte: C7FGCX63K8 País: ALEMANHA.

Processo: 08228.004663/2022-64 Requerente: FIELDCORE SERVICE SOLUTIONS INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: JOSE LUIS SANTOS HERNANDEZ Data Nascimento: 20/12/1964 Passaporte: G40983338 País: MEXICO.

Processo: 08228.004598/2022-77 Requerente: FIELDCORE SERVICE SOLUTIONS INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: Lazaro Cruz Rodriguez Data Nascimento: 13/01/1974 Passaporte: G37196363 País: MEXICO.

Processo: 08228.004601/2022-52 Requerente: FIELDCORE SERVICE SOLUTIONS INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: Pastor Salvador Sanchez Zavaleta Data Nascimento: 07/06/1971 Passaporte: G41588105 País: MEXICO.

Processo: 08228.004717/2022-91 Requerente: SIEMENS ENERGY BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: Harish Kumar Bankuru Data Nascimento: 20/06/1983 Passaporte: Z5912931 País: INDIA.

Processo: 08228.004467/2022-91 Requerente: FIELDCORE SERVICE SOLUTIONS INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: Vicente de Santos Machado Data Nascimento: 17/09/1969 Passaporte: G25419146 País: MEXICO.

Processo: 08228.004238/2022-75 Requerente: KARPOWERSHIP BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: HAYDAR FURKAN YILDIRIM Data Nascimento: 17/11/1996 Passaporte: U25209946 País: TURQUIA.

Processo: 08228.004324/2022-88 Requerente: KARPOWERSHIP BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: HUSEYIN SAGKOL Data Nascimento: 29/07/1984 Passaporte: U21676806 País: TURQUIA.

Processo: 08228.004330/2022-35 Requerente: KARPOWERSHIP BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: MUHAMMET TALHA CETIN Data Nascimento: 14/07/1997 Passaporte: U24360663 País: TURQUIA.

Processo: 08228.004331/2022-81 Requerente: KARPOWERSHIP BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: SALIH KAVCI Data Nascimento: 30/10/1975 Passaporte: S25010421 País: TURQUIA.

Processo: 08228.004334/2022-13 Requerente: KARPOWERSHIP BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: SEVIK FERDI ALTINKAYA Data Nascimento: 28/08/1984 Passaporte: U24799014 País: TURQUIA.

Processo: 08228.004298/2022-98 Requerente: REFRACONT BRASIL LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: Shichao Chen Data Nascimento: 26/01/1989 Passaporte: EJ4849810 País: CHINA.

Processo: 08228.004306/2022-12 Requerente: REFRACONT BRASIL LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: Erzhong Cao Data Nascimento: 19/09/1966 Passaporte: EJ4850307 País: CHINA.

Processo: 08228.004319/2022-75 Requerente: KARPOWERSHIP BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: SERKAN KUMOVA Data Nascimento: 27/10/1983 Passaporte: U10295317 País: TURQUIA.

Processo: 08228.003850/2022-21 Requerente: FIELDCORE SERVICE SOLUTIONS INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: Rodrigo Andres Silva Seguel Data Nascimento: 02/09/1983 Passaporte: F31707001 País: CHILE.

Processo: 08228.003838/2022-16 Requerente: FIELDCORE SERVICE SOLUTIONS INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: Jonathan Edui Casados Rodriguez Data Nascimento: 04/08/1990 Passaporte: G42189187 País: MEXICO.

Processo: 08228.003841/2022-31 Requerente: FIELDCORE SERVICE SOLUTIONS INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: Martin Zapata Chaires Data Nascimento: 07/12/1963 Passaporte: G40442952 País: MEXICO.

Processo: 08228.004153/2022-97 Requerente: CENTRAIS ELETRICAS DA PARAIBA S.A. - EPASA Prazo: 180 Dias Imigrante: Christoph Philipp Achinger Data Nascimento: 20/06/1965 Passaporte: C1TYTHFJV País: ALEMANHA Imigrante: Kaj Hendrick Jähnke Data Nascimento: 28/10/1997 Passaporte: C1T16VH4R País: ALEMANHA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 04/2017

Processo: 08228.002014/2022-29 Requerente: ALTERA DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Kristijan Vuletic Data Nascimento: 25/12/1978 Passaporte: 052668306 País: CROACIA.

Processo: 08228.000288/2022-83 Requerente: SOMMA SOLUTIONS - TECNOLOGIAS DE INFORMACAO LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: CARLA MARIA OLIVEIRA DE FIGUEIREDO Data Nascimento: 10/08/1989 Passaporte: CC087211 País: PORTUGAL.

Processo: 08228.002818/2022-28 Requerente: ORESEARCH HOLDINGS BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: ALTANSUKH TSIYEREGZEN Data Nascimento: 24/03/1977 Passaporte: E2806824 País: MONGOLIA.

Processo: 08228.003585/2022-81 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Dumitru Uzum Data Nascimento: 05/08/1964 Passaporte: 059481840 País: ROMENIA.

Processo: 08228.003578/2022-89 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Piotr Galeziewski Data Nascimento: 03/06/1977 Passaporte: EH1349721 País: POLONIA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 06/2017

Processo: 08228.003581/2022-19 Requerente: BCH ENERGY DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: ANDREW CARL ARDOIN Data Nascimento: 20/06/1978 Passaporte: 659061088 País: ESTADOS UNIDOS Imigrante: ERIC JAMES HARDY Data Nascimento: 28/02/1983 Passaporte: 595275440 País: ESTADOS UNIDOS Imigrante: BRANDON ANTHONY LECCESE Data Nascimento: 24/10/1974 Passaporte: A02560006 País: ESTADOS UNIDOS Imigrante: JESSIE DE LA GARZA Data Nascimento: 27/08/1983 Passaporte: 659055189 País: ESTADOS UNIDOS Imigrante: BRYANT JOSEPH BREAUX Data Nascimento: 08/01/1989 Passaporte: A02559096 País: ESTADOS UNIDOS Imigrante: BRANDON WAYNE HORRIDGE Data Nascimento: 16/06/1977 Passaporte: 659061516 País: ESTADOS UNIDOS Imigrante: FREDERICK SCOTT RICHARD Data Nascimento: 23/01/1981 Passaporte: 659060344 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.003580/2022-58 Requerente: POSEIDON SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: EDUARDO CAFIFGE VILLARIAS Data Nascimento: 23/12/1963 Passaporte: P7074628A País: FILIPINAS Imigrante: PANCHO BALLESTEROS LABASAN Data Nascimento: 04/05/1975 Passaporte: P0945099B País: FILIPINAS Imigrante: LUKA CACE Data Nascimento: 19/03/1992 Passaporte: 126112327 País: CROACIA Imigrante: EUGENE TALAN EMMANUEL Data Nascimento: 21/07/1982 Passaporte: P2350215B País: FILIPINAS Imigrante: VALERIO BIEN PALMES Data Nascimento: 23/04/1983 Passaporte: P7038314B País: FILIPINAS Imigrante: HENRY MENDOZA BAGSIC Data Nascimento: 08/04/1975 Passaporte: P6878700B País: FILIPINAS Imigrante: NOMER SANCHEZ MALLARI Data Nascimento: 24/08/1963 Passaporte: P6421656A País: FILIPINAS Imigrante: TOMES III PARAGUAS URDAS Data Nascimento: 05/04/1987 Passaporte: P5441616B País: FILIPINAS Imigrante: TONY KAPITANOVIC Data Nascimento: 23/01/1997 Passaporte: 095907939 País: CROACIA.

Processo: 08228.002129/2022-13 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: Invalid date Imigrante: DOMINADOR SEDO ARAGONES Data Nascimento: 11/10/1973 Passaporte: P08067931A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.002130/2022-48 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: STEVON D SOUZA Data Nascimento: 27/09/1971 Passaporte: Z5850540 País: INDIA.

Processo: 08228.002291/2022-31 Requerente: ALTERA PETROJARL I SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 05/08/2023 Imigrante: Christopher Thomas Weight Data Nascimento: 10/06/1961 Passaporte: 123467891 País: GRA-BRETANHA.

Processo: 08228.002327/2022-87 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 09/01/2023 Imigrante: JERRY SMITH Data Nascimento: 24/09/1986 Passaporte: 542616684 País: GRA-BRETANHA.

Processo: 08228.002335/2022-23 Requerente: EXCELERATE ENERGY COMERCIALIZADORA DE GAS NATURAL LTDA. Prazo: Invalid date Imigrante: DMYTRO Data Nascimento: 30/04/1978 Passaporte: FJ747541 País: UCRANIA.

Processo: 08228.002332/2022-91 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 09/01/2023 Imigrante: PARWINDERJIT SINGH BAJWA Data Nascimento: 16/09/1976 Passaporte: Z2164779 País: INDIA.

Processo: 08228.001959/2022-23 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 02/01/2023 Imigrante: GABRIELE EPISCOPO Data Nascimento: 31/10/1996 Passaporte: YB7958193 País: ITALIA.

Processo: 08228.002409/2022-21 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 09/01/2023 Imigrante: CHRISTOPHER ANDREW GILMOUR Data Nascimento: 27/01/1983 Passaporte: 561299291 País: GRA-BRETANHA.

Processo: 08228.002413/2022-91 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 09/01/2023 Imigrante: IRENEUSZ PIOTR DOERING Data Nascimento: 29/09/1975 Passaporte: EU7812110 País: POLONIA.

Processo: 08228.002421/2022-36 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 09/01/2023 Imigrante: JORGE JUNCAL SOUTO Data Nascimento: 22/02/1979 Passaporte: PAL176278 País: ESPANHA.

Processo: 08228.002427/2022-11 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 01/07/2024 Imigrante: JULIUS CZAR FERRER DELA CRUZ Data Nascimento: 23/12/1980 Passaporte: P5496870B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.002662/2022-85 Requerente: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: Invalid date Imigrante: Dirk Jan Vrieswijk Data Nascimento: 06/03/1984 Passaporte: BJK44R069 País: HOLANDA.

Processo: 08228.002676/2022-15 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: Invalid date Imigrante: ANDREAS KOSTALAS Data Nascimento: 02/01/1988 Passaporte: AT4507844 País: GRECIA.

Processo: 08228.002677/2022-43 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: Invalid date Imigrante: DIMITRIOS TOURLITIS Data Nascimento: 23/10/1961 Passaporte: AP6201402 País: GRECIA.

Processo: 08228.003592/2022-82 Requerente: AET BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Abdul Halim Bin Sallehuddin Data Nascimento: 19/05/1995 Passaporte: A52097033 País: MALASIA.

Processo: 08228.003595/2022-16 Requerente: AET BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Amir Asraf Bin Jamal Abd Nasir Data Nascimento: 12/11/1993 Passaporte: A55536846 País: MALASIA.

Processo: 08228.003597/2022-13 Requerente: AET BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Muhammad Afiq Aiman Bin Abdullah Data Nascimento: 23/07/1995 Passaporte: A52636286 País: MALASIA.

Processo: 08228.003553/2022-85 Requerente: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Cornelis van Dijk Data Nascimento: 08/11/1968 Passaporte: BCFFR22K0 País: HOLANDA.

Processo: 08228.003203/2022-19 Requerente: HELIX DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: Invalid date Imigrante: Derek Allen Smith Data Nascimento: 31/08/1984 Passaporte: 592334015 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.003671/2022-93 Requerente: POSEIDON SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: EDWIN JR. MAINIT RIJON Data Nascimento: 06/06/1979 Passaporte: P6917420B País: FILIPINAS Imigrante: ROBERT CRIS PABIONA BAYLON Data Nascimento: 22/11/1969 Passaporte: P1466984B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.003734/2022-11 Requerente: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 11 Mêses Imigrante: SOEREN ELLITSGAARD Data Nascimento: 16/05/1970 Passaporte: 211558291 País: DINAMARCA.

Processo: 08228.003746/2022-36 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: MATTHEW POULIOT Data Nascimento: 03/11/1969 Passaporte: 583884116 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.003872/2022-91 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: Invalid date Imigrante: Mark Angus Data Nascimento: 22/02/1970 Passaporte: 504634031 País: GRA-BRETANHA.

Processo: 08228.003880/2022-37 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 16 Mêses Imigrante: SLAWOMIR ANDRZEJ WOZNICA Data Nascimento: 25/07/1975 Passaporte: EM8346599 País: POLONIA.

Processo: 08228.003885/2022-61 Requerente: ALTERA PETROJARL I SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 05/08/2023 Imigrante: Paul Matthew Lawrence Data Nascimento: 28/07/1980 Passaporte: 561868879 País: GRA-BRETANHA Imigrante: Ewan Leonard Data Nascimento: 17/06/1977 Passaporte: 514029789 País: GRA-BRETANHA.

Processo: 08228.003887/2022-59 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Erwin Guevarra Marucot Data Nascimento: 12/08/1971 Passaporte: P7737462A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.003888/2022-11 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Stephen Giergos Acosta Data Nascimento: 20/04/1978 Passaporte: P7867536A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.003890/2022-72 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 16 Mêses Imigrante: PHILIP WILKINSON Data Nascimento: 05/06/1971 Passaporte: 543285280 País: REINO UNIDO.

Processo: 08228.003891/2022-17 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Daren Aguilar Data Nascimento: 09/02/1997 Passaporte: P6865511B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.003893/2022-14 Requerente: AET BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Arvin Buhayang Rebusa Data Nascimento: 15/05/1980 Passaporte: P9388096B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.003894/2022-51 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Roberts Mertens Data Nascimento: 10/11/1971 Passaporte: LV4645276 País: LETONIA.

Processo: 08228.003900/2022-71 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 16 Mêses Imigrante: DAVID ROBERT SPENCER Data Nascimento: 31/01/1975 Passaporte: 556532045 País: REINO UNIDO.

Processo: 08228.003323/2022-16 Requerente: SUPERPESA MARITIMA LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Vijay Kumar Shukla Data Nascimento: 13/01/1967 Passaporte: U9589300 País: INDIA.

Processo: 08228.003328/2022-49 Requerente: ALTERA DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: Invalid date Imigrante: Noel Jara Rapanut Data Nascimento: 21/12/1978 Passaporte: P3525808B País: FILIPINAS.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 11/2017 (Art. 1º, §3º)

Processo: 08228.004668/2022-97 Requerente: BANCO DA CHINA BRASIL S.A Prazo: Indeterminado Imigrante: DEMING LI Data Nascimento: 26/02/1979 Passaporte: PE2162093 País: CHINA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 11/2017 (Art. 2º, Inc I)

Processo: 08228.001189/2022-19 Requerente: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: MASAICHI KOBAYASHI Data Nascimento: 20/02/1967 Passaporte: TT1943795 País: JAPAO.

Processo: 08228.000821/2022-15 Requerente: YAMAHA MOTOR DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: MASAHIRO MORISHITA Data Nascimento: 18/08/1981 Passaporte: TK9345279 País: JAPAO.

Processo: 08228.004579/2022-41 Requerente: MITSUBISHI CORPORATION DO BRASIL S/A Prazo: 3 Anos Imigrante: GAKUJI SASAJI Data Nascimento: 13/05/1968 Passaporte: TS2614806 País: JAPAO.

Processo: 08228.004636/2022-91 Requerente: PANASONIC DO BRASIL LIMITADA Prazo: Indeterminado Imigrante: KIYOSHI KURIHARA Data Nascimento: 24/10/1978 Passaporte: TS 5031357 País: JAPAO.

Processo: 08228.002344/2022-14 Requerente: NYK DO BRASIL TRANSPORTE MARITIMO LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: KOHICHI KITAMURA Data Nascimento: 21/03/1975 Passaporte: MZ2041248 País: JAPAO.

Processo: 08228.004640/2022-51 Requerente: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: SUNGHYUN BAEK Data Nascimento: 02/02/1980 Passaporte: M260V0488 País: COREIA DO SUL.

Processo: 08228.004645/2022-82 Requerente: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: MINYONG KIM Data Nascimento: 22/11/1980 Passaporte: M326Z7605 País: COREIA DO SUL.

Processo: 08228.004575/2022-62 Requerente: ZUIKO INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: KAZUMA NAGATA Data Nascimento: 31/12/1996 Passaporte: TR 9761986 País: JAPAO.

Processo: 08228.004649/2022-61 Requerente: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: SOO HYUN YOON Data Nascimento: 08/01/1980 Passaporte: M517Y2990 País: COREIA DO SUL.

Processo: 08228.001191/2022-98 Requerente: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: HIDENOBU NISHIDA Data Nascimento: 11/01/1969 Passaporte: TT1433531 País: JAPAO.

Processo: 08228.004594/2022-99 Requerente: CTG BRASIL NEGOCIOS DE ENERGIA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: HONG ZHU Data Nascimento: 23/08/1982 Passaporte: PE2169159 País: CHINA.

Processo: 08228.002221/2022-83 Requerente: NAGASE DO BRASIL COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: WATARU ISHIHARA Data Nascimento: 29/09/1985 Passaporte: TS5114281 País: JAPAO.

Processo: 08228.004571/2022-84 Requerente: SOUZA CRUZ LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: Victor Julio Loria Saenz Data Nascimento: 12/04/1966 Passaporte: 401410481 País: COSTA RICA.

Processo: 08228.000963/2022-74 Requerente: POSCO DO BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: JOON YOUP JUNG Data Nascimento: 28/09/1974 Passaporte: M72605371 País: COREIA DO SUL.

Processo: 08228.002110/2022-77 Requerente: NIPPON AMAZON ALUMINIO LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: TARO UBUKATA Data Nascimento: 12/07/1991 Passaporte: TR4038218 País: JAPAO.

Processo: 08228.004648/2022-16 Requerente: SUMITOMO CORPORATION DO BRASIL S/A Prazo: Indeterminado Imigrante: MANABU ASAKAWA Data Nascimento: 01/05/1984 Passaporte: TZ 1024609 País: JAPAO.

Processo: 08228.000896/2022-98 Requerente: YKK DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: KEISUKE HASHIMOTO Data Nascimento: 16/07/1977 Passaporte: TZ1013681 País: JAPAO.

Processo: 08228.000548/2022-11 Requerente: YKK DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: KAZUHIKO ITO Data Nascimento: 01/08/1974 Passaporte: TT1837346 País: JAPAO.

Processo: 08228.000598/2022-14 Requerente: SUMITOMO CORPORATION DO BRASIL S/A Prazo: Indeterminado Imigrante: TAKAMASA UEDA Data Nascimento: 04/02/1975 Passaporte: TZ1201657 País: JAPAO.

Processo: 08228.004626/2022-56 Requerente: JFE SHOJI TRADE DO BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: NAOTO ONO Data Nascimento: 14/04/1970 Passaporte: TT1333699 País: JAPAO.

Processo: 08228.001639/2022-73 Requerente: STO BRASIL REVESTIMENTOS E FACHADAS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: JOSE ROBERTO BERLINGERI Data Nascimento: 12/04/1967 Passaporte: 548580217 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.004692/2022-26 Requerente: GUMI BRASIL PARTICIPACOES S.A Prazo: Indeterminado Imigrante: MASATO KANEKO Data Nascimento: 26/01/1967 Passaporte: TR4096735 País: JAPAO.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 12/2017

Processo: 08228.002642/2022-12 Requerente: BREITENER ENERGETICA S/A Prazo: Indeterminado Imigrante: Javier Antonio Marrero Castells Data Nascimento: 10/11/1962 Passaporte: 540420657 País: ESTADOS UNIDOS.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 13/2017

Processo: 08228.000659/2022-27 Requerente: STAR INDIA COMERCIO E IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: NISHANT GUPTA Data Nascimento: 08/01/1995 Passaporte: Z1795162 País: INDIA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 16/2017

Processo: 08228.003785/2022-33 Requerente: JULIANA MASSAIOLI DE SOUSA Prazo: 1 Ano Imigrante: ANTONIO MIGUEL RAMOS VIEIRA Data Nascimento: 26/09/1993 Passaporte: PAN395889 País: ESPANHA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 19/2017

Processo: 08228.003774/2022-53 Requerente: SHPS TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: WEI-SHUAN LEE Data Nascimento: 25/04/1993 Passaporte: 351660625 País: CHINA.

Processo: 08228.003535/2022-11 Requerente: VALLOUREC SOLUCOES TUBULARES DO BRASIL S.A. Prazo: 2 Anos Imigrante: Antoine, Patrick, Paul Guillemant Data Nascimento: 09/10/2001 Passaporte: 22AA63645 País: FRANCA.

Processo: 08228.003540/2022-14 Requerente: VALLOUREC SOLUCOES TUBULARES DO BRASIL S.A. Prazo: 2 Anos Imigrante: Lucas, Michel, Guillaume Bleuzé Data Nascimento: 17/06/1999 Passaporte: 20DF18339 País: FRANCA.

Processo: 08228.003473/2022-21 Requerente: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 24 Mêses Imigrante: CHAO HE Data Nascimento: 04/02/1991 Passaporte: EA5414777 País: CHINA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 21/2017

Processo: 08228.004014/2022-63 Requerente: COTIA FUTEBOL CLUBE Prazo: 05 Anos Imigrante: KAMAHA JOEL NGAPPI Data Nascimento: 03/10/2002 Passaporte: AA126865 País: CAMAROES Mãe: NDEKO LIZETTE Pai: NGAPPI MICHAEL.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 24/2018

Processo: 08228.000159/2022-95 Requerente: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA Prazo: 12 Mêses Imigrante: Jaan Valsiner Data Nascimento: 29/06/1951 Passaporte: USA566893453 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: Endla Valsiner Pai: Aleksandr Valsiner.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de residência (imigrantes que já se encontram em território nacional), ressaltando que os respectivos registros, decorrentes de renovação ou alteração para prazo indeterminado ou situações correlatas, deverão observar as instruções de atendimento da Polícia Federal:

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 02/2017

Processo: 08228.000744/2022-95 Requerente: XLX - COMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: MINGHUA CHEN Data Nascimento: 07/09/1979 Passaporte: E49699857 País: CHINA Mãe: SAIZHU KIN Pai: PUSHENG CHEN.

Processo: 08228.002580/2022-31 Requerente: VLADIMIR FERNANDES MENEZES Prazo: 1 Ano Imigrante: GOCHA OKROPIRIDZE Data Nascimento: 19/03/1977 Passaporte: PASSAPORTE País: RUSSIA Mãe: Julia Bochmsnova Pai: Nugzar Okropiridze.

Processo: 08228.002808/2022-92 Requerente: MONTE HILAIRE EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS S.A. Prazo: 1 Ano Imigrante: FRANCISCO MANUEL TEIXEIRA AFONSO SOLLARI ALLEGRO Data Nascimento: 06/10/1983 Passaporte: CA664023 País: PORTUGAL Mãe: Maria Isabel Cardoso Teixeira Afonso Sollari Allegro Pai: Arnaldo Manuel Montenegro Sollari Allegro.

Processo: 08228.003232/2022-81 Requerente: FRANCELINO MATCHU CA Prazo: 2 Anos Imigrante: FANCELINO MATCHU CA Data Nascimento: 04/07/1995 Passaporte: C000986528 País: GUINE-BISSAU Mãe: QUINTA INSUMBO Pai: FERNANDO CA .

Processo: 08228.003633/2022-31 Requerente: CHINA THREE GORGES BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: RUOPENG ZHANG Data Nascimento: 27/04/1984 Passaporte: PE2169158 País: CHINA Mãe: Jing Li Pai: Yu Zhang.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 03/2017 (Art. 3º)

Processo: 08228.002172/2022-89 Requerente: AIST BRAZIL SOFTWARE LIMITADA Prazo: 1 Ano Imigrante: Denis Baboshin Data Nascimento: 17/05/1989 Passaporte: 728888166 País: RUSSIA.

Processo: 08228.003548/2022-72 Requerente: SAE TOWERS BRASIL TORRES DE TRANSMISSAO LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Varun Alambayan Data Nascimento: 29/09/1983 Passaporte: M4471259 País: INDIA.

Processo: 08228.003551/2022-96 Requerente: SAE TOWERS BRASIL TORRES DE TRANSMISSAO LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Meenakshi Sundaram Suppiah Data Nascimento: 08/09/1977 Passaporte: L8614217 País: INDIA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 06/2017

Processo: 08228.002358/2022-38 Requerente: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Attie Johannes Bean Data Nascimento: 20/09/1974 Passaporte: M00096433 País: REPUBL. DA AFRICA DO SUL.

Processo: 08228.002998/2022-48 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: Invalid date Imigrante: GRZEGORZ MARIAN RZEWUSKI Data Nascimento: 28/02/1953 Passaporte: EL2219739 País: POLONIA.

Processo: 08228.002965/2022-14 Requerente: SIEM OFFSHORE DO BRASIL S/A Prazo: 1 Ano Imigrante: RAZVAN-STELIAN CONSTANTINESCU Data Nascimento: 26/10/1978 Passaporte: 059475432 País: ROMENIA.

Processo: 08228.001828/2022-46 Requerente: COMPANHIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: Invalid date Imigrante: Mayur Hirji Devaliya Data Nascimento: 08/07/1989 Passaporte: Z4124258 País: INDIA Imigrante: Jigneshkumar Ramji Chavan Data Nascimento: 01/11/1988 Passaporte: R0109163 País: INDIA Imigrante: Sajeevkumar Panikkaveettil Data Nascimento: 13/06/1988 Passaporte: R1454577 País: INDIA Imigrante: Laison Francis Data Nascimento: 08/01/1990 Passaporte: U5224382 País: INDIA Imigrante: Kamran Agani Dasurkar Data Nascimento: 27/02/1986 Passaporte: U4217300 País: INDIA Imigrante: Krijith Kunnummal Data Nascimento: 26/04/1996 Passaporte: M8556979 País: INDIA Imigrante: Vaibhav Sharma Data Nascimento: 15/04/1989 Passaporte: P5447293 País: INDIA.

Processo: 08228.000114/2022-11 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: Invalid date Imigrante: SAYED MOHSIN MUKVE Data Nascimento: 17/03/1985 Passaporte: N7800295 País: INDIA.

Processo: 08228.003572/2022-11 Requerente: TRIDENT ENERGY DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: HUGO GABRIEL SINTES Data Nascimento: 20/03/1992 Passaporte: 18DH08965 País: FRANCA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 10/2017

Processo: 08228.001808/2022-75 Requerente: INSTITUTO ATAIRU Prazo: 2 Anos Imigrante: Alejandro Kilian Suárez de Ugarte Data Nascimento: 10/01/1982 Passaporte: PAF672526 País: ESPANHA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 11/2017 (Art. 6º c/c 2º, Inc I)

Processo: 08228.002551/2022-79 Requerente: GBROOT BRASIL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: SEUNG IL KIM Data Nascimento: 24/10/1973 Passaporte: M345897 País: COREIA DO SUL.

Processo: 08228.002793/2022-62 Requerente: GBROOT BRASIL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: CLARISSA HSIN EN WU Data Nascimento: 19/02/1994 Passaporte: 677382573 País: ESTADOS UNIDOS.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 13/2017

Processo: 08228.003563/2022-11 Requerente: EXATAMENTE COMPRA VENDA E ALUGUEL DE IMOVEIS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: PHILIPPE MAX F DE NIJS Data Nascimento: 18/04/1961 Passaporte: EN992861 País: BELGICA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 14/2017

Processo: 08228.003586/2022-25 Requerente: PROVINCIA DOS MISSIONARIOS COMBONIANOS DO BRASIL Prazo: 2 Anos Imigrante: Giovanni Munari Data Nascimento: 26/05/1950 Passaporte: YA8386946 País: ITALIA.

Processo: 08228.003081/2022-61 Requerente: CONGREGACAO DOS FILHOS DA CARIDADE CANOSSIANOS Prazo: 2 Anos Imigrante: edgar filomeno soares alves da silva Data Nascimento: 16/06/1974 Passaporte: cc186178 País: PORTUGAL.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Alteração de Prazo (RN 02/2017)

Processo: 08228.003705/2022-41 Requerente: GFT BRASIL CONSULTORIA INFORMATICA LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: MICHELLE CAROL NAVARRO PACHECO Data Nascimento: 16/09/1994 Passaporte: 118786503 País: PERU Mãe: Cleofe Mercedes Pacheco Jauqui Pai: Luis Javier Navarro Monroe.

Processo: 08228.003445/2022-11 Requerente: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Sidhardha Kumar Pachimala Data Nascimento: 02/06/1984 Passaporte: K9443287 País: INDIA Mãe: Swarna Latha Pachimala Pai: Maheswara Rao Pachimala.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 03/2017)

Processo: 08228.002405/2022-43 Requerente: TOTALENERGIES EP BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Philippe Morvant Data Nascimento: 24/06/1973 Passaporte: FV14122 País: FRANCA Mãe: Monique Daniele Vichard Pai: Georges Dominique Morvant.

Processo: 08228.003465/2022-83 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Tobias Hans Jansson Data Nascimento: 09/06/1990 Passaporte: FP3747359 País: FINLANDIA Mãe: Lis-Mari Margareta Jansson Pai: Hans Gosta Mikael Jansson.

Processo: 08228.002725/2022-11 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Markus Christian Kofler Data Nascimento: 30/07/1981 Passaporte: U5268486 País: AUSTRIA Mãe: Waltraud Kofler Pai: Rudolf Kofler.

Processo: 08228.001924/2022-94 Requerente: ZKTECO DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano Imigrante: GUANG CHEN Data Nascimento: 04/11/1996 Passaporte: EJ2426413 País: CHINA Mãe: Qiaozhen Bai Pai: Jianzhong Chen.

Processo: 08228.002711/2022-81 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: WISIT POOLCHANA Data Nascimento: 22/08/1989 Passaporte: AA9653389 País: TAILANDIA Mãe: RATTANA POOLCHANA Pai: CHROEN POOLCHANA.

Processo: 08228.002746/2022-19 Requerente: HIMILE BRASIL INDUSTRIA MECANICA DE PRECISAO LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: LEI YAO Data Nascimento: 09/11/1990 Passaporte: EH9154296 País: CHINA Mãe: HAIQIN LIU Pai: MINGCHANG YAO.

Processo: 08228.002207/2022-81 Requerente: BBCA BRAZIL INDUSTRIAL E INVESTIMENTOS LTDA Prazo: 9 Mêses Imigrante: WENLING SHI Data Nascimento: 05/03/1994 Passaporte: EJ2544160 País: CHINA Mãe: LIZHEN WANG Pai: CHENGYU SHI.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 04/2017)

Processo: 08228.003138/2022-21 Requerente: HUAWEI GESTAO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: QING LIAO Data Nascimento: 27/02/1986 Passaporte: EJ4145266 País: CHINA Mãe: XUEE WANG Pai: ZHONGLIN LIAO.

Processo: 08228.003135/2022-98 Requerente: HUAWEI GESTAO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: YANG LI Data Nascimento: 18/09/1989 Passaporte: E91973115 País: CHINA Mãe: YONGHONG YANG Pai: YOUWEN LI.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 07/2017)

Processo: 08228.004206/2022-71 Requerente: COMANDO DA MARINHA Prazo: 02 Anos Imigrante: Sébastien Paul Joseph Gergaud Data Nascimento: 02/03/1991 Passaporte: 19KR32906 País: FRANCA Mãe: Dominique Michele Jeanne Marie Leroux Pai: Roland Jacques Yves Gergaud.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 11/2017)

Processo: 08228.003474/2022-74 Requerente: CELULOSE NIPO-BRASILEIRA S.A. - CENIBRA Prazo: Indeterminado Imigrante: KAZUHIKO KAMADA Data Nascimento: 07/02/1960 Passaporte: TR5099763 País: JAPAO Mãe: KYOKO KAMADA Pai: MASAJIRO KAMADA.

Processo: 08228.001657/2022-55 Requerente: MARUBENI BRASIL S A Prazo: Indeterminado Imigrante: NAONORI ISHII Data Nascimento: 06/03/1967 Passaporte: TR5103321 País: JAPAO Mãe: KIEKO ISHII Pai: AKIO ISHII.

Processo: 08228.001895/2022-61 Requerente: MAPFRE BRASIL PARTICIPACOES S.A. Prazo: Indeterminado Imigrante: Fernando Perez Serrabona Garcia Data Nascimento: 14/08/1964 Passaporte: PAN333018 País: ESPANHA Mãe: Francisca Garcia Amador Pai: Jose Maria Perez Serrabona Aranda.

Processo: 08228.001636/2022-31 Requerente: CHINA CONSTRUCTION BANK (BRASIL) BANCO MULTIPLO S/A Prazo: Indeterminado Imigrante: Zhiqiang Zhu Data Nascimento: 14/07/1971 Passaporte: PE1817908 País: CHINA Mãe: Yuying Ling Pai: Yuncheng Zhu.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 15/2017)

Processo: 08228.003015/2022-91 Requerente: Joshua John Woroniecki Prazo: 1 Ano Imigrante: Joshua John Woroniecki Data Nascimento: 11/09/1988 Passaporte: Passaporte País: ESTADOS UNIDOS Mãe: Leslie Jean Ochalek Pai: Michael Peter Woroniecki.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 36/2018 (Art. 4º c/c 2º, Alínea a)

Processo: 08228.000618/2022-31 Requerente: CHRISTOPHE COLETTE MICHEL DUMORTIER Prazo: 2 Anos Imigrante: CHRISTOPHE COLETTE MICHEL DUMORTIER Data Nascimento: 22/07/1983 Passaporte: EN848602 País: BELGICA Mãe: Martine Blondine Andrée Baillieu Pai: Philippe Jean Marie Antoine Dumortier.

Processo: 08228.001834/2022-11 Requerente: DANIEL GUY HEMPEY Prazo: Invalid date Imigrante: DANIEL GUY HEMPEY Data Nascimento: 13/11/1962 Passaporte: Ppte nº 568037881 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: Evelyn Anita Hempey Pai: Ralph Clifford Hempey.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 36/2018 (Art. 4º c/c 2º, Alínea b)

Processo: 08228.003076/2022-58 Requerente: HENRIKE GERTRUD MARIA RALENKOTTER Prazo: 2 Anos Imigrante: HENRIKE GERTRUD MARIA RALENKOTTER Data Nascimento: 16/12/1962 Passaporte: C7KJCL1PP País: ALEMANHA OCIDENTAL Mãe: MARIA BERNHARDINE REINHILD RALENKOTTER Pai: WILHELM GERHARD RALENKOTTER.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 40/2019 (Art. 3º c/c 4º, Inciso I)

Processo: 08228.003149/2022-11 Requerente: REINHARD WOLFGANG GERHARD KUMMER Prazo: 2 Anos Imigrante: Reinhard Wolfgang Gerhard Kummer Data Nascimento: 18/07/1952 Passaporte: C4J67YJM2 País: ALEMANHA Mãe: Ursula Christa Kummer Pai: Reinhard Wolfgang Gerhard Kummer.

CIOMARA MAFRA DOS REIS
Substituta

RETIFICAÇÕES

No despacho dA Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 86, de 09/05/2022, Seção 1, página 60, Processo: 47039.003913/2022-28, onde se lê: Mãe: Saul Taub; Pai: Susanne Rose Garfinkle, leia-se: Mãe: Susanne Rose Garfinkle; Pai: Saul Taub.

No despacho dA Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 84, de 05/05/2022, Seção 1, página 57-83, Processo: 08228001436202287, onde se lê: Passaporte: 115980361, leia-se: Passaporte: G145738.

No despacho dA Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 84, de 05/05/2022, Seção 1, página 81, Processo: 08228.002542/2022-88, onde se lê: Imigrante: NAOHIRO HASEGAWA, leia-se: Imigrante: NAOYUKI HASEGAWA.

No despacho dA Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 84, de 05/05/2022, Seção 1, página 57-83, Processo: 08228001884202281, onde se lê: Mãe: Saveeta Gorakh Lokhande; Pai: Gorakh Tukaram Lokhande, leia-se: Mãe: Saveeta Gorakhnath Lokhande; Pai: Gorakhnath Tukaram Lokhande.

No despacho dA Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 86, de 09/05/2022, Seção 1, página 60, Processo: 08228.002790/2022-29, onde se lê: Data Nascimento: 21/11/1962, leia-se: Data Nascimento: 21/05/1962.

No despacho dA Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 86, de 09/05/2022, Seção 1, página 57, Processo: 08228.003421/2022-53, onde se lê: Imigrante: DEXTER DE GUZMAN, leia-se: Imigrante: DEXTER MESINA DE GUZMAN.

No despacho dA Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 84, de 05/05/2022, Seção 1, página 57-83, Processo: 08228.001956/2022-91, onde se lê: Imigrante: Suresh Kumar Rajarathinam, leia-se: Imigrante: SURESH KUMAR RAJA RATHINAM.

No despacho dA Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 84, de 05/05/2022, Seção 1, página 57-83, Processo: 08228.003086/2022-93, onde se lê: Passaporte: C8MVJGT47, leia-se: Passaporte: C8MWJGT47.

No despacho dA Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 66, de 06/04/2022, Seção 1, página 571, Processo: 08228.000298/2022-19, onde se lê: Data Nascimento: 18/09/1995, leia-se: Data Nascimento: 18/09/1955.

No despacho dA Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 84, de 05/05/2022, Seção 1, página 57-83, Processo: 08228.002919/2022-15, onde se lê: Imigrante: Oddmund Sundfjord, leia-se: Imigrante: ODDMUND KRISTOFFER SUNDFJORD.

No despacho dA Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 98, de 23/05/2018, Seção 1, página 50, Processo: 46094.000444/2017-09, onde se lê: Imigrante: Amorabi Soki Mampuya, leia-se: Imigrante: Amorabi Mampuya Soki.

No despacho dA Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 84, de 05/05/2022, Seção 1, página 57-83, Processo: 08228.002205/2022-91, onde se lê: Imigrante: Erico Girello, leia-se: Imigrante: ENRICO GIRELLO.

No despacho dA Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 84, de 05/05/2022, Seção 1, página 57-83, Processo: 08228.001065/2022-33, onde se lê: Prazo: 45 Dias, leia-se: Prazo: 2 Anos.

COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA

DESPACHO Nº 48/2022

Despacho nº 48/2022/DINAC_Perda_CANC_AUTO_DE_RESID/DINAC_Administrativo/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Migrações: Autorização de Residência por Prazo Indeterminado
Interessado: JOSEPH ECHEZONA ANIEMEKA
Processo nº 08505.013383/2019-25

Não conheço do Recurso, conforme disposto no art. 63, I, da Lei nº 9784, de 29 de janeiro de 1999, e mantenho o Ato publicado no Diário Oficial da União de 06 de julho de 2021, Seção 1, terça-feira, página 55.

FLÁVIO HENRIQUE DINIZ OLIVEIRA
Coordenador- Geral

DESPACHOS

Despacho nº 4312/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento
Interessado: RAFAEL JOSÉ MENDOZA
Processo: 235881.0015204/2020
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, tendo em vista que o requerente não apresentou comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa conforme previsto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020 e o atestado de antecedentes criminais do país de origem, pelo não cumprimento dos incisos III e IV do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4313/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento
Processo: 235881.0139718/2021
Interessado: PIERRE NIAU AKMANSOY
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no inciso II, do art. 65, da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 221 do Decreto 9.199/2017.

FLÁVIO HENRIQUE DINIZ OLIVEIRA
Coordenador-Geral

COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

PORTARIA Nº 452, DE 13 DE MAIO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.001883/2019-14, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, FAKRUL ISLAM, de nacionalidade bengali, filho de Ataul Hoque e de Rajia Begum, nascido na República Popular do Bangladesh, em 7 de julho de 1975, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 4 (quatro) anos e 6 (seis) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 453, DE 13 DE MAIO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.005068/2015-92, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, CESAR AUGUSTO TEJADA ORTEGA, de nacionalidade peruana, filho de Jeremias Ortega Leon e de Nora Arena Tejada, nascido na República do Peru, em 2 de agosto de 1988, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 454, DE 13 DE MAIO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08505.006825/2021-00, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, VICTOR ALFONSO VALENCIA RIVERA, de nacionalidade colombiana, filho de Orlando Valencia e de Fani Rivera, nascido na República da Colômbia, em 19 de fevereiro de 1987, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 6 (seis) anos, 9 (nove) meses e 18 (dezoito) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 455, DE 13 DE MAIO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08500.050340/2019-71, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, SANDRA MILENA ABELLO GONZALEZ, de nacionalidade colombiana, filha de Gabriel Abello e de Francisca Gonzalez, nascida na República da Colômbia, em 6 de março de 1995, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 10 (dez) anos, 2 (dois) meses e 10 (dez) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DESPACHOS

Despacho nº 4314/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0047992/2021
Interessado: ABDUL RASHID JIBRIL

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou como comprovação da capacidade de se comunicar em língua portuguesa documento não previsto no art. 5º da Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020 e, portanto, não atende a exigência contida no inciso III, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4315/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0020409/2021
Interessado: ESTRELLA DALI AVILES AGUILAR

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que a requerente não apresentou atestado de antecedentes criminais ou documento equivalente emitido pelo país de origem legalizado e traduzido, no Brasil, por tradutor público juramentado, no momento da formalização do pedido (o documento apresentado não atende à exigência contida no inciso IV, do art. 65 da Lei 13.445/2017). A requerente foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando, assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4316/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0161887/2022
Interessado: MAMADOU NIANG

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado à complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4317/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0102303/2021
Interessado: ARIF OMAR KAREEM AL KUTKY

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou o atestado de antecedentes criminais ou documento equivalente emitido pelo país de origem (só apresentou tradução) e não apresentou certidão de antecedentes criminais da Justiça Estadual, e portanto não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO

DESPACHOS

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, declara que a exata data de nascimento de RUBENTZ STEPHANO BASIL - F139766-B, incluído na Portaria nº 627, de 5 de abril de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 6 de abril de 2022, é 27 de novembro de 2009, e não como constou. Processo nº 08084.002666/2022-45

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, declara que a exata data de nascimento de RAWAN RAJAB - F238841-L, incluída na Portaria nº 395, de 26 de abril de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 27 de abril de 2022, é 6 de novembro de 2011, e não como constou. Processo nº 08000.011754/2022-11

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, declara que HSU YA HUEI, incluída na Portaria nº 910, de 14 de agosto de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2002, passou a assinar SUNNY HSU YA HUEI, em virtude de haver contraído matrimônio com CHEN RUE HAN, em 12 de setembro de 2014, conforme Certidão de Casamento expedida pelo Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais da Aclimação do 37º Subdistrito da Capital do Município e Comarca de São Paulo - Estado de São Paulo, Matrícula 113225 01 55 2014 2 00035 131 0010126 90. Processo nº 08018.027405/2022-21

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, declara que o exato nome dos genitores de DAYANA PEREZ SELLERA - G359487-I, incluída na Portaria nº 311, de 1° de abril de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 4 de abril de 2022, é REYNALDO PEREZ RODRIGUEZ e REYNA SELLERA VAZQUEZ, e não como constou. Processo nº 08018.027899/2022-44

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, declara que JOON SALMAN NASSER AL HARAZI - F263293-X, incluída na Portaria da nº 1.659, de 18 de junho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 19 de junho de 2020, é natural do Iêmen, e não como constou.

Declara, ainda, que o exato nome da genitora de JOON SALMAN NASSER AL HARAZI é SALA AREF ESMAIL AL AHLASI, não como constou. Processo nº 08018.027438/2022-71

MARTHA PACHECO BRAZ

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

DESPACHO DPJUS/SENAJUS Nº 954, DE 11 DE MAIO DE 2022

Despacho nº 954/2022/DPJUS/SENAJUS

Processo MJSP nº: 08017.000403/2022-03

Novela: ALMA GÊMEA

Considerando a NOTA TÉCNICA Nº 16/2022/CPCIND/DPJUS/SENAJUS/MJ (17982014), mantenho a classificação indicativa atribuída à obra "ALMA GÊMEA" como "não recomendado para menores de 14 (catorze) anos", em razão dos conteúdos de violência e de drogas lícitas.

BRUNO ANDRADE COSTA
Diretor

DESPACHOS DE 13 DE MAIO DE 2022

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA, no uso das atribuições conferidas pelo inciso art. 16, inciso VIII, do Anexo I, do Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, e considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999, na Portaria MJ nº 362, de 1° de março de 2016 e na Portaria nº 537, de 4 de julho de 2017, resolve:

Nº 970 - Tornar público o DEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social INSTITUTO BIOLEO ACAO TRIANGULO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL, com sede em Santo André/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 01.729.479/0001-64, nos termos do que estabelece o art. 1°, §2°, da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, consoante exame promovido no âmbito da Nota Técnica nº 332/2022/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ. Processo SEI/MJ nº (08026.000148/2022-81).

Nº 971 - Tornar público o CANCELAMENTO da qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), a pedido da entidade social INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO EM SAUDE, com sede em São Bernardo do Campo/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 05.903.047/0001-89, conforme Nota Técnica nº 318/2022/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ. Processo SEI/MJ nº 08026.000219/2022-46.

Nº 972 - Tornar público o DEFERIMENTO do pedido de qualificação (17816752) como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social NUCLEO ASSISTENCIAL HOMENS DO CAMINHO, com sede em SÃO PAULO - SP, inscrita no CNPJ sob o nº 57.281.388/0001-63, nos termos do que estabelece o art. 1°, §2°, da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, consoante exame promovido no âmbito da Nota Técnica nº 337/2022/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ (18008625). Processo SEI/MJ nº (08026.000253/2022-11).

Nº 973 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social CERRADO SOCIOAMBIENTAL E CULTURAL, com sede em Goiânia/GO, inscrita no CNPJ sob o nº 22.878.954/0001-34, em razão do não-cumprimento dos requisitos exigidos pela Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, consoante exame promovido no âmbito do Despacho nº 789/2022/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS. Por oportuno, atenta-se ao teor do Despacho nº 789/2022/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS no sentido de que a entidade terá o prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação deste ato, para apresentar a documentação faltante, nos termos do art. 4º, § 1º, inciso III, da Portaria MJ nº 362, de 2016. Processo SEI/MJ nº 08026.000243/2022-85

Nº 975 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social INSTITUTO SOCIAL, CULTURAL, EDUCACIONAL E BENEFICENTE VIDA NOVA DE SAO JOSE DO RIO PRETO - SP, com sede em São José do Rio Preto/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 34.867.779/0001-69, em razão do não-cumprimento dos requisitos exigidos pela Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, consoante exame promovido no âmbito do Despacho nº 746/2022/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS. Processo SEI/MJ nº 08000.010664/2022-11.

BRUNO ANDRADE COSTA

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO Nº 604, DE 12 DE MAIO DE 2022

DESPACHO SG Nº 604/2022
Ato de Concentração n° 08700.006512/2021-37
Requerentes: Ream Participações S.A. (Ream) e Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras)
Advogados: Ricardo Franco Botelho, Daniel Costa Caselta, Elisa Hime Funari, Victoria Malta Corradini e outros.
Terceiros Interessados: Distribuidora Equador de Produtos de Petróleo S.A. (Equador); Sociedade Fogás Ltda. (Fogás); Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. (Ipiranga); e Raízen S.A. (Raízen).
Advogados: pela Fogás, Gyedre Carneiro de Oliveira e outros; pela Equador, Ana Paula Paschoalini e outros; pela Ipiranga, Gabriel Nogueira Dias e outros; e pela Raízen, Victor Santos Rufino e outros.

Com fulcro no §1º do artigo 50 da Lei 9.784, de 1999, integro as razões do Parecer N° 6/2022/CGAA4/SGA1/SG/CADE (SEI 1060809) à presente decisão, inclusive quanto à sua motivação. Nos termos dos artigos 13, inciso XII, e 57, inciso I, da Lei nº 12.529, de 2011, decido pela aprovação sem restrições do presente Ato de Concentração.

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Superintendente-Geral

DESPACHOS DE 13 DE MAIO DE 2022

DESPACHO SG Nº 612/2022
Ato de Concentração nº 08700.002553/2022-35. Requerentes: Hydro REIN Boa Sorte Holding BV, Alumínio Brasileiro S.A. e Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A. Advogados: Maria Eugenia Novis e João Azambuja. Decido pela aprovação sem restrições.

DESPACHO SG Nº 616/2022
Ato de Concentração nº 08700.002450/2022-75. Requerentes: Companhia de Participações em Concessões, Barcas S.A. - Transportes Marítimos e SPTA Holding em Transporte Aquaviário Ltda. Advogados: Marcos Paulo Verissimo, Ana Carolina Lopes de Carvalho e João Felipe Achcar de Azambuja. Decido pela aprovação sem restrições.

DESPACHO SG Nº 617/2022
Ato de Concentração nº 08700.002617/2022-06. Requerentes: Cummins Inc. e Meritor, Inc. Advogados: Francisco Todorov, Daniel Costa Rebello e Outros. Decido pela aprovação sem restrições.

DESPACHO SG Nº 618/2022
Ato de Concentração nº 08700.006922/2021-88. Requerentes: South America Seed Investments S.L. e HO Semillas Holding S.A. Advogados: José Inácio F. de Almeida Prado Filho, Bruna Anklam e outros. Com fulcro no §1º do art. 50 da Lei 9.784/99, integro as razões do Parecer nº 205/2022/CGAA5/SGA1/SG (1061373) à presente decisão, inclusive quanto à sua motivação. Nos termos dos arts. 13, XII, e art. 57, I, da Lei nº 12.529/11, decido pela aprovação sem restrições do presente ato de concentração.

DESPACHO SG Nº 619/2022
Ato de Concentração nº 08700.002430/2022-02; Requerentes: Fresenius Kabi Aktiengesellschaft, Insud Pharma, S.L. e INVIM Corporativo, S.L. Advogados: Lauro Celidonio, Renata Zuccolo, Jéssica Gusman Gomes e Giovanna de Cristofaro. Decido pela aprovação sem restrições.

DESPACHO SG Nº 620/2022
Ato de Concentração nº 08700.002451/2022-10. Requerentes: Hydro REIN Netherlands B.V., Scatec ASA e Equinor Renewables BV. Advogados: Maria Eugênia Novis e João Azambuja. Decido pela aprovação sem restrições.

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Superintendente-Geral

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA ICMBIO Nº 339, DE 9 DE MAIO DE 2022

Aprova o Regimento Interno do Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio Alto Tarauacá - Santa Rosa do Purus (Processo 02070.006627/2018-11).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº. 10.234, de 11 de fevereiro de 2020, designado pela Portaria nº 1.280, de 09 de novembro de 2021, da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União de 10 de novembro de 2021, Seção 2, pág. 01.

Considerando a Portaria ICMBio nº 139, de 03 de janeiro de 2013, que estabelece, dentre outras Providências, a terminologia "áreas temáticas" para a organização interna da unidade organizacional;

Considerando a Portaria ICMBio nº 102, de 10 de fevereiro de 2020 e sua alteração pela Portaria ICMBio nº 246, de 30 de março de 2022, que prevê que cada NGI disporá de um Regimento Interno que estabelecerá a sua estrutura gerencial em Áreas Temáticas de atuação, suas competências e outras atribuições regimentais necessárias, observando-se o modelo anexo à Portaria;

Considerando a Portaria nº 111, de 12 de fevereiro de 2020, que instituiu o Núcleo de Gestão integrada - ICMBio Alto Tarauacá - Santa Rosa do Purus; resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio Alto Tarauacá - Santa Rosa do Purus, na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor no primeiro dia útil do mês subsequente a sua publicação.

MARCOS DE CASTRO SIMANOVIC

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DO NÚCLEO DE GESTÃO INTEGRADA - ICMBIO ALTO TARAUACÁ - SANTA ROSA DO PURUS

CAPÍTULO I - DA CONCEITUAÇÃO E DA NATUREZA

Art. 1º O Núcleo de Gestão Integrada (NGI) - ICMBio Alto Tarauacá - Santa Rosa do Purus foi constituído como um arranjo organizacional estruturador do processo gerencial das unidades de conservação federais (UC), a citar: Reserva Extrativista do Alto Tarauacá e Floresta Nacional de Santa Rosa do Purus.

Art. 2º Este Regimento Interno estabelece a organização e o funcionamento das Áreas Temáticas (AT) do NGI- ICMBio Alto Tarauacá - Santa Rosa do Purus.

Parágrafo único. As Áreas Temáticas constituem uma estratégia de agrupamento dos processos e macroprocessos institucionais de acordo com os principais eixos de trabalho no NGI- ICMBio Alto Tarauacá - Santa Rosa do Purus e são estruturadas com a finalidade de atender ao estabelecido nos Planos de Manejo e planejamentos gerenciais anuais, visando alcançar os objetivos de cada UC componente do NGI.

CAPÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA

Art. 3º O NGI - ICMBio Alto Tarauacá - Santa Rosa do Purus é estruturado em 8 (oito) Áreas Temáticas:

I. Planejamento, coordenação e monitoramento da gestão e acompanhamento dos Conselhos das UC;

II. Gestão de meios e administração de pessoal;

III. Proteção ambiental, fiscalização e controle de emergências;

IV. Gestão do conhecimento e monitoramento da biodiversidade;

V. Regularização fundiária e consolidação territorial das UC;

VI. Gestão do uso público, negócios e serviços ambientais;

VII. Apoio ao desenvolvimento socioeconômico das populações beneficiárias; e

VIII. Licenciamentos, autorizações e ordenamento da ocupação territorial.

CAPÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Art. 4º À Área Temática Planejamento, coordenação e monitoramento da gestão do NGI e acompanhamento dos Conselhos das UC compete:

I - acompanhar e colaborar com a construção e execução dos Planos de Ação das Áreas Temáticas, promovendo ajustes de fluxos e procedimentos, de forma alinhada às diretrizes e fluxos institucionais;

II - coordenar a elaboração e supervisionar a execução do Planejamento Gerencial Integrado do NGI - ICMBio Alto Tarauacá - Santa Rosa do Purus, de escopo anual, alinhando as atividades, metas e cronogramas dos Planos de Ação das diferentes Áreas Temáticas, em consonância com:

a) o Planejamento Estratégico Integrado do Ministério do Meio Ambiente e de suas Vinculadas;

b) os planejamentos da Gerência Regional; e

c) os Planos de Manejo, Decretos de criação e orientações dos Conselhos das UC integrantes.

III - instruir e supervisionar a elaboração e/ou revisão dos Planos de Manejos das unidades de conservação do NGI - ICMBio Alto Tarauacá - Santa Rosa do Purus;

IV - monitorar e avaliar a implementação dos Planos de Manejo e, com apoio das demais Áreas Temáticas e alimentar o Sistema de Análise e Monitoramento da Gestão - SAMGe/ICMBio;

V - articular e acompanhar acordos de cooperação e parcerias com instituições governamentais e não-governamentais, visando o apoio financeiro, logístico, técnico e de pessoal para viabilizar e otimizar o cumprimento das ações do NGI - ICMBio Alto Tarauacá - Santa Rosa do Purus;

VI - articular a participação qualificada do ICMBio em fóruns e arranjos institucionais colaborativos, como conselhos Municipais e similares, bem como em instâncias de governança local e regional;

VII - instruir os processos e acompanhar a destinação e execução de recursos de compensação ambiental e/ou advindos da celebração de Termos de Ajustamento de Conduta ou similares;

VIII - coordenar o planejamento e a implementação, em colaboração com as demais Áreas Temáticas, das atividades de comunicação, entre as quais, a elaboração de conteúdos para divulgação externa, a administração de canais e plataformas de comunicação, a gestão do banco de imagens e das autorizações de seu uso e captação;

IX - coordenar o planejamento e a implementação, em colaboração com as demais Áreas Temáticas, de atividades de educação e sensibilização ambiental, entre aos quais, a elaboração do Projeto Político Pedagógico e a gestão de visitas educativas;

X - coordenar o planejamento e a implementação, em colaboração com as demais Áreas Temáticas, do Programa de Voluntariado;

XI - coordenar as atividades de organização e suporte às reuniões dos Conselhos das unidades de conservação, fornecendo subsídios para elaboração e implementação de seus planos de ação e acompanhando as atividades de Grupos de Trabalho, Câmaras Técnicas e outras formas de organização decorrentes do funcionamento dos Conselhos das UC; e

XII - coordenar, elaborar e executar ações de integração das UC com as comunidades residentes em seu interior e entorno, buscando o aumento e a qualificação da participação social nos processos de gestão das UC.

Parágrafo único. A Área Temática Planejamento e monitoramento da gestão e acompanhamento dos Conselhos das UC será coordenada pelo Chefe do NGI - ICMBio Alto Tarauacá - Santa Rosa do Purus.

Art. 5º À Área Temática Gestão de meios e administração de pessoal compete:

I - gerenciar demandas administrativas, financeiras e logísticas do NGI - ICMBio Alto Tarauacá - Santa Rosa do Purus e de suas Bases Avançadas (BAV) e Bases Operacionais (BAP), quando existentes;

II - administrar os bens patrimoniais e infraestruturas, efetuando seu inventário na periodicidade pertinente;

III - executar as demandas administrativas e operacionais relacionadas à gestão, manutenção e aquisição de veículos e equipamentos, efetuando seu inventário e desfazimento na periodicidade pertinente;

IV - executar as demandas administrativas e logísticas relacionadas ao funcionamento dos Conselhos das UC;

V - atender às demandas administrativas e operacionais relacionadas à gestão de contratos e de projetos especiais;

VI - realizar as atividades relacionadas à gestão de pessoas, incluindo o registro e acompanhamento de frequência, férias, licenças e capacitação dos servidores, bem como, o suporte administrativo na gestão de colaboradores, estagiários, voluntários e contratos temporários;

VII - elaborar, em articulação com as demais áreas técnicas, plano anual de capacitação dos servidores do NGI - ICMBio Alto Tarauacá - Santa Rosa do Purus; e

VIII - realizar as atividades de gestão documental, incluindo protocolo e despacho de documentos.

Art. 6º À Área Temática Proteção ambiental, fiscalização e controle de emergências, compete:

I - coordenar a elaboração, em conjunto com as demais Áreas Temáticas, do Planejamento de Ações de Fiscalização - PLANAF das UC integrantes do NGI e, a partir destes planejamentos, elaborar o Plano de Ação anual da Área Temática, que comporá o Plano Gerencial Integrado do NGI - ICMBio Alto Tarauacá - Santa Rosa do Purus;

II - elaborar e aplicar procedimentos e protocolos para execução e monitoramento das atividades de proteção ambiental, fiscalização e controle de emergências;

III - coordenar a execução das atividades de proteção ambiental, fiscalização e controle de emergências;

IV - articular parcerias e representar ICMBio, sob delegação do chefe do NGI, em ações institucionais coordenadas de proteção, fiscalização e controle de emergências ambientais;

V - coordenar equipes de colaboradores oriundos de parcerias interinstitucionais, estágios, programas de voluntariado ou contratos temporários, em atividades relativas à proteção ambiental;

VI - monitorar os resultados e elaborar relatórios das atividades de proteção ambiental, fiscalização e controle de emergências;

VII - operar sistemas necessários à execução das atividades de proteção ambiental e fiscalização e manter atualizada a base de dados de Autos de Infração e Notificações;

VIII - instruir, acompanhar, elaborar pareceres instrutórios e encaminhar processos administrativos pertinentes à proteção e fiscalização;

IX - zelar pelos bens apreendidos em ações de fiscalização que estiverem sob guarda do NGI - ICMBio Alto Tarauacá - Santa Rosa do Purus;

X - receber denúncias de infrações e crimes ambientais e adotar as providências cabíveis;

XI - indicar a necessidade de sinalização dos limites das UC e implantar equipamentos de sinalização visando a proteção;

XII - analisar e acompanhar a execução de Planos de Recuperação de Áreas Degradadas, que tiverem origem em Autos de Infração, no interior ou entorno das UC;

XIII - coordenar as ações de fiscalização, combate e prevenção aos incêndios e representar o NGI em ações institucionais coordenadas de combate ao fogo; e

XIV - planejar e promover a execução do processo de capacitação, seleção e contratação da brigada de prevenção e combate a incêndios, bem como gerenciar a brigada durante o período de contratação.

Art. 7º À Área Temática Gestão do conhecimento e monitoramento da biodiversidade compete:

I - elaborar, implementar, avaliar e atualizar os Planos de Pesquisa e Monitoramento das UC integrantes do NGI e, a partir destes planejamentos, elaborar o Plano de Ação anual da Área Temática, que comporá o Plano Gerencial Integrado do NGI - ICMBio Alto Tarauacá - Santa Rosa do Purus;

II - receber, analisar, emitir e homologar, via SISBIO, pareceres referentes às solicitações de pesquisa nas UC;

III - articular, sob orientação do Chefe do NGI - ICMBio Alto Tarauacá - Santa Rosa do Purus, o estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento de pesquisas e monitoramentos prioritários para a gestão;

IV - coordenar o trabalho das equipes de colaboradores oriundos de parcerias interinstitucionais, estágios, programas de voluntariado ou contratos temporários, em atividades relativas a pesquisa e monitoramento;

V - apoiar e acompanhar as atividades de pesquisa, monitoramento e manejo nas UC's;

VI - desenvolver e manter bases de dados atualizadas sobre pesquisas e monitoramentos realizados nas UC;

VII - planejar, realizar capacitações e implantar os protocolos de monitoramento da biodiversidade nas UC do NGI - ICMBio Alto Tarauacá - Santa Rosa do Purus;

VIII - articular e coordenar a implantação e manutenção de estruturas de apoio às pesquisas e ao monitoramento da biodiversidade nas UC do NGI - ICMBio Alto Tarauacá - Santa Rosa do Purus;

IX - com apoio de instituições parceiras, elaborar, implementar, avaliar e atualizar planos de controle de espécies exóticas, de recuperação ambiental e protocolos sanitários nas UC do ICMBio NGI - ICMBio Alto Tarauacá - Santa Rosa do Purus;

X - divulgar as atividades de pesquisa e monitoramento em fóruns técnico-científicos, comunidades do entorno das UC e meios de comunicação acessíveis a todos os públicos; e

XI - subsidiar tecnicamente a elaboração/revisão dos Planos de Manejo das UC e demais planejamentos do NGI - ICMBio Alto Tarauacá - Santa Rosa do Purus

Art. 8º À Área Temática Regularização fundiária e consolidação territorial das UC's compete:

I - elaborar, implementar, avaliar e atualizar o Plano de Consolidação Territorial das UC integrantes do NGI e, a partir destes planejamentos, elaborar o Plano de Ação anual da Área Temática, que comporá o Plano Gerencial Integrado do NGI - ICMBio Alto Tarauacá - Santa Rosa do Purus;

II - elaborar procedimentos e protocolos para a execução e monitoramento das atividades de implementação do Plano de Consolidação Territorial Integrado;

III - coordenar e acompanhar atividades de regularização fundiária e de consolidação de limites previstas no Plano de Consolidação Territorial Integrado;

IV - instruir e acompanhar os processos administrativos concernentes à consolidação territorial, incluindo demarcação e consolidação de limites das UC;

V - elaborar relatórios das atividades relacionadas à consolidação territorial das UC;

VI - produzir, sistematizar e manter atualizados os dados georreferenciados sobre imóveis e ocupações nas UC;

VII - articular, sob orientação do Chefe do NGI - ICMBio Alto Tarauacá - Santa Rosa do Purus, parcerias com outras instituições para a consolidação territorial das unidades de conservação que integram o NGI; e

VIII - realizar ações de divulgação e orientação sobre os procedimentos e documentos necessários para regularização fundiária das UC.

Art. 9º À Área Temática Gestão do uso público, negócios e serviços ambientais compete:

I - elaborar, implementar, avaliar e atualizar o Plano de Uso Público das UC integrantes do NGI e, a partir destes planejamentos, elaborar o Plano de Ação anual da Área Temática, que comporá o Plano Gerencial Integrado do NGI - ICMBio Alto Tarauacá - Santa Rosa do Purus;

II - regulamentar, ordenar e monitorar a visitação nas UC seguindo as diretrizes estabelecidas nos seus respectivos Planos de Manejo e de Uso Público;

III - propor, instruir, acompanhar e fiscalizar processos de autorizações e permissões para atividades de apoio à visitação no ICMBio NGI - ICMBio Alto Tarauacá - Santa Rosa do Purus;

IV - propor, instruir, acompanhar e fiscalizar processos de concessão de serviços de apoio à visitação no NGI - ICMBio Alto Tarauacá - Santa Rosa do Purus;

V - coordenar as equipes de colaboradores oriundos de parcerias interinstitucionais, estágios, programas de voluntariado ou contratos temporários, em atividades relativas ao uso público, negócios e serviços ambientais;

VI - não sendo objeto de concessão, manter e implementar estruturas e equipamentos de suporte à visitação nas UC, incluindo a implantação e gerenciamento da sinalização de trilhas interpretativas;

VII - divulgar informações sobre os atrativos naturais e culturais, bem como os serviços de apoio à visitação nas UC;

VIII - executar e/ou acompanhar a execução por parceiros de eventos de formação e capacitação de operadores de turismo;

IX - acompanhar e fiscalizar processos de concessão florestal nas UCs do NGI - ICMBio Alto Tarauacá - Santa Rosa do Purus; e

X - propor, instruir, acompanhar e fiscalizar processos de extração e comercialização de espécimes madeireiras exóticas no NGI - ICMBio Alto Tarauacá - Santa Rosa do Purus.

Art. 10. À Área Temática Apoio ao desenvolvimento socioeconômico das populações beneficiárias compete:

I - Realizar diagnósticos e planejar a atuação e/ou colaboração do ICMBio no apoio ao desenvolvimento socioeconômico das populações beneficiárias nas UC integrantes do NGI e elaborar o Plano de Ação anual da Área Temática, que comporá o Plano Gerencial Integrado do NGI - ICMBio Alto Tarauacá - Santa Rosa do Purus;

II - fomentar, acompanhar e monitorar o desenvolvimento de atividades geradoras de renda compatíveis com os objetivos das UC e alinhadas ao perfil sociocultural das populações beneficiárias, como o extrativismo sustentável de recursos naturais e pesqueiros, o manejo florestal sustentável familiar (PMFSF), o manejo legalizado de fauna silvestre, o turismo de base comunitária (TBC), a produção agroflorestal e outras;

III - articular e executar, com outras instituições públicas e privadas, programas, propostas e atividades que visem o aprimoramento e a sustentabilidade dos sistemas de produção desenvolvidos pelos beneficiários das UC;

IV - planejar e implementar atividades e projetos de engajamento, sensibilização ambiental e de capacitação de comunitários;

V - apoiar o desenvolvimento e implantação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento social, econômico e cultural das populações beneficiárias; e

VI - manter atualizado o cadastro das famílias beneficiárias das UCs integrantes do NGI - ICMBio Alto Tarauacá - Santa Rosa do Purus.

Art. 11. À Área Temática Licenciamentos, autorizações e ordenamento da ocupação territorial compete:

I - realizar estudos e planejar a atuação e/ou colaboração do ICMBio no ordenamento da ocupação territorial no interior das UC integrantes do NGI e elaborar o Plano de Ação anual da Área Temática, que comporá o Plano Gerencial Integrado do NGI - ICMBio Alto Tarauacá - Santa Rosa do Purus;

II - acompanhar, analisar e manifestar-se em processos de autorização direta e de licenciamento ambiental na área de abrangência das UC do NGI - ICMBio Alto Tarauacá - Santa Rosa do Purus;

III - monitorar o atendimento de condicionantes ambientais das atividades instaladas na área de abrangência das UC do NGI - ICMBio Alto Tarauacá - Santa Rosa do Purus e, em caso de desacordo, adotar as providências cabíveis em articulação com a Área Temática de Proteção ambiental, fiscalização e controle de emergências;

IV - analisar e emitir parecer técnico dos projetos e estudos ambientais com vistas ao licenciamento ambiental;

V - monitorar o uso e a ocupação territorial na área de abrangência do NGI - ICMBio Alto Tarauacá - Santa Rosa do Purus e contribuir nas ações interinstitucionais de controle, ordenamento da ocupação e ordenamento das atividades realizadas; e

VI - articular a participação qualificada do ICMBio em fóruns e arranjos institucionais de governança e ordenamento territorial.

Art. 12. São atribuições específicas do Chefe do ICMBio NGI - ICMBio Alto Tarauacá - Santa Rosa do Purus:

I - coordenar as atividades administrativas, logísticas, operacionais e de representação institucional do NGI - ICMBio Alto Tarauacá - Santa Rosa do Purus, respondendo pela gestão de todas as UC que integram o NGI;

II - coordenar a elaboração e revisão do Planejamento Gerencial Integrado do NGI - ICMBio Alto Tarauacá - Santa Rosa do Purus e supervisionar a execução, monitoramento e avaliação das atividades programadas;

III - presidir os Conselhos das UC integrantes do ICMBio NGI - ICMBio Alto Tarauacá - Santa Rosa do Purus , buscando promover, consolidar e integrar estes fóruns representativos de gestão social;

IV - supervisionar os trabalhos realizados nas Áreas Temáticas, buscando promover e consolidar a ação colaborativa entre suas equipes técnicas;

V - supervisionar a representação do NGI - ICMBio Alto Tarauacá - Santa Rosa do Purus nos convênios, parcerias e acordos estabelecidos com instituições governamentais e não governamentais;

VI - responder pelas atividades essenciais das Áreas Temáticas nos impedimentos legais ou faltas de seus respectivos coordenadores ou servidores designados;

VII - aprovar os Planos de Trabalho Individuais dos servidores, após a aprovação do coordenador de cada Área Temática;

VIII - realizar a avaliação de desempenho individual anual dos servidores em exercício no NGI - ICMBio Alto Tarauacá - Santa Rosa do Purus , em conjunto com os coordenadores de cada Área Temática;

IX - emitir parecer conclusivo sobre assuntos colocados ao seu exame e decisão; e

X - quando necessário, convocar, em articulação com a Área Temática Proteção ambiental, fiscalização e controle de emergências, os servidores do NGI - ICMBio Alto Tarauacá - Santa Rosa do Purus a participarem de ações de proteção.

Art. 13. São atribuições dos responsáveis pela coordenação das Áreas Temáticas:

I - coordenar e implementar as atividades que competem às Áreas Temáticas para os quais forem designados;

II - identificar oportunidades de captação de recursos e elaborar planos de trabalho, solicitações de aplicação de recursos, dentre outros documentos processuais, destinados ao fortalecimento das Áreas Temáticas em que atuam;

III - cumprir atribuições específicas definidas formalmente pela chefia do NGI - ICMBio Alto Tarauacá - Santa Rosa do Purus;

IV - manter regularmente atualizados os registros das atividades realizadas, conforme os instrumentos de gestão definidos em conjunto com a chefia do NGI - ICMBio Alto Tarauacá - Santa Rosa do Purus;

V - coordenar a elaboração e execução dos Planos de Trabalho Individuais dos servidores;

VI - elaborar relatório anual de atividades da Área Temática a qual for designado; e

VII - responder junto à Sede e aos Centros de Pesquisa e Conservação como ponto focal dos processos e macroprocessos institucionais abrangidos por sua Área Temática.

Art. 14. São atribuições dos servidores do NGI - ICMBio Alto Tarauacá - Santa Rosa do Purus:

I - executar as atividades que lhes forem determinadas pela chefia do NGI - ICMBio Alto Tarauacá - Santa Rosa do Purus e pelo coordenador da Área Temática em que atua, respeitadas as atribuições dos cargos e as competências institucionais;

II - elaborar manifestações técnicas de sua área de competência;

III - elaborar relatórios de atividades e manter atualizados bancos de dados relacionados;

IV - operar sistemas de informação necessários à execução das atividades; e

V - zelar pela integridade, manutenção, limpeza e utilização adequada das infraestruturas, instalações e equipamentos compartilhados.

CAPÍTULO IV - DOS RECURSOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS

Art. 15. As infraestruturas, instalações e equipamentos disponibilizados para as unidades de conservação que integram o NGI compreendem bens que serão geridos pelo NGI - ICMBio Alto Tarauacá - Santa Rosa do Purus de forma harmônica e compartilhada, no desenvolvimento articulado de todas as Áreas Temáticas, visando o benefício comum das UCs componentes.

Art. 16. Os recursos orçamentários e financeiros serão compartilhados entre as unidades de conservação integrantes do NGI - ICMBio Alto Tarauacá - Santa Rosa do Purus.

Art. 17. Sempre que possível, e quando assim não for impedido, a aplicação dos recursos oriundos de projetos especiais e outras fontes não orçamentárias deverá ser orientada para beneficiar todas as unidades integrantes do NGI - ICMBio Alto Tarauacá - Santa Rosa do Purus.

CAPÍTULO V - DAS REUNIÕES DE TRABALHO E PLANEJAMENTO

Art. 18. Deverão ser realizadas reuniões mensais de trabalho pela equipe do NGI - ICMBio Alto Tarauacá - Santa Rosa do Purus, visando avaliar as atividades realizadas, compartilhar os resultados alcançados e programar as ações a serem executadas pelas Áreas Temáticas, tendo por referência o Planejamento Gerencial Integrado do NGI, os Planos de Manejo das UCs, os planos de trabalho das Áreas Temáticas e o Planejamento Estratégico do ICMBio.

Parágrafo único. As reuniões deverão ser registradas por meio de Ata ou Memória de Reunião e disponibilizadas em respectivo processo eletrônico SEI.

Art. 19. Deverá ser realizado, anualmente, um Seminário de Avaliação e Planejamento Integrado do NGI - ICMBio Alto Tarauacá - Santa Rosa do Purus, que orientará a elaboração dos respectivos planos de trabalho das Áreas Temáticas.

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20. Além das competências e atribuições estabelecidas neste Regimento Interno, outras poderão ser cometidas às Áreas Temáticas e aos seus servidores, com o propósito de cumprir os objetivos das unidades de conservação.

Art. 21. As dúvidas suscitadas e os casos omissos serão dirimidos pela chefia do NGI - ICMBio Alto Tarauacá - Santa Rosa do Purus, ouvidas, quando necessário, as instâncias superiores.

PORTARIA ICMBIO Nº 342, DE 9 DE MAIO DE 2022

Aprova o Regimento Interno do Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio Porto Velho (Processo 02070.002831/2020-70).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº. 10.234, de 11 de fevereiro de 2020, designado pela Portaria nº 1.280, de 09 de novembro de 2021, da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União de 10 de novembro de 2021, Seção 2, pág. 01.

Considerando a Portaria ICMBio nº 139, de 03 de janeiro de 2013, que estabelece, dentre outras Providências, a terminologia "áreas temáticas" para a organização interna da unidade organizacional;

Considerando a Portaria ICMBio nº 102, de 10 de fevereiro de 2020 e sua alteração pela Portaria ICMBio nº 246, de 30 de março de 2022, que prevê que cada NGI disporá de um Regimento Interno que estabelecerá a sua estrutura gerencial em Áreas Temáticas de atuação, suas competências e outras atribuições regimentais necessárias, observando-se o modelo anexo à Portaria;

Considerando a Portaria ICMBio nº 425, de 11 de Maio de 2020, que instituiu o Núcleo de Gestão Integrada - Porto Velho; resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio Porto Velho, na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor no primeiro dia útil do mês subsequente a sua publicação.

MARCOS DE CASTRO SIMANOVIC

ANEXO I

REGIMENTO INTERNO DO NÚCLEO DE GESTÃO INTEGRADA - ICMBIO PORTO VELHO

CAPÍTULO I - DA CONCEITUAÇÃO E DA NATUREZA

Art. 1° O Núcleo de Gestão Integrada (NGI) - ICMBio Porto Velho foi constituído como um arranjo organizacional estruturador do processo gerencial das unidades de conservação federais, a citar:

I - FLONA de Balata-Tufari;

II - FLONA de Humaitá;

III - PARNA Nascentes do Lago Jari;

IV - FLONA do Bom Futuro;

V - FLONA do Jamari; e

VI - PARNA Mapinguari.

Art. 2º Este Regimento Interno estabelece a estrutura e organização para funcionamento das Áreas Temáticas (AT) do NGI - ICMBio Porto Velho.

Parágrafo único. As Áreas Temáticas constituem uma estratégia de agrupamento dos processos e macroprocessos institucionais de acordo com os principais eixos de trabalho no NGI - ICMBio Porto Velho e são estruturadas com a finalidade de atender ao estabelecido nos Planos de Manejo e planejamentos gerenciais anuais, visando alcançar os objetivos de cada UC componente do NGI.

CAPÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA

Art. 3° O NGI - ICMBio Porto Velho é estruturado em 8 (oito) Áreas Temáticas (AT):

I - Planejamento, coordenação e monitoramento da gestão e acompanhamento dos Conselhos;

II - Gestão de meios e administração de pessoal;

III - Proteção ambiental, fiscalização e controle de emergências;

IV - Gestão de conhecimento e monitoramento da biodiversidade;

V - Regularização fundiária e consolidação territorial das UCs;

VI - Gestão do uso público, negócios e serviços ambientais;

VII - Apoio ao desenvolvimento socioeconômico das populações beneficiárias; e

VIII - Licenciamentos, autorizações e ordenamento da ocupação territorial.

CAPÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS E DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 4° À Área Temática Planejamento, coordenação e monitoramento da gestão do NGI e acompanhamento dos Conselhos das UC's compete:

I - acompanhar e colaborar com a construção e execução dos Planos de Ação das Áreas Temáticas, promovendo ajustes de fluxos e procedimentos, de forma alinhada às diretrizes e fluxos institucionais;

II - coordenar a elaboração e supervisionar a execução do Planejamento Gerencial Integrado do ICMBio Porto Velho, de escopo anual, alinhando as atividades, metas e cronogramas dos Planos de Ação das diferentes Áreas Temáticas, em consonância com:

a) o Planejamento Estratégico Integrado do Ministério do Meio Ambiente e de suas Vinculadas;

b) os planejamentos da Gerência Regional; e

c) os Planos de Manejo, Decretos de criação e orientações dos Conselhos das UC integrantes.

III - instruir e supervisionar a elaboração e/ou revisão dos Planos de Manejos das unidades de conservação do ICMBio Porto Velho;

IV - monitorar e avaliar a implementação dos Planos de Manejo e, com apoio das demais Áreas Temáticas e alimentar o Sistema de Análise e Monitoramento da Gestão - SAMGe/ICMBio;

V - articular e acompanhar acordos de cooperação e parcerias com instituições governamentais e não-governamentais, visando o apoio financeiro, logístico, técnico e de pessoal para viabilizar e otimizar o cumprimento das ações do ICMBio Porto Velho;

VI - articular a participação qualificada do ICMBio em fóruns e arranjos institucionais colaborativos, como conselhos Municipais e similares, bem como em instâncias de governança local e regional;

VII - instruir os processos e acompanhar a destinação e execução de recursos de compensação ambiental e/ou advindos da celebração de Termos de Ajustamento de Conduta ou similares;

VIII - coordenar o planejamento e a implementação, em colaboração com as demais Áreas Temáticas, das atividades de comunicação, entre as quais, a elaboração de conteúdos para divulgação externa, a administração de canais e plataformas de comunicação, a gestão do banco de imagens e das autorizações de seu uso e captação;

IX - coordenar o planejamento e a implementação, em colaboração com as demais Áreas Temáticas, de atividades de educação e sensibilização ambiental, entre aos quais, a elaboração do Projeto Político Pedagógico e a gestão de visitas educativas;

X - coordenar o planejamento e a implementação, em colaboração com as demais Áreas Temáticas, do Programa de Voluntariado;

XI - coordenar as atividades de organização e suporte às reuniões dos Conselhos das unidades de conservação, fornecendo subsídios para elaboração e implementação de seus planos de ação e acompanhando as atividades de Grupos de Trabalho, Câmaras Técnicas e outras formas de organização decorrentes do funcionamento dos Conselhos das UC; e

XII - coordenar, elaborar e executar ações de integração das UC com as comunidades residentes em seu interior e entorno, buscando o aumento e a qualificação da participação social nos processos de gestão das UC.

Parágrafo único. A Área Temática Planejamento e monitoramento da gestão e acompanhamento dos Conselhos das UCs será coordenada pelo Chefe do ICMBio Porto Velho.

Art. 5º À Área Temática Gestão de meios e administração de pessoal compete:

I - gerenciar demandas administrativas, financeiras e logísticas do ICMBio Porto Velho e de suas Bases Avançadas (BAV) e Bases Operacionais (BAP), quando existentes;

II - administrar os bens patrimoniais e infraestruturas, efetuando seu inventário na periodicidade pertinente;

III - executar as demandas administrativas e operacionais relacionadas à gestão, manutenção e aquisição de veículos e equipamentos, efetuando seu inventário e desfazimento na periodicidade pertinente;

IV - executar as demandas administrativas e logísticas relacionadas ao funcionamento dos Conselhos das UC;

V - atender às demandas administrativas e operacionais relacionadas à gestão de contratos e de projetos especiais;

VI - realizar as atividades relacionadas à gestão de pessoas, incluindo o registro e acompanhamento de frequência, férias, licenças e capacitação dos servidores, bem como, o suporte administrativo na gestão de colaboradores, estagiários, voluntários e contratos temporários;

VII - elaborar, em articulação com as demais áreas técnicas, plano anual de capacitação dos servidores do ICMBio Porto Velho; e

VIII - realizar as atividades de gestão documental, incluindo protocolo e despacho de documentos.

Art. 6º À Área Temática Proteção ambiental, fiscalização e controle de emergências, compete:

I - coordenar a elaboração, em conjunto com as demais Áreas Temáticas, do Planejamento de Ações de Fiscalização - PLANAF das UC integrantes do NGI e, a partir destes planejamentos, elaborar o Plano de Ação anual da Área Temática, que comporá o Plano Gerencial Integrado do ICMBio Porto Velho.

II - elaborar e aplicar procedimentos e protocolos para execução e monitoramento das atividades de proteção ambiental, fiscalização e controle de emergências;

III - coordenar a execução das atividades de proteção ambiental, fiscalização e controle de emergências;

IV - articular parcerias e representar ICMBio, sob delegação do chefe do NGI, em ações institucionais coordenadas de proteção, fiscalização e controle de emergências ambientais;

V - coordenar equipes de colaboradores oriundos de parcerias interinstitucionais, estágios, programas de voluntariado ou contratos temporários, em atividades relativas à proteção ambiental;

VI - monitorar os resultados e elaborar relatórios das atividades de proteção ambiental, fiscalização e controle de emergências;

VII - operar sistemas necessários à execução das atividades de proteção ambiental e fiscalização e manter atualizada a base de dados de Autos de Infração e Notificações;

VIII - instruir, acompanhar, elaborar pareceres instrutórios e encaminhar processos administrativos pertinentes à proteção e fiscalização;

IX - zelar pelos bens apreendidos em ações de fiscalização que estiverem sob guarda do ICMBio Porto Velho;

X - receber denúncias de infrações e crimes ambientais e adotar as providências cabíveis;

XI - indicar a necessidade de sinalização dos limites das UC e implantar equipamentos de sinalização visando a proteção;

XII - analisar e acompanhar a execução de Planos de Recuperação de Áreas Degradadas, que tiverem origem em Autos de Infração, no interior ou entorno das UC;

XIII - coordenar as ações de fiscalização, combate e prevenção aos incêndios e representar o NGI em ações institucionais coordenadas de combate ao fogo; e

XIV - planejar e promover a execução do processo de capacitação, seleção e contratação da brigada de prevenção e combate a incêndios, bem como gerenciar a brigada durante o período de contratação.

Art. 7º À Área Temática Gestão do conhecimento e monitoramento da biodiversidade compete:

I - elaborar, implementar, avaliar e atualizar os Planos de Pesquisa e Monitoramento das UC integrantes do NGI e, a partir destes planejamentos, elaborar o Plano de Ação anual da Área Temática, que comporá o Plano Gerencial Integrado do ICMBio Porto Velho;

II - receber, analisar, emitir e homologar, via SISBIO, pareceres referentes às solicitações de pesquisa nas UC;

III - articular, sob orientação do Chefe do ICMBio Porto Velho, o estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento de pesquisas e monitoramentos prioritários para a gestão;

IV - coordenar o trabalho das equipes de colaboradores oriundos de parcerias interinstitucionais, estágios, programas de voluntariado ou contratos temporários, em atividades relativas a pesquisa e monitoramento;

V - apoiar e acompanhar as atividades de pesquisa, monitoramento e manejo nas UC's;

VI - desenvolver e manter bases de dados atualizadas sobre pesquisas e monitoramentos realizados nas UC;

VII - planejar, realizar capacitações e implantar os protocolos de monitoramento da biodiversidade nas UC do ICMBio Porto Velho;

VIII - articular e coordenar a implantação e manutenção de estruturas de apoio às pesquisas e ao monitoramento da biodiversidade nas UC do ICMBio Porto Velho;

IX - com apoio de instituições parceiras, elaborar, implementar, avaliar e atualizar planos de controle de espécies exóticas, de recuperação ambiental e protocolos sanitários nas UC do ICMBio Porto Velho;

X - divulgar as atividades de pesquisa e monitoramento em fóruns técnico-científicos, comunidades do entorno das UC e meios de comunicação acessíveis a todos os públicos; e

XI - subsidiar tecnicamente a elaboração/revisão dos Planos de Manejo das UC e demais planejamentos do ICMBio Porto Velho.

Art. 8º À Área Temática Regularização fundiária e consolidação territorial das UC's compete:

I - elaborar, implementar, avaliar e atualizar o Plano de Consolidação Territorial das UC integrantes do NGI e, a partir destes planejamentos, elaborar o Plano de Ação anual da Área Temática, que comporá o Plano Gerencial Integrado do ICMBio Porto Velho;

II - elaborar procedimentos e protocolos para a execução e monitoramento das atividades de implementação do Plano de Consolidação Territorial Integrado;

III - coordenar e acompanhar atividades de regularização fundiária e de consolidação de limites previstas no Plano de Consolidação Territorial Integrado;

IV - instruir e acompanhar os processos administrativos concernentes à consolidação territorial, incluindo demarcação e consolidação de limites das UC;

V - elaborar relatórios das atividades relacionadas à consolidação territorial das UC;

VI - produzir, sistematizar e manter atualizados os dados georreferenciados sobre imóveis e ocupações nas UC's;

VII - articular, sob orientação do Chefe do ICMBio Porto Velho, parcerias com outras instituições para a consolidação territorial das unidades de conservação que integram o NGI; e

VIII - realizar ações de divulgação e orientação sobre os procedimentos e documentos necessários para regularização fundiária das UC.

Art. 9º À Área Temática Gestão do uso público, negócios e serviços ambientais compete:

I - elaborar, implementar, avaliar e atualizar o Plano de Uso Público das UC integrantes do NGI e, a partir destes planejamentos, elaborar o Plano de Ação anual da Área Temática, que comporá o Plano Gerencial Integrado do ICMBio Porto Velho;

II - regulamentar, ordenar e monitorar a visitação nas UC's seguindo as diretrizes estabelecidas nos seus respectivos Planos de Manejo e de Uso Público;

III - propor, instruir, acompanhar e fiscalizar processos de autorizações e permissões para atividades de apoio à visitação no ICMBio Porto Velho;

IV - propor, instruir, acompanhar e fiscalizar processos de concessão de serviços de apoio à visitação no ICMBio Porto Velho;

V - coordenar as equipes de colaboradores oriundos de parcerias interinstitucionais, estágios, programas de voluntariado ou contratos temporários, em atividades relativas ao uso público, negócios e serviços ambientais;

VI - não sendo objeto de concessão, manter e implementar estruturas e equipamentos de suporte à visitação nas UC, incluindo a implantação e gerenciamento da sinalização de trilhas interpretativas;

VII - divulgar informações sobre os atrativos naturais e culturais, bem como os serviços de apoio à visitação nas UC;

VIII - executar e/ou acompanhar a execução por parceiros de eventos de formação e capacitação de operadores de turismo;

IX - acompanhar e fiscalizar processos de concessão florestal nas UC do ICMBio Porto Velho; e

X - propor, instruir, acompanhar e fiscalizar processos de extração e comercialização de espécimes madeireiras exóticas no ICMBio Porto Velho.

Art. 10. À Área Temática Apoio ao desenvolvimento socioeconômico das populações beneficiárias compete:

I - Realizar diagnósticos e planejar a atuação e/ou colaboração do ICMBio no apoio ao desenvolvimento socioeconômico das populações beneficiárias nas UC integrantes do NGI e elaborar o Plano de Ação anual da Área Temática, que comporá o Plano Gerencial Integrado do ICMBio Porto Velho;

II - fomentar, acompanhar e monitorar o desenvolvimento de atividades geradoras de renda compatíveis com os objetivos das UC e alinhadas ao perfil sociocultural das populações beneficiárias, como o extrativismo sustentável de recursos naturais e pesqueiros, o manejo florestal sustentável familiar (PMFSF), o manejo legalizado de fauna silvestre, o turismo de base comunitária (TBC), a produção agroflorestal e outras;

III - articular e executar, com outras instituições públicas e privadas, programas, propostas e atividades que visem o aprimoramento e a sustentabilidade dos sistemas de produção desenvolvidos pelos beneficiários das UC;

IV - planejar e implementar atividades e projetos de engajamento, sensibilização ambiental e de capacitação de comunitários;

V - apoiar o desenvolvimento e implantação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento social, econômico e cultural das populações beneficiárias; e

VI - manter atualizado o cadastro das famílias beneficiárias das UC's integrantes do ICMBio Porto Velho.

Art. 11. À Área Temática Licenciamentos, autorizações e ordenamento da ocupação territorial compete:

I - realizar estudos e planejar a atuação e/ou colaboração do ICMBio no ordenamento da ocupação territorial no interior das UC integrantes do NGI e elaborar o Plano de Ação anual da Área Temática, que comporá o Plano Gerencial Integrado do ICMBio Porto Velho;

II - acompanhar, analisar e manifestar-se em processos de autorização direta e de licenciamento ambiental na área de abrangência das UC do ICMBio Porto Velho;

III - monitorar o atendimento de condicionantes ambientais das atividades instaladas na área de abrangência das UC do ICMBio Porto Velho e, em caso de desacordo, adotar as providências cabíveis em articulação com a Área Temática de Proteção ambiental, fiscalização e controle de emergências;

IV - analisar e emitir parecer técnico dos projetos e estudos ambientais com vistas ao licenciamento ambiental;

V - monitorar o uso e a ocupação territorial na área de abrangência do ICMBio Porto Velho e contribuir nas ações interinstitucionais de controle, ordenamento da ocupação e ordenamento das atividades realizadas; e

VI - articular a participação qualificada do ICMBio em fóruns e arranjos institucionais de governança e ordenamento territorial.

Art. 12. São atribuições específicas do Chefe do ICMBio Porto Velho:

I - coordenar as atividades administrativas, logísticas, operacionais e de representação institucional do ICMBio Porto Velho, respondendo pela gestão de todas as UC que integram o NGI;

II - coordenar a elaboração e revisão do Planejamento Gerencial Integrado do ICMBio Porto Velho e supervisionar a execução, monitoramento e avaliação das atividades programadas;

III - presidir os Conselhos das UC integrantes do ICMBio Porto Velho, buscando promover, consolidar e integrar estes fóruns representativos de gestão social;

IV - supervisionar os trabalhos realizados nas Áreas Temáticas, buscando promover e consolidar a ação colaborativa entre suas equipes técnicas;

V - supervisionar a representação do ICMBio Porto Velho nos convênios, parcerias e acordos estabelecidos com instituições governamentais e não governamentais;

VI - responder pelas atividades essenciais das Áreas Temáticas nos impedimentos legais ou faltas de seus respectivos coordenadores ou servidores designados;

VII - aprovar os Planos de Trabalho Individuais dos servidores, após a aprovação do coordenador de cada Área Temática;

VIII - realizar a avaliação de desempenho individual anual dos servidores em exercício no ICMBio Porto Velho, em conjunto com os coordenadores de cada Área Temática;

IX - emitir parecer conclusivo sobre assuntos colocados ao seu exame e decisão; e

X - quando necessário, convocar, em articulação com a Área Temática Proteção ambiental, fiscalização e controle de emergências, os servidores do ICMBio Porto Velho a participarem de ações de proteção.

Art. 13. São atribuições dos responsáveis pela coordenação das Áreas Temáticas:

I - coordenar e implementar as atividades que competem às Áreas Temáticas para os quais forem designados;

II - identificar oportunidades de captação de recursos e elaborar planos de trabalho, solicitações de aplicação de recursos, dentre outros documentos processuais, destinados ao fortalecimento das Áreas Temáticas em que atuam;

III - cumprir atribuições específicas definidas formalmente pela chefia do ICMBio Porto Velho;

IV - manter regularmente atualizados os registros das atividades realizadas, conforme os instrumentos de gestão definidos em conjunto com a chefia do ICMBio Porto Velho;

V - coordenar a elaboração e execução dos Planos de Trabalho Individuais dos servidores;

VI - elaborar relatório anual de atividades da Área Temática a qual for designado; e

VII - responder junto à Sede e aos Centros de Pesquisa e Conservação como ponto focal dos processos e macroprocessos institucionais abrangidos por sua Área Temática.

Art. 14. São atribuições dos servidores do ICMBio Porto Velho:

I - executar as atividades que lhes forem delegadas pela chefia do ICMBio Porto Velho e pelo coordenador da Área Temática em que atua, respeitadas as atribuições dos cargos e as competências institucionais;

II - elaborar manifestações técnicas de sua área de competência;

III - elaborar relatórios de atividades e manter atualizados bancos de dados relacionados;

IV - operar sistemas de informação necessários à execução das atividades; e

V - zelar pela integridade, manutenção, limpeza e utilização adequada das infraestruturas, instalações e equipamentos compartilhados.

CAPÍTULO IV - DOS RECURSOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS

Art. 15. As infraestruturas, instalações e equipamentos disponibilizados para as unidades de conservação que integram o NGI compreendem bens que serão geridos pelo ICMBio Porto Velho de forma harmônica e compartilhada, no desenvolvimento articulado de todas as Áreas Temáticas, visando o benefício comum das UC's componentes.Art. 16. Os recursos orçamentários e financeiros serão compartilhados entre as unidades de conservação integrantes do ICMBio Porto Velho.

Art. 17. Sempre que possível, e quando assim não for impedido, a aplicação dos recursos oriundos de projetos especiais e outras fontes não orçamentárias deverá ser orientada para beneficiar todas as unidades integrantes do ICMBio Porto Velho.

CAPÍTULO V - DAS REUNIÕES DE TRABALHO E PLANEJAMENTO

Art. 18. Deverão ser realizadas reuniões mensais de trabalho pela equipe do ICMBio Porto Velho, visando avaliar as atividades realizadas, compartilhar os resultados alcançados e programar as ações a serem executadas pelas Áreas Temáticas, tendo por referência o Planejamento Gerencial Integrado do NGI, os Planos de Manejo das UC's, os planos de trabalho das Áreas Temáticas e o Planejamento Estratégico do ICMBio.

Parágrafo único. As reuniões deverão ser registradas por meio de Ata ou Memória de Reunião e disponibilizadas em respectivo processo eletrônico SEI.

Art. 19. Deverá ser realizado, anualmente, um Seminário de Avaliação e Planejamento Integrado do ICMBio Porto Velho, que orientará a elaboração dos respectivos planos de trabalho das Áreas Temáticas.

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20. Além das competências e atribuições estabelecidas neste Regimento Interno, outras poderão ser cometidas às Áreas Temáticas e aos seus servidores, com o propósito de cumprir os objetivos das unidades de conservação.

Art. 21. As dúvidas suscitadas e os casos omissos serão dirimidos pela chefia do ICMBio Porto Velho, ouvidas, quando necessário, as instâncias superiores.

PORTARIA ICMBIO Nº 344, DE 9 DE MAIO DE 2022

Aprova o Regimento Interno do Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio Guajará-Mirim (Processo 02070.002803/2020-52).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº. 10.234, de 11 de fevereiro de 2020, designado pela Portaria nº 1.280, de 09 de novembro de 2021, da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União de 10 de novembro de 2021, Seção 2, pág. 01.

Considerando a Portaria ICMBio nº 139, de 03 de janeiro de 2013, que estabelece, dentre outras Providências, a terminologia "áreas temáticas" para a organização interna da unidade organizacional;

Considerando a Portaria ICMBio nº 102, de 10 de fevereiro de 2020 e sua alteração pela Portaria ICMBio nº 246, de 30 de março de 2022, que prevê que cada NGI disporá de um Regimento Interno que estabelecerá a sua estrutura gerencial em Áreas Temáticas de atuação, suas competências e outras atribuições regimentais necessárias, observando-se o modelo anexo à Portaria;

Considerando a Portaria n° 432, de 11 de maio de 2020 que Institui o Núcleo de Gestão Integrada (NGI) - ICMBio Guajará-Mirim, um arranjo organizacional para gestão territorial de Unidades de Conservação federais, no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio Guajará-Mirim, na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor no primeiro dia útil do mês subsequente a sua publicação.

MARCOS DE CASTRO SIMANOVIC

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DO NÚCLEO DE GESTÃO INTEGRADA ICMBIO GUAJARÁ-MIRIM

CAPÍTULO I

DA CONCEITUAÇÃO E DA NATUREZA

Art. 1. O Núcleo de Gestão Integrada (NGI) ICMBio Guajará-Mirim foi constituído como um arranjo organizacional estruturador do processo gerencial das unidades de conservação federais (UC), a citar: Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, Reserva Extrativista Barreiro das Antas e Parque Nacional da Serra da Cutia, conforme a Portaria n° 432, de 11 de maio de 2020.

Art. 2. Este Regimento Interno estabelece a organização e o funcionamento das Áreas Temáticas (AT) do NGI ICMBio Guajará-Mirim/Rondônia.

Parágrafo único. As Áreas Temáticas constituem uma estratégia de agrupamento dos processos e macroprocessos institucionais de acordo com os principais eixos de trabalho no ICMBio Guajará- Mirim e são estruturadas com a finalidade de atender ao estabelecido nos Planos de Manejo e planejamentos gerenciais anuais, visando alcançar os objetivos de cada UC componente do NGI.

CAPÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA

Art. 3º O ICMBio Guajará-Mirim é estruturado em 8 (oito) Áreas Temáticas:

I. Planejamento, coordenação e monitoramento da gestão e acompanhamento dos Conselhos das UC;

II. Gestão de meios e administração de pessoal;

III. Proteção ambiental, fiscalização e controle de emergências;

IV. Gestão do conhecimento e monitoramento da biodiversidade;

V. Regularização fundiária e consolidação territorial das UC's;

VI. Gestão do uso público, negócios e serviços ambientais;

VII. Apoio ao desenvolvimento socioeconômico das populações beneficiárias; e

VIII. Licenciamentos, autorizações e ordenamento da ocupação territorial.

CAPÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Art. 4º À Área Temática Planejamento, coordenação e monitoramento da gestão do NGI Guajará- Mirim, e acompanhamento dos Conselhos das UC's compete:

I - acompanhar e colaborar com a construção e execução dos Planos de Ação das Áreas Temáticas, promovendo ajustes de fluxos e procedimentos, de forma alinhada às diretrizes e fluxos institucionais;

II - coordenar a elaboração e supervisionar a execução do Planejamento Gerencial Integrado do ICMBio Guajará-Mirim, de escopo anual, alinhando as atividades, metas e cronogramas dos Planos de Ações das diferentes Áreas Temáticas, em consonância com:

a) o Planejamento Estratégico Integrado do Ministério do Meio Ambiente e de suas Vinculadas;

b) os planejamentos da Gerência Regional Norte; e

c) os Planos de Manejo, Decretos de criação e orientações dos Conselhos das UC integrantes.

III - instruir e supervisionar a elaboração e/ou revisão dos Planos de Manejos das unidades de conservação do ICMBio Guajará-Mirim;

IV - monitorar e avaliar a implementação dos Planos de Manejo e, com apoio das demais Áreas Temáticas e alimentar o Sistema de Análise e Monitoramento da Gestão - SAMGe/ICMBio;

V - articular e acompanhar acordos de cooperação e parcerias com instituições governamentais e não-governamentais, visando o apoio financeiro, logístico, técnico e de pessoal para viabilizar e otimizar o cumprimento das ações do ICMBio Guajará-Mirim;

VI - articular a participação qualificada do ICMBio em fóruns e arranjos institucionais colaborativos, como conselhos Municipais e similares, bem como em instâncias de governança local e regional;

VII - instruir os processos e acompanhar a destinação e execução de recursos de compensação ambiental e/ou advindos da celebração de Termos de Ajustamento de Conduta ou similares;

VIII - coordenar o planejamento e a implementação, em colaboração com as demais Áreas Temáticas, das atividades de comunicação, entre as quais, a elaboração de conteúdos para divulgação externa, a administração de canais e plataformas de comunicação, a gestão do banco de imagens e das autorizações de seu uso e captação;

IX - coordenar o planejamento e a implementação, em colaboração com as demais Áreas Temáticas, de atividades de educação e sensibilização ambiental, entre aos quais, a elaboração do Projeto Político Pedagógico e a gestão de visitas educativas;

X - coordenar o planejamento e a implementação, em colaboração com as demais Áreas Temáticas, do Programa de Voluntariado;

XI - coordenar as atividades de organização e suporte às reuniões dos Conselhos das unidades de conservação, fornecendo subsídios para elaboração e implementação de seus planos de ação e acompanhando as atividades de Grupos de Trabalho, Câmaras Técnicas e outras formas de organização decorrentes do funcionamento dos Conselhos das UC; e

XII - coordenar, elaborar e executar ações de integração das UC com as comunidades residentes em seu interior e entorno, buscando o aumento e a qualificação da participação social nos processos de gestão das UC.

Parágrafo único. A Área Temática Planejamento e monitoramento da gestão e acompanhamento dos Conselhos das UC será coordenada pelo Chefe do ICMBio Guajará-Mirim.

Art. 5º À Área Temática Gestão de meios e administração de pessoal compete:

I - gerenciar demandas administrativas, financeiras e logísticas do ICMBio Guajará-Mirim e de suas Bases Avançadas (BAV) e Bases Operacionais (BAP), quando existentes;

II - administrar os bens patrimoniais e infraestruturas, efetuando seu inventário na periodicidade pertinente;

III - executar as demandas administrativas e operacionais relacionadas à gestão, manutenção e aquisição de veículos e equipamentos, efetuando seu inventário e desfazimento na periodicidade pertinente;

IV - executar as demandas administrativas e logísticas relacionadas ao funcionamento dos Conselhos das UC;

V - atender às demandas administrativas e operacionais relacionadas à gestão de contratos e de projetos especiais;

VI - realizar as atividades relacionadas à gestão de pessoas, incluindo o registro e acompanhamento de frequência, férias, licenças e capacitação dos servidores, bem como, o suporte administrativo na gestão de colaboradores, estagiários, voluntários e contratos temporários;

VII - elaborar, em articulação com as demais áreas técnicas, plano anual de capacitação dos servidores do ICMBio Guajará-Mirim; e

VIII - realizar as atividades de gestão documental, incluindo protocolo e despacho de documentos.

Art. 6º À Área Temática Proteção ambiental, fiscalização e controle de emergências, compete:

I - coordenar a elaboração, em conjunto com as demais Áreas Temáticas, do Planejamento de Ações de Fiscalização - PLANAF das UC integrantes do NGI e, a partir destes planejamentos, elaborar o Plano de Ação anual da Área Temática, que comporá o Plano Gerencial Integrado do ICMBio Guajará-Mirim;

II - elaborar e aplicar procedimentos e protocolos para execução e monitoramento das atividades de proteção ambiental, fiscalização e controle de emergências;

III - coordenar a execução das atividades de proteção ambiental, fiscalização e controle de emergências;

IV - articular parcerias e representar ICMBio, sob delegação do chefe do NGI, em ações institucionais coordenadas de proteção, fiscalização e controle de emergências ambientais;

V - coordenar equipes de colaboradores oriundos de parcerias interinstitucionais, estágios, programas de voluntariado ou contratos temporários, em atividades relativas à proteção ambiental;

VI - monitorar os resultados e elaborar relatórios das atividades de proteção ambiental, fiscalização e controle de emergências;

VII - operar sistemas necessários à execução das atividades de proteção ambiental e fiscalização e manter atualizada a base de dados de Autos de Infração e Notificações;

VIII - instruir, acompanhar, elaborar pareceres instrutórios e encaminhar processos administrativos pertinentes à proteção e fiscalização;

IX - zelar pelos bens apreendidos em ações de fiscalização que estiverem sob guarda do ICMBio Guajará-Mirim;

X - receber denúncias de infrações e crimes ambientais e adotar as providências cabíveis;

XI - indicar a necessidade de sinalização dos limites das UC e implantar equipamentos de sinalização visando a proteção;

XII - analisar e acompanhar a execução de Planos de Recuperação de Áreas Degradadas, que tiverem origem em Autos de Infração, no interior ou entorno das UC;

XIII - coordenar as ações de fiscalização, combate e prevenção aos incêndios e representar o NGI em ações institucionais coordenadas de combate ao fogo; e

XIV - planejar e promover a execução do processo de capacitação, seleção e contratação da brigada de prevenção e combate a incêndios, bem como gerenciar a brigada durante o período de contratação.

Art. 7º À Área Temática Gestão do conhecimento e monitoramento da biodiversidade compete:

I - elaborar, implementar, avaliar e atualizar os Planos de Pesquisa e Monitoramento das UC integrantes do NGI e, a partir destes planejamentos, elaborar o Plano de Ação anual da Área Temática;

que comporá o Plano Gerencial Integrado do ICMBio Guajará-Mirim;

II - receber, analisar, emitir e homologar, via SISBIO, pareceres referentes às solicitações de pesquisa nas UC;

III - articular, sob orientação do Chefe do ICMBio Guajará Mirim, o estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento de pesquisas e monitoramentos prioritários para a gestão;

IV - coordenar o trabalho das equipes de colaboradores oriundos de parcerias interinstitucionais, estágios, programas de voluntariado ou contratos temporários, em atividades relativas a pesquisa e monitoramento;

V - apoiar e acompanhar as atividades de pesquisa, monitoramento e manejo nas UC;

VI - desenvolver e manter bases de dados atualizadas sobre pesquisas e monitoramentos realizados nas UC;

VII - planejar, realizar capacitações e implantar os protocolos de monitoramento da biodiversidade nas UC do ICMBio Guajará Mirim;

VIII - articular e coordenar a implantação e manutenção de estruturas de apoio às pesquisas e ao monitoramento da biodiversidade nas UC do ICMBio Guajará-Mirim;

IX - com apoio de instituições parceiras, elaborar, implementar, avaliar e atualizar planos de controle de espécies exóticas, de recuperação ambiental e protocolos sanitários nas UC do ICMBio Guajará- Mirim;

X - divulgar as atividades de pesquisa e monitoramento em fóruns técnico-científicos, comunidades do entorno das UC e meios de comunicação acessíveis a todos os públicos; e

XI - subsidiar tecnicamente a elaboração/revisão dos Planos de Manejo das UC e demais planejamentos do ICMBio Guajará-Mirim.

Art. 8º À Área Temática Regularização fundiária e consolidação territorial das UC compete:

I - elaborar, implementar, avaliar e atualizar o Plano de Consolidação Territorial das UC integrantes do NGI e, a partir destes planejamentos, elaborar o Plano de Ação anual da Área Temática, que comporá o Plano Gerencial Integrado do ICMBIO Guajará-Mirim;

II - elaborar procedimentos e protocolos para a execução e monitoramento das atividades de implementação do Plano de Consolidação Territorial Integrado;

III - coordenar e acompanhar atividades de regularização fundiária e de consolidação de limites previstas no Plano de Consolidação Territorial Integrado;

IV - instruir e acompanhar os processos administrativos concernentes à consolidação territorial, incluindo demarcação e consolidação de limites das UC;

V - elaborar relatórios das atividades relacionadas à consolidação territorial das UC;

VI - produzir, sistematizar e manter atualizados os dados georreferenciados sobre imóveis e ocupações nas UC's;

VII - articular, sob orientação do Chefe do ICMBio Guajará-Mirim, parcerias com outras instituições para a consolidação territorial das unidades de conservação que integram o NGI; e

VIII - realizar ações de divulgação e orientação sobre os procedimentos e documentos necessários para regularização fundiária das UC.

Art. 9º À Área Temática Gestão do uso público, negócios e serviços ambientais compete:

- elaborar, implementar, avaliar e atualizar o Plano de Uso Público das UC integrantes do NGI e, a partir destes planejamentos, elaborar o Plano de Ação anual da Área Temática, que comporá o Plano Gerencial Integrado do ICMBio Guajará-Mirim;

II - regulamentar, ordenar e monitorar a visitação nas UC's seguindo as diretrizes estabelecidas nos seus respectivos Planos de Manejo e de Uso Público;

III - propor, instruir, acompanhar e fiscalizar processos de autorizações e permissões para atividades de apoio à visitação no ICMBio Guajará-Mirim;

IV - propor, instruir, acompanhar e fiscalizar processos de concessão de serviços de apoio à visitação no ICMBio Guajará-Mirim;

V - coordenar as equipes de colaboradores oriundos de parcerias interinstitucionais, estágios, programas de voluntariado ou contratos temporários, em atividades relativas ao uso público, negócios e serviços ambientais;

VI - não sendo objeto de concessão, manter e implementar estruturas e equipamentos de suporte à visitação nas UC, incluindo a implantação e gerenciamento da sinalização de trilhas interpretativas;

VII - divulgar informações sobre os atrativos naturais e culturais, bem como os serviços de apoio à visitação nas UC;

VIII - executar e/ou acompanhar a execução por parceiros de eventos de formação e capacitação de operadores de turismo;

IX - acompanhar e fiscalizar processos de concessão florestal nas UC do ICMBio Guajará-Mirim; e

X - propor, instruir, acompanhar e fiscalizar processos de extração e comercialização de espécimes madeireiras exóticas no ICMBio Guajará-Mirim.

Art. 10. À Área Temática Apoio ao desenvolvimento socioeconômico das populações beneficiárias compete:

I - Realizar diagnósticos e planejar a atuação e/ou colaboração do ICMBio no apoio ao desenvolvimento socioeconômico das populações beneficiárias nas UC integrantes do NGI e elaborar o Plano de Ação anual da Área Temática, que comporá o Plano Gerencial Integrado do ICMBio Guajará-Mirim;

II - fomentar, acompanhar e monitorar o desenvolvimento de atividades geradoras de renda compatíveis com os objetivos das UC e alinhadas ao perfil sociocultural das populações beneficiárias, como o extrativismo sustentável de recursos naturais e pesqueiros, o manejo florestal sustentável familiar (PMFSF), o manejo legalizado de fauna silvestre, o turismo de base comunitária (TBC), a produção agroflorestal e outras;

III - articular e executar, com outras instituições públicas e privadas, programas, propostas e atividades que visem o aprimoramento e a sustentabilidade dos sistemas de produção desenvolvidos pelos beneficiários das UC;

IV - planejar e implementar atividades e projetos de engajamento, sensibilização ambiental e de capacitação de comunitários;

V - apoiar o desenvolvimento e implantação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento social, econômico e cultural das populações beneficiárias; e

VI - manter atualizado o cadastro das famílias beneficiárias das UC's integrantes do ICMBio Guajará- Mirim.

Art. 11. À Área Temática Licenciamentos, autorizações e ordenamento da ocupação territorial compete:

I - realizar estudos e planejar a atuação e/ou colaboração do ICMBio no ordenamento da ocupação territorial no interior das UC integrantes do NGI e elaborar o Plano de Ação anual da Área Temática, que comporá o Plano Gerencial Integrado do ICMBio Guajará-Mirim;

II - acompanhar, analisar e manifestar-se em processos de autorização direta e de licenciamento ambiental na área de abrangência das UC do ICMBio Guajará-Mirim;

III - monitorar o atendimento de condicionantes ambientais das atividades instaladas na área de abrangência das UC do ICMBio Guajará Mirim e, em caso de desacordo, adotar as providências cabíveis em articulação com a Área Temática de Proteção ambiental, fiscalização e controle de emergências;

IV - analisar e emitir parecer técnico dos projetos e estudos ambientais com vistas ao licenciamento ambiental;

V - monitorar o uso e a ocupação territorial na área de abrangência do ICMBio Guajará-Mirim e contribuir nas ações interinstitucionais de controle, ordenamento da ocupação e ordenamento das atividades realizadas; e

VI - articular a participação qualificada do ICMBio em fóruns e arranjos institucionais de governança e ordenamento territorial.

Art. 12. São atribuições específicas do Chefe do ICMBio Guajará-Mirim:

I - coordenar as atividades administrativas, logísticas, operacionais e de representação institucional do ICMBio Guajará-Mirim, respondendo pela gestão de todas as UC que integram o NGI;

II - coordenar a elaboração e revisão do Planejamento Gerencial Integrado do ICMBio Guajará- Mirim e supervisionar a execução, monitoramento e avaliação das atividades programadas;

III - presidir os Conselhos das UC integrantes do ICMBio Guajará-Mirim, buscando promover, consolidar e integrar estes fóruns representativos de gestão social;

IV - supervisionar os trabalhos realizados nas Áreas Temáticas, buscando promover e consolidar a ação colaborativa entre suas equipes técnicas;

V - supervisionar a representação do ICMBio Guajará-Mirim nos convênios, parcerias e acordos estabelecidos com instituições governamentais e não governamentais;

VI - responder pelas atividades essenciais das Áreas Temáticas nos impedimentos legais ou faltas de seus respectivos coordenadores ou servidores designados;

VII - aprovar os Planos de Trabalho Individuais dos servidores, após a aprovação do coordenador de cada Área Temática;

VIII - realizar a avaliação de desempenho individual anual dos servidores em exercício no ICMBio Guajará-Mirim, em conjunto com os coordenadores de cada Área Temática;

IX - emitir parecer conclusivo sobre assuntos colocados ao seu exame e decisão; e

X - quando necessário, convocar, em articulação com a Área Temática Proteção Ambiental, fiscalização e controle de emergências, os servidores do ICMBio Guajará-Mirim a participarem de ações de proteção.

Art. 13. São atribuições dos responsáveis pela coordenação das Áreas Temáticas:

I - coordenar e implementar as atividades que competem às Áreas Temáticas para os quais forem designados;

II - identificar oportunidades de captação de recursos e elaborar planos de trabalho, solicitações de aplicação de recursos, dentre outros documentos processuais, destinados ao fortalecimento das Áreas Temáticas em que atuam;

III - cumprir atribuições específicas definidas formalmente pela chefia do ICMBio Guajará-Mirim;

IV - manter regularmente atualizados os registros das atividades realizadas, conforme os instrumentos de gestão definidos em conjunto com a chefia do ICMBio Guajará-Mirim;

V - coordenar a elaboração e execução dos Planos de Trabalho Individuais dos servidores;

VI - elaborar relatório anual de atividades da Área Temática a qual for designado; e

VII - responder junto à Sede e aos Centros de Pesquisa e Conservação como ponto focal dos processos e macroprocessos institucionais abrangidos por sua Área Temática.

Art. 14. São atribuições dos servidores do ICMBio Guajará-Mirim:

I - executar as atividades que lhes forem determinadas pela chefia do ICMBio Guajará-Mirim e pelo coordenador da Área Temática em que atua, respeitadas as atribuições dos cargos e as competências institucionais;

II - elaborar manifestações técnicas de sua área de competência;

III - elaborar relatórios de atividades e manter atualizados bancos de dados relacionados;

IV - operar sistemas de informação necessários à execução das atividades; e

V - zelar pela integridade, manutenção, limpeza e utilização adequada das infraestruturas, instalações e equipamentos compartilhados.

CAPÍTULO IV - DOS RECURSOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS

Art. 15. As infraestruturas, instalações e equipamentos disponibilizados para as unidades de conservação que integram o NGI compreendem bens que serão geridos pelo ICMBio Guajará-Mirim de forma harmônica e compartilhada, no desenvolvimento articulado de todas as Áreas Temáticas, visando o benefício comum das UC componentes.

Art. 16. Os recursos orçamentários e financeiros serão compartilhados entre as unidades de conservação integrantes do ICMBio Guajará-Mirim.

Art. 17. Sempre que possível, e quando assim não for impedido, a aplicação dos recursos oriundos de projetos especiais e outras fontes não orçamentárias deverá ser orientada para beneficiar todas as unidades integrantes do ICMBio Guajará-Mirim.

CAPÍTULO V - DAS REUNIÕES DE TRABALHO E PLANEJAMENTO

Art. 18. Deverão ser realizadas reuniões mensais de trabalho pela equipe do ICMBio Guajará-Mirim, visando avaliar as atividades realizadas, compartilhar os resultados alcançados e programar as ações a serem executadas pelas Áreas Temáticas, tendo por referência o Planejamento Gerencial Integrado do NGI, os Planos de Manejo das UC, os planos de trabalho das Áreas Temáticas e o Planejamento Estratégico do ICMBio.

Parágrafo único. As reuniões deverão ser registradas por meio de Ata ou Memória de Reunião e disponibilizadas em respectivo processo eletrônico SEI.

Art. 19. Deverá ser realizado, anualmente, um Seminário de Avaliação e Planejamento Integrado do ICMBio Guajará-Mirim, que orientará a elaboração dos respectivos planos de trabalho das Áreas Temáticas.

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20. Além das competências e atribuições estabelecidas neste Regimento Interno, outras poderão ser cometidas às Áreas Temáticas e aos seus servidores, com o propósito de cumprir os objetivos das unidades de conservação.

Art. 21. As dúvidas suscitadas e os casos omissos serão dirimidos pela chefia do ICMBio Guajará- Mirim, ouvidas, quando necessário, as instâncias superiores.

PORTARIA ICMBIO Nº 345, DE 9 DE MAIO DE 2022

Aprova o Regimento Interno do Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio São Luís (Processo 02070.006627/2018-11).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº. 10.234, de 11 de fevereiro de 2020, designado pela Portaria nº 1.280, de 09 de novembro de 2021, da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União de 10 de novembro de 2021, Seção 2, pág. 01.

Considerando a Portaria ICMBio nº 139, de 03 de janeiro de 2013, que estabelece, dentre outras Providências, a terminologia "áreas temáticas" para a organização interna da unidade organizacional;

Considerando a Portaria ICMBio nº 102, de 10 de fevereiro de 2020 e sua alteração pela Portaria ICMBio nº 246, de 30 de março de 2022, que prevê que cada NGI disporá de um Regimento Interno que estabelecerá a sua estrutura gerencial em Áreas Temáticas de atuação, suas competências e outras atribuições regimentais necessárias, observando-se o modelo anexo à Portaria;

Considerando a Portaria nº 121, de 13 de fevereiro de 2020, que instituiu o Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio São Luís, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio São Luís, na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor no primeiro dia útil do mês subsequente da sua publicação.

MARCOS DE CASTRO SIMANOVIC

ANEXO

CAPÍTULO I - DA CONCEITUAÇÃO E DA NATUREZA

Art. 1º O Núcleo de Gestão Integrada (NGI) - ICMBio São Luís foi constituído como um arranjo organizacional estruturador do processo gerencial das unidades de conservação federais (UC's), a citar: Reserva Extrativista Arapiranga-Tromaí, Reserva Extrativista Cururupu, Reserva Extrativista da Baía do Tubarão, Reserva Extrativista Itapetininga e Reserva Extrativista Quilombo Frechal, conforme Portaria ICMBio nº 121, de 13 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Este Regimento Interno estabelece a organização e o funcionamento das Áreas Temáticas (AT) do NGI ICMBio São Luís.

Parágrafo único. As Áreas Temáticas constituem uma estratégia de agrupamento dos processos e macroprocessos institucionais de acordo com os principais eixos de trabalho no ICMBio São Luís e são estruturadas com a finalidade de atender ao estabelecido nos Planos de Manejo e planejamentos gerenciais anuais, visando alcançar os objetivos de cada UC componente do NGI.

CAPÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA

Art. 3º O ICMBio São Luís é estruturado em 8 (oito) Áreas Temáticas:

I. Planejamento, coordenação e monitoramento da gestão e acompanhamento dos Conselhos das UC's;

II. Gestão de meios e administração de pessoal;

III. Proteção ambiental, fiscalização e controle de emergências;

IV. Gestão do conhecimento e monitoramento da biodiversidade;

V. Regularização fundiária e consolidação territorial das UC's;

VI. Gestão do uso público, negócios e serviços ambientais;

VII. Apoio ao desenvolvimento socioeconômico das populações beneficiárias; e

VIII. Licenciamentos, autorizações e ordenamento da ocupação territorial.

CAPÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Art. 4º À Área Temática Planejamento, coordenação e monitoramento da gestão do NGI ICMBio São Luís e acompanhamento dos Conselhos das UC's (Reserva Extrativista Arapiranga-Tromaí, Reserva Extrativista Cururupu, Reserva Extrativista da Baía do Tubarão, Reserva Extrativista Itapetininga e Reserva Extrativista Quilombo Frechal) compete:

I - acompanhar e colaborar com a construção e execução dos Planos de Ação das Áreas Temáticas, promovendo ajustes de fluxos e procedimentos, de forma alinhada às diretrizes e fluxos institucionais;

II - coordenar a elaboração e supervisionar a execução do Planejamento Gerencial Integrado do ICMBio São Luís, de escopo anual, alinhando as atividades, metas e cronogramas dos Planos de Ação das diferentes Áreas Temáticas, em consonância com:

a) o Planejamento Estratégico Integrado do Ministério do Meio Ambiente e de suas Vinculadas;

b) os planejamentos da Gerência Regional; e

c) os Planos de Manejo, Decretos de criação e orientações dos Conselhos das UC's integrantes.

III - instruir e supervisionar a elaboração e/ou revisão dos Planos de Manejos das unidades de conservação do ICMBio São Luís;

IV - monitorar e avaliar a implementação dos Planos de Manejo e, com apoio das demais Áreas Temáticas e alimentar o Sistema de Análise e Monitoramento da Gestão - SAMGe/ICMBio;

V - articular e acompanhar acordos de cooperação e parcerias com instituições governamentais e não-governamentais, visando o apoio financeiro, logístico, técnico e de pessoal para viabilizar e otimizar o cumprimento das ações do ICMBio São Luís;

VI - articular a participação qualificada do ICMBio em fóruns e arranjos institucionais colaborativos, como conselhos Municipais e similares, bem como em instâncias de governança local e regional;

VII - instruir os processos e acompanhar a destinação e execução de recursos de compensação ambiental e/ou advindos da celebração de Termos de Ajustamento de Conduta ou similares;

VIII - coordenar o planejamento e a implementação, com a colaboração das demais Áreas Temáticas, das atividades de comunicação, entre as quais, a elaboração de conteúdos para divulgação externa, a administração de canais e plataformas de comunicação, a gestão do banco de imagens e das autorizações de seu uso e captação;

IX - coordenar o planejamento e a implementação, em colaboração com as demais Áreas Temáticas, de atividades de educação e sensibilização ambiental, entre aos quais, a elaboração do Projeto Político Pedagógico e a gestão de visitas educativas;

X - coordenar o planejamento e a implementação, em colaboração com as demais Áreas Temáticas, do Programa de Voluntariado;

XI - coordenar as atividades de organização e suporte às reuniões dos Conselhos das unidades de conservação, fornecendo subsídios para elaboração e implementação de seus planos de ação e acompanhando as atividades de Grupos de Trabalho, Câmaras Técnicas e outras formas de organização decorrentes do funcionamento dos Conselhos das UC's; e

XII - coordenar, elaborar e executar ações de integração das UC's com as comunidades residentes em seu interior e entorno, buscando o aumento e a qualificação da participação social nos processos de gestão das UC.

Parágrafo único. A Área Temática Planejamento e monitoramento da gestão e acompanhamento dos Conselhos das UC's será coordenada pelo Chefe do ICMBio São Luís.

Art. 5º À Área Temática Gestão de meios e administração de pessoal compete:

I - gerenciar demandas administrativas, financeiras e logísticas do NGI ICMBio São Luís e de suas Bases Avançadas (BAV) e Bases Operacionais (BAP), quando existentes;

II - administrar os bens patrimoniais e infraestruturas, efetuando seu inventário na periodicidade pertinente;

III - executar as demandas administrativas e operacionais relacionadas à gestão, manutenção e aquisição de veículos e equipamentos, efetuando seu inventário e desfazimento na periodicidade pertinente;

IV - executar as demandas administrativas e logísticas relacionadas ao funcionamento dos Conselhos das UC's;

V - atender às demandas administrativas e operacionais relacionadas à gestão de contratos e de projetos especiais;

VI - realizar as atividades relacionadas à gestão de pessoas, incluindo o registro e acompanhamento de frequência, férias, licenças e capacitação dos servidores, bem como, o suporte administrativo na gestão de colaboradores, estagiários, voluntários e contratos temporários;

VII - elaborar, em articulação com as demais áreas técnicas, plano anual de capacitação dos servidores do NGI ICMBio São Luís; e

VIII - realizar as atividades de gestão documental, incluindo protocolo e despacho de documentos.

Art. 6º À Área Temática Proteção ambiental, fiscalização e controle de emergências, compete:

I - coordenar a elaboração, em conjunto com as demais Áreas Temáticas, do Planejamento de Ações de Fiscalização - PLANAF das UC's integrantes do NGI e, a partir destes planejamentos, elaborar o Plano de Ação anual da Área Temática, que comporá o Plano Gerencial Integrado do ICMBio São Luís;

II - elaborar e aplicar procedimentos e protocolos para execução e monitoramento das atividades de proteção ambiental, fiscalização e controle de emergências;

III - coordenar a execução das atividades de proteção ambiental, fiscalização e controle de emergências;

IV - articular parcerias e representar ICMBio, sob delegação do chefe do NGI, em ações institucionais coordenadas de proteção, fiscalização e controle de emergências ambientais;

V - coordenar equipes de colaboradores oriundos de parcerias interinstitucionais, estágios, programas de voluntariado ou contratos temporários, em atividades relativas à proteção ambiental;

VI - monitorar os resultados e elaborar relatórios das atividades de proteção ambiental, fiscalização e controle de emergências;

VII - operar sistemas necessários à execução das atividades de proteção ambiental e fiscalização e manter atualizada a base de dados de Autos de Infração e Notificações;

VIII - instruir, acompanhar, elaborar pareceres instrutórios e encaminhar processos administrativos pertinentes à proteção e fiscalização;

IX - zelar pelos bens apreendidos em ações de fiscalização que estiverem sob guarda do NGI ICMBio São Luís;

X - receber denúncias de infrações e crimes ambientais e adotar as providências cabíveis;

XI - indicar a necessidade de sinalização dos limites das UC's e implantar equipamentos de sinalização visando a proteção;

XII - analisar e acompanhar a execução de Planos de Recuperação de Áreas Degradadas, que tiverem origem em Autos de Infração, no interior ou entorno das UC's;

XIII - coordenar as ações de fiscalização, combate e prevenção aos incêndios e representar o NGI em ações institucionais coordenadas de combate ao fogo; e

XIV - planejar e promover a execução do processo de capacitação, seleção e contratação da brigada de prevenção e combate a incêndios, bem como gerenciar a brigada durante o período de contratação.

Art. 7º À Área Temática Gestão do conhecimento e monitoramento da biodiversidade compete:

I - elaborar, implementar, avaliar e atualizar os Planos de Pesquisa e Monitoramento das UCs integrantes do NGI e, a partir destes planejamentos, elaborar o Plano de Ação anual da Área Temática, que comporá o Plano Gerencial Integrado do ICMBio São Luís;

II - receber, analisar, emitir e homologar, via SISBIO, pareceres referentes às solicitações de pesquisa nas UCs;

III - articular, sob orientação do Chefe do ICMBio São Luís, o estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento de pesquisas e monitoramentos prioritários para a gestão;

IV - coordenar o trabalho das equipes de colaboradores oriundos de parcerias interinstitucionais, estágios, programas de voluntariado ou contratos temporários, em atividades relativas a pesquisa e monitoramento;

V - apoiar e acompanhar as atividades de pesquisa, monitoramento e manejo nas UC's;

VI - desenvolver e manter bases de dados atualizadas sobre pesquisas e monitoramentos realizados nas UC's;

VII - planejar, realizar capacitações e implantar os protocolos de monitoramento da biodiversidade nas UC's do ICMBio São Luís;

VIII - articular e coordenar a implantação e manutenção de estruturas de apoio às pesquisas e ao monitoramento da biodiversidade nas UC's do ICMBio São Luís;

IX - com apoio de instituições parceiras, elaborar, implementar, avaliar e atualizar planos de controle de espécies exóticas, de recuperação ambiental e protocolos sanitários nas UC's do ICMBio São Luís;

X - divulgar as atividades de pesquisa e monitoramento em fóruns técnico-científicos, comunidades do entorno das UC's e meios de comunicação acessíveis a todos os públicos; e

XI - subsidiar tecnicamente a elaboração/revisão dos Planos de Manejo das UC's e demais planejamentos do ICMBio São Luís.

Art. 8º À Área Temática Regularização fundiária e consolidação territorial das UC's compete:

I - elaborar, implementar, avaliar e atualizar o Plano de Consolidação Territorial das UC's integrantes do NGI e, a partir destes planejamentos, elaborar o Plano de Ação anual da Área Temática, que comporá o Plano Gerencial Integrado do ICMBio São Luís;

II - elaborar procedimentos e protocolos para a execução e monitoramento das atividades de implementação do Plano de Consolidação Territorial Integrado;

III - coordenar e acompanhar atividades de regularização fundiária e de consolidação de limites previstas no Plano de Consolidação Territorial Integrado;

IV - instruir e acompanhar os processos administrativos concernentes à consolidação territorial, incluindo demarcação e consolidação de limites das UC's;

V - elaborar relatórios das atividades relacionadas à consolidação territorial das UC's;

VI - produzir, sistematizar e manter atualizados os dados georreferenciados sobre imóveis e ocupações nas UC's;

VII - articular, sob orientação do Chefe do ICMBio São Luís, parcerias com outras instituições para a consolidação territorial das unidades de conservação que integram o NGI; e

VIII - realizar ações de divulgação e orientação sobre os procedimentos e documentos necessários para regularização fundiária das UC's.

Art. 9º À Área Temática Gestão do uso público, negócios e serviços ambientais compete:

I - elaborar, implementar, avaliar e atualizar o Plano de Uso Público das UC's integrantes do NGI e, a partir destes planejamentos, elaborar o Plano de Ação anual da Área Temática, que comporá o Plano Gerencial Integrado do ICMBio São Luís;

II - regulamentar, ordenar e monitorar a visitação nas UC's seguindo as diretrizes estabelecidas nos seus respectivos Planos de Manejo e de Uso Público;

III - propor, instruir, acompanhar e fiscalizar processos de autorizações e permissões para atividades de apoio à visitação no ICMBio São Luís;

IV - propor, instruir, acompanhar e fiscalizar processos de concessão de serviços de apoio à visitação no ICMBio São Luís;

V - coordenar as equipes de colaboradores oriundos de parcerias interinstitucionais, estágios, programas de voluntariado ou contratos temporários, em atividades relativas ao uso público, negócios e serviços ambientais;

VI - não sendo objeto de concessão, manter e implementar estruturas e equipamentos de suporte à visitação nas UC's, incluindo a implantação e gerenciamento da sinalização de trilhas interpretativas;

VII - divulgar informações sobre os atrativos naturais e culturais, bem como os serviços de apoio à visitação nas UC's;

VIII - executar e/ou acompanhar a execução por parceiros de eventos de formação e capacitação de operadores de turismo;

IX - acompanhar e fiscalizar processos de concessão florestal nas UC's do ICMBio São Luís; e

X - propor, instruir, acompanhar e fiscalizar processos de extração e comercialização de espécimes madeireiras exóticas no ICMBio São Luís.

Art. 10. À Área Temática Apoio ao desenvolvimento socioeconômico das populações beneficiárias compete:

I - Realizar diagnósticos e planejar a atuação e/ou colaboração do ICMBio no apoio ao desenvolvimento socioeconômico das populações beneficiárias nas UC's integrantes do NGI e elaborar o Plano de Ação anual da Área Temática, que comporá o Plano Gerencial Integrado do ICMBio São Luís;

II - fomentar, acompanhar e monitorar o desenvolvimento de atividades geradoras de renda compatíveis com os objetivos das UC's e alinhadas ao perfil sociocultural das populações beneficiárias, como o extrativismo sustentável de recursos naturais e pesqueiros, o manejo florestal sustentável familiar (PMFSF), o manejo legalizado de fauna silvestre, o turismo de base comunitária (TBC), a produção agroflorestal e outras;

III - articular e executar, com outras instituições públicas e privadas, programas, propostas e atividades que visem o aprimoramento e a sustentabilidade dos sistemas de produção desenvolvidos pelos beneficiários das UC's;

IV - planejar e implementar atividades e projetos de engajamento, sensibilização ambiental e de capacitação de comunitários;

V - apoiar o desenvolvimento e implantação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento social, econômico e cultural das populações beneficiárias; e

VI - manter atualizado o cadastro das famílias beneficiárias das UC's integrantes do ICMBio São Luís.

Art. 11. À Área Temática Licenciamentos, autorizações e ordenamento da ocupação territorial compete:

I - realizar estudos e planejar a atuação e/ou colaboração do ICMBio no ordenamento da ocupação territorial no interior das UC's integrantes do NGI e elaborar o Plano de Ação anual da Área Temática, que comporá o Plano Gerencial Integrado do ICMBio São Luís;

II - acompanhar, analisar e manifestar-se em processos de autorização direta e de licenciamento ambiental na área de abrangência das UC's do ICMBio São Luís;

III - monitorar o atendimento de condicionantes ambientais das atividades instaladas na área de abrangência das UC's do ICMBio São Luís e, em caso de desacordo, adotar as providências cabíveis em articulação com a Área Temática de Proteção ambiental, fiscalização e controle de emergências;

IV - analisar e emitir parecer técnico dos projetos e estudos ambientais com vistas ao licenciamento ambiental;

V - monitorar o uso e a ocupação territorial na área de abrangência do ICMBio São Luís e contribuir nas ações interinstitucionais de controle, ordenamento da ocupação e ordenamento das atividades realizadas; e

VI - articular a participação qualificada do ICMBio em fóruns e arranjos institucionais de governança e ordenamento territorial.

Art. 12. São atribuições específicas do Chefe do ICMBio São Luís:

I - coordenar as atividades administrativas, logísticas, operacionais e de representação institucional do ICMBio São Luís, respondendo pela gestão de todas as UC's que integram o NGI;

II - coordenar a elaboração e revisão do Planejamento Gerencial Integrado do ICMBio São Luís e supervisionar a execução, monitoramento e avaliação das atividades programadas;

III - presidir os Conselhos das UC's integrantes do ICMBio São Luís, buscando promover, consolidar e integrar estes fóruns representativos de gestão social;

IV - supervisionar os trabalhos realizados nas Áreas Temáticas, buscando promover e consolidar a ação colaborativa entre suas equipes técnicas;

V - supervisionar a representação do ICMBio São Luís nos convênios, parcerias e acordos estabelecidos com instituições governamentais e não governamentais;

VI - responder pelas atividades essenciais das Áreas Temáticas nos impedimentos legais ou faltas de seus respectivos coordenadores ou servidores designados;

VII - aprovar os Planos de Trabalho Individuais dos servidores, após a aprovação do coordenador de cada Área Temática;

VIII - realizar a avaliação de desempenho individual anual dos servidores em exercício no ICMBio São Luís, em conjunto com os coordenadores de cada Área Temática;

IX - emitir parecer conclusivo sobre assuntos colocados ao seu exame e decisão; e

X - quando necessário, convocar, em articulação com a Área Temática Proteção ambiental, fiscalização e controle de emergências, os servidores do ICMBio São Luís a participarem de ações de proteção.

Art. 13. São atribuições dos responsáveis pela coordenação das Áreas Temáticas:

I - coordenar e implementar as atividades que competem às Áreas Temáticas para os quais forem designados;

II - identificar oportunidades de captação de recursos e elaborar planos de trabalho, solicitações de aplicação de recursos, dentre outros documentos processuais, destinados ao fortalecimento das Áreas Temáticas em que atuam;

III - cumprir atribuições específicas definidas formalmente pela chefia do ICMBio São Luís;

IV - manter regularmente atualizados os registros das atividades realizadas, conforme os instrumentos de gestão definidos em conjunto com a chefia do ICMBio São Luís;

V - coordenar a elaboração e execução dos Planos de Trabalho Individuais dos servidores;

VI - elaborar relatório anual de atividades da Área Temática a qual for designado; e

VII - responder junto à Sede e aos Centros de Pesquisa e Conservação como ponto focal dos processos e macroprocessos institucionais abrangidos por sua Área Temática.

Art. 14. São atribuições dos servidores do ICMBio São Luís:

I - executar as atividades que lhes forem determinadas pela chefia do ICMBio São Luís e pelo coordenador da Área Temática em que atua, respeitadas as atribuições dos cargos e as competências institucionais;

II - elaborar manifestações técnicas de sua área de competência;

III - elaborar relatórios de atividades e manter atualizados bancos de dados relacionados;

IV - operar sistemas de informação necessários à execução das atividades; e

V - zelar pela integridade, manutenção, limpeza e utilização adequada das infraestruturas, instalações e equipamentos compartilhados.

CAPÍTULO IV - DOS RECURSOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS

Art. 15. As infraestruturas, instalações e equipamentos disponibilizados para as unidades de conservação que integram o NGI compreendem bens que serão geridos pelo ICMBio São Luís de forma harmônica e compartilhada, no desenvolvimento articulado de todas as Áreas Temáticas, visando o benefício comum das UCs componentes.

Art. 16. Os recursos orçamentários e financeiros serão compartilhados entre as unidades de conservação integrantes do ICMBio São Luís.

Art. 17. Sempre que possível, e quando assim não for impedido, a aplicação dos recursos oriundos de projetos especiais e outras fontes não orçamentárias deverá ser orientada para beneficiar todas as unidades integrantes do ICMBio São Luís.

CAPÍTULO V - DAS REUNIÕES DE TRABALHO E PLANEJAMENTO

Art. 18. Deverão ser realizadas reuniões mensais de trabalho pela equipe do ICMBio São Luís, visando avaliar as atividades realizadas, compartilhar os resultados alcançados e programar as ações a serem executadas pelas Áreas Temáticas, tendo por referência o Planejamento Gerencial Integrado do NGI, os Planos de Manejo das UCs, os planos de trabalho das Áreas Temáticas e o Planejamento Estratégico do ICMBio.

Parágrafo único. As reuniões deverão ser registradas por meio de Ata ou Memória de Reunião e disponibilizadas em respectivo processo eletrônico SEI.

Art. 19. Deverá ser realizado, anualmente, um Seminário de Avaliação e Planejamento Integrado do ICMBio São Luís, que orientará a elaboração dos respectivos planos de trabalho das Áreas Temáticas.

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20. Além das competências e atribuições estabelecidas neste Regimento Interno, outras poderão ser cometidas às Áreas Temáticas e aos seus servidores, com o propósito de cumprir os objetivos das unidades de conservação.

Art. 21. As dúvidas suscitadas e os casos omissos serão dirimidos pela chefia do ICMBio São Luís, ouvidas, quando necessário, as instâncias superiores.

PORTARIA ICMBIO Nº 346, DE 9 DE MAIO DE 2022

Aprova o Regimento Interno do Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio Maués (Processo 02070.011287/2017-51).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº. 10.234, de 11 de fevereiro de 2020, designado pela Portaria nº 1.280, de 09 de novembro de 2021, da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União de 10 de novembro de 2021, Seção 2, pág. 01.

Considerando a Portaria ICMBio nº 139, de 03 de janeiro de 2013, que estabelece, dentre outras Providências, a terminologia "áreas temáticas" para a organização interna da unidade organizacional;

Considerando a Portaria ICMBio nº 102, de 10 de fevereiro de 2020 e sua alteração pela Portaria ICMBio nº 246, de 30 de março de 2022, que prevê que cada NGI disporá de um Regimento Interno que estabelecerá a sua estrutura gerencial em Áreas Temáticas de atuação, suas competências e outras atribuições regimentais necessárias, observando-se o modelo anexo à Portaria;

Considerando a Portaria nº 779, de 30 de novembro de 2017, que instituiu o Núcleo de Gestão integrada - ICMBio Maués; resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio Maués, na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 621, de 27 de junho de 2018 publicada no Diário Oficial da União nº 125 de 2 de julho de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor no primeiro dia útil do mês subsequente a sua publicação.

MARCOS DE CASTRO SIMANOVIC

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DO NÚCLEO DE GESTÃO INTEGRADA - ICMBIO MAUÉS

CAPÍTULO I - DA CONCEITUAÇÃO E DA NATUREZA

Art. 1º O Núcleo de Gestão Integrada (NGI) - ICMBio Maués foi constituído como um arranjo organizacional estruturador do processo gerencial das unidades de conservação federais (UC), a citar: Floresta Nacional de Pau-Rosa e Estação Ecológica Alto Maués.

Art. 2º Este Regimento Interno estabelece a organização e o funcionamento das Áreas Temáticas (AT) do NGI ICMBio Maués.

Parágrafo único. As Áreas Temáticas constituem uma estratégia de agrupamento dos processos e macroprocessos institucionais de acordo com os principais eixos de trabalho no ICMBio Maués e são estruturadas com a finalidade de atender ao estabelecido nos Planos de Manejo e planejamentos gerenciais anuais, visando alcançar os objetivos de cada UC componente do NGI.

CAPÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA

Art. 3º O ICMBio Maués é estruturado em 8 (oito) Áreas Temáticas:

I. Planejamento, coordenação e monitoramento da gestão e acompanhamento dos Conselhos das UC's;

II. Gestão de meios e administração de pessoal;

III. Proteção ambiental, fiscalização e controle de emergências;

IV. Gestão do conhecimento e monitoramento da biodiversidade;

V. Regularização fundiária e consolidação territorial das UC's;

VI. Gestão do uso público, negócios e serviços ambientais;

VII. Apoio ao desenvolvimento socioeconômico das populações beneficiárias; e

VIII. Licenciamentos, autorizações e ordenamento da ocupação territorial.

CAPÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Art. 4º À Área Temática Planejamento, coordenação e monitoramento da gestão do NGI e acompanhamento dos Conselhos das UC's compete:

I - acompanhar e colaborar com a construção e execução dos Planos de Ação das Áreas Temáticas, promovendo ajustes de fluxos e procedimentos, de forma alinhada às diretrizes e fluxos institucionais;

II - coordenar a elaboração e supervisionar a execução do Planejamento Gerencial Integrado do ICMBio Maués, de escopo anual, alinhando as atividades, metas e cronogramas dos Planos de Ação das diferentes Áreas Temáticas, em consonância com:

a) o Planejamento Estratégico Integrado do Ministério do Meio Ambiente e de suas Vinculadas;

b) os planejamentos da Gerência Regional; e

c) os Planos de Manejo, Decretos de criação e orientações dos Conselhos das UC integrantes.

III - instruir e supervisionar a elaboração e/ou revisão dos Planos de Manejos das unidades de conservação do ICMBio Maués;

IV - monitorar e avaliar a implementação dos Planos de Manejo e, com apoio das demais Áreas Temáticas e alimentar o Sistema de Análise e Monitoramento da Gestão - SAMGe/ICMBio;

V - articular e acompanhar acordos de cooperação e parcerias com instituições governamentais e não-governamentais, visando o apoio financeiro, logístico, técnico e de pessoal para viabilizar e otimizar o cumprimento das ações do ICMBio Maués;

VI - articular a participação qualificada do ICMBio em fóruns e arranjos institucionais colaborativos, como conselhos Municipais e similares, bem como em instâncias de governança local e regional;

VII - instruir os processos e acompanhar a destinação e execução de recursos de compensação ambiental e/ou advindos da celebração de Termos de Ajustamento de Conduta ou similares;

VIII - coordenar o planejamento e a implementação, em colaboração com as demais Áreas Temáticas, das atividades de comunicação, entre as quais, a elaboração de conteúdos para divulgação externa, a administração de canais e plataformas de comunicação, a gestão do banco de imagens e das autorizações de seu uso e captação;

IX - coordenar o planejamento e a implementação, em colaboração com as demais Áreas Temáticas, de atividades de educação e sensibilização ambiental, entre aos quais, a elaboração do Projeto Político Pedagógico e a gestão de visitas educativas;

X - coordenar o planejamento e a implementação, em colaboração com as demais Áreas Temáticas, do Programa de Voluntariado;

XI - coordenar as atividades de organização e suporte às reuniões dos Conselhos das unidades de conservação, fornecendo subsídios para elaboração e implementação de seus planos de ação e acompanhando as atividades de Grupos de Trabalho, Câmaras Técnicas e outras formas de organização decorrentes do funcionamento dos Conselhos das UC; e

XII - coordenar, elaborar e executar ações de integração das UC com as comunidades residentes em seu interior e entorno, buscando o aumento e a qualificação da participação social nos processos de gestão das UC.

Parágrafo único. A Área Temática Planejamento e monitoramento da gestão e acompanhamento dos Conselhos das UCs será coordenada pelo Chefe do ICMBio Maués.

Art. 5º À Área Temática Gestão de meios e administração de pessoal compete:

I - gerenciar demandas administrativas, financeiras e logísticas do ICMBio Maués e de suas Bases Avançadas (BAV) e Bases Operacionais (BAP), quando existentes;

II - administrar os bens patrimoniais e infraestruturas, efetuando seu inventário na periodicidade pertinente;

III - executar as demandas administrativas e operacionais relacionadas à gestão, manutenção e aquisição de veículos e equipamentos, efetuando seu inventário e desfazimento na periodicidade pertinente;

IV - executar as demandas administrativas e logísticas relacionadas ao funcionamento dos Conselhos das UC;

V - atender às demandas administrativas e operacionais relacionadas à gestão de contratos e de projetos especiais;

VI - realizar as atividades relacionadas à gestão de pessoas, incluindo o registro e acompanhamento de frequência, férias, licenças e capacitação dos servidores, bem como, o suporte administrativo na gestão de colaboradores, estagiários, voluntários e contratos temporários;

VII - elaborar, em articulação com as demais áreas técnicas, plano anual de capacitação dos servidores do ICMBio Maués; e

VIII - realizar as atividades de gestão documental, incluindo protocolo e despacho de documentos.

Art. 6º À Área Temática Proteção ambiental, fiscalização e controle de emergências, compete:

I - coordenar a elaboração, em conjunto com as demais Áreas Temáticas, do Planejamento de Ações de Fiscalização - PLANAF das UC integrantes do NGI e, a partir destes planejamentos, elaborar o Plano de Ação anual da Área Temática, que comporá o Plano Gerencial Integrado do ICMBio Maués;

II - elaborar e aplicar procedimentos e protocolos para execução e monitoramento das atividades de proteção ambiental, fiscalização e controle de emergências;

III - coordenar a execução das atividades de proteção ambiental, fiscalização e controle de emergências;

IV - articular parcerias e representar ICMBio, sob delegação do chefe do NGI, em ações institucionais coordenadas de proteção, fiscalização e controle de emergências ambientais;

V - coordenar equipes de colaboradores oriundos de parcerias interinstitucionais, estágios, programas de voluntariado ou contratos temporários, em atividades relativas à proteção ambiental;

VI - monitorar os resultados e elaborar relatórios das atividades de proteção ambiental, fiscalização e controle de emergências;

VII - operar sistemas necessários à execução das atividades de proteção ambiental e fiscalização e manter atualizada a base de dados de Autos de Infração e Notificações;

VIII - instruir, acompanhar, elaborar pareceres instrutórios e encaminhar processos administrativos pertinentes à proteção e fiscalização;

IX - zelar pelos bens apreendidos em ações de fiscalização que estiverem sob guarda do ICMBio Maués;

X - receber denúncias de infrações e crimes ambientais e adotar as providências cabíveis;

XI - indicar a necessidade de sinalização dos limites das UC e implantar equipamentos de sinalização visando a proteção;

XII - analisar e acompanhar a execução de Planos de Recuperação de Áreas Degradadas, que tiverem origem em Autos de Infração, no interior ou entorno das UC;

XIII - coordenar as ações de fiscalização, combate e prevenção aos incêndios e representar o NGI em ações institucionais coordenadas de combate ao fogo; e

XIV - planejar e promover a execução do processo de capacitação, seleção e contratação da brigada de prevenção e combate a incêndios, bem como gerenciar a brigada durante o período de contratação.

Art. 7º À Área Temática Gestão do conhecimento e monitoramento da biodiversidade compete:

I - elaborar, implementar, avaliar e atualizar os Planos de Pesquisa e Monitoramento das UC integrantes do NGI e, a partir destes planejamentos, elaborar o Plano de Ação anual da Área Temática, que comporá o Plano Gerencial Integrado do ICMBio Maués;

II - receber, analisar, emitir e homologar, via SISBIO, pareceres referentes às solicitações de pesquisa nas UC;

III - articular, sob orientação do Chefe do ICMBio Maués, o estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento de pesquisas e monitoramentos prioritários para a gestão;

IV - coordenar o trabalho das equipes de colaboradores oriundos de parcerias interinstitucionais, estágios, programas de voluntariado ou contratos temporários, em atividades relativas a pesquisa e monitoramento;

V - apoiar e acompanhar as atividades de pesquisa, monitoramento e manejo nas UCs;

VI - desenvolver e manter bases de dados atualizadas sobre pesquisas e monitoramentos realizados nas UC;

VII - planejar, realizar capacitações e implantar os protocolos de monitoramento da biodiversidade nas UC do ICMBio Maués;

VIII - articular e coordenar a implantação e manutenção de estruturas de apoio às pesquisas e ao monitoramento da biodiversidade nas UC do ICMBio Maués;

IX - com apoio de instituições parceiras, elaborar, implementar, avaliar e atualizar planos de controle de espécies exóticas, de recuperação ambiental e protocolos sanitários nas UC do ICMBio Maués;

X - divulgar as atividades de pesquisa e monitoramento em fóruns técnico-científicos, comunidades do entorno das UC e meios de comunicação acessíveis a todos os públicos; e

XI - subsidiar tecnicamente a elaboração/revisão dos Planos de Manejo das UC e demais planejamentos do ICMBio Maués.

Art. 8º À Área Temática Regularização fundiária e consolidação territorial das UCs compete:

I - elaborar, implementar, avaliar e atualizar o Plano de Consolidação Territorial das UC integrantes do NGI e, a partir destes planejamentos, elaborar o Plano de Ação anual da Área Temática, que comporá o Plano Gerencial Integrado do ICMBio Maués;

II - elaborar procedimentos e protocolos para a execução e monitoramento das atividades de implementação do Plano de Consolidação Territorial Integrado;

III - coordenar e acompanhar atividades de regularização fundiária e de consolidação de limites previstas no Plano de Consolidação Territorial Integrado;

IV - instruir e acompanhar os processos administrativos concernentes à consolidação territorial, incluindo demarcação e consolidação de limites das UC;

V - elaborar relatórios das atividades relacionadas à consolidação territorial das UC;

VI - produzir, sistematizar e manter atualizados os dados georreferenciados sobre imóveis e ocupações nas UCs;

VII - articular, sob orientação do Chefe do ICMBio Maués, parcerias com outras instituições para a consolidação territorial das unidades de conservação que integram o NGI; e

VIII - realizar ações de divulgação e orientação sobre os procedimentos e documentos necessários para regularização fundiária das UC.

Art. 9º À Área Temática Gestão do uso público, negócios e serviços ambientais compete:

I - elaborar, implementar, avaliar e atualizar o Plano de Uso Público das UC integrantes do NGI e, a partir destes planejamentos, elaborar o Plano de Ação anual da Área Temática, que comporá o Plano Gerencial Integrado do ICMBio Maués;

II - regulamentar, ordenar e monitorar a visitação nas UCs seguindo as diretrizes estabelecidas nos seus respectivos Planos de Manejo e de Uso Público;

III - propor, instruir, acompanhar e fiscalizar processos de autorizações e permissões para atividades de apoio à visitação no ICMBio Maués;

IV - propor, instruir, acompanhar e fiscalizar processos de concessão de serviços de apoio à visitação no ICMBio Maués;

V - coordenar as equipes de colaboradores oriundos de parcerias interinstitucionais, estágios, programas de voluntariado ou contratos temporários, em atividades relativas ao uso público, negócios e serviços ambientais;

VI - não sendo objeto de concessão, manter e implementar estruturas e equipamentos de suporte à visitação nas UC, incluindo a implantação e gerenciamento da sinalização de trilhas interpretativas;

VII - divulgar informações sobre os atrativos naturais e culturais, bem como os serviços de apoio à visitação nas UC;

VIII - executar e/ou acompanhar a execução por parceiros de eventos de formação e capacitação de operadores de turismo;

IX - acompanhar e fiscalizar processos de concessão florestal nas UC do ICMBio Maués; e

X - propor, instruir, acompanhar e fiscalizar processos de extração e comercialização de espécimes madeireiras exóticas no ICMBio Maués.

Art. 10. À Área Temática Apoio ao desenvolvimento socioeconômico das populações beneficiárias compete:

I - Realizar diagnósticos e planejar a atuação e/ou colaboração do ICMBio no apoio ao desenvolvimento socioeconômico das populações beneficiárias nas UC integrantes do NGI e elaborar o Plano de Ação anual da Área Temática, que comporá o Plano Gerencial Integrado do ICMBio Maués;

II - fomentar, acompanhar e monitorar o desenvolvimento de atividades geradoras de renda compatíveis com os objetivos das UC e alinhadas ao perfil sociocultural das populações beneficiárias, como o extrativismo sustentável de recursos naturais e pesqueiros, o manejo florestal sustentável comunitário (PMFSC), o manejo legalizado de fauna silvestre, o turismo de base comunitária (TBC), a produção agroflorestal e outras;

III - articular e executar, com outras instituições públicas e privadas, programas, propostas e atividades que visem o aprimoramento e a sustentabilidade dos sistemas de produção desenvolvidos pelos beneficiários das UC;

IV - planejar e implementar atividades e projetos de engajamento, sensibilização ambiental e de capacitação de comunitários;

V - apoiar o desenvolvimento e implantação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento social, econômico e cultural das populações beneficiárias; e

VI - manter atualizado o cadastro das famílias beneficiárias das UC's integrantes do ICMBio Maués.

Art. 11. À Área Temática Licenciamentos, autorizações e ordenamento da ocupação territorial compete:

I - realizar estudos e planejar a atuação e/ou colaboração do ICMBio no ordenamento da ocupação territorial no interior das UC integrantes do NGI e elaborar o Plano de Ação anual da Área Temática, que comporá o Plano Gerencial Integrado do ICMBio Maués;

II - acompanhar, analisar e manifestar-se em processos de autorização direta e de licenciamento ambiental na área de abrangência das UC do ICMBio Maués;

III - monitorar o atendimento de condicionantes ambientais das atividades instaladas na área de abrangência das UC do ICMBio Maués e, em caso de desacordo, adotar as providências cabíveis em articulação com a Área Temática de Proteção ambiental, fiscalização e controle de emergências;

IV - analisar e emitir parecer técnico dos projetos e estudos ambientais com vistas ao licenciamento ambiental;

V - monitorar o uso e a ocupação territorial na área de abrangência do ICMBio Maués e contribuir nas ações interinstitucionais de controle, ordenamento da ocupação e ordenamento das atividades realizadas; e

VI - articular a participação qualificada do ICMBio em fóruns e arranjos institucionais de governança e ordenamento territorial.

Art. 12. São atribuições específicas do Chefe do ICMBio Maués:

I - coordenar as atividades administrativas, logísticas, operacionais e de representação institucional do ICMBio Maués, respondendo pela gestão de todas as UC que integram o NGI;

II - coordenar a elaboração e revisão do Planejamento Gerencial Integrado do ICMBio Maués e supervisionar a execução, monitoramento e avaliação das atividades programadas;

III - presidir os Conselhos das UC integrantes do ICMBio Maués, buscando promover, consolidar e integrar estes fóruns representativos de gestão social;

IV - supervisionar os trabalhos realizados nas Áreas Temáticas, buscando promover e consolidar a ação colaborativa entre suas equipes técnicas;

V - supervisionar a representação do ICMBio Maués nos convênios, parcerias e acordos estabelecidos com instituições governamentais e não governamentais;

VI - responder pelas atividades essenciais das Áreas Temáticas nos impedimentos legais ou faltas de seus respectivos coordenadores ou servidores designados;

VII - aprovar os Planos de Trabalho Individuais dos servidores, após a aprovação do coordenador de cada Área Temática;

VIII - realizar a avaliação de desempenho individual anual dos servidores em exercício no ICMBio Maués, em conjunto com os coordenadores de cada Área Temática;

IX - emitir parecer conclusivo sobre assuntos colocados ao seu exame e decisão; e

X - quando necessário, convocar, em articulação com a Área Temática Proteção ambiental, fiscalização e controle de emergências, os servidores do ICMBio Maués a participarem de ações de proteção.

Art. 13. São atribuições dos responsáveis pela coordenação das Áreas Temáticas:

I - coordenar e implementar as atividades que competem às Áreas Temáticas para os quais forem designados;

II - identificar oportunidades de captação de recursos e elaborar planos de trabalho, solicitações de aplicação de recursos, dentre outros documentos processuais, destinados ao fortalecimento das Áreas Temáticas em que atuam;

III - cumprir atribuições específicas definidas formalmente pela chefia do ICMBio Maués;

IV - manter regularmente atualizados os registros das atividades realizadas, conforme os instrumentos de gestão definidos em conjunto com a chefia do ICMBio Maués;

V - coordenar a elaboração e execução dos Planos de Trabalho Individuais dos servidores;

VI - elaborar relatório anual de atividades da Área Temática a qual for designado; e

VII - responder junto à Sede e aos Centros de Pesquisa e Conservação como ponto focal dos processos e macroprocessos institucionais abrangidos por sua Área Temática.

Art. 14. São atribuições dos servidores do ICMBio Maués:

I - executar as atividades que lhes forem determinadas pela chefia do ICMBio Maués e pelo coordenador da Área Temática em que atua, respeitadas as atribuições dos cargos e as competências institucionais;

II - elaborar manifestações técnicas de sua área de competência;

III - elaborar relatórios de atividades e manter atualizados bancos de dados relacionados;

IV - operar sistemas de informação necessários à execução das atividades; e

V - zelar pela integridade, manutenção, limpeza e utilização adequada das infraestruturas, instalações e equipamentos compartilhados.

CAPÍTULO IV - DOS RECURSOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS

Art. 15. As infraestruturas, instalações e equipamentos disponibilizados para as unidades de conservação que integram o NGI compreendem bens que serão geridos pelo ICMBio Maués de forma harmônica e compartilhada, no desenvolvimento articulado de todas as Áreas Temáticas, visando o benefício comum das UC's componentes.

Art. 16. Os recursos orçamentários e financeiros serão compartilhados entre as unidades de conservação integrantes do ICMBio Maués.

Art. 17. Sempre que possível, e quando assim não for impedido, a aplicação dos recursos oriundos de projetos especiais e outras fontes não orçamentárias deverá ser orientada para beneficiar todas as unidades integrantes do ICMBio Maués.

CAPÍTULO V - DAS REUNIÕES DE TRABALHO E PLANEJAMENTO

Art. 18. Deverão ser realizadas reuniões mensais de trabalho pela equipe do ICMBio Maués, visando avaliar as atividades realizadas, compartilhar os resultados alcançados e programar as ações a serem executadas pelas Áreas Temáticas, tendo por referência o Planejamento Gerencial Integrado do NGI, os Planos de Manejo das UCs, os planos de trabalho das Áreas Temáticas e o Planejamento Estratégico do ICMBio.

Parágrafo único. As reuniões deverão ser registradas por meio de Ata ou Memória de Reunião e disponibilizadas em respectivo processo eletrônico SEI.

Art. 19. Deverá ser realizado, anualmente, um Seminário de Avaliação e Planejamento Integrado do ICMBio Maués, que orientará a elaboração dos respectivos planos de trabalho das Áreas Temáticas.

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20. Além das competências e atribuições estabelecidas neste Regimento Interno, outras poderão ser cometidas às Áreas Temáticas e aos seus servidores, com o propósito de cumprir os objetivos das unidades de conservação.

Art. 21. As dúvidas suscitadas e os casos omissos serão dirimidos pela chefia do ICMBio Maués, ouvidas, quando necessário, as instâncias superiores.

PORTARIA ICMBIO Nº 356, DE 10 DE MAIO DE 2022

Aprova o Regimento Interno do Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio Novo Airão (Processo SEI nº 02070.002811/2020-07).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº. 10.234, de 11 de fevereiro de 2020, designado pela Portaria nº 1.280, de 09 de novembro de 2021, da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União de 10 de novembro de 2021, Seção 2, pág. 01.

Considerando a Portaria ICMBio nº 139, de 03 de janeiro de 2013, que estabelece, dentre outras Providências, a terminologia "áreas temáticas" para a organização interna da unidade organizacional;

Considerando a Portaria ICMBio nº 102, de 10 de fevereiro de 2020 e sua alteração pela Portaria ICMBio nº 246, de 30 de março de 2022, que prevê que cada NGI disporá de um Regimento Interno que estabelecerá a sua estrutura gerencial em Áreas Temáticas de atuação, suas competências e outras atribuições regimentais necessárias, observando-se o modelo anexo à Portaria;

Considerando a Portaria ICMBio nº 434, de 11 de maio de 2020, que institui o Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio Novo Airão; resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio Novo Airão, na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 1º de junho de 2022.

MARCOS DE CASTRO SIMANOVIC

PORTARIA ICMBIO Nº 360, DE 10 DE MAIO DE 2022

Altera a Portaria nº 112, de 12 de fevereiro de 2020 publicada no Diário Oficial da União nº 32 de 14 de Fevereiro de 2020 e dá outras providências. (Processo SEI 02121.001286/2020-51).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das competências atribuídas pelo Artigo 24 do Decreto nº 10.234, de 11 de fevereiro de 2020 e pela Portaria Casa Civil nº 1.280, de 09 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 10 de novembro de 2021, seção 2, resolve:

Art. 1º Alterar o Art. 1º da Portaria nº 112, de 12 de fevereiro de 2020 publicada no DOU nº 32 de 14 de Fevereiro de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Instituir o Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio Boca do Acre, um arranjo organizacional estruturador do processo gerencial entre unidades de conservação federais, integrando a gestão das unidades citadas a seguir.

I - Reserva Extrativista Arapixi;

II - Floresta Nacional do Purus; e

III - Floresta Nacional Mapiá-Inauini."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MARCOS DE CASTRO SIMANOVIC

Ministério de Minas e Energia

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 1.377/SPE/MME, DE 12 DE MAIO DE 2022

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, na Portaria MME nº 463, de 3 de dezembro de 2009, e o que consta no Processo nº 48340.002878/2021-98, resolve:

Art. 1º Definir em 4,68 MW médios o montante de garantia física de energia da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Emas Nova, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.SP.027165- 9.01, com potência instalada de 7,215 MW, de titularidade da empresa Aratu Geração S.A., inscrita no CNPJ sob o n° 07.732.105/0001-84, localizada no rio Mogi-Guaçu, no município de Pirassununga, no estado de São Paulo.

§ 1º O montante de garantia física de energia da PCH Emas Nova refere-se ao Ponto de Conexão da Usina.

§ 2º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, as perdas elétricas do Ponto de Conexão até o Centro de Gravidade do referido Submercado deverão ser abatidas do montante de garantia física de energia definido nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º Para todos os efeitos, o montante de garantia física de energia da PCH Emas Nova poderá ser revisado com base na legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELLO NASCIMENTO CABRAL DA COSTA

PORTARIA Nº 1.378/SPE/MME, DE 12 DE MAIO DE 2022

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I e §1º, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.001010/2022-71. Interessada: Ventos de São Romualdo Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 41.489.453/0001-00. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Eólica denominada Ventos de Santa Luzia 01, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.BA.049398-8.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.074, de 1º de fevereiro de 2022, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/spe/reidi-repenec-1.

MARCELLO NASCIMENTO CABRAL DA COSTA

PORTARIA Nº 1.379/SPE/MME, DE 12 DE MAIO DE 2022

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I e §1º, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.001012/2022-61. Interessada: Ventos de São Teonas Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 41.489.491/0001-63. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Eólica denominada Ventos de Santa Luzia 03, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.BA.049416-0.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.076, de 1º de fevereiro de 2022, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/spe/reidi-repenec-1.

MARCELLO NASCIMENTO CABRAL DA COSTA

PORTARIA Nº 1.380/SPE/MME, DE 12 DE MAIO DE 2022

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I e §1º, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.001011/2022-16. Interessada: Ventos de São Teófano Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 41.413.101/0001-71. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Eólica denominada Ventos de Santa Luzia 02, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.BA.049399-6.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.075, de 1º de fevereiro de 2022, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/spe/reidi-repenec-1.

MARCELLO NASCIMENTO CABRAL DA COSTA

PORTARIA Nº 1.381/SPE/MME, DE 13 DE MAIO DE 2022

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I e §1º, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.001013/2022-13. Interessada: Ventos de São Thomas Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 41.483.602/0001-24. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Eólica denominada Ventos de Santa Luzia 04, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.BA.049417-8.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.077, de 1º de fevereiro de 2022, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/spe/reidi-repenec-1.

MARCELLO NASCIMENTO CABRAL DA COSTA

PORTARIA Nº 1.382/SPE/MME, DE 13 DE MAIO DE 2022

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I e §1º, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.001014/2022-50. Interessada: Ventos de São Tilão Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 41.489.475/0001-70. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Eólica denominada Ventos de Santa Luzia 05, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.BA.049418-6.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.078, de 1º de fevereiro de 2022, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/spe/reidi-repenec-1.

MARCELLO NASCIMENTO CABRAL DA COSTA

PORTARIA Nº 1.383/SPE/MME, DE 13 DE MAIO DE 2022

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I e §1º, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.001015/2022-02. Interessada: Ventos de Santo Ubaldo Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 41.486.632/0001-94. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Eólica denominada Ventos de Santa Luzia 06, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.BA.049419-4.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.079, de 1º de fevereiro de 2022, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/spe/reidi-repenec-1.

MARCELLO NASCIMENTO CABRAL DA COSTA

PORTARIA Nº 1.384/SPE/MME, DE 13 DE MAIO DE 2022

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I e §1º, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.001016/2022-49. Interessada: Ventos de Santo Urbano I Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 41.483.847/0001-51. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Eólica denominada Ventos de Santa Luzia 07, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.BA.049420-8.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.080, de 1º de fevereiro de 2022, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/spe/reidi-repenec-1.

MARCELLO NASCIMENTO CABRAL DA COSTA

PORTARIA Nº 1.385/SPE/MME, DE 13 DE MAIO DE 2022

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I e §1º, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.001017/2022-93. Interessada: Ventos de São Vigílio Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 41.489.523/0001-20. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Eólica denominada Ventos de Santa Luzia 08, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.BA.049421-6.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.081, de 1º de fevereiro de 2022, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/spe/reidi-repenec-1.

MARCELLO NASCIMENTO CABRAL DA COSTA

PORTARIA Nº 1.386/SPE/MME, DE 13 DE MAIO DE 2022

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I e §1º, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.001018/2022-38. Interessada: Ventos de Santa Virgínia Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 41.484.020/0001-62. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Eólica denominada Ventos de Santa Luzia 09, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.BA.049422-4.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.082, de 1º de fevereiro de 2022, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/spe/reidi-repenec-1.

MARCELLO NASCIMENTO CABRAL DA COSTA

PORTARIA Nº 1.387/SPE/MME, DE 13 DE MAIO DE 2022

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I e §1º, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.001019/2022-82. Interessada: Ventos de São Vladimir Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 41.503.859/0001-09. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Eólica denominada Ventos de Santa Luzia 10, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.BA.049423-2.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.083, de 1º de fevereiro de 2022, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/spe/reidi-repenec-1.

MARCELLO NASCIMENTO CABRAL DA COSTA

DESPACHO DECISÓRIO Nº 8/2022/SPE

Processo: 48360.000121/2022-11. Interessado: Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Assunto: Plano de Outorgas de Transmissão de Energia Elétrica (POTEE) 2021 - Rede Básica e Demais Instalações de Transmissão (3ª emissão). Despacho: Tendo em vista o disposto no art. 3º-A, inciso I, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, no art. 18 do Anexo VIII à Portaria nº 108, de 14 de março de 2017, Portaria MME nº 215, de 11 de maio de 2020, bem como o que consta no Processo nº 48360.000121/2022-11, aprovo o "Plano de Outorgas de Transmissão de Energia Elétrica (POTEE) 2021 - Rede Básica e Demais Instalações de Transmissão (3ª emissão)". Determino que o Departamento de Planejamento Energético promova a divulgação da planilha eletrônica que contém a relação das instalações, descrição das ampliações, reforços e datas de necessidade, bem como a suas classificações, no sítio eletrônico do Ministério de Minas e Energia-www.gov.br/mme.

MARCELLO NASCIMENTO CABRAL DA COSTA
Secretário-Adjunto

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

DESPACHO Nº 1.127, DE 3 DE MAIO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.003626/2021-04, decide determinar à Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil - Eletrobras CGT Eletrosul, e à EDP Transmissão Aliança SC S.A. - EDP Aliança, a contratação de estudo independente, em até 90(noventa) dias, para dirimir o litígio entre as partes devido à construção de sala de comando pela EDP Aliança, no interior da Subestação Abdon Batista, em local considerado pela Eletrobras CGT Eletrosul como irregular.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 1.266, DE 11 DE MAIO DE 2022

Processos nºs: 48500.004257/2022-40, 48500.004258/2022-94, 48500.004259/2022-39, 48500.004260/2022-63. Interessado: Atlantic Energias Renováveis S. A. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga - DRO das Centrais Geradoras Fotovoltaicas - UFVs relacionadas no ANEXO I deste Despacho, localizadas nos municípios de Casa Nova, estado da Bahia e de Afrânio, estado de Pernambuco. A íntegra deste Despacho e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 1.273, DE 12 DE MAIO DE 2022

Processos nºs: 27101.000463/1989-40 e 48500.005300/2012-12. Interessado: AHE Cruzeiro do Sul Energia SPE S.A. Decisão: (i) conferir o DRI-UHE referente à UHE Bom Retiro, com 35.180 kW de potência instalada, cadastrada sob o CEG: UHE.PH.RS.000288-7.02, localizada no rio Taquari, no estado do Rio Grande do Sul; e (ii) esse DRI-UHE não poderá ser conferido a outros interessados, de acordo com estabelecido no art. 21 da Resolução Normativa nº 875, de 2020; (iii) tornar sem efeito o Ofício nº 049/1999-SPH/ANEEL, de 4 de fevereiro de 1999, que efetivou o registro ativo para que a empresa Bom Retiro Energia Ltda. desenvolvesse os estudos de Projeto Básico da UHE Bom Retiro; (iv) revogar o Despacho nº 3.200, de 2012, por meio do qual foi concedido o registro ativo para a Energias Complementares do Brasil - Geração de Energia Elétrica S.A. desenvolver os estudos de Projeto Básico da UHE Cruzeiro do Sul na mesma localização da UHE Bom Retiro; e (v) devolver a garantia de registro aportada na ANEEL pela empresa Energias Complementares do Brasil. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em http://biblioteca.aneel.gov.br.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 1.276, DE 12 DE MAIO DE 2022

Processo nº: 48500.002477/2016-91. Interessado: UTE MC2 Nossa Senhora do Socorro S.A. Decisão: (i) executar a garantia de fiel cumprimento da UTE MC2 Nossa Senhora do Socorro em função de multa aplicada pela ANEEL e não paga; (ii) determinar à CCEE que promova a execução em valor suficiente para a quitação do montante da multa e de todos os encargos e atualização financeira a contar da data de seu vencimento, definido como sendo o dia 17 de maio de 2021; e (iii) manter a garantia de fiel cumprimento, com o valor residual, sinistrada até: (a) decisão decorrente do trânsito em julgado da ação judicial por meio da qual se discutia a sua execução em decorrência do descumprimento do cronograma de implantação do empreendimento e (b) confirmação de inexistência de qualquer outro débito em aberto. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 1.306, DE 13 DE MAIO DE 2022

Processo nº 48500.002665/2022-67. Interessadas: Cinetix Participações Societárias Ltda. e Brilhar Participações Ltda. Decisão: (i) revogar o Despacho nº 1.084, de 2022, que conferiu o DRI-PCH referente à PCH Cerrado, cadastrada sob o CEG PCH.PH.MT.060275-2.01, localizada no rio Sacre, no estado de Mato Grosso, motivado pela desistência formal em prosseguir no processo; e (ii) devolver a garantia de registro aportada na ANEEL. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível em biblioteca.aneel.gov.br.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO Nº 1.307, DE 13 DE MAIO DE 2022

Processo nº: 48500.003265/2022-79. Interessada: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf. Decisão: (i) estabelecer parcelas de adicionais de Receita Anual Permitida; (ii) fazer ajustes referentes à operação e manutenção de instalações de transmissão transferidas ao Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 61/2001; e (iii) cobrir custos previstos na Resolução Normativa nº 67, de 2004. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca .

IVO SECHI NAZARENO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DE 13 DE MAIO DE 2022

Decisão: Liberar as unidades geradoras para início de operação a partir de 14 de maio de 2022.

Nº 1.310 Processo nº: 48500.002259/2008-46. Interessados: Usina Santa Fé S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: UTE Santa Fé. Unidades Geradoras: UG1, de 2.000,00 kW, e UG2, de 10.000,00 kW. Localização: Município de Nova Europa, no estado de São Paulo.

Nº 1.311 Processo nº: 48500.002259/2008-46. Interessados: Usina Santa Fé S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: UTE Santa Fé. Unidades Geradoras: UG3, de 10.000,00 kW. Localização: Município de Nova Europa, no estado de São Paulo.

Nº 1.312 Processo nº: 48500.004017/2020-83. Interessados: Jandaíra III Energias Renováveis S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Jandaíra III. Unidades Geradoras: UG8, de 3.465,00 kW. Localização: Município de Jandaíra, no estado do Rio Grande do Norte.

Nº 1.313 Processo nº: 48500.000693/2020-88. Interessados: Eólica Angicos I Geração de Energias SPE S.A. Modalidade: Operação comercial. Usina: EOL Angicos I. Unidades Geradoras: UG1 a UG6, de 4.200,00 kW cada. Localização: Município de Macau, no estado do Rio Grande do Norte.

Nº 1.317 Processo nº: 48500.000694/2020-22. Interessados: Eólica Angicos II Geração de Energias SPE S.A. Modalidade: Operação comercial. Usina: EOL Angicos II. Unidades Geradoras: UG1 a UG7, de 4.200,00 kW cada. Localização: Município de Macau, no estado do Rio Grande do Norte.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

RODRIGO CESAR NEVES MENDONÇA
Superintendente Adjunto

DESPACHO Nº 1.320, DE 13 DE MAIO DE 2022

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução Normativa ANEEL nº 583, de 22 de outubro de 2013, e considerando o que consta do Processo nº 48500.005494/2021-47, decide liberar a unidade geradora UG9 de 888,00 kW da UTE Paulínia Verde, Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG UTE.GN.SP.055998-9.01, localizada no município de Paulínia, no estado de São Paulo, de titularidade da UTE Paulínia Verde S.A., para início da operação em teste a partir de 14 de maio de 2022.

RODRIGO CESAR NEVES MENDONÇA

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA

RETIFICAÇÃO

Na íntegra do Despacho nº 540, de 21 de fevereiro de 2022, cujo resumo foi publicado no D.O. do dia 23 de fevereiro de 2022, Número 38, Seção 1, página 143, constante do Processo nº 48500.001760/2021-62, na Tabela 3 do Anexo, onde se lê "TE conv (B3)" leia-se "TE".

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO Nº 1.220, DE 12 MAIO DE 2022

Processo nº: 48500.006238/2021-77. Decisão: Conhecer e, no mérito, negar provimento ao pedido apresentado pela Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. - EMS para desconsiderar na apuração dos indicadores de continuidade e no pagamento de compensações aos consumidores as interrupções pós-eventos climáticos ocorridos de 13 a 18 e 23 a 25 de outubro de 2021. A íntegra deste Despacho estará disponível em https://biblioteca.aneel.gov.br.

CARLOS ALBERTO CALIXTO MATTAR
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 1.275, de 12 de maio de 2022, constante no Processo nº 48500.004337/2022-03, publicado no DOU de 13.05.2022, Seção 1, p. 122, v. 160, n. 90, onde se lê: "(...) celebrado entre a compradora Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de Promissão (CERPRO), inscrita no CNPJ sob o nº 17.858.631/0001-49, e a vendedora Matrix Comercializadora de Energia Elétrica S.A. (Matrix), inscrita no CNPJ sob o nº 44.560.381/0001-39 (...)", leia-se: ""(...) celebrado entre a compradora Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de Promissão (CERPRO), inscrita no CNPJ sob o nº 44.560.381/0001-39, e a vendedora Matrix Comercializadora de Energia Elétrica S.A. (Matrix), inscrita no CNPJ sob o nº 17.858.631/0001-49".

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MINAS GERAIS

DESPACHO
Relação nº 120/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito despacho publicado(192)
834.109/2010-BRASIL PEDRAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA- DOU de 12/04/2022
Fase de Concessão de Lavra
Torna sem efeito Auto de Infração(608)
000.138/1946-INDÚSTRIA DE MADEIRA IMUNIZADA LTDA,- AI N°23/2018-FISC/DNPM/MG e 1004/2017-FISC/DNPM/MG e 78/2018 à 86/2018, 152/2018, 154/2018, 159/2018, 505/2018, 543/2018, 580/2018, 594/2018, 624/2018, 668/2018, 784/2018 à 786/2018, 806/2018, e 904/2018.
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Torna sem efeito despacho publicado(2251)
831.656/2014-SEBASTIAO DA COSTA PEREIRA NETO- DOU de 13/01/2022
Fase de Licenciamento
Despacho de retificação do Registro de Licença(741)
834.365/2010-MINERAÇÃO RIO CLARO M.V. LTDA.- Registro de Licença N° 3731/2012-Onde se lê: "... Área (ha): 49,54...." Leia-se: "…Área (ha) :21,83, conforme memorial descritivo disponível no sistema Cadastro Mineiro..."
Fase de Requerimento de Lavra
Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1280)
831.224/2011-MINERACAO AZUL TROPICAL LTDA - Publicado DOU de 04/12/2014., Relação n° 755/2014, Seção , pág. - "Onde se lê: ... com redução de área de 986,22 ha para 469,34 ha" "Leia-se: ... com redução de área de 986,22 ha para 412,74 ha"
Torna sem efeito exigência(560)
834.182/2008-GEPI EMPREENDIMENTOS LTDA-OF. N°16317/2022/DFMIM-MG/ANM-DOU de 12/04/2022

LEANDRO CESAR FERREIRA DE CARVALHO
Gerente

DESPACHO
Relação nº 121/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
831.331/2013-CSN CIMENTOS S.A.-OF. N°22732/2022/UAPM-MG/ANM.
831.818/2013-CSN CIMENTOS S.A.-OF. N°22748/2022/UAPM-MG/ANM.
831.333/2013-CSN CIMENTOS S.A.-OF. N°22736/2022/UAPM-MG/ANM.
833.768/2013-CSN CIMENTOS S.A.-OF. N°22739/2022/UAPM-MG/ANM.
830.017/2014-VALE DO ANJO TRANSPORTES EXTRACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA ME-OF. N°21741/2022/UAGV-MG/ANM
830.035/2015-CSN CIMENTOS S.A.-OF. N°22809/2022/UAPM-MG/ANM.
833.952/2013-DRAGAGEM AM LTDA-OF. N°22566/2022/DIREM-MG/ANM
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
833.838/2010-C A M PRADO-MANTENA/MG - Guia n° 109/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-49.200,0 t/ano (ressalvadas eventuais limitações impostas pela Licença Ambiental)-AREIA(Uso Construção Civil)- Vigência da Guia:03 (três) anos a partir da publicação no DOU ou PL (o que vier primeiro).
833.838/2010-C A M PRADO-MANTENA/MG - Guia n° 109/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-49.200,0 t/ano (ressalvadas eventuais limitações impostas pela Licença Ambiental)-AREIA(Uso Construção Civil)- Vigência da Guia:03 (três) anos a partir da publicação no DOU ou PL (o que vier primeiro). Eficácia da GU a partir da Emissão da Licença Ambiental
Nega prorrogação prazo para cumprimento de exigência(253)
832.395/2013-AREIAS E ARGILA SÃO JUDAS LTDA ME-OF. N°22352/2022/DIREM-MG/ANM (RFP) e 22352/2022/DIREM-MG/ANM (Guia de Utilização)
830.089/2012-J A EXTRACAO DE AREIA E ARGILA, SERR, SERV. TERR. E TRANSPORTE LTDA ME-OF. N°22501/2022/DIREM-MG/ANM
Indefere requerimento de Guia de Utilização(284)
832.395/2013-AREIAS E ARGILA SÃO JUDAS LTDA ME
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
832.395/2013-AREIAS E ARGILA SÃO JUDAS LTDA ME
830.089/2012-J A EXTRACAO DE AREIA E ARGILA, SERR, SERV. TERR. E TRANSPORTE LTDA ME
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
830.674/2009-CHAMONIX MIX LTDA-OF. N°22413/2022/DIREM-MG/ANM
830.815/2012-IMPÉRIO DAS PEDRAS LTDA. ME.-OF. N°22621/2022/DIREM-MG/ANM
831.915/2015-ADONAI GARCIA DE OLIVEIRA-OF. N°22699/2022/DIREM-MG/ANM
832.233/2015-DIEYSON ONOFRE DA SILVA-OF. N°22694/2022/DIREM-MG/ANM
831.852/2016-MINERAÇÃO MONTE ALTO EIRELI-OF. N°22680/2022/DIREM-MG/ANM
832.457/2015-STONE GOLD MINERAÇÃO EIRELI-OF. N°22667/2022/DIREM-MG/ANM
Despacho publicado(256)
831.215/2004-JOÃO VICENTE CARTELI-ANULA o arquivamento do Auto de Infração nº 1627/2006 e assim restitui seu efeito
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
831.020/2017-RENATO JOSÉ DE BARROS ME
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
831.020/2017-RENATO JOSÉ DE BARROS ME
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
832.245/2012-MINERADORA E EXPORTADORA SANTA INES LTDA - AI N°285/2021/GER-MG/DIREM-MG - (PROCESSO ADM.: 48054.930296/2021-29)
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
833.310/2014-ROGÉRIO CARVALHO GUIMARÃES- Área de 451,57 ha para 227,32 ha-Granito-Estiva/MG
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência técnica de barragem - Prazos estabelecidos em ofício:(2890)
BARRAGENS B1A IPÊ E QUÉIAS-EMICON MINERACAO E TERRAPLENAGEM LIMITADA-815.691/1971-OF. N°530/2022/DISBM-MG/ANM
Auto de Infração lavrado - BARRAGENS - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(2394)
BARRAGEM PRINCIPAL-VALE S.A.-001.016/1963-AI. N°3655/2022/GER-MG/DISBM-MG - (Proc.Adm.48054.931714/2022-86)
BARRAGENS BARRAGEM MINA ENGENHO e BARRAGEM II MINA ENGENHO e BARRAGENS BARRAGEM MINA ENGENHO e BARRAGEM II MINA ENGENHO-MASSA FALIDA DE MUNDO MINERAÇÃO LTDA.-830.719/1982-AI. N°3567;3568;3569;3570;3571 e 3572/2022/GER-MG/DISBM-MG - (Proc.Adm. 48054.931616/2022-49 ; 48054.931617/2022-93;48054.931618/2022-38;48054.931619/2022-82;48054.931620/2022-15 e 48054.931621/2022-51) e AI.Nº 3480 , 3479,3470 e 3478/2022/GER-MG/DISBM-MG - (Proc.Adm. 48054.931522/2022-70 ; 48054.931521/2022-25; 48054.931510/2022-45 e 48054.931520/2022-81)
Determina a interdição da barragem de mineração(2363)
S/N-VALE S.A.-930.925/2005
Nega provimento a defesa apresentada - BARRAGENS(2410)
S/N-VALE S.A.-930.925/2005
Determina a interdição da lavra(442)
930.925/2005-VALE S.A.- N° do Termo de Interdição:12/2022/GER-MG/DISBM-MG, de 05/05/2022- Lacre N°
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Da provimento ao recurso interposto(2248)
832.322/2016-MSJ SERVIÇOS LTDA EPP
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(2237)
832.359/2013-GERALDO AUGUSTO DA SILVA CARDOSO-PIEDADE DOS GERAIS/MG - Guia n° 119/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-42.000 toneladas/ano-AREIA (uso: imediato na construção civil)- Vigência da Guia:3 ANOS (a partir de sua publicação. Eficácia a partir da emissão da Licença Ambiental)
830.223/2012-WL MINERACAO LTDA-SANTANA DE PIRAPAMA/MG - Guia n° 108/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-6.000 toneladas/ ano-MINÉRIO DE MANGANÊS (uso: Industrial- Vigência da Guia:3 ANOS(partir de sua publicação. Eficácia a partir da emissão da Licença Ambiental)
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2225)
830.986/2014-GRANSENA EXPORTACAO E COMERCIO LTDA-OF. N°22497/2022/DIREM-MG/ANM
Prorroga por 01 (um) ano o prazo para requerer a Concessão de Lavra(2243)
831.059/2008-MARCIO BARBOZA
Fase de Licenciamento
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(761)
830.590/2010-CERAMICA LEAL LTDA- AI N°3651 e 3652/2022/DFMNM-MG/ANM. -(48054.931711/2022-42 e 48054.931712/2022-97)
832.513/2012-Avelino Cypriano de Oliveira,- AI N°3649 e 3650/2022/DFMNM-MG/ANM. - (Proc.Adm. 48054.931703/2022-04 e 48054.931704/2022-41)
830.494/2018-Areia Serra Dourada & Cia Ltda. Me- AI N°3645 e 3646/2022/DFMNM-MG/ANM. - (Proc. Adm. 48054.931700/2022-62 e 48054.931702/2022-51)
833.302/2014-Sérgio das Graças Diniz,- AI N°3728 e 3729/2022/DFMNM-MG/ANM. - (Proc.Adm.48054.931777/2022-32 e 48054.931778/2022-87)
833.547/2014-Francisco Marcos Ragazzo- AI N°3731 e 3732/2022/DFMNM-MG/ANM. - (Proc.Adm48054.931780/2022-56 e 48054.931781/2022-09)

830.465/1979-PEDRABRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME- AI N°3735 e 3736/2022/DFMNM-MG/ANM. - (Proc.Adm. 48054.931782/2022-45 e 48054.931783/2022-90)

832.483/2015-Mauricio Avelino da Silva Me- AI N°3737 e 3738/2022/DFMNM-MG/ANM. - (Proc.Adm. 48054.931784/2022-34 e 48054.931785/2022-89)

830.555/2016-Getulio Martins da Silva Junior 03660887692 Me- AI N°3741 E Nº 3742/2022/DFMNM-MG/ANM. - (Proc.Adm. 48054.931787/2022-78 e 48054.931788/2022-12)

830.610/2018-Everton Santos Carvalho,- AI N°3747 e 3749/2022/DFMNM-MG/ANM. - (Proc.Adm.48054.931789/2022-67 e 48054.931790/2022-91)

830.128/2017-ALTENIR GRACIANO DE SÁ RIBEIRO EIRELI ME- AI N°3752 e 3753/2022/DFMNM-MG/ANM. - (Proc.Adm. 48054.931791/2022-36 e 48054.931792/2022-81)

833.329/2012-Porto de Areia Rocha Ltda,- AI N°3635 e 3636/2022/DFMNM-MG/ANM. - (Proc.Adm. 48054.931691/2022-18 e 48054.931692/2022-54)

832.213/2009-Osmar Diolino da Silva- AI N°3637 e 3638/2022/DFMNM-MG/ANM. - (Proc.Adm. 48054.931693/2022-07 e 48054.931694/2022-43)

831.582/2014-Lourenço Miranda de Mendonça- AI N°3639 e 3640/2022/DFMNM-MG/ANM. - (Proc.Adm. 48054.931695/2022-98 e 48054.931696/2022-32)

832.109/2000-Cruz Mineração Ltda,- AI N°3641 e 3642/2022/DFMNM-MG/ANM. - (Proc.Adm.48054.931698/2022-21 e 48054.931699/2022-76)

831.212/2015-Marques e Gonçalves Mineração Ltda Me- AI N°3685/2022/DFMNM-MG/ANM. - (Proc.Adm. 48054.931733/2022-11)

830.648/2019-Construtora Marques e Empreendimentos LTDA,- AI N°3815 e 3816/2022/DFMNM-MG/ANM. (Proc.Adm.48054.931853/2022-18 e 48054.931854/2022-54)

Fase de Requerimento de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)

896.110/2003-GRANITOS CRICIUMA LTDA-OF. N°13447/2022/UAGV-MG/ANM e 22000/2022/UAGV-MG/ANM

830.365/2006-MINERAÇÃO VITÓRIA EIRELI-OF. N°17601/2022/UAPC-MG/ANM

830.217/1978-UNIAO IND E COMERCIO DE MINERACAO E PROD. QUIMI EXP E IMP-OF. N°19044/2022/UAPC-MG/ANM

832.582/2011-EMISA EMPRESA DE MINERAÇÃO SANTOS LTDA-OF. N°16011/2022/UAPC-MG/ANM

831.486/2013-PAULO SILVA FREIRE CPF 535.443.076 34 ME-OF. N°17357/2022/UAPC-MG/ANM

Indefere requerimento de Guia de Utilização(626)

830.365/2006-MINERAÇÃO VITÓRIA EIRELI

Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)

831.597/2005-SPLENDOUR MINERACAO E TRANSPORTE LTDA-FRANCISCÓPOLIS/MG - Guia n° 114/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-8.000 t/ano-GRANITO (ornamental)- Vigência da Guia:03 anos após publicação no DOU ou PL (o que vier primeiro)

834.854/2007-MINERAÇÃO NOSSA SENHORA DO PILAR-BOM DESPACHO/MG, LEANDRO FERREIRA/MG - Guia n° 121/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-50.000 toneladas/ano e 12.000 toneladas/ano-AREIA (uso: agregado) e ARGILA (uso: fabricação de cerâmica vermelha)- Vigência da Guia:3 ANOS (a partir de sua publicação. Eficácia a partir da emissão da Licença Ambiental

LEANDRO CESAR FERREIRA DE CARVALHO
Gerente

DESPACHO
Relação nº 122/2022

Fase de Autorização de Pesquisa

Nega prorrogação prazo para cumprimento de exigência(253)

831.842/2014-AMANDA MONTAGENS LTDA.-OF. N°22598/2022/DIREM-MG/ANM

Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)

831.842/2014-AMANDA MONTAGENS LTDA.

830.879/2020-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

833.955/2013-DRAGAGEM AM LTDA-OF. N°22491/2022/DIREM-MG/ANM

833.956/2013-DRAGAGEM AM LTDA-OF. N°22487/2022/DIREM-MG/ANM

833.957/2013-DRAGAGEM AM LTDA-OF. N°22449/2022/DIREM-MG/ANM

833.953/2013-DRAGAGEM AM LTDA-OF. N°23064/2022/DIREM-MG/ANM

833.958/2013-DRAGAGEM AM LTDA-OF. N°23094/2022/DIREM-MG/ANM

833.954/2013-DRAGAGEM AM LTDA-OF. N°22985/2022/DIREM-MG/ANM

833.114/2012-MINERACAO APOLLO LTDA-OF. N°22118/2022/DIREM-MG/ANM

Aprova o relatório de Pesquisa(317)

830.710/2015-HELBERT SILVA BATISTA-GNAISSE (Uso: construção civil (brita).-MATEUS LEME/MG

830.985/2017-HAS MINERAÇÃO & SERVIÇOS EIRELI-AREIA (uso: AGREGADO)-DIAMANTINA /OLHOS D' ÁGUA/MG

Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)

832.723/2012-IMPÉRIO DAS PEDRAS LTDA. ME.-OF. N°22977/2022/DIREM-MG/ANM

Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)

831.380/2012-MINERACAO SANTA INES LTDA - AI N°432/2020/GER - MG/DIREM - MG

Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)

830.637/2019-JOAQUIM ALVARES DA SILVA CAMPOS -Alvará N°2921/2020

Determina arquivamento Auto de Infração -Relatório de Pesquisa(640)

832.161/2012-MINERADORA E EXPORTADORA SANTA INES LTDA-AI N°423/2020/GER - MG/DIREM - MG

Fase de Concessão de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)

832.097/2005-MML - METAIS MINERACAO LTDA-OF. N°22953/2022/DIREM-MG/ANM

003.484/1959-MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS SA-OF. N°21852/2022/DFMIM-MG/ANM

830.699/1987-MINERAÇÃO CONSELHEIRO MATA LTDA-OF. N°21797/2022/DFMIM-MG/ANM

Prorroga prazo para cumprimento de exigência(2367)

BARRAGEM CDS II-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-930.556/2000-OF. N°22044/2022/DISBM-MG/ANM- No prazo de 90 dias

Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)

811.556/1974-APERAM INOX AMÉRICA DO SUL S.A.-OF. N°21524/2022/DFMIM-MG/ANM

003.035/1963-ITAMINAS COMERCIO DE MINERIOS SA-OF. N°21472/2022/DFMIM-MG/ANM

807.482/1976-MINERACAO SERRAS DO OESTE EIRELI-OF. N°21459/2022/DFMIM-MG/ANM

Fase de Disponibilidade

Indefere requerimento de habilitação por não cumprimento de intimação(2108)

300.508/2009-CBMM - Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração

Determina arquivamento definitivo do processo(1678)

300.172/2013-

Fase de Licenciamento

Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(761)

831.770/1998-Wesley de Paula Geromim Me- AI N°3716 e 3717/2022/DFMNM-MG/ANM. - (Proc.Adm. 48054.931756/2022-17 e 48054.931757/2022-61)

832.618/2013-Arca Mineração Ltda Me,- AI N°3714 e 3715/2022/DFMNM-MG/ANM. - (Proc.Adm. 48054.931754/2022-28 e 48054.931755/2022-72)

830.855/2016-Aguinaldo Geraldo Fernandes,- AI N°3712 e 3713/2022/DFMNM-MG/ANM. - (Proc.Adm. 48054.931751/2022-94 e 48054.931752/2022-39)

830.263/2016-VITORIA TRANSPORTES & SERVICOS LTDA ME,- AI N°3711/2022/DFMNM-MG/ANM. - (Proc.Adm. 48054.931750/2022-40)

831.749/2013-Empreendimentos Fazenda Fenix Ltda- AI N°3706 e 3707/2022/DFMNM-MG/ANM. - (Proc.Adm. 48054.931745/2022-37 e 48054.931746/2022-81)

833.201/2012-José Galvão Rubim Júnior Me,- AI N°3703 E Nº 3705/2022/DFMNM-MG/ANM. - (Proc.Adm. 48054.931743/2022-48 e 48054.931744/2022-92)

833.432/2014-Construtora Carlos Miranda Transporte e Locações Ltda,- AI N°3697 e 3698/2022/DFMNM-MG/ANM. - (Proc.Adm. 48054.931738/2022-35 e 48054.931739/2022-80)

833.688/2011-Patrícia Resende Theodoro da Silva Caetano- AI N°3695 e 3696/2022/DFMNM-MG/ANM. - (Proc.Adm. 48054.931736/2022-46 e 48054.931737/2022-91)

832.172/2012-Aloncio José Guedes Me,- AI N°3693 e 3694/2022/DFMNM-MG/ANM. -(Proc. Adm.48054.931734/2022-57 e 48054.931735/2022-00)

832.245/2009-Ideuvan de Souza Avelar- AI N°3681 e 3682/2022/DFMNM-MG/ANM. - (Proc.Adm 48054.931731/2022-13 e 48054.931732/2022-68)

830.985/2002-Gérson Vieira,- AI N°3663 E Nº 3664/2022/DFMNM-MG/ANM. - (Proc.Adm. 48054.931720/2022-33 e 48054.931721/2022-88)

831.316/2008-CHRISTIAN KLEBER CARDOSO DE ALMEDA - ME- AI N°3661 e 3662/2022/DFMNM-MG/ANM. - (Proc.Adm. 48054.931718/2022-64 e 48054.931719/2022-17)

832.336/2005-AMARO CHAVES COELHO- AI N°3656 e 3657/2022/DFMNM-MG/ANM. - (Proc.Adm. 48054.931715/2022-21 e 48054.931716/2022-75)

Fase de Requerimento de Lavra

Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)

834.753/2010-F2 EXTRACAO E TRANSPORTES LTDA-FORTUNA DE MINAS/MG, MARAVILHAS/MG - Guia n° 120/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-50.000 toneladas/ano-AREIA (uso: agregado de uso imediato na construção civil)- Vigência da Guia:3 ANOS (a partir de sua publicação. Eficácia a partir da emissão da Licença Ambiental)

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)

831.690/2008-MINERAÇÃO FR LTDA EPP-OF. N°22743/2022/DIREM-MG/ANM

830.908/1980-MINERAÇÃO CALDENSE LTDA-OF. N°14895/2022/UAPC-MG/ANM

831.810/1986-RIO SÃO PEDRO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°22545/2022/DFMIM-MG/ANM

831.966/2008-SCORPION MINERACAO LTDA-OF. N°21500/2022/DFMIM-MG/ANM

833.354/2013-CABO VERDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°21445/2022/DFMIM-MG/ANM

834.182/2008-GEPI EMPREENDIMENTOS LTDA-OF. N°22408/2022/DFMIM-MG/ANM

830.302/2020-AREEIRO MUZAMBO LTDA-OF. N°23197/2022/DFMNM-MG/ANM

834.174/2011-EXTRAÇÃO, COMÉRCIO E TRANSPORTE DE AREIA E PEDREGULHO ITACAMBIRA LTDA EPP-OF. N°23102/2022/DFMNM-MG/ANM

830.352/2001-ANTÔNIO RODRIGUES DE MOURA-OF. N°23101/2022/DFMNM-MG/ANM

Torna sem efeito despacho(2296)

832.668/2013-OSWALDO JOSE CORREA- Publicado DOU de 04/05/2022

Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)

830.973/1981-MOGILESTE CONSTRUTORA, INCORPORADORA E EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIOS LTDA-OF. N°23166/2022/DFMNM-MG/ANM-60 dias

Homologa desistência do requerimento de Concessão de Lavra(352)

831.536/2009- MINERAÇÃO JUPARANÁ LTDA.

Fase de Requerimento de Pesquisa

Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)

830.032/2022-ALVORADA MINERACAO COMERCIO E EXPORTACAO LTDA

Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)

830.133/2022-ALVORADA COMERCIO DE CEREAIS E TRANSPORTES EIRELI

832.971/2021-ANDRÉ LUIZ BORGES

832.970/2021-SERDON PARTICIPACOES E TRANSPORTES LTDA

832.966/2021-AREIA VOLTA DA PRATA LTDA

832.960/2021-AREIA VOLTA DA PRATA LTDA

832.959/2021-AREIA VOLTA DA PRATA LTDA

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)

832.972/2021-SERDON PARTICIPACOES E TRANSPORTES LTDA-OF. N°23319/2022/SECOR-MG/ANM

Fase de Requerimento de Registro de Extração

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)

832.879/2021-MUNICIPIO DE FERVEDOURO-OF. N°23689/2022/DFMNM-MG/ANM

LEANDRO CESAR FERREIRA DE CARVALHO
Gerente

DESPACHO
Relação nº 123/2022

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)

830.800/2021-GIRAIA DA SILVA DUARTE-Registro de Licença N° 62/2022 - Vencimento em validade por tempo indeterminado

832.137/2018-DRAGAGEM SAO FRANCISCO LTDA-Registro de Licença N° 63/2022 - Vencimento em validade até 24/10/2022

830.905/2019-MARISA MALDINI PENNA DE VALADARES E VASCONCELOS-Registro de Licença N° 64/2022 - Vencimento em validade por tempo indeterminado.

830.248/2018-AREAL PEIXOTO LTDA ME-Registro de Licença N° 65/2022 - Vencimento em validade por tempo indeterminado.

830.126/2022-AREAL COLUNA LTDA ME-Registro de Licença N° 66/2022 - Vencimento em validade por tempo indeterminado.

830.979/2018-ARCONGEL REFRIGERACAO SOARES LTDA-Registro de Licença N° 67/2022 - Vencimento em validade até 28/04/2024.

831.911/2015-DRAGA MAJOLA LTDA-Registro de Licença N° 68/2022 - Vencimento em validade até 27/03/2024

LEANDRO CESAR FERREIRA DE CARVALHO
Gerente

DESPACHO
Relação nº 125/2022

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira

Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)

831.592/2018-COOPERATIVA REGIONAL GARIMPEIRA DE CORINTO LTDA - PLG N°140/2022 - Prazo 05 anos

LEANDRO CESAR FERREIRA DE CARVALHO
Gerente

DESPACHO
Relação nº 229/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Luciana Ribeiro Nascimento - 830205/16

JANIO ALVES LEITE
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO
Relação nº 78/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
874.868/2011-M.M. TERRAPLANAGEM LTDA ME - AI N°817/2019
870.185/2011-IZAAC VICENTE PEREIRA ME - AI N°821/2019
874.517/2011-ENIO MOURA DE ANDRADE - AI N°816/2019
872.576/2010-QUIUQUI MINERACAO LTDA - AI N°722/2019
872.569/2010-QUIUQUI MINERACAO LTDA - AI N°741/2019
871.562/2012-CERAMICA CANDEAL EIRELI - AI N°240/2019
Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(225)
871.439/2014-MINERACAO TREMENDAL LTDA -AI N°625/2019
870.346/2014-IRONLAKE - EXPLORACAO MINERAL LTDA -AI N°391/2019
870.223/2012-CASABLANCA MINERAÇÃO LTDA -AI N°449/2019
870.228/2012-CASABLANCA MINERAÇÃO LTDA -AI N°304/2019
871.474/2013-XYZ BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS LTDA EPP -AI N°325/2019
874.634/2011-DIRCEU RIBEIRO DA SILVA -AI N°441/2019
Determina arquivamento Auto de infração(1872)
871.793/2014-EMETRIS MINERADORA LTDA.ME- AI N°296/2019

ARTUR CÉSAR DE OLIVEIRA
Gerente
Substituto

DESPACHO
Relação nº 79/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
870.836/2018-DJ GRANITOS EIRELI
870.626/2018-DJ GRANITOS EIRELI
870.265/2021-SAFIRA MINING E STONES LTDA
870.263/2021-SAFIRA MINING E STONES LTDA
870.248/2021-SAFIRA MINING E STONES LTDA
871.653/2018-CEPEMI CENTRO DE PESQUISA E EXTRAÇÃO MINERAL LTDA
870.264/2021-SAFIRA MINING E STONES LTDA
870.875/2015-TOLEDO GRANITOS DO BRASIL LTDA
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
870.497/2020-BLUE SKY MINERAÇÃO LTDA EPP-BROTAS DE MACAÚBAS/BA, OLIVEIRA DOS BREJINHOS/BA - Guia n° 40/2022-16.000t/ano-Quartzito- Vigência da Guia:03 Anos
873.084/2015-PEDRAS DO BRASIL COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA-JUAZEIRO/BA - Guia n° 39/2022-16.000t/ano-Quartzito- Vigência da Guia:03 Anos
871.238/2020-INCENOR INDUSTRIA CERAMICA DO NORDESTE LTDA.-AMÉLIA RODRIGUES/BA - Guia n° 38/2022-12.000t/ano-Argila- Vigência da Guia:03 Anos
870.663/2020-BLUE SKY MINERAÇÃO LTDA EPP-MORPARÁ/BA - Guia n° 41/2022-16.000t/ano-Quartzito- Vigência da Guia:03 Anos
870.569/2020-BLUE SKY MINERAÇÃO LTDA EPP-BARRA/BA - Guia n° 43/2022-16.000t/ano-Quartzito- Vigência da Guia:03 Anos
870.516/2020-BLUE SKY MINERAÇÃO LTDA EPP-BARRA DO MENDES/BA, IPUPIARA/BA - Guia n° 42/2022-16.000t/ano-Quartzito- Vigência da Guia:03 Anos
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
871.051/2019-MINERAÇÃO ROSA DE SARON LTDA-OF. N°21566/2022
870.985/2019-GRAN BOA SORTE EXTRAÇÃO DE GRANITO LTDA-OF. N°22734/2022
872.744/2016-BA8 PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S/A-OF. N°23397/2022
871.195/2016-GRANICAP GRANITOS CAPIXABA LTDA-OF. N°16.203/2021
870.282/2021-BORGES & DIAS LTDA-OF. N°23899/2022
871.752/2016-MINERACAO SERRA DO OURO LTDA-OF. N°23889/2022
870.163/2020-MULTIVERSE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°23950/2022
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
870.621/2018-MEDITERRANEO MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°8.568/2018
Indefere requerimento de Guia de Utilização(284)
870.875/2015-TOLEDO GRANITOS DO BRASIL LTDA
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
871.434/2019-ZUK DO BRASIL LTDA- Cessionário:CRYSTAL GEMS MARMORES E GRANITOS LTDA- CPF ou CNPJ 41.084.912/0001- 76- Alvará n°1.115/2020
871.269/2012-MINERADORA UBAX LTDA- Cessionário:Goldcoltan Minerais Ltda- CPF ou CNPJ 08.362.040/0001- 95- Alvará n°8979/2015
870.890/2016-HERCULES MINERACAO DA BAHIA LTDA- Cessionário:Mineração Boninal Ltda- CPF ou CNPJ 31.512.715/0001- 57- Alvará n°9578/2016
871.332/2020-3 S LTDA- Cessionário:Palmares Estudos Geologicos Ltda- CPF ou CNPJ 44.557.880/0001-77- Alvará n°5267/2020
870.716/2018-EMPRESA DE MINERACAO GUARIBAS LTDA- Cessionário:Bafer Mineracao Ltda- CPF ou CNPJ 44.479.283/0001- 71- Alvará n°8591/2018
872.212/2021-BORBOREMA MINERACAO LTDA.- Cessionário:Alpha Minerals Brazil Participacoes Ltda- CPF ou CNPJ 43.093.229/0001- 20- Alvará n°10020/2021
872.147/2012-MINERADORA UBAX LTDA- Cessionário:Goldcoltan Minerais Ltda- CPF ou CNPJ 08.362.040/0001- 95- Alvará n°9260/2015
870.701/2021-BORBOREMA MINERACAO LTDA.- Cessionário:Alpha Minerals Brazil Participacoes Ltda- CPF ou CNPJ 43.093.229/0001- 20- Alvará n°5546/2021
870.703/2021-BORBOREMA MINERACAO LTDA.- Cessionário:Alpha Minerals Brazil Participacoes Ltda- CPF ou CNPJ 43.093.229/0001- 20- Alvará n°5547/2021
870.704/2021-BORBOREMA MINERACAO LTDA.- Cessionário:Alpha Minerals Brazil Participacoes Ltda- CPF ou CNPJ 43.093.229/0001- 20- Alvará n°5548/2021
870.707/2021-BORBOREMA MINERACAO LTDA.- Cessionário:Alpha Minerals Brazil Participacoes Ltda- CPF ou CNPJ 43.093.229/0001- 20- Alvará n°5549/2021
870.710/2021-BORBOREMA MINERACAO LTDA.- Cessionário:Alpha Minerals Brazil Participacoes Ltda- CPF ou CNPJ 43.093.229/0001- 20- Alvará n°5551/2021
870.709/2021-BORBOREMA MINERACAO LTDA.- Cessionário:Alpha Minerals Brazil Participacoes Ltda- CPF ou CNPJ 43.093.229/0001- 20- Alvará n°5550/2021
871.203/2015-PEDREIRA PEDRA FORTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME- Cessionário:CCPM Empreendimentos Imobiliários Ltda- CPF ou CNPJ 42.769.910/0001-83- Alvará n°1161/2016
870.819/2021-MINERAÇÃO LOUGON LTDA.- Cessionário:GP MINERALS LTDA- CPF ou CNPJ 44.636.836/0001- 52- Alvará n°8075/2021
871.054/2019-ANTONIO JOSE DE SOUSA- Cessionário:V A MINERIOS IMPERIOS EIRELI- CPF ou CNPJ 04.635.765/0001- 59- Alvará n°821/2020
870.326/2021-MARLOS PEREIRA BATISTA- Cessionário:BLACK RIVER MINERACAO LTDA- CPF ou CNPJ 44.050.737/0001- 94- Alvará n°3567/2021
870.792/2021-PATRICK ALVES DOS SANTOS NERY 01910550507- Cessionário:ARRAIAL STONE SAND EIRELI- CPF ou CNPJ 43.346.751/0001- 77- Alvará n°6619/2021
870.582/2020-RAMON MARTINS DE OLIVEIRA- Cessionário:MINERACAO NORDESTINA LTDA- CPF ou CNPJ 41.367.799/0001- 36- Alvará n°4139/2020
870.573/2021-VALDEIR WALAS DE AGUIAR LEITE- Cessionário:R & I LOCACOES DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA ME- CPF ou CNPJ 13.226.148/0001-90- Alvará n°4973/2021
872.210/2021-SERGIO HENRIQUE MUSCHIONI- Cessionário:ITABIRITO MINERACAO LTDA- CPF ou CNPJ 07.969.037/0001- 71- Alvará n°10494/2021
872.014/2017-LEANDRO FORNAZIER LTDA- Cessionário:MENDES E FELIX CENTER COUROS LTDA ME- CPF ou CNPJ 14.790.648/0001- 13- Alvará n°2037/2019
872.555/2015-ROCHA BAHIA MINERACAO LTDA- Cessionário:TMN TERRAPLANAGENS E PAVIMENTACAO LTDA- CPF ou CNPJ 39.510.420/0001- 53- Alvará n°3600/2016
872.169/2021-MEDSON FONTANA AMARAL- Cessionário:AMARAL & SOUZA MINERACAO LTDA- CPF ou CNPJ 44.068.636/0001- 40- Alvará n°9907/2021
870.696/2019-2MC MINERACAO EIRELI- Cessionário:EMA EMPRESA DE MINERACAO E AGRONEGOCIO LTDA- CPF ou CNPJ 40.378.337/0001- 51- Alvará n°5972/2019
870.958/2021-JOSIEL PAULO DE OLIVEIRA- Cessionário:HMF PARTICIPACOES LTDA- CPF ou CNPJ 03.804.158/0001- 02- Alvará n°10163/2021
872.354/2016-EXOTICA STONES GRANITOS E MARMORES EIRELI- Cessionário:MEDITERRANEO MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 03.481.185/0001- 91- Alvará n°2573/2017
871.692/2015-MINERAÇÃO VALE DO RIO PARDO EIRELI- Cessionário:ANA MARIA ALMEIDA COELHO- CPF ou CNPJ 14.634.813/0001- 48- Alvará n°184/2016
871.322/2018-DIOGO PATRICK ORNELAS CHAVES- Cessionário:BRAZIL EXOTIC QUARTZITE LTDA- CPF ou CNPJ 42.951.838/0001- 00- Alvará n°1375/2019
declara a nulidade do alvará de pesquisa(273)
872.186/2021-RIO TINTO DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA-Alvará N°10.214/2021
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
871.206/2000-RED GRANITI MINERAÇÃO LTDA-OF. N°23383/2022
871.467/2005-INTERGRAN INDUSTRIA E COMERCIO DE GRANITOS LTDA-OF. N°23417/2022
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
872.431/2009-VITÓRIA MINING MINERAÇÃO, IMP. E EXP. LTDA-JAGUARARI/BA - Guia n° 44/2022-16.000t/ano-Quartzito- Vigência da Guia:03 anos

ARTUR CÉSAR DE OLIVEIRA
Gerente
Substituto

DESPACHO
Relação nº 80/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito auto de infração - Início da pesquisa(1409)
871.793/2014-EMETRIS MINERADORA LTDA.ME-AI N°296/2019

ARTUR CÉSAR DE OLIVEIRA
Gerente
Substituto

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO PARÁ

DESPACHO
Relação nº 215/2022

Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
850.718/2020-BRITEX DO BRASIL LTDA- Registro de Licença N° 4/2021 - Vencimento em 24/11/2023
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
851.392/2020-EDILUCIA CARVALHO BEZERRA-OF. N°22544/2022/DIFAM-PA/ANM
850.177/2022-TAVARES TERRAPLENAGEM E LOCACOES EIRELI-OF. N°23902/2022/DIFAM-PA/ANM

FÁBIO GUILHERME LOUZADA MARTINELLI
Gerente

DESPACHO
Relação nº 218/2022

Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - BARRAGENS - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(2394)
DIQUE DE FINOS I-AVB MINERACAO LTDA.-853.714/1993-AI. N°3700/2022/SESBM-PA/ANM - PROC. ADM. 48059.950525/2022-62
Dique de Finos II-AVB MINERACAO LTDA.-853.714/1993-AI. N°3701/2022/SESBM-PA/ANM - PROC. ADM. 48059.950526/2022-15
BARRAGEM ANTAS NORTE-AVB MINERACAO LTDA.-853.714/1993-AI. N°3704/2022/SESBM-PA/ANM - PROC. ADM. 48059.950527/2022-51
BARRAGEM ANTAS NORTE-AVB MINERACAO LTDA.-853.714/1993-AI. N°3859/2022/SESBM-PA/ANM - PROC. ADM. 48059.950529/2022-41

FÁBIO GUILHERME LOUZADA MARTINELLI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO
Relação nº 78/2022

Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - PRAZO ESPECIAL(2380)
MNP-01-MINERAÇÃO NOVA PETRÓPOLIS LTDA.-811.137/2013-OF. N°23704/2022/SEFAM-RS/ANM- No prazo de 90 dias
MNP-01-MINERAÇÃO NOVA PETRÓPOLIS LTDA.-811.137/2013-OF. N°23701/2022/SEFAM-RS/ANM- No prazo de 30 dias
Homologa renúncia do Registro de Licença(784)
810.747/2003-MI MALDANER & CIA LTDA
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
810.487/2020-DARCI ANTONIO CARNIEL MARQUETTO-ME- Registro de Licença N° 194/2020 - Vencimento em 27/04/2024
810.769/2019-RL MINERADORA LTDA ME- Registro de Licença N° 154/2021 - Vencimento em 02/05/2024
810.650/1995-RAUBER MINERAIS EXTRACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA- Registro de Licença N° 1687/1999 - Vencimento em 31/12/2022
810.100/2012-RAUBER MINERAIS EXTRACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA- Registro de Licença N° 71/2012 - Vencimento em 31/12/2022

810.949/2017-CONSTRUSINOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA.- Registro de Licença N° 061/2018 - Vencimento em 11/03/2027
810.047/2020-RAUBER MINERAIS EXTRACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA- Registro de Licença N° 081/2020 - Vencimento em 31/12/2022

JOSE EDUARDO DA COSTA DUARTE
Gerente
Interino

DESPACHO
Relação nº 79/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
811.123/2015-TEODORO MINERAÇÃO LTDA
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
810.976/2018-GS EXTRACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA-AREIA-Santa Maria/RS
810.975/2018-GS EXTRACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA-AREIA-Santa Maria/RS
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
810.943/2016-MARISA FLORITA FIORELLI GEREMIA- Área de 724,6ha para 49,98ha-AREIA-Santa Maria/RS
810.727/2019-ELIANE REVESTIMENTOS CERAMICOS LTDA- Área de 998,96ha para 78,80ha-ARGILA-Minas do Leão/RS
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
810.514/2015-RAFAEL SACHETE DA SILVA - AI N°694/2022
811.332/2014-RAFAEL B. APOLO - AI N°276/2022
811.331/2014-RAFAEL B. APOLO - AI N°275/2022
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
810.382/2021-DIOGO ANTONIO FEIJO NETO- Cessionário:Marcus Vinicius Ferro Feijó Fi- CPF ou CNPJ 02.267.772/0001-10- Alvará n°10508/2021
811.170/2021-DANIEL LEOPOLDO KAMPFF- Cessionário:Sinosexpress Transportes Ltda.- CPF ou CNPJ 06.789.886/0001-80- Alvará n°10508/2021
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
810.738/2021-RAFAEL BARTZ EMCKE 00661558002- Alvará n°7178/2021 - Cessionario:48052.810239/2022-25-Pedreira Bartz Ltda- CPF ou CNPJ 45.702.258/0001-78
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
811.242/2014-FELIPE BRIDI-OF. N°23728/2022
Auto de Infração multa - início da pesquisa não comunicado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(1407)
810.038/2013-VALDEMAR VICENTE FOLETTO- AI N°678/2022
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
810.278/2019-ANDRE CASSIO AZEVEDO DA LUZ-OF. N°22655/2022
810.328/2006-CERÂMICA MARTINI LTDA-OF. N°22675/2022
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
810.553/2017-CERÂMICA MAGAGNIN LTDA- Cessionário:Industria Cerâmica Encantado Ltda- CNPJ 36.507.535/0001-09- Registro de Licença N° 300/2018- Vencimento da Licença: 11/07/2021
Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
810.846/2021-MAURO ALEXANDRE SILVA DA SILVA
810.845/2021-MAURO ALEXANDRE SILVA DA SILVA
810.844/2021-MAURO ALEXANDRE SILVA DA SILVA
810.847/2021-MAURO ALEXANDRE SILVA DA SILVA
810.533/2013-ANDRÉ ANTUNES MOTTA ME
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
810.222/2022-PETER ROE BUENO NUNES-OF. N°23091/2022
811.243/2021-SULISTA MINERADORA EIRELI-OF. N°23105/2022
811.133/2021-MERIDIONAL METAIS E MINERACAO LTDA-OF. N°23796/2022

JOSE EDUARDO DA COSTA DUARTE
Gerente
Interino

DESPACHO
Relação nº 80/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de pesquisa.(139)
810.803/2021-BRITAGEM PROGRESSO LTDA- DOU de 14/02/2022

JOSE EDUARDO DA COSTA DUARTE
Gerente
Interino

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DESPACHO
Relação nº 28/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
868.046/2018-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA-OF. N°22189/2022/SEFAM-MS/ANM E 22315/2022/SEREM-MS/ANM
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
968.004/1994-COMICAN COMPANHIA DE MINERAÇÃO CANDIOTA-OF. N°21530/2022/SEREM-MS/ANM
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)
966.001/1993-HORII AGROINDUSTRIAL DE MINÉRIOS LTDA-OF. N°21505/2022/SEREM-MS/ANM
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
868.287/2016-AREIEIRO PEROLA DO RIO AQUIDAUANA LTDA- Registro de Licença N° 7/2018 - GERÊNCIA REGIONAL/MS - Vencimento em 30/03/2026
868.124/2014-CONSTRUTORA INDUSTRIAL SAO LUIZ SA- Registro de Licença N° 18/2014 - GERÊNCIA REGIONAL/MS - Vencimento em 20/04/2026
868.061/2004-AREIA COMPEDRA LTDA ME- Registro de Licença N° 12/2004 - RETIFICADO/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/MS - Vencimento em 01/02/2027
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
866.338/1983-CALCÁRIO XARAÉS LTDA EPP-OF. N°24009/2022/SEFAM-MS/ANM
866.336/1983-CALCÁRIO XARAÉS LTDA EPP-OF. N°24006/2022/SEFAM-MS/ANM
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
868.007/2016-RAFAELLE ZAMBARDINO VASCONCELLOS-OF. N°23995/2022/SEREM-MS/ANM
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
868.009/2022-WILSON SILVA PINTO-OF. N°23547/2022/SEREM-MS/ANM
868.013/2022-IVO CARBONERA-OF. N°23564/2022/SEREM-MS/ANM
868.017/2022-ARINO FONSECA MARQUES-OF. N°23584/2022/SEREM-MS/ANM
868.018/2022-BARBA BRANCA MINERACAO LTDA-OF. N°23608/2022/SEREM-MS/ANM
868.020/2022-ETNA INVESTIMENTOS LTDA-OF. N°23623/2022/SEREM-MS/ANM
868.031/2022-COSIPRES INDUSTRIA E COMERCIO SIDERURGICO LTDA-OF. N°23643/2022/SEREM-MS/ANM

ANTONIO CLAUDIO LEONARDO BARSOTTI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE PARAÍBA

DESPACHO
Relação nº 31/2022

Fase de Concessão de Lavra
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
840.132/1990-MIBRASA MINÉRIOS BRASILEIROS LTDA.- AI Nº 3793/2021/SEFAM-PB/ANM
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Prorroga por 01 (um) ano o prazo para requerer a Concessão de Lavra(2243)
846.076/2003-MARCOS JOSÉ FRANCISCANO DO AMARAL
Fase de Lavra Garimpeira
Renova prazo de validade da Permissão de Lavra Garimpeira(523)
846.062/2016-EDILSON AZEVEDO GAMBARRA DA NOBREGA - PLG Nº 006/2017 de 04/05/2017- Vencimento em 04/05/2027
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
846.186/2009-S O BRITAS LTDA- Registro de Licença N° 240/2009 - Vencimento em 12/03/2031
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
846.273/2010-CASA GRANDE MINERACAO EIRELI-OF. N°20660/2022
846.066/2012-ELIZABETH PRODUTOS CERAMICOS LTDA-OF. N°21087/2022
846.089/2000-AMARAL MINERAÇÃO LTDA-OF. N°22392/2022/SEFAM-PB/ANM
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1737)
846.066/2012-ELIZABETH PRODUTOS CERAMICOS LTDA-OF. N°21091/2022
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
846.048/2012-PB SERVIÇOS MINERAÇÃO EIRELI-PEDRAS DE FOGO/PB - Guia n° 2/2022-50.000 t/ano para construção civil e 10.000 t/ano para uso industrial-AREIA-Vigência da Guia:01 (um)
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2106)
846.315/2010-CASA GRANDE MINERACAO EIRELI-OF. N°21506/2022/SEFAM-PB/ANM
846.089/2000-AMARAL MINERAÇÃO LTDA-OF. N°22398/2022/SEFAM-PB/ANM
Não conhece requerimento protocolizado(1057)
846.432/2007-MARIA APARECIDA AMORIM FARIAS
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere Requerimento de PLG(335)
846.038/2020-ANTONIO ALVES FERREIRA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
846.295/2021-CONSTRUTORA LUIZ COSTA LTDA-OF. N°22738/2022
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
846.103/2021-MARIA BARBOSA DE AGUIAR-Registro de Licença N° 05/2022 - Vencimento em indeterminado
846.137/2020-RILDO CAVALCANTI FERNANDES JUNIOR EPP-Registro de Licença N° 06/2022 - Vencimento em 15/07/2023

ARNALDO BEZERRA LOPES DE ALMEIDA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 38/2022

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)
846.074/2021-COOPERATIVA DE GARIMPEIROS DE JUNCO DO SERIDO PB - PLG N°142/2022 - Prazo 5 (cinco) anos
846.026/2020-COOPERATIVA DE GARIMPEIROS DE JUNCO DO SERIDO PB - PLG N°141/2022 - Prazo 5 (cinco) anos

ARNALDO BEZERRA LOPES DE ALMEIDA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE PERNAMBUCO

DESPACHO
Relação nº 14/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
840.164/2019-ALENCAR & PARENTE MINERAÇÃO LTDA-OURICURI/PE, TRINDADE/PE - Guia n° 101/2021-20.000ton-Gipsita- Vigência da Guia:Mesmo da Licença Ambiental
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
840.074/2015-LIDIA RIBEIRO LELE
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
840.312/2016-MINERAÇÃO MATA VERDE LTDA ME-GRANITO-Bom Jardim/PE
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
840.293/2014-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A.-AI N°7331/2021
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
840.011/2019-CONE S.A.- Alvará n°3.987/2019 - Cessionario:840.265/2021-MARCOS ANTÔNIO DE ARAÚJO PEREIRA.- CPF ou CNPJ 489.073.914-91
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
840.024/2017-BRASPEDRAS - COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Prorroga por 01 (um) ano o prazo para requerer a Concessão de Lavra(2243)
840.120/2014-SAINT GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUÇÃO LTDA.
840.119/2014-SAINT GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUÇÃO LTDA.
840.119/2014-SAINT GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUÇÃO LTDA.
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
300.100/2017-
840.957/2011-PAULO AFONSO DE AGUIRRE
300.501/2016-
840.170/2016-ROCHA FIRME LTDA
840.201/2013-MINERAÇÃO ANGICOS LTDA ME
Fase de Licenciamento
Autoriza o englobamento de áreas contíguas(788)
840.079/2006-GALVAZ CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA- Processo englobado:840.574/2010
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)

840.532/2017-NATÍVA CABRAL DE- Registro de Licença N° 006/2018 - Vencimento em 31/12/2022
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
840.234/2015-MINERAÇÃO LAGOA DOS GREGORIOS LTDA-OF. N°43000/2021
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
840.222/2021-RICARDO DE CERQUEIRA CRUZ-OF. N°40715/2021
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
840.073/2019-EDEVALDO FERREIRA DOS SANTOS-OF. N°31409/2021
840.309/2021-ALEXSSANDRA MARIA DOS SANTOS MELO-OF. N°49000/2021

MARCOS ANTÔNIO DE HOLANDA TAVARES
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO TOCANTINS

DESPACHO
Relação nº 42/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
864.602/2021-SIDERCAL CALCARIO DO BRASIL LTDA- Cessionário:ARAGUAIA MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA- CPF ou CNPJ 44.200.597/0001-93- Alvará n°2797/2022
Indefere requerimento de Guia de Utilização(284)
864.051/2019-MSB - MINERACOES LTDA
864.155/2018-MSB - MINERACOES LTDA
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
864.154/2017-GRANITOS RETIRO LTDA.-OF. N°14140/2021/CAREAS-TO/ANM
864.342/2021-PAULO DE SOUZA PAU FERRO-OF. N°47785/2021/CAREAS-TO/ANM
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(2194)
864.073/2022-PERTH RECURSOS MINERAIS LTDA

FABIO LUCIO MARTINS JUNIOR
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO CEARÁ

DESPACHO
Relação nº 40/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
800.479/2018-COMPANHIA INDUSTRIAL DE CIMENTO APODÍ-OF. N°19406/2022
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
800.014/2018-IBIAPABA INDUSTRIA E COMERCIO DE AGUAS MINERAIS LTDA-Água Mineral-Graça/CE
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
800.309/2017-GRANISTONE AMAZON MINERACAO LTDA-SANTA QUITÉRIA/CE - Guia n° 53/2022-1.500TONELADAS-QUARTZITO- Vigência da Guia:3 ANOS
800.603/2021-FEJOLITA PRECIOUS IN STONES EIRELI-ICÓ/CE - Guia n° 2/2022-16.000toneladas-Pegmatito- Vigência da Guia:03 anos
800.299/2021-VERMONT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-MARCO/CE - Guia n° 1/2022-16.000toneladas-Biotita Xisto- Vigência da Guia:03 anos
800.077/2020-VERMONT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-GRANJA/CE, VIÇOSA DO CEARÁ/CE - Guia n° 3/2022-16.000toneladas-Quartzito-Vigência da Guia:03 anos
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
800.015/2017-MINERAÇÃO MOULIN EXPORT LTDA.- Cessionário:GRANITOS CALABREZ LTDA-EPP- CPF ou CNPJ 03.885.129/0001-12- Alvará n°904/2018
800.314/2021-MARIA NILCE DA SILVA TELES- Cessionário:M.N. DA SILVA TELES- CPF ou CNPJ 09.521.226/0001-02- Alvará n°6639/2021
800.474/2018-MINERACAO DUTRA EIRELI- Cessionário:GOFERT MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 45.895.595/0001-29- Alvará n°5393/2019
Nega a anuência prévia aos atos de cessão total de direitos(193)
800.354/2013-MARCOS OLIVEIRA GARCIA
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
800.289/2020-ALAN LIUPEKEVICIUS CARNIELLI -Alvará N°2654/2021
800.485/2021-JBNX HOLDING E PARTICIPACOES LTDA -Alvará N°6207/2021
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
800.530/2016-MILKA MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA ME
800.401/2016-LUIZA DE MARILAC MATOS NEVES SILVEIRA
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(2237)
800.136/2017-TECNOGRES REVESTIMENTOS CERAMICOS LTDA.-BATURITÉ/CE - Guia n° 54/2022-5.000Toneladas-Talco- Vigência da Guia:01 ano
800.165/2017-LABELLA MINERACAO LTDA-ITATIRA/CE - Guia n° 04/2022-16.000toneladas-Quartzito- Vigência da Guia:03 anos
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do direito de requerer a lavra.(2259)
800.341/2015-MILKA MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA ME-Cessionário:MILGRAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GRANITOS LTDA- CPF ou CNPJ 07.268.379/0001-64- Alvará n°5947/2015
Fase de Requerimento de Lavra
Torna sem efeito despacho(2296)
800.036/2015-VULCANO EXPORT MINERACAO EXPORTACAO E IMPORTACAO- Publicado DOU de 19/01/2022
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
800.719/2013-MILKA MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA ME-956 n° 2014 - Cessionário: MILGRAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GRANITOS LTDA-CNPJ 07.268.379/0001-64
Fase de Requerimento de Pesquisa
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
800.392/2021-GR CONSULTORIA EM PROSPECCAO MINERAL LTDA
800.017/2021-JOSE WILSON SIQUEIRA CAMPOS JÚNIOR
800.041/2022-MINERAL DEPOSITS LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
800.064/2014-KUNLUN MINERAÇÃO LTDA-OF. N°21936/2022
800.605/2021-FEJOLITA PRECIOUS IN STONES EIRELI-OF. N°22279/2022
800.290/2022-A J S GOMES PREMOLDADOS EIRELI-OF. N°23366/2022
800.289/2022-A J S GOMES PREMOLDADOS EIRELI-OF. N°23243/2022
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(133)
800.591/2021-MDN MINERAÇÃO DO NORDESTE LTDA-OF. N°22147/2022
Não conhece requerimento protocolizado(1004)
800.812/2021-FLAPA ENGENHARIA E MINERAÇÃO LTDA.
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
800.425/2021-BASALTO PEDREIRA E PAVIMENTACAO LTDA

VANESSA MARIA MAMEDE CAVALCANTI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHO
Relação nº 52/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
848.252/2016-LION MINERACAO DO BRASIL EIRELI-ERERÉ/CE, DOUTOR SEVERIANO/RN, ENCANTO/RN - Guia n° 6/2022-49.800toneladas-Minério de Ouro- Vigência da Guia:03 anos
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
848.281/2017-CASA GRANDE MINERACAO EIRELI-ALVARÁ N°9555/2017
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
848.019/2014-CARVALHO & PAIVA LTDA EPP- Fonte: Aldenôra, Marca: Benvenuti e BemEstar Tipo embalagem:20L- APODI/RN
Fase de Lavra Garimpeira
Renova prazo de validade da Permissão de Lavra Garimpeira(523)
848.293/2009-EDILSON AZEVEDO GAMBARRA DA NOBREGA - PLG Nº 1/2010 de 02/08/2010- Vencimento em 05/08/2025
848.294/2009-EDILSON AZEVEDO GAMBARRA DA NOBREGA - PLG Nº 2/2010 de 02/08/2010- Vencimento em 05/08/2025

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO

DESPACHO
Relação nº 80/2022

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Titular: Santanense Mineracao S.A. Cpf/cnpj :36.927.922/0001-96 - Processo minerário: 5761/65 - Processo de cobrança: 931779/22 Valor: R$.313.229,36
Titular: Vale S.A. Cpf/cnpj :33.592.510/0001-54 - Processo minerário: 2771/35 - Processo de cobrança: 931268/22 Valor: R$.8.029.917,97

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 221/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar, parcelar débito ou apresentar defesa (Vistoria)/prazo 30(dez) dias (6.87)
João Broggi Júnior - 866184/13 - Not.1/2022 - R$ 591,84

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 224/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Alvair Eustaquio de Alvarenga - 830593/18 - Not.153/2022 - R$ 8.524,16
Barão da Areia Materiais Para Construção LTDA. me - 830505/17 - Not.119/2022 - R$ 4.327,64
Boaz Fomento Mercantil Participações e Administração Ltda - 831147/18 - Not.138/2022 - R$ 8.499,71
Brs Hill Stones Mineracao e Transportes Ltda - 832142/16 - Not.175/2022 - R$ 4.335,44
Carlos Lacerda de Campos - 831150/18 - Not.133/2022 - R$ 8.499,71, 831148/18 - Not.135/2022 - R$ 8.499,71
Carlos Soares da Cunha - 831181/16 - Not.112/2022 - R$ 4.300,61
Cbg Mineracao S/a - 832117/14 - Not.168/2022 - R$ 8.548,61
Cerâmica Cruzado Ltda - 832131/17 - Not.143/2022 - R$ 4.329,01
Comercial Quartzo Barra Doce - 834325/12 - Not.116/2022 - R$ 4.315,32
D.A. Rodrigues Mineração e Pesquisa Mineral - 830021/20 - Not.189/2022 - R$ 4.359,89
Dave Lean Soares Baia me - 831627/18 - Not.181/2022 - R$ 4.347,66
Davi José Martins - 831393/19 - Not.187/2022 - R$ 4.359,89
Diamandel Mineracao Ltda - 831609/19 - Not.188/2022 - R$ 4.359,89
Genecy de Melo e Silva - 831750/18 - Not.182/2022 - R$ 4.347,66
Geovani Alves Pimenta - 831927/12 - Not.129/2022 - R$ 8.499,71
Gervasio Gonçalves Rosa - 832973/14 - Not.167/2022 - R$ 8.548,61
Giuliano Cesar de Souza Rocha - 831947/17 - Not.158/2022 - R$ 8.524,16
Janio Darcio Miranda Goncalves - 830673/17 - Not.177/2022 - R$ 4.335,44
Jesse Almeida Lima - 832511/16 - Not.165/2022 - R$ 8.548,61
Jose Luiz Magalhães Filho - 831067/19 - Not.186/2022 - R$ 4.359,89
Jose Magalhes - 830471/18 - Not.155/2022 - R$ 8.524,16, 830245/18 - Not.157/2022 - R$ 8.524,16
Larissa Couto Faria - 830176/16 - Not.111/2022 - R$ 4.327,64
Lindolfo Antonio de Rezende - 832153/17 - Not.145/2022 - R$ 4.329,01
M.V. Empreendimentos Minerais, Transportes, Logística e Terraplanagem Ltda - 830739/17 - Not.123/2022 - R$ 8.712,07
Marcelo Moreira de Melo Cpf 03385966663 me - 831799/17 - Not.108/2022 - R$ 4.391,76
Mineração 040 Ltda Epp - 830956/17 - Not.125/2022 - R$ 8.712,07
Mineração Granitos de Minas Ltda - 831787/17 - Not.127/2022 - R$ 8.712,07
Mmx Sudeste Mineração S.A. - 831105/18 - Not.141/2022 - R$ 8.499,71, 831130/18 - Not.139/2022 - R$ 8.499,71
Neusa Barros Borges - 833675/12 - Not.114/2022 - R$ 4.315,32
Paulo Roberto Pereira Cpf 461.456.486 00 me - 830385/18 - Not.160/2022 - R$ 4.329,01
Petros Stones Minerais do Brasil Eireli me - 830589/17 - Not.121/2022 - R$ 8.712,07
Quality Empreendimentos Cerâmicos Ltda me - 830991/18 - Not.147/2022 - R$ 8.524,16
Rafael de Araujo Campanhã - 832484/16 - Not.176/2022 - R$ 4.335,44
Recursos Minerais do Brasil S.a - 832463/10 - Not.173/2022 - R$ 4.335,44, 830739/10 - Not.183/2022 - R$ 4.347,66
Rosana de Lourdes Freire Costa - 832116/18 - Not.171/2022 - R$ 4.274,30
Rosane Barbosa Procopio Aguiar - 831449/18 - Not.179/2022 - R$ 4.347,66
Sérgio Rodrigo Araújo de Andrade - 832890/13 - Not.117/2022 - R$ 8.630,65
Silvanio Antonio Fernandes me - 832069/17 - Not.136/2022 - R$ 4.329,01
Stella Mineracao Ltda - 830486/13 - Not.174/2022 - R$ 4.335,44
Subsolos Empreendimentos Minerários LTDA. - 830731/18 - Not.149/2022 - R$ 8.524,16

Topmec Topografia Mecanica LTDA. - 831010/14 - Not.162/2022 - R$ 8.687,44, 831011/14 - Not.170/2022 - R$ 8.687,44
Três Mineiras Participações Ltda - 830627/18 - Not.178/2022 - R$ 4.347,66
Uanderson Luis Dutra - 830455/19 - Not.184/2022 - R$ 4.359,89
Vasco Alves de Assis - 830622/19 - Not.185/2022 - R$ 4.359,89
Vinicius Augusto da Silveira VIEIRA. - 831754/17 - Not.164/2022 - R$ 8.548,61
Xtz Minerium Ltda - 830112/20 - Not.131/2022 - R$ 4.249,85

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 225/2022

Fica NOTIFICADO para pagar, parcelar ou apresentar defesa do débito (Taxa Anual por Hectare - TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Poliminas Construtora e Mineração Ltda - 820.730/2012 - Not. Adm. 42/2020 - R$ 3.592,56.

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 230/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar, parcelar ou apresentar defesa do débito (Taxa Anual por Hectare - TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Alvair Eustaquio de Alvarenga - 830593/18 - Not.152/2022 - R$ 4.519,02
Barão da Areia Materiais Para Construção LTDA. me - 830505/17 - Not.118/2022 - R$ 221,71
Boaz Fomento Mercantil Participações e Administração Ltda - 831147/18 - Not.137/2022 - R$ 9.113,61
Carlos Lacerda de Campos - 831150/18 - Not.132/2022 - R$ 4.746,53, 831148/18 - Not.134/2022 - R$ 8.146,17
Cerâmica Cruzado Ltda - 832131/17 - Not.142/2022 - R$ 6,40
Comercial Quartzo Barra Doce - 834325/12 - Not.115/2022 - R$ 6.285,79
Geovani Alves Pimenta - 831927/12 - Not.128/2022 - R$ 12,13
Gervasio Gonçalves Rosa - 832973/14 - Not.166/2022 - R$ 3.162,97
Jose Magalhes - 830471/18 - Not.154/2022 - R$ 9.089,85, 830245/18 - Not.156/2022 - R$ 9.068,11
Lindolfo Antonio de Rezende - 832153/17 - Not.144/2022 - R$ 228,11
M.V. Empreendimentos Minerais, Transportes, Logística e Terraplanagem Ltda - 830739/17 - Not.122/2022 - R$ 4.487,23
Marcelo Moreira de Melo Cpf 03385966663 me - 831799/17 - Not.107/2022 - R$ 8.995,58
Mineração 040 Ltda Epp - 830956/17 - Not.124/2022 - R$ 698,92
Mineração Granitos de Minas Ltda - 831787/17 - Not.126/2022 - R$ 4.566,13
Neusa Barros Borges - 833675/12 - Not.113/2022 - R$ 5.865,27
Paulo Roberto Pereira Cpf 461.456.486 00 me - 830385/18 - Not.159/2022 - R$ 211,19
Petros Stones Minerais do Brasil Eireli me - 830589/17 - Not.120/2022 - R$ 227,11
Quality Empreendimentos Cerâmicos Ltda me - 830991/18 - Not.146/2022 - R$ 6.376,67
Subsolos Empreendimentos Minerários LTDA. - 830731/18 - Not.148/2022 - R$ 422,75
Topmec Topografia Mecanica LTDA. - 831010/14 - Not.161/2022 - R$ 6.695,24, 831011/14 - Not.169/2022 - R$ 6.729,62
Vinicius Augusto da Silveira VIEIRA. - 831754/17 - Not.163/2022 - R$ 4.504,53

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente

COORDENAÇÃO DE GESTÃO DAS RECEITAS

DESPACHO
Relação nº 220/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Ailton Pinheiro da Silva - 870965/20
Eduardo Cristóvão Cunha de Azevedo - 870519/19
Everaldo Bispo Dos Santos - 871934/18
Jasmin Manganes Ltda - 870211/21, 870212/21, 870357/21, 870372/21
Jeova Ferreira - 871087/19
Jvs Mineração Ltda - 871149/19
Mbm Marmores e Granitos Ltda - 870156/21
Pedreira Vitória Ltda Epp - 870418/18, 870419/18
Rmb Manganes Ltda - 870496/18
Robson Antonio Guimaraes - 870061/14
Rogerio Tadeu da Luz - 870491/20
Samehra Guimaraes Eller - 870016/21
Sm5 Participações LTDA. - 871901/18, 871900/18, 871899/18, 871898/18, 871897/18, 871896/18, 871895/18, 871902/18, 871926/18, 871925/18, 871907/18, 871906/18, 871905/18, 871903/18, 871904/18, 870950/18, 870949/18, 870947/18, 870946/18, 871924/18
Sudamerica Ltda - 870750/18, 870749/18, 870744/18, 870743/18, 871923/18, 871922/18, 870821/18, 870748/18
Tupa de Ferro Mineradora Spe Ltda - 871715/18
Turismar Viagens e Turismo Ltda - 870900/19

ALEXANDRE RIBEIRO DE QUEIROZ
Coordenador

DESPACHO
Relação nº 223/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
a t r Construções e Serviços Ltda me - 890121/20
Alexandre c Marins Mineradora me - 890047/20
Amaral Filtragem e Fraturamento Ltda me - 890216/17
Cerâmica Nova Dutra Ltda - 890098/21
Delisete da Costa Maria de sa - 890167/21
Giancarlo Batista Silva - 890260/13
Josefina Gama Costa - 890062/21
Mundo Mil Trading Importacao e Exportacao Ltda - 890065/19, 890025/19, 890016/19, 890014/19
Onezimo Lessa de Caldas - 890117/20
Robaina Distribuidora de Areia LTDA. - 890093/21
Sandra Maria Tavares Toledo Batista Crespo - 890107/21
w Araujo Dias Comercio e Mineracao - 890173/21
Wandyck Transportes e Comercio Ltda Epp - 890053/20

ALEXANDRE RIBEIRO DE QUEIROZ
Coordenador

DESPACHO
Relação nº 231/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Matheus Soares Filho - 850048/17
R.G.D. Extracao de Minerios Eireli - 850220/19
Renato Coutinho Frossard - 850777/09
Yara Maria Teixeira Ferreira - 850027/19

ALEXANDRE RIBEIRO DE QUEIROZ
Coordenador

DIVISÃO REGIONAL DE ARRECADAÇÃO 1 (MG)

DESPACHO
Relação nº 235/2022

831161/2017 - R F de Paula Alimentos Me - (109) Torna Sem Efeito Auto de Infração nº 4821/2021, publicado no DOU em 06/10/2021, Relação nº 488/2021, Seção 1, Página 94.

SUZANE SANTOS VILELA
Chefe de Divisão

DIVISÃO REGIONAL DE ARRECADAÇÃO 5 (ES, RJ, SP)

DESPACHO
Relação nº 222/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Ceramica Boapaba Ltda - 896121/21 - A.I. 3734/22, 896124/21 - A.I. 3739/22, 896125/21 - A.I. 3740/22, 896149/21 - A.I. 3744/22, 896265/21 - A.I. 3738/22
Cerâmica Lider Ltda - 896104/21 - A.I. 3745/22
Heitor Passamani Fazôlo - 896322/21 - A.I. 3751/22
Iran Robson Miranda - 896075/20 - A.I. 3733/22
l da Silva Porto Comercio Transporte e Serviços me - 896306/21 - A.I. 3750/22
Mineracao Paumar Ltda - 896230/21 - A.I. 3746/22

YASMYN DOS SANTOS NUNES
Chefe da Divisão

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS

DESPACHO
Relação nº 271/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
3940/2022-870.152/2022-BAHIA BRITA BUSINESS BRASIL MINERAÇÃO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-
3939/2022-870.151/2022-BAHIA BRITA BUSINESS BRASIL MINERAÇÃO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-
3938/2022-870.150/2022-BAHIA BRITA BUSINESS BRASIL MINERAÇÃO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-
3937/2022-870.149/2022-BAHIA BRITA BUSINESS BRASIL MINERAÇÃO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-
3936/2022-870.146/2022-BAHIA BRITA BUSINESS BRASIL MINERAÇÃO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-
3935/2022-870.145/2022-ADRIANA COSTA-
3934/2022-870.142/2022-JOSE VIEIRA DE SOUSA-
3933/2022-870.136/2022-WAGNER DE OLIVEIRA LIMA-
3932/2022-870.132/2022-SERGIO EDUARDO MONTES CASTANHO FILHO-
3931/2022-870.128/2022-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL CBPM-
3930/2022-870.126/2022-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL CBPM-
3929/2022-870.124/2022-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL CBPM-
3928/2022-870.122/2022-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL CBPM-
3927/2022-870.119/2022-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL CBPM-
3926/2022-870.115/2022-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL CBPM-
3925/2022-870.114/2022-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL CBPM-
3924/2022-870.111/2022-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL CBPM-
3923/2022-870.109/2022-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL CBPM-
3922/2022-870.108/2022-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL CBPM-
3921/2022-870.107/2022-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL CBPM-
3920/2022-870.106/2022-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL CBPM-
3919/2022-870.105/2022-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL CBPM-
3909/2022-870.076/2022-ANDRÉ MACEDO DE BRITO-
3910/2022-870.079/2022-UNITED GRANITOS LTDA - ME-
3911/2022-870.082/2022-SILMAR MACHADO DE OLIVEIRA-
3912/2022-870.083/2022-MMG MINERACAO MANANCIAL GROUP LTDA-
3913/2022-870.085/2022-MMG MINERACAO MANANCIAL GROUP LTDA-
3914/2022-870.086/2022-MMG MINERACAO MANANCIAL GROUP LTDA-
3915/2022-870.087/2022-MMG MINERACAO MANANCIAL GROUP LTDA-
3916/2022-870.088/2022-MMG MINERACAO MANANCIAL GROUP LTDA-
3917/2022-870.097/2022-ALAN ANDERSON DA SILVA SIMOES-
3918/2022-870.098/2022-MINERAÇÃO CAPINAN LTDA-
3897/2022-871.182/2020-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL CBPM-
3899/2022-871.184/2020-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL CBPM-
3898/2022-871.183/2020-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL CBPM-
3901/2022-871.263/2020-PRECILIANO SENA DE MORAES-
3900/2022-871.185/2020-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL CBPM-
3896/2022-871.244/2019-RIO MANGANES MINERACAO S/A-
3941/2022-870.167/2022-PEGRAN MINERACAO LTDA-
3942/2022-870.171/2022-ANTONIO SOUZA DE JESUS TRANSPORTE-
3902/2022-871.636/2021-CROSS SECTION CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA-
3903/2022-871.637/2021-CROSS SECTION CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA-
3904/2022-871.638/2021-CROSS SECTION CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA-
3905/2022-871.639/2021-CROSS SECTION CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA-
3906/2022-871.640/2021-CROSS SECTION CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA-
3907/2022-871.641/2021-CROSS SECTION CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA-
3908/2022-871.643/2021-CROSS SECTION CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA-
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017,

outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

3890/2022-870.148/2022-BAHIA BRITA BUSINESS BRASIL MINERAÇÃO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-

3889/2022-870.138/2022-VILMAR FERREIRA DE OLIVEIRA-

3888/2022-870.121/2022-BONFIM & KUNZENDORFF AGROPECUARIA LTDA-

3886/2022-870.070/2022-SAULO DE TARSO MARTINS-

3887/2022-870.071/2022-JC MINERACAO LTDA-

3885/2022-870.949/2020-VULCANO EXPORT MINERACAO EXPORTACAO E IMPORTACAO-

3891/2022-870.161/2022-SAFIRA MINING E STONES LTDA-

3892/2022-870.162/2022-SAFIRA MINING E STONES LTDA-

3893/2022-870.163/2022-SAFIRA MINING E STONES LTDA-

3894/2022-870.175/2022-ALAN ANDERSON DA SILVA SIMOES-

3895/2022-870.177/2022-EDSON FERNANDO ZAGO-

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)

3883/2022-870.089/2022-CORTEZ ENGENHARIA LTDA-

3884/2022-870.277/2022-MINERAÇÃO CASTELO LTDA-

RICARDO EUDES RIBEIRO PARAHYBA

DESPACHO
Relação nº 284/2022

Fase de Autorização de Pesquisa

Determina o cancelamento do alvará de pesquisa(296)

830.157/2022-BRIX MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA- Alvará N°2.317- DOU de 06/04/2022

830.146/2022-RAFAEL JORGE ALEXANDRE DE JESUS- Alvará N°2.202- DOU de 04/04/2022

870.104/2022-ANTONIO COSTA BRITO SOBRINHO- Alvará N°2.511- DOU de 05/04/2022

830.035/2022-ECO QUARTZ TRANSPORTES E MINERACAO LTDA- Alvará N°2.449- DOU de 06/04/2022

870.123/2022-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL CBPM- Alvará N°2500- DOU de 05/04/2022

830.037/2022-RONAN FERREIRA DOS SANTOS- Alvará N°2310- DOU de 06/04/2022

872.441/2021-FERNANDO JOSE MAXIMO MOREIRA- Alvará N°2319- DOU de 06/04/2022

803.013/2022-VERMONT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.- Alvará N°2306- DOU de 06/04/2022

810.021/2022-COMSAIBRI-COMÉRCIO DE SAIBRO E BRITAS LTDA- Alvará N°2.323- DOU de 05/04/2022

820.071/2022-STAF - SOCIEDADE TÉCNICA DE AREIAS PARA FUNDIÇÃO LTDA.- Alvará N°2.473- DOU de 05/04/2022

800.009/2022-MS ROCHAS ORNAMENTAIS E PESQUISAS MINERAIS EIRELI- Alvará N°2.233- DOU de 05/04/2022

872.435/2021-CELVES MENDES MACHADO- Alvará N°2.227- DOU de 05/04/2022

830.050/2022-RENATO MAGELA ANDRADE- Alvará N°2.324- DOU de 06/04/2022

826.019/2022-JOSE LEONARDO ALISKI- Alvará N°2.606- DOU de 06/04/2022

820.016/2022-INOCH MONTEIRO DE CAMPOS FILHO- Alvará N°2.475- DOU de 06/04/2022

872.422/2021-JERIBÁ MINERAÇÃO DE PEDRAS ORNAMENTAIS, EXTRAÇÃO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI- Alvará N°2.526- DOU de 05/04/2022

872.399/2021-MINERACAO ARACITU LTDA- Alvará N°2.298- DOU de 06/04/2022

872.382/2021-CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA FERBASA- Alvará N°2.222- DOU de 05/04/2022

848.275/2021-F&C MINERACAO LTDA- Alvará N°798- DOU de 04/02/2022

830.173/2022-WANDER CAMPOS- Alvará N°2.234- DOU de 04/04/2022

840.023/2022-COOGASCEN - COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO SERTAO CENTRAL- Alvará N°2.383- DOU de 06/04/2022

896.006/2022-MINERAÇAO TRIUNFO LTDA- Alvará N°2.225- DOU de 06/04/2022

870.248/2022-ORLANDO MOREIRA DE SOUZA- Alvará N°2.452- DOU de 05/04/2022

820.135/2022-MARCIA ALVES DA SILVA- Alvará N°2.322- DOU de 05/04/2022

826.044/2022-OSMAR ANTONIO DEMCZUK- Alvará N°2.388- DOU de 06/04/2022

870.164/2022-LUIZ AMÉRICO MAGALHÃES DE CERQUEIRA FILHO- Alvará N°2.224- DOU de 05/04/2022

870.182/2022-MINERACAO ATLANTICA LTDA- Alvará N°2.478- DOU de 06/04/2022

870.077/2022-DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA- Alvará N°2.315- DOU de 06/04/2022

820.133/2022-MINERAÇÃO JAGUARARI LTDA.- Alvará N°2.226- DOU de 05/04/2022

870.254/2022-B.M. MINERACAO E EXPORTACAO EIRELI- Alvará N°2.297- DOU de 05/04/2022

830.210/2022-BRUNO CESAR ARAUJO- Alvará N°2.382- DOU de 06/04/2022

870.178/2022-GRANROCHA MINERAÇÃO EIRELI- Alvará N°2.299- DOU de 06/04/2022

860.142/2022-CIMENTOS RIO VERDE PARTICIPACOES LTDA- Alvará N°2.305- DOU de 05/04/2022

820.149/2022-RICARDO GUIMARÃES DOS SANTOS- Alvará N°2.229- DOU de 06/04/2022

870.191/2022-MINERACAO CRISTAL DE CACHOEIRO LTDA- Alvará N°2.321- DOU de 05/04/2022

870.249/2022-CHARLITON SANTOS ALVES- Alvará N°2.451- DOU de 05/04/2022

848.026/2022-GUSTAVO HENRIQUE CALAFANGE MOTTA- Alvará N°2.301- DOU de 06/04/2022

810.084/2022-RAFAEL AUGUSTO LANIUS- Alvará N°2.499- DOU de 05/04/2022

832.868/2021-DOMINI SERVICOS MINERARIOS EIRELI- Alvará N°2.201- DOU de 04/04/2022

800.772/2021-FELIPE MONTEIRO DA COSTA E SILVA- Alvará N°1.420- DOU de 04/04/2022

800.026/2022-FRANCISCO SAVIO CAMPOS JUNIOR- Alvará N°2.236- DOU de 05/04/2022

810.097/2022-JACITO ANGELO OSMARI- Alvará N°2.498- DOU de 05/04/2022

830.197/2022-TERRA DO BRASIL MINERACAO LTDA -ME- Alvará N°2.387- DOU de 06/04/2022

830.187/2022-PEDRO PAULO DE ALMEIDA GOMES- Alvará N°2.393- DOU de 06/04/2022

860.144/2022-DISTRIBUIDORA DE AREIA JOMA LTDA- Alvará N°2.392- DOU de 06/04/2022

800.040/2022-VICENTE PESSOA DE VASCONCELOS- Alvará N°2.598- DOU de 05/04/2022

810.078/2022-ELIANE REVESTIMENTOS CERAMICOS LTDA- Alvará N°2.501- DOU de 05/04/2022

846.026/2022-JORGE LIBERALINO DE SOUZA- Alvará N°2.486- DOU de 05/04/2022

800.021/2022-CROSS SECTION CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA- Alvará N°2.487- DOU de 05/04/2022

820.074/2022-RENATO BENATTI- Alvará N°2.472- DOU de 05/04/2022

815.022/2022-MIVAL MINERAÇÃO VALE DO RIO TIJUCAS LTDA- Alvará N°2.546- DOU de 05/04/2022

815.019/2022-EDSON TARUHN VERONEZI & CIA LTDA- Alvará N°2.604- DOU de 06/04/2022

803.014/2022-VERMONT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.- Alvará N°2.605- DOU de 06/04/2022

820.042/2022-PAOLA DE FREITAS JUNQUEIRA- Alvará N°2.474- DOU de 05/04/2022

830.078/2022-RAPHAEL DIAS VIEIRA EIRELI- Alvará N°2.394- DOU de 06/04/2022

830.060/2022-BRIX MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA- Alvará N°2.442- DOU de 06/04/2022

830.057/2022-ALBERTO ANDRADE ANZOLIN- Alvará N°2.445- DOU de 06/04/2022

830.043/2022-GUILHERME SANTOS BERNARDES- Alvará N°2.447- DOU de 06/04/2022

830.039/2022-EDILSON JOSÉ REIS GUEDES- Alvará N°2.448- DOU de 06/04/2022

830.021/2022-VITOR SILVA DO BEM- Alvará N°2.450- DOU de 06/04/2022

RICARDO EUDES RIBEIRO PARAHYBA
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 285/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

3943/2022-832.750/2021-OSWALDO JOSE CORREA-

3946/2022-832.963/2021-MINERACAO PEDRA RISCADA LTDA-

3947/2022-832.964/2021-MINERACAO PEDRA RISCADA LTDA-

3944/2022-832.955/2021-NOVA BAHIA MINERACAO LTDA-

3945/2022-832.956/2021-NOVA BAHIA MINERACAO LTDA-

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

3952/2022-830.471/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-

3950/2022-830.071/2022-MINERACAO APOLLO LTDA-

3951/2022-830.433/2022-VICENTE DE PAULO DINIZ EIRELI-

3949/2022-832.968/2021-ZONA DA MATA MINERAÇÃO S.A.-

3948/2022-832.961/2021-FABRICCIO PADUA VIANA-

RICARDO EUDES RIBEIRO PARAHYBA

DESPACHO
Relação nº 287/2022

Fase de Autorização de Pesquisa

Determina o cancelamento do alvará de pesquisa(296)

830.137/2022-BIANCA BARRETO BISSIATI- Alvará N°2.377- DOU de 06/04/2022

868.014/2022-MINERADORA CONCRELUZ LTDA- Alvará N°2.371- DOU de 06/04/2022

803.012/2022-VERMONT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.- Alvará N°2.307- DOU de 06/04/2022

846.027/2022-JORGE LIBERALINO DE SOUZA- Alvará N°2.363- DOU de 06/04/2022

846.023/2022-JORGE LIBERALINO DE SOUZA- Alvará N°2.375- DOU de 06/04/2022

846.020/2022-CESAR VIEIRA DE ABREU- Alvará N°2.603- DOU de 06/04/2022

826.040/2022-CÉSAR AUGUSTO STRAPASSOLA- Alvará N°2.391- DOU de 06/04/2022

815.021/2022-TUANY ALESSANDRA RODRIGUES- Alvará N°2.373- DOU de 06/04/2022

800.045/2022-WELTON IZIDORIO DA SILVA- Alvará N°2.214- DOU de 06/04/2022

800.044/2022-JERIBÁ MINERAÇÃO DE PEDRAS ORNAMENTAIS, EXTRAÇÃO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI- Alvará N°2.389- DOU de 06/04/2022

810.143/2022-ANGELO FELIPE BARBOSA MOLETA- Alvará N°2.633- DOU de 06/04/2022

820.087/2022-J. C. DE OLIVEIRA EIRELI- Alvará N°2.471- DOU de 05/04/2022

820.099/2022-AREIAL - EXTRACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA- Alvará N°2.464- DOU de 05/04/2022

820.124/2022-ANTONIO CESAR CHIMARELLI- Alvará N°2.461- DOU de 05/04/2022

820.137/2022-ROQUE YURI TANDEL ME- Alvará N°2.460- DOU de 05/04/2022

820.139/2022-AEO ENVAZAMENTO DE AGUA MINERAL LTDA- Alvará N°2.459- DOU de 05/04/2022

820.163/2022-SAO CARLOS AMBIENTAL - SERVICOS DE LIMPEZA URBANA E TRATAMENTO DE RESIDUOS LTDA.- Alvará N°2.634- DOU de 06/04/2022

830.129/2022-FRANCISCO CARLOS CARDOSO FIORELLI- Alvará N°2.379- DOU de 06/04/2022

830.132/2022-GERALDA FREIRE DOS SANTOS- Alvará N°2.378- DOU de 06/04/2022

830.150/2022-SAO THOMAZ EXTRACAO E COMERCIO DE AREIA E CASCALHO- Alvará N°2.364- DOU de 06/04/2022

830.178/2022-GRANROCHA MINERAÇÃO EIRELI- Alvará N°2.600- DOU de 05/04/2022

830.190/2022-CRISTINA BUENO GUIMARAES- Alvará N°2.390- DOU de 06/04/2022

830.198/2022-BH MINERACAO LTDA- Alvará N°2.386- DOU de 06/04/2022

832.796/2021-DOUGLAS SILVA VIEIRA 29295830881- Alvará N°448- DOU de 04/02/2022

832.817/2021-IONARED BRANDÃO MARTINS- Alvará N°60- DOU de 20/01/2022

860.155/2022-BR STONE MINERACAO, EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA- Alvará N°2.212- DOU de 04/04/2022

832.821/2021-J.A.GRANITOS LTDA- Alvará N°61- DOU de 20/01/2022

861.502/2021-ECORODOVIAS CONCESSOES E SERVICOS S/A- Alvará N°2.210- DOU de 04/04/2022

870.042/2022-FORTALEZA MINERADORA LTDA- Alvará N°2.209- DOU de 04/04/2022

870.093/2022-IBEROBRAS CONSTRUCAO CIVIL E EMPREITADAS LTDA- Alvará N°2.203- DOU de 04/04/2022

870.103/2022-TUNE PARTIPACOES LTDA- Alvará N°2.205- DOU de 04/04/2022

870.120/2022-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL CBPM- Alvará N°2.219- DOU de 05/04/2022
870.110/2022-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL CBPM- Alvará N°2.206- DOU de 04/04/2022
870.131/2022-GERMANO SCHULZ BECHARA- Alvará N°2.318- DOU de 06/04/2022
870.135/2022-CELVES MENDES MACHADO- Alvará N°2.215- DOU de 05/04/2022
870.202/2022-BRIX MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA- Alvará N°2.463- DOU de 05/04/2022
870.206/2022-SAFIRA MINING E STONES LTDA- Alvará N°2.462- DOU de 05/04/2022
870.250/2022-FERNANDO SILVA FERREIRA- Alvará N°2.221- DOU de 05/04/2022
870.221/2022-EVERALDO BISPO DOS SANTOS- Alvará N°2.458- DOU de 05/04/2022
870.246/2021-SAFIRA MINING E STONES LTDA- Alvará N°2.453- DOU de 05/04/2022
872.307/2021-CORTEZ ENGENHARIA LTDA- Alvará N°803- DOU de 02/02/2022
872.351/2021-CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA FERBASA- Alvará N°58- DOU de 20/01/2022
890.014/2022-TERRA PROMETIDA COMERCIO E SERVICOS LTDA- Alvará N°2.372- DOU de 06/04/2022
800.024/2022-CANDIDO DA SILVEIRA QUINDERÉ- Alvará N°2.372- DOU de 06/04/2022

RICARDO EUDES RIBEIRO PARAHYBA
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 289/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de pesquisa.(2306)
867.311/2021-S. S. DOS REIS TERRAPLENAGEM- DOU de 28/09/2021
867.132/2021-MARCUS FERNANDO FRAZILIO- DOU de 28/09/2021

RICARDO EUDES RIBEIRO PARAHYBA
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 305/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
3956/2022-880.175/2019-JOAQUIM JOSE DE OLIVEIRA FILHO-
3957/2022-880.247/2021-CHARNIXON MONTEIRO PONTES-
3960/2022-880.018/2022-GBG TRADE CONSULT GROUP EIRELI-
3964/2022-880.069/2022-COOP LIFE NEW COOPERATIVA DE MINERIO LTDA-
3965/2022-880.076/2022-MINERACAO TANTALINE IMP EXP E BENEFICIAMENTO LTDA-
3958/2022-880.007/2022-MINERADORA SANTO CRISTO LTDA-
3962/2022-880.034/2022-MINERAL DEPOSITS LTDA-
3961/2022-880.032/2022-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS E MINERADORES DO BRASIL-
3959/2022-880.017/2022-ANELIO PINTO DE VASCONCELOS-
3963/2022-880.041/2022-PARAIBA MINERIOS COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA-
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
3955/2022-880.062/2022-NELSON JOSE BETIOL-
3953/2022-880.124/2021-FRANCISCO EVANDRO LOPES-
3954/2022-880.042/2022-COOP LIFE NEW COOPERATIVA DE MINERIO LTDA-

RICARDO EUDES RIBEIRO PARAHYBA

DESPACHO
Relação nº 306/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
3969/2022-811.195/2021-MARIOT PARTICIPACOES EIRELI-
3970/2022-811.196/2021-MARIOT PARTICIPACOES EIRELI-
3971/2022-811.202/2021-CLAUDINO DASSOLER-
3972/2022-811.206/2021-TARCISIO VIEIRA AREEIRA LTDA-
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
3968/2022-811.254/2021-AREAL CHARQUEADAS LTDA-
3966/2022-811.214/2021-F C C MAGNUS E CIA. LTDA. ME-
3967/2022-811.237/2021-PEDRAS MULTI BENEFICIAMENTO IMPORTACAO E EXPORTACAO DE BASALTO EIRELI-

RICARDO EUDES RIBEIRO PARAHYBA

DESPACHO
Relação nº 307/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227/1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Retificação que entram em vigor na data de sua publicação:(276)
866.556/2016-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A.-ALVARÁ N°3973/2022-03 anos - Retifica o ALVARÁ N°6191, DOU de 20/08/2018

RICARDO EUDES RIBEIRO PARAHYBA

DESPACHO
Relação nº 309/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
3978/2022-868.022/2022-MINERADORA NEGRI LTDA-
3977/2022-868.019/2022-MINERADORA CONCRELUZ LTDA-
3975/2022-868.011/2022-MINERADORA CONCRELUZ LTDA-
3976/2022-868.016/2022-VERA ARANTES CAMPOS-
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
3974/2022-868.008/2022-MINERADORA NEGRI LTDA-

RICARDO EUDES RIBEIRO PARAHYBA

DESPACHO
Relação nº 312/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
3882/2022-815.673/2021-LZK CONSTRUTORA LTDA-
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
3881/2022-815.661/2021-MINERAÇÃO RIO DO OURO LTDA-

RICARDO EUDES RIBEIRO PARAHYBA

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA OPERACIONAL E MEIO AMBIENTE

DESPACHO SSM-ANP Nº 634, DE 13 DE MAIO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA EM EXERCÍCIO DE SEGURANÇA OPERACIONAL E MEIO AMBIENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no exercício das atribuições conferidas pelo Regimento Interno, Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista a Resolução ANP nº 817, de 24 de abril de 2020 e o que consta no Processo nº 48610.227160/2021-85, resolve:

Aprovar o Programa de Descomissionamento de Instalações (PDI) da plataforma Aratum PART2 e dos seus sistemas submarinos associados - Conceitual, campo de Macau, bacia Potiguar (Contrato de concessão nº 48000.003808/97-62), operado pela empresa 3R Petroleum Óleo & Gás S.A., nos termos dos Pareceres nº 11/2022/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ-e, de 10/03/2022 (SEI nº 1990144) e nº 45/2022/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ-e, de 13/05/2022 (SEI nº 2173203).

NAYARA NUNES FERREIRA

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 286, DE 13 DE MAIO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019 e o que consta no processo 48610.211192/2022-40. resolve: Autorizar a empresa LN TRADING TERMINAIS DE CARGAS DO BRASIL LTDA, a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior no(s) CNPJ(s) listado(s) abaixo.

CNPJ
01.658.279/0001-68

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 288, DE 13 DE MAIO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 784, de 26 de abril de 2019, e o que consta do processo nº 48610.202195/2021-10, resolve: autorizar a empresa PG COMERCIO DE PETROLEO LTDA, CNPJ nº 39.759.275/0001-49, a operar a instalação de transportador revendedor retalhista (TRR) localizada a Av. Um, s/n, Quadra 01, Lote 01, Setor TRR - Distrito Industrial - Dourados/MS. CEP: 79.804-970. [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -22.30386, -54.76970 (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento é de 120,00 m³.

TQ	Ø (m)	Comprimento (m)	Capacidade (m³)	Classe	Tipo
01	2,54	12,00	60,00	II ou III	Horizontal Subterrâneo
02	2,54	12,00	60,00	II ou III	Horizontal Subterrâneo

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 287, DE 13 DE MAIO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 8, de 08/03/2007, e considerando o que consta no Processo n° 48610.202195/2021-10, resolve: autorizar a empresa PG COMERCIO DE PETROLEO LTDA - CNPJ n.º 39.759.275/0001-49, a exercer a atividade de Transportador Revendedor Retalhista (TRR).

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

DESPACHO SDL-ANP Nº 633, DE 13 DE MAIO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 58, de 17/10/2014, e considerando o que consta no Processo nº 48610.202878/2022-40, torna sem efeito a Autorização SDL-ANP nº 268, de 06 de maio de 2022, da filial da empresa RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S.A - CNPJ nº 33.453.598/0126-44, para o exercício a atividade de Filial de Distribuição de Combustíveis Líquidos, exceto combustíveis de aviação.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

DIRETORIA III
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO

AUTORIZAÇÃO SIM-ANP Nº 283, DE 13 DE MAIO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o que consta do processo ANP nº 48610.202650/2018-73 e consoante o Termo de Compromisso celebrado entre ANP, Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG e Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS em 29 de julho de 2020, constante no processo 48610.005271/2018-37, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a Empresa Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG), cujo registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) é o de nº 06.248.349/0001-23, autorizada a operar as instalações de transporte de gás natural abaixo relacionadas, para os gasodutos da Malha Bahia e instalações associadas:

1. Gasodutos Santiago-Camaçari 14", Santiago-Camaçari 18", Candeias-Camaçari 12", Candeias-Camaçari 14", Candeias-Aratu 12" e Ramal EVF-EDG , conforme características abaixo:

Identificação	Origem (Município/UF)	Destino (Município/UF)	Diâmetro (polegadas)	Extensão (km)	Produtos	Pressão de Projeto (kgf/cm²)	Vazão Mínima (m³/dia)*	Vazão Máxima (m³/dia)*
Santiago-Camaçari 14"	Estação de Distribuição de Gás (EDG) Catu (Pojuca/BA)	EDG Camaçari (Camaçari/BA)	14	32,0	Gás Natural	51	350.000	3.500.000
Santiago-Camaçari 18"	EDG Catu (Pojuca/BA)	EDG Camaçari (Camaçari/BA)	18	32,0	Gás Natural	51	650.000	6.500.000
Candeias-Camaçari 12"	EDG São Francisco do Conde (São Francisco do Conde/BA)	EDG Camaçari (Camaçari/BA)	12	37,0	Gás Natural	51	260.000	2.600.000
Candeias-Camaçari 14"	EDG São Francisco do Conde (São Francisco do Conde/BA)	EDG Camaçari (Camaçari/BA)	14	42,0	Gás Natural	51	340.000	3.400.000
Candeias-Aratu 12"	EDG São Francisco do Conde (São Francisco do Conde/BA)	EDG Aratu (Simões Filho/BA)	12	22,0	Gás Natural	51	100.000	1.000.000
Ramal EVF-EDG	Estação Vandemir Ferreira - EVF (São Francisco do Conde/BA)	EDG São Francisco do Conde (São Francisco do Conde/BA)	16	0,96	Gás Natural	52	1.000.000	6.000.000

* 20°C e 1 atm.

2. Pontos de Entrega Cexis e Caboto, conforme características abaixo:

Identificação	Município/UF	Vazão Mínima (m³/dia)*	Vazão Máxima (m³/dia)*	Pressão de Entrada (kgf/cm²)	Pressão de Saída (kgf/cm²)
Ponto de Entrega (PE) Cexis	Candeias/BA	3.000	30.000	23,0 (mínima) a 51,0 (máxima)	22,0 (Mínima) a 37,0 (máxima)
Ponto de Entrega (PE) Caboto (Dow Química)	Candeias/BA	120.000	1.200.000	23,0 (mínima) a 51,0 (máxima)	21,0 (mínima) a 32,0 (máxima)

*20ºC e 1 atm.

Art. 2º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente outorga.

Art. 3º Fica revogada a Autorização ANP nº 524, de 30 de julho de 2020, publicada no DOU em 31 de julho de 2020, nº 146, Seção 1, pág nº 46.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

AUTORIZAÇÃO SIM-ANP Nº 284, DE 13 DE MAIO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o que consta do processo ANP nº 48610.222844/2021-91 e considerando o atendimento às exigências da Resolução ANP nº 41, de 05 de dezembro de 2007, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Gás Energy Distribuidora de Gás do Ceará Ltda., com registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 44.003.225/0001-77, autorizada a construir uma Unidade de Compressão de Gás Natural (GNC), com dois compressores e capacidade de compressão total de aproximadamente 1460 m³/h de gás natural, situada na Rua Dragão do Mar, s/nº - Várzea da Matriz, Aracati/CE.

Art. 2º O objeto da presente autorização deverá ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

AUTORIZAÇÃO SIM-ANP Nº 285, DE 13 DE MAIO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o que consta do processo ANP nº 48610.204640/2022-59 e considerando o atendimento às exigências da Resolução ANP n.º 52, de 02 de dezembro de 2015, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Granel Química Ltda., CNPJ 44.983.435/0003-30, autorizada a operar um terminal aquaviário composto por 41 (quarenta e um) tanques para armazenamento para armazenamento de granéis líquidos inflamáveis e combustíveis, inclusive derivados de petróleo, das classes I a III (Norma ABNT NBR 17505) e etanol combustível, 10 (dez) dutos portuários e instalações complementares no Município de São Luis, Estado do Maranhão, cujas características estão descritas abaixo:

a)Tanques de armazenamento

TAG	Diâmetro médio (m)	Altura útil (m)	Capacidade tabelada (m³)
TQ-01	9,540	12,600	917,179
TQ-02	9,538	12,580	916,302
TQ-03	9,539	12,570	916,674
TQ-04	9,542	12,590	917,626
TQ-05	9,542	12,590	916,370
TQ-06	9,540	12,610	918,417
TQ-07	10,505	9,860	882,964
TQ-08	13,600	13,570	2.038,033
TQ-09	10,505	9,890	880,860
TQ-10	13,613	13,570	2.036,660
TQ-11	10,997	10,480	1.019,959
TQ-12	11,480	10,790	1.149,332
TQ-13	15,799	14,920	3.013,006
TQ-14	15,799	14,910	3.010,747
TQ-15	15,799	14,920	3.012,110
TQ-16	11,000	10,340	1.016,326
TQ-17	10,999	10,340	1.011,585
TQ-18	10,999	10,410	1.011,220
TQ-19	17,212	18,840	4.505,824
TQ-20	11,460	14,400	1.517,802
TQ-21	17,196	18,850	4.488,851
TQ-22	7,639	9,890	463,231
TQ-23	17,192	18,850	4.487,217
TQ-24	17,197	18,840	4.495,400
TQ-25	13,374	13,690	1.999,712
TQ-26	13,377	13,680	1.995,215

TQ-27	13,380	13,680	1.993,650
TQ-28	15,299	18,600	3.517,769
TQ-29	9,535	22,720	1.634,999
TQ-30	9,535	22,650	1.625,879
TQ-31	9,537	22,680	1.628,568
TQ-32	7,630	11,870	547,489
TQ-33	17,171	21,680	5.074,895
TQ-34	17,168	21,700	5.085,593
TQ-35	17,170	21,700	5.085,212
TQ-36	13,358	26,730	3.765,081
TQ-37	13,357	26,730	3.733,407
TQ-38	13,359	26,730	3.736,625
TQ-39	15,255	26,730	4.867,115
TQ-40	15,261	26,420	4.864,147
TQ-41	13,358	26,680	3.735,140

b) Dutos portuários

Número	TAG	Origem	Destino	Material	Diâmetro (pol)	Extensão (m)	Pressão Máxima (kgf/cm²)	Vazão Máxima (m³/h)	Temperatura Máxima (ºC)
1	1-P1	Terminal Granel	Caixa de Transferência	ASTM A 106 SCH40	8	617,0	10	450	40
	1-L3	Caixa de Transferência	Píer 103	ASTM A 106 SCH40	8	134,0	10	450	40
	1-L5	Caixa de Transferência	Píer 104	ASTM A 106 SCH40	8	130,0	10	450	40
	1-L5A	Píer 104	Píer 106/107	ASTM A 106 SCH40	8	637,4	10	450	40
2	2-P2	Terminal Granel	Caixa de Transferência	ASTM A 106 SCH40	8	617,0	10	450	40
	2-L7	Caixa de Transferência	Píer 104	ASTM A 106 SCH40	8	130,0	10	450	40
	2-L7A	Píer 104	Píer 106/107	ASTM A 106 SCH40	8	637,4	10	450	40
3	3-P3	Terminal Granel	Caixa de Transferência	INOX 304L SCH10	8	617,0	10	450	40
	3-L4	Caixa de Transferência	Píer 103	INOX 304L SCH10	8	134,0	10	450	40
	3-L6	Caixa de Transferência	Píer 104	INOX 304L SCH10	8	130,0	10	450	40
	3-L6A	Píer 104	Píer 106/107	INOX 304L SCH10	8	637,4	10	450	40
4	P4-8"-AI	Terminal SL1	Berço 106	INOX 304L SCH10	8	1.676,0	10	450	40
5	L5B-8"-AC	Berço 106	Berço 108	API 5L Gr B SCH 40	8	322,0	10	350	40
6	L6B-8"-AI	Berço 106	Berço 108	A 312 TP 304, SCH.10S	8	322,0	10	350	40
7	L7B-8"-AC	Berço 106	Berço 108	API 5L Gr B SCH 40	8	322,0	10,	350	40
8	L8B-8"-AI	Berço 106	Berço 108	A 312 TP 304, SCH.10S	8	324,0	10	350	40
9	L9B-8"-AC	Berço 106	Berço 108	API 5L Gr B SCH 40	8	324,0	10	350	40
10	L10B-8"-AI	Berço 106	Berço 108	A 312 TP 304, SCH.10S	8	324,0	10	350	40

c) Plataformas Rodoviárias

- 1 (uma) plataforma de carregamento rodoviário, com 16 (dezesseis) braços de carregamento de 3 polegadas de diâmetro e vazão de 80m³/h cada;
- 1 (uma) plataforma de descarregamento rodoviário, com capacidade de atender 4 (quatro) caminhões por vez à vazão de 150m³/h;
- 2 (duas) baias de carregamento de caminhões tanque por gravidade, com uma balança de pesagem.
- 1 (uma) plataforma rodoviária para carga e descarga de caminhões tanque (PCC4), contendo 01 (uma) ilha, com 03 (três) baias, uma exclusiva para descarregamento, a segunda para carregamento e descarregamento e a terceira exclusiva para carregamento.

Art. 2º Esta Autorização será cancelada caso não sejam mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente outorga.

Art. 3º Ficam revogadas a Autorização ANP Nº 410, de 26/04/2013, publicada no DOU de 29/04/2013, Autorização ANP Nº 418, de 29/05/2018, publicada no DOU de 30/05/2018, e Autorização SIM-ANP Nº 135, de 08/03/2021, publicada no DOU de 09/03/2021.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

DESPACHO SIM-ANP Nº 632, DE 13 DE MAIO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, em cumprimento ao art. 14 da Resolução ANP nº 52, de 02 de dezembro de 2015, tendo em vista o que consta do processo ANP n. º 48610.209633/2022-43, resolve:

Fica disponível o Sumário do Projeto pretendido pela empresa Navegantes Logística Portuária S/A , referente a construção da Etapa 1 do seu Terminal Aquaviário localizado no Município de Vila Velha/ES, constante no processo de referência no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, a ser acessado em http://www.anp.gov.br/processo-eletronico-sei.

Todo o processo está disponível para consulta, estando as características principais do projeto resumidas nos documentos de referência SEI nº 2152868; SEI nº 2128956 e SEI nº 2128993.

Os comentários e sugestões devem ser encaminhados à "Superintendência de Infraestrutura e Movimentação" da ANP em até 30 (trinta) dias contados a partir da publicação, com endereçamento à Avenida Rio Branco, 65 - 17º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20090-004, ou através do endereço eletrônico sim@anp.gov.br.

Informo que a documentação apresentada pela empresa Navegantes Logística Portuária S/A continua em processo de análise pela ANP e que a publicação do presente despacho não implica autorização prévia outorgada pela ANP.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA GM/MS Nº 1.083, DE 11 DE MAIO DE 2022

Estabelece os critérios e procedimentos a serem adotados para a celebração e execução dos Termos de Execução Descentralizada (TEDs) no âmbito do Ministério da Saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020, resolve:

Art. 1º Esta Portaria estabelece os critérios e procedimentos a serem adotados para a celebração e execução de Termos de Execução Descentralizada (TEDs) de créditos entre o Ministério da Saúde, como unidade descentralizadora, e outro órgão ou entidade integrante dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º Para os efeitos desta Portaria, considera-se:

I - unidade descentralizadora: órgão e/ou entidade integrante dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União detentora e descentralizadora da dotação orçamentária e dos recursos financeiros;

II - unidade descentralizada: órgão e/ou entidade integrante dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União recebedora da dotação orçamentária e dos recursos financeiros;

III - objeto: produto do instrumento, observados o programa de trabalho e as suas finalidades;

IV - meta: parcela quantificável do objeto descrita no plano de trabalho;

V - plano de trabalho: peça processual integrante do Termo de Execução Descentralizada (TED), que evidencia a descrição do objeto, a justificativa, os cronogramas físicos e financeiros, o plano de aplicação das despesas, bem como as informações do Ministério da Saúde e unidade descentralizada e seus representantes;

VI - minuta-padrão do TED: documento que antecede a formalização do TED e embasa a descentralização de créditos orçamentários para a execução de programas, projetos e atividades de acordo com o previsto no programa de trabalho;

VII - termo aditivo: instrumento que tem por finalidade a modificação do TED, vedada a alteração do objeto aprovado;

VIII - termo aditivo de prazo: instrumento de prorrogação da vigência do TED;

IX - acompanhamento: atividade de monitoramento da execução física das metas e produtos do objeto e da regular aplicação dos recursos;

X - rateio de despesas: procedimento específico que possibilita compartilhar proporcionalmente, de acordo com critérios previamente estabelecidos, os gastos realizados entre os órgãos signatários; e

XI - nota de movimentação de crédito (NC): documento utilizado para a realização de movimentação de créditos interna e externa e suas anulações.

Art. 3º A descentralização de créditos orçamentários de que trata esta Portaria será motivada e terá as seguintes finalidades:

I - execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco, em regime de colaboração mútua;

II - execução de atividades específicas pela unidade descentralizada em benefício do Ministério da Saúde; ou

III - ressarcimento de despesas.

Parágrafo único. Fica compreendido, no caso do inciso III deste artigo, a possibilidade de rateio de despesas entre órgãos e/ou entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, quando o objeto da descentralização consistir no compartilhamento de estruturas e serviços comuns à administração.

CAPÍTULO II

DAS CLÁUSULAS NECESSÁRIAS E DAS OBRIGAÇÕES DO TED

Art. 4º São cláusulas necessárias ao TED de que trata os incisos I e II do art. 3º desta Portaria as que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos, em consonância com o plano de trabalho aprovado e assinado pela área finalística detentora do crédito orçamentário, que integrará o termo celebrado;

II - as obrigações dos partícipes;

III - a vigência, fixada de acordo com o prazo previsto para a consecução do objeto e em função das metas estabelecidas;

IV - os valores e a classificação funcional programática;

V - a destinação e a titularidade, quando for o caso, dos bens adquiridos, produzidos ou construídos em decorrência da descentralização de créditos e dos bens remanescentes quando da conclusão ou extinção do ajuste, observada a legislação pertinente; e

VI - as hipóteses de denúncia e rescisão.

Parágrafo único. Outras obrigações decorrentes de especificidades do programa ou da ação orçamentária ou de atos normativos da unidade descentralizadora constarão como cláusulas específicas do TED.

Art. 5º Nas cláusulas necessárias ao TED, além daquelas previstas no art. 9º do Decreto nº 10.426, de 2020, deve constar, ainda, o foro para resolução de situações omissas e controversas, da seguinte forma:

I - os casos omissos e as dúvidas porventura existentes serão resolvidos mediante entendimento entre as partes; e

II - as controvérsias suscitadas na execução do TED serão solucionadas pela Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF) da Advocacia-Geral da União (AGU).

Art. 6º Para celebração do TED, compete à área finalística detentora do crédito orçamentário:

I - autuar processo de formalização de TED;

II - analisar o plano de trabalho e os documentos encaminhados pela unidade descentralizada, emitindo parecer de mérito que deverá contemplar os seguintes pontos:

a) enquadramento do objeto à funcional programática e ao atendimento das finalidades descritas no art. 3º desta Portaria;

b) caracterização de que se trata de órgão ou entidade integrante dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, de acordo com os respectivos documentos comprobatórios juntados aos autos;

c) mérito administrativo para celebração do instrumento proposto;

d) capacidade técnica e operacional do órgão recebedor dos recursos para executar a ação governamental a ser descentralizada;

e) avaliação da necessidade dos componentes, bens e serviços descritos no plano de trabalho, inclusive quanto aos orçamentos e quantitativos, e prazo necessário à execução do objeto;

f) análise dos custos; e

g) compatibilidade do objeto com o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

III - realizar a submissão do plano de trabalho aprovado à Secretaria-Executiva, para fins do disposto no art. 7º desta Portaria;

IV - indicar o crédito e respectivo empenho para atender à despesa no exercício em curso, bem como nos instrumentos cuja duração ultrapasse um exercício financeiro, cada parcela da despesa relativa à parte a ser executada em exercício futuro, com a declaração de que, em termos aditivos, apontar-se-ão os créditos e empenhos para sua cobertura;

V - indicar formalmente, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da publicação do extrato do instrumento no sítio eletrônico oficial do órgão, os fiscais titulares e substitutos que atuarão como responsáveis pelo acompanhamento e supervisão da execução do TED;

VI - prover as condições necessárias à realização das atividades de acompanhamento e supervisão do objeto, programando diligências ou visitas ao local da execução, quando couber;

VII - se verificadas irregularidades na execução do objeto, comunicar o Fundo Nacional de Saúde (FNS) para suspender a descentralização dos créditos, até sua integral regularização;

VIII - após decorrido prazo superior a 30 (trinta) dias da suspensão da descentralização de que trata o inciso VI, sem que a irregularidade tenha sido sanada e a execução do objeto retomada, adotar as providências com vistas à rescisão do TED, comunicando o FNS para as providências cabíveis;

IX - aprovar a prorrogação da vigência do TED;

X - aprovar as alterações no TED;

XI - analisar os relatórios de cumprimento do objeto, apresentados pela unidade descentralizada, assim como os resultados alcançados, acompanhados da relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos e da relação de serviços prestados ou de produtos, possibilitando a adoção das medidas necessárias para reorientar as ações ou aceitar as justificativas sobre as impropriedades identificadas, quando for o caso;

XII - prestar contas no que se refere à consecução dos objetivos pretendidos com a descentralização aos respectivos órgãos de controle interno e externo da União, integrando-os ao seu relatório de contas anual;

XIII - notificar a unidade descentralizada para, em caso de ocorrência de irregularidades que causem dano ao erário, instaurar tomada de contas especial;

XIV - caso a unidade descentralizada não observe o disposto no inciso XII, instruir o processo com os pressupostos previstos no art. 5ª da Instrução Normativa TCU nº 71, de 28 de novembro de 2012, e encaminhar ao FNS para instaurar tomada de contas especial, se for o caso; e

XV - autorizar a subdescentralização dos créditos orçamentários entre a unidade descentralizada e outro órgão ou entidade da Administração Pública Federal.

Parágrafo único. É obrigatória a realização de análise de custos prévia à formalização do TED, conforme disposto no art. 35, § 1º, da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, de forma que o montante de recursos envolvidos seja compatível com o seu objeto, não permitindo a transferência de valores insuficientes à conclusão nem o excesso que possibilite uma execução por preços acima dos vigentes no mercado.

Art. 7º Para celebração do TED, compete à Secretaria-Executiva autorizar a emissão do TED após a aprovação do plano de trabalho e a indicação das informações orçamentárias pela área finalística detentora do crédito orçamentário.

Art. 8º Para celebração do TED, compete à Superintendência Estadual do Ministério da Saúde:

I - analisar, emitir e publicar o termo aditivo de prazo e atualizar no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI);

II - apoiar a área finalística detentora do crédito orçamentário, quando for necessário, no desenvolvimento das atividades previstas no art. 25 desta Portaria;

III - receber os pedidos de desembolso e verificar se o processo está instruído com os documentos, de acordo com as orientações emitidas pelo FNS; e

IV - notificar as unidades descentralizadas da entrega do relatório de cumprimento do objeto e informar ao FNS o não cumprimento de prazo.

Art. 9º Para celebração do TED, compete ao FNS:

I - realizar análise técnico-econômica de investimentos, consistente em pronunciamento relacionado à compatibilidade de custos dos itens que compõem o plano de trabalho;

II - realizar a sua prorrogação de ofício, quando necessário;

III - encaminhar a minuta de TED à Consultoria Jurídica para análise e manifestação, quando for o caso;

IV - publicar o extrato do instrumento e de seus eventuais termos aditivos e/ou prorrogações de ofício no Portal do FNS, no prazo de até 20 (vinte) dias, a contar de sua assinatura;

V - registrar o TED no SIAFI;

VI - descentralizar os créditos orçamentários e repassar os recursos financeiros necessários à execução das ações constantes do TED;

VII - realizar, quando provocado nos termos do caput do art. 29, suspensão da descentralização dos créditos;

VIII - promover, quando provocado, a rescisão unilateral do TED; e

IX - instaurar, conforme disposto no § 4º do art. 29, tomada de contas especial, desde que receba procedimento apto a tanto, devidamente instruído pela área finalística detentora do crédito orçamentário.

Parágrafo único. Os repasses financeiros da descentralização estão condicionados às entregas estabelecidas no cronograma de execução física, de modo que a parcela referente à etapa seja efetuada somente após a execução/liquidação, no mínimo, da parcela solicitada, ressalvadas as situações devidamente justificadas e autorizadas pela área finalística detentora do crédito orçamentário e pela Secretaria-Executiva.

Art. 10. Compete à unidade descentralizada, além do que dispõe o Decreto nº 10.426, de 2020:

I - manifestar interesse ao Ministério da Saúde em celebrar o TED, comprovando que detém capacidade técnica e operacional para executar a ação governamental a ser descentralizada e condições para cumpri-la;

II - encaminhar o plano de trabalho, contendo os elementos exigidos no modelo padronizado, disponibilizado no portal do FNS, no endereço eletrônico https://portalfns.saude.gov.br, a minuta do TED e cópia dos documentos pessoais do signatário do TED, juntamente com a comprovação de que representa a unidade descentralizada, sem prejuízo de outros esclarecimentos que se fizerem necessários para a completa instrução processual;

III - executar os créditos orçamentários descentralizados e os recursos financeiros recebidos, devendo ser empregados obrigatoriamente e integralmente na consecução do objeto, respeitados, fielmente, a classificação funcional programática, os critérios de qualidade técnica, além dos custos e prazos aprovados;

IV - observar, quando da contratação de terceiros para execução de serviços ou aquisição de bens vinculados à execução do objeto do TED, as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas federais pertinentes às licitações e contratos administrativos, inclusive os procedimentos definidos para os casos de dispensa ou inexigibilidade;

V - exercer o controle e a fiscalização sobre a execução do TED, independentemente de ações do descentralizador dos recursos, designando responsável para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto;

VI - contribuir com a supervisão e o acompanhamento realizados pela área finalística detentora do crédito orçamentário, permitindo o acompanhamento in loco e fornecendo os documentos e as informações relacionados à execução do objeto;

VII - apresentar relatório parcial de cumprimento do objeto, comprovação da regular aplicação dos recursos e outros documentos complementares, para fins de acompanhamento ou liberação de recursos, sempre que solicitados;

VIII - efetuar o registro e o controle patrimoniais dos bens de natureza permanente adquiridos com recursos do TED;

IX - assegurar e destacar a participação do Ministério da Saúde em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada à execução do objeto do TED;

X - comunicar ao FNS quaisquer circunstâncias adversas que impossibilitem, provisória ou definitivamente, a execução orçamentária e financeira do TED, para adoção das providências cabíveis;

XI - apresentar o relatório de cumprimento do objeto à área finalística detentora do crédito orçamentário, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias após o encerramento da vigência do ajuste ou da conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro;

XII - citar a unidade descentralizadora ao divulgar dados, resultados e publicações referentes ao objeto do TED, quando necessário;

XIII - instaurar tomada de contas especial, em caso de irregularidade que cause dano ao erário, de ofício ou por solicitação da área finalística detentora do crédito orçamentário ou do FNS, sempre dando conhecimento a este último da instauração;

XIV - mencionar, obrigatoriamente, o Ministério da Saúde ao divulgar dados, resultados e publicações referentes ao objeto do TED, quando for o caso; e

XV - prestar contas aos respectivos órgãos de controle interno e externo da União quanto à execução dos recursos repassados, integrando-os ao seu relatório de contas anual.

CAPÍTULO III

DA FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO

Art. 11. A proposta de descentralização de créditos deverá ser inserida pela unidade descentralizada na Plataforma +Brasil e deverá conter:

I - o plano de trabalho;

II - a declaração de capacidade técnica;

III - a declaração de compatibilidade de custos;

IV - a declaração de custos indiretos; e

V - a declaração sobre a forma de execução.

§ 1º Após a apresentação das propostas, a área finalística detentora do crédito orçamentário deverá emitir os pareceres sobre as análises de mérito, observado o disposto no inciso I do art. 15.

§ 2º Após a manifestação favorável à aprovação das propostas mediante os pareceres citados no § 1º, a proposta ficará disponível à Secretaria-Executiva para autorização e emissão do TED, nos termos do art. 7º desta Portaria.

§ 3º Em caso de não aprovação da proposta, a unidade descentralizada deverá ser comunicada, por meio de Ofício da unidade descentralizadora.

§ 4º Para o registro da descentralização de créditos orçamentários prevista no TED, deverá ser emitida NC, que terá por base os elementos da análise técnica da Secretaria Finalística e da minuta do TED.

§ 5º Os empenhos vinculados à dotação descentralizada por meio da NC somente poderão ser emitidos após assinatura e publicação do TED.

Art. 12. Após o encaminhamento da proposta à Plataforma +Brasil, a área finalística detentora do crédito orçamentário deverá autuar processo administrativo eletrônico no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), com liberação de acesso ao FNS.

Parágrafo único. O processo eletrônico deverá ser instruído com os documentos referentes a elaboração, celebração, acompanhamento e execução, constando, no mínimo, os seguintes:

I - proposta inserida pela unidade descentralizada na Plataforma +Brasil, contendo o plano de trabalho;

II - parecer técnico-econômico favorável à aprovação da proposta;

III - declaração de compatibilidade do objeto com o PPA, a LDO e a LOA;

IV - despacho da área finalística detentora do crédito orçamentário, contendo a aprovação da proposta, nos termos do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, e da Portaria GM/MS nº 402, de 8 de março de 2021;

V - despacho da Secretaria-Executiva, contendo a autorização para emissão do TED e descentralização dos créditos orçamentários correspondentes;

VI - minuta do TED;

VII - proposta de plano de trabalho com os elementos descritos em nível suficiente para aferição dos resultados alcançados;

VIII - aprovação do plano de trabalho pelas unidades descentralizadora e descentralizada;

IX - justificativa para a celebração do TED;

X - descrição do objeto a ser executado;

XI - descrição das metas físicas a serem atingidas;

XII - definição das etapas ou fases da execução;

XIII - definição dos métodos e prazos para execução do objeto;

XIV - plano de aplicação dos recursos por etapa/fase com a estimativa dos itens de despesa e respectivos valores, detalhados por natureza da despesa;

XV - previsão orçamentária por ação orçamentária e plano orçamentário;

XVI - certificação orçamentária com a indicação da classificação da funcional programática à conta da qual ocorrerá a despesa;

XVII - cronograma de desembolso;

XVIII - comprovação da capacidade técnica do órgão ou entidade federal recebedora do recurso para a execução direta, indireta ou descentralizada do objeto;

XIX - nota técnica emitida pela área finalística detentora do crédito orçamentário, demonstrando o enquadramento da finalidade da descentralização orçamentária a uma das hipóteses previstas no caput do art. 3º desta Portaria, bem como a compatibilidade do objeto à missão institucional do Ministério da Saúde e ao respectivo programa e ação orçamentários dos quais decorrem os recursos que serão descentralizados;

XX - declaração de compatibilidade de custos dos itens que compõem o plano de trabalho, assinada pela unidade descentralizada;

XXI - formalização do TED pelo FNS;

XXII - notas de movimentação de crédito e de programação financeira;

XXIII - comprovação de competência para assinar o TED; e

XXIV - pareceres da Consultoria Jurídica, quando for o caso.

CAPÍTULO IV

DO PLANO DE TRABALHO

Art. 13. O plano de trabalho apresentado pela unidade descentralizada interessada em celebrar o TED com o Ministério da Saúde deverá conter, no mínimo, os seguintes itens:

I - descrição do objeto;

II - justificativa;

III - cronograma físico e financeiro;

IV - plano de aplicação detalhado e consolidado;

V - identificação do Ministério da Saúde e da unidade descentralizada;

VI - identificação dos signatários;

VII - enquadramento do objeto à funcional programática e ao atendimento das finalidades descritas no art. 3º desta Portaria;

VIII - caracterização de que se trata de órgão ou entidade integrante dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, de acordo com os respectivos documentos comprobatórios juntados aos autos;

IX - capacidade técnica e operacional do órgão recebedor dos recursos para executar a ação governamental a ser descentralizada; e

X - definição e prazo de execução do objeto, as metas a serem alcançadas, as etapas e os recursos envolvidos.

§ 1º O modelo padronizado do plano de trabalho estará disponível no Portal do FNS, no endereço eletrônico https://portalfns.saude.gov.br, que poderá ser ajustado conforme necessidade de especificação do objeto.

§ 2º O cronograma de que dispõe o inciso III deve condicionar os repasses financeiros às entregas estabelecidas no cronograma de execução física, de modo que o repasse referente a determinado produto só seja efetuado após a execução/liquidação da parcela solicitada.

Art. 14. As alterações no plano de trabalho que não impliquem alterações no valor global e na vigência do TED poderão ser realizadas por meio de apostila ao termo original, sem necessidade de celebração de termo aditivo, vedada a alteração do objeto aprovado, desde que sejam previamente aprovados pela área finalística detentora do crédito orçamentário, pela Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde e pela unidade descentralizada.

Art. 15. Os planos de trabalho serão objeto de:

I - análise de mérito, que consiste na avaliação promovida pela área finalística detentora do crédito orçamentário sobre a adequação e coerência do plano de trabalho com as políticas e os programas prioritários do Ministério da Saúde, devendo abordar, pelo menos:

a) a caracterização do órgão ou entidade como integrante dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União;

b) a viabilidade de execução do objeto;

c) a motivação e as finalidades propostas;

d) o período de vigência sugerido;

e) a adequação ao programa e ação orçamentários;

f) a existência de custos indiretos e o respeito aos respectivos limites, conforme estabelecido no art. 16 desta Portaria; e

g) a capacidade técnica da unidade.

II - análise técnico-econômica de investimentos, que consiste na manifestação do FNS quanto à compatibilidade de custos dos itens que compõem o plano de trabalho.

§ 1º A análise técnico-econômica de investimentos deverá verificar se o montante previsto é adequado ao objeto, de modo a impedir o repasse de recursos insuficientes ou em excesso que permita a execução por preços acima dos vigentes no mercado.

§ 2º As análises de mérito e técnico-econômica de investimentos deverão se restringir ao plano de trabalho, devendo eventuais projetos-básicos ou termos de referência necessários à execução do objeto serem aprovados pela unidade descentralizada.

Art. 16. Mediante previsão expressa no plano de trabalho, é permitido o pagamento de despesas relativas a custos indiretos necessários à consecução do objeto, observado o limite de 20% (vinte por cento) do valor global pactuado.

§ 1º O limite de que trata o caput poderá, excepcionalmente, ser ampliado pela área finalística detentora do crédito orçamentário, mediante aprovação, nos casos em que custos indiretos superiores sejam imprescindíveis à execução do objeto, justificativa da unidade descentralizada e aprovação pela Secretaria-Executiva.

§ 2º Na hipótese de execução de forma descentralizada, a proporcionalidade e as vedações referentes aos tipos e percentuais de custos indiretos observarão a legislação aplicável a cada tipo de ajuste.

§ 3º Na análise de custos de que trata o caput, se entender necessário, a área finalística detentora do crédito orçamentário ou o FNS poderá solicitar à unidade descentralizada informações adicionais para justificar os valores dos bens ou dos serviços que compõem o plano de trabalho.

CAPÍTULO V

DA VIGÊNCIA

Art. 17. A vigência do TED deverá ser estipulada pela área finalística detentora do crédito orçamentário de acordo com a natureza e complexidade do objeto, as metas estabelecidas e o prazo necessário à sua execução, previstos no plano de trabalho aprovado, observado o prazo disposto no art. 10 do Decreto nº 10.426, de 2020.

§ 1º Excepcionalmente, a vigência do TED poderá ser prorrogada por até 12 (doze) meses, além do prazo previsto no art. 10 do Decreto nº 10.426, de 2020, mediante justificativa da unidade descentralizada e aceite pela área finalística detentora do crédito orçamentário e pela Secretaria- Executiva, nas hipóteses em que:

I - tenha ocorrido atraso na liberação dos recursos financeiros pelo FNS;

II- tenha ocorrido paralisação ou atraso na execução do objeto pactuado em decorrência de:

a) determinação judicial;

b) recomendação de órgãos de controle; ou

c) caso fortuito, força maior ou interferências imprevistas.

III - o objeto destine-se à execução de obras, de projetos e de serviços de engenharia.

§ 2º A prorrogação de que trata o § 1º será compatível com o período necessário à conclusão do objeto pactuado.

Art. 18. O FNS deverá prorrogar a vigência do instrumento, antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitado ao exato período do atraso verificado.

Parágrafo único. A prorrogação de que trata o caput dispensa prévia análise da área jurídica do Ministério da Saúde.

Art. 19. A unidade descentralizada poderá solicitar a prorrogação de vigência, devidamente formalizada e justificada, à área finalística detentora do crédito orçamentário em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término da vigência do TED.

Art. 20. O TED poderá ser assinado pelo Secretário-Executivo.

CAPÍTULO VI

DA ALTERAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

Art. 21. As alterações do TED, a serem realizadas durante a execução do objeto, deverão ser submetidas e aprovadas previamente pela área finalística detentora do crédito orçamentário, pela Secretaria-Executiva e pela unidade descentralizada, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do término da vigência ou no prazo nele estipulado, e formalizadas em termo aditivo, vedada a alteração do objeto.

Art. 22. Para alteração dos valores constantes do plano de trabalho aprovado, será obrigatória a apresentação de detalhamento da estimativa dos custos dos bens e dos serviços necessários ao cumprimento do objeto, que servirá de parâmetro para fixar o valor a ser repassado por meio da descentralização de crédito.

Parágrafo único. A proposta de alteração do plano de trabalho deverá ser acompanhada de relatório parcial de cumprimento do objeto, de comprovação da regular aplicação dos recursos ou de outros documentos complementares, para fins de acompanhamento da execução do objeto ou liberação de recursos.

CAPÍTULO VII

DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DO TED

Seção I

Do fiscal do TED

Art. 23. No prazo de até 20 (vinte) dias, contados da data da assinatura do TED, a área finalística detentora do crédito orçamentário e a unidade descentralizada designarão os agentes públicos federais que atuarão como fiscais titulares e suplentes do TED e que exercerão a função de monitoramento e de avaliação da execução do objeto pactuado, subsidiando a atuação daquela área.

Parágrafo único. O ato de designação dos fiscais titulares e suplentes do TED será publicado no Portal do FNS: https://portalfns.saude.gov.br/.

Art. 24. É atribuição dos fiscais titulares e suplentes subsidiar o acompanhamento e a supervisão da execução do TED, competindo-lhes:

I - avaliar a regularidade dos atos praticados e a plena execução do objeto, com base, no mínimo, nos seguintes requisitos:

a) o cumprimento das metas pactuadas nas condições estabelecidas;

b) a conformidade entre a execução do objeto e o plano de trabalho aprovado pela autoridade competente, os desembolsos e pagamentos, conforme os cronogramas apresentados;

c) a regularidade das informações registradas pelas unidades descentralizadora e descentralizada no SIAFI; e

d) a execução do objeto no decorrer da execução do instrumento, inclusive quanto à comprovação da regular aplicação dos recursos, que deverá ser aferida durante toda a vigência do instrumento, propondo as medidas necessárias para reorientar ações ou aceitação de justificativas sobre impropriedades identificadas.

II - autuar um processo administrativo, vinculado ao processo original do TED, para registrar as ocorrências relacionadas à execução do objeto, sugerindo as providências necessárias à regularização das pendências detectadas e as demandas provenientes dos órgãos de controle interno e externo, que indiquem existência de possíveis irregularidades, e ainda as manifestações de esclarecimentos ou/providências por parte da unidade descentralizada e as respectivas análises realizadas;

III - subsidiar a área finalística detentora do crédito orçamentário nas decisões relativas às alterações e à prorrogação da vigência do TED; e

IV - realizar análise conclusiva do relatório de cumprimento do objeto, enviando o processo à área finalística detentora do crédito orçamentário.

Seção II

Do monitoramento e da avaliação dos resultados

Art. 25. No exercício das atividades de monitoramento e de avaliação da execução, a área finalística detentora do crédito orçamentário poderá requisitar relatórios parciais de avaliação de resultados encaminhados pela unidade descentralizada, com frequência mínima semestral, informando:

I - o andamento da execução do objeto, que deverá conter a descrição da parcela do objeto que foi executada ou dos objetivos atingidos; e

II - o demonstrativo de execução financeira parcial, contendo dados sobre o programa de trabalho, a ação governamental, o produto ou meta física e o total empenhado, liquidado e pago do período de análise.

Parágrafo único. Consideradas as especificidades do objeto pactuado e, quando necessário à avaliação dos resultados, a área finalística detentora do crédito orçamentário, com o apoio das Superintendências Estaduais do Ministério da Saúde, poderá:

I - realizar vistoria in loco; e

II - solicitar documentos complementares referentes à execução do objeto pactuado.

Art. 26. O relatório de cumprimento do objeto será encaminhado pela unidade descentralizada à área finalística detentora do crédito orçamentário, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias após o encerramento da vigência ou da conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro, acompanhado das seguintes informações:

I - descrição do objeto executado e dos resultados alcançados;

II - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos; e

III - relação de serviços prestados ou de produtos, quando for o caso.

§ 1º O relatório de que trata o caput deverá conter subsídios necessários à avaliação e à manifestação dos fiscais titular ou suplente, que atuarão como responsáveis pelo acompanhamento e pela supervisão da execução do TED, quanto à efetiva conclusão do objeto.

§ 2º A manifestação dos fiscais titular ou suplente será instrumentalizada por meio de parecer, observado o disposto nos arts. 23 e 24 do Decreto nº 10.426, de 2020.

§ 3º O relatório exigido no caput deverá ser apresentado observado o modelo disponível no endereço eletrônico https://portalfns.saude.gov.br/, que deverá ser anexado ao TED.

§ 4º Nos casos em que circunstâncias adversas impossibilitem parcial ou definitivamente a execução física ou a execução orçamentária e financeira estabelecida no TED, a unidade descentralizada deverá apresentar relatório de cumprimento de objeto parcial e comunicar tais circunstâncias à área finalística detentora do crédito orçamentário para adoção das providências cabíveis.

§ 5º Na hipótese de não haver apresentação do relatório de cumprimento do objeto no prazo de que trata o caput, a área finalística detentora do crédito orçamentário notificará a unidade descentralizada para apresentação do relatório, concedendo o prazo improrrogável de 30 (trinta) dias.

Art. 27. A análise do relatório de cumprimento de objeto pela área finalística detentora do crédito orçamentário poderá resultar em:

I - aprovação;

II - aprovação com ressalvas, quando evidenciada impropriedade ou outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao erário; e

III - rejeição com a determinação da imediata instauração de tomada de contas especial.

Parágrafo único. Nas hipóteses em que o relatório de cumprimento do objeto não seja aprovado, ou caso seja identificado desvio de recursos, a área finalística detentora do crédito orçamentário solicitará que a unidade descentralizada instaure, imediatamente, a tomada de contas especial para apurar os responsáveis e eventuais danos ao erário.

Art. 28. Após a análise do relatório de cumprimento do objeto, a área finalística detentora do crédito orçamentário deverá encaminhar o processo ao FNS, que disporá de 60 (sessenta) dias para os registros contábeis e documentais pertinentes.

Seção III

Da verificação de irregularidades

Art. 29. Verificados indícios de irregularidades durante a execução do objeto, a área finalística detentora do crédito orçamentário dará ciência dos fatos ao FNS, com vistas a suspender a descentralização dos créditos e estabelecer o prazo de 30 (trinta) dias, contados da suspensão, para que a unidade descentralizada apresente as justificativas acerca das irregularidades.

§ 1º O prazo previsto no caput poderá ser prorrogado uma vez, por igual período.

§ 2º Caberá à área finalística detentora do crédito orçamentário manifestar-se pela aceitação ou rejeição das justificativas apresentadas pela unidade descentralizada, com a fundamentação de sua avaliação e decisão sobre:

I - possibilidade de retomada da execução do objeto, corrigida as irregularidades; ou

II - rescisão do TED.

§ 3º Não havendo possibilidade de saneamento da irregularidade verificada, os fiscais titular e substituto, que atuarão como responsáveis pelo acompanhamento e pela supervisão da execução do TED, deverão recomendar ao FNS a rescisão unilateral do respectivo TED.

§ 4º Em caso de ocorrência de irregularidade que provoque danos ao erário, ou por omissão da unidade descentralizada em realizar a instauração de tomada de contas especial, caberá ao FNS, após esgotadas as medidas administrativas internas realizadas no âmbito da área finalística detentora do crédito orçamentário, a abertura de tomada de contas especial, observada a legislação pertinente e a recepção de processo apto a tanto.

§ 5º Caberá ao FNS comunicar à Controladoria-Geral da União (CGU) eventual descumprimento do disposto no § 4º deste artigo.

Seção IV

Da devolução de saldos orçamentários e recursos financeiros

Art. 30. A unidade descentralizada deverá restituir ao FNS, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do evento:

I - os saldos eventualmente existentes na data de encerramento, denúncia ou rescisão do TED; e

II - o valor integral transferido, em caso de inexecução do objeto ou utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no TED.

CAPÍTULO VIII

HIPÓTESES DISPENSÁVEIS DE CELEBRAÇÃO DE TED

Art. 31. É dispensável a celebração de TED para a descentralização de créditos:

I - de até R$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais), para as finalidades de que tratam os incisos I e II do caput do art. 3º;

II - de quaisquer valores, na hipótese de ressarcimento ou rateio de despesa de que trata o art. 32 desta Portaria;

III - para a aquisição e contratação de bens e serviços ou desenvolvimento e manutenção de plataformas tecnológicas, em que a execução contratual seja centralizada por meio da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia; e

IV - entre as unidades gestoras cujos órgãos sejam integrantes do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal (Sicom).

§ 1º O limite estabelecido no inciso I do caput e sua atualização poderão ser revistos por ato da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

§ 2º Na descentralização de créditos de que trata o inciso I do art. 31, é vedado o fracionamento de descentralizações para a consecução de um único objeto.

§ 3º Na hipótese de dispensa do TED, o processo administrativo deverá conter:

I - análise técnica consistente, demonstrando o enquadramento do objeto no respectivo programa e ação orçamentários dos quais decorrem os recursos que serão descentralizados, bem como explicitando os motivos pelos quais tais despesas foram realizadas à conta de outro órgão ou entidade pública federal sem a prévia celebração do respectivo TED; e

II - planilhas descritivas das despesas, indicando o valor unitário e total de cada item ou parcela e atestando o regular cumprimento das despesas listadas.

Seção I

Do ressarcimento de despesas

Art. 32. Para o ressarcimento, a unidade descentralizada deverá instruir o pedido e direcioná-lo à área finalística detentora do crédito orçamentário, contendo os seguintes documentos:

I - documento oficial solicitando o ressarcimento das despesas;

II - documentos que comprovem a execução do objeto;

III - documento fiscal e/ou contábil da despesa realizada, com respectivo ateste; e

IV - planilha descritiva das despesas, indicando o valor unitário e total de cada item.

Parágrafo único. Os documentos de que trata o inciso III deverão ser obrigatoriamente acompanhados das respectivas Notas de Liquidação (NS) e Ordens Bancárias (OB).

Art. 33. A área finalística detentora do crédito orçamentário, ao receber o pedido de que trata o art. 32 desta Portaria, deverá:

I - autuar o processo de ressarcimento;

II - observar se a instrução detalha corretamente as despesas executadas e os resultados alcançados;

III - apresentar, fundamentadamente, os motivos pelos quais tais despesas foram realizadas à conta de outro órgão ou entidade pública federal sem a prévia celebração do respectivo TED;

IV - realizar a avaliação da execução física/econômica;

V - atestar a aplicação dos recursos em conformidade com o objetivo e o objeto da ação orçamentária de suporte da descentralização realizada; e

VI - informar a ação orçamentária e o plano orçamentário, com a indicação da funcional programática à conta da qual ocorrerá a despesa.

Art. 34. Caso o pedido de que trata o art. 32 desta Portaria não contenha os elementos necessários para aferir o cumprimento do objetivo e do objeto da ação orçamentária, a área finalística detentora do crédito orçamentário deverá diligenciar a unidade descentralizada, no intuito de obter a documentação faltante ou esclarecimentos adicionais, concedendo o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar as justificativas necessárias.

Parágrafo único. Caso a unidade descentralizada não apresente as justificativas no prazo estabelecido no caput, ou caso elas sejam insatisfatórias, o ressarcimento será negado.

Art. 35. Compete à área finalística detentora do crédito orçamentário proceder à análise e à aprovação do relatório de avaliação da execução física/econômica do pedido de ressarcimento.

§ 1º O parecer final de aprovação, subscrito pelo titular da área finalística detentora do crédito orçamentário, deverá conter os elementos previstos no art. 33 desta Portaria, com vistas a subsidiar a Secretaria-Executiva a autorizar a descentralização de créditos a título de ressarcimento.

§ 2º Após autorização do Secretário-Executivo, o FNS realizará a conformidade orçamentária e financeira para que seja efetivada a descentralização dos recursos, por meio da emissão de Nota de Crédito e Programação Financeira no SIAFI.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 36. O extrato do TED e de seus eventuais termos aditivos será publicado no sítio eletrônico oficial do FNS, disponível em https://portalfns.saude.gov.br/, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data da assinatura.

Parágrafo único. A publicação de que trata o caput conferirá eficácia plena ao TED celebrado.

Art. 37. A área finalística detentora do crédito orçamentário poderá denunciar o TED a qualquer tempo, hipótese em que os partícipes ficarão responsáveis somente pelas obrigações pactuadas e auferirão as vantagens do período em que participaram voluntariamente do TED.

§ 1º O desinteresse na continuidade do projeto ou ação deverá ser motivado em nota técnica, remetida ao FNS com pedido expresso de interrupção do TED, sendo necessária a observância de eventuais direitos adquiridos e obrigações assumidas pela unidade descentralizada.

§ 2º Caso a instrução esteja em conformidade, o FNS submeterá à Secretaria-Executiva a minuta de extinção do TED para decidir pela interrupção ou não da avença.

§ 3º Operada a denúncia do TED, na hipótese de ter havido execução orçamentária e financeira, a unidade descentralizada deverá devolver os saldos remanescentes e apresentar o relatório. de cumprimento de objeto em até 30 (trinta) dias, contados da assinatura do ato de denúncia, sob pena de imediata instauração da tomada de contas especial.

Art. 38. O repasse do recurso financeiro pactuado no cronograma de desembolso ficará condicionado à liquidação da despesa pela unidade descentralizada e à disponibilidade financeira do FNS.

Art. 39. A análise jurídica individualizada da minuta do TED e de seus respectivos aditivos apenas poderá ser dispensável nas seguintes hipóteses:

I - adoção das minutas-padrão disponibilizadas pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia na Plataforma +Brasil, nos termos do art. 12 do Decreto 10.426, de 2020; e

II - adoção de minuta-padrão analisada por meio de parecer referencial elaborado pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Saúde, desde que o setor competente ateste, de forma expressa, que a situação concreta se amolda aos termos da referida manifestação, juntando-se cópia do referencial aos autos.

Art. 40. A execução orçamentária e financeira dos créditos descentralizados deverá observar os dispositivos inseridos no PPA, na LDO, na LOA e em demais instrumentos legais que regulamentam a matéria e, ainda, os limites estabelecidos no decreto anual de programação orçamentária e financeira, assim como qualquer outra norma que discipline o assunto.

Art. 41. Os termos de execução descentralizada celebrados pelos órgãos integrantes da estrutura organizacional do Ministério da Saúde, excluindo as entidades vinculadas, observarão o disposto no Decreto nº 825, de 28 de maio de 1993, no Decreto nº 10.426, de 2020, e nesta Portaria, não sendo aplicáveis a esses instrumentos as normas relativas aos convênios e contratos de repasse.

Art. 42. Compete ao Ministro de Estado da Saúde decidir sobre as situações não previstas nesta Portaria.

Art. 43. Na hipótese de haver divergências entre o Ministério da Saúde e a unidade descentralizada na execução do TED, os órgãos solicitarão à CCAF da AGU avaliação da admissibilidade dos pedidos de resolução de conflitos por meio de conciliação.

Parágrafo único. As divergências mencionadas no caput poderão ser encaminhadas à CCAF da AGU antes da instauração da tomada de contas especial.

Art. 44. Os TEDs deverão ser operacionalizados na Plataforma +Brasil.

Art. 45. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 46. Fica revogada a Portaria GM/MS nº 582, de 21 de março de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 55, Seção 1, de 22 de março de 2022, pág. 79.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

PORTARIA GM/MS Nº 1.102, DE 13 DE MAIO DE 2022

Altera o Anexo 1 do Anexo V à Portaria de Consolidação GM/MS nº 4, de 28 de setembro de 2017, para incluir o Sars-CoV-2 no item da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) associada a coronavírus e incluir a covid-19, a Síndrome Inflamatória Multissistêmica Pediátrica (SIM-P) associada à covid-19 e a Síndrome Inflamatória Multissistêmica em Adultos (SIM-A) associada à covid-19 na Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública, nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 7º da Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, resolve:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre a inclusão do Sars-CoV-2 no item da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) associada a coronavírus e, também, sobre a inclusão da covid-19, da Síndrome Inflamatória Multissistêmica Pediátrica (SIM-P) associada à covid-19 e da Síndrome Inflamatória Multissistêmica em Adultos (SIM-A) associada à covid-19 na Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública, nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional.

Art. 2º O Anexo 1 do Anexo V à Portaria de Consolidação GM/MS nº 4, de 28 de setembro de 2017, passa a vigorar na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

"Anexo 1 do Anexo V à Portaria de Consolidação GM/MS nº 4, de 28 de setembro de 2017

LISTA NACIONAL DE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DE DOENÇAS, AGRAVOS E EVENTOS DE SAÚDE PÚBLICA

Nº	DOENÇA OU AGRAVO (Ordem alfabética)	Periodicidade de notificação			
		Imediata (até 24 horas) para*			Semanal
		MS	SES	SMS	
1	a. Acidente de trabalho com exposição a material biológico				X
	b. Acidente de trabalho: grave, fatal e em crianças e adolescentes			X	
2	Acidente por animal peçonhento			X	
3	Acidente por animal potencialmente transmissor da raiva			X	
4	Botulismo	X	X	X	
5	Cólera	X	X	X	
6	Coqueluche		X	X	
7	Covid-19	X	X	X	
8	a. Dengue - Casos				X
	b. Dengue - Óbitos	X	X	X	
9	Difteria		X	X	
10	a. Doença de Chagas Aguda		X	X	
	b. Doença de Chagas Crônica				X
11	Doença de Creutzfeldt-Jakob (DCJ)				X
12	a. Doença Invasiva por "Haemophilus Influenza"		X	X	
	b. Doença Meningocócica e outras meningites		X	X	

13	Doenças com suspeita de disseminação intencional: a. Antraz pneumônico b. Tularemia c. Varíola	X	X	X	
14	Doenças febris hemorrágicas emergentes/ reemergentes: a. Arenavírus b. Ebola c. Marburg d. Lassa e. Febre purpúrica brasileira	X	X	X	
15	a. Doença aguda pelo vírus Zika				X
	b. Doença aguda pelo vírus Zika em gestante		X	X	
	c. Óbito com suspeita de doença pelo vírus Zika	X	X	X	
	d. Síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika				X
16	Esquistossomose				X
17	Evento de Saúde Pública (ESP) que se constitua ameaça à saúde pública (ver definição no art. 2º desta portaria)	X	X	X	
18	Eventos adversos graves ou óbitos pós vacinação	X	X	X	
19	Febre Amarela	X	X	X	
20	a. Febre de Chikungunya				X
	b. Febre de Chikungunya em áreas sem transmissão	X	X	X	
	c. Óbito com suspeita de Febre de Chikungunya	X	X	X	
21	Febre do Nilo Ocidental e outras arboviroses de importância em saúde pública	X	X	X	
22	Febre Maculosa e outras Riquetisioses	X	X	X	
23	Febre Tifoide		X	X	
24	Hanseníase				X
25	Hantavirose	X	X	X	
26	Hepatites virais				X
27	HIV/AIDS - Infecção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana ou Síndrome da Imunodeficiência Adquirida				X
28	Infecção pelo HIV em gestante, parturiente ou puérpera e Criança exposta ao risco de transmissão vertical do HIV				X
29	Infecção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV)				X
30	Influenza humana produzida por novo subtipo viral	X	X	X	
31	Intoxicação Exógena (por substâncias químicas, incluindo agrotóxicos, gases tóxicos e metais pesados)				X
32	Leishmaniose Tegumentar Americana				X
33	Leishmaniose Visceral				X
34	Leptospirose			X	
35	a. Malária na região amazônica				X
	b. Malária na região extra-Amazônica	X	X	X	
36	Óbito: a. Infantil b. Materno				X
37	Poliomielite por poliovírus selvagem	X	X	X	
38	Peste	X	X	X	
39	Raiva humana	X	X	X	
40	Síndrome da Rubéola Congênita	X	X	X	
41	Doenças Exantemáticas: a. Sarampo b. Rubéola	X	X	X	
42	Sífilis: a. Adquirida b. Congênita c. Em gestante				X
43	Síndrome da Paralisia Flácida Aguda	X	X	X	
44	Síndrome Inflamatória Multissistêmica em Adultos (SIM-A) associada à covid-19	X	X	X	
45	Síndrome Inflamatória Multissitêmica Pediátrica (SIM-P) associada à covid-19	X	X	X	
46	Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) associada a Coronavírus a. SARSCoV b. MERS- CoV c. SARS-CoV-2	X	X	X	
47	Síndrome Gripal suspeita de covid-19	X	X	X	
48	Tétano: a. Acidental b. Neonatal			X	
49	Toxoplasmose gestacional e congênita				X
50	Tuberculose				X
51	Varicela - caso grave internado ou óbito		X	X	
52	a. Violência doméstica e/ou outras violências				X
	b. Violência sexual e tentativa de suicídio			X	

RETIFICAÇÃO

No Anexo da portaria GM/MS nº 808, de 14 de abril de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 72, Seção 1, Página 89
Onde se lê:

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AP	PORTO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO GRANDE	11844616000120001	40790009	499.986,00	499.986,00	10301501985810016

Leia-se:

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AP	PORTO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO GRANDE	11844616000120001	40790009	485.655,00	485.655,00	10301501985810016

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 445, DE 12 DE MAIO DE 2022

Dá publicidade ao resultado de análise de prestação de contas final de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica publicado o seguinte resultado da análise de prestação de contas final de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

Razão Social: Associação Amor pra Down
CNPJ: 04.132.172/0001-70
Município/UF: Balneário Camboriú/SC
Título do projeto: Serviço de Avaliação Auditiva.
Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES/MS)
Tipo de análise: Execução Física
Período analisado: Exercício de 2016, 2017 e 2018 (período de 21 de julho de 2016 a 21 de julho de 2018)
Processo NUP: 25000.069546/2015-09
Embasamento: Parecer de Mérito nº 263/2022-CGSPD/DAET/SAES/MS (0026271088)
Resultado: APROVADO COM RESSALVAS
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES DIAS

PORTARIA Nº 448, DE 12 DE MAIO DE 2022

Dá publicidade ao resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

Razão Social: Centro de Vivências Despertar para Vida - CVDVIDA
CNPJ: 05.961.403.0001/10
Município/UF: Vitória/ES.
Título do projeto: "Lutando pela Inclusão"
Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES/MS).
Tipo de análise: Execução física.
Processo NUP: 25000.026514/2018-53
Período analisado: Exercício 2019.
Embasamento: Parecer de Mérito nº 46/2022-CGSPD/DAET/SAES/MS (0024868612)
Resultado: APROVADO COM RESSALVAS.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES DIAS

PORTARIA Nº 450, DE 12 DE MAIO DE 2022

Dá publicidade ao resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

Razão Social: Instituto Olga Kos de Inclusão Cultural
CNPJ: 08.745.680/0001-84
Município/UF: São Paulo/SP
Título do projeto: "Encontro com a Arte - Práticas Inclusivas"
Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES/MS).
Tipo de análise: Execução física.
Processo NUP: 25000.020679/2018-11
Período analisado: Exercício 2019.
Embasamento: Parecer de Mérito nº 237/2022-CGSPD/DAET/SAES/MS (0025777421).
Resultado: APROVADA COM RESSALVAS.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES DIAS

PORTARIA Nº 446, DE 12 DE MAIO DE 2022

Dá publicidade ao resultado da análise de prestação de contas anual de Projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

Razão Social: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Luzia
CNPJ: 65.149.734/0001-82
Município/UF: Santa Luzia/MG
Título do projeto: Integração Sensorial - desenvolvendo potencialidades.
Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES/MS)
Tipo de análise: Execução física
Período analisado: Exercício 2019
Processo NUP: 25000.074568/2015-82
Embasamento: Parecer de Mérito nº 217/2022-CGSPD/DAET/SAES/MS (0025710514).
Resultado: APROVADO COM RESSALVAS.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES DIAS

PORTARIA Nº 439, DE 12 DE MAIO DE 2022

Dá publicidade ao resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

Razão Social: Fundação Faculdade de Medicina.
CNPJ: 56.557059/0001-00
Município/UF: São Paulo/SP.
Título do projeto: Classificadores para diagnóstico precoce do Transtorno do Espectro Autista usando o rastreamento do olhar.
Órgão responsável pela análise: Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde (SCTIE/MS).
Tipo de análise: Execução física.
Período analisado: Exercício 2020.
Processo NUP: 25000.002484/2017-17
Embasamentos: Parecer de Técnico nº 22/2022-COPP/CGFPS/DECIT/SCTIE/MS (0026047767).
Resultados: APROVADO.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES DIAS

PORTARIA Nº 440, DE 12 DE MAIO DE 2022

Dá publicidade ao resultado de análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica publicado o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

Razão Social: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Paracatu
CNPJ: 19.784.131/0001-35
Município/UF: Paracatu/MG
Título do projeto: Família na APAE.
Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES/MS)
Tipo de análise: Execução Física
Período analisado: Exercício de 2018
Processo NUP: 25000.074404/2015-55
Embasamento: Parecer de Mérito nº 239/2022-CGSPD/DAET/SAES/MS (0025786079)
Resultado: APROVADO
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES DIAS

PORTARIA Nº 441, DE 12 DE MAIO DE 2022

Dá publicidade ao resultado de análise de prestação de contas final de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica publicado o seguinte resultado da análise de prestação de contas final de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

Razão Social: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Paracatu

CNPJ: 19.784.131/0001-35

Município/UF: Paracatu/MG

Título do projeto: Família na APAE.

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES/MS)

Tipo de análise: Execução Física

Período analisado: Exercício de 2016, 2017, 2018 e 2019 (período de 13/12/2016 a 31/01/2019)

Processo NUP: 25000.074404/2015-55

Embasamento: Parecer de Mérito nº 240/2022-CGSPD/DAET/SAES/MS (0025788060)

Resultado: APROVADO

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES DIAS

PORTARIA Nº 442, DE 12 DE MAIO DE 2022

Dá publicidade aos resultados das análises das prestações de contas anuais de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

Razão Social: Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Assistência do Hospital das Clínicas da FMRP-USP-FAEPA

CNPJ: 57.722.118/0001-40

Município/UF: Ribeirão Preto/SP.

Título do projeto: "Genética das displasias corticais e da epilepsia tratadas cirurgicamente"

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde do Ministério da Saúde (SCTIE/MS).

Tipo de análise: Execução física.

Processo NUP: 25000.069257/2015-00

Período analisado: Exercício 2018.

Embasamento: Parecer de Técnico nº 62/2020-COPP/CGFPS/DECIT/SCTIE/MS (0014956407) e Despacho GAB/SCTIE (0015044768), retificado pelo Parecer de Técnico nº 68/2020-COPP/CGFPS/DECIT/SCTIE/MS (0015184246) e Despacho GAB/SCTIE (0015257539).

Resultado: APROVADA.

Art. 2º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD).

Razão Social: Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Assistência do Hospital das Clínicas da FMRP-USP-FAEPA

CNPJ: 57.722.118/0001-40

Município/UF: Ribeirão Preto/SP.

Título do projeto: "Genética das displasias corticais e da epilepsia tratadas cirurgicamente"

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde do Ministério da Saúde (SCTIE/MS).

Tipo de análise: Execução física.

Processo NUP: 25000.069257/2015-00

Período analisado: Exercício 2019.

Embasamento: Parecer de Técnico nº 65/2021-COPP/CGFPS/DECIT/SCTIE/MS (0020192427).

Resultado: APROVADA.

Art. 3º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD).

Razão Social: Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Assistência do Hospital das Clínicas da FMRP-USP-FAEPA

CNPJ: 57.722.118/0001-40

Município/UF: Ribeirão Preto/SP.

Título do projeto: "Genética das displasias corticais e da epilepsia tratadas cirurgicamente"

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde do Ministério da Saúde (SCTIE/MS).

Tipo de análise: Execução física.

Processo NUP: 25000.069257/2015-00

Período analisado: Exercício 2020.

Embasamento: Parecer de Técnico nº 26/2022-COPP/CGFPS/DECIT/SCTIE/MS (0026392729).

Resultado: APROVADA.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES DIAS

PORTARIA Nº 443, DE 12 DE MAIO DE 2022

Dá publicidade ao resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

Razão Social: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Unaí

CNPJ: 20.210.522/0001-25

Município/UF: Unaí/MG.

Título do projeto: "Hidroterapia Habilitação e Reabilitação da Pessoa com Deficiência"

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde (SAES/MS).

Tipo de análise: Execução física.

Processo NUP: 25000.025543/2018-06

Período analisado: Exercício 2020.

Embasamento: Parecer de Mérito nº 123/2022-CGSPD/DAET/SAES/MS (0025308410).

Resultado: APROVADA COM RESSALVAS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES DIAS

PORTARIA Nº 444, DE 12 DE MAIO DE 2022

Dá publicidade ao resultado de análise de pedido de readequação de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); e considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado de pedido de readequação de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON):

DADOS DA INSTITUIÇÃO

NUP: 25000.173229/2020-45

Razão Social: Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Assistência do HCFMRP-USP

CNPJ: 57.722.118/0001-40

Município/UF: Ribeirão Preto/SP.

DADOS DO PROJETO

Título do Projeto: Identificação de fatores etiológicos do câncer através de assinatura genômica.

Extrato do Projeto (Resumo): Identificação e quantificação de fatores etiológicos tumorais em um coorte prospectiva multitumoral na população brasileira.

Prazo de execução inicialmente aprovado: 36 meses

Valor inicialmente aprovado: R$ 6.221.391,55 (seis milhões, duzentos e vinte e um mil trezentos e noventa e um reais e cinquenta e cinco centavos).

DADOS DO PEDIDO

Valor de readequação solicitado: R$ 7.459.752,71 (sete milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil setecentos e cinquenta e dois reais e setenta e um centavos).

Fundamento Legal: Art. 70 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS.

DADOS DA ANÁLISE DO PROJETO

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde (SCTIE/MS).

Tipo de análise: Mérito.

Parecer conclusivo: Parecer Técnico nº 31/2022-COPP/CGFPS/DECIT/SCTIE/MS (0026484688).

Resultado: APROVADO COM READEQUAÇÃO DE VALOR

Valor aprovado da readequação: R$ 7.459.752,71 (sete milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil setecentos e cinquenta e dois reais e setenta e um centavos).

Art. 2º Revogar o inciso V, do art. 3º da Portaria SE/MS nº 540, de 16 de novembro de 2021, publicada no DOU nº 218, na data de 22 de novembro de 2021, Seção 1, página 207.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES DIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

RETIFICAÇÃO

Na Resolução Normativa nº 536, de 02 de maio de 2022, publicada em 6 de maio de 2022 na página 173 a 174, da Seção 1 do Diário Oficial da União nº 85:

No Anexo II, Onde se lê: "64. TERAPIA ANTINEOPLÁSICA ORAL PARA TRATAMENTO DO CÂNCER

SUBSTÂNCIA	LOCALIZAÇÃO	INDICAÇÃO
Brigatinibe	Pulmão	Tratamento de pacientes com câncer de pulmão não pequenas células (CPNPC) localmente avançado ou metastático que seja positivo para quinase de linfoma anaplásico (ALK).

"

Leia-se: "64. TERAPIA ANTINEOPLÁSICA ORAL PARA TRATAMENTO DO CÂNCER

SUBSTÂNCIA	LOCALIZAÇÃO	INDICAÇÃO
Brigatinibe	Pulmão	Tratamento de pacientes com câncer de pulmão não pequenas células (CPNPC) localmente avançado ou metastático que seja positivo para quinase de linfoma anaplásico (ALK+), em primeira linha.

".

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

2ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE ALIMENTOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.568, DE 12 DE MAIO DE 2022

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 96, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada-RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art.1º Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERNANDES NANTES DE CASTILHO

ANEXO

Relatório de Conferência - Alimentos: 697922
NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME DO PRODUTO
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

DANONE LTDA. / 23.643.315/0115-10
FÓRMULA MODIFICADA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL
25351.525509/2009-15
456 - ALTERAÇÃO DE ROTULAGEM / 3845834/21-8
FÓRMULA MODIFICADA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL
25351.525509/2009-15
4096 - REVALIDAÇÃO DE REGISTRO DE FÓRMULAS MODIFICADAS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL / 3828185/21-5

NESTLE BRASIL LTDA / 60.409.075/0001-52
FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES
25004.120095/2008-63
456 - ALTERAÇÃO DE ROTULAGEM / 1091708/22-3

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.569, DE 12 DE MAIO DE 2022

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 96, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada-RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Publicar a desistência a pedido das petições de alimentos sob nº de expedientes constantes do anexo desta Resolução, nos termos do art. 51 da Lei nº. 9.784, de 1999.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERNANDES NANTES DE CASTILHO

ANEXO

DANONE LTDA. - 23.643.315/0115-10
PROCESSO: 25351.687753/2020-19
EXPEDIENTE DO PEDIDO DE DESISTÊNCIA: 2701866/22-7
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO / ASSUNTO:
4478794/20-1 / 4109 - AVALIAÇÃO DE SEGURANÇA E EFICÁCIA DE PROPRIEDADES FUNCIONAL OU DE SAÚDE DE NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES, EXCETO PROBIÓTICOS E ENZIMAS

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.570, DE 12 DE MAIO DE 2022

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 96, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada-RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art.1º Deferir as petições de avaliação relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERNANDES NANTES DE CASTILHO

ANEXO

RELATÓRIO DE CONFERÊNCIA - ALIMENTOS: 702822
NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME DO PRODUTO
NÚMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

INFINITI PHARMACEUTICAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA DE SUPLEMENTOS MINERAIS LTDA EPP / 10.976.750/0001-57
CLORIDRATO DE GLUCOSAMINA
25351.391570/2020-09
4109 - AVALIAÇÃO DE SEGURANÇA E EFICÁCIA DE PROPRIEDADES FUNCIONAL OU DE SAÚDE DE NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES, EXCETO PROBIÓTICOS E ENZIMAS / 1421441/20-9

GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.576, DE 13 DE MAIO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

ACCORD FARMACÊUTICA LTDA 64171697000146
DOCETAXEL
TAXONTAS 25351.727026/2021-82 05/2032
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 6597834/21-0
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 1041985/18-3 - 25351.744146/2018-49)
1.5537.0104.001-5 36 Meses
20 MG/ML SOL DIL INFUS INJ CT FA VD TRANS X 1 ML
1.5537.0104.002-3 36 Meses
20 MG/ML SOL DIL INFUS INJ CT FA VD TRANS X 4 ML
1.5537.0104.003-1 36 Meses
20 MG/ML SOL DIL INFUS INJ CT FA VD TRANS X 8 ML

Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A 60659463002992
PANTOPRAZOL
PANTOMIX 25351.845277/2021-48 05/2032
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 4659770/21-1
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR - 0399958/12-1 - 25351.278967/2012-17)
1.0573.0011.001-3 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL AL X 7
1.0573.0011.002-1 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL AL X 14
1.0573.0011.003-1 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL AL X 28
1.0573.0011.004-8 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL AL X 42
1.0573.0011.005-6 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL AL X 500
1.0573.0011.006-4 24 Meses
40 MG COM REV CT BL AL AL X 7
1.0573.0011.007-2 24 Meses
40 MG COM REV CT BL AL AL X 14
1.0573.0011.008-0 24 Meses
40 MG COM REV CT BL AL AL X 28
1.0573.0011.009-9 24 Meses
40 MG COM REV CT BL AL AL X 42
1.0573.0011.010-2 24 Meses
40 MG COM REV CT BL AL AL X 500

BLAU FARMACÊUTICA S.A. 58430828000160
DICLOFENACO SÓDICO
DNAREN 25351.029473/2022-53 05/2032
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 0241316/22-7
(1959 GENERICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA) - 0454368/13-8 - 25351.323737/2013-37)
1.1637.0177.001-5 36 Meses
25 MG/ML SOL INJ CX 5 AMP VD TRANS X 3 ML
1.1637.0177.002-3 36 Meses
25 MG/ML SOL INJ CX 50 AMP VD TRANS X 3 ML
FUROSEMIDA
FUROSETRON 25351.029664/2022-15 05/2032
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 0241617/22-4
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 047200/11-0 - 25351.033299/2011-79)
1.1637.0178.001-0 36 Meses
10 MG/ML SOL INJ IV/IM CX AMP VD AMB X 2 ML
1.1637.0178.002-9 36 Meses
10 MG/ML SOL INJ IV/IM CX 5 AMP VD AMB X 2 ML (EMB FRAC)
1.1637.0178.003-7 36 Meses
10 MG/ML SOL INJ IV/IM CX 10 AMP VD AMB X 2 ML (EMB FRAC)
1.1637.0178.004-5 36 Meses
10 MG/ML SOL INJ IV/IM CX 25 AMP VD AMB X 2 ML (EMB FRAC)
1.1637.0178.005-3 36 Meses
10 MG/ML SOL INJ IV/IM CX 50 AMP VD AMB X 2 ML
1.1637.0178.006-1 36 Meses
10 MG/ML SOL INJ IV/IM CX 100 AMP VD AMB X 2 ML

BRAINFARMA INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S.A 05161069000110
CLORIDRATO DE ONDANSETRONA DI-hIDRATADO
ONDAVON 25351.156966/2022-65 05/2032
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 0964999/22-9
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 1695697/21-4 - 25351.418107/2021-94)
1.5584.0628.001-1 24 Meses
4 MG COM ORODISP CT BL AL PLAS PVC/PEBD/PVDC/PEBD/PVC OPC X 4
1.5584.0628.002-8 24 Meses
4 MG COM ORODISP CT BL AL PLAS PVC/PEBD/PVDC/PEBD/PVC OPC X 8
1.5584.0628.003-6 24 Meses
4 MG COM ORODISP CT BL AL PLAS PVC/PEBD/PVDC/PEBD/PVC OPC X 10
1.5584.0628.004-4 24 Meses
4 MG COM ORODISP CT BL AL PLAS PVC/PEBD/PVDC/PEBD/PVC OPC X 30
1.5584.0628.005-2 24 Meses
4 MG COM ORODISP CT BL AL PLAS PVC/PEBD/PVDC/PEBD/PVC OPC X 60 (EMB FRAC)
1.5584.0628.006-0 24 Meses
4 MG COM ORODISP CT BL AL PLAS PVC/PEBD/PVDC/PEBD/PVC OPC X 100 (EMB FRAC)
1.5584.0628.007-9 24 Meses
4 MG COM ORODISP CT BL AL PLAS PVC/PEBD/PVDC/PEBD/PVC OPC X 120 (EMB FRAC)
1.5584.0628.008-7 24 Meses
4 MG COM ORODISP CT BL AL PLAS PVC/PEBD/PVDC/PEBD/PVC OPC X 240 (EMB FRAC)
1.5584.0628.009-5 24 Meses
4 MG COM ORODISP CT BL AL PLAS PVC/PEBD/PVDC/PEBD/PVC OPC X 480 (EMB FRAC)
1.5584.0628.010-9 24 Meses
4 MG COM ORODISP CT BL AL AL X 4
1.5584.0628.011-7 24 Meses
4 MG COM ORODISP CT BL AL AL X 8
1.5584.0628.012-5 24 Meses
4 MG COM ORODISP CT BL AL AL X 10
1.5584.0628.013-3 24 Meses
4 MG COM ORODISP CT BL AL AL X 30
1.5584.0628.014-1 24 Meses
4 MG COM ORODISP CT BL AL AL X 60 (EMB FRAC)
1.5584.0628.015-1 24 Meses
4 MG COM ORODISP CT BL AL AL X 100 (EMB FRAC)
1.5584.0628.016-8 24 Meses
4 MG COM ORODISP CT BL AL AL X 120 (EMB FRAC)
1.5584.0628.017-6 24 Meses
4 MG COM ORODISP CT BL AL AL X 240 (EMB FRAC)
1.5584.0628.018-4 24 Meses
4 MG COM ORODISP CT BL AL AL X 480 (EMB FRAC)
1.5584.0628.019-2 24 Meses
8 MG COM ORODISP CT BL AL PLAS PVC/PEBD/PVDC/PEBD/PVC OPC X 4
1.5584.0628.020-6 24 Meses
8 MG COM ORODISP CT BL AL PLAS PVC/PEBD/PVDC/PEBD/PVC OPC X 8
1.5584.0628.021-4 24 Meses
8 MG COM ORODISP CT BL AL PLAS PVC/PEBD/PVDC/PEBD/PVC OPC X 10
1.5584.0628.022-2 24 Meses
8 MG COM ORODISP CT BL AL PLAS PVC/PEBD/PVDC/PEBD/PVC OPC X 30
1.5584.0628.023-0 24 Meses
8 MG COM ORODISP CT BL AL PLAS PVC/PEBD/PVDC/PEBD/PVC OPC X 60 (EMB FRAC)
1.5584.0628.024-9 24 Meses
8 MG COM ORODISP CT BL AL PLAS PVC/PEBD/PVDC/PEBD/PVC OPC X 100 (EMB FRAC)
1.5584.0628.025-7 24 Meses
8 MG COM ORODISP CT BL AL PLAS PVC/PEBD/PVDC/PEBD/PVC OPC X 120 (EMB FRAC)
1.5584.0628.026-5 24 Meses
8 MG COM ORODISP CT BL AL PLAS PVC/PEBD/PVDC/PEBD/PVC OPC X 240 (EMB FRAC)

1.5584.0628.027-3 24 Meses
8 MG COM ORODISP CT BL AL PLAS PVC/PEBD/PVDC/PEBD/PVC OPC X 480 (EMB FRAC)
1.5584.0628.028-1 24 Meses
8 MG COM ORODISP CT BL AL/AL X 4
1.5584.0628.029-1 24 Meses
8 MG COM ORODISP CT BL AL/AL X 8
1.5584.0628.030-3 24 Meses
8 MG COM ORODISP CT BL AL/AL X 10
1.5584.0628.031-1 24 Meses
8 MG COM ORODISP CT BL AL/AL X 30
1.5584.0628.032-1 24 Meses
8 MG COM ORODISP CT BL AL/AL X 60 (EMB FRAC)
1.5584.0628.033-8 24 Meses
8 MG COM ORODISP CT BL AL/AL X 100 (EMB FRAC)
1.5584.0628.034-6 24 Meses
8 MG COM ORODISP CT BL AL/AL X 120 (EMB FRAC)
1.5584.0628.035-4 24 Meses
8 MG COM ORODISP CT BL AL/AL X 240 (EMB FRAC)
1.5584.0628.036-2 24 Meses
8 MG COM ORODISP CT BL AL/AL X 480 (EMB FRAC)
NITAZOXANIDA
TRINIDA 25351.843745/2021-40 05/2032
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 4655948/21-5
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 1431298/16-1 - 25351.962807/2016-30)
1.5584.0627.001-4 24 Meses
500 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANSL X 1
1.5584.0627.002-2 24 Meses
500 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANSL X 2
1.5584.0627.003-0 24 Meses
500 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANSL X 3
1.5584.0627.004-9 24 Meses
500 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANSL X 4
1.5584.0627.005-7 24 Meses
500 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANSL X 5
1.5584.0627.006-5 24 Meses
500 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANSL X 6
1.5584.0627.007-3 24 Meses
500 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANSL X 14
1.5584.0627.008-1 24 Meses
500 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANSL X 18
1.5584.0627.009-1 24 Meses
500 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANSL X 20
1.5584.0627.010-3 24 Meses
500 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANSL X 30 (EMB FRAC)
1.5584.0627.011-1 24 Meses
500 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANSL X 28
1.5584.0627.012-1 24 Meses
500 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANSL X 56

BRISTOL-MYERS SQUIBB FARMACÊUTICA LTDA 56998982000107
nivolumabe
OPDIVO 25351.308360/2015-10 04/2026
11967 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 77A. INCLUSÃO OU MODIFICAÇÃO DE INDICAÇÃO TERAPÊUTICA 2719503/21-1
1.0180.0408.001-5 36 Meses
40 MG SOL INJ CT 1 FA VD INC X 4 ML
1.0180.0408.002-3 36 Meses
100 MG SOL INJ CT 1 FA VD INC X 10 ML

CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA. 44734671000151
sulfato de polimixina B 25351.077838/2022-56 05/2032
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 0549256/22-4
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR - 4625907/20-4 - 25351.759450/2020-13)
1.0298.0572.001-8 24 Meses
500.000 UI PO LIOF SOL INJ IM/IV/IT CX 5 FA VD TRANS

EMS S/A 57507378000365
PARACETAMOL + MALEATO DE CLORFENIRAMINA + CLORIDRATO DE FENILEFRINA
GRIPEN F 25351.165691/2022-51 05/2032

10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 1013529/22-4
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR - 0339699/20-1 - 25351.073359/2020-07)
1.0235.1404.001-1 24 Meses
(400 + 4 + 4) MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 20
1.0235.1404.002-1 24 Meses
(400 + 4 + 4) MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30
1.0235.1404.003-8 24 Meses
(400 + 4 + 4) MG CAP DURA CX BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 100
1.0235.1404.004-6 24 Meses
(400 + 4 + 4) MG CAP DURA CX BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 200
PARACETAMOL + MALEATO DE CLORFENIRAMINA + CLORIDRATO DE FENILEFRINA
GRIPEN F 25351.165692/2022-03 05/2032
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 1013402/22-6
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR - 0339143/20-4 - 25351.073195/2020-18)
1.0235.1405.001-7 24 Meses
(400 + 4 + 4) MG PO SOL OR CT ENV AL PLAS PEBD/PET OPC (SBR LARANJA)
1.0235.1405.002-5 24 Meses
(400 + 4 + 4) MG PO SOL OR CT 5 ENV AL PLAS PEBD/PET OPC (SBR LARANJA)
1.0235.1405.003-3 24 Meses
(400 + 4 + 4) MG PO SOL OR CT 10 ENV AL PLAS PEBD/PET OPC (SBR LARANJA)
1.0235.1405.004-1 24 Meses
(400 + 4 + 4) MG PO SOL OR CX 50 ENV AL PLAS PEBD/PET OPC (SBR LARANJA)
CLOTRIMAZOL
FEMS 25351.234897/2022-38 05/2032
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 1340547/22-1
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 243763/04-5 - 25351.149778/2004-07)
1.0235.1406.001-2 24 Meses
10 MG/G CREM VAG CT BG AL X 35 G + 6 APLIC
1.0235.1406.002-0 24 Meses
20 MG/G CREM VAG CT BG AL X 20 G + 3 APLIC

GEOLAB INDÚSTRIA FARMACÊUTICA S/A 03485572000104
clonazepam 25351.060167/2022-94 05/2032
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 0447246/22-2
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR - 897811/09-5 - 25351.735030/2009-25)
1.5423.0330.001-1 24 Meses
2,5 MG/ML SOL OR CT FR GOT PLAS AMB X 20 ML
1.5423.0330.002-1 24 Meses
2,5 MG/ML SOL OR CX 50 FR GOT PLAS AMB X 20 ML
1.5423.0330.003-8 24 Meses
2,5 MG/ML SOL OR CT FR GOT PLAS OPC X 20 ML
1.5423.0330.004-6 24 Meses
2,5 MG/ML SOL OR CX 50 FR GOT PLAS OPC X 20 ML
1.5423.0330.005-4 24 Meses
0,5 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 10
1.5423.0330.006-2 24 Meses
0,5 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 20
1.5423.0330.007-0 24 Meses
0,5 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.5423.0330.008-9 24 Meses
0,5 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 60
1.5423.0330.009-7 24 Meses
0,5 MG COM CX BL AL PLAS TRANS X 480
1.5423.0330.010-0 24 Meses
2 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 10
1.5423.0330.011-9 24 Meses
2 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 20
1.5423.0330.012-7 24 Meses
2 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.5423.0330.013-5 24 Meses
2 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 60
1.5423.0330.014-3 24 Meses
2 MG COM CX BL AL PLAS TRANS X 480
1.5423.0330.015-1 24 Meses
0,5MG COM CT BL AL PLAS OPC X 10
1.5423.0330.016-1 24 Meses
0,5MG COM CT BL AL PLAS OPC X 20
1.5423.0330.017-8 24 Meses
0,5MG COM CT BL AL PLAS OPC X 30
1.5423.0330.018-6 24 Meses
0,5MG COM CT BL AL PLAS OPC X 60
1.5423.0330.019-4 24 Meses
0,5MG COM CX BL AL PLAS OPC X 480
1.5423.0330.020-8 24 Meses
2 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 10
1.5423.0330.021-6 24 Meses
2 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 20
1.5423.0330.022-4 24 Meses
2 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 30
1.5423.0330.023-2 24 Meses
2 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 60
1.5423.0330.024-0 24 Meses
2 MG COM CX BL AL PLAS OPC X 480

GERMED FARMACEUTICA LTDA 45992062000165
CLORIDRATO DE ONDANSETRONA DI-hIDRATADO
cloridrato de ondansetrona 25351.522378/2022-24 05/2032
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 2656995/22-7
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR - 2312108/17-4 - 25351.722712/2017-81)
1.0583.1016.001-1 24 Meses
4 MG COM ORODISP CT BL AL AL X 10
1.0583.1016.002-1 24 Meses
4 MG COM ORODISP CT BL AL AL X 20
1.0583.1016.003-8 24 Meses
4 MG COM ORODISP CT BL AL AL X 40
1.0583.1016.004-6 24 Meses
4 MG COM ORODISP CT BL AL AL X 60
1.0583.1016.005-4 24 Meses
4 MG COM ORODISP CT BL AL AL X 100 (EMB FRAC)
1.0583.1016.006-2 24 Meses
4 MG COM ORODISP CT BL AL AL X 480
1.0583.1016.007-0 24 Meses
8 MG COM ORODISP CT BL AL AL X 10
1.0583.1016.008-9 24 Meses
8 MG COM ORODISP CT BL AL AL X 20
1.0583.1016.009-7 24 Meses
8 MG COM ORODISP CT BL AL AL X 40
1.0583.1016.010-0 24 Meses
8 MG COM ORODISP CT BL AL AL X 100 (EMB FRAC)
1.0583.1016.011-9 24 Meses
8 MG COM ORODISP CT BL AL AL X 60
1.0583.1016.012-7 24 Meses
8 MG COM ORODISP CT BL AL AL X 240
1.0583.1016.013-5 24 Meses
8 MG COM ORODISP CT BL AL AL X 480
1.0583.1016.014-3 24 Meses
4 MG COM ORODISP CT BL AL AL X 240
1.0583.1016.015-1 24 Meses
4 MG COM ORODISP CT BL AL AL X 4
1.0583.1016.016-1 24 Meses
8 MG COM ORODISP CT BL AL AL X 4
trometamol cetorolaco 25351.522391/2022-83 05/2032
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 2657069/22-6
(1999 SIMILAR - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA) - 861331/10-1 - 25351.652689/2010-02)
1.0583.1017.001-7 24 Meses
10 MG COM SUBL CT FR VD AMB X 10
1.0583.1017.002-5 24 Meses
10 MG COM SUBL CT FR VD AMB X 5
1.0583.1017.003-3 24 Meses
10 MG COM SUBL CT FR VD AMB X 4
1.0583.1017.004-1 24 Meses
10 MG COM SUBL CT FR VD AMB X 20
1.0583.1017.005-1 24 Meses
10 MG COM SUBL CT FR VD AMB X 30
1.0583.1017.006-8 24 Meses
30 MG/ML SOL INJ IM CT 3 AMP VD AMB X 1 ML
1.0583.1017.007-6 24 Meses
30 MG/ML SOL INJ IM CT 3 AMP VD AMB X 2 ML
1.0583.1017.008-4 24 Meses
20 MG/ML SOL OR CT FR GOT VD AMB X 10 ML
1.0583.1017.009-2 24 Meses
20 MG/ML SOL OR CT FR GOT VD AMB X 20 ML
1.0583.1017.010-6 24 Meses
20 MG/ML SOL OR CT FR GOT VD AMB X 30 ML
1.0583.1017.011-4 24 Meses
10 MG COM SUBL CT BL AL AL X 4
1.0583.1017.012-2 24 Meses
10 MG COM SUBL CT BL AL AL X 5
1.0583.1017.013-0 24 Meses
10 MG COM SUBL CT BL AL AL X 10
1.0583.1017.014-9 24 Meses
10 MG COM SUBL CT BL AL AL X 20
1.0583.1017.015-7 24 Meses
10 MG COM SUBL CT BL AL AL X 30

LABORATÓRIO GLOBO SA 17115437000173
risperidona 25351.516887/2022-18 05/2032
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 2606035/22-3

(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR - 149508/06-9 - 25351.111828/2006-37)
1.0535.0227.001-9 24 Meses
1 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 10
1.0535.0227.002-7 24 Meses
1 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 20
1.0535.0227.003-5 24 Meses
1 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.0535.0227.004-3 24 Meses
2 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 10
1.0535.0227.005-1 24 Meses
2 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 20
1.0535.0227.006-1 24 Meses
2 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.0535.0227.007-8 24 Meses
2 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 60
1.0535.0227.008-6 24 Meses
3 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 10
1.0535.0227.009-4 24 Meses
3 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 20
1.0535.0227.010-8 24 Meses
3 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.0535.0227.011-6 24 Meses
3 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 60
1.0535.0227.012-4 24 Meses
1 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 60

NATCOFARMA DO BRASIL LTDA 08157293000127
GEFITINIBe
PULGE 25351.485121/2022-84 05/2032
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 2388970/22-5
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 1751743/20-5 - 25351.498718/2020-27)
1.8261.0014.001-7 24 Meses
250 MG COM REV CT ENVOL BL AL PLAS PVC/PE/PVDC TRANS X 30

PHARLAB INDÚSTRIA FARMACÊUTICA S.A. 02501297000102
pregabalina 25351.040920/2022-25 05/2032
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 0321272/22-6
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 1176273/16-0 - 25351.819439/2016-73)
1.4107.0642.001-0 36 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 7
1.4107.0642.002-9 36 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 14
1.4107.0642.003-7 36 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 28
1.4107.0642.004-5 36 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 56
1.4107.0642.005-3 36 Meses
150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 7
1.4107.0642.006-1 36 Meses
150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 14
1.4107.0642.007-1 36 Meses
150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 28
1.4107.0642.008-8 36 Meses
150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 56
1.4107.0642.009-6 36 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30
1.4107.0642.010-1 36 Meses
150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30
1.4107.0642.011-8 36 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 20
1.4107.0642.012-6 36 Meses
150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 20

TEVA FARMACÊUTICA LTDA. 05333542000108
CLORIDRATO DE BENDAMUSTINA
BENALQ 25351.166458/2021-12 05/2032
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 0937447/21-7
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 4513431/20-6 - 25351.702106/2020-44)
1.5573.0047.001-1 36 Meses
25 MG PO LIOF SOL INFUS IV CT FA VD AMB
1.5573.0047.002-1 36 Meses
100 MG PO LIOF SOL INFUS IV CT FA VD AMB
sugamadex sódico
INSTAURA 25351.923986/2021-71 05/2032
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 4800125/21-2
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 1812828/21-9 - 25351.457749/2021-17)
1.5573.0061.001-8 24 Meses
100 MG/ML SOL INJ/DIL INFUS IV CT 10 FA VD TRANS X 2 ML
1.5573.0061.002-6 24 Meses
100 MG/ML SOL INJ/DIL INFUS IV CT 10 FA VD TRANS X 5 ML

TORRENT DO BRASIL LTDA 33078528000132
HEMITARTARATO DE ZOLPIDEM
ZOAF 25351.030495/2021-85 05/2032
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 4971168/21-7
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 2234531/17-1 - 25351.668314/2017-10)
1.0525.0100.001-1 36 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 10
1.0525.0100.002-8 36 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 20
1.0525.0100.003-6 36 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30
TELMISARTANA + HIDROCLOROTIAZIDA
TELD HCT 25351.255786/2022-65 05/2032
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 1451083/22-9
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 0289581/19-1 - 25351.188508/2019-90)
1.0525.0101.001-5 24 Meses
(40,0 + 12,5) MG COM CT BL AL AL X 14
1.0525.0101.002-3 24 Meses
(40,0 + 12,5) MG COM CT BL AL AL X 28
1.0525.0101.003-1 24 Meses
(40,0 + 12,5) MG COM CT BL AL AL X 30
1.0525.0101.004-1 24 Meses
(80,0 + 12,5) MG COM CT BL AL AL X 14
1.0525.0101.005-8 24 Meses
(80,0 + 12,5) MG COM CT BL AL AL X 28
1.0525.0101.006-6 24 Meses
(80,0 + 12,5) MG COM CT BL AL AL X 30
1.0525.0101.007-4 24 Meses
(80,0 + 25,0) MG COM CT BL AL AL X 10
1.0525.0101.008-2 24 Meses
(80,0 + 25,0) MG COM CT BL AL AL X 14
1.0525.0101.009-0 24 Meses
(80,0 + 25,0) MG COM CT BL AL AL X 20
1.0525.0101.010-4 24 Meses
(80,0 + 25,0) MG COM CT BL AL AL X 28
1.0525.0101.011-2 24 Meses
(80,0 + 25,0) MG COM CT BL AL AL X 30

ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA 60318797000100
PROPILENOGLICOLATO DE DAPAGLIFLOZINA MONOIDRATADO + CLORIDRATO DE METFORMINA
EBYMECT XR 25351.626949/2021-18 08/2031
1989 SIMILAR - ALTERAÇÃO DE NOME COMERCIAL 4073514/21-1
1.1618.0291.001-0 24 Meses
(5 + 500) MG COM REV LIB PROL CT BL AL/AL X 30
1.1618.0291.002-9 24 Meses
(5 + 1000) MG COM REV LIB PROL CT BL AL/AL X 14
1.1618.0291.003-7 24 Meses
(5 + 1000) MG COM REV LIB PROL CT BL AL/AL X 30
1.1618.0291.004-5 24 Meses
(5 + 1000) MG COM REV LIB PROL CT BL AL/AL X 60
1.1618.0291.005-3 24 Meses
(10 + 500) MG COM REV LIB PROL CT BL AL/AL X 14
1.1618.0291.006-1 24 Meses
(10 + 500) MG COM REV LIB PROL CT BL AL/AL X 30
1.1618.0291.007-1 24 Meses
(10 + 1000) MG COM REV LIB PROL CT BL AL/AL X 14
1.1618.0291.008-8 24 Meses
(10 + 1000) MG COM REV LIB PROL CT BL AL/AL X 30

AMGEN BIOTECNOLOGIA DO BRASIL LTDA. 18774815000193
Otezla 25351.732228/2019-21 03/2028
11107 RDC 73/2016 - NOVO - AMPLIAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE DO MEDICAMENTO 4853057/21-3
1.0244.0017.001-1 36 Meses
30 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 56
APREMILASTE
1.0244.0017.002-1 36 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 4 + 20 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 4 + 30 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 19
APREMILASTE + APREMILASTE + APREMILASTE

EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A. 61190096000192
DROSPIRENONA + ETINILESTRADIOL
MOLIÈRI 25351.575657/2009-11 03/2028
11093 RDC 73/2016 - SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO 4343132/21-1
1.0043.1079.007-5 24 Meses
(3 + 0,02) MG COM REV CT BL CALEND AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 30
1.0043.1079.008-3 24 Meses
(3 + 0,02) MG COM REV CT BL CALEND AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 60
1.0043.1079.009-1 24 Meses
(3 + 0,02) MG COM REV CT BL CALEND AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 90
1.0043.1079.010-5 24 Meses
(3 + 0,02) MG COM REV CT BL CALEND AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 120
1.0043.1079.011-3 24 Meses
(3 + 0,02) MG COM REV CT BL CALEND AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30
1.0043.1079.012-1 24 Meses
(3 + 0,02) MG COM REV CT BL CALEND AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 60
1.0043.1079.013-1 24 Meses
(3 + 0,02) MG COM REV CT BL CALEND AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 90
1.0043.1079.014-8 24 Meses
(3 + 0,02) MG COM REV CT BL CALEND AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 120

GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA 33247743000110
CLORIDRATO DE NARATRIPTANa
NARAMIG 25351.011906/2004-32 05/2028
11098 RDC 73/2016 - NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO RESTRITA AO NÚMERO DE UNIDADES FARMACOTÉCNICAS 0477660/22-7
1.0107.0259.004-8 24 Meses
2,5 MG COM REV CT BL AL / AL X 8

MOMENTA FARMACÊUTICA LTDA. 14806008000154
drospirenona + etinilestradiol 25351.192054/2022-57 04/2032
10506 GENÉRICO - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 2460733/22-9
1.9427.0107.007-0 24 Meses
(3 + 0,02) MG COM REV CT BL CALEND AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 30
1.9427.0107.008-9 24 Meses
(3 + 0,02) MG COM REV CT BL CALEND AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 60
1.9427.0107.009-7 24 Meses
(3 + 0,02) MG COM REV CT BL CALEND AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 90
1.9427.0107.010-0 24 Meses
(3 + 0,02) MG COM REV CT BL CALEND AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 120
1.9427.0107.011-9 24 Meses
(3 + 0,02) MG COM REV CT BL CALEND AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30
1.9427.0107.012-7 24 Meses
(3 + 0,02) MG COM REV CT BL CALEND AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 60
1.9427.0107.013-5 24 Meses
(3 + 0,02) MG COM REV CT BL CALEND AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 90
1.9427.0107.014-3 24 Meses
(3 + 0,02) MG COM REV CT BL CALEND AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 120

PHARLAB INDÚSTRIA FARMACÊUTICA S.A. 02501297000102
CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINO
CIPROFLONAX 25000.032742/99-75 07/2025
11093 RDC 73/2016 - SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO 0541925/22-5
1.4107.0020.006-1 24 Meses
500 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 10
CLORIDRATO DE DOXICICLINA
DOXICLIN 25351.027699/00-98 06/2026
11093 RDC 73/2016 - SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO 0541923/22-9
1.4107.0037.007-0 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 20
cloridrato de ciprofloxacino 25351.357750/2018-39 09/2028
10506 GENÉRICO - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 0631139/22-3
1.4107.0612.004-1 24 Meses
500 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 10
Cloridrato de doxiciclina 25351.443440/2015-93 10/2025
10506 GENÉRICO - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 0631289/22-6
1.4107.0098.007-3 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 20

TORRENT DO BRASIL LTDA 33078528000132
rosuvastatina cálcica
ROSUCOR 25351.087708/2009-30 05/2025
11099 RDC 73/2016 - SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO RESTRITA AO NÚMERO DE UNIDADES FARMACOTÉCNICAS 0582357/22-9
1.0525.0043.019-3 24 Meses
5 MG COM REV CT BL AL AL X 100

VITAMEDIC INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA 30222814000131
dipirona monoidratada
DORALEX 25000.015650/99-11 11/2025
11093 RDC 73/2016 - SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO 0501647/22-9
1.0392.0101.012-8 24 Meses
500 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 20

Samsung Bioepis br Pharmaceutical ltda. 24563776000188
ADALIMUMABE
HADLIMA 25351.899030/2020-61 05/2032
10369 PRODUTO BIOLÓGICO - REGISTRO DE PRODUTO PELA VIA DE DESENVOLVIMENTO POR COMPARABILIDADE 2968583/20-4
1.5921.0004.001-1 36 Meses
40 MG SOL INJ CT 1 SER PREENCH VD TRANS X 0,8 ML
1.5921.0004.002-1 36 Meses
40 MG SOL INJ CT 1 SER PREENCH VD TRANS X 0,8 ML + CAN APLIC
1.5921.0004.003-8 36 Meses
40 MG SOL INJ CT 2 SER PREENCH VD TRANS X 0,8 ML
1.5921.0004.004-6 36 Meses
40 MG SOL INJ CT 2 SER PREENCH VD TRANS X 0,8 ML + CAN APLIC

CIMED INDUSTRIA S.A 02814497000107
CAPTOPRIL
Captomed 25000.004519/97-94 03/2028

10190 SIMILAR - INCLUSÃO DE EQUIPAMENTO COM DIFERENTE DESENHO E PRINCÍPIO DE FUNCIONAMENTO 0694134/14-6
1993 SIMILAR - INCLUSÃO NO TAMANHO DO LOTE SUPERIOR A 10 VEZES 0694128/14-1
1.4381.0013.003-6 24 Meses
25 MG COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 20
1.4381.0013.004-4 24 Meses
25 MG COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 1000
1.4381.0013.008-7 24 Meses
25MG COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 500
1.4381.0013.011-7 24 Meses
25 MG COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 60
1.4381.0013.014-1 24 Meses
25 MG COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30
maleato de dexclorfeniramina 25351.006921/2008-92 02/2029
10168 GENÉRICO - ALTERAÇÃO MODERADA DO PROCESSO DE PRODUÇÃO 0778260/15-8
10200 GENÉRICO - ALTERAÇÃO MODERADA DE EXCIPIENTE 0778252/15-7
1.4381.0130.001-6 24 Meses
0,4 MG/ML SOL OR CT FR PLAS AMB X 120 ML + CP MED
fluconazol 25351.117215/2007-94 02/2028
1412 GENERICO - INCLUSÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO DO FÁRMACO 0133058/15-6
1.4381.0114.001-9 24 Meses
150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 1
1.4381.0114.002-7 24 Meses
150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 2
MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA
ALERGOMINE 25351.286818/2008-16 04/2025
10170 SIMILAR - ALTERAÇÃO MODERADA DO PROCESSO DE PRODUÇÃO 0777408/15-7
10202 SIMILAR - ALTERAÇÃO MODERADA DE EXCIPIENTE 0777395/15-1
1.4381.0149.001-1 24 Meses
0,4 MG/ML SOL OR CT FR PLAS AMB X 120 ML + CP MED
PROBENXIL 25991.007818/75 09/2025
1978 SIMILAR - INCLUSÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO DO FÁRMACO 1090500/15-6
10170 SIMILAR - ALTERAÇÃO MODERADA DO PROCESSO DE PRODUÇÃO 0223376/15-2
10202 SIMILAR - ALTERAÇÃO MODERADA DE EXCIPIENTE 0223325/15-8
1.4381.0010.002-1 24 Meses
10 MG/G GEL TOP CT BG AL X 60 G
DICLOFENACO DIETILAMÔNIO
1.4381.0010.008-0 24 Meses
10 MG/G GEL TOP CT BG PLAS AL OPC X 60 G
DICLOFENACO DIETILAMÔNIO
1978 SIMILAR - INCLUSÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO DO FÁRMACO 1090500/15-6
1.4381.0010.001-3 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 10
DICLOFENACO POTÁSSICO
1.4381.0010.003-1 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 20
DICLOFENACO POTÁSSICO
1.4381.0010.004-8 24 Meses
15 MG/ML SUS OR CT FR GOT PLAS OPC X 20 ML
DICLOFENACO RESINATO
1.4381.0010.005-6 24 Meses
15 MG/ML SUS OR CT 100 FR GOT PLAS OPC X 20 ML
DICLOFENACO RESINATO
1.4381.0010.006-4 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 1000
DICLOFENACO POTÁSSICO
1.4381.0010.007-2 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 500
DICLOFENACO POTÁSSICO

FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR - FURP 43640754000119
LAMIVUDINA + ZIDOVUDINA
FURP-LAMIVUDINA + ZIDOVUDINA 25000.038108/99-82 01/2025
1628 SIMILAR - ALTERAÇÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO DO FÁRMACO 0540163/14-1
1971 SIMILAR - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODOS ANALÍTICOS 0469250/14-1
1978 SIMILAR - INCLUSÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO DO FÁRMACO 0162222/15-6
1978 SIMILAR - INCLUSÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO DO FÁRMACO 0164827/15-6
1978 SIMILAR - INCLUSÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO DO FÁRMACO 0198914/15-6
1978 SIMILAR - INCLUSÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO DO FÁRMACO 0561788/14-0
1.1039.0146.001-6 24 Meses
150 MG + 300 MG COM REV CT FR PLAS PEAD OPC X 60
1.1039.0146.004-0 24 Meses
150 MG + 300 MG COM CT REV FR PLAS PEAD OPC X 60

LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A 17159229000176
NIMESULIDA
NIMESULIX 25000.009818/99-12 10/2029
1971 SIMILAR - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODOS ANALÍTICOS 0906723/12-0
1.0370.0264.004-4 24 Meses
50 MG/ML SUS OR CT FR PLAS OPC GOT X 15 ML
varfarina sódica 25351.438812/2007-50 05/2028
1364 GENERICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODOS ANALÍTICOS 1017172/15-0
1.0370.0512.005-1 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVDC 250/120 OPC BRANCO X 10
1.0370.0512.006-8 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVDC 250/120 OPC BRANCO X 30
1.0370.0512.007-6 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVDC 250/120 OPC BRANCO X 50
1.0370.0512.008-4 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVDC 250/120 OPC BRANCO X 100
VARFARINA SÓDICA
MARFARIN 25351.766521/2014-88 09/2025
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 1079687/15-8
1.0370.0649.005-5 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVDC 250/120 OPC BRANCO X 10
1.0370.0649.006-3 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVDC 250/120 OPC BRANCO X 30
1.0370.0649.007-1 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVDC 250/120 OPC BRANCO X 50
1.0370.0649.008-1 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVDC 250/120 OPC BRANCO X 100 (EMB FRAC)

RANBAXY FARMACÊUTICA LTDA 73663650000190
SECNIDAZOL 25351.011709/2003-32 08/2028
1364 GENERICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODOS ANALÍTICOS 0904702/13-6
1.2352.0145.004-7 24 Meses
1000 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 2
1.2352.0145.005-5 24 Meses
1000 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 4
LORATADINA 25351.017399/01-17 10/2026
1364 GENERICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODOS ANALÍTICOS 0304887/14-0
1.2352.0079.001-4 24 Meses
10 MG COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 6
1.2352.0079.002-2 24 Meses
10 MG COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 10
1.2352.0079.003-0 24 Meses
10 MG COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 12
1.2352.0079.004-9 24 Meses
10 MG COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 20
LAMOTRIGINA 25351.019217/2006-38 10/2027
1364 GENERICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODOS ANALÍTICOS 0304927/14-2
1.2352.0199.001-7 24 Meses
25 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.2352.0199.002-5 24 Meses
25 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 60
1.2352.0199.003-3 24 Meses
50 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.2352.0199.004-1 24 Meses
50 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 60
1.2352.0199.005-1 24 Meses
100 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.2352.0199.006-8 24 Meses
100 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 60
1.2352.0199.007-6 24 Meses
25 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 10
1.2352.0199.008-4 24 Meses
25 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 500
1.2352.0199.009-2 24 Meses
50 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 10
1.2352.0199.010-6 24 Meses
50 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 500
1.2352.0199.011-4 24 Meses
100 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 10
1.2352.0199.012-2 24 Meses
100 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 500
HIDROBROMETO DE CITALOPRAM (PORT. 344/98 LISTA C 1)
CITALOPRAM 25351.172028/2002-69 10/2027
1412 GENERICO - INCLUSÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO DO FÁRMACO 0524990/13-2
1.2352.0101.001-2 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 10
1.2352.0101.002-0 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 14
1.2352.0101.003-9 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 28
1.2352.0101.004-7 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.2352.0101.005-5 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 60
1.2352.0101.006-3 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 500

SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA. 10588595001092
BESILATO DE ANLODIPINO 25351.697819/2014-18 02/2027
1364 GENERICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODOS ANALÍTICOS 0244677/14-4
1364 GENERICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODOS ANALÍTICOS 0244681/14-2
1364 GENERICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODOS ANALÍTICOS 206265/11-8
1404 GENERICO - ALTERAÇÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO DO FÁRMACO 0245524/14-2
1.8326.0048.001-6 24 Meses
5,0 MG COM CT BL AL PLAS PVC OPC X 20
1.8326.0048.002-4 24 Meses
5,0 MG COM CT BL AL PLAS PVC OPC X 30
1.8326.0048.003-2 24 Meses
5,0 MG COM CT BL AL PLAS PVC OPC X 150
1.8326.0048.004-0 24 Meses
10 MG COM CT BL AL PLAS PVC OPC X 20
1.8326.0048.005-9 24 Meses
10 MG COM CT BL AL PLAS PVC OPC X 30
1.8326.0048.006-7 24 Meses
10 MG COM CT BL AL PLAS PVC OPC X 150
1.8326.0048.007-5 24 Meses
10 MG COM CT BL AL PLAS PVC OPC X 60
1.8326.0048.008-3 24 Meses
5,0 MG COM CT BL AL PLAS PVC OPC X 60
1364 GENERICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODOS ANALÍTICOS 206265/11-8
1404 GENERICO - ALTERAÇÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO DO FÁRMACO 0245524/14-2
1.8326.0048.009-1 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVC/PVDC 120 OPC X 20
1.8326.0048.010-5 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVC/PVDC 120 OPC X 30
1.8326.0048.011-3 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVC/PVDC 120 OPC X 60
1.8326.0048.012-1 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVC/PVDC 120 OPC X 150
1.8326.0048.013-1 24 Meses
10 MG COM CT BL AL PLAS PVC/PVDC 120 OPC X 20
1.8326.0048.014-8 24 Meses
10 MG COM CT BL AL PLAS PVC/PVDC 120 OPC X 30
1.8326.0048.015-6 24 Meses

10 MG COM CT BL AL PLAS PVC/PVDC 120 OPC X 60
1.8326.0048.016-4 24 Meses
10 MG COM CT BL AL PLAS PVC/PVDC 120 OPC X 150

1FARMA INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA 48113906000149
FUROSEMIDA
DIURIT 25000.011676/95-21 12/2026

10190 SIMILAR - INCLUSÃO DE EQUIPAMENTO COM DIFERENTE DESENHO E PRINCÍPIO DE FUNCIONAMENTO 1133469/16-0
10202 SIMILAR - ALTERAÇÃO MODERADA DE EXCIPIENTE 1133534/16-3
1.0481.0051.005-1 24 Meses
40 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 20
1.0481.0051.006-1 24 Meses
40 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 500
1.0481.0051.007-8 24 Meses
40 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 1000
captopril 25351.622882/2014-13 07/2025
10506 GENÉRICO - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 0722204/15-1
10506 GENÉRICO - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 0722220/15-3
1.0481.0095.001-9 24 Meses
25 MG COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 20
1.0481.0095.002-7 24 Meses
25 MG COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 1000
1.0481.0095.005-1 24 Meses
25 MG COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 500
1.0481.0095.007-8 24 Meses
25 MG COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 60
1.0481.0095.009-4 24 Meses
25 MG COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30

BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA 49475833000106
ATENOLOL
ABLOK 25000.003578/99-80 05/2025
1971 SIMILAR - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODOS ANALÍTICOS 2158939/16-9
1.0974.0100.001-8 24 Meses
25 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 20
1.0974.0100.002-6 24 Meses
25 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.0974.0100.007-7 24 Meses
100 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 20
1.0974.0100.008-5 24 Meses
100 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.0974.0100.010-7 24 Meses
25 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 90
1.0974.0100.012-3 24 Meses
100 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 90
1.0974.0100.013-1 24 Meses
25 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 60
1.0974.0100.015-8 24 Meses
100 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 60
1971 SIMILAR - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODOS ANALÍTICOS 2158939/16-9
10170 SIMILAR - ALTERAÇÃO MODERADA DO PROCESSO DE PRODUÇÃO 0309580/17-6
10186 SIMILAR - ALTERAÇÃO DE EQUIPAMENTO COM DIFERENTE DESENHO E PRINCÍPIO DE FUNCIONAMENTO 0181743/17-2
10198 SIMILAR - ALTERAÇÃO MENOR DE EXCIPIENTE 0309609/17-8
1.0974.0100.004-2 24 Meses
50 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 20
1.0974.0100.005-0 24 Meses
50 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.0974.0100.011-5 24 Meses
50 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 90
1.0974.0100.014-1 24 Meses
50 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 60
MALEATO DE ENALAPRIL + HIDROCLOROTIAZIDA
VASOPRIL PLUS 25000.021551/99-13 05/2025
10116 SIMILAR - ALTERAÇÃO DA ROTA DE SÍNTESE DO FÁRMACO 2159126/16-1
10170 SIMILAR - ALTERAÇÃO MODERADA DO PROCESSO DE PRODUÇÃO 2159155/16-5
10186 SIMILAR - ALTERAÇÃO DE EQUIPAMENTO COM DIFERENTE DESENHO E PRINCÍPIO DE FUNCIONAMENTO 2160766/16-4
10198 SIMILAR - ALTERAÇÃO MENOR DE EXCIPIENTE 2160772/16-9
1.0974.0110.001-2 24 Meses
20 MG + 12,5 MG COM CT STR AL X 30
1.0974.0110.004-7 24 Meses
10 MG + 25 MG COM CT STR AL X 30
1.0974.0110.005-5 24 Meses
20 MG + 12,5 MG COM CT STR AL X 45 (EMB FRAC)
1.0974.0110.006-3 24 Meses
20 MG + 12,5 MG COM CT STR AL X 60 (EMB FRAC)
1.0974.0110.007-1 24 Meses
20 MG + 12,5 MG COM CT STR AL X 500 (EMB FRAC)
1.0974.0110.008-1 24 Meses
10 MG + 25 MG COM CT STR AL X 45 (EMB FRAC)
1.0974.0110.009-8 24 Meses
10 MG + 25 MG COM CT STR AL X 60 (EMB FRAC)
1.0974.0110.010-1 24 Meses
10 MG + 25 MG COM CT STR AL X 500 (EMB FRAC)
1.0974.0110.011-1 24 Meses
10 MG + 25 MG COM CT STR AL X 90
1.0974.0110.012-8 24 Meses
20 MG + 12,5 MG COM CT STR AL X 90
1.0974.0110.013-6 24 Meses
10 MG + 25 MG COM CT STR AL X 60
1.0974.0110.014-4 24 Meses
20 MG + 12,5 MG COM CT STR AL X 60
1980 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVO ACONDICIONAMENTO. 2160537/16-8
1.0974.0110.015-2 24 Meses
20 MG + 12,5 MG COM CT BL AL AL X 30
1.0974.0110.016-0 24 Meses
20 MG + 12,5 MG COM CT BL AL AL X 60
1.0974.0110.017-9 24 Meses
20 MG + 12,5 MG COM CT BL AL AL X 60 (EMB FRAC)
1.0974.0110.018-7 24 Meses
10 MG + 25 MG COM CT BL AL AL X 30
1.0974.0110.019-5 24 Meses
10 MG + 25 MG COM CT BL AL AL X 60
1.0974.0110.020-9 24 Meses
10 MG + 25 MG COM CT BL AL AL X 60 (EMB FRAC)
maleato de enalapril + hidroclorotiazida 25351.114934/2018-14 08/2028
10506 GENÉRICO - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 1050747/18-7
10506 GENÉRICO - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 1050813/18-9
10506 GENÉRICO - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 1050843/18-1
10506 GENÉRICO - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 1050853/18-8
1.0974.0268.001-2 24 Meses
20 MG + 12,5 MG COM CT STR AL X 30
1.0974.0268.002-0 24 Meses
10 MG + 25 MG COM CT STR AL X 30
1.0974.0268.003-9 24 Meses
20 MG + 12,5 MG COM CT STR AL X 45 (EMB FRAC)
1.0974.0268.004-7 24 Meses
20 MG + 12,5 MG COM CT STR AL X 60 (EMB FRAC)
1.0974.0268.005-5 24 Meses
20 MG + 12,5 MG COM CT STR AL X 500 (EMB FRAC)
1.0974.0268.006-3 24 Meses
10 MG + 25 MG COM CT STR AL X 45 (EMB FRAC)
1.0974.0268.007-1 24 Meses
10 MG + 25 MG COM CT STR AL X 60 (EMB FRAC)
1.0974.0268.008-1 24 Meses
10 MG + 25 MG COM CT STR AL X 500 (EMB FRAC)
1.0974.0268.009-8 24 Meses
10 MG + 25 MG COM CT STR AL X 90
1.0974.0268.010-1 24 Meses
20 MG + 12,5 MG COM CT STR AL X 90
1.0974.0268.011-1 24 Meses
10 MG + 25 MG COM CT STR AL X 60
1.0974.0268.012-8 24 Meses
20 MG + 12,5 MG COM CT STR AL X 60
10506 GENÉRICO - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 1050747/18-7
10506 GENÉRICO - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 1050813/18-9
10506 GENÉRICO - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 1050843/18-1
10506 GENÉRICO - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 1050853/18-8
10506 GENÉRICO - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 1050857/18-1
1.0974.0268.013-6 24 Meses
20 MG + 12,5 MG COM CT BL AL AL X 30
1.0974.0268.014-4 24 Meses
20 MG + 12,5 MG COM CT BL AL AL X 60
1.0974.0268.015-2 24 Meses
20 MG + 12,5 MG COM CT BL AL AL X 60 (EMB FRAC)
1.0974.0268.016-0 24 Meses
10 MG + 25 MG COM CT BL AL AL X 30
1.0974.0268.017-9 24 Meses
10 MG + 25 MG COM CT BL AL AL X 60
1.0974.0268.018-7 24 Meses
10 MG + 25 MG COM CT BL AL AL X 60 (EMB FRAC)
atenolol 25351.114941/2018-16 10/2028
10506 GENÉRICO - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 1056998/18-7
10506 GENÉRICO - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 1055590/18-1
10506 GENÉRICO - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 1055644/18-3
10506 GENÉRICO - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 1056909/18-0
1.0974.0272.003-0 24 Meses
25 MG COM CT 10 BL AL PLAS INC X 10
1.0974.0272.004-9 24 Meses
50 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 20
1.0974.0272.008-1 24 Meses
100 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.0974.0272.011-1 24 Meses
50 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 90
10506 GENÉRICO - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 1056998/18-7
1.0974.0272.001-4 24 Meses
25 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 20
1.0974.0272.002-2 24 Meses
25 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.0974.0272.005-7 24 Meses
50 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.0974.0272.006-5 24 Meses
50 MG COM CT 10 BL AL PLAS INC X 10
1.0974.0272.007-3 24 Meses
100 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 20
1.0974.0272.009-1 24 Meses
100 MG COM CT 10 BL AL PLAS TRANS X 60
1.0974.0272.010-3 24 Meses
25 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 90
1.0974.0272.012-1 24 Meses
100 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 90

CIMED INDUSTRIA S.A 02814497000107
FLUCONAZOL
FLUCOMED 25351.062982/2016-40 09/2026
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 2395472/16-8
1.4381.0192.001-4 24 Meses
150 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS INC X 1
1.4381.0192.002-2 24 Meses
150 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS INC X 2
MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA
ALERGOMINE 25351.286818/2008-16 04/2025
1978 SIMILAR - INCLUSÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO DO FÁRMACO 2448475/16-1
1.4381.0149.001-1 24 Meses
0,4 MG/ML SOL OR CT FR PLAS AMB X 120 ML + CP MED
1.4381.0149.002-8 24 Meses
10 MG/G CREM DERM CT BG AL X 15 G
1.4381.0149.003-6 24 Meses
10 MG/G CREM DERM CT BG AL X 30 G
FLAXXIL 25351.658663/2017-15 08/2028
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 0839945/18-0
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 0839854/18-2
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 0839892/18-5
1.4381.0212.002-1 24 Meses
10 MG/G GEL TOP CT BG AL X 60 G
DICLOFENACO DIETILAMÔNIO
1.4381.0212.008-9 24 Meses
10 MG/G GEL TOP CT BG PLAS AL OPC X 60 G
DICLOFENACO DIETILAMÔNIO
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 0839945/18-0
1.4381.0212.001-1 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 10
DICLOFENACO POTÁSSICO
1.4381.0212.003-8 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 20
DICLOFENACO POTÁSSICO
1.4381.0212.004-6 24 Meses
15 MG/ML SUS OR CT FR GOT PLAS OPC X 20 ML
DICLOFENACO RESINATO
1.4381.0212.005-4 24 Meses
15 MG/ML SUS OR CT 100 FR GOT PLAS OPC X 20 ML
DICLOFENACO RESINATO
1.4381.0212.006-2 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 1000
DICLOFENACO POTÁSSICO
1.4381.0212.007-0 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 500
DICLOFENACO POTÁSSICO

LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A 17159229000176
NIMESULIDA
NIMESULIX 25000.009818/99-12 10/2029

1628 SIMILAR - ALTERAÇÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO DO FÁRMACO 0174078/17-0
1978 SIMILAR - INCLUSÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO DO FÁRMACO 0174201/17-2
1.0370.0264.004-4 24 Meses
50 MG/ML SUS OR CT FR PLAS OPC GOT X 15 ML
varfarina sódica 25351.438812/2007-50 05/2028
10200 GENÉRICO - ALTERAÇÃO MODERADA DE EXCIPIENTE 1758374/16-8
1404 GENERICO - ALTERAÇÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO DO FÁRMACO 0178671/17-1
1412 GENERICO - INCLUSÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO DO FÁRMACO 0179521/17-5
1.0370.0512.001-7 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVDC 250/40 OPC BRANCO X 10
1.0370.0512.002-5 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAST PVDC 250/40 OPC BRANCO X 30
1.0370.0512.003-3 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAST PVDC 250/40 OPC BRANCO X 50
1.0370.0512.004-1 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAST PVDC 250/40 OPC BRANCO X 100 (EMB FRAC)
1.0370.0512.005-1 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVDC 250/120 OPC BRANCO X 10
1.0370.0512.006-8 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVDC 250/120 OPC BRANCO X 30
1.0370.0512.007-6 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVDC 250/120 OPC BRANCO X 50
1.0370.0512.008-4 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVDC 250/120 OPC BRANCO X 100
VARFARINA SÓDICA
MARFARIN 25351.766521/2014-88 09/2025
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 0286880/17-6
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 0286881/17-4
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 1903198/16-0
1.0370.0649.001-2 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PVDC OPC X 10
1.0370.0649.002-0 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PVDC OPC X 30
1.0370.0649.003-9 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PVDC OPC X 50
1.0370.0649.004-7 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PVDC OPC X 100 (EMB FRAC)
1.0370.0649.005-5 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVDC 250/120 OPC BRANCO X 10
1.0370.0649.006-3 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVDC 250/120 OPC BRANCO X 30
1.0370.0649.007-1 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVDC 250/120 OPC BRANCO X 50
1.0370.0649.008-1 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVDC 250/120 OPC BRANCO X 100 (EMB FRAC)

RANBAXY FARMACÊUTICA LTDA 73663650000190
axetilcefuroxima
AXETIL CEFUROXIMA 25351.011594/01-61 06/2026
1412 GENERICO - INCLUSÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO DO FÁRMACO 0181426/17-7
1.2352.0073.002-1 24 Meses
50 MG/ML PO SUS OR CT FR PLAS TRANS X 50 ML
1.2352.0073.003-8 24 Meses
50 MG/ML PO SUS OR CT FR PLAS TRANS X 70 ML
1.2352.0073.004-6 24 Meses
50 MG/ML PO SUS OR CT FR PLAS TRANS X 50 ML + COP
1.2352.0073.005-4 24 Meses
50 MG/ML PO SUS OR CT FR PLAS TRANS X 70 ML + COP
CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 25351.188222/2004-28 09/2026
10200 GENÉRICO - ALTERAÇÃO MODERADA DE EXCIPIENTE 2451476/16-5
10956 RDC 73/2016 - GENÉRICO - MUDANÇA MAIOR DE MÉTODO ANALÍTICO 0967912/18-0
1.2352.0191.001-3 36 Meses
25 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 20
1.2352.0191.002-1 36 Meses
25 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.2352.0191.007-2 36 Meses
25 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 200
1.2352.0191.010-2 36 Meses
25 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 500
1.2352.0191.011-0 36 Meses
25 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 1000
10956 RDC 73/2016 - GENÉRICO - MUDANÇA MAIOR DE MÉTODO ANALÍTICO 0967912/18-0
1.2352.0191.003-1 36 Meses
50 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 20
1.2352.0191.004-8 36 Meses
50 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.2352.0191.005-6 36 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 20
1.2352.0191.006-4 36 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.2352.0191.008-0 36 Meses
50 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 200
1.2352.0191.009-9 36 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 200
1.2352.0191.012-9 36 Meses
50 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 500
1.2352.0191.013-7 36 Meses
50 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 1000

SUN FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA 05035244000123
LAMOTRIGINA
LAMOSYN 25351.761667/2018-61 06/2029
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 0566353/19-9
1.4682.0082.001-1 24 Meses
25 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.4682.0082.002-8 24 Meses
25 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 60
1.4682.0082.003-6 24 Meses
50 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.4682.0082.004-4 24 Meses
50 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 60
1.4682.0082.005-2 24 Meses
100 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.4682.0082.006-0 24 Meses
100 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 60
1.4682.0082.007-9 24 Meses
25 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 10
1.4682.0082.008-7 24 Meses
25 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 500
1.4682.0082.009-5 24 Meses
50 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 10
1.4682.0082.010-9 24 Meses
50 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 500
1.4682.0082.011-7 24 Meses
100 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 10
1.4682.0082.012-5 24 Meses
100 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 500

1FARMA INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA 48113906000149
FLUCONAZOL 25351.960166/2016-01 05/2026
10506 GENÉRICO - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 1802926/16-4
1.0481.0120.001-3 24 Meses
150 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS INC X 1
1.0481.0120.002-1 24 Meses
150 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS INC X 2

LIBBS FARMACÊUTICA LTDA 61230314000175
CLORIDRATO DE MEMANTINA
ZIDER 25351.468114/2020-56 05/2032
1455 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO DE CONCENTRAÇÃO NOVA NO PAÍS 1656588/20-6
1.0033.0216.001-9 24 Meses
20 MG/ML SOL GOT OR CT FR GOT VD AMB X 15 ML
1.0033.0216.002-7 24 Meses
20 MG/ML SOL GOT OR CT FR GOT VD AMB X 30 ML

ASPEN PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 02433631000120
CYNARA SCOLYMUS L.
ALCACHOFRA ASPEN PHARMA 25351.382148/2009-08 12/2029
10667 PRODUTO TRADICIONAL FITOTERÁPICO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL 0242006/22-6
1.3764.0116.004-6 24 Meses
300,0 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 200

FRESENIUS KABI BRASIL LTDA 49324221000104
GLICONATO DE CÁLCIO 25351.081375/2010-21 08/2025
10216 ESPECÍFICO - AMPLIAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE 4798291/21-8
1.0041.0136.001-9 36 Meses
100 MG/ML SOL INJ IV CT AMP VD TRANS X 10 ML
1.0041.0136.002-7 36 Meses
100 MG/ML SOL INJ IV CX 50 AMP VD TRANS X 10 ML
1.0041.0136.003-5 36 Meses
100 MG/ML SOL INJ IV CX 100 AMP VD TRANS X 10 ML

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ 33781055000135
canabidiol
CANABIDIOL FARMANGUINHOS 25351.225511/2021-16 05/2026
11542 PRODUTO DE CANNABIS - ALTERAÇÃO RELACIONADA AOS TESTES, LIMITES DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODOS ANALÍTICOS DO CONTROLE DE QUALIDADE DO PRODUTO ACABADO 0309645/22-1
1.1063.0158.001-5 24 Meses
200 MG/ML SOL CT FR VD AMB X 30 ML + SER DOS
200 MG/ML

HERBARIUM LABORATORIO BOTANICO LTDA 78950011000120
Petasites hybridus (L.) P. Gaertn., B. Mey. & Scherb.
PETAMIG 25351.650873/2021-41 05/2032
1697 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 2398653/21-1
1.1860.0103.001-8 24 Meses
50,00 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC 120 TRANS X 12
1.1860.0103.002-6 24 Meses
50,00 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC 120 TRANS X 20
1.1860.0103.003-4 24 Meses
50,00 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC 120 TRANS X 30
1.1860.0103.004-2 24 Meses
50,00 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC 120 TRANS X 60
1.1860.0103.005-0 24 Meses
50,00 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC 180 TRANS X 12
1.1860.0103.006-9 24 Meses
50,00 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC 180 TRANS X 20
1.1860.0103.007-7 24 Meses
50,00 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC 180 TRANS X 30
1.1860.0103.008-5 24 Meses
50,00 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC 180 TRANS X 60

ACCORD FARMACÊUTICA LTDA 64171697000146
succinato de solifenacina 25351.208462/2020-76 05/2032
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 0873722/20-3
1.5537.0105.001-0 24 Meses
5 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 6
1.5537.0105.002-9 24 Meses
5 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 10
1.5537.0105.003-7 24 Meses
5 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 20
1.5537.0105.004-5 24 Meses
5 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30
1.5537.0105.005-3 24 Meses
5 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 60
1.5537.0105.006-1 24 Meses
5 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 90
1.5537.0105.007-1 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 6
1.5537.0105.008-8 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 10
1.5537.0105.009-6 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 20
1.5537.0105.010-1 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30
1.5537.0105.011-8 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 60
1.5537.0105.012-6 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 90

EMS S/A 57507378000365
CLORIDRATO DE ERLOTINIBE
ROCAB 25351.418162/2021-84 05/2032

10557 SIMILARES - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR (PARCERIA DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO) 1695803/21-9
1.0235.1407.001-8 24 Meses
25 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC/PVC OPC X 30
1.0235.1407.002-6 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC/PVC OPC X 30
1.0235.1407.003-4 24 Meses
150 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC/PVC OPC X 30

GLENMARK FARMACÊUTICA LTDA 44363661000157
dipropionato de beclometasona 25351.402810/2019-03 05/2032
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 0616733/19-4
1.1013.0294.001-4 24 Meses
50 MCG/DOSE SOL AER INAL OR CT FR AL X 200 ACIONAMENTOS + BOMB

1.1013.0294.002-2 24 Meses
200 MCG/DOSE SOL AER INAL OR CT FR AL X 200 ACIONAMENTOS + BOMB

LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A 17159229000176
tartarato de metoprolol 25351.004579/2020-82 05/2032
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 0041749/20-1
1.0370.0767.001-4 24 Meses
1 MG/ML SOL INJ IV CT AMP VD TRANS X 5 ML
1.0370.0767.004-9 24 Meses
1 MG/ML SOL INJ IV CT 5 AMP VD TRANS X 5 ML
1.0370.0767.005-7 24 Meses
1 MG/ML SOL INJ IV CT 10 AMP VD TRANS X 5 ML
1.0370.0767.006-5 24 Meses
1 MG/ML SOL INJ IV CT 25 AMP VD TRANS X 5 ML
1.0370.0767.007-3 24 Meses
1 MG/ML SOL INJ IV CT 50 AMP VD TRANS X 5 ML

MEDQUIMICA INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA. 17875154000120
RIVAROXABANA
PREVPULBANA 25351.743973/2019-04 05/2032
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR 3582549/19-9
1.0917.0125.001-0 24 Meses
15MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 28
1.0917.0125.002-9 24 Meses
15MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30
1.0917.0125.003-7 24 Meses
15 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 42
1.0917.0125.004-5 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 20
1.0917.0125.005-3 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30

Althaia S.A Indústria Farmacêutica 48344725000719
cloridrato de trazodona 25351.668078/2019-05 05/2032
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 3192223/19-1
1.3517.0065.001-5 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 5
1.3517.0065.002-3 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 20
1.3517.0065.003-1 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30
1.3517.0065.004-1 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 60
1.3517.0065.005-8 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 90
1.3517.0065.006-6 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 60 TRANS X 5
1.3517.0065.007-4 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 60 TRANS X 20
1.3517.0065.008-2 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 60 TRANS X 30
1.3517.0065.009-0 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 60 TRANS X 60
1.3517.0065.010-4 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 60 TRANS X 90
1.3517.0065.011-2 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 120 TRANS X 5
1.3517.0065.012-0 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 120 TRANS X 20
1.3517.0065.013-9 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 120 TRANS X 30
1.3517.0065.014-7 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 120 TRANS X 60
1.3517.0065.015-5 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 120 TRANS X 90
1.3517.0065.016-3 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 5
1.3517.0065.017-1 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 20
1.3517.0065.018-1 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30
1.3517.0065.019-8 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 60
1.3517.0065.020-1 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 90
1.3517.0065.021-1 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 60 TRANS X 5
1.3517.0065.022-8 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 60 TRANS X 20
1.3517.0065.023-6 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 60 TRANS X 30
1.3517.0065.024-4 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 60 TRANS X 60
1.3517.0065.025-2 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 60 TRANS X 90
1.3517.0065.026-0 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 120 TRANS X 5
1.3517.0065.027-9 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 120 TRANS X 20
1.3517.0065.028-7 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 120 TRANS X 30
1.3517.0065.029-5 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 120 TRANS X 60
1.3517.0065.030-9 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 120 TRANS X 90

APSEN FARMACEUTICA S/A 62462015000129
CLORIDRATO DE CICLOBENZAPRINA
MIOSAN 25000.009277/96-53 11/2026
10951 RDC 73/2016 - NOVO - EXCLUSÃO DE UM TESTE OU MÉTODO OBSOLETO 3743229/20-0
10951 RDC 73/2016 - NOVO - EXCLUSÃO DE UM TESTE OU MÉTODO OBSOLETO 3743236/20-2
10954 RDC 73/2016 - NOVO - AMPLIAÇÃO DOS LIMITES DE ESPECIFICAÇÃO 3743288/20-5
10954 RDC 73/2016 - NOVO - AMPLIAÇÃO DOS LIMITES DE ESPECIFICAÇÃO 3743290/20-7
10954 RDC 73/2016 - NOVO - AMPLIAÇÃO DOS LIMITES DE ESPECIFICAÇÃO 3743360/20-1
11859 RDC 73/2016 - NOVO - EXCLUSÃO NÃO CRÍTICA DE TESTES OU MÉTODOS 3006399/21-0
1.0118.0129.001-0 24 Meses
5 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.0118.0129.002-4 24 Meses
5 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 50
1.0118.0129.003-2 24 Meses
5 MG COM REV CT FR PLAS OPC X 100
1.0118.0129.004-0 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.0118.0129.005-9 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 50
1.0118.0129.006-7 24 Meses
10 MG COM REV CT FR PLAS OPC X 100
1.0118.0129.007-5 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 10
1.0118.0129.008-3 24 Meses
5 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 10
1.0118.0129.011-3 24 Meses
5 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 4
1.0118.0129.012-1 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 4
1.0118.0129.013-1 24 Meses
5 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 15
1.0118.0129.014-8 24 Meses
5 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 20
1.0118.0129.015-6 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 15
1.0118.0129.016-4 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 20
CLORIDRATO DE CICLOBENZAPRINA + CAFEÍNA
MIOSAN CAF 25351.294142/2007-53 06/2029
10951 RDC 73/2016 - NOVO - EXCLUSÃO DE UM TESTE OU MÉTODO OBSOLETO 3743159/20-5
10951 RDC 73/2016 - NOVO - EXCLUSÃO DE UM TESTE OU MÉTODO OBSOLETO 3743244/20-3
10954 RDC 73/2016 - NOVO - AMPLIAÇÃO DOS LIMITES DE ESPECIFICAÇÃO 3743246/20-0
10954 RDC 73/2016 - NOVO - AMPLIAÇÃO DOS LIMITES DE ESPECIFICAÇÃO 3743254/20-1
10954 RDC 73/2016 - NOVO - AMPLIAÇÃO DOS LIMITES DE ESPECIFICAÇÃO 3743260/20-5
11859 RDC 73/2016 - NOVO - EXCLUSÃO NÃO CRÍTICA DE TESTES OU MÉTODOS 3006490/21-2
1.0118.0611.001-6 24 Meses
5 MG + 30 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 4
1.0118.0611.002-4 24 Meses
5 MG + 30 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 10
1.0118.0611.003-2 24 Meses
5 MG + 30 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 15
1.0118.0611.004-0 24 Meses
5 MG + 30 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 20
1.0118.0611.005-9 24 Meses
5 MG + 30 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.0118.0611.006-7 24 Meses
5 MG + 30 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 60
1.0118.0611.007-5 24 Meses
10 MG + 60 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 4
1.0118.0611.008-3 24 Meses
10 MG + 60 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 10
1.0118.0611.009-1 24 Meses
10 MG + 60 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 15
1.0118.0611.010-5 24 Meses
10 MG + 60 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 20
1.0118.0611.011-3 24 Meses
10 MG + 60 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.0118.0611.012-1 24 Meses
10 MG + 60 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 60

Camber Farmaceutica Ltda 24633934000129
Gefitinib
GEFIB 25351.712368/2019-83 05/2032
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR 3419104/19-6
1.6507.0019.001-5 36 Meses
250 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30

ELI LILLY DO BRASIL LTDA 43940618000144
CLORIDRATO DE RALOXIFENO
EVISTA 25000.025769/97-40 01/2028
11020 RDC 73/2016 - NOVO - SUBSTITUIÇÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTO DE LIBERAÇÃO CONVENCIONAL 2029090/21-0
11044 RDC 73/2016 - NOVO - ALTERAÇÃO MAIOR DO PROCESSO DE PRODUÇÃO DO MEDICAMENTO 2029343/21-7
11859 RDC 73/2016 - NOVO - EXCLUSÃO NÃO CRÍTICA DE TESTES OU MÉTODOS 2029347/21-0
1.1260.0070.001-6 24 Meses
60 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 14
1.1260.0070.002-4 24 Meses
60 MG COM REV CT 2 BL AL PLAS TRANS X 14
1.1260.0070.004-0 24 Meses
60 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 7
1.1260.0070.005-9 24 Meses
60 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.1260.0070.006-7 24 Meses
60 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 60
1.1260.0070.007-5 24 Meses
60 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 90
ELI LILLY DO BRASIL LTDA 43940618000144
CLORIDRATO DE RALOXIFENO
EVISTA 25000.025769/97-40 01/2028
10990 RDC 73/2016 - NOVO - MUDANÇA MENOR DE EXCIPIENTE PARA FORMAS FARMACÊUTICAS SÓLIDAS 2029503/21-1
1.1260.0070.001-6 24 Meses
60 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 14
1.1260.0070.002-4 24 Meses
60 MG COM REV CT 2 BL AL PLAS TRANS X 14
1.1260.0070.004-0 24 Meses
60 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 7
1.1260.0070.005-9 24 Meses
60 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.1260.0070.006-7 24 Meses
60 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 60
1.1260.0070.007-5 24 Meses
60 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 90

FARMOQUÍMICA S/A 33349473000158
PROGESTERONA
Junno 25351.043126/2014-39 09/2028
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 1666409/20-4
1.0390.0201.001-2 36 Meses
100 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.0390.0201.002-0 36 Meses
200 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS TRANS X 14

1.0390.0201.003-9 36 Meses
200 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS TRANS X 42
PROGESTERONA 25351.046152/2014-80 06/2028
10941 RDC 73/2016 - GENÉRICO - INCLUSÃO DE NOVO FABRICANTE DO IFA 1595137/20-5
1.0390.0200.001-7 36 Meses
100 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.0390.0200.002-5 36 Meses
200 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS TRANS X 14
1.0390.0200.003-3 36 Meses
200 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS TRANS X 42

GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA 33247743000110
LAMOTRIGINA
LAMICTAL 25351.012984/2004-54 06/2027
10957 RDC 73/2016 - NOVO - MUDANÇA MAIOR DE MÉTODO ANALÍTICO 3496687/19-1
10957 RDC 73/2016 - NOVO - MUDANÇA MAIOR DE MÉTODO ANALÍTICO 4076419/20-2
10957 RDC 73/2016 - NOVO - MUDANÇA MAIOR DE MÉTODO ANALÍTICO 4076536/20-9
11014 RDC 73/2016 - NOVO - SUBSTITUIÇÃO DE LOCAL DE EMBALAGEM PRIMÁRIA DO MEDICAMENTO 3496701/19-0
11071 RDC 73/2016 - NOVO - ALTERAÇÃO MAIOR DE COMPOSIÇÃO DE EMBALAGEM PRIMÁRIA DO MEDICAMENTO 4076552/20-1
11867 RDC 73/2016 - NOVO - MUDANÇAS INTERMEDIÁRIAS DE MÉTODOS ANALÍTICOS 3318726/21-6
1.0107.0006.001-7 36 Meses
25 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.0107.0006.002-5 36 Meses
50 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.0107.0006.003-3 36 Meses
100 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.577, DE 13 DE MAIO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Indeferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

LEO PHARMA LTDA 11424477000110
FUSIDATO DE SÓDIO
VERUTEX F 25351.381214/2020-79 05/2032
11318 MEDICAMENTO INOVADOR - REGISTRO DE MEDICAMENTO COM INOVAÇÃO DIVERSA 1392567/20-9
20 MG/G POM DERM CT BG AL X 15 G
20 MG/G POM DERM CT BG AL X 5 G

BLAU FARMACÊUTICA S.A. 58430828000160
ALFAEPOETINA
ERITROMAX 25000.008043/98-79 10/2029
11932 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 42. ALTERAÇÃO DO PROCESSO DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MAIOR 1296765/21-3
11933 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 42. ALTERAÇÃO DO PROCESSO DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MODERADA 1296758/21-1
11933 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 42. ALTERAÇÃO DO PROCESSO DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MODERADA 1296771/21-8
1.1637.0024.019-5 24 Meses
2000 UI PO LIOF INJ CX FA VD INC + DIL X 1 ML
1.1637.0024.020-9 24 Meses
2000 UI PO LIOF INJ CX 3 FA VD INC + DIL X 1 ML
1.1637.0024.021-7 24 Meses
2000 UI PO LIOF INJ CX 6 FA VD INC + DIL X 1 ML
1.1637.0024.022-5 24 Meses
2000 UI PO LIOF INJ CX 9 FA VD INC + DIL X 1 ML
1.1637.0024.023-3 24 Meses
2000 UI PO LIOF INJ CX 12 FA VD INC + DIL X 1 ML
1.1637.0024.034-9 24 Meses
4000 UI PO LIOF INJ CX FA VD INC + DIL X 1 ML
1.1637.0024.035-7 24 Meses
4000 UI PO LIOF INJ CX 3 FA VD INC + DIL X 1 ML
1.1637.0024.036-5 24 Meses
4000 UI PO LIOF INJ CX 6 FA VD INC + DIL X 1 ML
1.1637.0024.037-3 24 Meses
4000 UI PO LIOF INJ CX 9 FA VD INC + DIL X 1 ML
1.1637.0024.038-1 24 Meses
4000 UI PO LIOF INJ CX 12 FA VD INC + DIL X 1 ML
1.1637.0024.176-0 24 Meses
2000 UI PÓ LIOF INJ CX 25 FA VD INC + 25 DIL X 1 ML
1.1637.0024.177-9 24 Meses
2000 UI PÓ LIOF INJ CX 100 FA VD INC + 100 DIL X 1 ML
1.1637.0024.180-9 24 Meses
4000 UI PÓ LIOF INJ CX 25 FA VD INC + 25 DIL X 1 ML
1.1637.0024.181-7 24 Meses
4000 UI PÓ LIOF INJ CX 100 FA VD INC + 100 DIL X 1 ML

ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA 60318797000100
ACALABRUTINIBE
CALQUENCE 25351.304194/2018-06 12/2023
11107 RDC 73/2016 - NOVO - AMPLIAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE DO MEDICAMENTO 5054238/21-9
1.1618.0269.001-0 24 Meses
100 MG CAP DURA CT BL AL AL X 60

RECKITT BENCKISER (BRASIL) LTDA 59557124000115
PARACETAMOL + CLORIDRATO DE FENILEFRINA + PARACETAMOL
NALDECON DIA 25351.012237/2017-01 12/2027
11107 RDC 73/2016 - NOVO - AMPLIAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE DO MEDICAMENTO 1962166/21-3
1.7390.0006.001-7 24 Meses
(400,0 + 20,0) COM X 12 + 400 MG COM X 12 CT BL AL AL
1.7390.0006.002-5 24 Meses
(400,0 + 20,0) COM X 50 + 400 MG COM X 50 CT BL AL AL
1.7390.0006.003-3 24 Meses
(400,0 + 20,0) COM X 40 + 400 MG COM X 40 CT BL AL AL
1.7390.0006.004-1 24 Meses
(400,0 + 20,0) COM X 4 + 400 MG COM X 4 CT BL AL AL
1.7390.0006.005-1 24 Meses
(400,0 + 20,0) COM X 9 + 400 MG COM X 9 CT BL AL AL
1.7390.0006.006-8 24 Meses
(400,0 + 20,0) COM X 6 + 400 MG COM X 6 CT BL AL AL
1.7390.0006.007-6 24 Meses
(400,0 + 20,0) COM X 8 + 400 MG COM X 8 CT BL AL AL
1.7390.0006.008-4 24 Meses
(400,0 + 20,0) COM X 20 + 400 MG COM X 20 CT BL AL AL
PARACETAMOL + CLORIDRATO DE FENILEFRINA + PARACETAMOL
NALDECON MULTI 25351.688311/2020-90 06/2031
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 2752993/21-2
1.7390.0012.001-1 24 Meses
(400,0 + 20,0) COM X 12 + 400 MG COM X 12 CT BL AL AL
1.7390.0012.002-8 24 Meses
(400,0 + 20,0) COM X 50 + 400 MG COM X 50 CT BL AL AL
1.7390.0012.003-6 24 Meses
(400,0 + 20,0) COM X 40 + 400 MG COM X 40 CT BL AL AL
1.7390.0012.004-4 24 Meses
(400,0 + 20,0) COM X 4 + 400 MG COM X 4 CT BL AL AL
1.7390.0012.005-2 24 Meses
(400,0 + 20,0) COM X 9 + 400 MG COM X 9 CT BL AL AL
1.7390.0012.006-0 24 Meses
(400,0 + 20,0) COM X 6 + 400 MG COM X 6 CT BL AL AL
1.7390.0012.007-9 24 Meses
(400,0 + 20,0) COM X 8 + 400 MG COM X 8 CT BL AL AL
1.7390.0012.008-7 24 Meses
(400,0 + 20,0) COM X 20 + 400 MG COM X 20 CT BL AL AL

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.578, DE 13 DE MAIO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Cancelar o registro sanitário de medicamentos, produtos biológicos e insumos farmacêuticos, ou de apresentações, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA 33247743000110
Toxóide pertussis + Hemaglutinina Filamentosa + Pertactina + Toxóide diftérico + Toxóide Tetânico + Antígeno de superfície da Hepatite B + Poliovírus Tipo 1 + Poliovírus Tipo 2 + Poliovírus Tipo 3
VACINA ADSORVIDA DIFTERIA, TÉTANO, PERTUSSIS (ACELULAR), HEPATITE B (RECOMBINANTE) E POLIOMIELITE 1,2 e 3 (INATIVADA) 25351.000170/2005-58 05/2026
11985 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 85. CANCELAMENTO DE REGISTRO 0274904/22-1
1.0107.0250.001-4 36 Meses
SUS INJ IM CT SER PREENC VD TRANS X 0,5 ML

OCTAPHARMA BRASIL LTDA 02552927000160
IMUNOGLOBULINA HUMANA
GAMMANORM 25351.491158/2011-34 01/2028
11985 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 85. CANCELAMENTO DE REGISTRO 0069476/22-2
1.3971.0016.001-5 36 Meses
165 MG/ML SOL INJ CT FA VD INC X 10 ML
1.3971.0016.002-3 36 Meses
165 MG/ML SOL INJ CT 10 FA VD INC X 10 ML
1.3971.0016.003-1 36 Meses
165 MG/ML SOL INJ CT 20 FA VD INC X 10 ML
1.3971.0016.004-1 36 Meses
165 MG/ML SOL INJ CT FA VD INC X 20 ML
1.3971.0016.005-8 36 Meses
165 MG/ML SOL INJ CT 10 FA VD INC X 20 ML
1.3971.0016.006-6 36 Meses
165 MG/ML SOL INJ CT 20 FA VD INC X 20 ML

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.579, DE 13 DE MAIO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Publicar a aprovação condicional das petições secundárias de medicamentos similares, genéricos e novos, sob os números de expediente constantes no anexo desta Resolução, nos termos dos Art. 17-A § 3º e 4º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, alterada pelo Art. 2º da Lei 13.411, e Art. 4º da Lei 13.411, de 28 de dezembro de 2016; e Arts. 4º, 7º e 16 da Resolução RDC nº 219, de 27 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Este ato administrativo decorre do atendimento integral pelas empresas detentoras dos registros, ao disposto no Art. 7º e seus incisos, da Resolução RDC nº 219, de 27 de fevereiro de 2018.

Art. 3º A aprovação condicional das petições secundárias objeto desta resolução é restrita ao assunto protocolado, não resultando em manifestação diversa da peticionada, e considera estritamente a condição já registrada, não aprovando nenhuma alteração da condição registrada que possa estar informada nos documentos que instruem a petição secundária.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA
NOME DO MEDICAMENTO NÚMERO DO PROCESSO
EXPEDIENTE PETIÇÃO 2ª ASSUNTO DA PETIÇÃO 2ª
EXPEDIENTE PETIÇÃO CLONE ASSUNTO PETIÇÃO CLONE
(ASSUNTO PETIÇÃO MATRIZ - EXPEDIENTE MATRIZ - PROCESSO MATRIZ)
APRESENTAÇÕES M.S.

EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A.
Léptico 25351375743200925
2518271214 SIMILAR - Mudanças nos limites de especificação fora de limites aprovados anteriormente
2518264211 SIMILAR - Inclusão crítica de testes ou métodos
LAMOTRIGINA 25351711340201414
2669645212 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudanças nos limites de especificação fora de limites aprovados anteriormente - 2518271214 - 25351375743200925)
2716701211 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Inclusão crítica de testes ou métodos - 2518264211 - 25351375743200925)

UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A
UNIPRAZOL 250000209519958
3748216215 SIMILAR - Mudança relacionada ao diluente
STOMEDINI 25351240531201811
3908632211 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudança relacionada ao diluente - 3748216215 - 250000209519958)
omeprazol 25351482057202018
3908681210 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudança relacionada ao diluente - 3748216215 - 250000209519958)

PRATI DONADUZZI & CIA. LTDA.
AMOXICILINA+CLAVULANATO DE POTASSIO 25351129614201340
3748861219 GENÉRICO - Mudanças maiores de métodos analíticos

CIFARMA CIENTÍFICA FARMACÊUTICA LTDA
NAUSILON B6 250000044609913
3653079214 SIMILAR - Substituição de fabricante do IFA
3653082214 SIMILAR - Alteração maior de produção do IFA
3653103211 SIMILAR - Mudanças maiores de métodos analíticos
3653174210 SIMILAR - Mudanças intermediárias de métodos analíticos
3653192218 SIMILAR - Mudanças intermediárias de métodos analíticos
---
BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA.
cloridrato de nebivolol 25351752126202147
3758309213 GENÉRICO - Alteração maior de produção do IFA
3809452215 GENÉRICO - Exclusão não crítica de testes ou métodos
BIVOLET 25351752133202149
4138348216 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Alteração maior de produção do IFA - 3758309213 - 25351752126202147)
4138401216 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Exclusão não crítica de testes ou métodos - 3809452215 - 25351752126202147)

ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA
LOBEAT 25351387592201680
4160215213 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Alteração maior de produção do IFA - 3758309213 - 25351752126202147)
4230221218 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Exclusão não crítica de testes ou métodos - 3809452215 - 25351752126202147)

LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A
cloridrato de nebivolol 25351025366201616
4157038213 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Alteração maior de produção do IFA - 3758309213 - 25351752126202147)
4156952211 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Exclusão não crítica de testes ou métodos - 3809452215 - 25351752126202147)
TEUBILIV 25351025372201665
4157092218 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Alteração maior de produção do IFA - 3758309213 - 25351752126202147)
4157074210 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Exclusão não crítica de testes ou métodos - 3809452215 - 25351752126202147)

BRAINFARMA INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S.A
cloridrato de nebivolol 25351875373201653
4157326219 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Alteração maior de produção do IFA - 3758309213 - 25351752126202147)
4172353218 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Exclusão não crítica de testes ou métodos - 3809452215 - 25351752126202147)

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.580, DE 13 DE MAIO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Publicar a aprovação condicional das petições secundárias de medicamentos similares, genéricos e novos, sob os números de expediente constantes no anexo desta Resolução, nos termos dos Art. 17-A § 3º e 4º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, alterada pelo Art. 2º da Lei 13.411, e Art. 4º da Lei 13.411, de 28 de dezembro de 2016; e Arts. 4º, 7º e 16 da Resolução RDC nº 219, de 27 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Este ato administrativo decorre do atendimento integral pelas empresas detentoras dos registros, ao disposto no Art. 7º e seus incisos, da Resolução RDC nº 219, de 27 de fevereiro de 2018.

Art. 3º A aprovação condicional das petições secundárias objeto desta resolução é restrita ao assunto protocolado, não resultando em manifestação diversa da peticionada, e considera estritamente a condição já registrada, não aprovando nenhuma alteração da condição registrada que possa estar informada nos documentos que instruem a petição secundária.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA
NOME DO MEDICAMENTO NÚMERO DO PROCESSO
EXPEDIENTE PETIÇÃO 2ª ASSUNTO DA PETIÇÃO 2ª
EXPEDIENTE PETIÇÃO CLONE ASSUNTO PETIÇÃO CLONE
(ASSUNTO PETIÇÃO MATRIZ - EXPEDIENTE MATRIZ - PROCESSO MATRIZ)
APRESENTAÇÕES M.S.

FRESENIUS KABI BRASIL LTDA
GLIOCORT 25351936073202034
2535574211 SIMILAR - Substituição de fabricante do IFA
2535582211 SIMILAR - Alteração maior de composição de embalagem primária do medicamento
2536266216 SIMILAR - Mudanças maiores de métodos analíticos
100 MG PO LIOF SOL INJ IM/IV CX 50 FA VD AMB + 50 AMP DIL X 2 ML 1004101870076
100 MG PO LIOF SOL INJ IM/IV CT FA VD AMB 1004101870084
100 MG PO LIOF SOL INJ IM/IV CX 50 FA VD AMB 1004101870092
500 MG PO LIOF SOL INJ IM/IV CX 50 FA VD AMB + 50 AMP DIL X 4 ML 1004101870106
500 MG PO LIOF SOL INJ IM/IV CT FA VD AMB 1004101870114
500 MG PO LIOF SOL INJ IM/IV CX 50 FA VD AMB 1004101870122

CIMED INDUSTRIA S.A
SINVASTAMED 25351163804200230
3614226213 SIMILAR - Mudança maior de embalagem secundária ou envoltório intermediário do medicamento
40 MG COM REV CX BL AL PLAS PVC TRANS X 600 1438100690457
SINVASTATINA 25351143045201295
3744280215 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudança maior de embalagem secundária ou envoltório intermediário do medicamento - 3614226213 - 25351163804200230)
40 MG COM REV CX BL AL PLAS PVC TRANS X 600 1438101690426
azitromicina 25351687102201150
3617740217 GENÉRICO - Mudança maior de embalagem secundária ou envoltório intermediário do medicamento
500 MG COM REV CX BL AL PLAS PVC TRANS X 450 1438102050072

1FARMA INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA
SINVASTATINA 25351695747201497
3733847211 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudança maior de embalagem secundária ou envoltório intermediário do medicamento - 3614226213 - 25351163804200230)
40 MG COM REV CX BL AL PLAS PVC TRANS X 600 1048100920421

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.581, DE 13 DE MAIO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Publicar o cancelamento de registro da apresentação a pedido dos medicamentos similares, genéricos e novos, sob o nº de expedientes constantes do anexo desta Resolução, nos termos do art. 51 da Lei nº. 9.784 de 1999.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

RAZÃO SOCIAL CNPJ
MARCA COMERCIAL Nº PROCESSO EXPEDIENTE CANCELAMENTO M.S.

BAYER S.A. - 18.459.628/0001-15
LEVITRA 25351.211569/2007-24 2466711/22-2 1705600340237 1705600340245 1705600340253

CIMED INDUSTRIA S.A - 02.814.497/0001-07
ALGEXIN COMPOSTO 25992.018951/71 2403162/22-1 1438100480096 1438100480061
ALIVPRESS 25351.823512/2010-68 2403102/22-9 1438101630024 1438101630016

FRESENIUS KABI BRASIL LTDA - 49.324.221/0001-04
GLIOCORT 25351.936073/2020-34 2677326/22-1 1004101870017 1004101870025 1004101870033 1004101870041 1004101870051 1004101870068

GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA - 33.247.743/0001-10
WELLBUTRIN 25351.133968/2004-02 2526423/22-8 1010702380019

LABORATÓRIOS FERRING LTDA - 74.232.034/0001-48
PENTASA 25000.023216/95-18 2325366/22-7 1287600020200

SANDOZ DO BRASIL INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA - 61.286.647/0001-16
HERPESIL 25351.005538/01-14 2293990/22-2 1004703170021 1004703170031 1004703170048

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.582, DE 13 DE MAIO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA SOLICITANTE/ CNPJ: SUN FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA - 05.035.244/0001-23 DENOMINAÇÃO DA EMPRESA INSPECIONADA/CERTIFICADA: Citus Research LLP
EXPEDIENTE: 3478946/20-4 de 09/10/2020

CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS EM BIODISPONIBILIDADE/BIOEQUIVALÊNCIA PARA A ETAPA: Clínica (Endereço: 401, 406 to 408, Supermall - 2, Infocity Campus, Nr. GH 0 Circle, Infocity, Gandhinagar, Gujarat, Índia)
VALIDADE: 16/05/2024

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA SOLICITANTE / CNPJ: Camber Farmaceutica Ltda - 24.633.934/0001-29
DENOMINAÇÃO DA EMPRESA INSPECIONADA/CERTIFICADA: Clians Labs Private Limited
EXPEDIENTE: 0721331/21-1 de 01/05/2021
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS EM BIODISPONIBILIDADE/BIOEQUIVALÊNCIA PARA AS ETAPAS: Clínica e Bioanalítica
Clínica 4th Floor, Plot No 38/A, Vibrant Center, IDA, Balanagar. Hyderabad-India / Bioanalítica 3rd Floor, Plot No 38/A, Vibrant Center, IDA, Balanagar. Hyderabad-India
VALIDADE: 16/05/2024

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE nº. 793 de 19 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 56 de 23 de março de 2020, seção 1, página 138, referente ao processo nº 25351.671527/2010-11,

Onde se lê:

(...)

10167 ESPECÍFICO - ALTERAÇÃO MODERADA DO PROCESSO DE PRODUÇÃO 0290324/19-5
10199 ESPECÍFICO - ALTERAÇÃO MODERADA DE EXCIPIENTE 0290304/19-1
10203 ESPECÍFICO - ALTERAÇÃO MAIOR DE EXCIPIENTE 0290313/19-0
10207 ESPECÍFICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODOS ANALÍTICOS 0290295/19-8
10207 ESPECÍFICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODOS ANALÍTICOS 0290298/19-2
10145 ESPECÍFICO - ALTERAÇÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO DO MEDICAMENTO 0290310/19-5
1.3569.0626.005-1 24 Meses
50 MG/ML SUS OR CT 20 FLAC PLAS TRANS X 5 ML
1.3569.0626.009-4 24 Meses
50 MG/ML SUS OR CT 4 FLAC PLAS TRANS X 5 ML
10167 ESPECÍFICO - ALTERAÇÃO MODERADA DO PROCESSO DE PRODUÇÃO 0290324/19-5
10199 ESPECÍFICO - ALTERAÇÃO MODERADA DE EXCIPIENTE 0290304/19-1
10203 ESPECÍFICO - ALTERAÇÃO MAIOR DE EXCIPIENTE 0290313/19-0
10207 ESPECÍFICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODOS ANALÍTICOS 0290295/19-8
10207 ESPECÍFICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODOS ANALÍTICOS 0290298/19-2
1.3569.0626.004-3 24 Meses
500 MG COM REV CT FR PLAS OPC X 15
1.3569.0626.006-1 24 Meses
500 MG COM REV CT FR PLAS OPC X 30
1.3569.0626.011-6 24 Meses
250 MG/ML SUS OR CT FR GOT PLAS OPC X 30 ML
1.3569.0626.012-4 24 Meses
250 MG/ML SUS OR CT FR GOT PLAS OPC X 10 ML
(...)

Leia-se:

(...)

10167 ESPECÍFICO - ALTERAÇÃO MODERADA DO PROCESSO DE PRODUÇÃO 0290324/19-5
10207 ESPECÍFICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODOS ANALÍTICOS 0290295/19-8
10207 ESPECÍFICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODOS ANALÍTICOS 0290298/19-2
1.3569.0626.005-1 24 Meses
50 MG/ML SUS OR CT 20 FLAC PLAS TRANS X 5 ML
1.3569.0626.009-4 24 Meses
50 MG/ML SUS OR CT 4 FLAC PLAS TRANS X 5 ML
1.3569.0626.004-3 24 Meses
500 MG COM REV CT FR PLAS OPC X 15
1.3569.0626.006-1 24 Meses
500 MG COM REV CT FR PLAS OPC X 30
1.3569.0626.011-6 24 Meses
250 MG/ML SUS OR CT FR GOT PLAS OPC X 30 ML
1.3569.0626.012-4 24 Meses
250 MG/ML SUS OR CT FR GOT PLAS OPC X 10 ML
1.3569.0626.010-8 24 Meses
250 MG/ML SUS OR CT FR GOT PLAS OPC X 15 ML
10199 ESPECÍFICO - ALTERAÇÃO MODERADA DE EXCIPIENTE 0290304/19-1
1.3569.0626.005-1 24 Meses
50 MG/ML SUS OR CT 20 FLAC PLAS TRANS X 5 ML
1.3569.0626.009-4 24 Meses
50 MG/ML SUS OR CT 4 FLAC PLAS TRANS X 5 ML
1.3569.0626.011-6 24 Meses
250 MG/ML SUS OR CT FR GOT PLAS OPC X 30 ML
1.3569.0626.012-4 24 Meses
250 MG/ML SUS OR CT FR GOT PLAS OPC X 10 ML
1.3569.0626.010-8 24 Meses
250 MG/ML SUS OR CT FR GOT PLAS OPC X 15 ML
10203 ESPECÍFICO - ALTERAÇÃO MAIOR DE EXCIPIENTE 0290313/19-0
1.3569.0626.004-3 24 Meses
500 MG COM REV CT FR PLAS OPC X 15
1.3569.0626.006-1 24 Meses
500 MG COM REV CT FR PLAS OPC X 30
10145 ESPECÍFICO - ALTERAÇÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO DO MEDICAMENTO 0290310/19-5
1.3569.0626.005-1 24 Meses
50 MG/ML SUS OR CT 20 FLAC PLAS TRANS X 5 ML
1.3569.0626.009-4 24 Meses
50 MG/ML SUS OR CT 4 FLAC PLAS TRANS X 5 ML
(...)

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE nº. 3.899, de 14 de outubro de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 196, de 18 de outubro de 2021, Seção 1, pág. 125, referente ao processo nº 25351. 101731/2014-91

Onde se lê:

NOVARTIS BIOCIÊNCIAS S.A 56994502000130
secuquinumabe
COSENTIX 25351.101731/2014-91 12/2025
1921 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DO LOCAL DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO A GRANEL 4437448/20-8
1923 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DO LOCAL DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO EM SUA EMBALAGEM PRIMÁRIA 4437636/20-7
1.00681122.002-2 12 Meses
150 MG SOL INJ CT 1 SER PREENC VD TRANS X 1 ML
1.00681122.003-0 12 Meses
150 MG SOL INJ CT 2 SER PREENC VD TRANS X 1 ML
1.00681122.004-9 12 Meses
150 MG SOL INJ CT 1 SER PREENC VD TRANS X 1 ML + 1 CAN APLIC
1.00681122.005-7 12 Meses
150 MG SOL INJ CT 2 SER PREENC VD TRANS X 1 ML + 2 CAN APLIC

Leia-se:

NOVARTIS BIOCIÊNCIAS S.A 56994502000130
secuquinumabe
COSENTIX 25351.101731/2014-91 12/2025
1921 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DO LOCAL DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO A GRANEL 4437448/20-8
1923 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DO LOCAL DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO EM SUA EMBALAGEM PRIMÁRIA 4437636/20-7
1.00681122.002-2 24 Meses
150 MG SOL INJ CT 1 SER PREENC VD TRANS X 1 ML
1.00681122.003-0 24 Meses
150 MG SOL INJ CT 2 SER PREENC VD TRANS X 1 ML
1.00681122.004-9 24 Meses
150 MG SOL INJ CT 1 SER PREENC VD TRANS X 1 ML + 1 CAN APLIC
1.00681122.005-7 24 Meses
150 MG SOL INJ CT 2 SER PREENC VD TRANS X 1 ML + 2 CAN APLIC

3ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS FUMÍGENOS DERIVADOS OU NÃO DO TABACO

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.562, DE 12 DE MAIO DE 2022

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou não do Tabaco, no uso das atribuições que lhe confere o art. 127, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e tendo em vista o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada nº 559, de 30 de agosto de 2021, resolve:

Art. 1º Deferir as petições relativas a produtos fumígenos derivados do tabaco, conforme anexo, em cumprimento à Decisão Liminar concedida pelo 3ª VF/SJ/BA, no processo 46408-58.2012.4.01.3300.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

STEFANIA SCHIMANESKI PIRAS

ANEXO

JTI PROCESSADORA DE TABACO DO BRASIL LTDA.
CNPJ: 03.334.170/0001-09
Marca: CAMEL BLUE (cigarro com filtro) - embalagens primárias box e maço; e embalagem secundária pacote para 10 embalagens primárias box
Processo: 25351.567651/2019-44
Expediente: 8524705/21-7
Assunto: 6003 - Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
SOUZA CRUZ LTDA.
CNPJ: 33.009.911/0001-39
Marca: ROTHMANS OF LONDON KINGSIZE RED (cigarro com filtro) - embalagens primárias box e maço; e embalagens secundárias pacote para 10 embalagens primárias maço e pacote para 10 embalagens primárias box
Processo: 25351.850024/2021-96
Expediente: 0308501/22-5
Assunto: 6003 - Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
Marca: ROTHMANS OF LONDON SERIES CLICK CITRUS (cigarro com filtro) - embalagem primária box; e embalagens secundárias pacote para 2, 4 e 10 embalagens primárias box
Processo: 25351.807229/2021-51
Expediente: 0308496/22-5
Assunto: 6003 - Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
Marca: ROTHMANS OF LONDON KINGSIZE BLUE (cigarro com filtro) - embalagens primárias box e maço; e embalagens secundárias pacote para 10 embalagens primárias maço e pacote para 10 embalagens primárias box
Processo: 25351.850028/2021-74
Expediente: 0308556/22-2
Assunto: 6003 - Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.563, DE 12 DE MAIO DE 2022

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou não do Tabaco, no uso das atribuições que lhe confere o art. 127, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e tendo em vista o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada nº 559, de 30 de agosto de 2021, resolve:

Art. 1º Cancelar o registro de produto fumígeno derivado do tabaco, conforme anexo, por indeferimento da petição de renovação de registro de produto fumígeno derivado do tabaco.

Art. 2º A empresa terá o prazo de 30 (trinta) dias para recolhimento do produto em todos os pontos de venda do território brasileiro.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

STEFANIA SCHIMANESKI PIRAS

ANEXO

ULPIA VICTRIX DISTRIBUIDORA DE CHARUTOS E VINHOS EIRELI
CNPJ: 23.191.549/0001-06
Marca: TOSCANO TOSCANELLO (charuto-(78 x 40)mm))
Processo: 25351.674260/2020-19
Expediente: 0321934/22-8
Assunto: 6003 - Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais

GERÊNCIA-GERAL DE TECNOLOGIA DE PRODUTOS PARA SAÚDE

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.550, DE 12 DE MAIO DE 2022

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 121, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo.

Art. 2° O carregamento de instruções de uso no repositório documental de dispositivos médicos, disponível no portal da Anvisa, é obrigatório e deve ser executado pela empresa responsável pela regularização do produto, a qual consente que seu conteúdo guarda concordância com a legislação vigente e consistência com o produto regularizado, de acordo com o §4º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Parágrafo único. O carregamento citado no caput deverá ser realizado em até 30 (trinta) dias após a conclusão favorável da petição que implique mudança nas instruções de uso, de acordo com §6º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

_____

ACCURAY BRASIL COMERCIO, IMPORT. E EXPORT. DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA / 15.404.311/0001-93
Sistema de Aplicação do Tratamento Cyberknife
25351.504301/2022-72 / 81399020003
8052 - EQUIPAMENTO - Registro de Família de Equipamentos para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 2518853224

Autentica Medical Importação Comercio e Serviços LTDA-ME / 18.192.496/0001-08
ASPIRADOR CIRÚRGICO ULTRASSÔNICO neXus
25351.459767/2022-14 / 81000030121
8049 - EQUIPAMENTO - Registro de Equipamento para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 2299997223

CARDIO MEDICAL INDUSTRIAL LTDA / 22.616.357/0001-31
Sondas TTFM Medistim Quickfit
25351.519476/2022-84 / 81466610009
8052 - EQUIPAMENTO - Registro de Família de Equipamentos para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 2635457228
Sonda de Aquisição de Imagens por Ultrassom Medistim L15
25351.522362/2022-11 / 81466610010
8049 - EQUIPAMENTO - Registro de Equipamento para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 2656898225
Sonda Doppler Medistim
25351.505058/2022-18 / 81466610008
8049 - EQUIPAMENTO - Registro de Equipamento para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 2519802225

CONTOURLINE EQUIPAMENTOS MEDICOS E DIAGNOSTICOS LTDA / 14.458.149/0001-23
Equipamento de depilação laser
25351.485195/2022-11 / 80832470007
8052 - EQUIPAMENTO - Registro de Família de Equipamentos para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 2389263223

Domo Salute Consultoria Regulatória Ltda / 26.263.959/0001-03
Teste de Antígeno do Novo Coronavírus 2019-nCoV (Ouro Coloidal)
25351.097649/2022-08 / 81464750109
8433 - IVD - Registro de produto / 0654677223

EMERGO BRAZIL IMPORT IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA / 04.967.408/0001-98
Sistema de raios-X de campo de visão limitada de tomografia computadorizada de diagnóstico
25351.485196/2022-65 / 80117580998
8052 - EQUIPAMENTO - Registro de Família de Equipamentos para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 2389266228

FAGA MEDICAL INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS E INSTRUMENTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA ME / 09.139.473/0001-49
Argo plasma
25351.026491/2022-83 / 80436220061
8049 - EQUIPAMENTO - Registro de Equipamento para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 0215522222

GETINGE DO BRASIL EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA. / 06.028.137/0001-30
Sistema de Apoio Coração-Pulmão Rotaflow II System
25351.459770/2022-20 / 80259110235
8049 - EQUIPAMENTO - Registro de Equipamento para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 2300000227

JA CORPORATION LTDA / 23.632.619/0001-14
JA Wondfo CoV 2 Ag Rapid Test.
25351.129595/2022-49 / 82228590001
8433 - IVD - Registro de produto / 0832188224

MEDICAL SAN INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS MEDICOS EIRELI / 18.308.561/0002-07
SISTEMA DE LASER PARA DEPILAÇÃO
25351.514188/2022-33 / 82338020001
8052 - EQUIPAMENTO - Registro de Família de Equipamentos para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 2554370229

MINDRAY DO BRASIL COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA. / 09.058.456/0001-87
Ventilador
25351.511314/2022-06 / 80943610156
8052 - EQUIPAMENTO - Registro de Família de Equipamentos para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 2537780229

OSTEOMED INDUSTRIA E COMERCIO DE IMPLANTES LTDA ME / 00.638.390/0001-20
DISPOSITIVO INTERSOMÁTICO TRANSFORAMINAL EM PEEK OSTEOFUSION
25351.787370/2021-21 / 80071910100
80093 - MATERIAL - Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia / 2823667210

POLAR FIX INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 02.881.877/0001-64
Curativo Hidrofibra Estéril com Prata Wound Care Acqua Ag
25351.773228/2021-04 / 8003400140
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 4550920214

PROMEDON DO BRASIL PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA / 00.028.682/0001-40
IV Clear
25351.999842/2021-96 / 10306840195
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 6598438212

QUIBASA QUÍMICA BÁSICA LTDA / 19.400.787/0001-07
BIOLISA HTLV I/II
25351.258720/2020-65 / 10269360361
8016 - IVD - Registro de produtos nacionais em família / 3623456207
BIOCLIN FAST COVID-19 Ag Autoteste
25351.096732/2022-51 / 10269360362
8433 - IVD - Registro de produto / 0650876226

VATECH BRASIL EQUIPAMENTOS DE ODONTOLOGIA & MEDICINA, IMPORTACAO, DISTRIBUICAO E CENTRO DE ASSITENCIA TECNICA LTDA / 14.429.382/0001-88
Sistema de Raio-X de Tomografia Computadorizada
25351.514278/2022-24 / 80900480015
8052 - EQUIPAMENTO - Registro de Família de Equipamentos para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 2555956227

VIDE BULA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES E MEDICAMENTOS LTDA / 00.941.019/0001-32
KIT CURATIVO FOAM CARILEX®
25351.467047/2021-33 / 80311980002
8543 - MATERIAL - Registro de Sistema de Material de Uso Médico / 3943632212

VISIONMED EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA / 02.960.756/0001-08
AHMED® ClearPath
25351.881266/2021-21 / 80170280098
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 3043878211

VR MEDICAL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 04.718.143/0001-94
Allplex SARS-CoV-2 fast PCR Assay
25351.165307/2022-10 / 80102512805
8433 - IVD - Registro de produto / 1012484225

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.551, DE 12 DE MAIO DE 2022

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 121, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo.

Art. 2° O carregamento de instruções de uso no repositório documental de dispositivos médicos, disponível no portal da Anvisa, é obrigatório e deve ser executado pela empresa responsável pela regularização do produto, a qual consente que seu conteúdo guarda concordância com a legislação vigente e consistência com o produto regularizado, de acordo com o §4º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Parágrafo único. O carregamento citado no caput deverá ser realizado em até 30 (trinta) dias após a conclusão favorável da petição que implique mudança nas instruções de uso, de acordo com §6º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

_____

Autentica Medical Importação Comercio e Serviços LTDA-ME / 18.192.496/0001-08
Sistema de Fixação Rígida para Trauma TDM
25351.426831/2018-96 / 81000030081
80254 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de componente/acessório em sistema / 1084033228

AUTO SUTURE DO BRASIL LTDA. / 01.645.409/0001-28
PASTA DE HIDROXIAPATITA NANO-PARTICULAR NANOSTIM
25351.469281/2021-03 / 10349001227
80251 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências e/ou precauções / 1138958223

BAUMER S.A. / 61.374.161/0001-30
Prótese não convencional não cimentada para membros inferiores - STAGE
25351.065819/2016-77 / 10345500138
8419 - MATERIAL - Retificação - Correção pela ANVISA / 2667638229

BRAINLAB LTDA / 02.981.566/0001-77
Sistema de Braço Cirq + Módulo de alinhamento robótico CIRQ
25351.011129/2022-16 / 80042070067
80221 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de partes e acessórios / 2657199224

CPMH - Comércio e Indústria de Produtos Médico-Hospitalares e Odontológicos LTDA. / 13.532.259/0001-25
Novel Coronavírus (Covid-19) Autoteste Antígeno
25351.051938/2022-52 / 80859840213
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 1421147225

DURAPLAST INDUSTRIAL LTDA / 05.548.328/0001-60
AVENTAL DESCARTAVEL
25351.126014/2022-17 / 82093480004
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 2670796229

FRESENIUS MEDICAL CARE LTDA / 01.440.590/0001-36
DIALISADOR ALTO FLUXO FX
25351.047521/2004-11 / 80133950048
80235 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de informações do dossiê técnico / 0549476221
DIALISADOR ALTO FLUXO FX
25351.047521/2004-11 / 80133950048
80239 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Composição química/matéria-prima / 0549486229

GE HEALTHCARE DO BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA / 00.029.372/0001-40
Ressuscitador Lullaby Resus
25351.175868/2015-41 / 80071260350
80218 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração técnica / 2689582220

Hortron Indústria e Comercio de Produtos Eletrônicos LTDA-ME / 13.459.890/0001-46
EASY FLEX
25351.071924/2022-55 / 81288540039
80215 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Acréscimo de equipamento em família de equipamentos de médio e pequeno portes / 2684485224

JJGC INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAIS DENTÁRIOS S.A. / 00.489.050/0001-84
Componentes Protéticos para Técnica de Assentamento Passivo
25351.228214/2021-22 / 10344420404
80236 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências ou precauções / 1182396228

JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA / 54.516.661/0001-01
CHRONOS
25351.711784/2014-43 / 80145901561
80248 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de informações do dossiê técnico / 1420961226
CHRONOS
25351.711784/2014-43 / 80145901561
80251 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências e/ou precauções / 1420979229
CHRONOS
25351.711784/2014-43 / 80145901561
80246 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Prazo de validade do produto e/ou condições de armazenamento e/ou transporte / 1421031222
SISTEMA DE NAVEGAÇÃO EP - Sistema CARTO 3
25351.539087/2008-17 / 80145901192
80218 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração técnica / 2666618229

LAS - LATIM AMERICAN SOLUTIONS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. / 09.183.319/0001-74
Sistema de placas especiais bloqueado MULTIFIX - PEQUENO / GRANDES FRAGMENTOS
25351.698887/2018-41 / 80517190024
8419 - MATERIAL - Retificação - Correção pela ANVISA / 2678107227

LIFEMED INDUSTRIAL DE EQUIPAMENTOS E ARTiGOS MÉDICOS E HOSPITALARES S.A / 02.357.251/0001-53
BOMBA DE INFUSÃO LF LINE
25351.655064/2012-04 / 10390410058
8060 - EQUIPAMENTO - Revalidação de Registro de Equipamento de Médio e Pequeno Porte / 2300002223

LIFETRON BIOTECNOLOGIA LTDA - EPP / 07.822.381/0001-33
PINNACLE SSI - MULTIPROGRAMMABLE PACEMAKER
25351.009661/2010-01 / 80567780003
8062 - EQUIPAMENTO - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 2675664221
MARCA-PASSO BIVENTRICULAR TRINITY
25351.509961/2014-94 / 80567780005
8062 - EQUIPAMENTO - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 2675515227

LIMA DO BRASIL EIRELI / 03.117.039/0001-81
Sistema de Ombro SMR Anatômico Não Cimentado
25351.407507/2017-17 / 80070180072
80248 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de informações do dossiê técnico / 1287358226
Sistema de Ombro Anatômico SMR Cimentado
25351.443727/2016-08 / 80070180057
80248 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de informações do dossiê técnico / 1287356220
Sistema de Ombro SMR Invertido Não Cimentando
25351.494954/2017-79 / 80070180073
80248 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de informações do dossiê técnico / 1287354223

MAGNAMED TECNOLOGIA MEDICA S/A / 01.298.443/0001-73
ventiladores pulmonares
25351.356036/2012-50 / 80659160003
80222 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de método de esterilização ou reprocessamento e validade / 0812667224

MAHLE METAL LEVE SA / 60.476.884/0002-68
Máscara facial descartável
25351.088285/2022-67 / 82390090001
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 2656599224

MANDALA BRASIL IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTO MÉDICO HOSPITALAR LTDA / 09.117.476/0001-81
TEOSYAL RHA 1 SOLUÇÃO PARA PREENCHIMENTO INTRADÉRMICO
25351.654867/2017-01 / 80686360185
80132 - MATERIAL - Retificação - Correção pela EMPRESA / 1377629221

OPHTHALMOS S/A / 61.129.409/0001-05
ÓLEO DE SILICONE OPHTHALMOS
25351.166559/2014-74 / 80148310019
80132 - MATERIAL - Retificação - Correção pela EMPRESA / 2464971226

PROMEDON DO BRASIL PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA / 00.028.682/0001-40
SISTEMA PARA O TRATAMENTO DA INCONTINENCIA URINARIA FEMININA - KIT UNITAPE VS - PROMEDON
25351.315844/2006-05 / 10306840078
80236 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências ou precauções / 3874902215
SISTEMA PARA O TRATAMENTO DA INCOTINENCIA URINARIA FEMININA KIT UNITAPE T PLUS
25351.388285/2006-44 / 10306840082
80236 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências ou precauções / 3874900219

SETORMED INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS S.A. / 13.533.397/0001-29
SPINE OUT
25351.727736/2021-11 / 80777280150
80218 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração técnica / 2656981227

ST. JUDE MEDICAL BRASIL LTDA. / 00.986.846/0001-42
Cateter de Imagem Dragonfly Optis
25351.347550/2014-11 / 10332340356
80218 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração técnica / 2666616222
Dragonfly Optis Imaging Catheter Kit
25351.720485/2021-35 / 10332340477
80218 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração técnica / 2666614226
OPTIS MOBILE SYSTEM
25351.692918/2017-79 / 10332340429
80221 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de partes e acessórios / 2676775229
OPTIS MOBILE SYSTEM
25351.692918/2017-79 / 10332340429
80218 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração técnica / 2676754226
Amplatzer - Septal Occluder ASD
25351.484030/2012-43 / 10332340326
80236 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências ou precauções / 2957257216
Amplatzer - Septal Occluder ASD
25351.484030/2012-43 / 10332340326
80240 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Prazo de validade do produto e/ou Condições de armazenamento ou transporte do produto / 2957262212

STRYKER DO BRASIL LTDA / 02.966.317/0001-02
SISTEMA DE ARTRODESE PEDIÁTRICO XIA 4,5
25351.119104/2014-53 / 80005430380
80132 - MATERIAL - Retificação - Correção pela EMPRESA / 1360591227

TERUMO BCT TECNOLOGIA MÉDICA LTDA. / 10.141.389/0001-49
Kit de Acessório para PMO Spectra Optia
25351.096958/2015-39 / 80554210046
80132 - MATERIAL - Retificação - Correção pela EMPRESA / 1481973222

VR MEDICAL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 04.718.143/0001-94
DISPOSITIVO DE FUSÃO TRANSFORAMINAL MECTALIF - TiPEEK
25351.716874/2021-66 / 80102512803
8419 - MATERIAL - Retificação - Correção pela ANVISA / 2668932224

3P MEDICAL LTDA - ME / 26.397.154/0001-52
ASPIRADOR DE PISO 3P MEDICAL
25351.253043/2022-51 / 81659440041
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 2475996221

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.552, DE 12 DE MAIO DE 2022

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 121, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1° Indeferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo.

Art. 2° O motivo do indeferimento do processo/petição será disponibilizado por meio de ofício eletrônico, encaminhado para a caixa postal da empresa solicitante no sistema solicita, que pode ser acessado por meio do link: https://solicita.anvisa.gov.br/.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

Arquimed Distribuidora de Produtos Medicos - Eireli - EPP / 23.241.814/0001-13
Alça de ressecção e vaporização eletrocirúrgica bipolar ACE
25351.522397/2022-51 /
8052 - EQUIPAMENTO - Registro de Família de Equipamentos para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 2657093229

BRA MEDICAL SOLUTION COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA SAUDE LTDA / 22.739.986/0001-59
2019-nCoV Ag Self-Test
25351.497671/2022-46 /
8433 - IVD - Registro de produto / 2465402227
2019-NCOV AG SELF TEST - NASAL
25351.183752/2022-61 /
8433 - IVD - Registro de produto / 1114816221
2019-nCoV Ag Self Test - Saliva
25351.183753/2022-14 /
8433 - IVD - Registro de produto / 1114819225

CHEMBIO DIAGNOSTICS BRAZIL LTDA. / 09.449.181/0001-02
DPP® SARS CoV-2 Antigen Self-Test
25351.275005/2022-59 /
8433 - IVD - Registro de produto / 1550080222

ibetex importação e exportação ltda - epp / 04.397.247/0001-44
Fio de Ácido Poliláctico e Caprolactona - PLACL
25351.116952/2021-28 /
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 3263810218

KHAYROS DIAGNOSTICA FABRICACAO, COMERCIALIZACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS LTDA / 04.299.232/0001-43
PROTHERA FASTLINE COVID-19 ANTICORPO NEUTRALIZANTE
25351.892587/2021-51 /
8433 - IVD - Registro de produto / 4742134217

MEDFUTURA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS DE SAUDE LTDA / 17.700.763/0001-48
COVIMARK
25351.253929/2022-02 /
8433 - IVD - Registro de produto / 1440631224

MEDK INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI / 13.236.116/0001-76
LEPU SARS-CoV-2 KIT PARA AUTOTESTE PARA DETECÇÃO DA COVID-19
25351.192469/2022-21 /
8433 - IVD - Registro de produto / 1159118228

NL COMÉRCIO EXTERIOR LTDA / 52.541.273/0001-47
SARS-CoV-2 Spike protein RBD-HRP, Omicron Variant, His Tag
25351.255389/2022-93 /
8433 - IVD - Registro de produto / 1448724221

RP CONEXÕES RESTAURADORAS LTDA / 08.539.206/0001-04
PILARES
25351.555156/2018-10 / 80530350015
80233 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Acréscimo de material em família / 0597253221
CICATRIZADOR
25351.807760/2018-29 / 80530350014
80233 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Acréscimo de material em família / 0565445229

STRYKER DO BRASIL LTDA / 02.966.317/0001-02
ESPACADOR LOMBAR EM PEEK STYKER
25351.487677/2006-95 / 80005430162
80132 - MATERIAL - Retificação - Correção pela EMPRESA / 1360603224

CONECTOR MULTIAXIAIS M.A.C. STRYKER SPINE
25351.025874/2004-52 / 80005430074
80132 - MATERIAL - Retificação - Correção pela EMPRESA / 1360599222
MANTIS - IMPLANTE STRYKER PARA COLUNA VERTEBRAL
25351.142929/2008-11 / 80005430154
80132 - MATERIAL - Retificação - Correção pela EMPRESA / 1360601228
SISTEMA DE FIXACAO CERVICAL REFLEX HYBRID
25351.181599/2005-37 / 80005430120
80132 - MATERIAL - Retificação - Correção pela EMPRESA / 1360605221
SISTEMA DE IMPLANTE RESTORIS
25351.623629/2021-14 /
80097 - MATERIAL - Registro de Sistema de Material Implantável em Ortopedia / 2313312211

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

WMA MICRO USINAGEM MÉDICA ONDONTOLÓGICA LTDA - EPP / 07.794.140/0001-28
Pilar Protético
25351.480804/2013-11 / 80604330008
80233 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Acréscimo de material em família / 0717149228

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.553, DE 12 DE MAIO DE 2022

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 121, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo, em atendimento à decisão da Ação Ordinária nº 51051-50.2012.4.01.3400 - 21ª Vara Federal/DF, que confirma a antecipação de tutela e determina à ANVISA a aceitar os certificados de boas práticas estrangeiros ou seus congêneres, nas hipóteses em que os pedidos de inspeção internacional feitos pelos filiados da ABIMED (Associação Brasileira da Indústria de Alta Tecnologia de Equipamentos, Produtos e Suprimentos Médico-Hospitalares) estejam protocolados e paralisados há mais de seis meses, sem prejuízo da inspeção internacional a ser feita posteriormente pela ANVISA para fins de confirmação ou não da avaliação estrangeira.

Art. 2° O carregamento de instruções de uso no repositório documental de dispositivos médicos, disponível no portal da Anvisa, é obrigatório e deve ser executado pela empresa responsável pela regularização do produto, a qual consente que seu conteúdo guarda concordância com a legislação vigente e consistência com o produto regularizado, de acordo com o §4º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Parágrafo único. O carregamento citado no caput deverá ser realizado em até 30 (trinta) dias após a conclusão favorável da petição que implique mudança nas instruções de uso, de acordo com §6º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

TECMEDIC COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 05.638.301/0001-69
Elutax 3 RX-C
25351.564593/2021-11 / 80202910109
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 2132552219

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.554, DE 12 DE MAIO DE 2022

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 121, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1° Declarar o cancelamento dos produtos para a saúde da empresa INCOMEPE INDUSTRIA DE MATERIAIS CIRURGICOS LTDA - 57.212.870/0001-41, sob os números de registro constantes do anexo desta Resolução, considerando o cancelamento da Autorização de Funcionamento de Empresa - AFE, publicado na Resolução n° 3.808 de 6 de outubro de 2021 no DOU 191 de 7 de outubro de 2021, página 88.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

ANEXO

Nº do Processo	Assunto	Nome Comercial
25351.654245/2017-59	80009 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico	INSTRUMENTAIS ARTICULADOS NÃO CORTANTES PARA MEMBROS SUPERIORES INCOMEPE
25351.654293/2017-47	80009 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico	INSTRUMENTAIS NÃO ARTICULADOS CORTANTES PARA MEMBROS SUPERIORES INCOMEPE
25351.654297/2017-25	80009 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico	INSTRUMENTAIS ARTICULADOS CORTANTES PARA MEMBROS SUPERIORES INCOMEPE
25351.646143/2017-60	80007 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico	TROCARTE SEM LAMINA DS UNIMICRO
25351.646145/2017-59	80007 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico	TROCARTE AUTOBLOQUEIO KS UNIMICRO
25351.646146/2017-01	80007 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico	TROCARTE TRANSPARENTE UNIMICRO
25351.646175/2017-65	80007 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico	IRRIGADOR E ASPIRADOR COM FILTRO UNIMICRO
25351.646193/2017-47	80007 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico	TROCARTE HASSON UNIMICRO
25351.646183/2017-10	80007 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico	TROCARTE SEM LÂMINA DF UNIMICRO
25351.646187/2017-90	80007 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico	TROCARTE SECUNDÁRIO UNIMICRO
25351.195279/2017-31	80007 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico	SACO COLETOR DE AMOSTRAS UNIMICRO
25351.195314/2017-16	80007 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico	IRRIGADOR E ASPIRADOR UNIMICRO
25351.195322/2017-73	80007 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico	AGULHA DE VERESS UNIMICRO
25351.195362/2017-41	80007 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico	FILTRO DE FUMAÇA PARA LAPAROSCOPIA UNIMICRO
25351.195906/2017-00	80007 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico	TROCARTE AUTO BLOQUEIO HF UNIMICRO
25351.097141/2017-06	80096 - MATERIAL - Registro de Sistema de Material Implantável em Ortopedia	SISTEMA DE PLACAS RETAS BLOQUEADAS PARA GRANDES E PEQUENOS FRAGMENTOS - IRENE
25351.282298/2016-89	80093 - MATERIAL - Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia	CABEÇA BIPOLAR INCOMEPE SBI
25351.857042/2016-29	80090 - MATERIAL - Cadastro de Conjunto de Materiais de Uso Médico	CONJUNTO CIRÚRGICO INMAX
25351.574150/2015-79	80009 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico	INSTRUMENTAIS NÃO ARTICULADOS CORTANTES COM CONEXÃO A EQUIPAMENTOS INCOMEPE
25351.574164/2015-03	80009 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico	DRENO DE ASPIRAÇÃO PÓS OPERATÓRIO INMAX
25351.574181/2015-53	80090 - MATERIAL - Cadastro de Conjunto de Materiais de Uso Médico	MIXER DE CIMENTO INMAX
25351.574196/2015-17	80009 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico	IRRIGADOR PARA BOMBA DE INFUSÃO INCOMEPE
25351.574512/2015-98	80092 - MATERIAL - Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia	PARAFUSOS CORTICAIS IRENE
25351.520872/2015-73	80093 - MATERIAL - Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia	HASTES INTRAMEDULARES - INCOMEPE
25351.466871/2015-25	80096 - MATERIAL - Registro de Sistema de Material Implantável em Ortopedia	sistema de placas especiais bloqueadas para grandes e pequenos fragmentos - irene
25351.459181/2015-97	80007 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico	INSTRUMENTAIS NÃO ARTICULADOS CORTANTES COM CONEXÃO A EQUIPAMENTOS
25351.459187/2015-51	80007 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico	CAIXAS PARA ESTERILIZAÇÃO IRENE
25351.330805/2015-52	80009 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico	PROVA PARA IMPLANTE ORTOPÉDICO INCOMEPE
25351.304224/2015-39	80093 - MATERIAL - Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia	CABEÇA DE RÁDIO INCOMEPE
25351.250722/2015-08	80093 - MATERIAL - Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia	cabeça bipolar incomepe
25351.232195/2015-79	80093 - MATERIAL - Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia	CABEÇA CERÂMICA INCOMEPE
25351.172016/2015-26	80009 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico	PISTOLA INCOMEPE PARA CIMENTAÇÃO
25351.172168/2015-88	80093 - MATERIAL - Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia	GLENÓIDE INCOMEPE

25351.151805/2015-74	80093 - MATERIAL - Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia	HASTE DE OMBRO INTERCAMBIÁVEL - INCOMEPE
25351.122054/2015-95	80093 - MATERIAL - Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia	ACETÁBULOS PARA ARTROPLASTIA DE QUADRIL - INCOMEPE
25351.093144/2015-32	80007 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico	INSTRUMENTAIS ARTICULADOS NÃO CORTANTES - IRENE
25351.089326/2015-80	80007 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico	INSTRUMENTAIS NÃO ARTICULADOS NÃO CORTANTES - IRENE
25351.089519/2015-64	80007 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico	INSTRUMENTAIS NÃO ARTICULADOS CORTANTES - IRENE
25351.400854/2014-67	80090 - MATERIAL - Cadastro de Conjunto de Materiais de Uso Médico	CONJUNTO DE CIMENTAÇÃO POR PRESSURIZAÇÃO - INCOMEPE
25351.341608/2014-40	80009 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico	ASPIRADORES INCOMEPE - ASPLASS
25351.332066/2014-52	80093 - MATERIAL - Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia	CABEÇA DE OMBRO - INCOMEPE
25351.289415/2013-82	80009 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico	FIXADOR EXTERNO ESTÁTICO HÍBRIDO INCOMEPE
25351.289626/2013-42	80009 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico	FIXADOR EXTERNO ESTÁTICO INCOMEPE
25351.289661/2013-84	80009 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico	FIXADOR EXTERNO DINÂMICO INCOMEPE
25351.630460/2012-43	8030 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe II	PONTA DE ASPIRAÇÃO INCOMEPE -ASPLASS F
25351.207977/2012-08	80093 - MATERIAL - Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia	CABEÇA INTERCAMBIÁVEL METÁLICA INCOMEPE
25351.448973/2011-50	80009 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico	INSTRUMENTAIS ARTICULADOS NÃO CORTANTES - INCOMEPE
25351.449042/2011-91	80009 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico	INSTRUMENTAIS NÃO ARTICULADOS CORTANTES - INCOMEPE
25351.281902/2011-76	80009 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico	INSTRUMENTAIS PARA MEMBROS SUPERIORES - INCOMEPE
25351.281944/2011-27	80009 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico	INSTRUMENTAIS PARA JOELHO - INCOMEPE
25351.227060/2011-27	8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico	HASTE INTERCAMBIÁVEL CIMENTADA INCOMEPE
25351.226769/2011-33	8543 - MATERIAL - Registro de Sistema de Material de Uso Médico	SISTEMA INCOMEPE DE JOELHO SINJ II
25351.519558/2010-65	80009 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico	INSTRUMENTAIS PARA QUADRIL - INCOMEPE
25351.331469/2010-18	8027 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico	INSTRUMENTAIS PARA COLUNA - IRENE
25351.328939/2010-16	8027 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico	INSTRUMENTAIS PARA SÍNTESE ÓSSEA - IRENE
25351.280705/2010-01	80009 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico	PULSIN SISTEMA PARA LAVAGEM
25351.348982/2006-62	8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico	CANULA PARA ARTROSCOPIA INCOMEPE
25351.219305/2006-38	8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico	TELA DE REFORCO INCOMEPE
25351.433337/2005-63	8028 - MATERIAL - Registro de Material de Uso Médico	PROTESE DE JOELHO COM PRESERVACAO SINJ
25351.402530/2005-52	8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico	CABO DE AÇO - INCOMEPE
25351.403421/2005-52	8028 - MATERIAL - Registro de Material de Uso Médico	KIT INSTRUMENTAL PARA JOELHO-INCOMEPE
25351.375307/2005-25	8028 - MATERIAL - Registro de Material de Uso Médico	LUVA DE ARTROSCOPIA INCOMEPE
25351.022206/01-22	8000 - Registro de Artigo de Uso Médico ou Equipamento Eletromédico Nacional	TUBO EXTENSOR DE USO VARIADO - EXTENSOPLASS
25351.001070/01-44	8000 - Registro de Artigo de Uso Médico ou Equipamento Eletromédico Nacional	COMPONENTE GLENOIDEO - INCOMEPE
25351.001066/01-77	8000 - Registro de Artigo de Uso Médico ou Equipamento Eletromédico Nacional	KIT PARA CIMENTACAO - INCOMEPE
25351.001065/01-12	8000 - Registro de Artigo de Uso Médico ou Equipamento Eletromédico Nacional	COMPONENTE UMERAL - INCOMEPE
25351.001064/01-41	8000 - Registro de Artigo de Uso Médico ou Equipamento Eletromédico Nacional	REFORCO ACETABULAR PARAFUSADO - INCOMEPE
25000.023230/99-72	8000 - Registro de Artigo de Uso Médico ou Equipamento Eletromédico Nacional	DRENO DE ASPIRACAO POS OPERATORIO DRENOPLASS
25000.023179/99-17	8000 - Registro de Artigo de Uso Médico ou Equipamento Eletromédico Nacional	ACETABULO DE MULLER INCOMEPE
25000.023160/99-99	8000 - Registro de Artigo de Uso Médico ou Equipamento Eletromédico Nacional	CABECA INTERCAMBIAVEL INCOMEPE
25000.021226/99-24	8000 - Registro de Artigo de Uso Médico ou Equipamento Eletromédico Nacional	PROTESE PARCIAL DE QUADRIL TIPO THOMPSON INCOMEPE
25000.021225/99-61	8000 - Registro de Artigo de Uso Médico ou Equipamento Eletromédico Nacional	PROTESE PARCIAL DE QUADRIL TIPO THOMPSONINTERCAMBIAVEL INCOMEPE

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.555, DE 12 DE MAIO DE 2022

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 121, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1° Conceder a Transferência de Titularidade de Registro e por consequente, cancelar o Registro dos Produtos para Saúde, conforme anexo.

Art. 2° O carregamento de instruções de uso no repositório documental de dispositivos médicos, disponível no portal da Anvisa, é obrigatório e deve ser executado pela empresa responsável pela regularização do produto, a qual consente que seu conteúdo guarda concordância com a legislação vigente e consistência com o produto regularizado, de acordo com o §4º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Parágrafo único. O carregamento citado no caput deverá ser realizado em até 30 (trinta) dias após a conclusão favorável da petição que implique mudança nas instruções de uso, de acordo com §6º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor no prazo de 90 (noventa) dias, após a sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

BOSTON SCIENTIFIC DO BRASIL LTDA / 01.513.946/0001-14
SISTEMAS DE LASER HOLMIUM
25351.523645/2022-81 / 10341351003
80060 - EQUIPAMENTO - Transferência de titularidade de registro de produto / 2665311224
EQUIPAMENTO A LASER PARA TERAPIA
25351.523646/2022-25 / 10341351004
80060 - EQUIPAMENTO - Transferência de titularidade de registro de produto / 2665312221
SURGICAL AND DENTAL LASER SYSTEM
25351.523647/2022-70 / 10341351005
80060 - EQUIPAMENTO - Transferência de titularidade de registro de produto / 2665313227
H V COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA / 00.338.208/0001-15
SURGICAL AND DENTAL LASER SYSTEM
25351.750247/2009-50 / 10354340083
80083 - EQUIPAMENTO - Cancelamento de registro por transferência de titularidade / 1551014220
EQUIPAMENTO A LASER PARA TERAPIA
25351.462411/2006-30 / 10354340043
80083 - EQUIPAMENTO - Cancelamento de registro por transferência de titularidade / 1551161222
SISTEMAS DE LASER HOLMIUM
25351.156875/2004-48 / 10354340036
80083 - EQUIPAMENTO - Cancelamento de registro por transferência de titularidade / 1551165228

Nº de Processos: 6

Total de Empresas: 2

GERÊNCIA-GERAL DE TOXICOLOGIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.571, DE 13 DE MAIO DE 2022

O Gerente-Geral de Toxicologia, no uso das atribuições que lhe confere o art.114, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Publicar a desistência a pedido dos expedientes de agrotóxicos e afins, sob o nº. de expedientes constantes do anexo desta Resolução, nos termos do Art. 51 da Lei nº. 9.784, de 1999.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

RAZÃO SOCIAL/CNPJ
MARCA COMERCIAL
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO desistida; EXPEDIENTE desistido; expediente do pedido de desistência
---

DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA - 47.180.625/0001-46
BXF-2018-001 A BXN-2018-120
25351.741417/2018-12
5131 - Inclusão de local em RET; 2469085/22-5; 2673623/22-1
BXF18-0001 A BXF18-0640
25351.574819/2018-97
5131 - Inclusão de local em RET; 2469158/22-2; 2682690/22-0

CORTEVA AGRISCIENCE DO BRASIL LTDA. - 61.064.929/0001-79
BRF-2018-001 A BRN-2018-120
25351.746303/2018-51
5131 - Inclusão de local em RET; 2469072/22-1; 2686597/22-4
DPX-E9636
25351.776863/2018-30
5131 - Inclusão de local em RET; 2468675/22-3; 2686636/22-0
DPX-VTN05
25351.046650/2019-61
5131 - Inclusão de local em RET; 2468783/22-1; 2687021/22-9
OXATHIAPIPROLIN TÉCNICO
25351.061766/2019-20
5131 - Inclusão de local em RET; 2468798/22-8; 2687043/22-2
OXATIAPIPROLIM + FAMOXADONA
25351.061775/2019-11
5131 - Inclusão de local em RET; 2468832/22-1; 2687055/22-1
OXATIAPIPROLIM + ZOXAMIDA
25351.061764/2019-31
5131 - Inclusão de local em RET; 2468950/22-4; 2687288/22-5

PROQUIMUR AGRO DO BRASIL LTDA. - 26.182.737/0001-66
ISCA FORMICIDA LAMPO N.A
25351.486357/2021-57
5016 - Produto de uso não agrícola - Avaliação toxicológica de Produto com Ingrediente Ativo já Registrado no País; 1898659/21-4; 1552651/22-3

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.572, DE 13 DE MAIO DE 2022

O Gerente-Geral de Toxicologia, no uso das atribuições que lhe confere o art.114, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Aprovar a avaliação toxicológica preliminar para fins de Registro Especial Temporário (RET).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

EMPRESA/CNPJ
PROCESSO
FASE DO EXPERIMENTO

BASF S/A - 48.539.407/0001-18
25351.262027/2022-59
FASE III
25351.262028/2022-01
FASE III
25351.262030/2022-72
FASE II
25351.262031/2022-17
FASE III
25351.262033/2022-14
FASE II
25351.262034/2022-51
FASE III
25351.497112/2022-36
FASE III
25351.497125/2022-13
FASE III
25351.499937/2022-95
FASE III
25351.505914/2022-27
FASE III

FMC QUÍMICA DO BRASIL LTDA. - 04.136.367/0001-98
25351.499860/2022-53
FASE III
25351.499872/2022-88
FASE III
25351.499874/2022-77
FASE III
25351.499904/2022-45
FASE III

IHARABRAS S.A INDÚSTRIAS QUÍMICAS - 61.142.550/0001-30
25351.494726/2022-66
FASE II
25351.494830/2022-51
FASE II

ISK BIOSCIENCES DO BRASIL DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA - 02.657.037/0001-12
25351.259089/2022-83
FASE III

SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA - 60.744.463/0001-90
25351.499868/2022-10
FASE III
25351.499873/2022-22
FASE III
25351.505928/2022-41
FASE III
25351.506467/2022-23
FASE III
25351.513901/2022-21
FASE II

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.573, DE 13 DE MAIO DE 2022

O Gerente-Geral de Toxicologia, no uso das atribuições que lhe confere o art.114, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica para fins de registro de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

RAZÃO SOCIAL/CNPJ
MARCA COMERCIAL
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO(ÕES)/EXPEDIENTE(S)
CLASSificação TOXICOLÓGICA

Koppert do Brasil Holding Ltda - 11.074.190/0001-08
TRICHODER1VIIL EVO OD
25351.821829/2021-22
5086 - Produto Microbiológico - Avaliação toxicológica de produto com ingrediente ativo microbiológico já registrado no País, 4631779/21-7
Categoria 5 - Produto Improvável de Causar Dano Agudo
---
laboratorio de bio controle farroupilha ltda - 07.983.734/0001-87
LALGUARD JAVA WP
25351.164853/2021-52
5087 - Produto Microbiológico Novo - Avaliação toxicológica de produto com ingrediente ativo microbiológico ainda não registrado no País, 7612035/21-9
Categoria 5 - Produto Improvável de Causar Dano Agudo

PERTERRA INSUMOS AGROPECUÁRIOS S.A. - 33.824.613/0001-00
CLETHODIM R 240 EC PERTERRA
25351.007402/2021-09
5120 - Registro simplificado nível IV - Produto Formulado com base em Produto Técnico Equivalente, 0916775/21-2
Categoria 5 - Produto Improvável de Causar Dano Agudo

SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA - 60.744.463/0001-90
ADETUS
25351.328079/2017-50
5066 - Produto Formulado Novo - Avaliação toxicológica de produto com Ingrediente Ativo ainda não registrado no País, 1169331/17-2
Categoria 4 - Produto Pouco Tóxico
MIRAVIS
25351.579847/2016-09
5066 - Produto Formulado Novo - Avaliação toxicológica de produto com Ingrediente Ativo ainda não registrado no País, 2623892/16-9
Categoria 5 - Produto Improvável de Causar Dano Agudo
MIRAVIS DUO
25351.579838/2016-01
5066 - Produto Formulado Novo - Avaliação toxicológica de produto com Ingrediente Ativo ainda não registrado no País, 2623872/16-0
Categoria 4 - Produto Pouco Tóxico
MIRAVIS TOP
25351.1595119/2016-01
5066 - Produto Formulado Novo - Avaliação toxicológica de produto com Ingrediente Ativo ainda não registrado no País, 2662300/16-4
Categoria 4 - Produto Pouco Tóxico
SIMPLAR
25351.740957/2015-25
5066 - Produto Formulado Novo - Avaliação toxicológica de produto com Ingrediente Ativo ainda não registrado no País, 1054450/15-0
Categoria 4 - Produto Pouco Tóxico

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.574, DE 13 DE MAIO DE 2022

O Gerente-Geral de Toxicologia, no uso das atribuições que lhe confere o art.114, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica para fins de pós-registro de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º A publicação do extrato desta avaliação de resíduos não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

RAZÃO SOCIAL/CNPJ
MARCA COMERCIAL
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO(ÕES)/EXPEDIENTE(S)

ADAMA BRASIL S/A / 02.290.510/0001-76
BUTIRON
25351.122985/2004-14
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 7222097/21-0
DIAFENTIUROM TÉCNICO ADAMA
25351.806330/2016-25
5049 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE FABRICANTE EM PRODUTO TÉCNICO, 3778903/20-9

ALTA - AMERICA LATINA TECNOLOGIA AGRICOLA LTDA / 10.409.614/0001-85
ATRAZINA TÉCNICO ALTA
25351.707042/2009-20
5049 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE FABRICANTE EM PRODUTO TÉCNICO, 0191884/21-9

CORTEVA AGRISCIENCE DO BRASIL LTDA. - 61.064.929/0001-79
ACAPELA
25351.302661/2010-41
5124 - PÓS-REGISTRO DE ALTERAÇÃO DE FORMULAÇÃO, 0986845/22-1
ACAPELA BR
25351.262481/2011-91
5124 - PÓS-REGISTRO DE ALTERAÇÃO DE FORMULAÇÃO, 0986844/22-5

CROPCHEM LTDA / 03.625.679/0001-00
2,4-D TÉCNICO SR CROPCHEM
25351.381028/2011-08
5049 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE FABRICANTE EM PRODUTO TÉCNICO, 3793987/20-5

DAYMSA DO BRASIL COMERCIAL DE INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA / 08.474.854/0001-11
VALTAR
25351.852705/2018-01
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 8429597/21-2

HELM DO BRASIL MERCANTIL LTDA / 47.176.755/0001-05
PREVINIL
25351.581886/2010-28
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 8429381/21-0

IHARABRAS S.A INDÚSTRIAS QUÍMICAS / 61.142.550/0001-30
LASER TÉCNICO
25000.012158/97-13
5049 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE FABRICANTE EM PRODUTO TÉCNICO, 4386211/20-9

ISK BIOSCIENCES DO BRASIL DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA / 02.657.037/0001-12
FLAZASULFURON TÉCNICO ISK
25000.010765/96-02
5049 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE FABRICANTE EM PRODUTO TÉCNICO, 3181096/20-2

LEMMA AGRONEGOCIOS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA / 11.351.422/0001-28
HODOR
25351.587414/2012-39
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 4171413/21-4

OURO FINO QUIMICA LTDA / 09.100.671/0001-07
NILLUS (CLOROTALONIL 500 SC)
25351.000519/2015-39
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 7221704/21-0

SUMITOMO CHEMICAL BRASIL INDUSTRIA QUIMICA S.A. / 07.467.822/0001-26
ADMIRAL 100 EW
25351.112758/2015-73
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 7612153/21-1
CORDIAL 100 EW
25351.112455/2015-62
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 7611672/21-5
FIELDER 100 EW
25351.112755/2015-96
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 7611644/21-1
LEGION
25351.828011/2018-07
5124 - PÓS-REGISTRO DE INCLUSÃO DE CULTURA, 3044705/21-5

SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA / 60.744.463/0001-90
CURANZA
25351.848117/2018-08
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 8429314/21-1
CURYOM 550 EC
25351.004954/00-24
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 8429196/21-8
DESALI 150 EC
25351.195062/2012-02
5124 - PÓS-REGISTRO DE INCLUSÃO DE CULTURA, 3044814/21-5
MAXIM XL PROFESSIONAL
25351.072128/2003-77
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 8429419/21-7

UPL DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS S.A. / 02.974.733/0001-52
EVOLUTION
25351.513511/2017-94
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 7221066/21-3

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.575, DE 13 DE MAIO DE 2022

O Gerente-Geral de Toxicologia, no uso das atribuições que lhe confere o art.114, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise, em cumprimento a Decisão Judicial (Processo Judicial nº 1005856-73.2022.4.01.3400 - 6ª VARA FEDERAL CÍVEL DA SJDF (TRF1) - autor(a): SUMITOMO CHEMICAL BRASIL INDUSTRIA QUIMICA S.A. E OUTROS - NUP: 00424.108275/2022-23)F que determinou que a Anvisa procedesse a avaliação toxicológica do produto LONGAR 480 EC.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

RAZÃO SOCIAL/CNPJ
MARCA COMERCIAL
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO(ÕES)/EXPEDIENTE(S)
CLASSIFICAÇÃO TOXICOLÓGICA

SUMITOMO CHEMICAL BRASIL INDUSTRIA QUIMICA S.A. - 07.467.822/0001-26
LONGAR 480 EC
25351.371443/2018-02
5065 - Produto Formulado com base em Produto Técnico Equivalente, 0529119/18-2
Categoria 4 - Produto Pouco Tóxico

GERÊNCIA DE PRODUTOS DE HIGIENE, PERFUMES, COSMÉTICOS E SANEANTES

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.556, DE 12 DE MAIO DE 2022

O Gerente de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes, no uso das atribuições que lhe confere o art. 129, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art.1º Deferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JOSE VIANA OTTONI

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME DO PRODUTO E MARCA
NÚMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

ADCOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA / 39.299.870/0001-49
ADCOS HYALU TX MÃOS FPS 30
25351.080692/2022-26 / 220280395
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0566660/22-9
ADCOS PROTETOR SOLAR AQUA FLUID FPS UVB 50 TONALIZANTE
25351.418007/2021-68 / 220280377
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 8439504/21-7
ADCOS PROTETOR SOLAR AQUA FLUID FPS UVB 50 TONALIZANTE
25351.418007/2021-68 / 220280377
239 - REG. COSMÉTICOS - Inclusão de Acondicionamento para Produto Registrado / 8534618/21-6

ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA / 09.276.894/0001-11
ÁLCOOL GEL ANTISSÉPTICO BENFORT
25351.575671/2019-99 / 285120001
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 1081904/22-4
ÁLCOOL GEL ANTISSÉPTICO BENFORT
25351.575671/2019-99 / 285120001
242 - REG. COSMÉTICOS - Alteração do Prazo de Validade de Produto Registrado / 1359347/22-4
ÁLCOOL GEL ANTISSÉPTICO BENFORT
25351.575671/2019-99 / 285120001
239 - REG. COSMÉTICOS - Inclusão de Acondicionamento para Produto Registrado / 1947164/21-0
ÁLCOOL GEL ANTISSÉPTICO BENFORT
25351.575671/2019-99 / 285120001
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 3917015/21-8

ANCLA´S INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA - EPP / 19.138.182/0001-90
FLÉR SOLAR DEFENSE PROTETOR SOLAR DIÁRIO FACIAL FPS 60
25351.176304/2022-10 / 275470096
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 1082239/22-4

AROVIDA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA / 06.141.135/0001-53
Álcool Gel Arovida Maçã
25351.204911/2021-98 / 277490002
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 0538883/22-7

AVON INDUSTRIAL LTDA / 00.680.516/0001-24
RENEW BY AVON SOLAR LOÇÃO FACIAL MATTE COM COR ESCURA FPS 50
25351.065481/2022-63 / 200042190
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0479868/22-1
RENEW BY AVON SOLAR LOÇÃO FACIAL MATTE COM COR MÉDIA FPS 50
25351.065496/2022-21 / 200042191
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0479893/22-5
RENEW BY AVON SOLAR LOÇÃO FACIAL MATTE FPS 50
25351.065553/2022-72 / 200042192
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0480040/22-2
RENEW BY AVON SOLAR LOÇÃO FACIAL MATTE COM COR MÉDIA ESCURA FPS 50
25351.065555/2022-61 / 200042193
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0480042/22-5

BEIERSDORF INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA / 01.786.983/0001-04
NIVEA SUN PROTETOR SOLAR FACIAL DIÁRIO FPS 70
25351.183060/2022-13 / 227210766
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 1110201/22-2
EUCERIN SUN PHOTOAGING CONTROL TINTED CLARO FPS 70
25351.843159/2021-03 / 227210765
2871 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Importado / 4655396/21-1

BOTICA COMERCIAL FARMACEUTICA LTDA. / 77.388.007/0001-57
BOTI.SUN PROTETOR SOLAR CORPORAL FPS 70
25351.076888/2022-16 / 205441598
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0539253/22-7
CUIDE-SE BEM GEL ANTISSÉPTICO LEITE & MEL
25351.333755/2016-03 / 205441519
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 0469734/22-1
CUIDE-SE BEM GEL ANTISSÉPTICO LEITE & MEL
25351.333755/2016-03 / 205441519
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 0491337/22-1
CUIDE-SE BEM GEL ANTISSÉPTICO LEITE & MEL
25351.333755/2016-03 / 205441519
2102 - REG. COSMÉTICOS - Inclusão de Fabricante Nacional para Produto Registrado / 0491387/22-9

CCD COSM CIENTIFICA DERM COMERCIO E INDUSTRIA LTDA / 40.367.856/0001-14
PHOTOAGE MINERAL FLUIDO FPS 50 COR DE BASE
25351.342268/2018-02 / 217170245
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 0634829/22-0

&CO. INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA - EPP / 17.153.030/0001-30
PROTETOR SOLAR - TATTOO&CO
25351.028470/2022-01 / 280880029
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0228930/22-7
PROTETOR SOLAR CORPORAL - &CO
25351.028485/2022-61 / 280880030
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0229013/22-8

COSMED INDUSTRIA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS S.A. / 61.082.426/0002-07
EPISOL INTENSE FPS 60
25351.600046/2019-92 / 200030868
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 0673550/22-2

DEVINTEX COSMETICOS LTDA / 01.773.518/0001-20
PROFESSIONAL SALON LINE SENSITIVE SCALP RELAXER FORMULA SUPER GUANIDINA
25351.016171/01-65 / 229590025
2105 - REG. COSMÉTICOS - Cancelamento de Apresentação de Produto Registrado a Pedido / 0883707/22-5

ESSITY DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA / 72.899.016/0001-99
TORK ÁLCOOL GEL UNIVERSAL
25351.009490/2022-74 / 228210023
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0081745/22-2

FARMAX S.A. / 21.759.758/0001-88
PROTETOR SOLAR FPS 50 BEVEG INFANTIL FARMAX
25351.026344/2022-11 / 231220186
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0214491/22-6

INSTITUTO PASTEUR DE COSMIATRIA LTDA / 87.727.277/0001-07
PROTETOR SOLAR FACIAL FPS 70 COM COR - TOM 1 - BEM CUIDAR
25351.192833/2022-52 / 214850415
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 1161000/22-4
PROTETOR SOLAR FACIAL FPS 70 COM COR - TOM 2 - BEM CUIDAR
25351.192864/2022-11 / 214850416
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 1161079/22-0

LABORATORIO INDUSTRIAL FARMACÊUTICO LIFAR LTDA / 92.928.951/0001-43
PROTETOR SOLAR PANVEL SOLAR FPS 6 SPRAY
25351.108667/2015-44 / 238680078
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 4728591/21-2
PROTETOR SOLAR PANVEL SOLAR FPS 6 SPRAY
25351.108667/2015-44 / 238680078
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 4754207/21-1
PROTETOR SOLAR FACIAL PANVEL COR ESCURA FPS 70
25351.243504/2022-87 / 238680115
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 1376813/22-0
PROTETOR SOLAR FACIAL PANVEL COR MÉDIA FPS 70
25351.243514/2022-12 / 238680116
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 1376852/22-5
PROTETOR SOLAR KIDS Nº 21 FPS 60
25351.964109/2016-21 / 238680087
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 0832935/22-1
PROTETOR SOLAR KIDS Nº 21 FPS 60
25351.964109/2016-21 / 238680087
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 0963075/22-5
PROTETOR SOLAR Nº 21 FPS 30
25351.964131/2016-38 / 238680086
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 0833037/22-6
PROTETOR SOLAR Nº 21 FPS 30
25351.964131/2016-38 / 238680086
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 0962877/22-1

PROCOSA PRODUTOS DE BELEZA LTDA / 33.306.929/0001-00
LORÉAL PARIS UV DEFENDER PROTETOR DIÁRIO FLUIDO FPS 60 1.0
25351.007146/2022-41 / 200704378
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0064774/22-8
LORÉAL PARIS UV DEFENDER PROTETOR DIÁRIO FLUIDO FPS 60 5.0
25351.049280/2022-19 / 200704379
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0392270/22-6
LA ROCHE-POSAY ANTHELIOS ULTRA COVER FPS 60 COR 4.0
25351.840724/2021-72 / 200704342
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 0583765/22-0
LA ROCHE-POSAY ANTHELIOS ULTRA COVER FPS 60 COR 4.0
25351.840724/2021-72 / 200704342
290 - REG. COSMÉTICOS - Mudança de Nome de Produto Registrado / 0673652/22-0
LA ROCHE-POSAY ANTHELIOS ULTRA COVER FPS 60 COR 4.0
25351.840724/2021-72 / 200704342
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 0673903/22-2
LA ROCHE-POSAY ANTHELIOS ULTRA COVER FPS 60 COR 5.0
25351.840829/2021-21 / 200704343
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 0583582/22-2
LA ROCHE-POSAY ANTHELIOS ULTRA COVER FPS 60 COR 5.0
25351.840829/2021-21 / 200704343
290 - REG. COSMÉTICOS - Mudança de Nome de Produto Registrado / 0673753/22-1
LA ROCHE-POSAY ANTHELIOS ULTRA COVER FPS 60 COR 5.0
25351.840829/2021-21 / 200704343
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 0673770/22-2
LA ROCHE-POSAY ANTHELIOS ULTRA COVER FPS 60 COR 6.0
25351.840863/2021-04 / 200704346
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 0584031/22-0
LA ROCHE-POSAY ANTHELIOS ULTRA COVER FPS 60 COR 6.0
25351.840863/2021-04 / 200704346
290 - REG. COSMÉTICOS - Mudança de Nome de Produto Registrado / 0673816/22-2
LA ROCHE-POSAY ANTHELIOS ULTRA COVER FPS 60 COR 6.0
25351.840863/2021-04 / 200704346
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 0673817/22-9

SENSELLES INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS EIRELI / 10.877.795/0001-74
PROTETOR SOLAR SPRAY FPS 30 ABOUTHY
25351.026327/2022-76 / 252430021
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0214414/22-1

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.557, DE 12 DE MAIO DE 2022

O Gerente de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes, no uso das atribuições que lhe confere o art. 129, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art.1º Indeferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JOSE VIANA OTTONI

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME DO PRODUTO E MARCA
NÚMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

BASTON INDÚSTRIA DE AEROSSOIS LTDA / 05.855.974/0001-70
REPELENTE DE INSETOS COM FPS 30 BABYDEAS
25351.780941/2021-04 /
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2805568/21-4

CCD COSM CIENTIFICA DERM COMERCIO E INDUSTRIA LTDA / 40.367.856/0001-14
PHOTOAGE ANTIOX FPS 60 DERMAGE
25351.403116/2010-25 / 217170201
232 - REG. COSMÉTICOS - Substituição do Acondicionamento de Produto Registrado / 3058378/21-1

DELLA FIORE COSMETICOS E PERFUMARIA EIRELI / 05.501.848/0001-18
FLORALEV CREME DEFINITH GOLD PREMIUM ALISANTE TIOGLICOLATO DE AMONIO
25351.117444/2022-48 /
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0770714/22-6

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.564, DE 12 DE MAIO DE 2022

O Gerente de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes, no uso das atribuições que lhe confere o art. 129, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art.1º Cancelar os processos dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JOSE VIANA OTTONI

ANEXO

NOME DA EMPRESA/ AUTORIZAÇÃO
NOME DO PRODUTO E MARCA
NUMERO DE PROCESSO

ÁGUIA DE OURO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME/2.01750-4
MÁSCARA REDUTORA BOTOX DE CHUVEIRO GLATTEN
25351.475636/2017-04

BENEDITO CELESTINO DE JESUS JUNIOR/2.07837-4
FOREVER LISS - ALINHA HAIR 4D
25351.392476/2021-40

BIODOMANI INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - EPP/2.01851-3
Indumax Pressuriderm Fluido Dermo Ultraconcentrado Flacidez Cosmobeauty
25351.177071/2019-69

CARVALHO COSMETICOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA/4.02028-4
SELANTE PROGRESS ORGANIC LISS - EBELLE PROFISSIONAL
25351.265763/2021-88

COSMETIC GROUP INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS EIRELI/4.01917-9
BLOND PLEX ORGANIC PROTEIN ATIVE - BELLA SHINE COSMETICS
25351.059490/2021-34
ORGANIC COCONUT PROTEIN COCO LOVE - BELLA SHINE COSMETICS
25351.059508/2021-06

COSMETICS TEND LIFE INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA/4.03757-9
VEGANLISS TENDHAIR
25351.917312/2021-38

FIOFORTE INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI/2.05110-9
Blend Original Barba de Respeito
25351.330207/2019-75

FRIELO DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA - ME/2.06637-7
Reconstrutor Unique SouthLiss Cosmetics
25351.526364/2020-18

ITC COSMÉTICOS LTDA - EPP/2.08563-3
MAGIC BLEND CREME REDUTOR DE VOLUME ONE SR.LISS
25351.372134/2018-16
GLOSS ANTI FRIZZ MAGIC BLEND SR.LISS
25351.372126/2018-61
MÁSCARA CAPILAR ULTRA HIDRATANTE ZERO - FOREVER LISS
25351.069528/2020-04
GLOSS INGEL STEP2 - FOREVER LISS
25351.303826/2021-10

MIURA FABRICACAO DE COSMETICOS E SANEANTES LTDA/4.02388-8
BTOX DE CACAU - GLATTEN
25351.587591/2020-10
BTOX SEM QUIMICA ORGANICO - GLATTEN
25351.096606/2021-16

MY BEAUTY LAB INDUSTRIA E COMEÉCIO DE COSMÉTICOS EIRELI-EPP/2.08449-1
BLEND ORIGINAL BARBA DE RESPEITO
25351.066588/2021-48
BLEND ORIGINAL BARBA DE RESPEITO
25351.373601/2020-31

PACK FOR YOU INDUSTRIA E COMERCIO DE COMESTICOS LTDA - EPP/2.09442-1
ORGANIC SINGLE PASS MÁSCARA DE TRATAMENTO E REALINHAMENTO CAPILAR LE PRÖ COSMETICS
25351.335539/2021-61

PESSINI INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICO - EIRELI /2.05048-6
KENTY LUB GEL DE MASSAGEM CORPORAL - PESSINI COSMÉTICOS
25351.621436/2018-15
MACHÃO GEL MENTOLADO MASCULINO - PESSINI COSMÉTICOS
25351.175470/2018-12

PHYTO GREEN BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA/4.00679-1
ORGANIC NANO GEL FLORACTIVE
25351.257326/2021-91

RH COSMETICOS LTDA/2.03937-4
FOREVER LISS - MÁSCARA BTX CENOURA
25351.619655/2019-15
H2O - CITRIC BRUSH
25351.392501/2021-95

R.A.BEAUTY COSMÉTICOS LTDA - ME/2.08572-4
Re-Effect 0% Formol
25351.197646/2021-84

SHINY COSMETICOS INDUSTRIA E COMERCIO - EIRELI/2.09993-5
GOLDEN BUTTON GEL FACILITADOR COM MICRO PARTICULAS DE OURO BY CASTROPIL INTT
25351.723942/2019-29

SAGRADA LABORATORIES EIRELI/2.09686-5
AÇAÍ 2 INTENSE KERATIN - NUTRALISS PROFESSIONAL
25351.691578/2020-64
BRAZILIAN NUT 2 BTX - NUTRALISS PROFESSIONAL
25351.691548/2020-58
CACAU E ARGAN 2 PREMIUM KERATIN - NUTRALISS PROFESSIONAL
25351.691516/2020-52

T.C.I INDÚSTRIA COSMÉTICA LTDA-EPP/2.04076-6
TÔNICO BLEND ORIGINAL BARBA DE RESPEITO
25351.357198/2017-09

UNIBELEZA INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA/2.05429-2
Keratin System Loçao Reestruturante
25351.059796/2019-76

VALERIA FERREIRA BORGES - ME/2.03421-1
MÁSCARA SLINE LISS - NUTRIFLORA COSMÉTICOS
25351.011634/2022-52

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.583, DE 13 DE MAIO DE 2022

O Gerente de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes no uso das atribuições que lhe confere o art. 129, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Indeferir os registros e as petições dos produtos saneantes, conforme relação anexa.

Art. 2º O motivo do indeferimento do processo/petição deverá ser consultado no site: http://www.anvisa.gov.br.

Art.3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JOSE VIANA OTTONI

ANEXO

NOME DA EMPRESA: A&A GOLD PHARMA INDUSTRIA LTDA ME
AUTORIZAÇÃO: 3.10856-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁLCOOL 70º INPM BRILHO SHOW
NUMERO DE PROCESSO: 25351.252786/2022-11
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205029 DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIES FIXAS E ARTIGOS NÃO CRÍTICOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE

_ _

NOME DA EMPRESA: RPD Produtos para Limpeza Ltda-Me
AUTORIZAÇÃO: 3.05505-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESENGRAXANTE SOLUPAN BIO ECO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.530670/2021-30
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
APRESENTAÇÃO: DESENGRAXANTE SOLUPAN BIO ECO + GALAO + GALAO PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3103084 DESENGRAXANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.584, DE 13 DE MAIO DE 2022

O Gerente de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes no uso das atribuições que lhe confere o art. 129, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Deferir os registros e as petições dos produtos saneantes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JOSE VIANA OTTONI

ANEXO

NOME DA EMPRESA: BOMBRIL S/A
AUTORIZAÇÃO: 3.00589-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESENTUPIDOR LÍQUIDO FORÇA AZUL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.150909/2010-77
NUMERO DE REGISTRO: 3.0589.0243.001-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2025
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 396 REG. SANEANTES - Alteração (Inclusão Ou Exclusão) de Fabricante
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0962963/22-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: BOM BRIL LYSOBRIL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.255521/2022-67
NUMERO DE REGISTRO: 3.0589.0267.001-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2032
APRESENTAÇÃO: CLÁSSICO + LATA AEROSSOL + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: BOM BRIL LYSOBRIL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.255521/2022-67
NUMERO DE REGISTRO: 3.0589.0267.002-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2032
APRESENTAÇÃO: FRESH + LATA AEROSSOL + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: BOM BRIL LYSOBRIL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.255521/2022-67
NUMERO DE REGISTRO: 3.0589.0267.003-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2032
APRESENTAÇÃO: LAVANDA + LATA AEROSSOL + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

_ _

NOME DA EMPRESA: CRISTAL-CLOR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.03881-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: Água Sanitária Cristal
NUMERO DE PROCESSO: 25351.125707/2022-92
NUMERO DE REGISTRO: 3.3881.0002.001-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2032
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

_ _

NOME DA EMPRESA: DIVERSEY BRASIL INDUSTRIA QUIMICA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.02661-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: DIVOSAN HYPOCHLORITE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.222064/2002-81
NUMERO DE REGISTRO: 3.2661.0146.001-7
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 07/2028
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLÁSTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 06 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1191230/22-8

_ _

NOME DA EMPRESA: FERSOL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
AUTORIZAÇÃO: 3.01834-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: ALFACIPERMETRINA FERSOL 50 SC
NUMERO DE PROCESSO: 25351.355737/2011-85
NUMERO DE REGISTRO: 3.1834.0049.001-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 10/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO COM VALVULA DOSADORA
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3206025 INSETICIDA PARA EMPRESAS ESPECIALIZADAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1187800/22-8

_ _

NOME DA EMPRESA: INDUSTRIA QUIMICA NOSSA SENHORA DA PIEDADE LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.06847-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: PEDRA SANITÁRIA POLIAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.255454/2022-81
NUMERO DE REGISTRO: 3.6847.0007.001-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2032
APRESENTAÇÃO: PEDRA SANITÁRIA POLIAL LAVANDA + CAIXA PAPEL CARTAO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103021 DESODORIZANTE PARA APARELHOS SANITÁRIOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: PEDRA SANITÁRIA POLIAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.255454/2022-81
NUMERO DE REGISTRO: 3.6847.0007.002-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2032
APRESENTAÇÃO: PEDRA SANITÁRIA POLIAL CAPIM LIMÃO + CAIXA PAPEL CARTAO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103021 DESODORIZANTE PARA APARELHOS SANITÁRIOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: PEDRA SANITÁRIA POLIAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.255454/2022-81
NUMERO DE REGISTRO: 3.6847.0007.003-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2032
APRESENTAÇÃO: PEDRA SANITÁRIA POLIAL TUTTI FRUTTI + CAIXA PAPEL CARTAO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103021 DESODORIZANTE PARA APARELHOS SANITÁRIOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: PEDRA SANITÁRIA POLIAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.255454/2022-81
NUMERO DE REGISTRO: 3.6847.0007.004-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2032
APRESENTAÇÃO: PEDRA SANITÁRIA POLIAL JASMIM + CAIXA PAPEL CARTAO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103021 DESODORIZANTE PARA APARELHOS SANITÁRIOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: PEDRA SANITÁRIA POLIAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.255454/2022-81
NUMERO DE REGISTRO: 3.6847.0007.005-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2032
APRESENTAÇÃO: PEDRA SANITÁRIA POLIAL BUQUÊ DE FLORES + CAIXA PAPEL CARTAO + CAIXA DE CARTOLINA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103021 DESODORIZANTE PARA APARELHOS SANITÁRIOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: PEDRA SANITÁRIA POLIAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.255454/2022-81
NUMERO DE REGISTRO: 3.6847.0007.006-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2032
APRESENTAÇÃO: PEDRA SANITÁRIA POLIAL MARINE + CAIXA PAPEL CARTAO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103021 DESODORIZANTE PARA APARELHOS SANITÁRIOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: PEDRA SANITÁRIA RADIANTE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.255505/2022-74
NUMERO DE REGISTRO: 3.6847.0008.001-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2032
APRESENTAÇÃO: PEDRA SANITÁRIA RADIANTE LAVANDA + CAIXA PAPEL CARTAO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103021 DESODORIZANTE PARA APARELHOS SANITÁRIOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: PEDRA SANITÁRIA RADIANTE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.255505/2022-74
NUMERO DE REGISTRO: 3.6847.0008.002-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2032
APRESENTAÇÃO: PEDRA SANITÁRIA RADIANTE LIMÃO + CAIXA PAPEL CARTAO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103021 DESODORIZANTE PARA APARELHOS SANITÁRIOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: PEDRA SANITÁRIA RADIANTE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.255505/2022-74
NUMERO DE REGISTRO: 3.6847.0008.003-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2032
APRESENTAÇÃO: PEDRA SANITÁRIA RADIANTE TUTTI FRUTTI + CAIXA PAPEL CARTAO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103021 DESODORIZANTE PARA APARELHOS SANITÁRIOS

ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: PEDRA SANITÁRIA RADIANTE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.255505/2022-74
NUMERO DE REGISTRO: 3.6847.0008.004-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2032
APRESENTAÇÃO: PEDRA SANITÁRIA RADIANTE JASMIM + CAIXA PAPEL CARTAO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103021 DESODORIZANTE PARA APARELHOS SANITÁRIOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: PEDRA SANITÁRIA RADIANTE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.255505/2022-74
NUMERO DE REGISTRO: 3.6847.0008.005-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2032
APRESENTAÇÃO: PEDRA SANITÁRIA RADIANTE FLORAL + CAIXA PAPEL CARTAO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103021 DESODORIZANTE PARA APARELHOS SANITÁRIOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: PEDRA SANITÁRIA RADIANTE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.255505/2022-74
NUMERO DE REGISTRO: 3.6847.0008.006-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2032
APRESENTAÇÃO: PEDRA SANITÁRIA RADIANTE HERBAL KALIPTO + CAIXA PAPEL CARTAO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103021 DESODORIZANTE PARA APARELHOS SANITÁRIOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

_ _

NOME DA EMPRESA: INDÚSTRIAS REUNIDAS RAYMUNDO DA FONTE S/A
AUTORIZAÇÃO: 3.00693-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: ALVEJANTE PERFUMADO COM DETERGENTE BRILUX-MULTI
NUMERO DE PROCESSO: 25351.261666/2010-47
NUMERO DE REGISTRO: 3.0693.0073.001-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 07/2035
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3102017 ALVEJANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0421635/22-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: ALVEJANTE PERFUMADO COM DETERGENTE BRILUX-MULTI
NUMERO DE PROCESSO: 25351.261666/2010-47
NUMERO DE REGISTRO: 3.0693.0073.002-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 07/2035
APRESENTAÇÃO: POLIETILENO TEREFTALATO (PET) + CAIXA DE PAPELÃO
VALIDADE DO PRODUTO: Dias
CATEGORIA: 3102017 ALVEJANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0421635/22-3

_ _

NOME DA EMPRESA: KALYKIM INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.01546-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: KALYCLEAN S 315
NUMERO DE PROCESSO: 25351.259143/2022-91
NUMERO DE REGISTRO: 3.1546.0183.001-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2032
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3211062 DESINFETANTE PARA HORTIFRUTÍCOLAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

_ _

NOME DA EMPRESA: LABNEWS INDUSTRIAL LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.02027-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: STEL CLEAN PLUS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.502259/2015-91
NUMERO DE REGISTRO: 3.2027.0014.001-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 03/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO SPRAY + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103044 DETERGENTE PARA PRÉ LAVAGENS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2670437/22-2

_ _

NOME DA EMPRESA: MEYOR´S DO BRASIL LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.04059-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: ALV PERACETIC MEYOR'S
NUMERO DE PROCESSO: 25351.259150/2022-92
NUMERO DE REGISTRO: 3.4059.0014.001-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2032
APRESENTAÇÃO: ALV PERACETIC + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3102017 ALVEJANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

_ _

NOME DA EMPRESA: MUSTANG PLURON QUÍMICA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.00546-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: PLURON 327 CIP
NUMERO DE PROCESSO: 25351.421263/2019-18
NUMERO DE REGISTRO: 3.0546.3164.001-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 10/2029
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 18 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1019746/22-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: PLURON 327 CIP
NUMERO DE PROCESSO: 25351.421263/2019-18
NUMERO DE REGISTRO: 3.0546.3164.002-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 10/2029
APRESENTAÇÃO: ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 18 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1019746/22-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: PLURON 327 CIP
NUMERO DE PROCESSO: 25351.421263/2019-18
NUMERO DE REGISTRO: 3.0546.3164.003-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 10/2029
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 18 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1019746/22-0

_ _

NOME DA EMPRESA: OLIVEIRA & EULÁLIO PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.03320-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Solimp
NUMERO DE PROCESSO: 25351.007184/2022-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.3320.0004.001-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2032
APRESENTAÇÃO: Eucalipto + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Solimp
NUMERO DE PROCESSO: 25351.007184/2022-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.3320.0004.002-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2032
APRESENTAÇÃO: Eucalipto + BOMBONA PLASTICA TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Solimp
NUMERO DE PROCESSO: 25351.007184/2022-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.3320.0004.003-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2032
APRESENTAÇÃO: Lavanda + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Solimp
NUMERO DE PROCESSO: 25351.007184/2022-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.3320.0004.004-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2032
APRESENTAÇÃO: Lavanda + BOMBONA PLASTICA TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Solimp
NUMERO DE PROCESSO: 25351.007184/2022-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.3320.0004.005-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2032
APRESENTAÇÃO: Caravela + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Solimp
NUMERO DE PROCESSO: 25351.007184/2022-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.3320.0004.006-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2032
APRESENTAÇÃO: Caravela + BOMBONA PLASTICA TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Solimp
NUMERO DE PROCESSO: 25351.007184/2022-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.3320.0004.007-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2032
APRESENTAÇÃO: Dália + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Solimp
NUMERO DE PROCESSO: 25351.007184/2022-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.3320.0004.008-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2032
APRESENTAÇÃO: Dália + BOMBONA PLASTICA TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Solimp
NUMERO DE PROCESSO: 25351.007184/2022-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.3320.0004.009-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2032
APRESENTAÇÃO: Floral + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Solimp
NUMERO DE PROCESSO: 25351.007184/2022-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.3320.0004.010-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2032
APRESENTAÇÃO: Floral + BOMBONA PLASTICA TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Solimp
NUMERO DE PROCESSO: 25351.007184/2022-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.3320.0004.011-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2032
APRESENTAÇÃO: Flor do Campo + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Solimp
NUMERO DE PROCESSO: 25351.007184/2022-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.3320.0004.012-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2032
APRESENTAÇÃO: Flor do Campo + BOMBONA PLASTICA TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Solimp
NUMERO DE PROCESSO: 25351.007184/2022-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.3320.0004.013-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2032
APRESENTAÇÃO: Pinho Limão + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Solimp
NUMERO DE PROCESSO: 25351.007184/2022-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.3320.0004.014-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2032
APRESENTAÇÃO: Pinho Limão + BOMBONA PLASTICA TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Solimp
NUMERO DE PROCESSO: 25351.007184/2022-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.3320.0004.015-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2032
APRESENTAÇÃO: Pinho + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Solimp
NUMERO DE PROCESSO: 25351.007184/2022-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.3320.0004.016-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2032
APRESENTAÇÃO: Pinho + BOMBONA PLASTICA TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Solimp
NUMERO DE PROCESSO: 25351.007184/2022-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.3320.0004.017-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2032
APRESENTAÇÃO: Tutti-Frutti + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Solimp
NUMERO DE PROCESSO: 25351.007184/2022-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.3320.0004.018-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2032
APRESENTAÇÃO: Tutti-Frutti + BOMBONA PLASTICA TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Solimp
NUMERO DE PROCESSO: 25351.007184/2022-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.3320.0004.019-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2032
APRESENTAÇÃO: Talco + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Solimp
NUMERO DE PROCESSO: 25351.007184/2022-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.3320.0004.020-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2032
APRESENTAÇÃO: Talco + BOMBONA PLASTICA TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

_ _

NOME DA EMPRESA: OX INDÚSTRIA DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.10877-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: OX ÁGUA SANITÁRIA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.252777/2022-12
NUMERO DE REGISTRO: 3.0877.0001.001-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2032
APRESENTAÇÃO: FRASCO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: OX ÁGUA SANITÁRIA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.252777/2022-12
NUMERO DE REGISTRO: 3.0877.0001.002-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2032
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

_ _

NOME DA EMPRESA: PROFILÁTICA PRODUTOS ODONTO MÉDICO HOSPITALARES S.A
AUTORIZAÇÃO: 3.02430-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: DETERGENTE DESINCRUSTANTE KLARE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.262051/2022-98
NUMERO DE REGISTRO: 3.2430.0018.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2032
APRESENTAÇÃO: Detergente Desincrustante Klare + BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3203018 DETERGENTE PROFISSIONAL DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

_ _

NOME DA EMPRESA: PRÓ-FORMULA IND E COM DE PRODS DE HIG E LIMPEZA LTDA.
AUTORIZAÇÃO: 3.05888-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: PRO ÁLCOOL GEL 70%
NUMERO DE PROCESSO: 25351.057137/2021-10
NUMERO DE REGISTRO: 3.5888.0003.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2032
APRESENTAÇÃO: PRO ALCOOL GEL 70% + BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 36 Meses
CATEGORIA: 3222046 SANITIZANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: PRO ÁLCOOL GEL 70%
NUMERO DE PROCESSO: 25351.057137/2021-10
NUMERO DE REGISTRO: 3.5888.0003.002-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2032
APRESENTAÇÃO: PRO ALCOOL GEL 70% + FRASCO DE PLASTICO OPACO SQUEEZE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 36 Meses
CATEGORIA: 3222046 SANITIZANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

_ _

NOME DA EMPRESA: QUIMIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A
AUTORIZAÇÃO: 3.03144-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: Q CLOR HIPER AÇÃO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.824503/2018-51
NUMERO DE REGISTRO: 3.3144.0018.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 03/2029
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205045 DESINFETANTE PARA PISCINAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 7072485/21-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: Q CLOR HIPER AÇÃO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.824503/2018-51
NUMERO DE REGISTRO: 3.3144.0018.002-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 03/2029
APRESENTAÇÃO: BALDE PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205045 DESINFETANTE PARA PISCINAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 7072485/21-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: Q CLOR HIPER AÇÃO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.824503/2018-51
NUMERO DE REGISTRO: 3.3144.0018.003-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 03/2029
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205045 DESINFETANTE PARA PISCINAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 7072485/21-0

_ _

NOME DA EMPRESA: RECKITT BENCKISER (BRASIL) LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.00227-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: HARPIC POWER PLUS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.178975/2016-51
NUMERO DE REGISTRO: 3.0227.0981.001-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 10/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1146005/22-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: HARPIC POWER PLUS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.178975/2016-51
NUMERO DE REGISTRO: 3.0227.0981.002-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 10/2026

APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1146005/22-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: HARPIC POWER PLUS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.178975/2016-51
NUMERO DE REGISTRO: 3.0227.0981.003-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 10/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1146005/22-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: HARPIC POWER PLUS
VERSÃO: HARPIC POWER PLUS LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.178975/2016-51
NUMERO DE REGISTRO: 3.0227.0981.004-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 10/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO PLÁSTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 331 REG. SANEANTES - Nova versão de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1310112/22-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: HARPIC POWER PLUS
VERSÃO: HARPIC POWER PLUS LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.178975/2016-51
NUMERO DE REGISTRO: 3.0227.0981.004-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 10/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO PLÁSTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1146005/22-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: HARPIC POWER PLUS
VERSÃO: HARPIC POWER PLUS LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.178975/2016-51
NUMERO DE REGISTRO: 3.0227.0981.005-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 10/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO PLÁSTICO TRANSPARENTE
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 331 REG. SANEANTES - Nova versão de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1310112/22-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: HARPIC POWER PLUS
VERSÃO: HARPIC POWER PLUS LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.178975/2016-51
NUMERO DE REGISTRO: 3.0227.0981.005-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 10/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO PLÁSTICO TRANSPARENTE
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1146005/22-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: HARPIC POWER PLUS
VERSÃO: HARPIC POWER PLUS LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.178975/2016-51
NUMERO DE REGISTRO: 3.0227.0981.006-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 10/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO PLASTICO TRANSLÚCIDO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 331 REG. SANEANTES - Nova versão de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1310112/22-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: HARPIC POWER PLUS
VERSÃO: HARPIC POWER PLUS LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.178975/2016-51
NUMERO DE REGISTRO: 3.0227.0981.006-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 10/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO PLASTICO TRANSLÚCIDO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1146005/22-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: HARPIC POWER PLUS
VERSÃO: HARPIC POWER PLUS ORIGINAL MARINE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.178975/2016-51
NUMERO DE REGISTRO: 3.0227.0981.007-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 10/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO PLÁSTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 331 REG. SANEANTES - Nova versão de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1310112/22-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: HARPIC POWER PLUS
VERSÃO: HARPIC POWER PLUS ORIGINAL MARINE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.178975/2016-51
NUMERO DE REGISTRO: 3.0227.0981.007-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 10/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO PLÁSTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1146005/22-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: HARPIC POWER PLUS
VERSÃO: HARPIC POWER PLUS ORIGINAL MARINE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.178975/2016-51
NUMERO DE REGISTRO: 3.0227.0981.008-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 10/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO PLÁSTICO TRANSPARENTE
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 331 REG. SANEANTES - Nova versão de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1310112/22-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: HARPIC POWER PLUS
VERSÃO: HARPIC POWER PLUS ORIGINAL MARINE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.178975/2016-51
NUMERO DE REGISTRO: 3.0227.0981.008-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 10/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO PLÁSTICO TRANSPARENTE
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1146005/22-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: HARPIC POWER PLUS
VERSÃO: HARPIC POWER PLUS ORIGINAL MARINE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.178975/2016-51
NUMERO DE REGISTRO: 3.0227.0981.009-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 10/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO PLÁSTICO TRANSLÚCIDO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 331 REG. SANEANTES - Nova versão de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1310112/22-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: HARPIC POWER PLUS
VERSÃO: HARPIC POWER PLUS ORIGINAL MARINE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.178975/2016-51
NUMERO DE REGISTRO: 3.0227.0981.009-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 10/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO PLÁSTICO TRANSLÚCIDO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1146005/22-9

_ _

NOME DA EMPRESA: SICAR INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA PISCINAS LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.02608-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: TABLETE TRICLORO MONTREAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.255458/2022-69
NUMERO DE REGISTRO: 3.2608.0012.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2032
APRESENTAÇÃO: TABLETE TRICLORO 200 G + FILME DE POLIETILENO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205045 DESINFETANTE PARA PISCINAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: TABLETE TRICLORO MONTREAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.255458/2022-69
NUMERO DE REGISTRO: 3.2608.0012.002-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2032
APRESENTAÇÃO: TABLETE TRICLORO 200 G + BALDE PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205045 DESINFETANTE PARA PISCINAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

_ _

NOME DA EMPRESA: SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.00119-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: OPTIGARD GEL PARA FORMIGAS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.235262/2009-44
NUMERO DE REGISTRO: 3.0119.6645.001-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 06/2029
APRESENTAÇÃO: SERINGA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3206025 INSETICIDA PARA EMPRESAS ESPECIALIZADAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 396 REG. SANEANTES - Alteração (Inclusão Ou Exclusão) de Fabricante
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1160962/22-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: KLERAT MATA FORMIGAS GEL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.235288/2009-42
NUMERO DE REGISTRO: 3.0119.6646.001-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 06/2029
APRESENTAÇÃO: BISNAGA DE PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3206017 INSETICIDA DE VENDA LIVRE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 396 REG. SANEANTES - Alteração (Inclusão Ou Exclusão) de Fabricante
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1263971/22-9

_ _

NOME DA EMPRESA: UNION QUÍMICA COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.03039-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: UNICLOR F60
NUMERO DE PROCESSO: 25351.028525/2022-74
NUMERO DE REGISTRO: 3.3039.0017.001-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2032
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA

VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3211051 DESINFETANTE DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: UNICLOR F60
NUMERO DE PROCESSO: 25351.028525/2022-74
NUMERO DE REGISTRO: 3.3039.0017.002-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2032
APRESENTAÇÃO: BALDE PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3211051 DESINFETANTE DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

_ _

NOME DA EMPRESA: USUAL COMPANY PRODUTOS QUIMICOS LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.03224-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: USUAL CLEAN STONE WAHS LARS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.168396/2021-75
NUMERO DE REGISTRO: 3.3224.0001.001-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2032
APRESENTAÇÃO: USUAL CLEAN STONE WASH LARS + BOMBONA PLASTICA OPACA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3222029 DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

_ _

NOME DA EMPRESA: Weizur do Brasil Ltda.
AUTORIZAÇÃO: 3.05529-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: S-100
NUMERO DE PROCESSO: 25351.037933/2016-85
NUMERO DE REGISTRO: 3.5529.0001.003-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 07/2026
APRESENTAÇÃO: CONTAINER 1000L
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 332 REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0990516/22-9

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.585, DE 13 DE MAIO DE 2022

O Gerente de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes no uso das atribuições que lhe confere o art. 129, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Deferir as petições de Cancelamento de Notificação de Produto Saneante de Risco 1 por ato de ofício, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JOSE VIANA OTTONI

ANEXO

NOME DA EMPRESA: ACQUAZUL INDÚSTRIA & COMÉRCIO EIRELI - EPP
AUTORIZAÇÃO: 3.03729-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁLCOOL GEL ACQUA 70%
VERSÃO: [SEM NOME]
NUMERO DE PROCESSO: 25351.411762/2020-31
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Ano(s)
CATEGORIA: 3222026 LIMPA MÓVEIS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2703424/22-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁLCOOL GEL ACQUA 70%
VERSÃO: [SEM NOME]
NUMERO DE PROCESSO: 25351.411762/2020-31
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Ano(s)
CATEGORIA: 3222026 LIMPA MÓVEIS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2703424/22-1

_ _

NOME DA EMPRESA: BIOBOM INDÚSTRIA DE SANEANTES LTDA EPP
AUTORIZAÇÃO: 3.04854-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: BIOSEPTC
VERSÃO: BIOSEPTC 5L
NUMERO DE PROCESSO: 25351.200650/2020-56
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA + BOMBONA PLASTICA TRANSPARENTE
VALIDADE DO PRODUTO: 36 Ano(s)
CATEGORIA: 3222036 DETERGENTE SANITÁRIO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2702938/22-7

_ _

NOME DA EMPRESA: SANEFU PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP
AUTORIZAÇÃO: 3.07323-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁLCOOL GEL IDEAL MIX
VERSÃO: ÁLCOOL GEL IDEAL MIX
NUMERO DE PROCESSO: 25351.200648/2020-87
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Ano(s)
CATEGORIA: 3222028 LIMPA VIDROS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2703460/22-7

4ª DIRETORIA

COORDENAÇÃO DE ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA E JULGAMENTO DAS INFRAÇÕES SANITÁRIAS

DESPACHO Nº 8, DE 11 DE MAIO DE 2022

A Coordenadora Substituta de Atuação Administrativa e Julgamento das Infrações Sanitárias, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em especial as dispostas nos incisos I e II do art. 137 aliadas ao inciso IV do art. 203 do Regimento Interno da Anvisa, aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos sancionadores abaixo relacionados:

Autuado: RICARDO VIEIRA DE SOUZA JUNIOR
CPF: 447.***.***-89
Processo: 25351.494622/2021-71
Expediente: 1923466210
Área: CAJIS/DIRE4
Penalidade: multa no valor total de R$ 10.000,00 (dez mil reais) e proibição da propaganda irregular

Autuado: BL INDUSTRIA OTICA LTDA
CNPJ: 27.011.022/0001-03
Processo: 25351.565358/2020-86
Expediente: 1953854205
Área: CAJIS/DIRE4
Penalidade: multa no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), todavia, dobrada para R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) em face da reincidência

Autuada: SAF DO BRASIL PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA
CNPJ: 35.829.274/0004-15
Processo: 25351.001286/2019-18
Expediente: 0002510/19-1
Área: CAJIS/DIRE4
Penalidade: Advertência

Autuada: LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A
CNPJ: 17.159.229/0001-76
Processo: 25351.093372/2019-31
Expediente: 0141158196
Área: CAJIS/DIRE4
Penalidade: multa no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), todavia, dobrada para R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) em face da reincidência

Autuada: ZODIAC PRODUTOS FARMACÊUTICOS S/A
CNPJ: 55.980.684/0001-27
Processo: 25351.576200/2019-06
Expediente: 2333771191
Área: CAJIS/DIRE4
Penalidade: multa no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), todavia, dobrada para R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) em face da reincidência

Autuada: INTERNACIONAL TRAVESSIAS SALVADOR S.A
CNPJ: 20.413.924/0001-27
Processo: 25742.585990/2020-42
Expediente: 4276765202
Área: CAJIS/DIRE4
Penalidade: multa no valor total de R$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais)

Autuada: INTERNACIONAL TRAVESSIAS SALVADOR S.A
CNPJ: 20.413.924/0001-27
Processo: 25742.454106/2020-29
Expediente: 1611342200
Área: CAJIS/DIRE4
Penalidade: multa no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais)

Autuada: FIGUEIRA E FELICIANO INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS LTDA
CNPJ: 21.085.169/0001-61
Processo: 25351.802809/2020-71
Expediente: 2685967200
Área: CAJIS/DIRE4
Penalidade: multa no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais)

Autuada: AK BLUE COMÉRCIO VAREJISTA EIRELLI
CNPJ: 11.269.887/0001-34
Processo: 25351.382766/2020-02
Expediente: 1396742208
Área: CAJIS/DIRE4
Penalidade: multa no valor total de R$ 1.125.000,00 (um milhão cento e vinte e cinco mil reais) e proibição da propaganda irregular

Autuada: SIGMA ALDRICH BRASIL LTDA
CNPJ: 68.337.658/0001-27
Processo: 25351.303365/2019-52
Expediente: 0461006197
Área: CAJIS/DIRE4
Penalidade: multa no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), todavia, dobrada para R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) em face da reincidência

Autuada: ARTESTÉTICA HARMONIZAÇÃO FACIAL LTDA
CNPJ: 37.754.859/0001-04
Processo: 25351.045785/2021-23
Expediente: 0576988214
Área: CAJIS/DIRE4
Penalidade: multa no valor de R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais).

Autuada: DSM PRODUTOS NUTRICIONAIS BRASIL S/A
CNPJ: 56.992.951/0036-79
Processo: 25351.000583/2019-38
Expediente: 0001175194

Área: CAJIS/DIRE4
Penalidade: multa no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), todavia, dobrada para R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) em face da reincidência
Autuada: DSM PRODUTOS NUTRICIONAIS BRASIL S/A
CNPJ: 56.992.951/0036-79
Processo: 25351.000751/2019-95
Expediente: 0001482196
Área: CAJIS/DIRE4
Penalidade: multa no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), todavia, dobrada para R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) em face da reincidência
Autuada: BENESSERE SOLUÇÕES NATURAIS EIRELI
CNPJ: 19.845.745/0001-80
Processo: 25351.746187/2019-51
Expediente: 3588938191
Área: CAJIS/DIRE4
Penalidade: multa no valor total de R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais) e proibição da propaganda irregular
Autuado: RAFAEL GANZO
CPF: 454.***.***-72
Processo: 25351.121914/2020-14
Expediente: 0544177203
Área: CAJIS/DIRE4
Penalidade: multa no valor total de R$ 10.000,00 (dez mil reais) e proibição da propaganda irregular
Autuada: LYRA NAVEGAÇÃO LTDA
CNPJ: 14.075.373/0001-36
Processo: 25752.463813/2019-53
Expediente: 1966346193
Área: CAJIS/DIRE4
Penalidade: multa no valor total de R$ 20.000,00 (vinte mil reais).
Autuada: WYETH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA
CNPJ:61.072.393/0039-06
Processo: 25742.661139/2020-23
Expediente: 2260601207
Área: CAJIS/DIRE4
Penalidade: multa no valor total de R$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais), todavia, dobrada para R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) em face da reincidência.
Autuada: CONSEGI SERVIÇOS CORRETORA DE SEGUROS LTDA- ME
CNPJ: 22.213.542/0001-85
Processo: 25755.275522/2020-13
Expediente: 1074860201
Área: CAJIS/DIRE4
Arquivamento: nulidade
Autuado: WESLEY MARCELINO BARROS DA SILVA
CPF: 062.***.***-30
Processo: 25351.453794/2020-11
Expediente: 1609943205
Área: CAJIS/DIRE4
Arquivamento: nulidade
Autuada: BICO DOCE COMÉRCIO DE DOMISSANEANTES EIRELI
CNPJ: 31.144.605/0001-80
Processo: 25351.895528/2020-54
Expediente: 2959139202
Área: CAJIS/DIRE4
Penalidade: multa no valor total de R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais)
Autuada: ZOAB VESTUÁRIOS E SUPLEMENTOS EIRELI
CNPJ: 33.602.860/0001-54
Processo: 25351.603932/2020-10
Expediente: 2079931204
Área: CAJIS/DIRE4
Penalidade: multa no valor total de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).
Autuada: INTERNACIONAL TRAVESSIAS SALVADOR S/A
CNPJ: 20.413.924/0001-27
Processo: 25742.527411/2020-47
Expediente: 1837305204
Área: CAJIS/DIRE4
Penalidade: multa no valor total de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).
Autuada: SM EMPREENDIMENTOS FARMACÊUTICOS LTDA
CNPJ: 44.015.477/0006-20
Processo: 25351.105721/2020-16
Expediente: 0485261203
Área: CAJIS/DIRE4
Penalidade: multa no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), todavia, dobrada para R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) em face da reincidência
Autuada: CIANO SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA
CNPJ: 15.581.636/0001-41
Processo: 25765.310134/2018-52
Expediente: 0442228187
Área: CAJIS/DIRE4
Penalidade: multa no valor de R$20.000,00 (vinte mil reais).
Autuada: PATRÍCIA FERREIRA FONTES
CPF: 044.***.***-80
Processo: 25351.234003/2020-48
Expediente: 0956109209
Área: CAJIS/DIRE4
Penalidade: multa no valor total de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) e proibição da propaganda irregular
Autuada: UNICHEM FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA
CNPJ: 05.399.786/0001-85
Processo: 25351.106000/2020-15
Expediente: 0486752201
Área: CAJIS/DIRE4
Penalidade: multa no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais), todavia, dobrada para R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) em face da reincidência
Autuada: EUROFARMA LABORATÓRIOS S/A
CNPJ: 61.190.096/0008-69
Processo: 25759.558282/2019-16
Expediente: 2267863198
Área: CAJIS/DIRE4
Penalidade: multa no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), todavia, dobrada para R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) em face da reincidência
Autuada: ARTE NATIVA PRODUTOS NATURAIS LTDA
CNPJ: 00.677.858/0001-95
Processo: 25351.740623/2019-88
Expediente: 3558708193
Área: CAJIS/DIRE4
Penalidade: multa no valor total de R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), todavia, dobrada para R$ 320.000,00,00 (trezentos e vinte mil reais) em face da reincidência
Autuada: MULTILAB INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA
CNPJ: 92.265.552/0001-40
Processo: 25351.276204/2019-89
Expediente: 0419274195
Área: CAJIS/DIRE4
Penalidade: Advertência
Autuada: SEALION DO BRASIL NAVEGAÇÃO LTDA
CNPJ: 02.873.558/0001-07
Processo: 25752.150883/2016-95
Expediente: 1948735/16-5
Área: CAJIS/DIRE4
Arquivamento: prescrição
Autuada: LANIA KARINA RECH
CPF: 061.***.***-00
Processo: 25351.674934/2019-41
Expediente: 3222720/19-5
Área: CAJIS/DIRE4
Penalidade: Advertência
Autuada: MARIA JOSÉ DOS SANTOS PRODUTOS FARMACÊUTICOS ME
CNPJ: 10.547.601/0001-72
Processo: 25351.606788/2010-01
Expediente: 800717/10-9
Área: CAJIS/DIRE4
Arquivamento: Empresa Baixada
Autuada: TWITTER BRASIL REDE DE INFORMAÇÃO LTDA
CNPJ: 16.954.565/0001-48
Processo: 25351.492634/2020-80
Expediente: 4098320/20-0
Área: CAJIS/DIRE4
Arquivamento: insubsistência

PATRICIA CRISTINA ANTUNES SEBASTIAO
Coordenadora de Atuação Administrativo e Julgamento das Infrações Sanitárias Substituta - CAJIS

RETIFICAÇÃO

No Despacho da Gerência de Gestão da Arrecadação nº 34, de 20 de agosto de 2021, publicado no Diário Oficial da União nº 160, de 24 de agosto de 2021, Seção 1, pág. 102,

Onde se lê:

"Autuado: JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA.
CNPJ:54.516.661/0073-78
Processo: 25759.128132/2016-41
Expediente: 1920843/16-0
Penalidade: MULTA NO VALOR DE R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS)"

Leia-se:

"Autuado: JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA
CNPJ:54.516.661/0073-78
Processo: 25759.128132/2016-41
Expediente: 1920843/16-0
Penalidade: MULTA NO VALOR DE R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS), TODAVIA, DOBRADA PARA R$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS) FACE A REINCIDÊNCIA"

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.514, DE 11 DE MAIO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução dE Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021;

considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde das empresas constantes no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Fabricante: PathoFinder B.V.
Endereço: Randwycksingel 45, 6229 EG, Maastricht, Limburgo - Holanda
Solicitante: Mobius Life Science Indústria e Comércio de Produtos para Laboratórios Ltda.
CNPJ: 04.645.160/0002-20
Autorização de Funcionamento: 8202046 Expediente: 2983732/20-7
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Produtos para diagnóstico de uso in vitro das classes III e IV.
Motivo: Em atendimento ao Art. 11 da RDC nº 204/2005: não apresentação de evidências sobre a validação do transporte em cadeia frio conforme notificação de exigência nº 4178750/21-1 e inconsistências entre a cronologia e horários de envio dos e-mails contendo evidências de saneamento de não conformidade.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.515, DE 11 DE MAIO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021,

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 39, da Resolução de Diretoria Colegiada-RDC nº 497, de 20 de maio de 2021, resolve:

Art. 1º Conceder a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde, por meio de sua renovação automática, às empresas constantes no anexo.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Fabricante: Sanmina (Shenzhen) Ltd.
Endereço: 1 Nan Ling Road, Xin Er Industrial District, Sha Jing, Bao An, 518125 - Shenzhen, China
Solicitante: Roche Diabetes Care do Brasil Ltda CNPJ: 23.552.2121/0001-87
Autorização de Funcionamento: 8141402 Expediente: 4549239/21-2
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Produtos para diagnóstico de uso in vitro da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática
---
Fabricante: Shandong Weigao Orthopaedic Device Co., Ltd.
Endereço: N° 26 Xiangjiang Road, Tourist Resorts, Weihai City, Shandong Province, 264203, China
Solicitante: MOVITEK Comércio e Serviços de Importação e Exportação de Produtos Médicos Hospitalares Ltda. CNPJ: 21.772.748/0001-82
Autorização de Funcionamento: 8120791 Expediente: 4264721/21-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico das classes III e IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática
---
Fabricante: Suzhou MicroPort Spine and Trauma, Co., Ltd.
Endereço: Area B, Building #2 - No. 112, Fangzhong Street - Suzhou Industrial Park - 215000 Suzhou Jiangsu, China
Solicitante: MicroPort Brasil Produtos Médicos Ltda. CNPJ: 19.062.556/0001-30
Autorização de Funcionamento: 8129084 Expediente: 4589579/21-9
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.516, DE 11 DE MAIO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021;

considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde das empresas constantes no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Empresa: GVS do Brasil Ltda. CNPJ: 02.527.107/0001-18
Endereço: Rodovia Cônego Cyriaco Scaranella Pires, n. 251, Jardim Progresso - Monte Mor/SP CEP: 13190-000
Autorização de Funcionamento: 8015868 Expediente: 2968745/20-4
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe III
Motivo: Em desacordo com o Art. 3° da RDC n. 25/2011: ausência de relatório de inspeção válido.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.527, DE 11 DE MAIO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021,

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Conceder a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde às empresas constantes no anexo.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Fabricante: Biosynex SA
Endereço: 22 Boulevard Sébastien Brant, Illkirch-Graffenstaden, Strasbourg, 67400 - França
Solicitante: Mandala Brasil Importação e Distribuição de Produto Médico Hospitalar Ltda. CNPJ: 09.117.476/0001-81
Autorização de Funcionamento: 8068636 Expediente: 4424475/21-2
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Produtos para diagnóstico de uso in vitro da classe III.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeções anteriores e abordagem baseada em risco.

Fabricante: Cocoon Medical International Ltd.
Endereço: District 4° NPZ Voenna Rampa-East, 18° First Bulgarian Army Str. - RLP VI 591, Sófia - Bulgária
Solicitante: Passrod Importação e Exportação de Produtos para Saúde Ltda.-ME CNPJ: 26185222/0001-10
Autorização de Funcionamento: 8150479 Expediente: 3158761/21-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Equipamentos de uso médico da classe III
Motivação: Subsidiado por relatório de inspeções anteriores e abordagem baseada em risco
---
Fabricante: CytoSorbents Inc.
Endereço: 7 Deer Park Drive, Suite K, Monmouth Junction, NJ , 08852 - Estados Unidos da América
Solicitante: Contatti Comércio e Representações Ltda. CNPJ: 90.108.283/0001-82
Autorização de Funcionamento: 8018557 Expediente: 4343384/21-7
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe III.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeções anteriores e abordagem baseada em risco.

Fabricante: Menicon Nect Co., Ltd.
Endereço: Gujo Plant, 15, Shimizumoto, Hachiman-cho Asahi, Gujo, Gifu, 501-4204 - Japão
Solicitante: VR Medical Importadora e Distribuidora de Produtos Médicos Ltda. CNPJ: 04718143/0001-94
Autorização de Funcionamento: 8010251 Expediente: 3631238/21-5
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe III.

Fabricante: Smith & Nephew Orthopaedics GmbH.
Endereço: Alemannenstrasse 14, Tuttlingen, Baden Württemberg, 78532 - Alemanha
Solicitante: Smith & Nephew Comércio de Produtos Médicos Ltda. CNPJ: 13.656.820/0001-88
Autorização de Funcionamento: 8080405 Expediente: 2767107/21-9
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico das classes III e IV.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeções anteriores e abordagem baseada em risco.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.528, DE 11 DE MAIO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021;

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Empresa: Contourline Equipamentos Médicos e Diagnósticos Ltda. CNPJ: 14.458.149/0002-04
Endereço: Rua Joaquim Dias Drumond, 100, Bairro Henrique Nery, Sete Lagoas - MG CEP: 35700333
Autorização de Funcionamento: 8236861 Expediente: 0349853/21-5
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Produtos para diagnóstico de uso in vitro da classe III.

Empresa: Hartmann Indústria e Comércio de Produtos Médico Hospitalares Ltda. CNPJ: 30667695/0001-20
Endereço: Av. Dr. Eugênio Borges, 1410, Arsenal, São Gonçalo - RJ CEP: 24751-000
Autorização de Funcionamento: 1010448 Expediente: 3761083/21-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Equipamentos de uso médico da classe III.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.529, DE 11 DE MAIO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021;

considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem, resolve:

Art. 1º Indeferir os pedidos de Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Produtos para Saúde das empresas constantes no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Empresa: Dhionatan Borges Mendes 03201966150 CNPJ: 36.767.490/0001-01
Endereço: Av. Jair Pinheiro, s/n, Quadra 10, Lote 01 - Lic Sul - Sinop/MT CEP: 78558-512
Autorização de Funcionamento: não possui Expediente: 1170372/20-1
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde.
Motivo: Em atendimento ao Art 11 da RDC 204/2005, não apresentação de Autorização de Funcionamento, não apresentação do relatório de inspeção, que ateste o cumprimento das boas práticas de distribuição e armazenagem, conforme solicitado na notificação de exigência n. 3653859/20-1.

Empresa: Dicorel Distribuidora de Medicamentos Ltda. CNPJ: 19.086.670/0001-09
Endereço: Rua Dom Bosco, n. 3201 - Samapi, Teresina/PI CEP: 64058-040
Autorização de Funcionamento: 8168374 Expediente: 0669949/20-5
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde.
Motivo: Em atendimento ao Art 11 da RDC 204/2005, pela não apresentação do relatório de inspeção que ateste o cumprimento das boas práticas de distribuição e armazenagem, conforme solicitado na notificação de exigência n. 3654389/20-6.

Empresa: Madrid Comércio de Produtos Médicos e Hospitalares Ltda. CNPJ: 11.355.931/0001-29
Endereço: Rua Araguaia n. 1763 Salas 512, 513, 514 e 515 - Freguesia (Jacarepaguá), Rio de Janeiro/RJ CEP: 22745-271
Autorização de Funcionamento: 8079317 Expediente: 0581599/20-9
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde.
Motivo: Em atendimento ao Art 11 da RDC 204/2005: não apresentação do relatório de inspeção que ateste o cumprimento das boas práticas de distribuição e armazenagem, conforme solicitado na notificação de exigência n. 3654400/20-1.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.530, DE 11 DE MAIO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021,

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Conceder a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Produtos para Saúde às empresas constantes no anexo.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 4 (quatro) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Empresa: A. R. Rodriguez & Cia Ltda. CNPJ: 04.562.591/0001-41
Endereço: Avenida Joaquim Nabuco, n. 2235 - Centro, Manaus - AM CEP: 69020-031
Autorização de Funcionamento: 8018298 Expediente: 3347044/21-5
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: C. C. Vieira e Morais Neto Ltda CNPJ: 17.033.801/0001-56
Endereço: Rua Angelim, n.º 90, Centro., Canaã dos Carajás - PA CEP: 68537-000
Autorização de Funcionamento: 8179817 Expediente: 0467393/22-2
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: Direct Med Comércio de Produtos para Saúde Ltda ME CNPJ: 18.129.564/0001-94
Endereço: SIA Tr 3/4 Lotes 625/695 Bloco C Salas 117/119/121 Zona Industrial Guará, Brasilia - DF CEP: 71200-038
Autorização de Funcionamento: 8102650 Expediente: 0358949/22-0
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde.

Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: Medsupply Comércio de Material Hospitalar Ltda. - ME CNPJ: 04.163.492/0001-97
Endereço: Avenida Ayrton Senna, n. 3000, Bloco II, Sala 217 - Barra da Tijuca, Rio de Janeiro - RJ CEP: 22775-904
Autorização de Funcionamento: 8102130 Expediente: 2114231/21-6
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.531, DE 11 DE MAIO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de inclusão e alteração na Certificação de Boas Práticas de Fabricação da empresa constante no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Empresa: NMT - New Medical Technology Ltda. ME CNPJ: 21.308.162/0001-61
Endereço: Rua Vigário Frei João, n° 601, Centro, Luzerna - SC CEP: 89609-000
Autorização de Funcionamento: 8174121 Expediente: 2031449/21-4
Solicitação de modificação ou acréscimo na certificação por inclusão de novo tipo de linha de produto
Motivo do Indeferimento: Em atendimento ao Art. 11 da RDC 204/2005: não apresentação de informações complementares solicitadas ao processo, conforme notificação de exigência 2607656/21-0, manifestando pela desistência da petição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.532, DE 11 DE MAIO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021,

Considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 39, da Resolução RDC nº 497, de 20 de maio de 2021, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Fabricante: Wacker Biotech GmbH
Endereço: Hans-Knöll Strasse 3 07745 Jena
País: Alemanha Código Único: A.001289
Solicitante: Laboratórios Bagó do Brasil S.A CNPJ: 04.748.181/0009-47
Expediente(s): 4531721/21-7
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumos farmacêuticos ativos biológicos: asparaginase.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.533, DE 11 DE MAIO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021,

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Insumos Farmacêuticos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Fabricante: Abbott Laboratories GmbH
Endereço: Justus-von-Liebig-Str. 33, 31535 Neustadt a. Rbge.
País: Alemanha Código Único: A.000593
Solicitante: Abbott Laboratórios do Brasil Ltda. CNPJ: 56.998.701/0001-16
Expediente(s): 417120221-3
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumos farmacêuticos ativos biológicos: pancreatina

Fabricante: Fidia Farmaceutici S.p.A.
Endereço: Via Ponte Della Fabbrica 3/A, 35031 Abano Terme, Padova
País: Itália Código único: A.000230
Solicitante: TRB Pharma Indústria Química e Farmacêutica Ltda. CNPJ: 61.455.192/0001-15
Expediente(s): 3942277/21-2
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumos farmacêuticos ativos biológicos: hialuronato de sódio.

Fabricante: Pfizer Ireland Pharmaceuticals
Endereço: Grange Castle Business Park, Clondalkin, Dublin 22
País: Irlanda Código Único: A.000635
Solicitante: Wyeth Indústria Farmacêutica Ltda. CNPJ: 61.072.393/0001-33
Expediente: 4531919/21-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumos farmacêuticos ativos biológicos: etanercepte, pegvisomanto (peguilação), somatrogon, trastuzumabe, polissacarídeos capsulares de Streptococcus pneumoniae sorotipos 1, 3, 4, 5, 6A, 6B, 7F, 9V, 14, 19A, 18C, 19F, 23F (conjugação), toxoide tetânico (purificação) e polissacarídeos capsulares de N. meningitidis dos tipos A, C, W e Y conjugados ao toxoide tetânico (pré-formulação).

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.534, DE 11 DE MAIO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021,

considerando a necessidade de inclusão na certificação de boas práticas de fabricação, prevista no Art. 11 da RDC nº 497, de 20 de maio de 2021, resolve:

Art. 1º Incluir o insumo farmacêutico ativo biológico denosumabe na certificação da empresa Immunex Rhode Island Corporation (A.001022), solicitada pela empresa Amgen Biotecnologia do Brasil Ltda, CNPJ n.º 18.774.815/0001-93, publicada pela Resolução RE n° 5.011, de 3 de dezembro de 2020, no Diário Oficial da União nº 233, de 7 de dezembro de 2020, seção 1, página 94, conforme expedientes nº 1047667/20-7 e 0081757/22-1.

Art. 2º Incluir o insumo farmacêutico ativo biológico risanquizumabe na certificação da empresa ABBVIE BIOTECHNOLOGY LTD, Barceloneta, EUA (A.000003), solicitada pela empresa Abbvie Farmacêutica Ltda CNPJ 15.800.545/0001-50 publicada pela Resolução RE nº 4.590, de 11 de novembro de 2020, no Diário Oficial da União nº 218, de 16 de novembro de 2020, seção 1, página 112, conforme expedientes 1523020/20-2 e 1310140/22-7.

Art. 3º Incluir o insumo farmacêutico ativo biológico betanonacogue pegol na certificação da empresa NOVO NORDISK A/S, Gentofte, Dinamarca (A.000443), solicitada pela empresa Novo Nordisk Farmacêutica do Brasil Ltda, CNPJ 82.277.955/0001-55, publicada pela Resolução RE nº 4.589, de 9 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 233, de 13 de dezembro de 2021, seção 1, páginas 225 e 226 conforme expedientes 2295880/21-1 e 0905146/22-1.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.535, DE 11 DE MAIO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021,

considerando a necessidade de alteração na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, resolve:

Art. 1º Alterar a razão social da empresa SANQUIN PLASMA PRODUCTS B.V. (Código único: A.001020) para PROTHYA BIOSOLUTIONS NETHERLAND B.V. em todas as certificações vigentes à data de 16 de maio de 2022.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.538, DE 11 DE MAIO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021,

Considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 39, da Resolução RDC nº 497, de 20 de maio de 2021, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

EMPRESA: Air Liquide Brasil LTDA - CNPJ: 00.331.788/0031-34 - AUTORIZ/MS: 2200003
ENDEREÇO: Rua Dois, 300. Lote 2
MUNICÍPIO: CONTAGEM - UF: MG - EXPEDIENTE: 4011751/21-
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Gases Medicinais (Embalagem primária): Gases Medicinais
.....
EMPRESA: GUERBET PRODUTOS RADIOLÓGICOS LTDA - CNPJ: 42.180.406/0001-43 - AUTORIZ/MS: 1049801
ENDEREÇO: RUA ANDRÉ ROCHA, N° 3000
MUNICÍPIO: RIO DE JANEIRO - UF: RJ - EXPEDIENTE: 3761215/21-5
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Soluções Parenterais de Grande Volume com Esterilização Terminal; Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Esterilização Terminal
.....
EMPRESA FABRICANTE: CELGENE INTERNATIONAL SÀRL
ENDEREÇO: ROUTE DE PERREUX 1, 2017 BOUDRY - PAÍS: SUÍÇA - CÓDIGO ÚNICO: A.000143
EMPRESA SOLICITANTE: AMGEN BIOTECNOLOGIA DO BRASIL LTDA. - CNPJ: 18.774.815/0001-93
AUTORIZ/MS: 1102440 - EXPEDIENTE(s): 3579186/21-3
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Comprimidos Revestidos
.....
EMPRESA FABRICANTE: MEDICAMEN BIOTECH LTD.
ENDEREÇO: SP - 1192 A & B, PHASE IV - INDUSTRIAL AREA - BHIWADI, DISTRITO ALWAR, RAJASTHAN - PAÍS: ÍNDIA - CÓDIGO ÚNICO: A.001019
EMPRESA SOLICITANTE: NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - CNPJ: 75.014.167/0001-00
AUTORIZ/MS: 1017952 - EXPEDIENTE(s): 4531746/21-0
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Comprimidos; Comprimidos Revestidos
.....
EMPRESA FABRICANTE: SCHERING PLOUGH, S.A. DE C.V
ENDEREÇO: AV. 16 DE SEPTIEMBRE Nº 301, C.P. 16090, XALTOCAN, XOCHIMILCO, DISTRITO FEDERAL - PAÍS: MÉXICO - CÓDIGO ÚNICO: A.000567
EMPRESA SOLICITANTE: MERCK SHARP & DOHME FARMACEUTICA LTDA. - CNPJ: 03.560.974/0001-18
AUTORIZ/MS: 1001711 - EXPEDIENTE(s): 4282433/21-3
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis (Embalagem secundária)
.....
EMPRESA FABRICANTE: CENEXI FONTENAY SOUS BOIS
ENDEREÇO: 52, RUE MARCEL ET JACQUES GAUCHER, 94120, FONTENAY-SOUS-BOIS - PAÍS: FRANÇA - CÓDIGO ÚNICO: A.000144
EMPRESA SOLICITANTE: ASPEN PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA - CNPJ: 02.433.631/0001-20
AUTORIZ/MS: 1037648 - EXPEDIENTE(s): 4570839/21-5
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Esterilização Terminal
.....
EMPRESA FABRICANTE: JSC BIOCAD
ENDEREÇO: PETROVO-DALNEE, KRASNOGORSK DISTRICT, MOSCOW REGION, 143422 - PAÍS: RÚSSIA (FEDERAÇÃO RUSSA) - CÓDIGO ÚNICO: A.001137
EMPRESA SOLICITANTE: BIOCADBRAZIL FARMACÊUTICA LTDA - CNPJ: 15.700.887/0001-06
AUTORIZ/MS: 1108408 - EXPEDIENTE(s): 4112528/21-3
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica
.....
EMPRESA FABRICANTE: DSM NUTRITIONAL PRODUCTS COLOMBIA S.A.
ENDEREÇO: PARQUE INDUSTRIAL TIBITOC LOTE 41B Y 42B KM 2,4 VIA BRICENO - ZIOAQUIRÁ DEL MUNICIPIO DE TOCANCIPÁ - CUNDINAMARCA - PAÍS: COLÔMBIA - CÓDIGO ÚNICO: A.001219
EMPRESA SOLICITANTE: CIFARMA CIENTÍFICA FARMACÊUTICA LTDA - CNPJ: 17.562.075/0001-69
AUTORIZ/MS: 1015601 - EXPEDIENTE(s): 4453004/21-4
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis (Granel): Pós
.....

EMPRESA FABRICANTE: ABBOTT LABORATORIES GMBH
ENDEREÇO: JUSTUS-VON-LIEBIG-STR. 33, 31535 NEUSTADT A. RBGE. - PAÍS: ALEMANHA - CÓDIGO ÚNICO: A.000593
EMPRESA SOLICITANTE: ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA - CNPJ: 56.998.701/0001-16
AUTORIZ/MS: 1005531 - EXPEDIENTE(s): 4171261/21-0
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Granulados Revestidos
Sólidos não estéreis (Granel): Cápsulas
.....
EMPRESA FABRICANTE: BHARAT SERUMS AND VACCINES LIMITED
ENDEREÇO: PLOT N° K-27, JAMBIVILI VILLAGE, ANAND NAGAR, ADDITIONAL MIDC - PAÍS: ÍNDIA - CÓDIGO ÚNICO: A.001389
EMPRESA SOLICITANTE: LABORATÓRIO QUÍMICO FARMACÊUTICO BERGAMO LTDA - CNPJ: 61.282.661/0001-41
AUTORIZ/MS: 1006461 - EXPEDIENTE(s): 4424371/21-2
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Pós Liofilizados
.....
EMPRESA FABRICANTE: SUN PHARMACEUTICAL INDUSTRIES LTD.
ENDEREÇO: HALOL BARODA HIGHWAY, HALOL-389 350 DIST: PANCHMAHAL, GUJARAT STATE. - PAÍS: ÍNDIA - CÓDIGO ÚNICO: A.000601
EMPRESA SOLICITANTE: SUN FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA - CNPJ: 05.035.244/0001-23
AUTORIZ/MS: 1046820 - EXPEDIENTE(s): 4126336/21-4
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Pós Liofilizados; Soluções com Preparação Asséptica; Soluções Parenterais de Grande Volume com Preparação Asséptica; Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica
.....
EMPRESA FABRICANTE: AUROBINDO PHARMA LIMITED - UNIT III
ENDEREÇO: SURVEY N° 313 AND 314, BACHUPALLY VILLAGE - BACHUPALLY MANDAL - MEDCHAL-MALKAJGIRI DISTRICT - TELANGANA STATE - PAÍS: ÍNDIA - CÓDIGO ÚNICO: A.000054
EMPRESA SOLICITANTE: AUROBINDO PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LIMITADA - CNPJ: 04.301.884/0001-75
AUTORIZ/MS: 1051679 - EXPEDIENTE(s): 4589704/21-8
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Cápsulas; Comprimidos; Comprimidos Revestidos
.....
EMPRESA FABRICANTE: ABBVIE BIOTECHNOLOGY LTD
ENDEREÇO: ROAD N°. 2, KM. 59.2, BARCELONETA, PR 00617 - PAÍS: PORTO RICO - CÓDIGO ÚNICO: A.000003
EMPRESA SOLICITANTE: ABBVIE FARMACÊUTICA LTDA. - CNPJ: 15.800.545/0001-50
AUTORIZ/MS: 1098607 - EXPEDIENTE(s): 4570300/21-9
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica
.....
EMPRESA FABRICANTE: VIANEX S.A.
ENDEREÇO: 16TH KM MARATHONOS AVE, PLANT C, 15351 PALLINI, ATTICA - GREECE - PAÍS: GRÉCIA - CÓDIGO ÚNICO: A.001160
EMPRESA SOLICITANTE: ELI LILLY DO BRASIL LTDA - CNPJ: 43.940.618/0001-44
AUTORIZ/MS: 1012603 - EXPEDIENTE(s): 4355422/21-6
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis (Granel): Pós Liofilizados

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.539, DE 11 DE MAIO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021,

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 4 (quatro) anos a partir da sua publicação.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

EMPRESA: ELLO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI - CNPJ: 03.748.673/0001-12 - AUTORIZ/MS: 1109175 - AE: 1149227
ENDEREÇO: RUA SANTA ANA, 1170
MUNICÍPIO: TERESINA - UF: PI - EXPEDIENTE: 2413597/22-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E/OU ARMAZENAGEM: Medicamentos

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.540, DE 11 DE MAIO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021,

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) Empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

EMPRESA: LIBBS FARMACÊUTICA LTDA - CNPJ: 61.230.314/0005-07 - AUTORIZ/MS: 1000333
ENDEREÇO: RUA ALBERTO CORREIA FRANCFORT, Nº 88
MUNICÍPIO: EMBU DAS ARTES - UF: SP - EXPEDIENTE: 3812437/21-0
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Líquidos não estéreis: Soluções; Suspensões; Xaropes
.....
EMPRESA: LIBBS FARMACÊUTICA LTDA - CNPJ: 61.230.314/0005-07 - AUTORIZ/MS: 1000333
ENDEREÇO: RUA ALBERTO CORREIA FRANCFORT, Nº 88
MUNICÍPIO: EMBU DAS ARTES - UF: SP - EXPEDIENTE: 3812238/21-7
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Géis com Preparação Asséptica; Pós Liofilizados; Soluções com Preparação Asséptica; Soluções Parenterais de Grande Volume com Preparação Asséptica; Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica; Suspensões com Preparação Asséptica
.....
EMPRESA: LIBBS FARMACÊUTICA LTDA - CNPJ: 61.230.314/0005-07 - AUTORIZ/MS: 1000333
ENDEREÇO: RUA ALBERTO CORREIA FRANCFORT, Nº 88
MUNICÍPIO: EMBU DAS ARTES - UF: SP - EXPEDIENTE: 3812318/21-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Cápsulas; Comprimidos; Comprimidos Revestidos; Pós
.....
EMPRESA: LIBBS FARMACÊUTICA LTDA - CNPJ: 61.230.314/0005-07 - AUTORIZ/MS: 1000333
ENDEREÇO: RUA ALBERTO CORREIA FRANCFORT, Nº 88
MUNICÍPIO: EMBU DAS ARTES - UF: SP - EXPEDIENTE: 3812233/21-5
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Semissólidos não estéreis: Cremes; Géis; Pomadas
.....
EMPRESA FABRICANTE: CSL BEHRING AG
ENDEREÇO: UNTERMATTWEG 8, CH-3027 BERN - PAÍS: SUÍÇA - CÓDIGO ÚNICO: A.000171
EMPRESA SOLICITANTE: CSL BEHRING COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - CNPJ: 62.969.589/0001-98
AUTORIZ/MS: 1001510 - EXPEDIENTE(s): 3262645/21-4
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis (Embalagem secundária)
.....
EMPRESA FABRICANTE: VETTER PHARMA-FERTIGUNG GMBH & CO. KG.
ENDEREÇO: MOOSWIESEN 2, 88214, RAVENSBURG - PAÍS: ALEMANHA - CÓDIGO ÚNICO: A.000624
EMPRESA SOLICITANTE: ABBVIE FARMACÊUTICA LTDA. - CNPJ: 15.800.545/0001-50
AUTORIZ/MS: 1098607 - EXPEDIENTE(s): 4570349/21-8
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica
.....
EMPRESA FABRICANTE: FIDIA FARMACEUTICI S.P.A
ENDEREÇO: VIA PONTE DELLA FABBRICA 3/A - 35031 - ABANO TERME, PADOVA - PAÍS: ITÁLIA - CÓDIGO ÚNICO: A.000230
EMPRESA SOLICITANTE: TRB PHARMA INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA - CNPJ: 61.455.192/0001-15
AUTORIZ/MS: 1003417 - EXPEDIENTE(s): 3942466/21-0
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Esterilização Terminal
.....
EMPRESA FABRICANTE: PFIZER IRELAND PHARMACEUTICALS
ENDEREÇO: GRANGE CASTLE BUSINESS PARK, CLONDALKIN, DUBLIN 22 - PAÍS: IRLANDA - CÓDIGO ÚNICO: A.000635
EMPRESA SOLICITANTE: WYETH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA - CNPJ: 61.072.393/0001-33
AUTORIZ/MS: 1021101 - EXPEDIENTE(s): 4210517/21-6
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis (Granel): Suspensões Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.541, DE 11 DE MAIO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021,

considerando a necessidade de inclusão na certificação de boas práticas de fabricação, prevista no Art. 11 da RDC nº 497, de 20 de maio de 2021, resolve:

Art. 1º Incluir a forma farmacêutica Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica na certificação da empresa INOVAT INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA, CNPJ nº 27.864.378/0001-90, publicada pela Resolução - RE nº 1.296, de 29 de março de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 60, de 30 de março de 2021, Seção 1, página 197, conforme expedientes nº 0413800/21-1 e 2478259/22-2.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.542, DE 12 DE MAIO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Fabricante: Alifax S.r.l.
Endereço: Via Merano, 30, Nimis - 33045 - Itália
Solicitante: Alifax Brasil Comer., Exp., Imp., Dist. de Equipamentos e Reagentes para Diagnostico In Vitro Ltda. CNPJ: 31.167.508/0001-02
Autorização de Funcionamento: 8.18.167-2 Expediente: 0963158/22-8
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Produtos para diagnóstico de uso in vitro da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa
Fabricante: Argon Medical Devices, Inc.
Endereço: 1445 Flat Creek Road, Athens, 75751, Texas - Estados Unidos da América.
Solicitante: Ecomed Comércio de Produtos Médicos Ltda. CNPJ: 29.992.682/0001-48
Autorização de Funcionamento: 1.03.378-5 Expediente: 4667425/21-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico das classes III e IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa
Fabricante: Changzhou Biomet Medical Devices Co., Ltd.
Endereço: No. 235 Chuangxin Road Epz Xinbei District, Changzhou City, Jiangsu Province, 213031 - China
Solicitante: Biomet 3I do Brasil Comércio de Aparelhos Médicos Ltda. CNPJ: 02.913.684/0001-48
Autorização de Funcionamento: 8.00.446-8 Expediente: 4247587/21-8
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa
Empresa: JJGC Indústria e Comércio de Materiais Dentários S.A. CNPJ: 00.489.050/0001-84
Endereço: Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira nº 3.291, Cidade Industrial, Curitiba, Paraná, Brasil CEP: 81.270-200
Autorização de Funcionamento: 1.03.444-2 Expediente: 3459476/21-4
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico das classes III e IV.
Fabricante: Nuvasive Specialized Orthopedics, Inc.
Endereço: 101 Enterprise Ste 100, Aliso Viejo, California, 92656, Estados Unidos da América
Solicitante: Nuvasive Brasil Comercial LTDA CNPJ: 01.213.619/0001-47
Autorização de Funcionamento: 8.00.746-4 Expediente: 4478830/20-7
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico das classes III e IV.

Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa
Fabricante: Osartis GmbH
Endereço: Lagerstraβe 11-15, Dieburg, 64807, Alemanha
Solicitante: LAS - Latim American Solutions Importação e Exportação Ltda CNPJ: 09.183.319/0001-74
Autorização de Funcionamento: 8.05.171-9 Expediente: 2476874/22-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico das classes III e IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa
Fabricante: Roche Diagnostics GmbH
Endereço: Nonnenwald 2, 82377, Penzberg, Alemanha
Solicitante: Roche Diagnóstica Brasil Ltda CNPJ: 30.280.358/0001-86
Autorização de Funcionamento: 1.02.874-1 Expediente: 3616974/21-6
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Produtos para diagnóstico de uso in vitro das classes III e IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.543, DE 12 DE MAIO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Conceder a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde, por meio de sua renovação automática, à empresa constante no anexo.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Empresa: Chembio Diagnostics Brazil Ltda. CNPJ: 09.449.181/0001-02
Endereço: Estrada dos Bandeirantes, 11742 Parte, Vargem Pequena, Rio de Janeiro/RJ. CEP:22783-111
Autorização de Funcionamento: 8.05.352-4 Expediente: 2735819/21-3
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Produtos para diagnóstico de uso in vitro das classes III e IV
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios de renovação automática
Fabricante: Euroimmun Medizinische Labordiagnostika AG
Endereço: Werkstrasse 2-22, 23942, Dassow, Mecklemburgo-Pomerânia Ocidental, Alemanha
Solicitante: Euroimmun Brasil Importação e Distribuição Ltda. CNPJ: 93.741.726/0002-47
Autorização de Funcionamento: 8.11.485-6 Expediente: 3617171/21-4
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Produtos para diagnóstico de uso in vitro das classes III e IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios de renovação automática

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.561, DE 12 DE MAIO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021; considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 39, da Resolução de Diretoria Colegiada-RDC nº 497, de 20 de maio de 2021, resolve:

Art. 1º Conceder a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Cosméticos, Produtos de Higiene Pessoal e Perfumes, por meio de sua renovação automática, à empresa constante no anexo.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

EMPRESA: A.W. FABER CASTELL S/A - CNPJ: 56.596.908/0001-52 - AUTORIZ/MS: 2.00121-5
ENDEREÇO: R. CEL. JOSÉ AUGUSTO DE OLIVEIRA SALLES, Nº 1876 - BAIRRO DO MELLO
MUNICÍPIO: SÃO CARLOS - UF: SP - EXPEDIENTE: 4011971/21-9
ASSUNTO: 70424 - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - RENOVAÇÃO DE CERTIFICAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO PARA AINDÚSTRIA NACIONAL - LINHA: SÓLIDOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.587, DE 13 DE MAIO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar a medida preventiva constante no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Empresa: DNA COSMETICS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - CNPJ: 27.661.501/0001-75
Produto - (Lote): BCLAR - PRÉ WORKOUT(TODOS);
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 2720272/22-1
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento, Suspensão - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando que o produto BCLAR - PRÉ WORKOUT foi indevidamente notificado como produto cosmético nesta Agência em desacordo com o Anexo I da resolução RDC n.º 07, de 10 de fevereiro de 2015 e inciso V do art. 3º da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.588, DE 13 DE MAIO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Revogar a Resolução-RE nº 2.440, de 18 de junho de 2021, publicada no DOU nº 114, de 21 de junho de 2021, Seção 1, pág. 129, conforme consta no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

1. Empresa: ICONACY ORTHOPEDIC IMPLANTS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 07.372.557/0001-00
Produto - (Lote): ACETABULO CIMENTADO DE CERAMICA COM "BACK" DE POLIETILENO LUMINNI(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);Acetábulo Cimentado de Polietileno Luminni(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);Acetábulo Cimentado em UHMWPE I-Tapper(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);Acetábulo I - TAPPER(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);Acetábulos I - Hip Revision(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);Acetábulos I - Hip Trabecular Metal(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);AGULHA DE NITINOL PARA PINÇA PARA ARTROSCOPIA(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);Âncora Óssea de Titânio Ancoraggi(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);ÂNCORA ÓSSEA DE TITÂNIO ANCORAGGI ECO(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);ÂNCORA ÓSSEA DE TITÂNIO ANCORAGGI HL(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);Bisturi para Artroscopia(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);CABECA FEMORAL DE ALUMINA(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);Cabeça Femoral de Cerâmica I - Delta(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);CABECA FEMORAL DE LIGA DE ACO INOXIDAVEL(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);Cabeça Femoral de Zircônia(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);Cabeça Femoral Modular em CoCrMo I - TAPPER(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);CABO DE LUZ SÉRIE CONSILIUM(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);CAGE CERVICAL(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);CAIXAS LIMA(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);CAIXAS PARA INSTRUMENTAIS LIMA(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);Caixas Proind(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);CÂNULA LÂMINA PARA ARTROSCOPIA(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);CÂNULA LÂMINA PARA ARTROSCOPIA (LÂMINA DE SHAVER)(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);Cânulas para Artroscopia(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);Componente Femoral Cimentado Revision I - Knee(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);Componente Tibial Fixo Cimentado I - Knee(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);Componente Tibial Móvel Cimentado I - Knee(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);Componentes Acetabulares Iconacy(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);CONECTOR DE TRAVAMENTO TRANSVERSO - CTT(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);CR - Componente Femoral Cimentado Sem Restrição I - Knee(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);CR - Inserto Tibial Fixo Sem Restrição I - knee(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);CR - Inserto Tibial Móvel Sem Restrição I - Knee(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);Distratores Temporários Para Pálato(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);Equipo de Irrigação para Artroscopia(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);ET DEVICE(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);ETD8(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);FIO GUIA ORTOPÉDICO PROIND(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);FIXADOR EXTERNO ICONACY(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);FIXADOR EXTERNO TUBULAR(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);GANCHO PARA SISTEMA DE COLUNA TWISTER(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);Haste Femoral Cimentada IP(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);Haste Femoral Cimentada I-P-OF(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);HASTE FEMORAL DE LIGA DE CrNiMo LUMINNI(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);HASTE FEMORAL DE LIGA DE CROMO COBALTO MOLIBIDENIO LUMINNI(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);Haste Femoral Modular I - Hip Revision(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);Haste Femoral Não Cimentada I - Hip(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);Haste Femoral Não Cimentada I - TAPPER(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);HASTES PARA SISTEMA DE COLUNA TWISTER(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);Insert de Cerâmica I - Delta(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);Inserto Tibial com Parafuso de Bloqueio - Revision I - Knee(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);Inserto Tibial com Pino - Revision I-Knee(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);Inserts I - TAPPER(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);INSTRUMENTAIS CIRÚRGICOS ARTICULADOS NÃO CORTANTES PROIND(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);INSTRUMENTAIS CIRURGICOS EM AÇO INOX NÃO ARTICULADOS CORTANTES ICONACY(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);INSTRUMENTAIS CIRÚRGICOS NÃO ARTICULADOS CORTANTES ICONACY(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);INSTRUMENTAIS DE PROVA ICONACY(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);INSTRUMENTAIS EM AÇO INOX ARTICULADOS CORTANTES PROIND(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);INSTRUMENTAIS EM AÇO INOX ARTICULADOS NÃO CORTANTES PROIND(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);INSTRUMENTAIS EM AÇO INOX E COPOLIMERO ACETAL ARTICULADOS NÃO CORTANTES LIMA(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);INSTRUMENTAIS EM AÇO INOX E COPOLIMERO ACETAL NÃO ARTICULADO NÃO CORTANTES LIMA(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);INSTRUMENTAIS EM AÇO INOX E COPOLIMERO ACETAL NÃO ARTICULADO NÃO CORTANTES PROIND(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);INSTRUMENTAIS EM AÇO INOX NÃO ARTICULADO NÃO CORTANTES LIMA(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);INSTRUMENTAIS EM AÇO INOX NÃO ARTICULADOS CORTANTES LIMA(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);INSTRUMENTAIS EM CoCrMo NÃO ARTICULADOS NÃO CORTANTES ICONACY(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);INSTRUMENTAIS EM CoCrMo NÃO ARTICULADOS NÃO CORTANTES LIMA(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);INSTRUMENTAIS EM COPOLIMERO ACETAL NÃO ARTICULADOS NÃO CORTANTES LIMA(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);INSTRUMENTAIS EM COPOLIMERO ACETAL NÃO ARTICULADOS NÃO CORTANTES PROIND(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);INSTRUMENTAIS EM PROPYLUX NÃO ARTICULADOS NÃO CORTANTES LIMA(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);INSTRUMENTAIS EM PROPYLUX NÃO ARTICULADOS NÃO CORTANTES PROIND(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);INSTRUMENTAIS EM Ti6Al4V NÃO ARTICULADOS NÃO CORTANTES PROIND(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);INSTRUMENTAIS EM Ti6A14V NÃO ARTICULADOS NÃO CORTANTES LIMA(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);INSTRUMENTAIS EM ULTEM NÃO ARTICULADOS NÃO CORTANTES PROIND(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);INSTRUMENTAIS NÃO ARTICULADOS NÃO CORTANTES ICONACY(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);Instrumentais para Fixador Externo Tubular(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);KIT ACETABULAR CUP INSTRUMENT SET FAST REAMER(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);KIT DE INSTRUMENTAIS CIRURGICOS PARA SISTEMA DE COLUNA TWISTER(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);KIT DE INSTRUMENTAIS LCP PROIND(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);KIT DE INSTRUMENTAIS PARA ANCORA ICONACY(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);Kit de Instrumentais para Cage Cervical Proind(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);KIT DE INSTRUMENTAIS PARA CAGE LOMBAR(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);KIT DE INSTRUMENTAIS PARA FIXADOR EXTERNO PROIND(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);KIT DE INSTRUMENTAIS PARA TÉCNICA DE GARDEN(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);KIT INSTRUMENTAL BONE PIC(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);KIT INSTRUMENTAL PARA ARTROSCOPIA DE JOELHO PROIND(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);KIT INSTRUMENTAL PARA ARTROSCOPIA DE OMBRO PROIND(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);KIT INSTRUMENTAL PARA PROTESE TOTAL DE JOELHO PROIND(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);KIT INSTRUMENTAL PARA PROTESE TOTAL DE QUADRIL PROIND(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);LÂMINA DE TUNEL DE CARPO(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);LÂMINAS DE SERRAS ÓSSEAS(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);Liner de Polietileno Universal Iconacy(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);MOLDES PARA ESPAÇADOR DE QUADRIL E JOELHO PROIND(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);PARAFUSO LIGAMENTAR CANULADO PCL(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);PARAFUSO LIGAMENTAR SÓLIDO PLS(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);PARAFUSO TRAVA TWISTER HEXALOBULAR E SEXTAVADO(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);PARAFUSOS TWISTER(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);PINOS PARA TÉCNICA DE GARDEN(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);Prótese Patelar I - Knee(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);PS - Componente Femoral Cimentado com Restrição I - Knee(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);PS - Inserto Tibial Fixo Com Restrição I - Knee(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);PS - Inserto Tibial Móvel com Restrição I - Knee(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);SINGLE USE ACETABULAR CUP(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);Sistema de Coluna Twister(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);SISTEMA DE PRÓTESE TOTAL DE JOELHO CIMENTADA MULTIGEN PLUS 1(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);SISTEMA DE PRÓTESE TOTAL DE JOELHO CIMENTADA MULTIGEN PLUS 2(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);Sistema de Prótese Total de Joelho Cimentada Multigen Plus 3(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);SISTEMA DE PRÓTESE TOTAL DE JOELHO CIMENTADA MULTIGEN PLUS 4(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);SISTEMA DE PRÓTESE TOTAL DE QUADRIL CIMENTADA FRIENDLY(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);SISTEMA DE PRÓTESE TOTAL DE QUADRIL NÃO CIMENTADA SELF LOCKING(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);SISTEMA DE TRAVAMENTO PARA SISTEMA DE COLUNA TWISTER(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);Z0449-01- Tubing Set(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);11-18019-900-01 Kit de Instrumentais I - Hip 1 - Femoral Instruments(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);11-18019-900-02-Kit de Instrumentais I - Hip 2 - Acetabular Reamer(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);11-18019-900-03 - Kit de Instrumentais I - Hip 3 - Acetabular Instruments(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);66-150000 - Kit Instrumental de Fresas Acetabulares Fast Iconacy(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);66-160000 - Kit de Instrumentais para Acetábulos I - Tapper e Acetábulos Trabeculares Iconacy(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);66-170000 - Kit de Instrumentais para Haste Femoral I - Tapper

Iconacy(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);66-180000 - Kit de Instrumentais nº 1 para Haste Femoral Modular I - Hip Revision(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);66-190000 - KIT DE INSTRUMENTAIS PARA ACETÁBULOS TMW E TMR ICONACY(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);66-200000 - Kit de Instrumentais nº 2 para Haste Femoral Modular I - Hip Revision(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);66-210000 - Kit de Instrumentais nº 3 para Haste Femoral Modular I - Hip Revision(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);66-220000 - KIT DE INSTRUMENTAIS PARA PARAFUSO ÓSSEO ICONACY(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);66-230000 - Kit de Instrumentais para Haste Femoral Cimentada Iconacy(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);66-240000 - KIT INSTRUMENTAL PARA DUO MOBILITY SYSTEM(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);66-280000 - Kit Instrumental de Provas de Cabeças Femorais(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);66-320000 - KIT INSTRUMENTAL PARA HASTE FEMORAL MODULAR I - HIP REVISION(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);66-330000 - KIT INSTRUMENTAL DE FRESAS E PROVAS PARA HASTE FEMORAL MODULAR I - HIP REVISION(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);66-430000 - KIT INSTRUMENTAL PARA HASTE FEMORAL CIMENTADA IP-OF(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);68-010000 - KIT DE INSTRUMENTAIS PARA COMPONENTE FEMORAL ICONACY(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);68-020000 - Kit de Instrumentais para Componente Tibial Iconacy(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);68-030000 - Kit de Instrumentais Impactores Iconacy(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);68-040000 - KIT DE INSTRUMENTAIS DE PROVAS TIBIAIS ICONACY(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);68-050000 - KIT DE PROVAS DE COMPONENTES FEMORAIS ICONACY(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);68-060000 - Kit de Instrumentais para Patela Iconacy(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);68-070000 - KIT DE INSTRUMENTAIS I - KNEE UNI FEMORAL ICONACY TAMANHO GRANDE(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);68-080000 - KIT DE INSTRUMENTAIS I - KNEE UNI FEMORAL ICONACY TAMANHO MÉDIO(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);68-090000 - KIT DE INSTRUMENTAIS I- KNEE UNI FEMORAL ICONACY TAMANHO PEQUENO(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);68-100000 - KIT DE INSTRUMENTAIS I - KNEE UNI TIBIAL ICONACY(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);68-110000 - KIT INSTRUMENTAL PARA CALÇOS TRABECULARES FEMORAIS I - KNEE(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);68-120000 - KIT INSTRUMENTAL PARA CALÇOS TRABECULARES TIBIAIS I - KNEE(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);68-130000 - Kit de Instrumentais para Componente Femoral Patelar I-KNEE FP Iconacy(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);71-000000 - Prensa Duo Mobility(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);71-010000 - Mini Prensa Para Duo Mobility(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);88-888811 - Kit de Cimentação Iconacy(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);9038.15.000 Instrument Set n. 1 for Revision Femoral Stem(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);9038.16.000 Instrument Set n. 2 for Revision Femoral Stem(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);9038.17.000 Instrument Set n. 3 for Revision Femoral Stem(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);9041.20.000 - Easy Instrument Set for Friendly Femoral Stem(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);9055.33.000 - Instrument Set for Delta-One-TT, Delta-Revision(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);9055.55.000 Instrument Set for Delta PF Cups(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);9066.12.000 Multigen Plus - Evolute Femoral Set n. 1(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);9066.22.000 Multigen Plus Knee - Evolute Instrument Tibial Set n. 2(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);9066.41.000 Multigen Plus - Patellar Set n. 7(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);9066.42.000 Evolute - Symmetric Tibial Trial Component Set n. 4(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);9066.47.000 Multigen Plus - CCK- H Common Set n. 8(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);9066.48.000 Multigen Plus - CCK- H Tibia Set n. 9(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);9066.49.000 Multigen Plus - CCK - H Femur Set n. 10(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);9066.55.000 CCK Base Set n. 1(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);9066.56.000 CCK Base Set n. 2(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);9084.20.000 - Instruments Set for Bone Screw(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);9084.21.000 - Set for Bone Screws(LOTES A PARTIR DE 28/11/2019);
Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)
Expediente nº: 2417012/22-7
Assunto: 70358 - Revogação de Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização revogadas: Suspensão - Comercialização, Distribuição, Exportação, Fabricação
Motivação: Em atendimento ao Agravo de Instrumento nº. 1029270-52.2021.4.01.0000, do Tribunal Regional Federal da Primeira Região

RETIFICAÇÃO

Na Resolução RE nº 745, de 9 de março de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº. 49, de 14 de março de 2022, Seção 1, págs. 118 e 119, conforme expedientes nº 0432380/22-1 e 1086453/22-1.

Onde se lê: 11 rue du Bois Joli

Leia-se: 1 rue du Bois Joli

RETIFICAÇÃO

Na Resolução-RE nº 3.659, de 16 de setembro de 2020, no Diário Oficial da União nº. 181, de 21 de setembro de 2020, Seção 1, referente a certificação da empresa Einco Biomaterial Ltda., CNPJ n.º 00.332.420/0001-75, conforme expedientes 0501278/20-6, 1133492/21-5 e 1342590/22-8.

Onde se lê: Equipamentos de uso médico da classe III

Leia-se: Materiais de uso médico das classes III e IV

Na Resolução - RE nº 590, de 23 de fevereiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº. 41, de 2 de março de 2022, Seção 1, pág. 188, referente à certificação da empresa Hyperdinâmica Representações Comerciais Ltda., CNPJ n.º 02.536.680/0001-98, conforme expedientes nº 3316523/21-9 e 1155975/22-7.

Onde se lê: Rua 24 de Maio, 1415 - Rebouças Curitiba/PR CEP: 80220-060

Leia-se: Rua Professor Brandão, n. 65 - Alto da Rua XV, Curitiba/PR, CEP: 80045-135

COORDENAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.589, DE 13 DE MAIO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

HANNA RUS FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA - ME / 06.376.064/0001-78
25351.151506/2005-40 / 1371304
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2575523224

DF TRANSPORTES E LOGISTICA EIRELLI / 11.028.793/0002-54
25351.329120/2018-74 / 1177780
70804 - AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO / 1547940221

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.590, DE 13 DE MAIO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Tornar insubsistente a publicação de deferimento de concessão de Autorização de Funcionamento de Empresas, publicada pela Resolução n° 989, DE 30 DE MARÇO DE 2022, no Diário Oficial da União nº 62 de 31 de março de 2022, Seção 01 págs. 373 e 375.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

NP QUIMICA EIRELI / 41.370.722/0001-15 25351.222706/2022-95 / 3112212 740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1286258227

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.591, DE 13 DE MAIO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Tornar insubsistente a Concessão de Autorização Especial para a Empresa, abaixo citada, publicada pela Resolução - RE n° 4.651 de 10 de dezembro de 2021, no Diário Oficial da União nº 233 de 13 de dezembro de 2021, Seção 01 pág. 231.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

ERC ATACADO DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA / 42.020.253/0001-77
25351.722143/2021-50 / 1266677
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) /
4744311211

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.592, DE 13 DE MAIO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

M. MELO DROGARIA LTDA / 44.536.657/0001-43
25351.508036/2022-00 / 7899172
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2524372221

THIAGO G. DSTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E LOGISTICA LTDA / 44.037.882/0001-35
25351.522207/2022-03 / 1274379
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2656058228

MARYANNA CARVALHO LEAL OLIMPIO DE MELO LTDA / 44.425.599/0001-80
25351.508011/2022-06 / 7899064
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2524325220

NETTO COMERCIAL LTDA / 43.782.982/0001-23
25351.250059/2022-10 / 7899201
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2575510222

DROGARIA FERREIRA E DE PAULA LTDA / 45.349.976/0001-02
25351.162190/2022-12 / 7899215
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2528670226

ECCO DISTRIBUIDORA DE MATERIAL LTDA / 45.003.125/0001-03
25351.523784/2022-12 / 8248149
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2665641224

S L DA SILVA MENDES / 45.857.335/0001-69
25351.508002/2022-15 / 7898987
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2524302221

Farmácia de Manipulação Anagalis LTDA / 04.540.131/0007-08
25351.511279/2022-17 / 7899281
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2537658226

MMC COMERCIO DE COSMETICOS LTDA / 37.455.984/0002-96
25351.522195/2022-17 / 4045375
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2656024226

DISFARMA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS DA AMAZÔNIA LTDA / 32.128.139/0001-01
25351.516661/2022-17 / 8248092
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2603158228

FARMACIA KAMILLY LTDA / 44.171.158/0001-08
25351.508000/2022-18 / 7898960
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2524296222

SG FARMA LTDA / 44.432.327/0001-08
25351.508023/2022-22 / 7899107
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2524351229

A ROCHA LIMA COMERCIO VAREJISTA DE PROD FARMACEUTICOS LTDA / 41.150.599/0001-27
25351.508030/2022-24 / 7899138
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2524360228

DROGARIA TIJUCO LTDA / 41.967.806/0001-30
25351.508009/2022-29 / 7899047
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2524319225
---
farmacia guerra / 44.284.709/0001-31
25351.508007/2022-30 / 7899033
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2524315222
---
casa clean indústria de produtos de limpeza ltda / 18.118.635/0001-53
25351.522270/2022-31 / 3113374
712 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 2656195225

PDV MEDICAMENTOS LTDA / 35.647.288/0001-75
25351.508014/2022-31 / 7899081

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2524334229

DROGARIA ASSEMBLEIA LTDA / 46.064.510/0001-23
25351.507998/2022-33 / 7898942
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2524287223

LOG DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR E HIGIENE PESSOAL LTDA / 37.844.417/0001-40
25351.063031/2022-36 / 8245216
859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 0467521221

VIVI NATURALIS MANIPULAÇÃO E DROGARIA / 44.609.392/0001-66
25351.068431/2022-38 / 7899306
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0492493222

COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 88.212.113/1111-90
25351.511275/2022-39 / 7899250
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2537646222

G G DOS SANTOS COMERCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS EIRELI / 33.777.460/0003-41
25351.511273/2022-40 / 7899232
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2537640223

45.592.059 LTDA / 45.592.059/0001-54
25351.511280/2022-41 / 7899294
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2537661226

D P DA SILVA MATOS ME / 25.452.238/0001-89
25351.508005/2022-41 / 7899016
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2524309228

HOFFMANN & GOMES LTDA-EPP / 08.093.976/0001-68
25351.523674/2022-42 / 4045392
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2665375222

CASTELO IMPORTAÇÃO LTDA / 23.636.431/0001-44
25351.068253/2022-45 / 8248089
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0491346221

R A OLIVEIRA GOMES LTDA / 34.624.346/0001-82
25351.508037/2022-46 / 7899186
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2524375226

DISTRISOL DISTRIBUIDORA DE MATERIAL LTDA / 41.350.665/0001-02
25351.522247/2022-47 / 8248121
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2656137225
---
farmacia preço baixo itaoca ltda / 45.738.249/0001-37
25351.508003/2022-51 / 7898991
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2524305225

M. F. VILANOVA LTDA / 37.366.191/0001-10
25351.508010/2022-53 / 7899051
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2524322225

M DE L DA S LAGES / 44.621.439/0001-07
25351.508028/2022-55 / 7899124
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2524357228

DEOCLECIANO R DE AZEVEDO NETO / 44.901.778/0001-47
25351.508035/2022-57 / 7899169
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2524369221

LOTUS LOGISTICA LTDA / 17.056.143/0001-18
25351.523697/2022-57 / 3113391
734 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ARMAZENADORA (SOMENTE MATRIZ) / 2665469227

ECCO DISTRIBUIDORA DE MATERIAL LTDA / 45.003.125/0001-03
25351.523785/2022-59 / 4045404
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2665642221
25351.523783/2022-60 / 3113403
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2665640228

DROGARIA BERTOLLI LTDA / 45.103.209/0001-19
25351.187965/2022-62 / 7899229
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2480786229

A B FARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 45.515.858/0001-27
25351.508001/2022-62 / 7898973
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2524299227

Rafael de Oliveira Ambrosio 12087204659 / 42.773.220/0001-06
25351.523913/2022-64 / 8248166
860 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - VAREJISTA / 2665944227

RUSCETTO & RUSCETTO DROGARIA E PERFUMARIA LTDA ME / 27.544.779/0002-43
25351.042832/2022-68 / 7898939
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0334614225

R F M MOTA DROGARIA LTDA / 44.547.820/0001-73
25351.508033/2022-68 / 7899155
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2524366227

UPLOG TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA / 04.699.993/0001-92
25351.523809/2022-70 / 4045418
728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 2665683229

Farmácia de Manipulação Anagalis LTDA / 04.540.131/0009-70
25351.511278/2022-72 / 7899277
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2537655221

BELA BIA NALIS COMERCIO LTDA / 44.939.378/0001-20
25351.522202/2022-72 / 4045389
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2656051223

RIODROGAS COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 02.387.595/0009-62
25351.129511/2022-77 / 7899111
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2426013224

DROGARIA UNIFARMA LTDA / 45.576.958/0001-63
25351.508031/2022-79 / 7899141
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2524363222

BIOVIX ARTIGOS PARA LABORATORIO LTDA / 43.090.089/0001-37
25351.523691/2022-80 / 8248135
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2665443228

NIELSEN NOGUEIRA ALVES - ME / 11.502.104/0001-10
25351.279854/2022-81 / 8248118
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 2680481224

Aprovarte logistica e transporte especializado eireli / 36.563.291/0001-73
25351.523797/2022-83 / 8248152
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 2665665221

SHEROW U D FARMACIA LTDA / 45.498.956/0001-01
25351.511276/2022-83 / 7899263
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2537649227
---
greice k s brito & cia ltda / 44.662.207/0001-05
25351.508015/2022-86 / 7899095
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2524337223

HOFFMANN & GOMES LTDA-EPP / 08.093.976/0001-68
25351.523677/2022-86 / 3113388
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2665396220

VITAL FARMA LTDA / 45.319.367/0001-00
25351.507999/2022-88 / 7898956
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2524291221

R. S. G. DE JESUS - ME / 26.713.210/0001-10
25351.508038/2022-91 / 7899190
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2524378221
---
farmácia recreio ltda / 44.267.688/0001-46
25351.511274/2022-94 / 7899246
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2537643228

GAMSO - Gestão e assessoria em medicina, Segurança e Saúde Ocupacional Ltda / 06.043.725/0001-43
25351.523876/2022-94 / 1274396
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2665801221

MIYAFARMA DROGARIAS / 10.784.022/0006-58
25351.508006/2022-95 / 7899020
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2524312228

AQUARELA MEDICAMENTOS LTDA / 43.060.777/0001-54
25351.508013/2022-97 / 7899078
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2524331224

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.593, DE 13 DE MAIO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

DROGARIA DEDICAR LTDA / 24.440.225/0004-70
25351.575187/2020-01 / 7770220
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2599763227

DROGARIA E PERFUMARIA SOUSA LTDA / 05.539.248/0001-49
25351.329320/2014-01 / 7202827
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2554144227

PROFARM COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA / 00.545.222/0001-90
25351.055064/2009-04 / 3039477
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 2668755221

MEDCLOUD TECNOLOGIA MEDICA S/A / 13.119.682/0001-06
25351.049993/2018-04 / 8162250
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1571861220

SAMEH SOLUÇÕES HOSPITALARES LTDA - EPP / 25.031.668/0001-27
25351.377790/2016-04 / 8142379
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1547871229

BUSCO LOG FLN TRANSPORTES LTDA / 29.461.751/0001-97
25351.404853/2020-10 / 3098791
732 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - RAZÃO SOCIAL / 2700412222

SMART COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA EPP / 19.416.856/0001-70
25351.646988/2014-11 / 7342787
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2554424221

GET-B PRODUTOS PARA SAUDE LTDA / 45.009.478/0001-10
25351.255520/2022-12 / 8245904
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1449537227
---
drogaria esquina tomba ltda / 40.789.279/0004-00
25351.781291/2021-14 / 7826305
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2554267222

DENTSCARE LTDA / 05.106.945/0002-97
25351.300724/2017-15 / 8151781
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1547869224

25351.300724/2017-15 / 8151781
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1547877227

ORTHO3 DIGITAL IMPORTS & TRAINING LTDA / 43.467.584/0001-12
25351.129375/2022-15 / 8244684
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1571871225

SAMEH SOLUÇÕES HOSPITALARES LTDA - EPP / 25.031.668/0001-27
25351.377819/2016-16 / 2089299
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 1547902221

HIPERDROGAS MEDICAMENTOS EIRELI / 23.809.050/0001-10
25351.808322/2016-16 / 7432331
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2454540223

BUSCO LOG FLN TRANSPORTES LTDA / 29.461.751/0001-97
25351.404855/2020-17 / 4026944
724 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - RAZÃO SOCIAL / 2699761222

HANNA RUS FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA - ME / 06.376.064/0001-78
25351.149019/2005-17 / 0422952
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2529521227

FARMACIA ESPERANÇA JAN LTDA / 36.923.800/0001-21
25351.929448/2020-18 / 7747861
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2607632222

DROGARIA DEDICAR LTDA / 24.440.225/0002-08
25351.575311/2020-21 / 7770446
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2599785228

GMR FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA / 32.025.413/0003-89
25351.220491/2002-24 / 0287799
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2607638221

T SANTOS SILVA / 29.422.312/0001-75
25351.259636/2019-25 / 7651745
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2607640223
25351.259636/2019-25 / 7651745
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2607620229

EFEITO POSITIVO ADMINISTRADORA EIRELI / 19.395.208/0001-85
25351.097298/2022-27 / 1271202
70792 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1547881224

DROGARIA GUARUJA LTDA / 27.016.294/0001-04
25351.037344/2014-29 / 7094405
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 1552566226

SHIDO-KAN FARMACIA LTDA / 01.730.862/0001-32
25351.208336/2002-30 / 0093035
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2607622225

Whiteness do Brasil Industria Ltda / 32.256.235/0002-16
25351.534093/2019-31 / 8188485
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1547886226

Silca Comercial e Distribuidora LTDA / 01.643.640/0001-82
25351.329309/2014-33 / 7203074
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2554238229

PROFARMA MEDICAMENTOS E PERFUMARIA EIRELI / 08.618.581/0001-31
25351.300433/2013-36 / 0930560
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2555203221

INOVA FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA - ME / 07.638.378/0001-64
25351.412523/2006-40 / 0477766
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2607636225

Microllagos Microscopia Cientifica Eireli / 05.897.431/0001-16
25351.723961/2011-41 / 8083156
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1547966220
25351.723961/2011-41 / 8083156
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 1547844221

DROGARIA AZURITA LTDA / 13.150.540/0001-01
25351.054872/2014-42 / 7100769
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2607628224

GJS FARMACIA E DROGRAIA LTDA / 43.284.268/0001-05
25351.234088/2021-45 / 7867704
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2553592227

M S PINHEIRO FARMACIA - ME / 27.612.396/0001-84
25351.590569/2017-51 / 7549637
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2607634229

COMERCIO DE MEDICAMENTOS ZANCANARO LTDA / 40.721.975/0001-23
25351.243503/2021-51 / 7795082
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2540485227

K. J. DA SILVA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 07.628.607/0001-60
25351.829974/2018-56 / 7627190
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2553623221

BUENO FARMA LTDA / 42.294.992/0001-57
25351.276115/2021-57 / 7843394
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2554459224

STY COMERCIO DE COSMETICOS LTDA / 11.446.781/0001-69
25351.315916/2020-64 / 4026490
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1547825227
25351.315916/2020-64 / 4026490
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1547901225

MEDICAL ARMAZENAGEM LOGISTICA E DISTRIBUICAO LTDA / 22.015.712/0001-17
25351.286036/2017-68 / 1166531
70792 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2521688223
25351.286036/2017-68 / 1166531
70792 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2521687227
25351.286036/2017-68 / 1166531
70792 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2521138223

POLIHMEDICAL COMERCIO DE TECNOLOGIAS MEDICAS LTDA ME / 08.718.813/0001-23
25351.590809/2019-80 / 8195060
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1572065222

BELLA VISTA PHARMA COMERCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS EIRELI / 12.447.259/0001-64
25351.357002/2011-80 / 0806920
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2607652227
25351.357002/2011-80 / 0806920
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2607618227

DROGARIA AMADEU LTDA - EPP / 05.915.944/0001-02
25351.001581/2004-80 / 0402660
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2417230228

PAULA BORGES E TOSTA JUNIOR LTDA / 07.181.727/0001-61
25351.500494/2014-82 / 7277221
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2607630226

EFEITO POSITIVO ADMINISTRADORA EIRELI / 19.395.208/0001-85
25351.097297/2022-82 / 8243809
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1547890223

DROGARIAS PACHECO S/A / 33.438.250/0028-87
25351.372542/2015-83 / 7396854
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2554193225

BUSCO LOG FLN TRANSPORTES LTDA / 29.461.751/0001-97
25351.404843/2020-84 / 1245941
70800 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - RAZÃO SOCIAL / 2699666220
25351.404843/2020-84 / 1245941
70795 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - AMPLIAÇÃO DE CLASSES / 2699689220

LA PHARMA FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA / 05.812.726/0001-42
25351.412680/2013-84 / 0983966
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2555209221

BUSCO LOG FLN TRANSPORTES LTDA / 29.461.751/0001-97
25351.404850/2020-86 / 8211631
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 2699740225

M.C. MELO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA / 35.166.648/0001-17
25351.028530/2022-87 / 1269122
70794 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2463776226

R J INACIO COMERCIO LTDA ME / 12.057.505/0001-71
25351.441657/2014-88 / 7246901
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2556082224

REIS & SANTOS COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 17.271.414/0001-58
25351.342627/2014-90 / 7201897
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2540489220

GABRIELA VIEIRA CUNHA E CIA LTDA / 19.770.035/0001-38
25351.166784/2014-92 / 7155360
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2540487223

D. E. DE ALMEIDA COMERCIO DE MEDICAMENTOS / 36.771.238/0001-68
25351.093343/2021-93 / 7787605
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2554506220

ANAFARMA FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA / 05.301.988/0001-42
25351.725240/2013-94 / 7065386
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2607626228

LARISSA FREITAS OKAMOTO - ME / 24.940.939/0001-02
25351.244176/2016-98 / 7469191
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2553079228

FARMACIA POPULAR DO BRASILIA LTDA / 11.419.292/0001-18
25351.374605/2014-99 / 7222665
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2607624221

FARMACIA POPULAR DO RN LTDA / 17.156.133/0001-54
25351.596436/2017-99 / 7550300
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2556063228

DENTAL REAL LTDA / 22.296.257/0001-75
25351.309558/2016-99 / 8141161
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1547797223

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.594, DE 13 DE MAIO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para as Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

Apuana Comércio e Serviços Ltda / 43.091.204/0001-98
25351.523687/2022-11 /
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2665433222
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de Relatório de Inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014. Conforme estabelecido pelo art. 51, da Lei 6.360/76 e pelo art. 3º do Decreto 8.077/13, a Autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

GAMSO - Gestão e assessoria em medicina, Segurança e Saúde Ocupacional Ltda / 06.043.725/0001-43
25351.523745/2022-15 /
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2665561221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
A empresa já possui AFE vigente para a classe de produtos solicitada, nº 8.07187-8, contrariando o disposto na RDC nº 222/2006 e Lei nº 9.782/1999.

DROGARIA HELOISA / 43.502.031/0001-53
25351.508016/2022-21 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2524342220
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3° da RDC n° 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.

JR AGROPECUARIA LTDA / 70.072.996/0001-26
25351.523692/2022-24 /
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2665447223
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O documento apresentado, emitido pela autoridade sanitária local competente, não atesta o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

FTMP MACAU LTDA / 45.601.046/0001-02
25351.508039/2022-35 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2524401229
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
A declaração do Anexo I da RDC nº 275/2019 apresentada não contém as assinaturas dos representantes, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

DROGARIA GUARITA LTDA - ME / 44.210.267/0001-89
25351.508012/2022-42 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2524328224
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3° da RDC n° 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.

LIVREMARYS COMERCIO DE MEDICAMENTOS UNIPESSOAL LTDA / 45.911.706/0001-43
25351.507996/2022-44 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2524281224
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3° da RDC n° 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.

L M S ARAUJO / 36.499.687/0001-07
25351.507997/2022-99 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2524284229
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3° da RDC n° 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.

NETEFARMA COMERCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTO LTDA / 45.705.564/0001-68
25351.508020/2022-99 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2524348229
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3° da RDC n° 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.595, DE 13 DE MAIO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

FARMACIAS BRAVA LTDA / 09.597.446/0020-82
25351.540368/2020-17 / 7768886
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2556057223
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3° da RDC n° 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.
---
farmacia DO TRABALHADOR BRASILEIRO LDTA-ME / 18.979.825/0001-65
25351.736790/2013-39 / 7070996
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4475384215
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3° da RDC n° 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.

K. J. DA SILVA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 07.628.607/0001-60
25351.829974/2018-56 / 7627190
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2554217226
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3° da RDC n° 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.

S M DA SILVA MELO FARMACIA EIRELI / 41.766.060/0001-05
25351.362730/2021-85 / 7861729
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2555948226
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3° da RDC n° 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.

DROGARIA PRATA II LTDA EPP / 60.978.301/0001-16
25351.450863/2014-89 / 7251777
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2556071229
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3° da RDC n° 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.596, DE 13 DE MAIO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

BUSCO LOG FLN TRANSPORTES LTDA / 29.461.751/0001-97
25351.506092/2022-00 / 1274351
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 2521368229

Biocare Brasil Importação e Exportação Ltda / 33.671.062/0001-84
25351.519158/2022-13 / 1274365
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 2634438222

DISFARMA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS DA AMAZÔNIA LTDA / 32.128.139/0001-01
25351.519149/2022-22 / 1274348
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 2634417225

THIAGO G. DSTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E LOGISTICA LTDA / 44.037.882/0001-35
25351.522208/2022-40 / 1274382
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 2656059224

GERÊNCIA DE LABORATÓRIOS DE SAÚDE PÚBLICA

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.566, DE 12 DE MAIO DE 2022

A Gerente de Laboratórios de Saúde Pública, no uso das atribuições que lhe confere o art. 138 aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 390, de 26 de maio de 2020, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de habilitação na Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (REBLAS) o(s) laboratório(s) constante(s) no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GRAZIELA COSTA ARAÚJO

ANEXO

ASSUNTO PETIÇÃO EXPEDIENTE
LABORATÓRIO CNPJ
ENDEREÇO CIDADE UF
MOTIVAÇÃO INDEFERIMENTO

70675- REBLAS - Habilitação Inicial de Laboratório Analítico. 2604856/22-1
Invitrocell Avaliação Molecular Ltda. - ME. 20.932.396/0001-12
Avenida Professor Benedicto Montenegro, 240 - Betel. Paulínia/SP
Descumprimento do art 4º, inciso VII; art 7º, inciso II, alínea 'a' ou 'b' e art 8º

70675- REBLAS - Habilitação Inicial de Laboratório Analítico. 2608189/22-9
Proágua Consultoria Ambiental Ltda. 11.402.521/0001-91
Hortêncio Mendonça Ribeiro, 1444 - Prolongamento Jardim Lima. Franca/SP
Descumprimento do art 7º, inciso II e art 8º

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.567, DE 12 DE MAIO DE 2022

A Gerente de Laboratórios de Saúde Pública, no uso das atribuições que lhe confere o art. 138 aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 390, de 26 de maio de 2020, resolve:

Art. 1º Habilitar na Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (REBLAS) o(s) laboratório(s) constante(s) no anexo.

Art. 2º A presente habilitação terá validade de 4 (quatro) anos, a contar da data de sua publicação.

Art. 3º O(s) escopo(s) habilitado(s) são(erão) publicado(s) no portal eletrônico da ANVISA: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/laboratorios.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GRAZIELA COSTA ARAÚJO

ANEXO

ASSUNTO PETIÇÃO EXPEDIENTE
RAZÃO SOCIAL CNPJ
CÓD. REBLAS
ENDEREÇO CIDADE UF

70675- REBLAS - Habilitação Inicial de Laboratório Analítico. 2655072/22-7
Digicrom Analítica Ltda. 60.160.546/0001-31
194
Rua dos Marianos, nº227 - Campo Grande. São Paulo/SP

5ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.545, DE 12 DE MAIO DE 2022

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, no uso das atribuições que lhe confere o art. 160, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e ainda amparado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder alteração de razão social nas Autorizações de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

ANEXO

MATRIZ
EMPRESA: LILIAN TORRES LOUZADA PRESTACAO DE SERVICOS E TREINAMENTO PROFISSIONAL LTDA
ENDEREÇO: RUA ZALONY Nº 479
BAIRRO: CENTRO
MUNICÍPIO: RIO GRANDE
UF: RS
CEP: 96.200-070
CNPJ: 30.420.880/0001-16
PROCESSO N°: 25751.356387/2019-11 (EXP: 0404996/22-1)
AUTORIZ/MS: 9.08882-2
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, DESINFECÇÃO OU DESCONTAMINAÇÃO DE SUPERFÍCIES DE VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, AERONAVES, EMBARCAÇÕES, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS;

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.546, DE 12 DE MAIO DE 2022

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, no uso das atribuições que lhe confere o art. 160, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e ainda amparado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse de Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAUJO RIOS

ANEXO

MATRIZ
EMPRESA: UNALOG AGENCIA MARITIMA LTDA.
ENDEREÇO: AV. TRÊS CORAÇÕES, N. S/N, COSTA NOVA CENTER SALA 107
BAIRRO: CIDADE NOVA I
MUNICÍPIO: ANANINDEUA
UF: PA
CEP: 67.130-120
CNPJ: 44.892.514/0001-74
PROCESSO: 25760.000025/2022-56 (EXP: 2476908/22-3)
AUTORIZA/MS: 9.09871-1
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO OU REPRESENTAÇÃO DE NEGÓCIOS, EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL OU RESPONSÁVEL DIRETO POR EMBARCAÇÃO, TOMANDO AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS AO SEU DESPACHO EM PORTOS ORGANIZADOS E TERMINAIS AQUAVIÁRIOS INSTALADOS NO TERRITÓRIO NACIONAL;

MATRIZ:
EMPRESA: TERRA SERVIÇOS E SOLUÇÕES INTEGRADAS PARA RESIDUOS LTDA
ENDEREÇO: AV COLANTINO ALEIXO Nº 12
BAIRRO: PURAQUEQUARA
MUNICÍPIO: MANAUS
UF: AM
CEP: 69.009-200
C.N.P.J: 11.699.625/0001-00
PROCESSO: 25758.018813/2022-48 (EXP: 0673549/22-4)
AUTORIZA/MS: 9.09873-8
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGREGAÇÃO, COLETA, ACONDICIONAMENTO, ARMAZENAMENTO, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS RESULTANTES DE VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, AERONAVES, EMBARCAÇÕES, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS;

MATRIZ
EMPRESA: JAIR CORREIA DA SILVA
ENDEREÇO: RUA BENJAMIN FRANKLIN DE RAMIZ GALVAO Nº 2020
BAIRRO: RAMIZ GALVAO
MUNICÍPIO: RIO PARDO
UF: RS
CEP: 96.640-000
CNPJ: 32.393.631/0001-04
PROCESSO N°: 25351.109901/2021-40 (EXP: 3245369/21-2)
AUTORIZ/MS: 9.09869-5
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO OU DESRATIZAÇÃO EM VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, EMBARCAÇÕES, AERONAVES, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS;

MATRIZ
EMPRESA: LUCIANO LIMA DA SILVA
ENDEREÇO: ROD BR-392 - S/N - KM 18.5
BAIRRO: CIDADE DE AGUEDA
MUNICÍPIO: RIO GRANDE
UF: RS
CEP: 96.214-550
CNPJ: 04.994.017/0001-62
PROCESSO N°: 25351.157882/2021-68 (EXP: 3347075/21-8)
AUTORIZ/MS: 9.09870-7
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGREGAÇÃO, COLETA, ACONDICIONAMENTO, ARMAZENAMENTO, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS RESULTANTES DE VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, AERONAVES, EMBARCAÇÕES, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS;

MATRIZ
EMPRESA: DELPINO SOLUCOES AMBIENTAIS EIRELI
ENDEREÇO: AV DOS BANDEIRANTES Nº 229
BAIRRO: VILA JUNCAO
MUNICÍPIO: RIO GRANDE
UF: RS
CEP: 96.212-450
CNPJ: 33.253.531/0001-45
PROCESSO N°: 25351.019025/2021-61 (EXP: 3073725/21-1)
AUTORIZ/MS: 9.09865-1
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGREGAÇÃO, COLETA, ACONDICIONAMENTO, ARMAZENAMENTO, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS RESULTANTES DE VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, AERONAVES, EMBARCAÇÕES, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS;

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.547, DE 12 DE MAIO DE 2022

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, no uso das atribuições que lhe confere o art. 160, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e ainda amparado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

ANEXO

MATRIZ
EMPRESA: ASGAARD NAVEGACAO S/A
ENDEREÇO: RUA LAURO MULLER, 116, SALA 2601 A 2608,
BAIRRO: BOTAFOGO
MUNICÍPIO: RIO DE JANEIRO
UF: RJ
CEP: 22.290-160
CNPJ: 15.733.714/0001-86
PROCESSO: 25752.758656/2020-03 (EXP:4623650/20-3)
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL PARA CONSUMO HUMANO DE BORDO DE VEÍCULOS TERRESTRES QUE OPEREM TRANSPORTE COLETIVO INTERNACIONAL DE PASSAGEIROS, AERONAVES E EMBARCAÇÕES;
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: A EMPRESA NÃO APRESENTOU EM SUA TOTALIDADE OS DOCUMENTOS REFERENTES A NOTIFICAÇÃO Nº 06 (1304535) PRECONIZADOS PELA RDC 345/2002 E QUE FOI ENVIADA PARA A EMPRESA, ESPECIFICAMENTE NO QUE DIZ RESPEITO AO CONTRATO SOCIAL E CNPJ, QUE DEVEM CONTEMPLAR A ATIVIDADE ESPECÍFICA PLEITEADA PELA EMPRESA.

MATRIZ
EMPRESA: LUDEMAR ANTONIO ARPINI
ENDEREÇO: RUA PRINCIPAL S/Nº
BAIRRO: DISTRITO DOMINGOS PETROLINE
MUNICÍPIO: RIO GRANDE
UF: RS
CEP: 96.219-000
CNPJ: 26.843.188/0001-23
PROCESSO N°: 25351.099974/2021-16 (EXP: 3229876/21-1)
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGREGAÇÃO, COLETA, ACONDICIONAMENTO, ARMAZENAMENTO, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS RESULTANTES DE VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, AERONAVES, EMBARCAÇÕES, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS;
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: NÃO PROTOCOLOU CUMPRIMENTO PARA A NOTIFICAÇÃO DE EXIGÊNCIA Nº 3816799/21-9 RECEBIDA PELA EMPRESA EM 28/09/2021, COM PRAZO PARA ATENDIMENTO ATÉ 26/01/2022, CONFORME ART. 11 DA RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 204, DE 06 DE JULHO DE 2005.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.548, DE 12 DE MAIO DE 2022

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, no uso das atribuições que lhe confere o art. 160, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e ainda amparado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 19 de março de 2004, resolve:

Art. 1º Indeferir pleito de Autorização Especial (AE) para empresa que presta serviço de importação por conta e ordem de terceiros de medicamentos e matérias-primas com emprego na Indústria Farmacêutica.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES DE ARAÚJO RIOS

ANEXO

MATRIZ
EMPRESA: ÉTTICA TRADING IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
ENDEREÇO: RUA EDSON MORORÓ MOURA, Nº47
BAIRRO: PIEDADE
MUNICÍPIO: JABOATÃO DOS GUARARAPES
UF: PE
CEP: 54.400-235
CNPJ: 15.023.157/0001-00
PROCESSO: 25757.000781/2022-34 (EXP.2408551/22-6)
AUTORIZ./MS: -
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE IMPORTAÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATÉRIAS-PRIMAS COM EMPREGO NA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA, POR CONTA E ORDEM DE TERCEIRO.
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: UTILIZAÇÃO DE CÓDIGO DE ASSUNTO INCOMPATÍVEL AO PLEITO, BEM COMO, AUSÊNCIA DE AMPARO LEGAL NAS LEGISLAÇÕES VIGENTES, RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC N° 61, DE 19 DE MARÇO DE 2004 E RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC N° 16, DE 1º DE ABRIL DE 2004, CONSIDERANDO QUE A EMPRESA REQUISITANTE POSSUI COMO ATIVIDADE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE IMPORTAÇÃO POR CONTA E ORDEM DE TERCEIROS (TRADING).

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.549, DE 12 DE MAIO DE 2022

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, no uso das atribuições que lhe confere o art. 160, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e ainda amparado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 19 de março de 2004, resolve:

Art. 1º Conceder a Autorização de Funcionamento de Empresas, em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES DE ARAÚJO RIOS

ANEXO

MATRIZ
EMPRESA: PHARMA EXPRESS IMPORT LTDA.
ENDEREÇO: RUA VP 6 D - SNR - QUADRA 10 SALA 03
BAIRRO: DISTRITO AGROINDUSTRIAL DE ANÁPOLIS - DAIA
MUNICÍPIO: ANÁPOLIS
UF: GO
CEP: 75132-130
CNPJ: 45.554.994/0001-26
PROCESSO: 25756.000001/2022-66 (EXP:2141644/22-4)
AUTORIZ/MS:9.09866-4
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS PARA SAÚDE E PARA DIAGNÓSTICO "IN VITRO", POR CONTA E ORDEM DE TERCEIRO.

Ministério do Trabalho e Previdência

SECRETARIA DE TRABALHO

SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTRO SINDICAL

DESPACHO DE 11 DE MAIO DE 2022 - CSU

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº nº 1383 (SEI 24651614), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 13621.1090532021-62, de interesse de ATNAS ENGENHARIA LTDA, CNPJ 01.847.705/0001-01 por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

LUIZ ALBERTO MATOS DOS SANTOS

DESPACHOS DE 12 DE MAIO DE 2022 - CSU

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1360 (SEI nº 24630981), resolve: INDEFERIR o pedido de repasse de cota-parte de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46000.008938/2017-25, de interesse de Sindicato Interestadual dos Empregados em Empresas de Laboratórios de Artes Fotográficas, Microfilmagens e Fotógrafos Profissionais dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, CNPJ 01.966.868/0001-03, diante da ausência de legitimidade do requerente, nos termos do art. 7º, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1361 (SEI nº 24632078), resolve: INDEFERIR o pedido de repasse de cota-parte de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46000.009151/2017-81, de interesse de SITMSTGO - Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas,Mecânicas e de Material Elétrico de Santiago, CNPJ 06.208.278/0001-35, diante da ausência de legitimidade do requerente, nos termos do art. 7º, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1363 (SEI nº 24633047), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46736.006477/2015-90, de interesse de LEGIAO MIRIM DE VILA PRUDENTE, CNPJ 50.209.717/0001-16, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1364 (SEI nº 24635469), resolve: INDEFERIR o pedido de repasse de cota-parte de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 19964.101989/2022-21, de interesse de SINDICATO DOS CONCESSIONARIOS E DISTRIBUIDORES DE VEICULOS AUTOMOTORES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, CNPJ 40.339.202/0001-87, diante da prescrição da pretensão de repasse da cota-parte da CSU, nos termos do art. 15 da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1365 (SEI nº 24636253), resolve: INDEFERIR o pedido de repasse de cota-parte de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 19964.101988/2022-87, de interesse do SINDICATO DOS CONCESSIONARIOS E DISTRIBUIDORES DE VEICULOS AUTOMOTORES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, CNPJ 40.339.202/0001-87, diante da prescrição da pretensão de repasse da cota-parte da CSU, nos termos do art. 15 da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1367 (SEI nº 24637706), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46219.003494/2014-33, de interesse de UTELL INTERNATIONAL DO BRASIL TURISMO LTDA, CNPJ 53.023.974/0001-57, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1203 (SEI nº 24500407), resolve: INDEFERIR o pedido de repasse de cota-parte de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 19964.101948/2022-35, de interesse de SINCODIV - SINDICATO DOS CONCESSIONÁRIOS E DISTRIBUIDORES DE VEICULOS AUTOMOTORES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, CNPJ 40.339.202/0001-87, diante da prescrição da pretensão de repasse da cota-parte da CSU, nos termos do art. 15 da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1370 (SEI nº 24644461), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46474.002196/2017-58, de interesse de KRONA MULTI GERENCIAMENTO DE RISCOS LTDA, CNPJ nº 23.688.892/0001-60, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1309 (SEI nº 24595676), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 19955.102937/2021-09, de interesse de Sindicato dos Empregados no Comércio de Toledo, CNPJ 78.115.524/0001-15, diante da ausência de legitimidade do requerente, nos termos do art. 3º, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1310 (SEI nº 24595843), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 19955.102939/2021-90, de interesse de SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE PARANAGUA, CNPJ 76.626.255/0001-14, diante da ausência de legitimidade do requerente, nos termos do art. 3º, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1311 (SEI nº 24595933), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 19955.100160/2022-11, de interesse de SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE UMUARAMA, CNPJ 76.722.750/0001-39, diante da ausência de legitimidade do requerente, nos termos do art. 3º, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1479 (SEI nº 24713656), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 47999.003035/2016-44, de interesse do K M FERNANDES ME, CNPJ 18.806.918/0001-98, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1471 (SEI nº 24707485), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 47999.003294/2014-11, de interesse de RENATO ROSA DO NASCIMENTO, CPF 986.959.246-53, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1368 (SEI nº 24638641), resolve: EXTINGUIR o processo nº 46474.003283/2017-22, pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, de interesse do BRG COMERCIO DE ROLAMENTOS E PECAS LTDA, CNPJ 10.858.667/0001-83, diante de fato superveniente, representado pelo CNPJ baixado da empresa, nos termos art. 52 da Lei n. 9.784/99.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1472 (SEI nº 24709216), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46212.014441/2017-51, de interesse de BONNJUR DISTRIBUIÇÃO DE BOLETINS JURÍDICOS EIRELI EPP, CNPJ 77.961.142/0001-40, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1372 (SEI nº 24644555), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46474.002195/2017-11, de interesse de MASTER K SERVIÇOS GERENCIAMENTO DE RISCOS LTDA, CNPJ nº 22.997.015/0001-09, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1474 (SEI nº 24710648), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46425.000600/2017-34, de interesse de AM BORDADOS E ETIQUETAS LTDA EPP, CNPJ 96.439.377/0001-10, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1362 (SEI nº 24632842), resolve: INDEFERIR o pedido de repasse de cota-parte de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46000.009152/2017-25, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Estrela, CNPJ 89.780.969/0001-36, diante da ausência de legitimidade do requerente, nos termos do art. 7º, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1466 (SEI nº 24703125), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46219.012257/2017-14, de interesse de RPK PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ nº 08.975471/0001-27, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1369 (SEI nº 24644441), resolve: INDEFERIR o pedido de repasse de cota-parte de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46000.009154/2017-14, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Bento Gonçalves, CNPJ 87.557.641/0001-20, diante da ausência de legitimidade do requerente, nos termos do art. 7º, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1465 (SEI nº 24702172), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46219.012256/2017-61, de interesse de RPK PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ nº 08.975471/0001-27, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1341 (SEI nº 24614836), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46266.004726/2015-96, de interesse de VOXCRED ADMINISTRADORA DE CARTOES, SERVICOS E PROCESSAMENTO S.A., CNPJ 07.314.204/0001-46, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1464 (SEI nº 24700651), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46219.013018/2017-73, de interesse de COMPWIRE INFORMÁTICA S/A, CNPJ 01.181.242/0004-34, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1339 (SEI nº 24614072), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46212.018900/2016-94, de interesse de MARISA LOJAS S.A., CNPJ 61.189.288/0001-89, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1335 (SEI nº 24611290), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46269.001704/2012-00, de interesse de ASSOCIACAO DE PROPRIETARIOS VIVENDAS DO LAGO II, CNPJ 06.975.317/0001-20, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1329 (SEI nº 24608778), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46215.002860/2016-39, de interesse de ORGAO DE GESTAO DE MAO-DE-OBRA DO TRABALHO PORTUARIO DOS PORTOS ORGANIZADOS DO RIO DE JANEIRO, ITAGUAI E NITEROI, CNPJ 00.363.349/0001-98, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1462 (SEI nº 24698788), resolve: INDEFERIR o pedido de repasse de cota-parte de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46473.004930/2018-12, de interesse do SINDICATO DOS ENFERMEIROS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SEESP, CNPJ 52.169.117/0001 -05, diante da ausência de legitimidade do requerente, nos termos do art. 7º, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1324 (SEI nº 24606168), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46257.002694/2018-46, de interesse de LICEU DE ARTES E OFICIOS DE SAO PAULO, CNPJ 60.761.889/0007-47, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1460 (SEI nº 24697148), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46219.019956/2012-72, de interesse de CAPBENS IMÓVEIS LTDA, CNPJ 02.757.023/0001-70, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1320 (SEI nº 24603611), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46266.002987/2017-33, de interesse de EP ENGENHARIA DO PROCESSO LTDA, CNPJ 51.931.954/0001-59, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1461 (SEI nº 24697719), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46473.003632/2015-54, de interesse de AMASV ZARPA TRANSMISSAO E ARMAZENAMENTO DE DADOS S.A, CNPJ 20.664.790/0001-17, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1498 (SEI nº 24730149), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46202.005363/2017-12, de interesse de ÓTICAS VEJA MANAUS COMÉRCIO DE ÓTICA LTDA , CNPJ 07.357.919/0013-10, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1386 (SEI nº 24653525), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46472.005425/2011-11, de interesse de CONSTRUTORA LUNE EIRELI, CNPJ 55.078.844/0001-47, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1503 (SEI nº 24730839), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46472.002709/2016-60, de interesse do CONDOMÍNIO EDIFÍCIO PLAZA VALENCIA, CNPJ 01.137.510/0001-78, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1500 (SEI nº 24730288), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46472.000914/2017-71, de interesse de do FCC - INDÚSTRIA E COMÉRCIO, CNPJ 03.281.950/0003-91, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1401 (SEI nº 24660109), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46215.018451/2013-10, de interesse de FR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E VIGILÂNCIA LTDA - ME, CNPJ 10.663.451/0001-62, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1493 (SEI nº 24728998), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46219.000843/2017-16, de interesse de ASSOCIAÇÃO SANTO AGOSTINHO, CNPJ 62.272.497/0001-54, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1393 (SEI nº 24657852), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 47998.004441/2015-53, de interesse de AGIS EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA, CNPJ 68.993.641/0005-51, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1400 (SEI nº 24659872), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46202.005354/2017-21, de interesse de ÓTICAS VEJA MANAUS COMÉRCIO DE ÓTICA LTDA, CNPJ nº 07.357.919/0004-29, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1486 (SEI nº 24716950), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 47999.002052/2016-64, de interesse de LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LABVIVALLE LTDA, CNPJ 05.627.915/0001-45, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1410 (SEI nº 24664576), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46472.002649/2016-85, de interesse do PRESSSEG SERVICOS DE SEGURANCA EIRELI, CNPJ 08.818.229/0001-40, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1538 (SEI nº 24744461), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46213.018994/2018-53, de interesse de LEAL DISTRIBUIDORA DE PUBLICACOES LTDA, CNPJ 19.693.540/0001-26, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1395 (SEI nº 24658185), resolve: INDEFERIR o pedido de repasse de cota-parte de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46000.009153/2017-70, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Não-me-toque, CNPJ 10.271.628/0001-85, diante da ausência de legitimidade do requerente, nos termos do art. 7º, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1537 (SEI nº 24743799), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46212.023359/2017-17, de interesse de LAVORO ADMINISTRACAO DE BENS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ 16.611.828/0001-16, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1392 (SEI nº 24657373), resolve: INDEFERIR o pedido de repasse de cota-parte de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46000.009292/2017-01, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Gravataí, CNPJ 03.735.720/0001-93, diante da ausência de legitimidade do requerente, nos termos do art. 7º, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1387 (SEI nº 24655386), resolve: INDEFERIR o pedido de repasse de cota-parte de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46000.009209/2017-96, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Taquara, CNPJ 87.373.403/0001-64, diante da ausência de legitimidade do requerente, nos termos do art. 7º, da Portaria 5.570/2021.

LUIZ ALBERTO MATOS DOS SANTOS

DESPACHO DE 10 DE MAIO DE 2022 - CSU

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 250(SEI nº 23409581), resolve: EXTINGUIR o processo nº 46261.003817/2015-54, pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, de interesse de S VERRESCHI SOCIEDADE DE ADVOGADOS, CNPJ 04.225.324/0005-02, diante de fato superveniente, representado pelo CNPJ baixado da empresa, nos termos art. 52 da Lei n. 9.784/99.

LUIZ ALBERTO MATOS DOS SANTOS

DESPACHOS DE 12 DE MAIO DE 2022 - CSU

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1534 (SEI nº 24743059), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46211.001881/2018-39, de interesse de AGR TELECOM PROMOCOES DE EVENTOS EIRELI, CNPJ 12.522.697/0001-40, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1379 (SEI nº 24648968), resolve: INDEFERIR o pedido de repasse de cota-parte de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46000.009208/2017-41, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas, Material Elétrico e Eletrônico de Montenegro, CNPJ 91.369.934/0001-50, diante da ausência de legitimidade do requerente, nos termos do art. 7º, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1533 (SEI nº 24742254), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 13621.103198/2019-35, de interesse de VAREJAO CAYURU LTDA, CNPJ 03.784.192/0001-62, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1414 (SEI nº 24665410), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46472.000165/2017-82, de interesse do WIEDEN + KENNEDY BRASIL COMUNICAÇÃO LTDA, CNPJ 12.339.942/0001-88, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1509 (SEI nº 24732730), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46219.012552/2017-62, de interesse de CONDOMINIO EDIFICIO DORAL, CNPJ 54.752.167/0001-38, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1491 (SEI nº 24727907), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 47998.006199/2016-33, de interesse de GRÁFICA MAXPRINTER LTDA ME, CNPJ 12.654.313/0001-42, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1415 (SEI nº 24665709), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46472.000164/2017-38, de interesse de WIEDEN + KENNEDY BRASIL COMUNICAÇÃO LTDA, CNPJ 12.339.942/0001-88, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1492 (SEI nº 24728202), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 47998.004440/2015-17, de interesse de AGIS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA, CNPJ 68.993.641/0001-28, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1489 (SEI nº 24725910), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 47998.006983/2016-41, de interesse de do CALLBECK SERVIÇOS E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, CNPJ 08.055.612/0001-93, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1487 (SEI nº 24720440), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical

Urbana, processo nº 47998.007568/2015-24, de interesse de RTB MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA EPP, CNPJ 14.731.935/0001-52, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1328 (SEI nº 24608432), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46220.007592/2016-72, de interesse de MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA , CNPJ 83.675.413/0004-46, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1338 (SEI nº 24613756), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46473.002098/2017-21, de interesse do PRUDÊNCIO EMPREITEIRA E CONSTRUTORA LTDA, CNPJ 06.103.619/0001-08, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1458 (SEI nº 24696470), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46204.004247/2017-66, de interesse de AZUD BRASIL LTDA, CNPJ 02.459.202/0001-21, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1456 (SEI nº 24695321), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46245.000169/2016-63, de interesse de SCARPINELLI PRODUTORA E DISTRIBUIDORA DE FRUTAS LTDA, CNPJ 01.442.043/0001-90, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1455 (SEI nº 24693650), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46242.000042/2017-55, de interesse de CENCOSUD BRASIL COMERCIAL LTDA, CNPJ 39.346.861/0001-61, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1454 (SEI nº 24693564), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46218.013176/2017-33, de interesse de PARCA PARTICIPACOES EIRELI, CNPJ 17.856.522/0001-92, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1450 (SEI nº 24692647), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46473.004375/2015-78, de interesse de ZZAB COMERCIO DE CALÇADOS LTDA, CNPJ 07.900.208/0007-00, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1452 (SEI nº 24692901), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46472.004558/2017-65, de interesse de SALUT SOLUCOES EDUCACIONAIS E MULTIMIDIA LTDA, CNPJ 10.331.942/0001-06, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1451 (SEI nº 24692750), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46425.000721/2017-86, de interesse de Kadane Confecções Ltda, CNPJ 04.303.195/0001-08, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1449 (SEI nº 24692107), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46211.004346/2017-59, de interesse de DM SOLUCOES ADMINISTRATIVAS - EIRELI, CNPJ 04.081.322/0001-63, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1448 (SEI nº 24692082), resolve: INDEFERIR o pedido de repasse de cota-parte de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 19964.101976/2022-52, de interesse de do SINDICATO DOS CONCESSIONARIOS E DISTRIBUIDORES DE VEICULOS AUTOMOTORES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, CNPJ 40.339.202/0001-87, diante da prescrição da pretensão de repasse da cota-parte da CSU, nos termos do art. 15 da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1445 (SEI nº 24691852), resolve: INDEFERIR o pedido de repasse de cota-parte de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 19964.101979/2022-96, de interesse do SINDICATO DOS CONCESSIONARIOS E DISTRIBUIDORES DE VEICULOS AUTOMOTORES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, CNPJ 40.339.202/0001-87, diante da prescrição da pretensão de repasse da cota-parte da CSU, nos termos do art. 15 da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1444 (SEI nº 24765026), resolve: INDEFERIR o pedido de repasse de cota-parte de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 19964.101980/2022-11, de interesse de do SINDICATO DOS CONCESSIONARIOS E DISTRIBUIDORES DE VEICULOS AUTOMOTORES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, CNPJ 40.339.202/0001-87, diante da prescrição da pretensão de repasse da cota-parte da CSU, nos termos do art. 15 da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1564 (SEI nº 24760417), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46736.004769/2017-50, de interesse de VET POPULAR COMÉRCIO E SERVIÇOS LABORATORIAIS LTDA, CNPJ 22.329.646/0001-50, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1554 (SEI nº 24750611), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46219.015564/2017-49, de interesse de TRUSTWAVE DO BRASIL SEGURANCA DA INFORMACAO E CONFORMIDADE LTDA, CNPJ 08.701.897/0001-92, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1544 (SEI nº 24746674), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46425.000961/2017-81, de interesse de SARMENTO PROMOCIONAIS LTDA EPP, CNPJ 03.888.739/0001-70, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1545 (SEI nº 24746757), resolve: INDEFERIR o pedido de repasse de cota-parte de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46219.008047/2016-32, de interesse de URBIUM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, CNPJ nº 19.956.902/0001-24, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista no art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

LUIZ ALBERTO MATOS DOS SANTOS

DESPACHOS DE 13 DE MAIO DE 2022 - CSU

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1542 (SEI nº 24746298), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46212.022866/2017-33, de interesse de SV TREINAMENTO GERENCIAL LTDA EPP, CNPJ nº 14.577.166/0001-80, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1540 (SEI nº 24745426), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46259.006716/2017-46, de interesse de SEMEQ SERVIÇOS DE MONITORAMENTO DE EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ 96.505.102/0001-38, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1541 (SEI nº 24745669), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46266.003266/2017-41, de interesse de TWINGLASS VIDROS LTDA, CNPJ nº 03.061.254/0001-08, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1539 (SEI nº 24744938), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46264.000829/2014-16, de interesse de D J R - DISTRIBUIDORA DE JORNAIS E REVISTAS DUARTE LOPES LTDA, CNPJ nº 02.711.427/0001-23, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1222 (SEI nº 24517235), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46472.003090/2017-91, de interesse de BRECHO PEÇA ÚNICA COMERCIO DE ROUPAS LTDA, CNPJ nº 07.293.757/0001-60, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1312 (SEI nº 24595968), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 19955.102810/2021-81, de interesse do SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COM DE UNIAO DA VITORIA, CNPJ 75.214.064/0001-94, diante da ausência de legitimidade do requerente, nos termos do art. 3º, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1397 (SEI nº 24658470), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46736.006168/2016-09, de interesse de VINICIUS BARREIRO FUNICELLI, CPF nº 303.563.588-95, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1417 (SEI nº 24666166), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46416.000103/2011-50, de interesse de AILIN - CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM LTDA, CNPJ nº 12.033.546/0001-28, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1406 (SEI nº 24663145), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46425.000774/2015-35, de interesse do MALUFE NETO ADVOGADOS ASSOCIADOS, CNPJ 50.114.610/0001-94, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1422 (SEI nº 24673637), resolve: INDEFERIR o pedido de repasse de cota-parte de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 19964.101987/2022-32, de interesse de do SINDICATO DOS CONCESSIONARIOS E DISTRIBUIDORES DE VEICULOS AUTOMOTORES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, CNPJ 40.339.202/0001-87, diante da prescrição da pretensão de repasse da cota-parte da CSU, nos termos do art. 15 da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1535 (SEI nº 24743282), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46473.004161/2017-63, de interesse de POMELLI TERCEIRIZACAO DE SERVICOS EIRELI, CNPJ 20.521.937/0001-10, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1425 (SEI nº 24676368), resolve: INDEFERIR o pedido de repasse de cota-parte de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 19964.101986/2022-98, de interesse do SINDICATO DOS CONCESSIONARIOS E DISTRIBUIDORES DE VEICULOS AUTOMOTORES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, CNPJ 40.339.202/0001-87, diante da prescrição da pretensão de repasse da cota-parte da CSU, nos termos do art. 15 da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1527 (SEI nº 24739777), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46472.001097/2014-26, de interesse de NEW MOMENTUM LTDA, CNPJ 04.285.644/0002-05, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1423 (SEI nº 24673918), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46454.000118/2017-57, de interesse do JULIO AMERICO CORAZZA

PALACIO, CNPJ 08.749.877/0001-91, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1530 (SEI nº 24740642), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46425.000832/2017-92, de interesse de MACVEST CONFECCOES LTDA, CNPJ 00.394.124/0001-07, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1452 (SEI nº 24685224), resolve: INDEFERIR o pedido de repasse de cota-parte de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 19964.101983/2022-54, de interesse do SINDICATO DOS CONCESSIONARIOS E DISTRIBUIDORES DE VEICULOS AUTOMOTORES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, CNPJ 40.339.202/0001-87, diante da prescrição da pretensão de repasse da cota-parte da CSU, nos termos do art. 15 da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1529 (SEI nº 24740199), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46425.000983/2017-41, de interesse de ARIMATH SERVICOS DE COBRANCAS LTDA, CNPJ 01.392.807/0001-80, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 976 (SEI nº 24375454), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46212.023155/2017-86, de interesse de CONCEPT BRASIL SERVICOS DE ESTETICA E LICENCIAMENTOS LTDA, CNPJ 24.237.492/0001-00, diante da ausência de legitimidade do requerente, nos termos do art. 3º, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1528 (SEI nº 24739779), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46212.021836/2017-18, de interesse de POLYTECKY INDUSTRIAL EIRELI, CNPJ 09.291.638/0001-01, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1521 (SEI nº 24738030), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46212.025536/2017-08, de interesse de SCHMIDT DA SILVEIRA & CIA LTDA, CNPJ 79.449.591/0001-39, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1526 (SEI nº 24739365), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46212.019864/2017-67, de interesse de COASTAL DO BRASIL LTDA, CNPJ 01.820.871/0001-14, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1524 (SEI nº 24738902), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46472.000656/2015-61, de interesse de GVR KERTESZ SOCIEDADE UNIPESSOAL LTDA, CNPJ 20.326.290/0001-75, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 963 (SEI nº 24361259), resolve: INDEFERIR o pedido de repasse de cota-parte de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 19964.102002/2022-96, de interesse de SINDICATO DOS CONCESSIONARIOS E DISTRIBUIDORES DE VEICULOS AUTOMOTORES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, CNPJ 40.339.202/0001-87, diante da prescrição da pretensão de repasse da cota-parte da CSU, nos termos do art. 15 da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1523 (SEI nº 24738453), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 47999.000274/2012-19, de interesse de GRUPO DE APOIO AO INDIVIDUO COM AUTISMO E AFINS, CNPJ 07.623.352/0001-42, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

LUIZ ALBERTO MATOS DOS SANTOS

DESPACHOS DE 12 DE MAIO DE 2022

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1054/2022/MTP SEI 24631440, resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Seara e Região - SINTRAF SR, CNPJ nº 82.814.898/0001-04, Processo 14022.131752/2022-91, para representar a Categoria dos trabalhadores e trabalhadoras na agricultura familiar, proprietários ou não, incluindo os assentados, arrendatários cessionários, comodatários, extrativistas artesanais, meeiros, parceiros, possuidores ou usufrutuários, trabalhe individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho, dos membros da mesma família, indispensável a própria subsistência e executado em condições de mútua dependência e colaboração, ainda que com a ajuda eventual de terceiros, nos termos do DECRETO Nº 1.166/1971 delimitando a propriedade rural em até dois Módulos Rurais, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios de Itá, Paial, Seara e Xavantina, Estado Santa Catarina, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação das seguintes entidades: A) SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SEARA, CNPJ 86.264.017/0001-71, Carta Sindical: L063 P037 A1970; excluindo a Categoria dos trabalhadores e trabalhadoras na agricultura familiar, proprietários ou não, incluindo os assentados, arrendatários cessionários, comodatários, extrativistas artesanais, meeiros, parceiros, possuidores ou usufrutuários, trabalhe individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho, dos membros da mesma família, indispensável a própria subsistência e executado em condições de mútua dependência e colaboração, ainda que com a ajuda eventual de terceiros, nos termos do DECRETO Nº 1.166/1971 delimitando a propriedade rural em até dois Módulos Rurais; B) Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xavantina, CNPJ não informado, Carta Sindical: L061 P097 A1970; excluindo a Categoria dos trabalhadores e trabalhadoras na agricultura familiar, proprietários ou não, incluindo os assentados, arrendatários cessionários, comodatários, extrativistas artesanais, meeiros, parceiros, possuidores ou usufrutuários, trabalhe individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho, dos membros da mesma família, indispensável a própria subsistência e executado em condições de mútua dependência e colaboração, ainda que com a ajuda eventual de terceiros, nos termos do DECRETO Nº 1.166/1971 delimitando a propriedade rural em até dois Módulos Rurais; nos termos do art. 255 do mesmo normativo.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1067 (SEI 24711628), resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE SAO FERNANDO/RN, CNPJ 08.356.552/0001-49, Processo nº 19964.103151/2022-72, para representar a Categoria Profissional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares, aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, em áreas não superior a 2 (dois) módulos rurais, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, integrantes do Plano da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Rio Grande do Norte - FETARN e da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares - CONTAG, com abrangência municipal e base territorial no município de São Fernando, Estado do Rio Grande do Norte, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1071 (24721593), resolve: DEFERIR o registro sindical ao SINDGUARD - Sindicato dos Guardas Municipais de Corumbá - MS, CNPJ nº 19.787.685/0001-96, Processo 14022.123992/2022-12, para representar a Categoria Profissional dos Guardas Municipais de Corumbá/MS, com abrangência municipal e base territorial no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria 671/2021. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação da seguinte entidade: SIMCOR - Sindicato dos Servidores e Funcionários Públicos do Município de Corumbá/MS, CNPJ nº 02.018.018/0001-46, Processo nº 46312.000307/2014-00, excluindo a Categoria Profissional dos Guardas Municipais, no município de Corumbá, no Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos do art. 255 do mesmo normativo.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1076 (24728281), resolve: DEFERIR o registro sindical ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Pedra/PE, CNPJ nº 35.655.017/0001-42, Processo 19964.103758/2022-52, para representar a categoria profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares, aqueles(as) que ativos(as) ou aposentados(as) rurais, proprietários(as) ou não que exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1.166/1971, em área igual ou inferior a 02 (dois) módulos rurais, com abrangência municipal e base territorial no município de Pedra, no Estado de Pernambuco, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria 671/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1058 (SEI24642936), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.105617/2022-74, de interesse do SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIAS NO ESTADO DA BAHIA - SINDPAD - BA, CNPJ 14.061.766/0001-90, para representação da categoria dos Padeiros, confeiteiros e demais trabalhadores nas indústrias de Panificação, Confeitaria, Pães, Bolos e Salgadinhos Congelados, Beneficiamento e Industrialização do Trigo, Padarias e Confeitarias, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos Municípios de Abaíra, Alcobaça, Almadina, Anagé, Andaraí, Angical, Aracatu, Arataca, Aurelino Leal, Baianópolis, Barra da Estiva, Barra do Choça, Barra do Rocha, Barreiras, Barro Preto, Belmonte, Belo Campo, Bom Jesus da Lapa, Bom Jesus da Serra, Boninal, Boquira, Botuporã, Brejões, Brejolândia, Brumado, Buerarema, Caatiba, Caculé, Caetanos, Caetité, Cairu, Camacan, Camamu, Canápolis, Canavieiras, Candiba, Cândido Sales, Caraíbas, Caravelas, Carinhanha, Catolândia, Caturama, Coaraci, Cocos, Condeúba, Contendas do Sincorá, Cordeiros, Coribe, Correntina, Cravolândia, Cristópolis, Dário Meira, Dom Basílio, Encruzilhada, Érico Cardoso, Eunápolis, Feira da Mata, Firmino Alves, Floresta Azul, Formosa do Rio Preto, Gandu, Gongogi, Guajeru, Guanambi, Guaratinga, Ibiassucê, Ibicaraí, Ibicoara, Ibicuí, Ibipitanga, Ibirapitanga, Ibirapuã, Igaporã, Igrapiúna, Iguaí, Ilhéus, Irajuba, Iramaia, Itabela, Itabuna, Itacaré, Itaeté, Itagibá, Itagimirim, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itamaraju, Itambé, Itanhém, Itaparica, Itapé, Itapebi, Itapetinga, Itapitanga, Itarantim, Itororó, Ituaçu, Ituberá, Iuiu, Jaborandi, Jacaraci, Jaguaripe, Jiquiriçá, Jucuruçu, Jussari, Jussiape, Lagoa Real, Laje, Lajedão, Licínio de Almeida, Livramento de Nossa Senhora, Luís Eduardo Magalhães, Macarani, Macaúbas, Maetinga, Maiquinique, Malhada, Malhada de Pedras, Maraú, Marcionílio Souza, Mascote, Matina, Medeiros Neto, Mirante, Mortugaba, Mucugê, Mucuri, Mutuípe, Nilo Peçanha, Nova Canaã, Nova Ibiá, Nova Itarana, Nova Redenção, Nova Viçosa, Novo Horizonte, Palmas de Monte Alto, Paramirim, Paratinga, Pau Brasil, Piatã, Pindaí, Piraí do Norte, Piripá, Planaltino, Planalto, Poções, Porto Seguro, Potiraguá, Prado, Presidente Jânio Quadros, Presidente Tancredo Neves, Riachão das Neves, Riacho de Santana, Ribeirão do Largo, Rio de Contas, Rio do Antônio, Rio do Pires, Salinas da Margarida, Santa Cruz Cabrália, Santa Cruz da Vitória, Santa Luzia, Santa Maria da Vitória, Santana, São Desidério, São Félix do Coribe, São José da Vitória, Sebastião Laranjeiras, Serra do Ramalho, Serra Dourada, Sítio do Mato, Tabocas do Brejo Velho, Tanhaçu, Tanque Novo, Taperoá, Teixeira de Freitas, Teolândia, Tremedal, Ubaíra, Ubaitaba, Ubatã, Una, Urandi, Uruçuca, Valença, Vera Cruz, Vereda, Vitória da Conquista e Wenceslau Guimarães, no Estado da Bahia/BA, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1065 (SEI24687917), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical nº 19964.105712/2022-78, de interesse do SINDFLU - SINDICATO DOS FLUVIÁRIOS DA SEÇÃO DE CONVÉS DO ESTADO DO ESTADO DO AMAZONAS, CNPJ 44.289.850/0001-27, para representação da categoria PROFISSIONAL DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE TRANSPORTES FLUVIAIS DA SEÇÃO DE CONVÉS, QUAIS SEJAM CAPITÃES FLUVIAIS, PILOTOS FLUVIAIS, MESTRES FLUVIAIS, CONTRAMESTRES FLUVIAIS, MARINHEIROS FLUVIAIS DE CONVÉS E MARINHEIROS FLUVIAIS AUXILIAR DE CONVÉS, com abrangência Estadual e base territorial no Estado do Amazonas/AM, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº1077 (24729601), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.105630/2022-23 (SA06192), de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE LAGOA DE ITAENGA - STTR , CNPJ nº 00.815.873/0001-52, para representação da categoria profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos de Decreto Lei 1166/1971, em área igual ou inferior da 02 (dois) módulos rurais, com abrangência municipal e base territorial no município de Lagoa de Itaenga no Estado de Pernambuco, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1074 (SEI 24727343), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical nº 19964.105822/2022-30, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Município de Caaatiba - Bahia, CNPJ 03.529.406/0001-54, para representação da categoria dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares, proprietários ou não, que exerçam as suas atividades no meio rural , individualmente ou em regime de economia familiar, igual ou inferior a dois (02) módulos rurais, nos termos da Lei 1.1666/1971/ ativos e aposentados, com abrangência municipal e base territorial no município de Caatiba no Estado da Bahia, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1043 (SEI24606231), resolve: INDEFERIR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.105580/2022-84, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES AVULSOS E EMPREGADOS NA MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS EM GERAL DE CATALÃO (GO), CNPJ 14.080.482/0001-41, tendo em vista irregularidade documental, nos termos do art. 253, inciso I, da Portaria/MTP n.º 671, de 8 de novembro de 2021, c/c Portaria/MTP nº 2, de 3 de janeiro de 2022.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1025 (SEI24523187), resolve: INDEFERIR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.105327/2022-21, de interesse do SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE BAURU,CNPJ: 50.843.853/0001-63, tendo em vista irregularidade documental, nos termos do art. 253, inciso I, da Portaria/MTP n.º 671, de 8 de novembro de 2021, c/c Portaria/MTP nº 2, de 3 de janeiro de 2022.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1061 (SEI 24663314), resolve: INDEFERIR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.105694/2022-24, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL, DE LADRILHOS HIDRÁULICOS, DE MÁRMORES E GRANITOS, DE MANUTENÇÃO, MOTANGEM E LIMPEZA INDUSTRIAIS, DA CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS DE TERRAPLANAGEM EM GERAL E DO MOBILIÁRIO, JUNCO E VIME DE DUQUE DE CAXIAS, GUAPIMIRIM, MAGÉ, NILÓPOLIS E SÃO JOÃO DE MERITI, CNPJ 31.959.984/0001-66, tendo em vista irregularidade documental, bem como a não caracterização de categoria, nos termos do artigo 253, incisos I e II, da Portaria/MTP nº 671/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1081 (SEI 24746126), resolve: INDEFERIR o pedido de registro sindical n.º 19980.102751/2022-15, de interesse do SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS DE VALE DO ANARI-RO, CNPJ 36.507.084/0001-00, tendo em vista irregularidades constantes nos editais, ata e estatuto e por não caracterização de categoria, nos termos do art. 253, inciso I e II da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021 c/c Portaria/MTP nº 2, de 3 de janeiro de 2022.

LUIZ ALBERTO MATOS DOS SANTOS

DESPACHOS DE 13 DE MAIO DE 2022

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1079 (24739789), resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do SINDSEPM-BAL/MA - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Balsas, Fortaleza dos Nogueiras, Nova Colinas e Região, CNPJ 06.538.802/0001-36, Processo 19964.103523/2022-61, para representar a Categoria profissional de todos os Servidores Públicos Municipais, independentemente do regime Jurídico, ligados à Administração Pública Direta, Indireta e do Poder Legislativo Municipal, EXCETO a categoria dos Agentes de Combate as Endemias nos Municípios de Fortaleza dos Nogueiras e Nova Colinas. EXCETO a Categoria dos professores em estabelecimentos da rede pública de educação; no município de Balsas, do Estado Maranhão, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios de Balsas, Fortaleza dos Nogueiras, Nova Colinas, São Félix de Balsas, São Pedro dos Crentes, São Raimundo das Mangabeiras e Tasso Fragoso, Estado do Maranhão, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação das seguintes entidades: A) UNSP - União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil, CNPJ 33.721.911/0001-67, Processo 46219.007289/2009-80; excluindo a Categoria dos Servidores Públicos Municipais, independentemente do regime Jurídico, ligados à Administração Pública Direta, Indireta e do Poder Legislativo Municipal nos municípios de São Pedro dos Crentes e Tasso Fragoso, Estado do Maranhão; B) SINPROESEMMA - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do Estado do Maranhão, CNPJ 05.645.999/0001-40, Processo 46223.005467/2005-45; excluindo a Categoria dos Servidores Públicos Municipais, independentemente do regime Jurídico, ligados à Administração Pública Direta, Indireta, nos municípios São Pedro dos Crentes e Tasso Fragoso, do Estado do Maranhão, nos termos do art. 255 do mesmo normativo.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1072 (anexo SEI n° 24723915), resolve: DEFERIR o registro sindical ao Sindicato Intermunicipal do Comércio Varejista de Produtos de Supermercados e Hipermercados no Estado de Minas Gerais - SINDSUPER-MG, inscrição no CNPJ n° 39.856.419/0001-85, processo n° 19964.102601/2022-18, para representar a categoria econômica do comércio varejista de produtos de supermercados e hipermercados, com abrangência intermunicipal e base territorial nos municípios de Abadia dos Dourados, Abaeté, Abre Campo, Acaiaca, Açucena, Água Boa, Água Comprida, Aguanil, Águas Formosas, Águas Vermelhas, Aimorés, Aiuruoca, Alagoa, Alfenas, Alfredo Vasconcelos, Almenara, Alpercata, Alpinópolis, Alterosa, Alto Caparaó, Alto Jequitibá, Alto Rio Doce, Alvarenga, Alvinópolis, Alvorada de Minas, Amparo do Serra, Andradas, Andrelândia, Angelândia, Antônio Carlos, Antônio Dias, Antônio Prado de Minas, Araçaí, Aracitaba, Araçuaí, Arantina, Araponga, Araporã, Arapuá, Araújos, Arceburgo, Arcos, Areado, Aricanduva, Arinos, Astolfo Dutra, Ataléia, Augusto de Lima, Baependi, Baldim, Bambuí, Bandeira, Bandeira do Sul, Barão de Cocais, Barão de Monte Alto, Barra Longa, Barroso, Bela Vista de Minas, Belmiro Braga, Belo Horizonte, Belo Oriente, Belo Vale, Berilo, Berizal, Bertópolis, Bias Fortes, Bicas, Biquinhas, Boa Esperança, Bocaina de Minas, Bocaiúva, Bom Despacho, Bom Jardim de Minas, Bom Jesus da Penha, Bom Jesus do Amparo, Bom Jesus do Galho, Bom Sucesso, Bonfim, Bonfinópolis de Minas, Bonito de Minas, Botelhos, Botumirim, Brás Pires, Brasilândia de Minas, Brasília de Minas, Braúnas, Brumadinho, Buenópolis, Bugre, Buritis, Buritizeiro, Cabeceira Grande, Cabo Verde, Cachoeira da Prata, Cachoeira de Pajeú, Cachoeira Dourada, Caetanópolis, Caeté, Caiana, Cajuri, Caldas, Camacho, Cambuquira, Campanário, Campanha, Campestre, Campina Verde, Campo Azul, Campo Belo, Campo do Meio, Campo Florido, Campos Altos, Campos Gerais, Cana Verde, Canaã, Canápolis, Candeias, Cantagalo, Caparaó, Capela Nova, Capelinha, Capetinga, Capim Branco, Capinópolis, Capitão Andrade, Capitão Enéas, Capitólio, Caputira, Caraí, Caranaíba, Carandaí, Carangola, Carbonita, Carlos Chagas, Carmésia, Carmo da Cachoeira, Carmo da Mata, Carmo de Minas, Carmo do Cajuru, Carmo do Paranaíba, Carmo do Rio Claro, Carmópolis de Minas, Carneirinho, Carrancas, Carvalhópolis, Carvalhos, Casa Grande, Cascalho Rico, Cássia, Catas Altas, Catas Altas da Noruega, Catuji, Catuti, Caxambu, Cedro do Abaeté, Central de Minas, Centralina, Chácara, Chalé, Chapada do Norte, Chapada Gaúcha, Chiador, Cipotânea, Claraval, Claro dos Poções, Cláudio, Coimbra, Coluna, Comendador Gomes, Comercinho, Conceição da Aparecida, Conceição da Barra de Minas, Conceição das Alagoas, Conceição de Ipanema, Conceição do Mato Dentro, Conceição do Pará, Conceição do Rio Verde, Cônego Marinho, Confins, Congonhas do Norte, Conquista, Conselheiro Pena, Coqueiral, Coração de Jesus, Cordisburgo, Cordislândia, Corinto, Coroaci, Coromandel, Coronel Murta, Coronel Pacheco, Coronel Xavier Chaves, Córrego Danta, Córrego Fundo, Córrego Novo, Couto de Magalhães de Minas, Crisólita, Cristais, Cristália, Cristiano Otoni, Cristina, Crucilândia, Cruzeiro da Fortaleza, Cruzília, Cuparaque, Curral de Dentro, Curvelo, Datas, Delfinópolis, Delta, Descoberto, Desterro de Entre Rios, Desterro do Melo, Diamantina, Diogo de Vasconcelos, Dionísio, Divinésia, Divino, Divino das Laranjeiras, Divinolândia de Minas, Divisa Alegre, Divisa Nova, Divisópolis, Dom Bosco, Dom Cavati, Dom Joaquim, Dom Silvério, Dom Viçoso, Dona Eusébia, Dores de Campos, Dores de Guanhães, Dores do Indaiá, Dores do Turvo, Doresópolis, Douradoquara, Durandé, Elói Mendes, Engenheiro Caldas, Engenheiro Navarro, Entre Folhas, Entre Rios de Minas, Ervália, Espera Feliz, Espinosa, Estrela Dalva, Estrela do Indaiá, Estrela do Sul, Eugenópolis, Ewbank da Câmara, Fama, Faria Lemos, Felício dos Santos, Felisburgo, Felixlândia, Fernandes Tourinho, Ferros, Fervedouro, Florestal, Formiga, Formoso, Fortaleza de Minas, Fortuna de Minas, Francisco Badaró, Francisco Dumont, Francisco Sá, Franciscópolis, Frei Gaspar, Frei Inocêncio, Frei Lagonegro, Fronteira, Fronteira dos Vales, Fruta de Leite, Frutal, Funilândia, Galiléia, Gameleiras, Glaucilândia, Goiabeira, Goianá, Gonzaga, Gouveia, Grão Mogol, Grupiara, Guanhães, Guapé, Guaraciaba, Guaraciama, Guaranésia, Guarani, Guarará, Guarda-Mor, Guaxupé, Guidoval, Guimarânia, Guiricema, Gurinhatã, Iapu, Ibertioga, Ibiá, Ibiaí, Ibiracatu, Ibiraci, Ibitiúra de Minas, Ibituruna, Icaraí de Minas, Igaratinga, Iguatama, Ijaci, Ilicínea, Imbé de Minas, Indaiabira, Indianópolis, Ingaí, Inhapim, Inhaúma, Inimutaba, Ipaba, Ipanema, Ipiaçu, Iraí de Minas, Itabira, Itabirinha, Itacambira, Itacarambi, Itaguara, Itaipé, Itamarandiba, Itamarati de Minas, Itambacuri, Itambé do Mato Dentro, Itamogi, Itamonte, Itanhandu, Itanhomi, Itaobim, Itapagipe, Itapecerica, Itatiaiuçu, Itaú de Minas, Itaverava, Itinga, Itueta, Itumirim, Iturama, Itutinga, Jaboticatubas, Jacinto, Jacuí, Jaguaraçu, Jaíba, Jampruca, Janaúba, Januária, Japaraíba, Japonvar, Jeceaba, Jenipapo de Minas, Jequeri, Jequitaí, Jequitibá, Jequitinhonha, Jesuânia, Joaíma, Joanésia, João Monlevade, João Pinheiro, Joaquim Felício, Jordânia, José Gonçalves de Minas, José Raydan, Josenópolis, Juramento, Juruaia, Juvenília, Ladainha, Lagamar, Lagoa da Prata, Lagoa dos Patos, Lagoa Dourada, Lagoa Formosa, Lagoa Grande, Lagoa Santa, Lajinha, Lambari, Lamim, Lassance, Leandro Ferreira, Leme do Prado, Liberdade, Lima Duarte, Limeira do Oeste, Lontra, Luisburgo, Luislândia, Luminárias, Luz, Machacalis, Machado, Madre de Deus de Minas, Malacacheta, Mamonas, Manga, Manhumirim, Mantena, Mar de Espanha, Maravilhas, Mariana, Marilac, Mário Campos, Maripá de Minas, Marliéria, Martinho Campos, Martins Soares, Mata Verde, Materlândia, Mathias Lobato, Matias Barbosa, Matias Cardoso, Matipó, Mato Verde, Matozinhos, Matutina, Medeiros, Medina, Mendes Pimentel, Mercês, Mesquita, Minas Novas, Minduri, Mirabela, Miradouro, Miraí, Miravânia, Moeda, Moema, Monjolos, Monsenhor Paulo, Montalvânia, Monte Alegre de Minas, Monte Azul, Monte Belo, Monte Carmelo, Monte Formoso, Monte Santo de Minas, Montezuma, Morada Nova de Minas, Morro da Garça, Morro do Pilar, Mutum, Muzambinho, Nacip Raydan, Nanuque, Naque, Natalândia, Nazareno, Nepomuceno, Ninheira, Nova Belém, Nova Era, Nova Lima, Nova Módica, Nova Ponte, Nova Porteirinha, Nova Resende, Nova Serrana, Nova União, Novo Cruzeiro, Novo Oriente de Minas, Novorizonte, Olaria, Olhos-d'Água, Olímpio Noronha, Oliveira, Oliveira Fortes, Onça de Pitangui, Oratórios, Orizânia, Ouro Branco, Ouro Preto, Ouro Verde de Minas, Padre Carvalho, Padre Paraíso, Pai Pedro, Paineiras, Pains, Paiva, Palmópolis, Papagaios, Pará de Minas, Paraguaçu, Paraopeba, Passa Quatro, Passa Tempo, Passa Vinte, Passabém, Patis, Patrocínio do Muriaé, Paula Cândido, Paulistas, Pavão, Peçanha, Pedra Azul, Pedra Bonita, Pedra do Anta, Pedra do Indaiá, Pedra Dourada, Pedras de Maria da Cruz, Pedrinópolis, Pedro Leopoldo, Pedro Teixeira, Pequeri, Pequi, Perdigão, Perdizes, Perdões, Periquito, Pescador, Piau, Piedade de Caratinga, Piedade de Ponte Nova, Piedade do Rio Grande, Piedade dos Gerais, Pimenta, Pingo d'Água, Pintópolis, Piracema, Pirajuba, Piranga, Piranguçu, Pirapora, Piraúba, Pitangui, Piumhi, Planura, Poço Fundo, Pocrane, Pompéu, Ponto Chique, Ponto dos Volantes, Porteirinha, Porto Firme, Poté, Pouso Alto, Prados, Prata, Pratápolis, Pratinha, Presidente Bernardes, Presidente Juscelino, Presidente Kubitschek, Presidente Olegário, Prudente de Morais, Quartel Geral, Queluzito, Raposos, Raul Soares, Reduto, Resende Costa, Resplendor, Ressaquinha, Riachinho, Riacho dos Machados, Ribeirão das Neves, Ribeirão Vermelho, Rio Acima, Rio Casca, Rio do Prado, Rio Doce, Rio Espera, Rio Manso, Rio Novo, Rio Paranaíba, Rio Pardo de Minas, Rio Piracicaba, Rio Preto, Rio Vermelho, Ritápolis, Rochedo de Minas, Romaria, Rosário da Limeira, Rubelita, Rubim, Sabará, Sabinópolis, Sacramento, Salinas, Salto da Divisa, Santa Bárbara, Santa Bárbara do Leste, Santa Bárbara do Monte Verde, Santa Bárbara do Tugúrio, Santa Cruz de Minas, Santa Cruz de Salinas, Santa Cruz do Escalvado, Santa Efigênia de Minas, Santa Fé de Minas, Santa Helena de Minas, Santa Juliana, Santa Margarida, Santa Maria de Itabira, Santa Maria do Salto, Santa Maria do Suaçuí, Santa Rita de Caldas, Santa Rita de Ibitipoca, Santa Rita de Jacutinga, Santa Rita de Minas, Santa Rita do Itueto, Santa Rosa da Serra, Santa Vitória, Santana da Vargem, Santana de Cataguases, Santana de Pirapama, Santana do Deserto, Santana do Garambéu, Santana do Jacaré, Santana do Manhuaçu, Santana do Paraíso, Santana do Riacho, Santana dos Montes, Santo Antônio do Amparo, Santo Antônio do Aventureiro, Santo Antônio do Grama, Santo Antônio do Itambé, Santo Antônio do Jacinto, Santo Antônio do Monte, Santo Antônio do Retiro, Santo Antônio do Rio Abaixo, Santo Hipólito, São Bento Abade, São Brás do Suaçuí, São Domingos das Dores, São Domingos do Prata, São Félix de Minas, São Francisco, São Francisco de Paula, São Francisco de Sales, São Francisco do Glória, São Geraldo, São Geraldo da Piedade, São Geraldo do Baixio, São Gonçalo do Abaeté, São Gonçalo do Pará, São Gonçalo do Rio Abaixo, São Gonçalo do Rio Preto, São Gonçalo do Sapucaí, São João Batista do Glória, São João da Lagoa, São João da Ponte, São João das Missões, São João do Manhuaçu, São João do Manteninha, São João do Oriente, São João do Pacuí, São João do Paraíso, São João Evangelista, São João Nepomuceno, São José da Barra, São José da Lapa, São José da Safira, São José da Varginha, São José do Divino, São José do Goiabal, São José do Jacuri, São José do Mantimento, São Miguel do Anta, São Pedro da União, São Pedro do Suaçuí, São Pedro dos Ferros, São Romão, São Roque de Minas, São Sebastião da Vargem Alegre, São Sebastião do Anta, São Sebastião do Maranhão, São Sebastião do Oeste, São Sebastião do Paraíso, São Sebastião do Rio Preto, São Sebastião do Rio Verde, São Thomé das Letras, São Tiago, São Tomás de Aquino, São Vicente de Minas, Sardoá, Sarzedo, Sem-Peixe, Senador Cortes, Senador Firmino, Senador Modestino Gonçalves, Senhora de Oliveira, Senhora do Porto, Senhora dos Remédios, Sericita, Seritinga, Serra Azul de Minas, Serra da Saudade, Serra do Salitre, Serra dos Aimorés, Serrania, Serranópolis de Minas, Serranos, Serro, Setubinha, Silveirânia, Simão Pereira, Simonésia, Sobrália, Soledade de Minas, Tabuleiro, Taiobeiras, Taparuba, Tapira, Tapiraí, Taquaraçu de Minas, Tarumirim, Teixeiras, Tiradentes, Tiros, Tocantins, Tombos, Três Corações, Três Marias, Três Pontas, Tumiritinga, Tupaciguara, Turmalina, Turvolândia, Ubaí, Ubaporanga, Umburatiba, União de Minas, Uruana de Minas, Urucânia, Urucuia, Vargem Alegre, Vargem Bonita, Vargem Grande do Rio Pardo, Varjão de Minas, Várzea da Palma, Varzelândia, Vazante, Verdelândia, Veredinha, Veríssimo, Vermelho Novo, Vespasiano, Vieiras, Virgem da Lapa, Virgínia, Virginópolis, Virgolândia e Visconde do Rio Branco, no Estado de Minas Gerais, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria 671/2021. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação das seguintes entidades: A) SINDVAREJOBH - Sind. Com. Varej. de Gêneros Alimentícios de BH, CNPJ n° 17.270.877/0001-03, Carta Sindical L006 P080 A1941, excluindo a categoria econômica do comércio varejista de produtos de supermercados e hipermercados no município de Belo Horizonte; B) SINDCOMÉRCIO - Sindicato do Comércio Varejista de Patos de Minas e Região, CNPJ n° 20.734.174/0001-95, Processo 46211.002853/2017-58, excluindo a categoria econômica do comércio varejista de produtos de supermercados e hipermercados nos municípios de Carmo do Paranaíba, Lagoa Formosa e Presidente Olegário; C) Sindicato do Comércio Varejista, de Pará de Minas, carta sindical L009 P092 A1941, excluindo a categoria do comércio varejista de produtos de supermercados e hipermercados, no município de Pará de Minas, no Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 255 do mesmo normativo.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1073 (24724367), resolve: INDEFERIR o pedido de registro sindical n.º 19964.105823/2022-84, e interesse do Sindicato dos Empregados Rurais dos Municípios de Bujaru e Concórdia do Pará- SINDTER CONCÓRDIA, CNPJ n.º 19.815.244/0001-50, tendo em vista irregularidade documental, nos termos do inciso I do art. 253 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1080 (SEI 24742965), resolve: INDEFERIR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.105839/2022-97, de interesse do SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES E TÉCNICOS FEDERAIS DE FINANÇAS E CONTROLE - UNACON SINDICAL, CNPJ 03.659.042/0001-27, tendo em vista irregularidade e insuficiência documental, nos termos do artigo 253, inciso I, da Portaria/MTP nº 671/2021.

LUIZ ALBERTO MATOS DOS SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA PREVIC Nº 424, DE 10 DE MAIO DE 2022

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere confere a alínea "a" do inciso I do art. 64 da Portaria nº 529, de 8 de dezembro de 2017 (Regimento Interno da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc), e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.004978/2021-20, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas para o estatuto da Fundação de Previdência Complementar do Estado do Rio Grande do Sul - RS-Prev, CNPJ nº 24.846.794/0001-77, nos termos do supracitado processo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ REYNALDO DE ALMEIDA FURLANI

Ministério do Turismo

SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA
SECRETARIA NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 260, DE 13 DE MAIO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
204920 - Brasil Raiz
MAROLO PRODUCOES CULTURAIS E ARTISTICAS LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 08.360.491/0001-93
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 21/04/2022 à 31/12/2022

170187 - ESTRELA PARANÁ 2017
Processo Multiartes Eireli
CNPJ/CPF: 05.930.707/0001-10
Cidade: Curitiba - PR;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
184269 - Acordes - Sintonia Musical- Ano II
VICTOR LUCIANO MAGALHÃES-ME
CNPJ/CPF: 14.855.042/0001-19
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

210477 - Cascavel Jazz Festival - Música Instrumental Cascavelense, Registro Fonográfico
Bwa Assessoria e Consultoria Ltda
CNPJ/CPF: 05.704.401/0001-46
Cidade: Cascavel - PR;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

194112 - Projeto Vida e Arte 21/22
Associação Batista de Ação Social de Curitiba
CNPJ/CPF: 02.052.396/0001-46
Cidade: Curitiba - PR;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
202206 - Circuito Cultural no Centroeste
Cultura Ambiental Produções Ltda
CNPJ/CPF: 19.898.338/0001-30
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
212151 - Baú Literário
D. MARIN DA SILVA - ME
CNPJ/CPF: 08.430.920/0001-51
Cidade: Passo Fundo - RS;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
211810 - EMOCASTLE VOLUME 1
LUCAS LOAMI MEDEIROS
CNPJ/CPF: 087.078.659-88
Cidade: Blumenau - SC;
Prazo de Captação: 13/05/2022 à 31/12/2022

PORTARIA Nº 261, DE 13 DE MAIO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
212067 - ORQUESTRA INSTRUMENTAL VIOLÕES DO FORTE DE COPACABANA
Instituto Rudá
CNPJ/CPF: 09.208.222/0001-79
Cidade: Itaboraí - RJ;
Valor Reduzido: R$ 1.890,00
Valor total atual: R$ 703.596,60

205104 - OUVIRAVIDA - Educação Musical Popular - 2021
LIEGE DONIDA BIASOTTO - ME
CNPJ/CPF: 11.600.396/0001-24
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Reduzido: R$ 35.267,76
Valor total atual: R$ 247.357,44

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
211969 - REVITALIZA RIO - PRACA DA HARMONIA E PARQUE DA CIDADE
DAS LIMA PRODUÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 04.561.876/0001-68
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 12,00
Valor total atual: R$ 2.877.202,34

PORTARIA Nº 262, DE 13 DE MAIO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar os projetos culturais relacionados nos anexos desta portaria, que após terem atendido aos requisitos de admissibilidade estabelecidos pela Lei 8.313/91, Decreto 10.755/2021 e a Instrução Normativa vigente, passam a fase de obtenção de doações e patrocínios.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

ANEXO I

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
220384 - 18ª Festival ChorandoSemParar - Edição Tia Amélia
Fatima Helena Camargo Catalano
CNPJ/CPF: 865.510.518-04
Processo: 01400000384202234
Cidade: São Carlos - SP;
Valor Aprovado: R$ 307.379,21
Prazo de Captação: 16/05/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O 18ª Festival Internacional de Música Instrumental ChorandoSemParar - Edição Tia Amélia- é de modo especial, uma homenagem ao Choro e à música instrumental brasileira e é realizado, anualmente, desde 2004. O ChorandoSemParar propõe realizar um festival de uma semana (07 dias) de apresentações de música instrumental e oficinas. Toda a programação é livre e gratuita. O título do projeto é uma referência ao encerramento: uma apresentação de 12 horas ininterruptas de Choro Instrumental, em praça pública. A Programação combina a participação de três categorias de convidados: talentos locais e regionais; instrumentistas brasileiros de renome internacional; e músicos estrangeiros.

220380 - Concertos Culturais nas Escolas
FERNANDO MARCUCCI FILHO
CNPJ/CPF: 006.092.749-61
Processo: 01400000380202256
Cidade: Joinville - SC;
Valor Aprovado: R$ 385.997,25
Prazo de Captação: 16/05/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O Projeto Concertos Culturais nas Escolas pretende levar a música instrumental clássica e popular a alunos, professores, pais de alunos, funcionários, público e comunidade em geral de Escolas Públicas do Estado de Santa Catarina, e assim, fazer com que os estudantes de cada Estabelecimento de Ensino tenham a oportunidade de assistir a eventos instrumentais em seu próprio local de ensino, bem como o público em geral, sem a necessidade de se deslocarem para assistir a esses eventos em um Teatro ou Casa de Espetáculos. Todos os concertos serão gratuitos e de portas abertas ao público em geral.Por se tratar de projeto inteiramente gratuito, fica dispensada a apresentação de Ações Formativas Culturais, em conformidade com o Art. 25, § 5º, da IN SECULT/MTUR nº 01/2022.

220382 - Música na Praça II
Paulo Roberto Drage
CNPJ/CPF: 575.184.919-15
Processo: 01400000382202245
Cidade: Cascavel - PR;
Valor Aprovado: R$ 72.468,00
Prazo de Captação: 16/05/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O Projeto Música na Praça consiste em levar a música instrumental para o interior do Paraná onde essa cultura praticamente não existe.

220389 - Programa NEOJIBA - Plano Anual de Atividades 2022
Instituto de Ação Social pela Música - IASPM
CNPJ/CPF: 10.490.525/0001-06
Processo: 01400000389202267
Cidade: Salvador - BA;
Valor Aprovado: R$ 5.943.340,35
Prazo de Captação: 16/05/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto refere-se ao Plano Anual de Atividades 2022 do Programa NEOJIBA (Núcleos Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia), programa formativo de integração social através do ensino e da prática coletivos da música, que beneficia diretamente e indiretamente crianças, adolescentes e jovens baianos. Pretende-se, durante o ano de 2022, através do Plano Anual realizar a manutenção de Núcleos de Prática Musical (NPM) e Núcleos de Prática Territorial NEOJIBA (NTN) um Ateliê Escola de Luteria, bem como promover masterclasses com musicistas renomados. Além das Apresentações Musicais de canto coral e instrumental, que são ações formativas de difusão como a Turnê Europa, IV Festival Encanta, Série NEOJIBA e Circulação Eixo Sudeste. Também será viabilizado através de Instrumento Musical - Aquisição o modelo de ensino remoto NEOJIBA Sem Fronteiras e a realização de concertos didáticos para a comunidade como entrega de Contrapartida Social.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
220391 - EDIÇÃO DE LIVRO: CIDADE DAS FLORES
VILMAR SMANIOTTO
CNPJ/CPF: 651.075.439-87
Processo: 01400000391202236
Cidade: Blumenau - SC;
Valor Aprovado: R$ 125.675,00
Prazo de Captação: 16/05/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto intitulado EDIÇÃO DE LIVRO: CIDADE DAS FLORES visa possibilitar a edição do livro de literatura infantil, ilustrado e colorido.

220377 - Livros de Música da Ju
INSTITUTO CULTURAL JULIANA DAGOSTINI
CNPJ/CPF: 36.275.969/0001-12
Processo: 01400000377202232
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 212.295,88
Prazo de Captação: 16/05/2022 à 31/12/2022

Resumo do Projeto: Elaboração e produção de 6 livros didáticos que abordarão temas de educação musical, voltados para cursos de: teclas, história dos ritmos brasileiros, flauta doce e musicalização. Os livros serão destribuídos gratuitamente em escolas públicas do estado de São Paulo, incentivando na formação de futuros músicos além de ser um facilitador para a propagação de conhecimento na sociedade. O projeto é gratuíto e tem o objetivo de estimular a leitura e o desenvolvimento do estudo da música, além de disponibilizar um conteúdo de estudo musical em Braile, ampliando o acesso tanto para a Leitura, quanto para o estudo da música.

220388 - Pirapora - Porto na História de Minas
Luiz Ricardo Silva
CNPJ/CPF: 381.094.096-87
Processo: 01400000388202212
Cidade: Nova Lima - MG;
Valor Aprovado: R$ 328.021,48
Prazo de Captação: 16/05/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: A iniciativa de construir este projeto ancora-se na trajetória do empreendedor cultural que registra o interior do Estado através de ações e publicações que fortalecem a cultura local e o turismo. O projeto pretende produzir e publicar um livro de fotografias e textos no qual aborda a história de um município localizado na microrregião Norte na margem direita da zona do Alto Médio São Francisco em Minas Gerais. Propõe-se realizar um levantamento sobre os aspectos socioculturais da região, assim como as curiosidades, aspectos econômicos, costumes, lendas e tradições populares do município.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
220390 - DVD FABRÍCIO SACER
FABRICIO DOS SANTOS CERQUEIRA
CNPJ/CPF: 025.908.445-06
Processo: 01400000390202291
Cidade: Coração de Maria - BA;
Valor Aprovado: R$ 199.999,80
Prazo de Captação: 16/05/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Produção de um DVD do artista Fabricio Sacer, de alta qualidade sobre esse DVD tem como objetivo mostrar, por meio de uma um show , com entrevistas e filmagens. Com duração de 45 minutos, finalizando em FullHD e distribuído pelo canal do proponente. Realizar uma formação social de capacitação profissional de treinamento de profisisonais na área de eventos.

PORTARIA Nº 263, DE 13 DE MAIO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
184466 - MusiCais
CASA DE ARTES E INCLUSAO SOCIAL - CAIS
CNPJ/CPF: 03.994.117/0001-26
Cidade: Coronel Fabriciano - MG;
Valor Complementado: R$ 107.671,00
Valor total atual: R$ 334.633,12

ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º)
200197 - Requalificação do Memorial Chico Xavier - Uberaba - Minas Gerais
EXPOMUS EXPOSICOES MUSEUS PROJETOS CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 46.874.756/0001-60
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Complementado: R$ 836.362,00
Valor total atual: R$ 3.597.337,80

PORTARIA Nº 264, DE 13 DE MAIO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 7º, parágrafo 3º do Decreto nº 10.755, de 26 de julho de 2021, e o art. 60 da Instrução Normativa MC nº 01/2022, resolve, resolve:

Art. 1º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas APROVADA(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e no inciso I do art. 58 da Instrução Normativa nº 01, de 4 de fevereiro de 2022, conforme anexo.

Art. 2º - Informar que cabe ao proponente emitir comprovantes em favor dos doadores ou patrocinadores, bem como manter o controle documental das receitas e despesas do projeto pelo prazo de cinco anos, contados da aprovação da prestação de contas, à disposição do MTUR e dos órgãos de controle e fiscalização, caso seja instado a apresentá-las, conforme previsto no art. 36 da Instrução Normativa RFB nº 1.131, de 21 de fevereiro de 2011.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

ANEXO

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	RESUMO DO PROJETO	VALOR CAPTADO
12 9316	Música Popular na Praça Castro Alves	AGENCIA TUDO COMUNICACAO LTDA	Pretende-se realizar apresentações de música popular brasileira gratuitas em um grande palco montado na Praça Castro Alves, situado na cidade de Salvador, durante os dias de folia do Carnaval de 2013. Serão realizados pelo menos 3 (três) shows por dia durante 3 (três) dias.	R$ 960.768,00
12 7613	Manutenção anual da Fundação Oscar Niemeyer 2013; Centro de Pesquisa e Documentação (RJ) e exposição permanente no Espaço Oscar Niemeyer (Brasília - DF)	FUNDAÇÃO OSCAR NIEMEYER PARA FINS CULTURAIS	Este projeto se propõe a garantir a manutenção da Fundação Oscar Niemeyer pelo período de um ano, suportando as atividades da instituição em dois espaços: Centro de Pesquisa e Documentação (RJ); Espaço Oscar Niemeyer em Brasília - DF. O projeto contempla as despesas de infraestrutura e manutenção básica dos espaços, remuneração da equipe de trabalho, digitalização parcial do acervo, montagem de exposição permanente no Espaço Oscar Niemeyer (Brasília-DF) e publicação de um catálogo do acervo.	R$ 650.000,00
13 4707	7ª Feira do Livro Infantil nos Parques de Porto Alegre	Antonio Cesar Krob Jardim	A 7ª Feira do Livro Infantil nos Parques de Porto Alegre, com realização no Parque Germânial, durante 4 dias, em 2013, objetiva contemplar crianças de baixa renda, proporcionando-lhes acesso à literatura e estimulando o hábito pela leitura, através de apresentações teatrais diárias; edição e publicação de um livro infantil com distribuição gratuita no evento. A expectativa do público visitante ultrapassa a casa de 50 mil pessoas, sendo destas 38 mil crianças.	R$ 57.500,00
12 2502	Virada Cultural Instrumental de Belo Horizonte - 2º Edição	Yco Promoções e Produções de Eventos Ltda	Realizar a segunda edição da Virada Cultural Instrumental de Belo Horizonte. Serão dois dias de eventos, em 4 locais da cidade, totalizando 32 apresentações, cada local receberá 4 apresentações por dia com a participação de diversos grupos do gênero, num evento gratuito e sem cobrança de ingressos. Este projeto irá gerar cultura, lazer e entretenimento em vários locais de Belo Horizonte.	R$ 735.000,00
14 7129	Sinfonia do Rio de Janeiro: 60 anos de história musical da cidade	SERGIO LAKS PAPEL E TINTA	O projeto Sinfonia do Rio Janeiro: 60 anos de história musical da cidade envolve a realização de publicação comemorativa da obra de Tom Jobim e Billy Blanco, de 1954. A publicação será lançada em 2014, e contará com texto do crítico musical João Máximo, imagens de época e atuais da cidade do Rio de Janeiro. À publicação impressa se agregará uma cópia da obra em CD.	R$ 442.202,00
13 8761	Festival Vale do Café 2014	Backstage Rio Empreendimentos e Produções Artísticas e Culturais Ltda	O FESTIVAL VALE DO CAFÉ é um evento turístico-cultural de alto nível sobre música, história e natureza, tendo alcançado enorme sucesso, atraindo mais de 80.000 pessoas e gerando empregos e desenvolvimento, a exemplo de suas 11 edições anteriores sempre em julho, nos anos de 2003 a 2013 na cidade de Vassouras e municípios arredores de Paulo de Frontin, Mendes, Piraí, Barra do Piraí, Valença e Paty do Alferes, Volta Redonda, Barra Mansa, Paracambi, Rio das Flores.	R$ 1.250.000,00
12 9673	Festival Internacional de Jazz I Love Jazz (5ª edição)	LADO A PRODUCOES E EVENTOS CULTURAIS LTDA ME	Este projeto tem por objetivo a produção da 5º edição do Festival Internacional de Jazz - I Love Jazz. Os principais objetivos do Festival são a divulgação da cultura do jazz instrumental para um público amplo e o intercâmbio entre artistas nacionais e internacionais. O Festival será realizado em Belo Horizonte, Brasília e Rio de Janeiro no período, inicialmente previsto, de 09 a 15 de agosto de 2013. Todas as apresentações serão gratuitas e abertas ao público em geral.	R$ 1.280.000,00
12 3700	FESTIVAL DE CIRCO DO BRASIL 2012	LUNI PRODUCOES LTDA - ME	Realizar de 30 de outubro a 09 de dezembro de 2012, em Recife-PE em outras cidades do nordeste, a oitava edição do evento cultural Festival de Circo do Brasil, que é composto de 4 módulos e suas atividades: espetáculo-apresentações em espaços fechados a preços acessíveis fomento-oficinas, palestras, workshop, exposições gratuitas intervenções urbanas - espetáculos de rua gratuitos circulação-turnê com espetáculo nacional ou internacional.	R$ 421.704,67
12 1673	Shows Nacionais em Não-Me-Toque Edição III	JULIO CESAR GLENZEL ME	Serão no total duas apresentações musicais, dois shows de abrangência nacional: Um com o Grupo Terceira Dimensão e outro com Amado Batista. O projeto trará estes shows para a comunidade de Não-Me-Toque e região, de forma totalmente ampla, gratuita, direta e de fácil acesso, determinando proporcionar à população o contato com a qualidade musical das referidas atrações, motivando as sociedades, desenvolvendo inclusão social e democrática, bem como valorizando profundamente a cultura brasileira.	R$ 397.750,00
13 5236	10º Festival de Cordas Nathan Schwartzman	Cora Pavan de Oliveira Capparelli	Esse Festival congregará crianças e jovens estudantes de instrumentos de corda (violino, viola, violoncelo e contrabaixo) da região do Triangulo Mineiro, promovendo uma interação entre os instrumentistas de cordas. Por se tratar de um projeto de inclusão social através da música, o fato de congregar os participantes em um trabalho orquestral, leva todos eles a vivenciarem sua cidadania e reconhecer o que a música poderá lhes oferecer como futura profissão.	R$ 60.000,00

PORTARIA Nº 265, DE 13 DE MAIO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, considerando o sistema de Credenciamento criado pela Portaria nº 43, de 09 de julho de 2009, publicada no D.O.U. do dia 13 de julho de 2009, e o que dispõe os Capítulos IX e X da Portaria nº 39, de 12 de abril de 2017, publicada no D.O.U. do dia 12 de abril de 2017, resolve:

Art. 1º Tornar pública, a relação dos peritos descredenciados do Banco de Pareceristas da SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA, a pedido, conforme disposto no Art. 23 da Portaria nº 39, de 12 de abril de 2017, os quais foram habilitados por meio do Edital de Credenciamento de Pareceristas nº 1/2018, por nome, CPF, área e segmentos, constantes no anexo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

ANEXO

NOME	CPF	ÁREA	SEGMENTO
JOSIVALDO ARAUJO DE SOUSA	319.362.704-63	Artes Cênicas	Desfile de escola de samba ou festivos de caráter musical e cênico que tenham relação com festividades regionais, com confecções de fantasias, adereços ou material cenográficos.
LEONEL HENCKES	007.388.440-55	Artes Cênicas	Dança
			Teatro
		Artes Visuais	Exposição de artes visuais que possua em sua concepção tratamento artístico e curatorial, em quaisquer suportes abrangendo as seguintes categorias: pintura, desenho, gravura, fotografia, escultura, objeto, grafite, instalação, performances, vídeo-arte, artes digitais, arte eletrônica, design, arquitetura, moda, arte cibernética e artes gráficas, que poderão se organizar sob a forma de exposições, feiras, festivais, mostras, circuitos artísticos
SONIA MARIA ACHATKIN	025.501.428-70	Artes Visuais	Exposição de artes visuais que possua em sua concepção tratamento artístico e curatorial, em quaisquer suportes abrangendo as seguintes categorias: pintura, desenho, gravura, fotografia, escultura, objeto, grafite, instalação, performances, vídeo-arte, artes digitais, arte eletrônica, design, arquitetura, moda, arte cibernética e artes gráficas, que poderão se organizar sob a forma de exposições, feiras, festivais, mostras, circuitos artísticos

SECRETARIA NACIONAL DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 30, DE 13 DE MAIO DE 2022

A SECRETÁRIA NACIONAL DO AUDIOVISUAL, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 305, de 31 de março de 2022 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1.º - Homologar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) nesta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

210679 - SOLOS
CLARA FRANCISS DA SILVA PEREIRA - ME
CNPJ/CPF: 13.894.949/0001-24
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 15,95
Valor total atual: R$ 124.808,75

211751 - Ferrovia do Trigo
LUME-ORGANIZACAO DE EVENTOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 09.142.121/0001-42
Cidade: Encantado - RS;
Valor Reduzido: R$ 2.129,60
Valor total atual: R$ 196.988,00

Art. 2º - Homologar os projetos audiovisuais, relacionados no anexo desta Portaria, que após terem atendido aos requisitos de admissibilidade estabelecidos pela Lei nº 8.313/1991, Decreto nº 5.761/2006 e a Instrução Normativa vigente, passam para a fase de obtenção de doações e patrocínio.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JESSYCA HELLEN FERREIRA PAULINO FERNANDES

ANEXO I - Artigo 18 , § 1º

220365 - Framingham: Brasileiros Conquistam o Sonho Americano
ELITON JOAO DE OLIVEIRA PRODUCOES CINEMATOGRAFICAS E LITERARIAS EIRELI
CNPJ/CPF: 34.565.003/0001-94
Cidade: Maringá - PR;
Valor Aprovado: R$ 477.838,46
Prazo de Captação: 16/05/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Documentário com duração de 70 minutos em formato digitalcom captura de imagem em 6K, finalização em 4K e Full HDsobre os brasileiros que vivem em Framingham, EUA, a maior cidade brasileira fora do Brasil, abordando a vida dos brasileiros e a busca pelo sonho americano, como vivem e trabalham nesta pequena cidade da costa leste americana, sendo a maior parte deles proprietários de comércios e empresas, e como a forte imigração de brasileiros para os EUA transformou Framingham em um"polo comercial" do condado, onde hoje se fala mais português do que inglês. O projeto será exibido gratuitamente em espaços culturais e anfiteatros da cidade de Maringá para a rede pública de ensino e estudantes de universidades estaduais e federais.

220366 - Filme Média Metragem Adeus
Priscila Gomes
CNPJ/CPF: 054.346.127-01
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 363.469,48
Prazo de Captação: 16/05/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Produção de um filme média metragem - ficção, drama, com duração de 26 minutos e formato de finalização Full HD. A proposta do filme é ficção e tem como tema a superação das circunstâncias internas e externas, através da individualização da personagem, que volta ao local de sua origem para colaborar com sua arte. Faremos dez exibições gratuitas para os moradores e alunos de escolas públicas no cinema do Complexo do Alemão, mais participações em Mostras, Festivais nacionais/internacionais e exibir em TV pública.

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DESPACHO Nº 53-E, DE 12 DE MAIO DE 2022

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições previstas no art. 13, III, do Anexo I ao Decreto nº. 8.283, de 3 de julho de 2014, torna públicas as seguintes Deliberações de Diretoria Colegiada:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos da legislação indicada, e cujos prazos de captação se encerram em 31/12/2022.

22-0236 VAMOS ENFRENTAR A VIDA - ANIMAÇÃO
Processo: 01416.005261/2020-59
Proponente: ISRAEL DE CASTRO E SILVA
Cidade/UF: Porto Alegre / RS
CPF: 600.931.701-06
Valor total aprovado: R$ 475.000,00
Valor aprovado no art. 25 da Lei nº. 8.313/91: R$ 400.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 828, realizada em 24/02/2022.

22-0237 HORAS DE FÚRIA
Processo: 01416.002962/2020-36
Proponente: ALEXANDRE HENRY MARTINS
Cidade/UF: Piraí / RJ
CPF: 026.861.867-47
Valor total aprovado: R$ 987.000,00
Valor aprovado no art. 25 da Lei nº. 8.313/91: R$ 427.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 830, realizada em 10/03/2022.

Art. 2º Aprovar os projetos audiovisuais para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das legislações indicadas, e cujos prazos de captação se encerram em 31/12/2024.

22-0231 ESTILO PRÓPRIO
Processo: 01416.003941/2020-38
Proponente: FTV COMUNICAÇÃO LTDA
Cidade/UF: Porto Alegre / RS
CNPJ: 13.039.077/0001-17
Valor total aprovado: R$ 423.000,00
Valor aprovado no art. 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 150.000,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 111.850,00
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 140.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 828, realizada em 24/02/2022.

22-0234 RACING FUTURES
Processo: 01416.009811/2021-90
Proponente: FRANCISCO EDUARDO MATARESE BRASILEIRO SOLUÇÕES
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 28.822.433/0001-41
Valor total aprovado: R$ 2.985.000,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.835.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 819, realizada em 17/12/2021.

22-0235 QUANDO MEU DIA CHEGAR
Processo: 01416.010336/2020-13
Proponente: PRIMEIRO CORTE PRODUÇÕES LTDA-ME
Cidade/UF: Porto Alegre / RS
CNPJ: 11.452.188/0001-25
Valor total aprovado: R$ 99.168,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 94.168,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 826, realizada em 11/02/2022.

22-0242 CANOAS, SEU PASSADO, PRESENTE E FUTURO
Processo: 01416.000688/2022-22
Proponente: MIRAÇÃO FILMES LTDA
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 06.096.915/0001-29
Valor total aprovado: R$ 1.144.212,30
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.087.001,69
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 833, realizada em 31/03/2022.

Art. 3º Aprovar os projetos audiovisuais para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das legislações indicadas, e cujos prazos de captação se encerram em 31/12/2025.

22-0238 DELFIM
Processo: 01416.003529/2020-18
Proponente: C C B GALLO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 28.931.903/0001-05
Valor total aprovado: R$ 790.000,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 400.000,00
Valor aprovado no art. 39, inciso X, da Medida Provisória nº. 2.228-1/01: R$ 340.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 830, realizada em 10/03/2022.

22-0239 DE FRENTE PRO CRIME
Processo: 01416.002508/2020-85
Proponente: VISON PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 28.629.780/0001-52
Valor total aprovado: R$ 6.800.000,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Valor aprovado no art. 39, inciso X, da Medida Provisória nº. 2.228-1/01: R$ 3.000.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 831, realizada em 18/03/2022.

22-0240 CACÁ DIEGUES - CINEASTA DO BRASIL
Processo: 01416.001874/2020-17
Proponente: BLG COMUNICAÇÃO E PRODUÇÃO EIRELI
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 16.366.109/0001-87
Valor total aprovado: R$ 770.000,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 731.500,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 831, realizada em 18/03/2022.

22-0241 CEM DIAS NO DIVÃ SOBRE RODAS
Processo: 01416.008648/2019-23
Proponente: TENTÁCULO REC LTDA
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 30.507.633/0001-51
Valor total aprovado: R$ 2.035.004,00
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.885.004,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 831, realizada em 18/03/2022.

Art. 4º Aprovar o projeto audiovisual e sua análise complementar para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos da legislação indicada, e cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2024.

22-0233 A SUA IDADE - DISTRIBUIÇÃO
Processo: 01416.011172/2020-41
Proponente: FLOW FILMES LTDA
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 23.558.535/0001-88
Valor total aprovado: R$ 481.603,33
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 426.603,33
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 824, realizada em 27/01/2022.

Art. 5º Aprovar o projeto audiovisual e sua análise complementar para o qual a proponente fica autorizada

a captar recursos nos termos da legislação indicada, e cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2025.

22-0232 BIBI - DESENVOLVIMENTO
Processo: 01416.002504/2021-88
Proponente: SINCROCINE PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 42.488.478/0001-52
Valor total aprovado: R$ 338.500,00
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 171.574,99
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 150.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 831, realizada em 18/03/2022.

Art. 6º Retificar os termos do DESPACHO DO DIRETOR PRESIDENTE N.º 30-E DE 08 DE MARÇO DE 2022, publicado no Diário Oficial da União - DOU nº. 48, de 11 de março de 2022, pág. 56, Seção 01, no que se refere à aprovação do projeto audiovisual "22-0085 FALA SÉRIO, MÃE! 2", da proponente CAMISA LISTRADA LTDA: Onde se lê: "Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8685/93: R$ 3.000.000,00", leia-se: "Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8685/93: R$ 3.000.000,00".

Art. 7º As Deliberações produzem efeito a partir da data desta publicação.

ALEX BRAGA

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO

CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

PORTARIA Nº 24, DE 13 DE MAIO DE 2022

O DIRETOR DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 459, de 05/08/2021, e de acordo com o disposto no inciso § 2, art. 25, Anexo I, do Decreto n.º 9.238, de 15/12/2017, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve:

I - Expedir PERMISSÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo I desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02;

II - Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo II desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02 e Portaria SPHAN 07/88;

III - Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo III desta Portaria, regidos pela Portaria SPHAN 07/88;

IV - Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo IV desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

V - Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos e programas de pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo V desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

VI - As autorizações para a execução dos projetos e programas relacionados nesta Portaria não correspondem à manifestação conclusiva do Iphan para fins de obtenção de licença ambiental.

VII - As Superintendências Estaduais são as unidades responsáveis pela aprovação dos projetos e programas de sua competência, cujas execuções estão sendo autorizadas na presente portaria, bem como pela fiscalização e monitoramento das ações oriundas dos mesmos, com base nas vistorias realizadas a partir do cronograma do projeto, inclusive no que diz respeito à destinação e à guarda do material coletado, assim como das ações de preservação e valorização dos remanescentes.

VIII - Condicionar a eficácia das presentes autorizações, permissões e renovações à apresentação, por parte dos arqueólogos coordenadores, de relatórios parciais e finais, em meio físico e digital, ao término dos prazos fixados nos projetos de pesquisa anexos a esta Portaria.

IX - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

HERBERT MOURA REGO

ANEXO I

01-Processo nº 01510.001684/2014-83
Projeto: Prospecção Arqueológica na Área de Implantação do Terminal Retroportuário - RB Armazéns Gerais Eireli – EPP
Arqueólogo Coordenador: Alexandro Demathé
Apoio Institucional: Museu Etnoarqueológico de Itajaí - Fundação Genésio Miranda Lins - Prefeitura Municipal de Itajaí
Área de Abrangência: Município de Itapoá, estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

02-Processo nº 01512.003419/2010-96
Projeto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da Barragem Arvorezinha
Arqueóloga Coordenadora: Gisele Pinheiro
Apoio Institucional: Museu Dom Diogo de Souza - Fundação Áttila Taborda/Universidade da Região da Campanha (FAT/URCAMP)
Área de Abrangência: Município de Bagé, estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 24 (vinte e quatro) meses

ANEXO II

01-Processo nº 01492.000047/2019-60
Projeto: Prospecção Arqueológica nas Áreas do Projeto Mina do Alemão; Estrada do Pojuca e Linha de Transmissão - Linha de Transmissão 69 Kv
Arqueólogos Coordenadores: Alexandre Pinto Coelho de Almeida e Bruno Leonardo Ricardo Ribeiro
Apoio Institucional: "Núcleo de Arqueologia, Etnologia e Educação Patrimonial (NAEEP) - Fundação Casa da Cultura de Marabá (FCCM) - Prefeitura Municipal de Marabá"
Área de Abrangência: Município de Parauapebas, estado do Pará
Prazo de Validade: 09 (nove) meses

02-Processo nº 01500.002852/2014-77
Projeto: Diagnóstico e Prospecções na Fazenda São Bento da Lagoa
Arqueóloga Coordenadora: Nanci Vieira de Oliveira
Apoio Institucional: Laboratório de Antropologia Biológica - IFCH - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Área de Abrangência: Município de Maricá, estado do Rio de Janeiro
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

ANEXO III

01-Processo nº 01500.000645/2022-98
Projeto: Arqueologia, Identidade e memória da diáspora africana no Rio de Janeiro: os pretos novos contam sua história
Arqueóloga Coordenadora: Andrea de Lessa Pinto
Área de Abrangência: Município do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro
Prazo de Validade: 24 (vinte e quatro) meses

02-Processo nº 01514.000427/2022-02
Projeto: Identificação do Conjunto e Delimitação do Sítio Histórico Fazenda do Guido
Arqueólogos Coordenadores: Maria Teresa Teixeira de Moura e Henrique Moreira Duarte Piló
Apoio Institucional: Museu de Ciências Naturais - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG)
Área de Abrangência: Município de Ouro Branco, estado de Minas Gerais
Prazo de validade: 05 (cinco) meses

03-Processo nº 01500.000934/2022-97
Projeto: Diagnóstico Arqueológico e Estrutural para O Bem Paiol de Pólvora da Fábrica Estrela e Projetos Conceituais para A Consolidação, Recuperação e Valorização do Bem Cultural no Município de Magé, Estado do Rio de Janeiro
Arqueólogo Coordenador: Almir do Carmo Bezerra
Área de Abrangência: Município de Magé, estado do Rio de Janeiro
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

04-Processo nº 01450.001051/2022-37
Projeto: Monitoramento e Resgate na Implantação da Edificação da nova sede da "Associação Abrigo do Marinheiro e vestiário para 1400 militares no Complexo do Comando do 1º Distrito Naval
Arqueóloga Coordenadora: Elisabeth Ferreira Di Palma
Área de Abrangência: Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro
Apoio Institucional: Museu Naval da Marinha - DPHDM - Rio de janeiro
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

ANEXO IV

01-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: EDP Energias do Brasil S.A
Empreendimento: LT 230 Kv SE Abunã - SE Rio Branco I C3
Processo nº 01450.002871/2021-65
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área Diretamente Afetada da LT 230 kV SE Abunã - SE Rio Branco I C3
Arqueóloga Coordenadora: Tatiana Costa Fernandes
Arqueólogo de Campo: Leandro Borges Bispo
Área de Abrangência: Municípios de Rio Branco, Senador Guiomard e Acrelândia, no estado do Acre e o Município de Porto Velho, estado de Rondônia
Prazo de Validade: 07 (sete) meses

02-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Central Geradora Fotovoltaica Presidente JK Ltda
Empreendimento: Central Geradora Fotovoltaica Presidente JK
Processo nº 01514.001324/2020-90
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área da Central Geradora Fotovoltaica Presidente JK
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogo de Campo: Luiz Fernando Erig Lima
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem da Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)
Área de Abrangência: Município de Presidente Juscelino, estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

03-Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: Companhia Paranaense de Energia - COPEL
Empreendimento: Linha de Distribuição de Energia (LDAT) 138kV Curitiba Norte (CTN) - Tunas do Paraná (TNS)
Processo nº 01508.000062/2016-49
Projeto: Gestão do Patrimônio Arqueológico na Área de Influência da Linha de Distribuição de Energia (LDAT) 138kV Curitiba Norte (CTN) - Tunas do Paraná (TNS)
Arqueólogo Coordenador: Wagner Gomes Bornal
Arqueóloga de Campo: Luísa Cardoso Rezende
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Etnologia e Etno-História - LAEE - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Municípios de Almirante Tamandaré, Cerro Azul, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná, estado do Paraná
Prazo de Validade: 12 (doze) meses

04-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: VTRM Energia Participações S.A
Empreendimento: Complexo Eólico Ventos de São Vicente
Processo nº 01402.000150/2020-13
Projeto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico do Complexo Eólico Ventos de São Vicente
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogo de Campo: Luiz Fernando Erig Lima
Apoio Institucional: Museu de Arqueologia e Paleontologia - Universidade Federal do Piauí (UFPI)
Área de Abrangência: Municípios de Curral Novo do Piauí, Paulistana e Betânia do Piauí, estado do Piauí
Prazo de Validade: 02 (dois) meses

05-Enquadramento IN: Nível: III
Empreendedor: SPE Transmissora de Energia Linha Verde I S/A
Empreendimento: Linha de Transmissão LT 500 kV Governador Valadares 6 - Mutum C2
Processo nº 01450.005011/2018-88
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico Linha de Transmissão LT 500 kV Governador Valadares 6 - Mutum C2

Arqueólogo Coordenador: Cláudio César de Souza e Silva
Arqueóloga de Campo: Jordanna da Silva Carvalho
Área de Abrangência: Municípios de Governador Valadares, Galileia, Tumiritinga, Pocrane, Conselheiro Pena, Santa Rita do Itueto e Mutum, estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

06-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Petróleo Sabbá S.A
Empreendimento: Petróleo Sabbá S.A. - Base de Santarém
Processo nº 01492.000033/2020-80
Projeto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico na Área do Empreendimento Petróleo Sabbá S.A - Base de Santarém
Arqueólogo Coordenador: Wagner Fernando da Veiga e Silva
Arqueóloga de Campo: Marlene dos Santos Costa
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia Curt - Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)
Área de Abrangência: Município de Santarém, estado do Pará
Prazo de Validade: 6 (seis) meses

ANEXO V

01-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Lootzs Loteadora de Terrenos Ltda
Empreendimento: Residencial Altos do Mosteiro
Processo nº 01506.000445/2022-85
Projeto: Avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área do Residencial Altos do Mosteiro
Arqueóloga Coordenadora: Lilia Benevides Guedes
Arqueólogo de Campo: Jouran de Deus Ferreira
Apoio Institucional: Museu Municipal Elisabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Piratininga, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

02-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Prefeitura Municipal de Ouro Preto
Empreendimento: Projeto de Drenagem Pluvial e Pavimentação - Rua Diogo de Vasconcelos
Processo nº 01514.000121/2022-48
Projeto: Acompanhamento Arqueológico das Obras de Drenagem Pluvial e Pavimentação - Rua Diogo de Vasconcelos
Arqueólogos Coordenadores: Mariana Gonçalves Moreira e Bernardo Lacale Silva da Costa
Arqueóloga de Campo: Mariana Gonçalves Moreira
Área de Abrangência: Município de Ouro Preto, estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 01 (um) mês

03-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)
Empreendimento: Rodovia BR-367 - MG Fase 2: Trechos A e B
Processo nº 01514.005027/2017-18
Projeto: Acompanhamento Arqueológico Referente ao Empreendimento Rodovia BR-367 - MG Fase 2: Trechos A e B
Arqueóloga Coordenadora: Elaine de Alencastro
Arqueóloga de Campo: Isadora Silva Mota

Apoio Institucional: Museu de Ciências Naturais - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG)
Área de Abrangência: Municípios de Santa Maria do Salto, Salto da Divisa e Jacinto, estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 24 (vinte e quatro) meses

04-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: São Manoel Agrícola Ltda
Empreendimento: São Manoel Agrícola Ltda
Processo nº 01424.000212/2018-14
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico Empreendimentos do São Manoel Agrícola Ltda
Arqueóloga Coordenadora: Kelli Bisonhim
Arqueóloga de Campo: Alessandra Rocha da Silva
Apoio Institucional: Instituto de Pesquisas Científica e Tecnológicas do Estado do Amapá - IEPA
Área de Abrangência: Município de Tartarugalzinho, estado do Amapá
Prazo de Validade: 03 (três) meses

05-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Ventos de Santa Marcella Energias Renováveis S.A
Empreendimento: Linha de Transmissão 230 kV Barra do Mendes - Brotas de Macaúbas
Processo nº 01502.001444/2020-26
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Linha de Transmissão 230 kV Barra do Mendes - Brotas de Macaúbas
Arqueólogo Coordenador: Wesley Charles de Oliveira
Arqueólogo de Campo: Pedro Henrique de Oliveira Pimenta Sousa
Área de Abrangência: Municípios de Barra do Mendes, Brotas de Macaúbas e Ipupiara, estado da Bahia
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

06-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Libreinvest Investimentos Ltda
Empreendimento: Terraplanagem de Terreno Urbano
Processo nº 01450.004148/2021-11
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do empreendimento Terraplanagem de Terreno Urbano
Arqueólogo Coordenador: Juliano Bitencourt Campos
Arqueólogo de Campo: Rodrigo Germano Fonseca
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia do Museu Etno-histórico de Itajaí - Fundação Genésio Miranda Lins - Prefeitura Municipal de Itajaí
Área de Abrangência: Município de Içara, estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 02 (dois) meses

07-Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: SSP Transmissora De Energia S.A
Empreendimento: Linha de Transmissão 345 kV Comperj - Venda das Pedras C1; Linha de Transmissão 345 kV Venda das Pedras - Sete Pontes C1 e C2 (CD); Subestação 345/138 kV Sete Pontes (nova - rede básica); Subestação 345 kV Venda das Pedras (ampliação); e Subestação 345 kV Comperj (ampliação)
Processo nº 01500.000123/2022-96
Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico Linha de Transmissão (LT) 345 kV Comperj - Venda das Pedras C1; LT 345 kV Venda das Pedras - Sete Pontes C1 e C2; Subestação (SE) 345/138 kV Sete Pontes (nova - rede básica), SE 345 kV Venda das Pedras (ampliação) e SE 345 kV Comperj (ampliação)
Arqueóloga Coordenadora: Janaína Patrícia Coutinho
Arqueólogo de Campo: Thandryus Augusto Guerra Bacciotti Denardo
Apoio Institucional: Instituto dOrbigny
Área de Abrangência: Municípios de Cachoeiras de Macacu, Itaboraí, São Gonçalo e Tanguá, estado do Rio de Janeiro
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses

08-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Prefeitura Municipal De Dracena
Empreendimento: Aterro Sanitário Municipal de Dracena
Processo nº 01506.000057/2022-02
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Aterro Sanitário Municipal de Dracena
Arqueólogo Coordenador: Robson Antônio Rodrigues
Arqueólogo de Campo: Robson Antônio Rodrigues
Apoio Institucional: Museu de Arqueologia e Paleontologia de Araraquara - MAPA - Prefeitura de Araraquara
Área de Abrangência: Município de Dracena, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses

09-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A - EMBASA
Empreendimento: Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água - SAA de Rio de Contas
Processo nº 01502.000367/2021-78
Projeto: Acompanhamento Arqueológico da Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água - SAA de Rio de Contas
Arqueólogo Coordenador: Jarryer de Jesus Pinheiro
Arqueólogo de Campo: Fagno Dias de Souza
Área de Abrangência: Município de Rio de Contas, estado da Bahia
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

10-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Açucareira Quatá S.A
Empreendimento: Linha de Transmissão de 138 KV SE Usina Barra Grande - SE Barra Bonita
Processo nº 01506.001676/2021-25
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de influência direta da Linha de Transmissão de 138 KV SE Usina Barra Grande - SE Barra Bonita
Arqueólogo Coordenador: José Luiz de Morais
Arqueólogo de Campo: Sílvio Alberto Camargo Araújo
Apoio Institucional: Museu de Arqueologia de Iepê - MAI
Área de Abrangência: Municípios de Lençóis Paulista, Areiópolis, São Manuel, Igaraçu do Tietê e Barra Bonita, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

11-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: SPE Rivello 01 Morros Ltda
Empreendimento: Linha Vitta Morros
Processo nº 01402.000071/2022-66
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Empreendimento Linha Vitta Morros
Arqueóloga Coordenadora: Rafaella Leal dos Santos Oliveira
Arqueóloga de Campo: Amanda Atenas Gomes
Apoio Institucional: Fundação Cultural Cristo Rei - Museu Dom Avelar Brandão Vilela
Área de Abrangência: Município de Teresina, estado do Piauí
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

12-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Recanto do Ipês Loteamento SPE Ltda
Empreendimento: Loteamento Recanto dos Ipês
Processo nº 01402.000403/2021-21
Projeto: Acompanhamento Arqueológico na área do empreendimento Loteamento Recanto dos Ipês
Arqueólogo Coordenador: Hebert Rogério do Nascimento Coutinho
Arqueóloga de Campo: Aline Reinaldo de Freitas
Área de Abrangência: Município de São Raimundo Nonato, estado do Piauí
Prazo de validade: 03 (três) meses

13-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Tupi Mineradora de Calcário Ltda
Empreendimento: Exploração de Calcário da Tupi Mineradora de Calcário Ltda
Processo nº 01421.000015/2022-01
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Área de Exploração de Calcário da Tupi Mineradora de Calcário Ltda
Arqueóloga Coordenadora: Marluce Lopes da Silva
Arqueóloga de Campo: Marluce Lopes da Silva
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia do Departamento de História - LARQ - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Área de Abrangência: Município de Mossoró, estado do Rio Grande do Norte
Prazo de Validade: 08 (oito) meses

14-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Águas Férreas Mineração Ltda
Empreendimento: Águas Férreas Mineração - Mina do Morro
Processo nº 01514.001818/2021-55
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico - Projeto Mina do Morro - Águas Férreas Mineração
Arqueólogo Coordenador: Adriano Batista de Carvalho
Arqueóloga de Campo: Érika Sousa Vieira de Castro
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem - LAEP - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)
Área de Abrangência: Município de São Pedro dos Ferros, estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses

15-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: 3A Mining S.A
Empreendimento: Mineração Tromba dos Macacos - Pesquisa minerária para fins de identificação de jazidas de ferro e manganês
Processo nº 01401.000064/2022-74.
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico 3A MINING - Projeto de Mineração Tromba dos Macacos
Arqueóloga Coordenadora: Emília Mariko Kashimoto
Arqueólogo de Campo: Luís Henrique Albernaz Sirico
Área de Abrangência: Município de Corumbá, estado do Mato Grosso do Sul
Prazo de Validade: 02 (dois) meses

16-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: SPE Vensolbras e Renobrax Geração de Energia Ltda
Empreendimento: UFV Perseverance
Processo nº 01402.000074/2022-08
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do empreendimento UFV Perseverance
Arqueóloga Coordenadora: Estefânia Jaékel da Rosa
Arqueólogo de Campo: Átila Perillo Filho
Apoio Institucional: Museu Dom Avelar Brandão Vilela - Fundação Cultural Cristo Rei
Área de Abrangência: Município de São João do Piauí, estado do Piauí
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

17-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Macedo Fortes Empreendimentos Ltda
Empreendimento: Flor Park
Processo nº 01402.000352/2021-38
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Empreendimento Flor Park

Arqueólogo Coordenador: Hebert Rogério do Nascimento Coutinho
Arqueóloga de Campo: Manuela Carneiro Lobo Miranda
Apoio Institucional: Museu Dom Avelar Brandão Vilela - Fundação Cultural Cristo Rei
Área de Abrangência: Município de Teresina, Estado do Piauí
Prazo de Validade: 03 (três) meses

18-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Patrimonial Ilha dos Frades
Empreendimento: Aeródromo Ilha dos Frades
Processo nº 01502.001176/2021-23
Projeto: Acompanhamento Arqueológico na Área de Abrangência do Aeródromo Ilha dos Frades
Arqueólogo Coordenador: Henry Luydy Abraham Fernandes
Arqueólogo de Campo: Henry Luydy Abraham Fernandes
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Etnologia - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
Área de Abrangência: Município de Salvador, estado da Bahia
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

19-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: América do Sul Energia Renovável Ltda
Empreendimento: Central Geradora Hidrelétrica Mamborê
Processo nº 01508.000126/2022-50
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da CGH Mamborê
Arqueólogo Coordenador: Tacio Vieira Machado
Arqueólogo de Campo: Tacio Vieira Machado
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Mamborê, Estado do Paraná
Prazo de Validade: 03 (três) meses

20-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Loteadora GAP SPE Ltda
Empreendimento: The falls at Iguaçu
Processo nº 01508.000244/2022-68
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do empreendimento The falls at Iguaçu
Arqueóloga Coordenadora: Amanda Lopes da Silva
Arqueóloga de Campo: Drielly Thaianny de Holanda Silva
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Foz do Iguaçu, estado do Paraná
Prazo de Validade: 03 (três) meses

21-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Françolin Empreendimentos Imobiliários Ltda
Empreendimento: Parque Residencial Interlagos III
Processo nº 01508.000836/2020-18
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de implantação do Parque Residencial Interlagos III
Arqueólogo Coordenador: Cristiano de Jesus
Arqueóloga de Campo: Luísa Cardoso Rezende
Apoio Institucional: Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (CEPA) - Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Área de Abrangência: Município de Umuarama, estado do Paraná
Prazo de Validade: 03 (três) meses

22-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Vitória Incorporadora e Construtora Ltda
Empreendimento: Loteamento Rota do Sol
Processo nº 01512.000424/2020-19
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico Loteamento Rota do Sol
Arqueóloga Coordenadora: Renata Rauber
Arqueóloga de Campo: Gabriela Cruz de Oliveira dos Santos
Apoio Institucional: Laboratório de Cultura Material e Arqueologia, Núcleo de Pré História e Arqueologia (Lacuma/Nupha) - Universidade de Passo Fundo (UPF)
Área de Abrangência: Município de Arroio do Sal, estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses

23-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Raízen Energia S.A
Empreendimento: Raízen Energia, Filial Destivale
Processo nº 01506.001347/2020-01
Projeto: Avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área de influência direta da Raízen Energia, Filial Destivale
Arqueólogo Coordenador: José Luiz de Morais
Arqueólogo de Campo: Silvio Alberto Camargo Araújo
Apoio Institucional: Museu de Arqueologia de Iepê - Prefeitura de Iepê
Área de Abrangência: Municípios de Araçatuba, Bilac, Birigui, Braúna, Clementina, Coroados, Glicério, Guararapes, Luziânia, Penápolis, Piacatu, Santo Antônio do Aracanguá e Santópolis de Aguapeí, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

24-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Residencial Maria Luiza Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda
Empreendimento: Loteamento Maria Luiza
Processo nº 01506.000513/2022-14
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Loteamento Maria Luiza
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueóloga de Campo: Dhara Rodrigues Lima
Apoio Institucional: Museu Municipal Elisabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Guaíra, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

25-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Nordex Energy Brasil - Comércio e Indústria de Equipamentos Ltda
Empreendimento: Fábrica Móvel de Torres de Concreto
Processo nº 01421.000176/2021-14
Projeto: Salvamento Arqueológico na Área da Fábrica Móvel de Torres de Concreto
Arqueólogo Coordenador: Onésimo Jerônimo Santos
Arqueólogo de Campo: Onésimo Jerônimo Santos
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Departamento de História - Larq/CCHLA - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Área de Abrangência: Município de Lajes, estado do Rio Grande do Norte
Prazo de Validade: 03 (três) meses

26-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Canopus Construções Ltda
Empreendimento: Village Recanto dos Pássaros I e II
Processo nº 01494.000447/2021-70
Projeto: Programa de Gestão ao Patrimônio Arqueológico do empreendimento Village Recanto dos Pássaros I e II
Arqueóloga Coordenadora: Amanda Caroline Carvalho de Siqueira
Arqueólogo de Campo: Pablo Roggers Amaral Rodrigues
Área de Abrangência: Município de São José de Ribamar, estado do Maranhão
Prazo de Validade: 11 (onze) meses

27-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Chimarrão Energética S.A
Empreendimento: PCH Chimarrão
Processo nº 01512.000410/2020-03
Projeto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico na Área de Influência da PCH Chimarrão
Arqueólogo Coordenador: Juliano Bitencourt Campos
Arqueólogos de Campo: Juliano Bitencourt Campos e Edenir Bagio Perin
Área de Abrangência: Municípios de Muitos Capões e André da Rocha, estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 12 (doze) meses

28-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Marassi Incorporação e Construção Ltda
Empreendimento: Fábrica de Pré-moldados de Concreto
Processo nº 01508.000667/2021-05
Projeto: Salvamento Arqueológico na Área do Empreendimento Fábrica de Pré-moldados de Concreto
Arqueóloga Coordenadora: Amanda Lopes da Silva
Arqueóloga de Campo: Drielly Thaianny de Holanda Silva
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia Etnologia e Etno-história (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Cascavel, estado do Paraná
Prazo de Validade: 02 (dois) meses

29- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Olaria Centenário de Bariri Ltda. - M.E
Empreendimento: Olaria Centenário de Bariri Ltda - M.E
Processo nº 01506.000202/2020-85
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Olaria Centenário de Bariri Ltda - M.E
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueóloga de Campo: Dhara Rodrigues Lima
Apoio Institucional: Museu Municipal Elizabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Bariri, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

RETIFICAÇÕES

Na Portaria nº 20, de 20 de abril de 2022, Seção 1, Anexo V, Página 221, Autorização nº 05, processo nº 01408.000071/2022-14, publicada em 25/04/2022, onde se lê: "Arqueólogo de Campo: Lucas de Paula Souza Troncoso", leia-se: "Arqueólogo de Campo: Murilo Muritiba Araújo".

Na Portaria nº 01, de 07 de janeiro de 2022, Seção 1, Anexo V, Página 192, Autorização nº 32, processo nº 01502.001393/2021-13, publicada em 10/01/2022, onde se lê: "Arqueóloga de Campo: Elânia Patrícia Paes de Castro", leia-se: "Arqueólogo de Campo: Thiago Marques de Souza".

Na Portaria nº 17, de 01 de abril de 2022, Seção 1, Anexo III, Página 207, Autorização nº 34, processo nº 01425.000452/2021-04, publicada em 04/04/2022, onde se lê: "Arqueólogo de Campo: Valdir Luiz Schwengber", leia-se: "Arqueólogo de Campo: Ricardo Evaristo Sampaio Mêra".

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES

PORTARIA Nº 464, DE 12 DE MAIO DE 2022

O Presidente da Fundação Nacional de Artes - FUNARTE, nomeado pela Portaria nº 356, de 19 de abril de 2021, publicada no D.O.U. 20 de abril de 2021, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V artigo 14, do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 5.037 de 07 de abril de 2004, publicado no D.O.U. de 08 de abril de 2004;

CONSIDERANDO:

O disposto na Portaria nº 29/2009, ratificada pela Portaria Mtur nº 680, de 30 de setembro de 2020, pelo Decreto nº 9.853/2019 e, supletivamente, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas eventuais modificações no que lhe for aplicável, resolve:

Art. 1º - Instituir o Prêmio Funarte Medalhas do Bicentenário da Independência do Brasil.

Art. 2º - Divulgar o edital que estabelece as normas de seleção para a concessão de prêmios aos interessados, que será publicado na seção 3 do Diário Oficial da União e na página eletrônica da Funarte: www.funarte.gov.br.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor no dia 16 de maio de 2022, em virtude do item 6.1 do referido edital.

TAMOIO ATHAYDE MARCONDES

PORTARIA Nº 465, DE 12 DE MAIO DE 2022

O Presidente da Fundação Nacional de Artes - FUNARTE, nomeado pela Portaria nº 356, de 19 de abril de 2021, publicada no D.O.U. 20 de abril de 2021, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V artigo 14, do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 5.037 de 07 de abril de 2004, publicado no D.O.U. de 08 de abril de 2004;

CONSIDERANDO:

O disposto na Portaria nº 29/2009, ratificada pela Portaria Mtur nº 680, de 30 de setembro de 2020, pelo Decreto nº 9.853/2019 e, supletivamente, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas eventuais modificações no que lhe for aplicável, resolve:

Art. 1º - Instituir o Prêmio Funarte Medalhas do Centenário da Semana de Arte Moderna.

Art. 2º - Divulgar o edital que estabelece as normas de seleção para a concessão de prêmios aos interessados, que será publicado na seção 3 do Diário Oficial da União e na página eletrônica da Funarte: www.funarte.gov.br.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor no dia 16 de maio de 2022, em virtude do item 6.1 do referido edital.

TAMOIO ATHAYDE MARCONDES

Banco Central do Brasil

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO BCB Nº 229, DE 12 DE MAIO DE 2022

Estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWA_{CPAD}), de que tratam a Resolução CMN nº 4.958, de 21 de outubro de 2021, e a Resolução BCB nº 200, de 11 de março de 2022.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 11 de maio de 2022, com base no disposto nos arts. 9º, 10, inciso IX, e 11, inciso VII, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e no art. 9º, inciso II, da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, e tendo em vista o art. 3º, § 2º, da Resolução CMN nº 4.958, de 21 de outubro de 2021, os arts. 3º, inciso III, e 14, da Resolução nº 4.282, de 4 de novembro de 2013, e o art. 3º, § 2º da Resolução BCB nº 200, de 11 de março de 2022, resolve:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO ÚNICO

DO OBJETO E DO ESCOPO DE APLICAÇÃO

Art. 1º Esta Resolução estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWA_{CPAD}), de que tratam a Resolução CMN nº 4.958, de 21 de outubro de 2021, e a Resolução BCB nº 200, de 11 de março de 2022.

Art. 2º A parcela RWA_{CPAD} deve ser igual ao somatório dos produtos dos valores das exposições pelos respectivos Fatores de Ponderação de Risco (FPR).

§ 1º Na apuração da parcela RWA_{CPAD}, admite-se o reconhecimento de instrumentos mitigadores do risco de crédito, nos termos da Circular nº 3.809, de 25 de agosto de 2016.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no caput, também compõem a parcela RWA_{CPAD}, o adicional relativo à participação em fundos de garantia mutualizados de contrapartes centrais (ParcDF), na forma estabelecida nesta Resolução.

TÍTULO II

DA DEFINIÇÃO E DO VALOR DAS EXPOSIÇÕES

CAPÍTULO I

DA DEFINIÇÃO DE EXPOSIÇÃO

Art. 3º A parcela RWA_{CPAD} deve incluir na sua apuração as exposições classificadas na carteira bancária e na carteira de negociação, segundo as definições estabelecidas no art. 26 da Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017 e na regulamentação correspondente aplicável ao conglomerado prudencial Tipo 3.

§ 1º Não devem ser incluídas na apuração da parcela RWA_{CPAD} as exposições referentes a aplicações diretas em ações e mercadorias (commodities) cobertas pela parcela relativa às exposições ao risco de mercado sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWA_{MPAD}) ou modelo interno autorizado pelo Banco Central do Brasil (RWA_{MINT}) do montante RWA, de que tratam a Resolução CMN nº 4.958, de 2021, e a Resolução BCB nº 200, de 2022.

§ 2º A parcela RWA_{CPAD} deve incluir na sua apuração as exposições a instrumentos financeiros derivativos referenciados em ações ou mercadorias (commodities), ainda que sujeitos à parcela RWA_{MPAD} ou RWA_{MINT}.

Art. 4º Para a apuração da parcela RWA_{CPAD}, considera-se exposição:

I - a aplicação de recursos financeiros em bens e direitos e o gasto ou a despesa registrados no ativo;

II - qualquer adiantamento concedido;

III - qualquer instrumento financeiro derivativo que componha a carteira da própria instituição;

IV - o limite de crédito;

V - o crédito a liberar em até 360 (trezentos e sessenta) dias corridos;

VI - a prestação de aval, fiança, coobrigação ou qualquer outra modalidade de garantia pessoal do cumprimento de obrigação financeira de terceiros (garantia fidejussória);

VII - a operação compromissada, de empréstimo de títulos e valores mobiliários ou de operação com instrumento financeiro derivativo, realizada em nome de cliente, com compensação ou liquidação efetuada em câmara ou prestador desses serviços, na qual uma entidade se interponha como contraparte central, nos termos do § 7º;

VIII - bem ou direito entregue ou disponibilizado por cliente em razão das operações elencadas no inciso VII, exceto quando a instituição não assume quaisquer obrigações, incluindo a de reembolsar o cliente em caso de inadimplemento de terceiros;

IX - a exposição associada ao risco de crédito de contraparte, na forma definida pelo § 3º do art. 21 da Resolução nº 4.557, de 2017, e na regulamentação correspondente aplicável ao conglomerado prudencial Tipo 3;

X - bem ou direito entregue ou disponibilizado pela instituição a terceiro, quando a sua restituição estiver condicionada à adimplência desse terceiro ou de qualquer outra parte, sem prejuízo do disposto no inciso I; e

XI - qualquer ativo, inclusive cota de fundo de investimento, que a instituição assumiu o compromisso de adquirir.

§ 1º Não são consideradas exposições:

I - coobrigações e demais modalidades de retenção de riscos e benefícios decorrentes de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros que permaneçam registrados no ativo da instituição, nos termos da regulamentação específica;

II - cotas de fundos e títulos de securitização associados a operações de venda ou de transferência de ativos financeiros que permaneçam registrados no ativo da instituição, nos termos da regulamentação específica, na proporção entre o montante dos ativos transferidos que permaneçam registrados no ativo da instituição e o valor total dos ativos do respectivo fundo ou processo de securitização;

III - operações interdependências e demais operações realizadas com instituições que integrem o conglomerado prudencial, quando eliminadas por critério contábil;

IV - elementos patrimoniais deduzidos na apuração do Patrimônio de Referência (PR), conforme definido nos arts. 5º a 9º da Resolução CMN nº 4.955, de 21 de outubro de 2021, e nos arts. 4º a 8º da Resolução BCB nº 199, de 11 de março de 2022, brutos dos passivos fiscais diferidos a eles associados subtraídos para fins do cálculo do PR;

V - operações com instrumentos financeiros derivativos realizadas em mercado de balcão em que a instituição atue exclusivamente como intermediária, não assumindo direitos ou obrigações decorrentes da oscilação do valor de reposição ou do inadimplemento de qualquer das partes;

VI - operações com derivativos de crédito em que a instituição atua como contraparte transferidora do risco e detém o ativo de referência do derivativo, respeitados os seguintes aspectos:

a) o derivativo de crédito atende as condições de reconhecimento como instrumento mitigador de risco de crédito previstas na Circular nº 3.809, de 2016; e

b) deve ser considerado apenas o valor igual ou inferior ao valor do ativo de crédito detido;

VII - cheques, boletos, documentos de crédito (DOCs) e outros instrumentos de pagamento a serem creditados em contas de clientes, quando não há a assunção de direitos ou obrigações decorrentes desses instrumentos, inclusive em caso de inadimplemento de qualquer das partes;

VIII - operações ativas vinculadas, na forma especificada na Resolução nº 2.921, de 17 de janeiro de 2002, quando não há a assunção de direitos ou obrigações decorrentes dessas operações, inclusive em caso de inadimplemento de qualquer das partes e até o limite dos respectivos passivos vinculados;

IX - cartas de crédito de importação emitidas pela instituição, vinculadas a contrato de câmbio de importação, desde que ocorrida a entrega total do contravalor em moeda nacional;

X - operações de crédito com órgãos e entidades do setor público referentes ao destaque de parcela do PR, nos termos do art. 4º da Resolução CMN nº 4.995, de 24 de março de 2022;

XI - a parcela das operações de crédito abrangidas pelo Programa Emergencial de Suporte a Empregos, instituído pela Lei nº 14.043, de 19 de agosto de 2020, custeada com recursos da União;

XII - a parcela das operações de crédito realizadas no âmbito do Programa Emergencial de Acesso a Crédito na modalidade de garantia de recebíveis (Peac-Maquininhas), instituído pela Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, a ser reembolsada à União;

XIII - operações a liquidar de venda de moeda estrangeira e de ouro com liquidação pronta ou de títulos e valores mobiliários no mercado à vista que permaneçam registradas no ativo; e

XIV - operações a liquidar de compra ou venda de moeda estrangeira e de ouro com liquidação pronta ou de títulos e valores mobiliários no mercado à vista realizadas em nome de clientes, que permaneçam registradas no ativo.

§ 2º As exposições de entidades consolidadas, inclusive de fundos de investimento consolidados, nos termos da regulamentação específica, devem ser consideradas como se fossem detidas integralmente pela instituição, exceto quando eliminadas por critério contábil.

§ 3º A exposição relativa ao risco de crédito de contraparte, quando prevista nesta Resolução, é adicional a qualquer outra exposição proveniente do ativo objeto ou da operação realizada.

§ 4º Considera-se limite de crédito, de que trata o inciso IV do caput, a operação formalizada, inclusive mediante contrato de adesão, com as seguintes características:

I - a operação consiste em promessa de desembolso de recursos para uma contraparte até um montante específico; e

II - o valor a ser sacado pela contraparte é incerto.

§ 5º Considera-se crédito a liberar, de que trata o inciso V do caput, o desembolso futuro relativo à operação de crédito contratada, independentemente de ser ou não condicionado ao cumprimento pelo devedor de condições previamente especificadas.

§ 6º As modalidades de garantias, de que trata o inciso VI do caput, incluem aquelas vinculadas a:

I - limite de crédito;

II - crédito a liberar em até 360 (trezentos e sessenta) dias corridos; e

III - operação com instrumento financeiro derivativo, própria ou de terceiro, incluindo aquela realizada em mercado de balcão.

§ 7º Para operação mencionada no inciso VII do caput, devem ser consideradas:

I - a exposição ao risco de crédito de contraparte em relação ao cliente; e

II - a exposição ao risco de crédito de contraparte em relação a terceiro, inclusive à contraparte central, exceto quando a instituição não assume obrigações de reembolso ao respectivo cliente.

§ 8º A exposição de que trata o inciso X do caput inclui a constituição de garantia vinculada à operação própria ou de terceiro através de ativo de titularidade própria, exceto se esse ativo:

I - está identificado como de titularidade da instituição; e

II - é prontamente restituído à instituição em caso de liquidação, falência ou providência similar sofrida pela contraparte.

§ 9º O ativo entregue ou colocado à disposição de contraparte no âmbito de operações ativas vinculadas, na forma especificada na Resolução nº 2.921, de 2002, está compreendido no inciso X do caput.

CAPÍTULO II

DO VALOR DAS EXPOSIÇÕES

Seção I

Disposições Gerais

Art. 5º O valor das exposições de que trata o art. 4º deve ser determinado segundo os critérios estabelecidos no Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif), ressalvada disposição específica nos termos desta Resolução.

§ 1º Na inexistência de critério estabelecido no Cosif e de disposição específica, o valor da exposição deve corresponder ao valor de mercado.

§ 2º A marcação a mercado, quando prevista para fins da apuração da parcela RWA_{CPAD}, deve ser realizada de forma consistente e passível de verificação, ainda que não adotada no Cosif.

Art. 6º Para a apuração do valor da exposição, devem ser deduzidos os respectivos adiantamentos recebidos, provisões e rendas a apropriar.

§ 1º O valor da exposição, após as deduções mencionadas no caput, deve ser igual ou superior a zero.

§ 2º A aplicação do Fator de Conversão em Crédito (FCC), quando necessária para apuração do valor da exposição, deve ocorrer previamente às deduções mencionadas no caput.

Seção II

Dos Adiantamentos

Art. 7º O valor da exposição relativa à concessão de adiantamento deve corresponder ao valor adiantado, acrescido de juros e outros encargos incorridos.

Parágrafo único. No caso de bem ou direito entregue antecipadamente em operação a liquidar de compra ou venda de moeda estrangeira, de ouro ou de títulos e valores mobiliários, são consideradas duas exposições à mesma contraparte:

I - o adiantamento concedido, na forma do caput; e

II - a operação original.

Seção III

Do Arrendamento Mercantil

Art. 8º O valor da exposição relativa à operação de arrendamento mercantil financeiro deve corresponder ao montante do valor presente das contraprestações acrescido do valor residual garantido.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no art. 9º à operação de arrendamento mercantil financeiro em que não há previsão contratual de pagamento de valor residual garantido.

Art. 9º Para operação de arrendamento mercantil operacional, devem ser consideradas:

I - a exposição relativa ao ativo objeto; e

II - a exposição relativa ao risco de crédito do devedor.

§ 1º O valor da exposição relativa ao ativo objeto deve corresponder ao valor contábil do bem arrendado.

§ 2º O valor da exposição relativa ao risco de crédito do devedor deve corresponder às contraprestações a receber vencidas.

Seção IV

Das Operações Compromissadas e de Empréstimo de Títulos e Valores Mobiliários

Art. 10. Para operação compromissada ou de empréstimo de títulos e valores mobiliários, devem ser consideradas:

I - a exposição relativa ao ativo objeto, no caso das seguintes operações realizadas com ativo objeto próprio:

a) venda com compromisso de recompra; e

b) empréstimo de títulos e valores mobiliários; e

II - a exposição relativa ao risco de crédito de contraparte, no caso das seguintes operações:

a) compra com compromisso de revenda;
b) venda com compromisso de recompra; e
c) empréstimo de títulos e valores mobiliários.

§ 1º O valor da exposição relativa ao ativo objeto deve corresponder ao valor contábil do ativo.

§ 2º O valor da exposição relativa ao risco de crédito de contraparte deve corresponder:

I - ao valor contábil da revenda, no caso de compra com compromisso de revenda; ou

II - ao valor contábil do ativo objeto, no caso de operação de venda com compromisso de recompra e de empréstimo de títulos e valores mobiliários.

§ 3º O valor da exposição relativa ao ativo objeto e o valor da exposição relativa ao risco de crédito de contraparte devem ser marcados a mercado, nos termos do § 2º do art. 5º, quando esse procedimento for exigido para fins de mitigação de risco de crédito, conforme Circular nº 3.809, de 2016.

§ 4º Para instituição enquadrada no Segmento 2 (S2), no Segmento 3 (S3), ou no Segmento 4 (S4), nos termos da Resolução nº 4.553, de 30 de janeiro de 2017, ou da Resolução BCB nº 197, de 11 de março de 2022, é facultada a apuração do valor da exposição de que trata o inciso II do caput por meio da multiplicação do valor contábil da operação pelo percentual de 5% (cinco por cento).

§ 5º A faculdade prevista no § 4º limita-se a operações:

I - cursadas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) ou em sistema operado por Contraparte Central Qualificada (QCCP), conforme definida no art. 67, § 1º, localizada no Brasil, e

II - em que o ativo objeto negociado é Título Público Federal referenciado ou indexado em Reais.

§ 6º Na hipótese de utilização da faculdade de que tratam os §§ 4º e 5º, é vedado o reconhecimento de mitigação do risco de crédito de que trata a Circular nº 3.809, de 2016, na exposição de que trata o inciso II do caput.

Seção V

Dos Instrumentos Financeiros Derivativos

Art. 11. O valor da exposição relativa à transação com instrumento financeiro derivativo deve corresponder:

I - ao valor apurado:

a) na forma da Abordagem SA-CCR, prevista no Anexo I desta Resolução, ou

b) na forma da Abordagem CEM, prevista no Anexo II desta Resolução; ou

II - ao valor nocional do contrato, no caso de derivativo de crédito, classificado na carteira bancária, em que a instituição atua como receptora do risco.

§ 1º As operações com instrumentos financeiros derivativos incluem as operações de compra ou venda para liquidação futura de moeda estrangeira, de ouro, de títulos e valores mobiliários ou de qualquer ativo passível de classificação nas classes de ativos previstas nas abordagens SA-CCR e CEM.

§ 2º No cálculo do valor da exposição relativa ao risco de crédito de contraparte dos instrumentos financeiros derivativos, de que trata o inciso II do caput, deve ser observado que:

I - os instrumentos financeiros derivativos devem ser marcados a mercado diariamente, de forma consistente e passível de verificação, ainda que essa marcação não seja adotada para fins contábeis; e

II - o valor da exposição deve ser apurado considerando o período de tempo expresso em anos, compostos por 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, e truncado em oito casas decimais.

§ 3º A instituição enquadrada no Segmento 1 (S1), nos termos da Resolução nº 4.553, de 2017, deve adotar a Abordagem SA-CCR, na forma estabelecida no Anexo I desta Resolução.

§ 4º A instituição enquadrada no S2, S3 ou S4 deve adotar a Abordagem CEM, na forma estabelecida no Anexo II desta Resolução, facultada, mediante opção, a utilização da abordagem SA-CCR.

§ 5º Uma vez exercida a opção de que trata o § 4º, a utilização da Abordagem SA-CCR deve ser mantida por, no mínimo, 2 (dois) exercícios sociais consecutivos.

§ 6º No caso do § 4º, tanto a adoção da Abordagem SA-CCR quanto o retorno ao uso da Abordagem CEM devem:

I - ser comunicados ao Banco Central do Brasil com antecedência mínima de 3 (três) meses em relação, respectivamente, ao início e ao término de sua utilização; e

II - ser utilizadas no exercício social imediatamente posterior à formalização da comunicação.

§ 7º O Banco Central do Brasil poderá determinar à instituição enquadrada no S2, S3 ou S4 a utilização da Abordagem SA-CCR ou da Abordagem CEM, considerada:

I - a adequação da estrutura de gerenciamento de risco da instituição às transações com instrumentos financeiros derivativos; e

II - a relevância desses instrumentos:

a) no seu modelo de negócios;

b) na sua receita operacional; ou

c) no montante de derivativos transacionados em mercado de balcão ou em contraparte central.

Seção VI

Das Exposições Relativas à Intermediação, Compensação ou Liquidação de Operação Realizada em Nome De Cliente a Ser Liquidada em Contraparte Central

Art. 12. O valor da exposição relativa ao risco de crédito de contraparte, de que trata o art. 4º, § 7º, incisos I e II, em operação compromissada ou de empréstimo de títulos e valores mobiliários, realizada em nome de cliente, com intermediação, compensação ou liquidação efetuada em câmara ou prestador desses serviços, na qual uma entidade se interponha como contraparte central deve corresponder:

I - ao valor de mercado da operação, no caso de compra com compromisso de revenda; e

II - ao valor de mercado do ativo objeto, no caso de venda com compromisso de recompra e de empréstimo de títulos e valores mobiliários.

Parágrafo único. Observado o disposto na Circular nº 3.809, de 2016, o ativo entregue ou disponibilizado por cliente em garantia de operação mencionada no caput é reconhecido como colateral financeiro em ambas as exposições mencionadas no art. 4º, § 7º, incisos I e II.

Art. 13. O valor da exposição relativa ao risco de crédito de contraparte, de que trata o art. 4º, § 7º, incisos I e II, em transação com instrumento financeiro derivativo, realizada em nome de cliente, com intermediação, compensação ou liquidação efetuada em câmara ou prestador desses serviços, na qual uma entidade se interponha como contraparte central, deve corresponder ao valor apurado nos termos do art. 11, como se a operação fosse detida pela própria instituição.

Parágrafo único. Observado o disposto na Circular nº 3.809, de 2016, o ativo disponibilizado por cliente em garantia de transação mencionada no caput é reconhecido como colateral financeiro em ambas as exposições mencionadas no art. 4º, § 7º, incisos I e II.

Art. 14. Para instituição enquadrada no S2, no S3, ou no S4, é facultado o uso de informação fornecida por QCCP, conforme definida no art. 67, § 1º, quando localizada no Brasil, para apuração do valor da exposição mencionada nos arts. 12 e 13.

§ 1º Para fins do disposto no caput, admite-se a apuração de valor único consolidado por cliente.

§ 2º Observado o disposto na Circular nº 3.809, de 2016, o ativo disponibilizado por cliente em garantia de transação mencionada no caput é reconhecido como colateral financeiro, desde que esse instrumento esteja incluído na informação fornecida pela QCCP.

Art. 15. O valor da exposição relativa ao risco de crédito de contraparte decorrente de ativo disponibilizado por cliente, de que trata o art. 4º, inciso VIII, deve corresponder ao valor de mercado do ativo.

Seção VII

Dos Fundos de Investimento

Art. 16. O valor da exposição relativa à aplicação em cota de fundo de investimento deve corresponder ao valor total das exposições do fundo, na proporção da participação da instituição no patrimônio líquido do fundo, devendo as exposições do fundo serem identificadas na forma do art. 17 ou, quando não for possível, inferidas na forma do art. 18.

Parágrafo único. Caso não seja possível o tratamento previsto no caput, o valor da exposição relativa à aplicação em cota de fundo de investimento deve corresponder ao valor contábil das cotas adquiridas e estará sujeito ao tratamento estabelecido no art. 59, inciso II.

Art. 17. As exposições do fundo de investimento devem ser identificadas e tratadas como se fossem detidas pela instituição, nos termos desta Resolução.

§ 1º Considera-se que a exposição está identificada quando há informações suficientes para a determinação do FPR adequado nos termos do Título III desta Resolução.

§ 2º Para a identificação das exposições do fundo de investimento, devem ser utilizadas as últimas informações disponíveis divulgadas com antecedência de até 30 (trinta) dias corridos da data-base de apuração da parcela RWA_{CPAD}.

§ 3º É permitida a utilização de informações com antecedência de até 90 (noventa) dias corridos da data-base de apuração da parcela RWA_{CPAD} para identificação das exposições do fundo, caso o fundo de investimento possua posições ou operações que possam ser prejudicadas pela sua divulgação, na forma definida pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), ou pela autoridade equivalente no exterior.

§ 4º Caso o fundo realize transações com instrumentos financeiros derivativos, o valor da exposição ao risco de crédito de contraparte associado a esses instrumentos deve ser apurado de acordo com o disposto no art. 11.

§ 5º Caso seja verificada a impossibilidade de se determinar o valor de reposição em transação com instrumento financeiro derivativo integrante da carteira do fundo, para aplicação do disposto no art. 11, devem ser observadas as seguintes disposições:

I - o valor de reposição deve corresponder ao somatório dos valores nocionais dos derivativos associados a cada conjunto de compensação, no caso da instituição utilizar a Abordagem SA-CCR, na forma estabelecida no Anexo I desta Resolução; ou

II - o valor de reposição deve corresponder ao valor nocional do derivativo, no caso da instituição utilizar a abordagem CEM, na forma estabelecida no Anexo II desta Resolução.

§ 6º Caso seja verificada a impossibilidade de se determinar o valor correspondente ao ganho potencial futuro em transação com instrumento financeiro derivativo integrante da carteira do fundo, para aplicação do disposto no art. 11, devem ser observadas as seguintes disposições:

I - o valor do ganho potencial futuro deve corresponder ao somatório dos valores nocionais dos derivativos associados a cada conjunto de compensação multiplicado por 15% (quinze por cento), no caso do uso da Abordagem SA-CCR, na forma estabelecida no Anexo I desta Resolução; e

II - o Fator de Exposição Potencial Futura deve corresponder a 15% (quinze por cento), no caso do uso da Abordagem CEM, na forma estabelecida no Anexo II desta Resolução.

§ 7º O valor das respectivas exposições deve ser multiplicado por 120% (cento e vinte por cento) se, para identificação ou mensuração das exposições do fundo de investimento, a instituição utiliza informações que não são:

I - de domínio público; ou

II - disponibilizadas pelo administrador do fundo e mantidas à disposição do Banco Central do Brasil.

§ 8º Caso a instituição não identifique a totalidade das exposições do fundo de investimento, o valor da fração não identificada corresponderá ao valor do ativo do fundo deduzido do montante identificado na forma deste artigo e estará sujeito ao tratamento estabelecido no art. 59, inciso II.

Art. 18. Caso não seja possível a identificação das exposições na forma prevista no art. 17, as exposições do fundo de investimento devem ser inferidas mediante a utilização de informações relativas à carteira de ativos presentes no regulamento vigente do fundo, considerando:

I - os limites da sua composição por espécie de ativo; e

II - a política de alavancagem.

§ 1º O valor da exposição do fundo de investimento em cada espécie de ativo prevista no regulamento (E_i) deve corresponder ao resultado da seguinte fórmula:

$$E_i = AF \times (1 + alavancagem) \times i, \text{ em que:}$$

I - AF corresponde ao valor total da carteira de ativos do fundo;

II - "alavancagem" corresponde ao limite máximo de alavancagem da carteira do fundo; e

III - i corresponde ao percentual máximo de investimento em cada espécie de ativo, como previsto no regulamento.

§ 2º Caso o somatório dos percentuais máximos de que trata o § 1º, inciso III, seja superior a 100% (cem por cento), devem ser desconsideradas, de forma parcial ou integral, as espécies de ativos previstas no regulamento que sejam associadas aos menores FPR, nos termos desta Resolução, sucessivamente, até que o somatório atinja 100% (cem por cento).

§ 3º Caso o regulamento do fundo autorize a realização de transações com instrumentos financeiros derivativos, deve ser observado o disposto nos §§ 4º a 6º do art. 17, considerando que o respectivo valor nocional corresponde ao valor da carteira de ativos do fundo multiplicado pelo limite máximo de alavancagem previsto em regulamento.

§ 4º Caso a instituição não consiga inferir parcela das exposições do fundo, inclusive por conta da vedação prevista no § 5º, seu respectivo valor corresponderá ao valor remanescente da carteira de ativos do fundo, multiplicado pelo limite máximo de alavancagem previsto em regulamento, e estará sujeito ao tratamento estabelecido no art. 59, inciso II.

§ 5º É vedado inferir a exposição de fundo de investimento cuja cota tenha sido adquirida por meio de outro fundo de investimento cuja cota, igualmente, tenha sido adquirida mediante a aplicação pela instituição em cota de fundo de investimento.

§ 6º Caso o regulamento vigente do fundo não tenha previsão de limite máximo de alavancagem, o valor da exposição relativa à aplicação em cota de fundo de investimento deve corresponder ao valor contábil das cotas adquiridas e estará sujeito ao tratamento estabelecido no art. 59, inciso II.

Seção VIII

Das Exposições a Processos de Securitização

Art. 19. Para processos de securitização, devem ser utilizadas, quando aplicáveis, as seguintes definições:

I - securitização tradicional é o processo em que o fluxo de recebimentos associado a um conjunto de ativos subjacentes é utilizado para a remuneração de títulos de securitização estruturados em, no mínimo, duas classes de priorização de pagamento, no qual há a transferência dos ativos subjacentes;

II - securitização sintética é o processo em que o fluxo de recebimentos associado a um conjunto de ativos subjacentes é utilizado para a remuneração de títulos de securitização estruturados em, no mínimo, duas classes de priorização de pagamento, no qual o risco de crédito relativo aos ativos subjacentes é transferido por meio de derivativo de crédito ou qualquer outro instrumento que permita tal transferência;

III - ativos subjacentes são os direitos creditórios, títulos ou valores mobiliários, inclusive derivativos de crédito, que servem de lastro para processo de securitização;

IV - ativos subjacentes em descumprimento são aqueles para os quais se verifica ao menos um dos eventos de que trata o art. 24 da Resolução nº 4.557, de 2017, e na regulamentação correspondente aplicável ao conglomerado prudencial Tipo 3;

V - título de securitização é o título ou valor mobiliário, inclusive derivativo de crédito, cuja remuneração está associada ao fluxo de recebimentos dos ativos subjacentes;

VI - apoio implícito é a assunção de qualquer obrigação não contratual, com o objetivo de cobrir perdas de investidores em títulos de securitização;

VII - classe sênior é a classe de títulos de securitização que apresenta a mais alta prioridade de pagamento em uma mesma emissão, comparativamente às demais classes; e

VIII - ressecuritização é o processo de securitização cujos ativos subjacentes incluem títulos de securitização.

§ 1º Exposições a processos estruturados em apenas uma classe de priorização de pagamento devem ser apuradas como exposições a fundo de investimento.

§ 2º Exposições a títulos de securitização de classe sênior podem ser apuradas como exposições a fundo de investimento.

§ 3º Nas operações com títulos de securitização emitidos por sociedade de propósito específico (SPE), deve ser considerado entre os ativos subjacentes todo ativo da SPE associado ao processo de securitização, inclusive eventual fundo de reserva.

Art. 20. Nos processos de securitização em que a instituição presta apoio implícito, as exposições associadas aos títulos de securitização beneficiados por esse apoio devem ser consideradas como se fossem detidas integralmente pela instituição.

Seção IX

Das Exposições Não Contabilizadas no Balanço Patrimonial

Art. 21. O valor de cada exposição mencionada no art. 4º, incisos IV, V, VI e X, deve ser determinado mediante a multiplicação do somatório dos respectivos desembolsos futuros contratualmente estabelecidos, deduzido dos valores que já tenham sido registrados contabilmente no ativo da instituição, pelo FCC correspondente.

§ 1º Na hipótese de não ser possível determinar o limite máximo dos desembolsos futuros contratualmente estabelecidos, o valor considerado no somatório de que trata o caput deve ser apurado:

I - de acordo com o art. 11, no caso de operação vinculada a instrumento financeiro derivativo;

II - de acordo com os arts. 16, 17 e 18, no caso de operação vinculada a fundo de investimento;

III - de acordo com os arts. 19 e 20, no caso de operação vinculada a processos de securitização; e

IV - conforme os preceitos estabelecidos nesta Resolução para uma exposição direta ao objeto vinculado ao contrato, nos demais casos.

§ 2º Deve ser aplicado FCC de 10% (dez por cento) ao limite de crédito cancelável:

I - incondicional e unilateralmente pela instituição, independentemente de comunicação prévia ao interessado; ou

II - unilateralmente pela instituição em função de deterioração do perfil de risco de crédito do tomador, conforme critérios definidos na política de gerenciamento de risco de crédito da instituição, nos termos da Resolução nº 4.557, de 2017, e na regulamentação correspondente aplicável ao conglomerado prudencial Tipo 3.

§ 3º Deve ser aplicado FCC de 20% (vinte por cento) à operação vinculada ao comércio internacional de mercadorias, na qual o embarque de mercadorias esteja associado à garantia de pagamento da operação, com prazo de vencimento original de até 1 (um) ano.

§ 4º Deve ser aplicado FCC de 40% (quarenta por cento) ao limite de crédito:

I - cancelável em função de qualquer condição não especificada no § 2º, inciso II; ou

II - não cancelável.

§ 5º Deve ser aplicado FCC de 50% (cinquenta por cento) à operação relativa a:

I - garantia de proposta em licitações (bid bonds) e de participação em leilões;

II - garantia de prestação de serviços ou execução de obras (performance bonds), inclusive cláusulas de perfeito funcionamento e de cumprimento de níveis de serviço;

III - garantia de fornecimento de mercadorias;

IV - garantia de distribuição de títulos e valores mobiliários nos mercados primário e secundário, mediante oferta pública, nos termos da regulamentação específica; e

V - aval ou fiança prestado em processos de natureza fiscal, em âmbito judicial ou administrativo.

§ 6º Deve ser aplicado FCC de 100% (cem por cento) à exposição relativa a:

I - garantia fidejussória, quando não houver FCC específico estabelecido;

II - crédito a liberar em até 360 (trezentos e sessenta) dias corridos;

III - ativo, inclusive cotas de fundo de investimento, que a instituição assumiu o compromisso de adquirir; e

IV - bem ou direito entregue ou disponibilizado pela instituição a terceiro, inclusive em razão da necessidade de constituir garantia, nos termos do art. 4º, inciso X, exceto se:

a) relacionado a operação compromissada e empréstimo de título ou valor mobiliário; ou

b) concedido em garantia a transação com instrumento financeiro derivativo integrante da carteira da própria instituição, no caso do uso da abordagem SA-CCR.

§ 7º O disposto no inciso IV do § 6º não elimina a exposição relativa ao bem ou direito registrado no ativo da instituição.

§ 8º Na apuração do valor da exposição relativa à garantia fidejussória relacionada a operação não contabilizada no Balanço Patrimonial, deve-se aplicar ao valor da garantia o menor FCC entre os aplicáveis à garantia ou à operação garantida.

TÍTULO III

DA PONDERAÇÃO DE RISCO APLICÁVEL ÀS EXPOSIÇÕES

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22. Na aplicação do FPR às exposições consideradas na apuração da parcela RWA_{CPAD}, devem ser atendidas as seguintes disposições gerais:

I - à exposição para a qual não há determinação específica, nos termos desta Resolução, deve ser aplicado FPR de 100% (cem por cento);

II - a exposição caracterizada como ativo problemático, nos termos da Resolução nº 4.557, de 2017, e da regulamentação correspondente aplicável ao conglomerado prudencial Tipo 3, independentemente da contraparte ou tipo de operação, deve ser ponderada conforme o disposto no art. 66;

III - a exposição a pessoa jurídica de direito privado não financeira, não garantida por imóveis, observado o disposto nos incisos II e V deste artigo, deve ser classificada na seguinte ordem:

a) exposição de varejo, se atendidos os requisitos estabelecidos no art. 46; ou

b) exposição a pessoa jurídica não financeira, se atendidos os requisitos estabelecidos nos arts. 35, 36 e 41;

IV - a exposição garantida por imóvel, independentemente da contraparte e observado o disposto no inciso II deste artigo, deve ser ponderada conforme os arts. 49 a 54, ainda que resulte em FPR maior que aquele aplicável sem o reconhecimento da citada garantia;

V - a exposição relativa a pessoa jurídica de direito privado não financeira deve ser ponderada conforme o disposto nos arts. 37 a 40, quando atendidos os conceitos de financiamentos especializados definidos nos mencionados artigos; e

VI - a classificação externa de risco de crédito, quando prevista para determinação do FPR aplicável, deve ser:

a) conferida por agência de classificação de risco de crédito registrada ou reconhecida no Brasil pela CVM;

b) a de emissão, atualizada, para títulos e valores mobiliários, se disponível; e

c) a de maior grau de risco, se houver mais de uma disponível, observada a precedência da alínea "b".

§ 1º Caso a estimação das perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme definida pela Resolução nº 4.557, de 2017, e pela regulamentação correspondente aplicável ao conglomerado prudencial Tipo 3, indique que a classificação externa de risco de crédito conferida não é compatível com o risco da exposição, a classificação de que trata o inciso VI deve ter o seu grau de risco majorado, no âmbito da respectiva escala, de modo a refletir a estimação realizada.

§ 2º Para instituição enquadrada no S2, no S3, ou no S4, é facultada a aplicação do FPR de que trata o inciso I do caput à exposição para a qual há FPR específico estabelecido, desde que:

I - não tenha sido caracterizada como ativo problemático; e

II - não esteja prevista a possibilidade de aplicação de FPR superior ao previsto no inciso I do caput.

§ 3º São consideradas como única contraparte:

I - as entidades integrantes de um mesmo conglomerado prudencial, na forma da regulamentação específica, para fins do disposto nos arts. 29 a 33, com exceção de fundos de investimento e de entidades associadas a processos de securitização;

II - as pessoas jurídicas de direito privado não financeiras que sejam contrapartes conectadas por meio de relação de controle, nos termos do art. 22, § 2º, da Resolução nº 4.557, de 2017, e da regulamentação correspondente aplicável ao conglomerado prudencial Tipo 3; e

III - as pessoas físicas e jurídicas, enquadradas no critério de exposições de varejo, nos termos do art. 46, consideradas contrapartes conectadas, nos termos do art. 22 da Resolução nº 4.557, de 2017, e da regulamentação correspondente aplicável ao conglomerado prudencial Tipo 3.

§ 4º Quando prevista a utilização de informações de domínio público, para fins de determinação do FPR nos termos desta Resolução, é permitida a utilização de informações de até 120 (cento e vinte) dias corridos da data a que se refere a informação.

CAPÍTULO II

DO FPR APLICADO ÀS EXPOSIÇÕES A ENTIDADES SOBERANAS E RESPECTIVAS MOEDAS

Art. 23. Deve ser aplicado FPR de 0% (zero por cento) às exposições:

I - à União e ao Banco Central do Brasil;

II - aos valores mantidos em espécie, em reais; e

III - aos créditos presumidos, de que tratam as Leis nº 12.838, de 9 de julho de 2013, e nº 14.257, de 1º de dezembro de 2021, ou a Medida Provisória nº 992, de 16 de julho de 2020.

Art. 24. Podem receber o FPR aplicado pela autoridade reguladora da jurisdição estrangeira, independentemente de sua classificação externa de risco, as exposições referentes a:

I - operações com governos centrais de jurisdições estrangeiras e respectivos bancos centrais, bem como títulos e valores mobiliários por eles emitidos, referenciados na moeda local da jurisdição; e

II - valores mantidos em espécie na moeda local da jurisdição, bem como exposições a ativo objeto representado pela referida moeda.

Parágrafo único. O tratamento previsto no caput apenas pode ser aplicado se cumpridas as seguintes condições:

I - a captação de recursos da instituição seja realizada na moeda local da jurisdição e em montante compatível com as exposições citadas no caput; e

II - as exposições estejam registradas no balanço da subsidiária sediada na mesma jurisdição.

Art. 25. Devem ser aplicados os seguintes FPR às exposições a governos centrais de jurisdições estrangeiras e respectivos bancos centrais, de acordo com a respectiva classificação externa de risco:

I - 0% (zero por cento), para classificação igual ou superior a AA- ou classificação equivalente;

II - 20% (vinte por cento), para classificação igual ou superior A- e inferior a AA- ou classificação equivalente;

III - 50% (cinquenta por cento), para classificação igual ou superior a BBB- e inferior a A- ou classificação equivalente;

IV - 100% (cem por cento), para classificação igual ou superior a B- e inferior a BBB- ou classificação equivalente, ou quando não há classificação;

V - 150% (cento e cinquenta por cento), para classificação inferior a B- ou classificação equivalente.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no caput às exposições relativas a valores mantidos em espécie nas moedas estrangeiras emitidas nas respectivas jurisdições, bem como exposições a ativo objeto representado pelas referidas moedas estrangeiras, conforme a classificação do ente soberano da jurisdição.

Art. 26. O FPR aplicável às exposições relativas a valores mantidos em espécie, nos termos dos arts. 23 a 25, não pode ser inferior a 20% (vinte por cento), se os valores em espécie não se encontraram na posse direta da instituição.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica às exposições a valores mantidos em espécie sob a custódia de entidade cuja liquidação, falência ou providência similar não imponha restrições à transferência dos valores para a posse direta da instituição.

CAPÍTULO III

DO FPR APLICADO ÀS EXPOSIÇÕES A ORGANISMOS MULTILATERAIS E A ENTIDADES MULTILATERAIS DE DESENVOLVIMENTO

Art. 27. Deve ser aplicado FPR de 0% (zero por cento) às exposições aos seguintes organismos multilaterais e Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD):

I - Grupo Banco Mundial, compreendendo o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), a Corporação Financeira Internacional (CFI), a Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA) e a Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA);

II - Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III - Banco Africano de Desenvolvimento (BAD);

IV - Banco para o Desenvolvimento Asiático (BDA);

V - Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento (BERD);

VI - Banco Europeu de Investimento (BEI);

VII - Fundo Europeu de Investimento (FEI);

VIII - Banco Nórdico de Investimento (BNI);

IX - Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC);

X - Banco de Desenvolvimento Islâmico (BDI);

XI - Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa (BDCE);

XII - Banco para Compensações Internacionais (BIS);

XIII - Fundo Monetário Internacional (FMI);

XIV - Mecanismo de Financiamento Internacional para Imunização (IFFIm);

XV - Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB);

XVI - Banco Central Europeu (ECB);

XVII - União Europeia (EU);

XVIII - Mecanismo de Estabilidade Financeira (ESM); e

XIX - Mecanismo Europeu de Estabilidade Financeira (EFSF).

Art. 28. Deve ser aplicado o seguinte FPR à exposição a EMD não mencionada no art. 27, de acordo com a respectiva classificação externa de risco:

I - 20% (vinte por cento), para classificação igual ou superior a AA- ou classificação equivalente;

II - 30% (trinta por cento), para classificação igual ou superior a A- e inferior a AA- ou classificação equivalente;

III - 50% (cinquenta por cento), para classificação igual ou superior a BBB- e inferior a A- ou classificação equivalente, ou quando não houver classificação;

IV - 100% (cem por cento), para classificação igual ou superior a B- e inferior a BBB- ou classificação equivalente; e

V - 150% (cento e cinquenta por cento), para classificação inferior a B- ou classificação equivalente.

Parágrafo único. Para os fins do disposto nesta Resolução, considera-se EMD a instituição constituída por grupo de jurisdições ou organismos internacionais, legalmente e operacionalmente independente de seus instituidores e que tenha por objetivo o fornecimento de assessoria financeira ou profissional para o desenvolvimento de projetos econômicos ou sociais.

CAPÍTULO IV

DO FPR APLICADO ÀS EXPOSIÇÕES A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E OUTRAS INSTITUIÇÕES ESPECIFICADAS

Seção I

Da Classificação em Categorias de Risco

Art. 29. Para fins da apuração da parcela RWA_{CPAD}, devem ser classificadas nas categorias de risco A, B ou C:

I - instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e

II - instituições financeiras sediadas no exterior com as quais não sejam elaboradas demonstrações contábeis em bases consolidadas, nos termos do Cosif;

III - câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação, de que trata a Lei nº 10.214, 27 de março de 2001, considerados sistemicamente importantes nos termos da regulamentação específica; e

IV - entidades que operam infraestruturas do mercado financeiro sediadas no exterior e sujeitas à regulamentação consistente com os princípios estabelecidos pelo Comitê sobre Pagamentos e Infraestruturas do Mercado (CPMI) e pela Organização Internacional de Comissões de Valores Mobiliários (IOSCO).

Parágrafo único. A classificação das instituições mencionadas no caput, bem como a aplicação dos respectivos FPR, nos termos do art. 33, deve estar alinhada à estrutura de gerenciamento de riscos da instituição, conforme definida pela Resolução nº 4.557, de 2017, e pela regulamentação correspondente aplicável ao conglomerado prudencial Tipo 3, inclusive no que se refere aos procedimentos de documentação e de gerenciamento do risco de crédito.

Art. 30. Deve ser classificada na categoria de risco A a instituição mencionada no art. 29 que cumpra os requerimentos mínimos e o Adicional de Capital Principal, quando aplicável, de que tratam os seguintes atos normativos ou, no caso do inciso II do art. 29, seus equivalentes no exterior:

I - Resolução CMN nº 4.958, de 2021, quando aplicável à contraparte;

II - Resolução nº 4.606, de 19 de outubro de 2017, quando aplicável à contraparte;

III - Resolução nº 4.615, de 30 de novembro de 2017, quando aplicável à contraparte;

IV - Circular nº 3.681, de 4 de novembro de 2013, quando aplicável à contraparte; e

V - Resolução BCB nº 200, de 2022.

§ 1º Na inexistência de informações de domínio público disponíveis, relativas aos requerimentos mínimos e Adicional de Capital Principal previstos no caput, a contraparte deve ser classificada na categoria de risco C.

§ 2º O disposto no caput não compreende eventuais requerimentos adicionais aplicáveis individualmente à contraparte que não sejam de domínio público.

§ 3º As entidades mencionadas nos incisos III e IV do art. 29 consideradas como QCCP são classificadas na categoria de risco A.

Art. 31. Deve ser classificada na categoria de risco B a instituição mencionada no art. 29 que satisfaça as condições mencionadas no art. 30, porém não cumpra o Adicional de Capital Principal, ou o seu equivalente no exterior.

§ 1º Na inexistência de informações de domínio público disponíveis, relativas aos requerimentos mínimos previstos no caput do art. 30, a contraparte deve ser classificada na categoria de risco C.

§ 2º O disposto no caput não compreende eventuais requerimentos adicionais aplicáveis individualmente à contraparte que não sejam de domínio público.

§ 3º Caso a contraparte não esteja sujeita à observância do Adicional de Capital Principal, ou o seu equivalente no exterior, na forma da regulamentação em vigor, é vedada a classificação na categoria de risco B.

Art. 32. Deve ser classificada na categoria de risco C a instituição mencionada no art. 29 que não esteja nas demais categorias de risco ou que apresente elevado risco de crédito.

§ 1º Sem prejuízo da adoção dos processos e procedimentos previstos na Resolução nº 4.557, de 2017, e na regulamentação correspondente aplicável ao conglomerado prudencial Tipo 3, os seguintes eventos implicam elevado risco de crédito:

I - descumprimento dos requerimentos mínimos elencados no caput do art. 30, observado o disposto nos §§ 1º e 2º daquele artigo; e

II - existência de relatório do auditor independente contido em demonstrações contábeis relativas a período de apuração mais recente disponível em que tenha havido expressão de opinião adversa ou dúvida substancial sobre a continuidade operacional da contraparte.

§ 2º As entidades mencionadas nos incisos III e IV do art. 29 não consideradas como QCCP são classificadas na categoria de risco C.

Seção II

Dos FPR Aplicáveis às Categorias de Risco

Art. 33. Deve ser aplicado o seguinte FPR à exposição à instituição mencionada no art. 29:

I - se classificada na categoria de risco A:

a) 20% (vinte por cento), no caso de operação com prazo de vencimento original inferior ou igual a 90 (noventa) dias corridos; e

b) 40% (quarenta por cento), nos demais casos;

II - se classificada na categoria de risco B:

a) 50% (cinquenta por cento), para operação com prazo de vencimento original inferior ou igual a 90 (noventa) dias corridos; e

b) 75% (setenta e cinco por cento), nos demais casos; e

III - se classificada na categoria de risco C, 150% (cento e cinquenta por cento).

§ 1º O FPR de que trata o inciso I, alínea "b", do caput, pode ser de 30% (trinta por cento), desde que os seguintes indicadores da contraparte sejam concomitantemente iguais ou superiores a:

I - 14% (quatorze por cento), no caso do índice de Capital Principal; e

II - 5% (cinco por cento), no caso da Razão de Alavancagem (RA).

§ 2º Pode ser aplicado o FPR previsto no § 1º quando a contraparte sediada no exterior, nos termos do inciso II do art. 29, possua indicadores equivalentes que atendam aos requisitos exigidos naquele parágrafo.

§ 3º Deve ser aplicado o FPR de 20% (vinte por cento), para exposição à instituição classificada na categoria de risco A, ou FPR de 50% (cinquenta por cento), para exposição à instituição classificada na categoria de risco B, relativa a:

I - operação vinculada ao comércio internacional de mercadorias, na qual o embarque de mercadorias esteja associado à garantia de pagamento da operação, com prazo de vencimento original de até 1 (um) ano; e

II - direito representativo de operação realizada por cooperativa singular, cooperativa central, confederação ou banco cooperativo que tenha como contraparte instituição integrante do mesmo sistema cooperativo, exceto se relativa a investimento em participação societária.

§ 4º Para exposição resultante de acordo bilateral para compensação e liquidação de obrigações, nos termos da Circular nº 3.809, de 2016, deve ser aplicado:

I - 30% (trinta por cento), para contraparte classificada na categoria de risco A, atendidos o disposto nos §§ 1º e 2º;

II - 40% (quarenta por cento), para contraparte classificada na categoria de risco A; e

III - 75% (setenta e cinco por cento), para contraparte classificada na categoria de risco B.

§ 5º O FPR aplicável à exposição mencionada no caput não deve ser inferior ao FPR aplicável ao governo central da jurisdição em que estiver registrada a obrigação quando esta estiver denominada ou indexada em moeda diferente da moeda local da jurisdição.

§ 6º O disposto no § 5º não se aplica para exposição relativa a operação vinculada ao comércio internacional de mercadorias, na qual o embarque de mercadorias esteja associado à garantia de pagamento da operação, com prazo de vencimento original de até 1 (um) ano.

CAPÍTULO V

DO FPR APLICADO ÀS EXPOSIÇÕES A TÍTULOS COM CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS (COVERED BONDS)

Art. 34. Deve ser aplicado o FPR estabelecido neste artigo à exposição relativa a título que atenda permanentemente aos requisitos abaixo elencados:

I - quando no Brasil, ser emitido por banco múltiplo, banco comercial, banco de investimento, sociedade de crédito, financiamento e investimento, caixa econômica, companhia hipotecária ou associação de poupança e empréstimo;

II - quando no exterior, ser emitido por banco ou entidade que realize crédito imobiliário;

III - ser legalmente sujeito à regulação específica destinada a proteger seus detentores;

IV - ter como ativos subjacentes somente:

a) exposições a:

1. União, incluindo o Banco Central do Brasil;

2. governo central de jurisdição estrangeira, incluindo respectivo banco central;

3. ente governamental nacional ou estrangeiro de âmbito não central; ou

4. EMDs, de que tratam os arts. 27 e 28;

b) exposições garantidas pelas entidades mencionadas nos itens 1 a 4 da alínea "a";

c) exposições relativas a financiamentos imobiliários residenciais em que o saldo devedor de cada financiamento seja menor ou igual a 80% (oitenta por cento) do valor mais recente de avaliação da garantia;

d) exposições relativas a financiamentos imobiliários não residenciais em que o saldo devedor de cada financiamento seja menor ou igual a 60% (sessenta por cento) do valor mais recente de avaliação da garantia;

e) instrumentos financeiros derivativos, exclusivamente para fins de hedge, nos termos da regulamentação específica aplicável a esses títulos; ou

f) disponibilidades financeiras provenientes dos ativos integrantes da carteira de ativos;

V - o valor total dos ativos subjacentes ao respectivo título exceder, comprovadamente, em, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor total do título por eles garantido;

VI - os direitos associados ao título serem integralmente cobertos pelos ativos subjacentes, na forma da regulamentação específica a esses títulos; e

VII - na hipótese de descontinuidade da instituição emissora, os ativos subjacentes ao título serem prioritariamente usados para pagamento de seus encargos e amortização.

§ 1º Deve ser aplicado o seguinte FPR à exposição mencionada no caput:

I - no caso de instituição emissora classificada na categoria de risco A, de que trata o art. 30:

a) 15% (quinze por cento), se os indicadores aplicáveis à emissora atenderem o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 33;

b) 20% (vinte por cento), se não atendido o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 33;

II - no caso de instituição emissora classificada na categoria de risco B, de que trata o art. 31, 35% (trinta e cinco por cento); ou

III - no caso de instituição emissora classificada na categoria de risco C, de que trata o art. 32, 100% (cem por cento).

§ 2º Aos instrumentos que não atendam o disposto no caput aplica-se o previsto no art. 33.

CAPÍTULO VI

DO FPR APLICADO ÀS EXPOSIÇÕES A PESSOAS JURÍDICAS NÃO FINANCEIRAS

Seção I

Do FPR Aplicado às Exposições a Pessoa Jurídica de Grande Porte que Apresente Baixo Risco de Crédito

Art. 35. Deve ser aplicado FPR de 65% (sessenta e cinco por cento), para exposições a pessoa jurídica de direito privado não financeira de grande porte que apresente baixo risco de crédito.

§ 1º Para fins do caput, é considerada pessoa jurídica de grande porte que apresente baixo risco de crédito aquela que atenda cumulativamente aos seguintes requisitos:

I - demonstrações contábeis relativas ao período de apuração mais recente disponível, auditadas por auditor independente registrado na CVM ou em autoridade equivalente no exterior;

II - ativo total superior a R$240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais) ou receita bruta anual superior a R$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) no exercício social mais recente disponível;

III - nenhuma exposição caracterizada como ativo problemático na instituição, nos termos da Resolução nº 4.557, de 2017, e na regulamentação correspondente aplicável ao conglomerado prudencial Tipo 3; e

IV - índice de descumprimento (ID) no Sistema de Informações de Crédito do Banco Central (SCR) inferior ou igual a 0,05% (cinco centésimos por cento), aferido de acordo com a seguinte fórmula:

$$ID = \sum_{6\ meses}(CV_{>14} + CB_{48}) \Big/ \sum_{6\ meses}(CA + CB_{48})$$, em que:

a) $CV_{>14}$ = créditos vencidos na carteira ativa há mais de 14 (quatorze) dias corridos;

b) CB_{48} = créditos baixados como prejuízo há até 48 (quarenta e oito) meses; e

c) CA = carteira ativa; e

V - ter suas ações ou títulos de emissão própria negociados em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado sujeitos à regulação e supervisão governamental, no Brasil ou no exterior.

§ 2º Os somatórios mencionados na fórmula do inciso IV do § 1º contemplam as informações disponíveis no SCR relativas aos 180 (cento e oitenta) dias corridos anteriores ao mês de apuração da parcela RWA_{CPAD}.

§ 3º Para fins do atendimento do requisito de que trata o inciso V do § 1º, são reconhecidos as ações ou títulos emitidos por entidade que detenha o controle da contraparte.

Seção II

Do FPR Aplicado às Exposições a Pessoa Jurídica de Pequeno ou Médio Porte

Art. 36. Deve ser aplicado FPR de 85% (oitenta e cinco por cento), para exposições a pessoa jurídica de direito privado não financeira de pequeno ou médio porte.

Parágrafo único. Para fins do caput, é considerada pessoa jurídica de pequeno ou médio porte a contraparte, não elegível ao disposto no art. 46, cujo ativo total seja inferior a R$240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais) e cuja receita bruta anual seja inferior a R$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) no exercício social mais recente disponível.

Seção III

Do FPR Aplicado às Exposições a Financiamentos Especializados

Art. 37. Deve ser aplicado FPR de 100% (cem por cento), para as exposições relativas a financiamentos especializados classificados como financiamento de objeto específico e financiamento de commodities.

§ 1º Para efeitos do caput, é financiamento de objeto específico a operação para aquisição de bem com as seguintes características:

I - a principal fonte de recursos para pagamento das obrigações relativas ao financiamento consiste nas rendas auferidas pelo próprio bem financiado e não pela entidade que o patrocina;

II - a principal garantia da operação consiste no próprio bem financiado; e

III - o tomador não dispõe de recursos para quitar o financiamento sem as rendas auferidas pelo bem financiado.

§ 2º Para efeitos do caput, é financiamento de commodities a operação para aquisição de commodities ou de recebíveis vinculados a commodities, com as seguintes características:

I - a principal fonte de recursos para pagamento das obrigações relativas ao financiamento consiste na receita da venda das commodities financiadas ou dos recebíveis a elas associados, bem como nos resultados financeiros dos próprios recebíveis, e não nas demais rendas auferidas pela entidade adquirente das commodities; e

II - o tomador não dispõe de recursos para quitar o financiamento sem a receita da venda das commodities ou sem os resultados financeiros dos recebíveis a elas associados.

Art. 38. Deve ser aplicado FPR de 130% (cento e trinta por cento), para exposições relativas a financiamentos especializados classificados como financiamento de projeto.

Parágrafo único. Para efeitos do caput, é financiamento de projeto a operação com as seguintes características:

I - a principal fonte de recursos para pagamento das obrigações relativas ao financiamento consiste nas rendas auferidas pelo próprio projeto financiado e não pela entidade que o patrocina;

II - a principal garantia da operação consiste nas rendas mencionadas no inciso I; e

III - o tomador não dispõe de recursos para quitar o financiamento sem as rendas auferidas pelo próprio projeto financiado.

Art. 39. Pode ser aplicado FPR de 100% (cem por cento) à exposição relativa a financiamento de projeto, de que trata o art. 38, durante a fase operacional.

Parágrafo único. Para efeitos do caput, o projeto é considerado em fase operacional se:

I - os fluxos de caixa correntes em até 360 (trezentos e sessenta) dias corridos são positivos e suficientes para o adimplemento de todas as obrigações contratuais a serem quitadas no mesmo intervalo;

II - os fluxos de caixa projetados são suficientes para o adimplemento de todas as obrigações contratuais futuras; e

III - o passivo de longo prazo da contraparte é decrescente.

Art. 40. Pode ser aplicado FPR de 80% (oitenta por cento) à exposição relativa a financiamento de projeto, de que trata o art. 38, de alta qualidade, durante a fase operacional, na forma do parágrafo único do art. 39.

Parágrafo único. Para efeitos do caput, o projeto é de alta qualidade se:

I - a contraparte:

a) possuir adequada capacidade de honrar tempestivamente suas obrigações financeiras nos termos pactuados, conforme avaliação de risco de crédito efetuada pela instituição, durante o curso da operação;

b) não atuar em prejuízo aos interesses dos credores, inclusive sendo vedada a emissão de novos passivos onerosos sem o consentimento desses; e

c) possuir recursos financeiros, ou limites de crédito contratadas, compatíveis com as demandas financeiras projetadas do projeto objeto de financiamento;

II - a rentabilidade do projeto:

a) estiver contratualmente estabelecida, independentemente da utilização efetiva do serviço ou do fornecimento do bem resultante do projeto; e

b) provier preponderantemente de entidade cujo FPR aplicável, nos termos desta Resolução, seja igual ou inferior a 80% (oitenta por cento);

III - os bens e direitos do projeto constituírem garantia em favor dos credores;

IV - o investidor majoritário, ou controlador, da contraparte tiver concedido proteção contra perdas, para o qual se aplica igualmente o requisito mencionado no inciso II, alínea "b", em caso de encerramento antecipado do projeto objeto de financiamento; e

V - a instituição, em caso de liquidação, falência, providência similar ou inadimplemento da contraparte:

a) estiver em posição privilegiada na lista de credores; e

b) possuir o direito de assumir o controle do projeto.

Seção IV

Do FPR Aplicado às Exposições às Demais Pessoas Jurídicas Não Financeiras

Art. 41. Deve ser aplicado FPR de 100% (cem por cento) às exposições a pessoas jurídicas de direito privado não financeiras sem FPR específico.

CAPÍTULO VII

DO FPR APLICADO A INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS OU EM INSTRUMENTOS DE DÍVIDA SUBORDINADA

Seção I

Do FPR Aplicado a Investimentos Significativos em Participações Societárias Não Deduzidos do Cálculo do PR

Art. 42. Deve ser aplicado FPR de 250% (duzentos e cinquenta por cento) às exposições relativas a investimentos significativos em participações societárias não deduzidos no cálculo do PR, nos termos do art. 8º, § 8º, da Resolução CMN nº 4.955, de 2021, e do art. 7º, § 7º, da Resolução BCB nº 199, de 2022.

Seção II

Das Demais Participações Societárias e Dos Instrumentos de Dívida Subordinada

Art. 43. Deve ser aplicado o seguinte FPR à exposição relativa a investimento em participação societária:

I - 400% (quatrocentos por cento) para participação societária, ou título nela conversível, em entidade:

a) não listada em bolsa de valores sujeita à regulação e supervisão governamental, no Brasil ou no exterior; e

b) não integrada operacionalmente à atividade da instituição investidora;

II - 100% (cem por cento), para participação societária em entidade integrante do mesmo sistema cooperativo, quando a participação é realizada por cooperativa singular, cooperativa central, confederação ou banco cooperativo; e

III - 250% (duzentos e cinquenta por cento), nos demais casos.

§ 1º Para fins do caput, considera-se participação societária, direta ou indireta, o investimento em pessoa jurídica de direito privado, com ou sem direito a voto, inclusive por meio de instrumento financeiro derivativo, que:

I - seja não resgatável, oferecendo retorno somente mediante a participação nos lucros, a sua venda ou a liquidação do emissor;

II - não represente uma obrigação por parte do emissor; e

III - represente um direito residual sobre os ativos do emissor.

§ 2º O inciso I do caput não se aplica aos investimentos em participações societárias classificados no Ativo Permanente da instituição investidora, nos termos do Cosif.

Art. 44. Deve ser aplicado FPR de 150% (cento e cinquenta por cento) para exposição relativa a instrumento de dívida subordinada.

Parágrafo único. O disposto no caput igualmente se aplica para exposições relativas a instrumentos não deduzidos do cálculo do PR que atendam o disposto no inciso V do art. 8º da Resolução CMN nº 4.955, de 2021, ou no inciso V do art. 7º da Resolução BCB nº 199, de 2022.

Art. 45. Deve ser aplicado FPR de 1.250% (mil, duzentos e cinquenta por cento) à parcela de exposição relativa à participação societária significativa em pessoa jurídica de direito privado não financeira que exceder:

I - individualmente, 15% (quinze por cento) do PR da instituição investidora; ou

II - de forma agregada, 60% (sessenta por cento) do PR da instituição investidora.

§ 1º Para fins do disposto no caput, deve ser considerada significativa a participação societária quando a instituição detiver mais de 10% (dez por cento) do capital social da investida.

§ 2º Deve ser aplicado o tratamento previsto no art. 43 às participações societárias em pessoa jurídica de direito privado não financeira que não excedam os limites estabelecidos no caput.

CAPÍTULO VIII

DO FPR APLICADO ÀS EXPOSIÇÕES DE VAREJO

Art. 46. Deve ser aplicado FPR de 75% (setenta e cinco por cento) à exposição de varejo.

§ 1º Para fins do disposto nesta Resolução, consideram-se de varejo as exposições que tenham as seguintes características, cumulativamente:

I - correspondam a produto ou serviço financeiro destinado a pessoa natural ou pessoa jurídica de pequeno porte;

II - não correspondam a operações:

a) garantidas por imóveis;

b) compromissadas;

c) de empréstimo de títulos e valores mobiliários; e

d) com instrumentos financeiros derivativos;

III - não excedam o limite total de R$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) por contraparte; e

IV - apresentem somatório das exposições correntes com uma mesma contraparte inferior a 0,2% (dois décimos por cento) do montante das exposições de varejo.

§ 2º Para fins de verificação dos limites de que trata o § 1º, incisos III e IV:

I - devem ser considerados os valores de todas as operações com a mesma contraparte com a aplicação de FCC e sem a dedução das respectivas provisões; e

II - devem ser desconsiderados:

a) os valores de operações garantidas por imóveis residenciais; e

b) os efeitos da mitigação do risco de crédito, de que trata a Circular nº 3.809, de 2016.

§ 3º Paras fins do disposto nesta Resolução, considera-se pessoa jurídica de pequeno porte a contraparte com receita bruta anual inferior a R$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) no exercício social mais recente disponível.

§ 4º No caso de pessoas naturais e jurídicas consideradas como única contraparte, nos termos do art. 22, § 3º, inciso III, os limites previstos para classificação como exposição de varejo devem ser atendidos individual e conjuntamente.

§ 5º O FPR previsto no caput igualmente se aplica para a exposição em que a contraparte é pessoa natural ou pessoa jurídica de pequeno porte nas situações previstas:

I - no art. 52, inciso II, para exposição garantida por imóvel concluído;

II - no art. 54, inciso I, para exposição vinculada a imóvel em que não há dependência do fluxo de caixa gerado pelo imóvel para o cumprimento da obrigação financeira representada pela exposição.

§ 6º Na hipótese do § 5º, o valor das mencionadas exposições permanecem desconsideradas na verificação dos limites de que trata o § 1º, incisos III e IV.

Art. 47. Deve ser aplicado FPR de 45% (quarenta e cinco por cento) à exposição de varejo relativa a:

I - instrumento de pagamento pós-pago em que não tenha ocorrido atraso, parcelamento ou qualquer outra forma de financiamento do saldo devedor da fatura nos últimos 360 (trezentos e sessenta) dias corridos; e

II - limite de crédito em que não tenha ocorrido saque nos últimos 360 (trezentos e sessenta) dias corridos.

Parágrafo único. Para efeitos do caput, não configura atraso, parcelamento ou saque a situação que não acarrete incidência de juros ou outros encargos, exceto os fiscais.

Art. 48. Deve ser aplicado FPR de 100% (cem por cento) à exposição a pessoa natural que não seja garantida por imóvel e não atenda aos requisitos descritos nos arts. 46 e 47.

CAPÍTULO IX

DO FPR APLICADO ÀS EXPOSIÇÕES GARANTIDAS POR IMÓVEIS

Art. 49. Para a determinação do FPR aplicável às exposições garantidas por imóveis, devem ser consideradas as características da operação, incluindo:

I - a dependência do fluxo de caixa gerado pelo imóvel para o cumprimento da obrigação financeira representada pela exposição; e

II - a finalidade do uso do imóvel.

§ 1º Para fins desta Resolução, a exposição é garantida por imóvel quando:

I - o imóvel dado em garantia está concluído, comprovadamente por meio de "habite-se" ou documento equivalente para imóveis no exterior, expedido por órgão público competente, exceto no caso de imóveis rurais voltados à agropecuária, ao extrativismo ou à preservação ambiental;

II - o direito de executar a garantia representada pelo imóvel tem sustentação legal em todos os foros relevantes, inclusive em outros países nos quais deva ou possa produzir efeitos, sendo passível de ser exercido tempestivamente;

III - a garantia prestada está constituída:

a) sob a forma de hipoteca:

1. em primeiro grau, ou

2. em grau subordinado, desde que a instituição seja a credora hipotecária de todos os demais graus preferenciais e quando o contrato faculta, independentemente de aviso ou interpelação judicial, considerar vencida antecipadamente as demais operações, em caso de inadimplemento de quaisquer delas; ou

b) alienação fiduciária da propriedade;

IV - a política de concessão de crédito da instituição considera a capacidade de pagamento dos devedores de modo consistente ao longo do tempo;

V - o valor de avaliação da garantia na data da concessão do crédito é:

a) utilizado para fins de determinação do FPR aplicável; e

b) obtido de forma prudente, conservadora e de modo independente do processo de concessão de crédito, não devendo superar o seu valor de mercado, quando este puder ser apurado; e

VI - as informações relativas ao processo de concessão de crédito, incluindo aquelas referentes à avaliação da garantia e à capacidade de pagamento do devedor, estão documentadas pela instituição, de modo alinhado ao estabelecido pela Resolução nº 4.557, de 2017, e pela regulamentação correspondente aplicável ao conglomerado prudencial Tipo 3.

§ 2º Para o cumprimento do requisito estabelecido pelo inciso IV do § 1º, devem ser adotadas métricas objetivas para avaliar a capacidade de pagamento do devedor e especificados os seus limites, de modo alinhado à estrutura de gerenciamento de riscos da instituição, conforme definida pela Resolução nº 4.557, de 2017, e pela regulamentação correspondente aplicável ao conglomerado prudencial Tipo 3, inclusive no que se refere ao estabelecimento de documentação e procedimentos para o gerenciamento do risco de crédito.

§ 3º O cumprimento da obrigação financeira representada pela exposição deve ser considerado dependente do fluxo de caixa gerado pelo respectivo imóvel quando:

I - o fluxo de caixa gerado pelo imóvel corresponde a pelo menos 50% (cinquenta por cento) do fluxo de caixa do devedor;

II - o devedor não dispõe de outros meios para quitar o financiamento nos termos pactuados sem o fluxo de caixa gerado pelo imóvel; ou

III - a deterioração do fluxo de caixa gerado pelo imóvel é condição suficiente para que a exposição seja caracterizada como ativo problemático, nos termos da Resolução nº 4.557, de 2017, e da regulamentação correspondente aplicável ao conglomerado prudencial Tipo 3.

§ 4º A avaliação da dependência de geração de fluxo de caixa prevista no § 3º deve ser realizada na data de concessão do crédito, facultada a atualização pela instituição.

§ 5º Entre as formas de geração de fluxo de caixa pelo imóvel estão:

I - o aluguel, o arrendamento, ou outras operações com o mesmo sentido econômico;

II - a comercialização da produção que nele ocorra, no caso de imóveis rurais, e

III - a expectativa de venda da propriedade.

§ 6º Não deve ser considerada a dependência da geração de fluxo de caixa pelo imóvel quando este servir de residência do devedor pessoa natural.

§ 7º O uso do imóvel para fins residenciais deve ser verificado pela natureza do imóvel e pela aderência a todas as leis e regulações aplicáveis à sua ocupação com esse fim, sendo admitido o uso misto desde que o uso não residencial represente valor igual ou inferior a 20% (vinte por cento) da área construída.

§ 8º No caso de múltiplas exposições garantidas pelo mesmo imóvel, inclusive concedidas por outras instituições, o valor do saldo devedor, quando necessário para a determinação do FPR, deve considerar a soma dos respectivos valores devidos.

Art. 50. Deve ser aplicado o seguinte FPR à exposição garantida por imóvel residencial quando não houver dependência do fluxo de caixa gerado pelo imóvel para cumprimento da obrigação:

I - 20% (vinte por cento), quando o valor do saldo devedor for menor ou igual a 50% (cinquenta por cento) do valor de avaliação da garantia;

II - 25% (vinte e cinco por cento) quando o valor do saldo devedor for maior do que 50% (cinquenta por cento) e menor ou igual a 60% (sessenta por cento) do valor de avaliação da garantia;

III - 30% (trinta por cento) quando o valor do saldo devedor for maior do que 60% (sessenta por cento) e menor ou igual a 80% (oitenta por cento) do valor de avaliação da garantia;

IV - 40% (quarenta por cento) quando o valor do saldo devedor for maior do que 80% (oitenta por cento) e menor ou igual a 90% (noventa por cento) do valor de avaliação da garantia;

V - 50% (cinquenta por cento) quando o valor do saldo devedor for maior do que 90% (noventa por cento) e menor ou igual a 100% (cem por cento) do valor de avaliação da garantia; ou

VI - 70% (setenta por cento) quando o valor do saldo devedor for maior do que 100% (cem por cento) do valor de avaliação da garantia.

Art. 51. Deve ser aplicado o seguinte FPR à exposição garantida por imóvel residencial quando houver dependência do fluxo de caixa gerado pelo imóvel para cumprimento da obrigação:

I - 30% (trinta por cento), quando o valor do saldo devedor for menor ou igual a 50% (cinquenta por cento) do valor de avaliação da garantia;

II - 35% (trinta e cinco por cento) quando o valor do saldo devedor for maior do que 50% (cinquenta por cento) e menor ou igual a 60% (sessenta por cento) do valor de avaliação da garantia;

III - 45% (quarenta e cinco por cento) quando o valor do saldo devedor for maior do que 60% (sessenta por cento) e menor ou igual a 80% (oitenta por cento) do valor de avaliação da garantia;

IV - 60% (sessenta por cento) quando o valor do saldo devedor for maior do que 80% (oitenta por cento) e menor ou igual a 90% (noventa por cento) do valor de avaliação da garantia;

V - 75% (setenta e cinco por cento) quando o valor do saldo devedor for maior do que 90% (noventa por cento) e menor ou igual a 100% (cem por cento) do valor de avaliação da garantia; ou

VI - 105% (cento e cinco por cento) quando o valor do saldo devedor for maior do que 100% (cem por cento) do valor de avaliação da garantia.

Art. 52. Deve ser aplicado o seguinte FPR à exposição garantida por imóvel não residencial quando não houver dependência do fluxo de caixa gerado pelo imóvel para cumprimento da obrigação:

I - o menor valor entre 60% (sessenta por cento) e o FPR aplicável ao devedor, quando o valor do saldo devedor for menor ou igual a 60% (sessenta por cento) do valor de avaliação da garantia; ou

II - o FPR aplicável ao devedor, quando o valor do saldo devedor for maior do que 60% (sessenta por cento) do valor de avaliação da garantia.

Art. 53. Deve ser aplicado o seguinte FPR à exposição garantida por imóvel não residencial quando houver dependência do fluxo de caixa gerado pelo imóvel para cumprimento da obrigação:

I - 70% (setenta por cento), quando o valor do saldo devedor for menor ou igual a 60% (sessenta por cento) do valor de avaliação da garantia;

II - 90% (noventa por cento), quando o valor do saldo devedor for maior do que 60% (sessenta por cento) e menor ou igual a 80% (oitenta por cento) do valor de avaliação da garantia; ou

III - 110% (cento e dez por cento), quando o valor do saldo devedor for maior do que 80% (oitenta por cento) do valor de avaliação da garantia.

Art. 54. Deve ser aplicado o FPR de 150% à exposição vinculada a imóvel que não atenda ao disposto nos arts. 49 a 53.

§ 1º No caso de exposição relativa à empreendimento imobiliário, pode ser aplicado o seguinte FPR:

I - o FPR aplicável à contraparte, inclusive pessoa jurídica, quando for adotado o instituto do patrimônio de afetação, de que trata a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964; ou

II - 100% (cem por cento), quando atendidas as seguintes condições:

a) quanto às características da operação:

1. a exposição é relativa a empreendimento imobiliário de natureza residencial;

2. o valor financiado representa menos de 50% (cinquenta por cento) do valor estimado do empreendimento, quando concluído; e

3. a constituição da garantia atende ao disposto no inciso III do § 1º do art. 49; e

b) quanto às políticas da instituição:

1. a política de concessão de crédito da instituição deve considerar a capacidade de pagamento da contraparte de modo consistente ao longo do tempo, observado o disposto no § 2º do art. 49; e

2. o valor de avaliação da garantia na data da concessão do crédito deve ser obtido de forma prudente, conservadora e de modo independente do processo de concessão de crédito, não devendo superar o seu valor de mercado, quando este puder ser apurado.

§ 2º No caso de exposição relativa à unidade autônoma de empreendimento imobiliário em construção já vendida, pode ser aplicado o inciso I do § 1º, desde que o adquirente assuma as obrigações relativas ao financiamento imobiliário.

§ 3º No caso de exposição não relativa à empreendimento imobiliário, é facultada a aplicação do FPR aplicável à contraparte, desde que o cumprimento da obrigação financeira representada pela exposição não seja considerado dependente do fluxo de caixa gerado pelo respectivo imóvel.

CAPÍTULO X

DO DESCASAMENTO DE MOEDAS

Art. 55. O FPR aplicável às exposições de varejo ou garantidas por imóvel residencial denominadas ou indexadas em moeda diferente da moeda em que é denominada ou indexada a fonte de renda do devedor deve corresponder ao menor entre:

I - o FPR original multiplicado por 150% (cento e cinquenta por cento); e

II - 150% (cento e cinquenta por cento).

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica à exposição em que o devedor possui proteção contra variações cambiais que cubra, pelo menos, 90% (noventa por cento) do valor da prestação.

CAPÍTULO XI

DO FPR APLICADO ÀS EXPOSIÇÕES A DERIVATIVOS E À PRESTAÇÃO DE GARANTIAS FIDEJUSSÓRIAS

Seção I

Do FPR Aplicado às Exposições a Derivativos

Art. 56. À exposição ao risco de crédito de contraparte decorrente das transações com instrumentos financeiros derivativos deve ser aplicado o mesmo FPR aplicável à contraparte, nos termos desta Resolução.

Art. 57. À exposição a derivativo de crédito em que a instituição atue como receptora de risco deve ser aplicado o mesmo FPR aplicável à entidade de referência do derivativo de crédito, nos termos desta Resolução.

§ 1º Para derivativo de crédito referenciado a um conjunto de entidades em que a proteção seja integralmente acionada a partir de evento de crédito de qualquer entidade referenciada, deve ser aplicado o FPR correspondente ao somatório dos FPR respectivos à cada entidade do conjunto, nos termos desta Resolução, limitado a 1.250% (mil duzentos e cinquenta por cento).

§ 2º No caso de derivativo de crédito referenciado a mais de uma entidade em que a proteção seja integralmente acionada apenas a partir de mais de um evento de crédito, é facultado excluir do somatório estabelecido no § 1º os menores FPR, em número limitado a quantidade inferior ao número de eventos de crédito que aciona a proteção estabelecida no derivativo de crédito.

§ 3º É considerado título de securitização o derivativo de crédito referenciado a mais de uma entidade em que a proteção seja limitada a um percentual das primeiras perdas e a instituição atua como receptora do risco.

Seção II

Do FPR Aplicado à Prestação de Garantias Fidejussórias

Art. 58. Deve ser aplicado à exposição relativa à prestação de aval, fiança ou qualquer outra modalidade de garantia pessoal o FPR aplicável à operação de crédito com a mesma contraparte, nos termos desta Resolução.

Parágrafo único. Deve ser equiparada à exposição a derivativo de crédito a exposição em que o objeto da garantia inclui mais de uma entidade ou mais de uma operação, quando não coberta a integralidade das perdas.

CAPÍTULO XII

DO FPR APLICADO ÀS EXPOSIÇÕES A FUNDOS DE INVESTIMENTOS

Art. 59. No caso de exposição relativa à aplicação em cota de fundo de investimento, deve ser aplicado:

I - o FPR aplicável à respectiva contraparte, nos termos desta Resolução, quando a exposição ao fundo for identificada ou inferida mediante os procedimentos previstos no arts. 17 e 18; ou

II - o FPR de 1.250% (mil, duzentos e cinquenta por cento), quando:

a) o valor da exposição corresponder ao valor contábil da cota adquirida, na forma do parágrafo único do art. 16 ou do § 6º do art. 18; ou

b) a faculdade estabelecida no § 8º do art. 17 ou no § 4º do art. 18 tiver sido utilizada.

§ 1º É facultado à instituição aplicar FPR de 150% (cento e cinquenta por cento) à parcela das exposições do fundo identificadas na forma do art. 17 das quais se desconhece eventual caracterização como ativo problemático, conforme o art. 24 da Resolução nº 4.557, de 2017, e a regulamentação correspondente aplicável ao conglomerado prudencial Tipo 3, quando cumulativamente:

I - as exposições tratam-se de operação de crédito; e

II - o somatório dessas exposições é inferior a 5% (cinco por cento) do valor nominal total da carteira do fundo.

§ 2º Para instituição enquadrada no S2, no S3, ou no S4, é facultada a aplicação do FPR de 150% (cento e cinquenta por cento) à exposição inferida mediante os procedimentos previstos no art. 18, desde que não esteja prevista a possibilidade de aplicação de FPR superior a 150% (cento e cinquenta por cento).

§ 3º O valor resultante da ponderação a risco da exposição a fundo de investimento identificada ou inferida mediante os procedimentos previstos nos arts. 17 e 18 está limitado ao valor obtido pela aplicação do FPR de 1.250% (mil, duzentos e cinquenta por cento) ao valor contábil das cotas adquiridas.

Art. 60. Às exposições a fundo de investimento não enquadradas no art. 59, deve ser aplicado FPR de 100% (cem por cento), ainda que o fundo de investimento seja integrante de conglomerado prudencial, nos termos da regulamentação específica.

CAPÍTULO XIII

DO FPR APLICADO ÀS EXPOSIÇÕES A PROCESSOS DE SECURITIZAÇÃO

Art. 61. Para aplicação do FPR à exposição a título de securitização, devem ser utilizadas as seguintes definições:

I - ponto de encaixe (A) é o percentual de perdas acumuladas no valor dos ativos subjacentes a partir do qual há redução da remuneração em determinada classe de priorização de pagamento do título de securitização;

II - ponto de desencaixe (D) é o percentual de perdas acumuladas no valor dos ativos subjacentes a partir do qual há perda total do valor de determinada classe de priorização de pagamento do título de securitização; e

III - razão de inadimplência (W) é o percentual dos ativos subjacentes em descumprimento.

Parágrafo único. Os parâmetros A e D devem considerar todos os ativos do processo de securitização que absorvam perdas antes da classe de priorização de pagamento do título de securitização, inclusive fundo de reserva.

Art. 62. O FPR aplicável ao valor da exposição a título de securitização deve corresponder:

I - a 1/F, se $D \leq K_A$, em que:

a) D = ponto de desencaixe; e

b) K_A = capital hipotético ajustado pela inadimplência, de que trata o art. 63;

II - a 1/F * $K_{SSFA(KA)}$, se $A \geq K_A$, em que:

a) A = ponto de encaixe;

b) K_A= capital hipotético ajustado pela inadimplência, de que trata o art. 63; e

c) $K_{SSFA(KA)}$ = capital aplicável à securitização, de que trata o art. 64; ou

III - ao resultado da seguinte fórmula:

$$FPR = \left[\left(\frac{K_A - A}{D - A}\right) * 1/F\right] + \left[\left(\frac{D - K_A}{D - A}\right) * 1/F * K_{SSFA(KA)}\right], \text{ em que:}$$

a) A = ponto de encaixe;

b) D = ponto de desencaixe;

c) K_A = capital hipotético ajustado pela inadimplência, de que trata o art. 63; e

d) $K_{SSFA(KA)}$ = capital aplicável à securitização, de que trata o art. 64.

§ 1º F corresponde ao fator definido no art. 4º da Resolução CMN nº 4.958, de 2021, para os conglomerados Tipo 1 e nos arts. 4º e 11 da Resolução BCB nº 200, de 2022, para os conglomerados Tipo 3.

§ 2º O FPR previsto no caput não deve ser inferior a 25% (vinte e cinco por cento).

§ 3º O FPR de que trata o caput, inciso I, também deve ser aplicado se:

I - os ativos subjacentes do título de securitização não puderem ser completamente identificados;

II - a instituição desconhecer o percentual de ativos subjacentes em descumprimento que correspondam a mais de 5% (cinco por cento) do valor nominal total da carteira do título de securitização; ou

III - o título de securitização estiver associado à ressecuritização.

Art. 63. O capital hipotético ajustado pela inadimplência (K_A) deve corresponder ao resultado da seguinte fórmula:

$$K_A = (1 - W) * K_{SA} + W * 0{,}5, \text{ em que:}$$

I - W = razão de inadimplência; e

II - K_{SA} = capital hipotético, que deve corresponder ao resultado da seguinte fórmula:

$$K_{SA} = (RWA_{HIP} * F)/V, \text{ em que:}$$

a) RWA_{HIP} = montante dos ativos ponderados pelo risco calculado para os ativos subjacentes, nos termos desta Resolução;

b) F = fator definido no art. 4º da Resolução CMN nº 4.958, de 2021, para os conglomerados Tipo 1 e nos arts. 4º e 11 da Resolução BCB nº 200, de 2022, para os conglomerados Tipo 3; e

c) V = valor total da exposição correspondente aos ativos subjacentes calculado nos termos desta Resolução, desconsiderada eventual aplicação de instrumentos mitigadores de risco de crédito.

Parágrafo único. Caso W não possa ser determinado, observado o disposto no art. 62, § 3º, inciso II, K_A deve corresponder ao resultado da seguinte fórmula:

$K_A = \theta * K_A + (1 - \theta) * 1$, em que:

I - θ = razão entre o valor nominal dos ativos subjacentes cuja condição de descumprimento é conhecida pela instituição e o valor nominal total dos ativos subjacentes; e

II - K_A = capital hipotético ajustado pela inadimplência calculado conforme a fórmula estabelecida no caput para os ativos subjacentes cuja condição de descumprimento é conhecida pela instituição.

Art. 64. O capital aplicável à securitização ($K_{SSFA(KA)}$) deve corresponder ao resultado da seguinte fórmula:

$$K_{SSFA(KA)} = \frac{e^{-\frac{1}{K_A}*(D-K_A)} - e^{-\frac{1}{K_A}*\max(A-K_A;0)}}{-\frac{1}{K_A}*(D-K_A-\max(A-K_A;0))}, \text{ em que:}$$

I - e = constante neperiana;

II - K_A = capital hipotético ajustado pela inadimplência, de que trata o art. 63;

III - A = ponto de encaixe; e

IV - D = ponto de desencaixe.

Art. 65. No caso de processo de securitização sintética no qual a instituição atua como transferidora do risco, retendo risco de crédito equivalente à classe sênior, e a contraparte receptora do risco fez um adiantamento que a exime de qualquer obrigação de desembolso futuro nos termos do instrumento associado ao processo de securitização, o FPR aplicável à exposição relativa aos ativos subjacentes deve corresponder ao resultado da seguinte fórmula:

(1 - PP) * FPR_{SEC}, em que:

I - PP = percentual do valor dos ativos subjacentes a que a instituição não está exposta ao risco de crédito; e

II - FPR_{SEC} = FPR relativo a um título de securitização que reproduza o risco de crédito retido pela instituição após o processo de securitização sintética.

§ 1º Para a aplicação do tratamento do caput, o processo de securitização sintética deve atender aos seguintes requisitos:

I - a instituição deve transferir substancialmente o risco de crédito associado aos ativos subjacentes;

II - a transferência do risco de crédito dos ativos subjacentes não pode estar sujeita a restrições ou a condições que modifiquem a parcela de risco transferida, a exemplo de:

a) fixação de condições nas quais a transferência do risco não é aplicável, mesmo na ocorrência de evento de crédito;

b) faculdade de cancelamento do instrumento associado ao processo de securitização sintética em decorrência da deterioração da qualidade do crédito dos ativos subjacentes;

c) obrigatoriedade de substituição dos ativos subjacentes;

d) previsão de aumento do custo da transferência do risco de crédito em decorrência de deterioração da qualidade do crédito dos ativos subjacentes;

e) previsão de aumento da taxa de retorno em decorrência da deterioração da qualidade do crédito dos ativos subjacentes; e

f) possibilidade de provimento de garantias, reais ou fidejussórias de qualquer natureza, aos ativos subjacentes após a transferência substancial do risco de crédito a eles associado;

III - os contratos relativos ao processo de securitização devem ser objeto de parecer jurídico qualificado que sustente a sua exequibilidade em qualquer jurisdição relevante;

IV - os contratos relativos ao processo de securitização não devem prever direito de recompra dos títulos de securitização antes de seu vencimento;

V - o prazo do instrumento associado ao processo de securitização sintética deve ser suficiente para a transferência do risco de crédito dos ativos subjacentes; e

VI - o instrumento associado ao processo de securitização sintética não pode ter por contraparte entidade ligada, com a qual a instituição elabora demonstrações contábeis em bases consolidadas.

§ 2º A transferência substancial do risco de crédito dos ativos subjacentes é verificada pelos mesmos critérios aplicáveis à venda ou à cessão de ativos, conforme regulamentação específica.

CAPÍTULO XIV

DO FPR APLICADO ÀS EXPOSIÇÕES A ATIVOS PROBLEMÁTICOS

Art. 66. Deve ser aplicado o seguinte FPR à exposição caracterizada como ativo problemático nos termos da Resolução nº 4.557, de 2017, e da regulamentação correspondente aplicável ao conglomerado prudencial Tipo 3:

I - 150% (cento e cinquenta por cento), se a respectiva provisão for inferior a 20% (vinte por cento) do saldo devedor relativo à operação de crédito;

II - 100% (cem por cento), nos seguintes casos:

a) se a respectiva provisão for maior ou igual a 20% (vinte por cento) e inferior a 50% (cinquenta por cento) do saldo devedor relativo à operação de crédito; ou

b) a exposição possui garantia de imóvel residencial sem dependência do fluxo de caixa gerado pelo imóvel para o cumprimento da obrigação financeira, independentemente do montante da respectiva provisão; e

III - 50% (cinquenta por cento), se a provisão for maior ou igual a 50% (cinquenta por cento) do saldo devedor relativo à operação de crédito.

Parágrafo único. O saldo devedor mencionado neste artigo deve considerar o valor líquido de baixas contábeis (impairment), realizadas conforme os critérios estabelecidos no Cosif.

CAPÍTULO XV

DAS EXPOSIÇÕES A SEREM LIQUIDADAS EM CONTRAPARTES CENTRAIS

Seção I

Disposições comuns

Art. 67. As exposições a contrapartes centrais, qualificadas ou não, devem seguir as disposições deste artigo e dos arts. 68 a 77, quando relativas aos ativos e operações a seguir discriminadas:

I - a participação em fundo de garantia mutualizado de contraparte central;

II - o aumento de participação em fundo mencionado no inciso I de contraparte central não qualificada, que a instituição assumiu o compromisso de realizá-lo;

III - a operação compromissada, de empréstimo de títulos e valores mobiliários ou com instrumento financeiro derivativo, que componha a carteira da própria instituição, a ser liquidada em contraparte central;

IV - o ativo de titularidade própria disponibilizado como garantia em favor de contraparte central, exceto se esse ativo:

a) está identificado como de titularidade da instituição; e

b) é prontamente restituído à instituição em caso de liquidação, falência ou providência similar da contraparte;

V - a operação compromissada, de empréstimo de títulos e valores mobiliários ou com instrumento financeiro derivativo, realizada em nome de cliente, com intermediação, compensação ou liquidação efetuada em câmara ou prestador desses serviços, na qual uma entidade se interponha como contraparte central, de que trata o art. 4º, inciso VII, consideradas, separadamente:

a) a exposição ao risco de crédito de contraparte em relação ao cliente, consoante art. 4º, § 7º, inciso I; e

b) a exposição ao risco de crédito de contraparte em relação a terceiro, inclusive à contraparte central, exceto quando a instituição não assume obrigações de reembolso ao respectivo cliente, consoante art. 4º, § 7º, inciso II; e

VI - o bem ou direito entregue ou disponibilizado por cliente em razão das operações elencadas no inciso V, exceto quando a instituição não assume quaisquer obrigações, incluindo a de reembolsar o cliente em caso de inadimplemento de terceiros, consoante art. 4º, inciso VIII.

§ 1º Considera-se QCCP a entidade que se interponha como contraparte central, em operações a serem liquidadas em câmaras ou prestadores de serviço de compensação e de liquidação, que atenda às seguintes características:

I - seus sistemas sejam autorizados pelo Banco Central do Brasil, nos termos da Lei nº 10.214, de 2001, e regulamentação específica;

II - esteja sujeita a regulamentação e supervisão consistentes com os princípios estabelecidos pelo CPMI e pela IOSCO; ou

III - seja reconhecida como qualificada pelo Banco Central do Brasil, nos termos da Circular nº 3.772, de 1º de dezembro de 2015.

§ 2º Cabe à instituição documentar o atendimento do disposto no inciso II do § 1º.

§ 3º Não é considerada QCCP:

I - a contraparte central cujo reconhecimento mencionado no inciso III do § 1º já houver sido negado pelo Banco Central do Brasil, nos termos do art. 3º da Circular nº 3.772, de 2015; e

II - as demais contrapartes centrais sediadas na jurisdição em que se encontra autorizada a exercer atividade a entidade de que trata o inciso I deste parágrafo.

§ 4º A instituição pode limitar o valor da parcela RWA_{CPAD} referente ao total de exposições a uma QCCP, inclusive proveniente de participação em fundo mutualizado, ao valor apurado caso a contraparte central não atendesse ao estabelecido no § 1º.

§ 5º As exposições relativas às operações mencionados nos incisos III, IV, V e VI do caput a uma contraparte central que tenha deixado de ser reconhecida como QCCP podem continuar a receber o tratamento previsto nos arts. 69 a 74 pelo período de 90 (noventa) dias corridos.

Seção II

Do FPR Aplicado às Exposições em QCCP

Subseção I

Da Participação em Fundo de Garantia Mutualizado

Art. 68. Para a participação em fundo de garantia mutualizado de QCCP, o valor da ParcDF, de que trata o art. 2º, § 2º, inciso I, deve ser calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ParcDF} = \max\left(12{,}5 \; x \; K_{QCCP} \; x \left[\frac{DF_{próprio}}{DF_{QCCP} + DF_{CM}}\right];\; 2\% \text{ x } DF_{próprio}\right), \text{ em}$$

I - K_{QCCP} = capital regulatório hipotético da QCCP, conforme o disposto no parágrafo único;

II - $DF_{Próprio}$ = valor da participação da instituição no fundo;

III - DF_{QCCP} = valor da participação da QCCP no fundo; e

IV - DF_{CM} = valor total do fundo, deduzido o valor da participação mencionada no inciso III.

Parágrafo único. O K_{QCCP}, informado pela contraparte central, é calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$K_{QCCP} = \sum_i EAD_i \times 20\% \times 8\%, \text{ em que:}$$

EAD_i refere-se à exposição a que a contraparte central está sujeita em decorrência das operações a serem liquidadas perante o membro de compensação "i".

Subseção II

Das Operações em QCCP

Das Operações de Titularidade Própria

Art. 69. Deve ser aplicado FPR de 2% (dois por cento) à exposição relativa à operação de que trata o art. 67, inciso III, realizada diretamente com uma QCCP, a ser liquidada nos sistemas mencionados no art. 67, § 1º.

Art. 70. Deve ser aplicado o seguinte FPR à exposição relativa à operação que componha a carteira da própria instituição, de que trata o art. 67, inciso III, realizada com uma QCCP por meio de instituição financeira não integrante do conglomerado prudencial:

I - 2% (dois por cento), se atendidos cumulativamente os seguintes requisitos:

a) a operação está registrada na QCCP:

1. em nome do titular da operação; ou

2. em nome do membro de compensação, de forma segregada das operações próprias desse membro, no caso de múltiplos clientes em uma única operação;

b) os termos do contrato firmado entre as partes possibilitam a adoção das medidas e dos procedimentos necessários para a tempestiva liquidação ou transferência dos ativos, incluindo eventuais garantias prestadas, na ocorrência de liquidação, falência, providência similar ou inadimplemento de qualquer entidade integrante da cadeia de responsabilidades entre o titular da operação e a QCCP;

c) o titular da operação está protegido de quaisquer perdas decorrentes de liquidação, falência, providência similar ou inadimplemento:

1. de qualquer entidade integrante da cadeia de responsabilidades entre ele e a QCCP; e

2. dos demais clientes, no caso de múltiplos clientes em uma única operação; e

d) o contrato firmado entre as partes tem força jurídica em todos os foros relevantes, inclusive em outras jurisdições nas quais deva ou possa produzir efeitos;

II - 4% (quatro por cento), se atendidos os requisitos de que tratam as alíneas "a", "b" e "d" do inciso I; ou

III - FPR aplicável à instituição financeira contraparte, consoante o capítulo IV deste Título III, nos demais casos.

Das Operações Realizadas em Nome de Clientes

Art. 71. Deve ser aplicado o seguinte FPR à exposição de que trata o art. 67, inciso V, alínea "b":

I - 2% (dois por cento), caso a instituição atue como membro de compensação; ou

II - o estabelecido no art. 70, se atendidos os respectivos requisitos, quando efetuadas por meio de instituição não integrante do conglomerado prudencial.

Parágrafo único. Para fins do disposto no inciso II do caput, considera-se como titular da operação o cliente contratante com a instituição.

Art. 72. Deve ser aplicado o FPR aplicável à contraparte, nos termos desta Resolução, à exposição de que trata o art. 67, inciso V, alínea "a".

Dos Ativos Disponibilizados como Garantia a QCCP

Art. 73. Deve ser aplicado FPR de 2% (dois por cento) à exposição relativa ao bem ou direito, de titularidade própria ou de cliente, entregue ou disponibilizado como garantia a QCCP, de que trata o art. 67, incisos IV e VI, respectivamente, caso a instituição atue como membro de compensação.

Art. 74. Deve ser aplicado o seguinte FPR à exposição relativa ao bem ou direito, de titularidade própria ou de cliente, entregue ou disponibilizado como garantia a QCCP, de que trata o art. 67, incisos IV e VI, respectivamente, por meio de instituição não integrante do conglomerado prudencial:

I - 2% (dois por cento), se atendidos os seguintes requisitos:

a) o bem ou direito entregue ou disponibilizado como garantia está identificado:

1. na QCCP, como disponibilizado pelo titular da operação; ou

2. de forma segregada das operações próprias das entidades integrantes da cadeia de responsabilidades entre os múltiplos clientes e a QCCP, no caso de múltiplos clientes em uma única operação;

b) os termos do contrato firmado entre as partes possibilitam a adoção das medidas e procedimentos necessários para a tempestiva liquidação ou transferência dos ativos transacionados, incluindo eventuais garantias prestadas, na ocorrência de liquidação, falência, providência similar ou inadimplemento de qualquer entidade integrante da cadeia de responsabilidades entre o titular da operação e a QCCP;

c) o titular da operação está protegido de quaisquer perdas em decorrência da liquidação, falência, providência similar ou inadimplemento:

1. de qualquer entidade integrante da cadeia de responsabilidades entre o titular da operação e a QCCP; e

2. dos demais clientes, no caso de múltiplos clientes em uma única operação; e

d) o contrato firmado entre as partes tem força jurídica em todos os foros relevantes, inclusive em outras jurisdições nas quais deva ou possa produzir efeitos;

II - 4% (quatro por cento), se atendidos os requisitos "a", "b" e "d" mencionados no inciso I; ou

III - FPR aplicável à instituição financeira contraparte, consoante o capítulo IV deste Título III, nos demais casos.

Seção III

Do FPR Aplicado às Exposições em CCP Não Qualificada

Art. 75. Deve ser aplicado FPR de 1.250% (mil, duzentos e cinquenta por cento) à exposição relativa à participação em fundo de garantia mutualizado de contraparte central não qualificada, de que trata o art. 67, inciso I.

Parágrafo único. O tratamento de que trata o caput também se aplica ao aumento de participação em fundo de garantia mutualizado de contraparte central não qualificada, contingente e futuro que possa ser exigido pela contraparte central, de que trata o art. 67, inciso II.

Art. 76. Deve ser aplicado o FPR aplicável à instituição financeira contraparte consoante o capítulo IV deste Título III às exposições a contraparte central não qualificada mencionadas no art. 67, incisos III, IV, V, alínea "b", e VI.

Art. 77. Deve ser aplicado o FPR aplicável à contraparte, nos termos desta Resolução, à exposição de que trata o art. 67, inciso V, alínea "a".

CAPÍTULO XVI

DAS DEMAIS EXPOSIÇÕES

Art. 78. Na apuração da parcela RWA_{CPAD} relativa a bem ou direito entregue ou disponibilizado pela instituição a terceiros, inclusive em razão da constituição de garantias de que trata o art. 4º, inciso X, devem ser ponderadas a risco, concomitantemente:

I - a exposição relativa ao elemento patrimonial registrado no ativo da instituição, multiplicada pelo FPR correspondente; e

II - a exposição não contabilizada no balanço patrimonial de que trata o art. 21, § 6º, inciso IV, multiplicada pelo maior FPR, entre os relacionados à sua restituição.

Art. 79. Deve ser aplicado FPR de 0% (zero por cento) às seguintes exposições:

I - aplicação em ouro ativo financeiro ou instrumento cambial, bem como exposição ao ativo objeto representado pelo ouro ativo financeiro ou instrumento cambial; e

II - adiantamento de contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC) ou ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop).

Art. 80. Deve ser aplicado FPR de 20% (vinte por cento) às exposições relativas:

I - a direitos resultantes da novação das dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), de que trata a Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000; e

II - a operações com pessoa jurídica de direito privado não financeira integrante do mesmo sistema cooperativo, quando realizadas por cooperativa singular, cooperativa central, confederação ou banco cooperativo.

Art. 81. Deve ser aplicado FPR de 50% (cinquenta por cento):

I - às exposições de crédito ao FGC ou ao FGCoop; e

II - às exposições relativas às operações de crédito a serem amortizadas com base nos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), conforme previsto no inciso XV do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, incluído pela Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, desde que atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:

a) as operações de crédito devem estar em conformidade com as disposições previstas no Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, e na regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica;

b) os direitos creditórios devidos pela CDE à Conta-Covid devem ser cedidos fiduciariamente ou empenhados em favor da instituição credora; e

c) as quotas da CDE, especificas para a amortização das operações de crédito, devem ser majoradas para a constituição de reserva de liquidez equivalente a no mínimo 10% (dez por cento) da soma do principal, encargos financeiros e demais custos administrativos relacionados à operação.

Art. 82. Deve ser aplicado FPR de 100% (cem por cento) às exposições a créditos tributários de diferenças temporárias que não dependem de lucratividade futura para seu aproveitamento durante o funcionamento da instituição.

Art. 83. Deve ser aplicado FPR de 250% (duzentos e cinquenta por cento) às exposições relativas aos créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependem de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização, não deduzidos no cálculo do PR, mencionados no art. 8º, § 8º, da Resolução CMN nº 4.955, de 2021, ou no art. 7º, § 7º, da Resolução BCB 199, de 2022.

Art. 84. Deve ser aplicado FPR de 300% (trezentos por cento) às exposições relativas aos créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro líquido (CSLL), não deduzidos no cálculo do PR, conforme o disposto na Resolução CMN nº 4.955, de 2021, e na Resolução BCB nº 199, de 2022.

TÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 85. Às exposições relativas a participações societárias ou a instrumentos de dívida subordinada, conforme disposto nos arts. 43 e 44, o FPR deve ser aplicado conforme o cronograma a seguir:

I - quanto às participações societárias de que trata o art. 43, inciso I:

a) até 31 de dezembro de 2023, 100% (cem por cento);

b) até 31 de dezembro de 2024, 160% (cento e sessenta por cento);

c) até 31 de dezembro de 2025, 220% (duzentos e vinte por cento);

d) até 31 de dezembro de 2026, 280% (duzentos e oitenta por cento);

e) até 31 de dezembro de 2027, 340% (trezentos e quarenta por cento); e

f) a partir de 1º de janeiro de 2028, o FPR determinado nos termos desta Resolução; e

II - quanto às participações societárias de que trata o art. 43, inciso III:

a) até 31 de dezembro de 2023, 100% (cem por cento);

b) até 31 de dezembro de 2024, 130% (cento e trinta por cento);

c) até 31 de dezembro de 2025, 160% (cento e sessenta por cento);

d) até 31 de dezembro de 2026, 190% (cento e noventa por cento);

e) até 31 de dezembro de 2027, 220% (duzentos e vinte por cento); e

f) a partir de 1º de janeiro de 2028, o FPR determinado nos termos desta Resolução.

Art. 86. Deve permanecer aplicado FPR de 50% (cinquenta por cento) às exposições relativas a financiamentos para a construção de imóveis, desde que:

I - garantidos por alienação fiduciária ou por hipoteca, em primeiro grau, e adotado o instituto do patrimônio de afetação, de que trata a Lei nº 4.591, de 1964; e

II - contratados ou adquiridos até 31 de dezembro de 2023.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

Art. 87. Deve ser encaminhado ao Banco Central do Brasil, na forma por ele estabelecida, relatório detalhando a apuração da parcela RWA_{CPAD}.

Parágrafo único. As informações utilizadas para a apuração da parcela RWA_{CPAD} devem ser mantidas à disposição do Banco Central do Brasil pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Art. 88. Ficam revogadas:

I - a Circular nº 3.644, 4 de março de 2013;

II - a Circular nº 3.848, de 18 de setembro de 2017; e

III - a Circular nº 3.904, de 6 de junho de 2018.

Parágrafo único. As referências à Circular nº 3.644, de 2013, passam a ter como referência esta Resolução.

Art. 89. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

OTÁVIO RIBEIRO DAMASO
Diretor de Regulação

ANEXO I À RESOLUÇÃO BCB Nº 229, DE 12 DE MAIO DE 2022

Estabelece os procedimentos para o cálculo do valor da exposição relativa ao risco de crédito de contraparte decorrente de operações com instrumentos financeiros derivativos por meio da Abordagem SA-CCR.

CAPÍTULO I

DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Art. 1º Este Anexo dispõe sobre os procedimentos para o cálculo do valor da exposição relativa ao risco de crédito de contraparte de operações com instrumentos financeiros derivativos por meio da Abordagem SA-CCR.

CAPÍTULO II

DAS DEFINIÇÕES E CLASSIFICAÇÕES

Seção I

Do Valor da Exposição

Art. 2º O valor total da exposição relativa ao risco de crédito de uma determinada contraparte, decorrente de operações com instrumentos financeiros derivativos, deve ser igual ao somatório da exposição apurada para cada conjunto de compensação, calculada de acordo com o disposto no art. 3º deste Anexo.

Art. 3º O valor da exposição para cada conjunto de compensação deve ser calculado da seguinte forma:

$EXP = 1{,}4 * (RC + GPF)$, em que:

I - RC = valor de reposição; e

II - GPF = ganho potencial futuro.

§ 1º Um conjunto de compensação é composto por instrumentos financeiros derivativos transacionados com a mesma contraparte, sujeitos a um mesmo acordo bilateral para compensação e liquidação de obrigações que satisfaça as condições estabelecidas no art. 13 da Circular nº 3.809, de 25 de agosto de 2016.

§ 2º O instrumento financeiro derivativo não incluído em acordo bilateral para compensação e liquidação de obrigações é tratado como um conjunto de compensação composto por um único instrumento.

§ 3º Os valores, nocionais e de mercado, denominados ou indexados em moeda estrangeira são convertidos em moeda nacional com base na taxa de câmbio da data da apuração do valor da exposição.

Art. 4º O RC relativo a um conjunto de compensação composto por instrumentos financeiros derivativos transacionados sem margem de variação deve ser calculado da seguinte forma:

$RC = Max \{V - C; 0\}$, em que:

I - V = soma dos valores de mercado dos instrumentos financeiros derivativos; e

II - C = valor líquido dos colaterais financeiros calculado na forma estabelecida no art. 5º, §§ 1º e 3º, deste Anexo.

Parágrafo único. Para efeitos deste Anexo, margem de variação corresponde ao valor dos colaterais financeiros constituídos com a finalidade de proteger a instituição e a contraparte da flutuação do valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos.

Art. 5º O RC relativo a um conjunto de compensação composto por instrumentos financeiros derivativos transacionados com margem de variação deve ser calculado da seguinte forma:

$RC = Max \{V - C; THMTA - NICA; 0\}$, em que:

I - V = conforme definido no art. 4º, inciso I, deste Anexo;

II - C = valor líquido dos colaterais financeiros, incluídos aqueles constituídos como margem de variação;

III - THMTA = valor máximo dos resultados financeiros acumulados que não provoca a constituição adicional de margem de variação pela contraparte; e

IV - NICA = valor líquido dos colaterais financeiros constituídos, exceto aqueles constituídos como margem de variação.

§ 1º O C é calculado da seguinte forma:

$C = \Sigma\ C_{rec}\ (1 - H_c - H_{fx}) - \Sigma\ C_{dep}\ (1 + H_c)$, em que:

I - C_{rec} = valor de mercado do colateral financeiro constituído pela contraparte em favor da instituição, inclusive quando constituído como margem de variação;

II - H_c = fator de ajuste padronizado, de que trata o art. 9º, inciso V e § 2º, da Circular nº 3.809, de 2016, associado ao colateral financeiro constituído como C_{rec} ou C_{dep};

III - H_{fx} = fator de ajuste padronizado, de que trata o art. 9º, inciso VI e § 1º, da Circular nº 3.809, de 2016, associado ao descasamento de moedas em que são denominados ou indexados a exposição e o colateral financeiro; e

IV - C_{dep} = valor de mercado do colateral financeiro constituído pela instituição em favor da contraparte, inclusive quando constituído como margem de variação.

§ 2º O NICA é calculado da seguinte forma:

$NICA = \Sigma\ ICA_{rec}\ (1 - H_c - H_{fx}) - \Sigma\ ICA_{dep}\ (1 + H_c)$, em que:

I - ICA_{rec} = valor de mercado do colateral financeiro constituído pela contraparte em favor da instituição;

II - ICA_{dep} = valor de mercado do colateral financeiro constituído pela instituição em favor da contraparte;

III - H_c = fator de ajuste padronizado, de que trata o art. 9º, inciso V e § 2º, da Circular nº 3.809, de 2016, associado ao colateral financeiro constituído como ICA_{rec} ou ICA_{dep}; e

IV - H_{fx} = conforme definido no § 1º, inciso III.

§ 3º Na apuração do C_{dep} e do ICA_{dep} não são considerados os colaterais financeiros que serão prontamente restituídos à instituição em caso de liquidação ou falência da contraparte.

§ 4º As transações ocorridas em mercado de balcão, em que apenas a instituição constitui margem de variação, são tratadas como sem margem de variação.

§ 5º No cálculo do valor total da exposição relativa ao risco de crédito de determinada contraparte, o uso de colaterais financeiros deve atender as disposições contidas na Circular nº 3.809, de 2016.

Art. 6º A instituição pode limitar o valor da exposição relativo a um conjunto de compensação composto por instrumentos financeiros derivativos transacionados com margem de variação ao valor da exposição apurado como se os instrumentos financeiros derivativos tivessem sido transacionados sem margem.

Art. 7º A instituição pode igualar a zero o valor da exposição relativa ao lançamento de uma opção transacionada sem margem de variação, em que o respectivo prêmio tenha sido liquidado e a opção forme um conjunto de compensação composto unicamente por ela.

Art. 8º O valor da exposição relativa ao risco de crédito de contraparte de um conjunto composto unicamente por um swap de crédito transacionado sem margem de variação pode se limitar, a critério da instituição, ao valor do prêmio a liquidar, no caso da instituição atuar como receptora do risco.

Parágrafo único. Para efeitos do caput, a instituição pode retirar um derivativo de crédito de um conjunto de compensação e tratá-lo como se transacionado sem margem de variação.

Seção II

Das Classes de Ativos

Art. 9º Para o cálculo do valor do GPF, os instrumentos financeiros derivativos devem ser classificados em pelo menos uma das seguintes classes de ativos:

I - taxa de juros;

II - taxa de câmbio;

III - crédito;

IV - ações; ou

V - mercadorias (commodities).

§ 1º A classificação de instrumentos financeiros derivativos em uma classe de ativos é realizada a partir dos respectivos fatores de risco primários.

§ 2º Para efeito deste Anexo, fator de risco primário corresponde à variável que determina o valor de mercado do ativo subjacente do instrumento financeiro derivativo.

§ 3º Na determinação do fator de risco primário do instrumento financeiro derivativo que possua mais de um fator de risco, é considerado aquele ao qual o valor de mercado do instrumento apresenta maior sensibilidade, segundo metodologia consistente e passível de verificação.

§ 4º O Banco Central do Brasil pode requerer que instrumentos financeiros derivativos sejam classificados simultaneamente em mais de uma classe de ativos.

Seção III

Dos Conjuntos de Transações Compensáveis

Art. 10. Para o cálculo do GPF, os instrumentos financeiros derivativos devem ser alocados em conjuntos de transações compensáveis, classificados nas seguintes categorias, de acordo com as classes de ativos a que pertençam:

I - conjuntos de transações compensáveis de base;

II - conjuntos de transações compensáveis de volatilidade; e

III - conjuntos de transações compensáveis regulares.

§ 1º Um conjunto de transações compensáveis de base é formado por instrumentos financeiros derivativos que possuam:

I - os respectivos fluxos de caixa dependentes de dois fatores de risco distintos pertencentes à mesma classe de ativos; e

II - as respectivas posições ativas e passivas denominadas na mesma moeda.

§ 2º Cada conjunto de que trata o § 1º é formado por instrumentos financeiros derivativos que possuam o mesmo par de fatores de risco.

§ 3º Os conjuntos de transações compensáveis de volatilidade e de transações compensáveis regulares são formados por instrumentos financeiros derivativos de acordo com as seguintes condições para cada classe de ativos:

I - taxa de juros: um conjunto para cada moeda a que se referenciem os instrumentos financeiros derivativos;

II - taxa de câmbio: um conjunto para cada par de moedas a que se referenciem os instrumentos financeiros derivativos;

III - crédito: um único conjunto;

IV - ações: um único conjunto; e

V - mercadorias: um conjunto para cada uma de quatro categorias:

a) energia;

b) metal;

c) agrícola; e

d) outras mercadorias.

§ 4º Os conjuntos de transações compensáveis de volatilidade são formados por instrumentos financeiros derivativos que se referenciem à volatilidade de pelo menos um fator de risco.

§ 5º Os conjuntos de transações compensáveis regulares são formados por instrumentos financeiros derivativos que não sejam classificados nos conjuntos de transações compensáveis de base nem nos conjuntos de transações de volatilidade.

§ 6º Cada instrumento financeiro derivativo pode compor apenas um conjunto de transações compensáveis, exceto na situação prevista no art. 9º, § 4º, deste Anexo.

Seção IV

Do Cálculo do GPF

Art. 11. O GPF deve ser calculado conforme a seguinte fórmula:

GPF = Multiplicador * VAA, em que:

$$\text{I - Multiplicador} = Min\left\{1;\ 0{,}05 + 0{,}95 * exp\left(\frac{V-C}{2*0{,}95*VAA}\right)\right\}, \text{em que:}$$

a) V = soma dos valores de mercado dos instrumentos financeiros derivativos; e

b) C = valor líquido dos colaterais financeiros, calculado na forma estabelecida no art. 5º, §§ 1º e 3º, deste Anexo; e

II - VAA = valor adicional agregado.

Parágrafo único. O VAA é calculado por meio da seguinte fórmula:

$$VAA = \sum VA^{(\text{classe do ativo})}, \text{em que } VA^{(\text{classe do ativo})} \text{ corresponde ao valor adicional relativo aos instrumentos financeiros derivativos de determinada classe de ativos.}$$

CAPÍTULO III

DO CÁLCULO DO VALOR ADICIONAL DAS CLASSES DE ATIVOS

Seção I

Do Valor Adicional da Classe Taxa de Juros

Art. 12. O valor adicional relativo aos instrumentos financeiros derivativos da classe taxa de juros (VA^{juros}) deve ser igual ao somatório do valor adicional relativo (VA) apurado para cada conjunto de transações compensáveis, conforme a seguinte fórmula:

$VA^{juros} = \Sigma$ VA

§ 1º O VA é calculado por meio da seguinte fórmula:

VA = FS * VN, em que:

I - FS = fator de ajuste relativo ao conjunto de transações compensáveis; e

II - VN = valor nocional relativo ao conjunto de transações compensáveis.

§ 2º O FS corresponde a:

I - 0,5% (cinco décimos por cento), para conjuntos de transações compensáveis regulares;

II - 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), para conjuntos de transações compensáveis de base; ou

III - 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento), para conjuntos de transações compensáveis de volatilidade.

§ 3º O VN é calculado por meio da seguinte fórmula:

$$VN = [(VNE_1)^2 + (VNE_2)^2 + (VNE_3)^2 + 1{,}4 * VNE_1 * VNE_2 + 1{,}4 * VNE_2 * VNE_3 + 0{,}6 * VNE_1 * VNE_3]^{1/2}, \text{em que:}$$

VNE_k é igual ao valor nocional efetivo referente ao conjunto de transações compensáveis e à categoria de maturidade "k".

§ 4º A categoria de maturidade "k" é determinada de acordo com o prazo remanescente do instrumento financeiro derivativo, sendo igual a:

I - 1 (um), se o prazo remanescente for menor que 1 (um) ano;

II - 2 (dois), se o prazo remanescente for igual ou maior que um ano, e menor que 5 (cinco) anos; ou

III - 3 (três), se o prazo remanescente for igual ou maior que 5 (cinco) anos.

§ 5º O VNE_k é calculado por meio da seguinte fórmula:

$VNE_k = \Sigma\ \delta * VNA * MF$, em que:

I - δ = delta padronizado relativo ao instrumento financeiro derivativo, definido no art. 19 deste Anexo;

II - VNA = valor nocional ajustado, relativo ao instrumento financeiro derivativo de maturidade "k"; e

III - MF = fator de maturidade relativo ao instrumento financeiro derivativo, calculado na forma definida no art. 20 deste Anexo.

§ 6º O VNA é calculado por meio da seguinte fórmula:

VNA = DS * VN, em que:

I - DS = maturidade padronizada relativa ao instrumento financeiro derivativo, calculado na forma definida no art. 21 deste Anexo; e

II - VN = valor nocional do instrumento financeiro derivativo, observado o disposto no art. 22 deste Anexo.

§ 7º O prazo remanescente do instrumento financeiro derivativo de que trata § 4º corresponde ao período compreendido entre a data da apuração e:

I - a data de vencimento do instrumento;

II - a data de vencimento do instrumento financeiro derivativo subjacente, caso o instrumento financeiro derivativo transacionado seja uma opção; ou

III - a próxima data de pagamento da exposição, se houver previsão de liquidação em datas previamente estabelecidas, desde que o valor de mercado do instrumento financeiro derivativo transacionado se iguale a zero nesta data.

Seção II

Do Valor Adicional da Classe Taxa de Câmbio

Art. 13. O valor adicional relativo aos instrumentos financeiros derivativos da classe taxa de câmbio ($VA^{câmbio}$) deve ser igual ao somatório do valor adicional relativo (VA) apurado para cada conjunto de transações compensáveis, conforme a seguinte fórmula:

$VA^{câmbio} = \Sigma$ VA

§ 1º O VA é calculado por meio da seguinte fórmula:

VA = FS * | VNE |, em que:

I - | VNE |= valor absoluto do valor nocional efetivo relativo ao conjunto de transações compensáveis; e

II - FS= fator de ajuste relativo ao conjunto de transações compensáveis.

§ 2º O FS corresponde a:

I - 4% (quatro por cento), para conjuntos de transações compensáveis regulares; ou

II - 20% (vinte por cento), para conjuntos de transações compensáveis de volatilidade.

§ 3º O VNE é igual ao somatório do valor apurado para cada instrumento financeiro derivativo, conforme a seguinte fórmula:

VNE = $\Sigma\ \delta * VNA * MF$, em que:

I - δ = delta padronizado relativo ao instrumento financeiro derivativo, definido no art. 19 deste Anexo;

II - VNA = valor nocional ajustado, relativo ao instrumento financeiro derivativo; e

III - MF = fator de maturidade relativo ao instrumento financeiro derivativo "i", calculado na forma definida no art. 20 deste Anexo.

§ 4º O VNA corresponde ao:

I - valor nocional da posição denominada ou indexada em moeda estrangeira convertida para a moeda nacional, conforme disposto no art. 3º, § 3º, deste Anexo, caso o instrumento financeiro derivativo apresente apenas uma posição denominada ou indexada em moeda estrangeira; ou

II - maior valor dos valores nocionais relativos às duas posições, convertidos em moeda nacional, conforme disposto no art. 3º, § 3º, deste Anexo, caso o instrumento financeiro derivativo apresente as duas posições denominadas ou indexadas em moedas estrangeiras.

§ 5º Na determinação de VNA, deve ser observado o disposto no art. 22 deste Anexo.

Seção III

Do Valor Adicional da Classe Crédito

Art. 14. O valor adicional para os instrumentos financeiros derivativos da classe crédito ($VA^{crédito}$) deve ser igual ao somatório do valor adicional relativo (VA) apurado para cada conjunto de transações compensáveis, conforme a seguinte fórmula:

$VA^{crédito} = \Sigma$ VA

§ 1º O VA é calculado por meio da seguinte fórmula:

$$VA = [\ (\sum_t \rho_t * VA_t)^2 + \sum_t (1 - \rho_t^2) * (VA_t)^2]^{1/2}, \text{em que:}$$

I - VA_t = valor adicional relativo aos instrumentos financeiros derivativos referenciados à entidade "t" e que componham o conjunto de transações compensáveis; e

II - $\rho\tau$ = fator de correlação relativo aos instrumentos financeiros derivativos de crédito relacionados à entidade "t".

§ 2º O fator $\rho\tau$ corresponde a:

I - 50% (cinquenta por cento), caso a entidade "t" seja pessoa jurídica; ou

II - 80% (oitenta por cento), caso a entidade "t" seja representada por um índice de crédito.

§ 3º O VA_t é calculado por meio da seguinte fórmula:

VA_t = VNE * FS, em que:

I - VNE = valor nocional efetivo relativo aos instrumentos financeiros derivativos referenciados a uma entidade e que componham o conjunto de transações compensáveis; e

II - FS = fator de ajuste relativo à entidade e ao conjunto de transações compensáveis.

§ 4º O FS, para um conjunto de transações compensáveis regulares e para uma entidade pessoa jurídica, corresponde a:

I - 0,54% (cinquenta e quatro centésimos por cento), caso a entidade:

a) tenha emitido ações que estejam incluídas em índices relevantes de bolsa de valores sujeita a regulação e supervisão governamental; ou

b) esteja associada a um Fator de Ponderação de Risco (FPR) menor ou igual a 85% (oitenta e cinco por cento), de acordo com o disposto nesta Resolução; ou

II - 6% (seis por cento), nos demais casos.

§ 5º O FS, para um conjunto de transações compensáveis de base e para uma entidade pessoa jurídica, corresponde a:

I - 0,27% (vinte e sete centésimos por cento), caso a entidade satisfaça pelo menos uma das condições dispostas no § 4º, inciso I; ou

II - 3% (três por cento), caso a entidade não satisfaça nenhuma das condições dispostas no § 4º, inciso I.

§ 6º O FS, para um conjunto de transações compensáveis de volatilidade e para uma entidade pessoa jurídica, corresponde a:

I - 2,7% (dois inteiros e sete décimos por cento), caso a entidade satisfaça pelo menos uma das condições dispostas no § 4º, inciso I; ou

II - 30% (trinta por cento), caso a entidade não satisfaça nenhuma das condições dispostas no § 4º, inciso I.

§ 7º O FS, para um conjunto de transações compensáveis e para uma entidade representada por um índice de crédito, corresponde ao resultado da seguinte fórmula:

FS = ($\Sigma t\ \alpha\tau * FS_t$) * μ, em que:

I - $\alpha\tau$ = participação relativa da entidade "t", pessoa jurídica, no índice de crédito;

II - FS_t = fator de ajuste associado à entidade "t", pessoa jurídica, apurado de acordo com o disposto no § 4º; e

III - μ = multiplicador associado ao conjunto de transações compensáveis, correspondente a:

a) 1 (um), para conjuntos de transações compensáveis regulares;

b) 0,5 (cinco décimos), para os conjuntos de transações compensáveis de base; ou

c) 5 (cinco), para os conjuntos de transações compensáveis de volatilidade.

§ 8º A fórmula disposta no § 7º para apuração de FS pode ser substituída pela seguinte fórmula:

FS = 0,0106 * μ

§ 9º O VNE é igual ao somatório do valor apurado para cada instrumento financeiro derivativo, por entidade, conforme a seguinte fórmula:

VNE = $\Sigma\ \delta$ * VNA * MF, em que:

I - δ = delta padronizado relativo ao instrumento financeiro derivativo, definido no art. 19;

II - VNA = valor nocional ajustado do instrumento financeiro derivativo referenciado à entidade; e

III - MF = fator de maturidade relativo ao instrumento financeiro derivativo, calculado na forma definida no art. 20 deste Anexo.

§ 10. O VNA_t é calculado por meio da seguinte fórmula:

VNA_t = DS * VN_t, em que:

I - DS = maturidade padronizada relativa ao instrumento financeiro derivativo referenciado à entidade "t", calculada na forma definida no art. 21 deste Anexo; e

II - VN_t = valor nocional do instrumento financeiro derivativo referenciado à entidade "t", observando-se o disposto no art. 22 deste Anexo.

Seção IV

Do Valor Adicional da Classe Ações

Art. 15. O valor adicional relativo aos instrumentos financeiros derivativos da classe ações ($VA^{ações}$) deve ser igual ao somatório do valor adicional relativo (VA) apurado para cada conjunto de transações compensáveis, conforme a seguinte fórmula:

$VA^{ações} = \Sigma$ VA

§ 1º O VA é calculado por meio da seguinte fórmula:

$$VA = [(\sum_t \rho_t * VA_t)^2 + \sum_t (1- \rho_t^2) * (VA_t)^2]^{1/2}, \text{ em que:}$$

I - VA_t = valor adicional relativo aos instrumentos financeiros derivativos referenciados à entidade "t" e que componham o conjunto de transações compensáveis; e

II - $\rho\tau$ = fator de correlação para os instrumentos financeiros derivativos relativos à entidade "t".

§ 2º O fator $\rho\tau$ corresponde a:

I - 50% (cinquenta por cento), caso a entidade "t" seja pessoa jurídica; ou

II - 80% (oitenta por cento), caso a entidade "t" seja representada por um índice de ações.

§ 3º O VA_t é calculado por meio da seguinte fórmula:

VA_t = VNE * FS, em que:

I - VNE = valor nocional efetivo relativo aos instrumentos financeiros derivativos referenciados a uma determinada entidade e que componham o conjunto de transações compensáveis; e

II - FS = fator de ajuste relativo à entidade e ao conjunto de transações compensáveis.

§ 4º O FS, para um conjunto de transações compensáveis regulares e para uma entidade, corresponde a:

I - 32% (trinta e dois por cento), caso a entidade seja pessoa jurídica; ou

II - 20% (vinte por cento), caso a entidade seja representada por um índice de ações.

§ 5º O FS, para um conjunto de transações compensáveis de base e para a entidade, corresponde a:

I - 16% (dezesseis por cento), caso a entidade seja pessoa jurídica; ou

II - 10% (dez por cento), caso a entidade seja representada por um índice de ações.

§ 6º O FS, para o conjunto de transações compensáveis de volatilidade e para a entidade, corresponde a:

I - 160% (cento e sessenta por cento), caso a entidade seja pessoa jurídica; ou

II - 100% (cem por cento), caso a entidade seja representada por um índice de ações.

§ 7º O VNE é igual ao somatório do valor apurado para cada instrumento financeiro derivativo, por entidade, conforme a seguinte fórmula:

VNE = $\Sigma\ \delta$ * VNA * MF, em que:

I - δ = delta padronizado relativo ao instrumento financeiro derivativo, definido no art. 19 deste Anexo;

II - VNA = valor nocional ajustado do instrumento financeiro derivativo referenciado à entidade; e

III - MF = fator de maturidade relativo ao instrumento financeiro derivativo, calculado na forma definida no art. 20 deste Anexo.

§ 8º O VNA do instrumento financeiro derivativo é calculado da seguinte forma:

I - para instrumento que componha um conjunto de transações compensáveis regular ou de base:

VNA = P * N, em que:

a) P = preço de mercado de uma unidade da ação emitida por uma entidade, calculado de acordo com o disposto na Circular nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002, e na Resolução nº 4.277, de 31 de outubro de 2013; e

b) N = número de unidades da ação emitida pela entidade, relativo ao instrumento financeiro derivativo e que compõe o conjunto de compensação; e

II - para instrumento que componha um conjunto de transações compensáveis de volatilidade:

VNA = VR * CN, em que:

a) VR = indicador de volatilidade da ação ou do índice de ações; e

b) CN = valor nocional contratado relativo à ação ou ao índice de ações.

§ 9º Na determinação de VNA, deve ser observado o disposto no art. 22 deste Anexo.

Seção V

Do Valor Adicional da Classe Mercadorias

Art. 16. O valor adicional relativo aos instrumentos financeiros derivativos da classe mercadorias (VA^{comm}) deve ser igual ao somatório do valor adicional relativo (VA) apurado para cada conjunto de transações compensáveis, conforme a seguinte fórmula:

$VA^{comm} = \Sigma$ VA

§ 1º O VA é calculado por meio da seguinte fórmula:

$VA = [(0,4 * \sum_v VA_v)^2 + 0,84 * \sum_v VA_v^2]^{1/2}$, em que VA_v é igual ao valor adicional relativo aos instrumentos financeiros derivativos referenciados às mercadorias do tipo "v" e que componham o conjunto de transações compensáveis.

§ 2º O VAv é calculado por meio da seguinte fórmula:

VA_v = VNE * FS, em que:

I - VNE = valor nocional efetivo relativo aos instrumentos financeiros derivativos referenciados às mercadorias do tipo "v" e que componham o conjunto de transações compensáveis; e

II - FS = fator de ajuste relativo ao tipo de mercadorias que componham o conjunto de transações compensáveis.

§ 3º O FS, para conjuntos de transações compensáveis regulares, corresponde a:

I - 40% (quarenta por cento), para o tipo de mercadoria energia elétrica; ou

II - 18% (dezoito por cento), para os demais tipos de mercadorias.

§ 4º O FS, para conjuntos de transações compensáveis de base, corresponde a:

I - 20% (vinte por cento), para o tipo de mercadoria energia elétrica; ou

II - 9% (nove por cento), para os demais tipos de mercadorias.

§ 5º O FS, para conjuntos de transações compensáveis de volatilidade, corresponde a:

I - 200% (duzentos por cento), para o tipo de mercadoria energia elétrica; ou

II - 90% (noventa por cento), para os demais tipos de mercadorias.

§ 6º O VNE é igual ao somatório do valor apurado para cada instrumento financeiro derivativo, por tipo de mercadoria, conforme a seguinte fórmula:

VNE = $\Sigma\ \delta$ * VNA * MF, em que:

I - δ = delta padronizado relativo ao instrumento financeiro derivativo, definido no art. 19;

II - VNA = valor nocional ajustado do instrumento financeiro derivativo, do tipo de mercadoria que compõe o conjunto de transações compensáveis; e

III - MF = fator de maturidade relativo ao instrumento financeiro derivativo, calculado na forma definida no art. 20.

§ 7º O VNA do instrumento financeiro derivativo é calculado da seguinte forma:

I - para instrumento que componha um conjunto de transações compensáveis regular ou de base:

VNA = P * N, em que:

a) P = preço de mercado de uma unidade da mercadoria, calculado de acordo com o disposto na Circular nº 3.082, de 2002, e na Resolução nº 4.277, de 2013; e

b) N = número de unidades da mercadoria, relativo ao instrumento financeiro derivativo que compõe o conjunto de compensação; e

II - para instrumento que componha um conjunto de transações compensáveis de volatilidade:

VNA = VR * CN, em que:

a) VR = indicador de volatilidade relativa à mercadoria; e

b) CN = valor nocional contratado relativo à mercadoria.

§ 8º Na determinação de VNA, deve ser observado o disposto no art. 22 deste Anexo.

CAPÍTULO IV

DOS MÚLTIPLOS ACORDOS DE MARGENS

Art. 17. A exposição relativa ao conjunto de compensação associado a múltiplos acordos de margens deve ser calculada conforme a seguinte fórmula:

EXP = $\Sigma\ EXP_{sub}$, em que EXP_{sub} é igual à exposição associada a um subconjunto formado por instrumentos financeiros derivativos cobertos por apenas um desses acordos.

Parágrafo único. O valor de EXP_{sub} é apurado de acordo com o estabelecido no art. 3º deste Anexo.

Art. 18. Caso a instituição tenha firmado um acordo de margem que tenha dois ou mais conjuntos de compensação, a exposição associada a esses conjuntos deve ser calculada da seguinte forma:

EXP = 1,4 * (RC_{dcc} + GPF_{dcc}), em que:

I - RC_{dcc} = valor de reposição relativo aos conjuntos de compensação abrangidos pelo acordo de compensação; e

II - GPF_{dcc} = ganho potencial futuro relativo aos conjuntos de compensação abrangidos pelo acordo de compensação.

§ 1º O RC_{dcc} é calculado por meio da seguinte fórmula:

$$RC_{dcc} = \max \{\Sigma cc \max \{V_{cc} ; 0\} - \max \{C_{am}; 0\};0\} + \max \{\Sigma cc \min \{ V_{cc} ; 0\} - \min \{C_{am}; 0\}; 0\}, \text{ em que:}$$

I - V_{cc} = valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos que compõem um dos conjuntos de compensação cobertos pelo acordo; e

II - C_{am} = valor líquido dos colaterais financeiros relativos a todos os conjuntos de compensação cobertos pelo acordo, calculado na forma estabelecida no art. 5º, §§ 1º e 3º, deste Anexo.

§ 2º O GPF_{dcc}, é calculado da seguinte forma:

$GPF_{dcc} = \Sigma\ GPF_{cc}$, em que GPF_{cc} é igual ao ganho potencial futuro relativo a um dos conjuntos de compensação cobertos pelo acordo.

§ 3º Caso o C_{am} seja igual ou menor que GPF_{dcc}, calculado como disposto no § 2º, o GPF_{cc} deve ser apurado como se fosse composto por instrumentos financeiros derivativos transacionados sem depósitos de margem, devendo o GPF_{dcc} ser recalculado.

CAPÍTULO V

DOS PARÂMETROS PADRONIZADOS

Seção I

Do Delta Padronizado

Art. 19. O delta padronizado relativo ao instrumento financeiro derivativo (δ) deve corresponder:

I - no caso de opção de compra, ao resultado da seguinte fórmula:

$$a)\ \delta = \phi\left(\frac{ln\left((P+\lambda_j)/(K+\lambda_j)\right)+0,5*\sigma^2*T}{\sigma*\sqrt{T}}\right), \text{ para posição comprada, em que:}$$

1. Φ = função de distribuição normal padrão acumulada;

2. P = preço de mercado do ativo subjacente da opção;

3. K = preço de exercício da opção;

4. $\lambda\varphi$ = menor valor a ser adicionado no contexto de taxas de juros nulas ou negativas, caso a razão P/K seja não positiva, devendo ser aplicado a todas as opções da classe taxa de juros, denominadas na moeda "j";

5. T = período até a última data em que for possível o exercício da opção; e

6. σ = volatilidade padronizada associada à opção, definida no parágrafo único; ou

$$b)\ \delta = -\phi\left(\frac{ln\left((P+\lambda_j)/(K+\lambda_j)\right)+0,5*\sigma^2*T}{\sigma*\sqrt{T}}\right), \text{ para posição vendida, observado o disposto no art. 7º deste Anexo;}$$

II - no caso de opção de venda, ao resultado da seguinte fórmula:

a) $\delta = -\phi\left(-\frac{ln((P+\lambda_j)/(K+\lambda_j))+0{,}5*\sigma^2*T}{\sigma*\sqrt{T}}\right)$, para posição comprada; ou

b) $\delta = \phi\left(-\frac{ln((P+\lambda_j)/(K+\lambda_j))+0{,}5*\sigma^2*T}{\sigma*\sqrt{T}}\right)$, para posição vendida, observado o disposto no art. 7º deste Anexo;

III - no caso de instrumento financeiro derivativo referenciado a uma classe de priorização de pagamentos de uma operação de securitização, ao resultado da seguinte fórmula:

a) $\delta = \frac{15}{(1+14*A)*(1+14*D)}$, para posição comprada, em que:

1. A = percentual de perdas acumuladas no valor dos ativos subjacentes a partir do qual há redução da remuneração da classe de priorização de pagamentos; e

2. D = percentual de perdas acumuladas no valor dos ativos subjacentes a partir do qual há perda total do valor de determinada classe de priorização de pagamentos; ou

b) $\delta = -\frac{15}{(1+14*A)*(1+14*D)}$, para posição vendida, devendo A e D serem calculados nos termos da alínea "a"; e

IV - no caso dos demais instrumentos financeiros derivativos:

a) $\delta = 1$, para posição comprada; ou

b) $\delta = -1$, para posição vendida.

§ 1º A volatilidade padronizada (σ)assume os seguintes valores:

I - 50% (cinquenta por cento), para a classe taxa de juros;

II - 15% (quinze por cento), para a classe taxa de câmbio;

III - para a classe crédito:

a) 100% (cem por cento), para as opções referenciadas a pessoas jurídicas; ou

b) 80% (oitenta por cento), para opções de crédito referenciadas a índice de crédito; e

IV - para a classe ações:

a) 120% (cento e vinte por cento), para opções referenciadas a pessoas jurídicas; ou

b) 75% (setenta e cinco por cento), para opções referenciadas a índice de ações; e

V - para a classe mercadorias:

a) 150% (cento e cinquenta por cento), para opções referenciadas a mercadorias que pertençam ao tipo energia elétrica; ou

b) 70% (setenta por cento), para opções referenciadas às demais mercadorias.

§ 2º Caso a posição do instrumento derivativo transacionado não possa ser prontamente identificada como comprada ou vendida, a instituição deve verificar que fator de risco mais sensibiliza seu valor de mercado, observado o disposto no art. 9º, § 3º, deste Anexo, tratando a posição como comprada, caso o fator de risco preponderante seja da posição ativa, ou como vendida, caso seja da posição passiva.

Seção II

Do Fator de Maturidade

Art. 20. O fator de maturidade relativo ao instrumento financeiro derivativo (MF) deve ser calculado por meio da seguinte fórmula:

I - $MF = \sqrt{\frac{min\{M;252\}}{252}}$, para transação sem margem de variação; ou

II - $MF = \frac{3}{2}\sqrt{\frac{MPOR}{252}}$, para transação com margem de variação.

§ 1º O M corresponde ao período, em dias úteis, compreendido entre a data da apuração da exposição e:

I - a data de vencimento do instrumento;

II - a data de vencimento do instrumento financeiro derivativo subjacente, caso o instrumento financeiro derivativo transacionado seja uma opção; ou

III - a próxima data de pagamento da exposição, se houver previsão de liquidação em datas previamente estabelecidas, desde que o valor de mercado do instrumento financeiro derivativo transacionado se iguale a zero nessa data.

§ 2º Para efeito de aplicação da fórmula definida no inciso I do caput, M corresponde a, no mínimo, 10 (dez) dias úteis.

§ 3º O MPOR é igual a:

I - 5 (cinco) dias úteis, caso o instrumento financeiro derivativo seja liquidado em contraparte central e esteja sujeito a acordo de liquidação diária da exposição;

II - (5 + RPM - 1), caso o instrumento financeiro derivativo seja liquidado em contraparte central;

III - 10 (dez) dias úteis, caso o instrumento financeiro derivativo não seja liquidado em contraparte central e esteja sujeito a acordo de liquidação diária da exposição;

IV - (10 + RPM - 1), caso o instrumento financeiro derivativo não seja liquidado em contraparte central e componha conjunto de compensação com menos de 5 (cinco) mil instrumentos financeiros derivativos; e

V - 20 (vinte) dias úteis, no caso de conjuntos de compensação compostos por pelo menos 5 (cinco) mil instrumentos financeiros derivativos não liquidados em contrapartes centrais.

§ 4º O RPM corresponde ao número de dias úteis previsto para a liquidação da exposição relativa ao instrumento derivativo.

§ 5º O MPOR estabelecido no § 3º é duplicado para o conjunto de compensação em que tenham ocorrido, no período de 2 (dois) trimestres, pelo menos duas divergências relativas aos valores de exposição entre a instituição e a contraparte, e pelo menos uma das divergências tenha ultrapassado o prazo previsto de liquidação da exposição sem ser encerrada.

Seção III

Do Cálculo da Maturidade

Art. 21. A maturidade padronizada do instrumento financeiro derivativo (DS), deve ser calculada da seguinte forma:

$$DS = \frac{\exp(-0.05 * S) - \exp(-0.05 * E)}{0.05}$$

§ 1º O S é igual:

I - ao período compreendido entre a data da apuração da exposição e o início da vigência:

a) do instrumento financeiro derivativo subjacente ao instrumento transacionado; ou

b) do instrumento financeiro derivativo transacionado, nos demais casos; ou

II - a zero, para o instrumento financeiro derivativo em vigor.

§ 2º O E é igual ao período compreendido entre a data da apuração da exposição e a data de vencimento:

I - do instrumento financeiro derivativo subjacente ao instrumento transacionado; ou

II - do instrumento financeiro derivativo transacionado, nos demais casos.

§ 3º Para efeito de aplicação da fórmula definida no caput, o valor de E corresponde a, no mínimo, S acrescido de 10 (dez) dias úteis.

Seção IV

Das Especificidades dos Valores Nocionais

Art. 22. O VN, quando não identificado de forma clara ou que não se mantenha constante até a data de vencimento, deve ser determinado considerando-se as condições específicas estabelecidas em contrato.

§ 1º Caso a determinação do resultado financeiro dependa de fórmula, o VN é calculado mediante sua aplicação, tendo como referência temporal o momento da apuração, inclusive quanto aos valores de mercado dos ativos e eventuais prazos.

§ 2º Para o swap que possua uma trajetória de variação do valor nocional contratual ao longo do tempo, o VN é igual à média ponderada do valor nocional contratual pelo tempo, considerando o prazo remanescente.

§ 3º Para o swap alavancado, o VN é igual ao valor nocional contratual multiplicado pelo respectivo fator de alavancagem.

§ 4º Para o instrumento financeiro derivativo em que há múltiplas trocas de principal, o VN é igual ao valor nocional contratual multiplicado pelo número de pagamentos a efetuar.

§ 5º Para o instrumento financeiro derivativo em que há liquidações periódicas dos saldos acumulados em datas previamente estabelecidas, o VN é igual a zero na data em que a liquidação for efetuada.

§ 6º Caso uma opção, a ser exercida se o ativo subjacente alcançar ou superar o preço de exercício predeterminado (opção digital ou binária), possa ser reproduzida por meio da compra ou venda de duas ou mais opções que somente podem ser exercidas na mesma data de vencimento, o VN é apurado considerando-se as opções utilizadas na sua reprodução, como se transacionadas separadamente.

§ 7º Para uma opção, a ser exercida em datas predeterminadas, que possua como ativo subjacente um swap, o VN é calculado considerando que S é igual ao período compreendido entre a data da apuração da exposição e a próxima data em que há a possibilidade de exercício.

§ 8º Caso o preço de exercício de uma opção, desconhecido no momento do pagamento de seu prêmio, seja um múltiplo do preço do ativo subjacente em uma data futura, o VN é calculado considerando:

I - S = período compreendido entre a data da apuração da exposição e a data em que se define o preço de exercício; e

II - T = período compreendido entre a data em que se define o preço de exercício e a data de vencimento da opção.

§ 9º Caso uma opção, que estabeleça limites para flutuações de preços de ativos ou de taxa de juros para determinados intervalos de pagamentos, possa ser reproduzida por opções que somente possam ser exercidas nas respectivas datas de vencimento, o VN é apurado a partir do somatório dos valores nocionais dessas opções, sendo que para as opções que limitam as flutuações no intervalo de pagamento:

I - S = T = período compreendido entre a data de apuração da exposição e o início do intervalo de pagamento; e

II - E = período compreendido entre a data de apuração da exposição e o final do intervalo de pagamento, considerando-se o disposto no art. 21, § 3º, deste Anexo.

ANEXO II À RESOLUÇÃO BCB Nº 229, DE 12 DE MAIO DE 2022

Estabelece os procedimentos para o cálculo do valor da exposição relativa ao risco de crédito de contraparte decorrente de operações com instrumentos financeiros derivativos por meio da Abordagem CEM.

CAPÍTULO I

DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Art. 1º Este Anexo dispõe sobre os procedimentos para o cálculo do valor da exposição relativa ao risco de crédito de contraparte de operações com instrumentos financeiros derivativos por meio da Abordagem CEM.

CAPÍTULO II

DO VALOR DE EXPOSIÇÃO

Art. 2º O valor da exposição relativa ao risco de crédito da contraparte decorrente de operação com instrumento financeiro derivativo, exceto derivativo de crédito, deve corresponder ao seu valor de reposição, se positivo, acrescido do ganho potencial futuro, de que trata o art. 3º deste Anexo.

Art. 3º O ganho potencial futuro decorrente de transação com instrumento financeiro derivativo deve ser determinado mediante a multiplicação do valor nocional do instrumento financeiro derivativo pelo respectivo Fator de Exposição Potencial Futura (FEPF).

§ 1º O valor nocional denominado ou indexado em moeda estrangeira é convertido em moeda nacional conforme o disposto no art. 7º, § 3º, deste Anexo.

§ 2º O FEPF corresponde ao maior entre os valores relativos às posições ativas e passivas do instrumento financeiro derivativo, conforme o prazo remanescente.

§ 3º No caso de operações que prevejam liquidações dos valores referentes a ajustes periódicos, com respectiva atualização dos seus termos e conversão do seu valor de mercado a zero, o prazo remanescente deve ser considerado até a data de liquidação seguinte, limitando-se o FEPF ao valor mínimo de 0,5% (cinco décimos por cento) em operações com prazo remanescente maior do que 1 (um) ano.

§ 4º Os valores relativos aos referenciais "taxa de juros" e "índice de preços" são de 0% (zero por cento), 0,5% (cinco décimos por cento) e 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento), para o prazo remanescente da transação menor do que 1 (um) ano, de 1 (um) a 5 (cinco) anos e maior do que 5 (cinco) anos, respectivamente.

§ 5º Os valores relativos aos referenciais "taxa de câmbio" e "ouro" são de 1% (um por cento), 5% (cinco por cento) e 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento), para o prazo remanescente da transação menor do que 1 (um) ano, de 1 (um) a 5 (cinco) anos e maior do que 5 (cinco) anos, respectivamente.

§ 6º Os valores relativos ao referencial "ações" são de 6% (seis por cento), 8% (oito por cento) e 10% (dez por cento), para o prazo remanescente da transação menor do que 1 (um) ano, de 1 (um) a 5 (cinco) anos e maior do que 5 (cinco) anos, respectivamente.

§ 7º Os valores relativos a outros referenciais que não os mencionados nos §§ 3º a 6º são de 10% (dez por cento), 12% (doze por cento) e 15% (quinze por cento), para o prazo remanescente da transação menor do que 1 (um) ano, de 1 (um) a cinco anos e maior do que 5 (cinco) anos, respectivamente.

§ 8º Para efeitos deste artigo, o prazo remanescente corresponde ao período compreendido entre a data da apuração do valor da exposição e:

I - a data de vencimento do instrumento;

II - a data de vencimento do instrumento financeiro derivativo subjacente, caso o instrumento financeiro derivativo transacionado seja uma opção; ou

III - a próxima data de pagamento da exposição, se houver previsão de liquidação em datas previamente estabelecidas, desde que o valor de mercado do instrumento financeiro derivativo transacionado se iguale a zero nesta data.

CAPÍTULO III

DOS DERIVATIVOS DE CRÉDITO

Art. 4º O valor da exposição relativa ao risco de crédito da contraparte decorrente de transação com instrumento financeiro derivativo de crédito deve corresponder ao seu valor de reposição, se positivo, acrescido do ganho potencial futuro, de que trata o art. 5º deste Anexo.

Art. 5º O ganho potencial futuro decorrente de transação de derivativo de crédito deve ser determinado mediante a multiplicação do valor nocional do instrumento financeiro derivativo pelo respectivo FEPF.

§ 1º O valor nocional denominado ou indexado em moeda estrangeira é convertido em moeda nacional com base na taxa de câmbio da data da apuração do valor da exposição.

§ 2º O FEPF corresponde aos seguintes valores:

I - 5% (cinco por cento), para ativos subjacentes que representem exposições a instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e

II - 10% (dez por cento), para os demais ativos subjacentes.

§ 3º Para a instituição receptora do risco em transação com derivativo de crédito na modalidade swap de crédito, o GPF pode se limitar ao valor do prêmio a liquidar.

CAPÍTULO IV

DOS DERIVATIVOS SUJEITOS A ACORDOS PARA COMPENSAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE OBRIGAÇÕES

Art. 6º O valor da exposição relativa ao risco de crédito da contraparte decorrente de transações com instrumentos financeiros derivativos, inclusive os derivativos de crédito, sujeitas a acordo bilateral para a compensação e liquidação de obrigações que satisfaça as condições estabelecidas no art. 13 da Circular nº 3.809, 25 de agosto de 2016, deve corresponder ao resultado do somatório:

I - do valor de reposição líquido, se positivo; e

II - do ganho potencial futuro líquido (GPFLíq), apurado conforme o art. 7º deste Anexo.

§ 1º O valor da exposição mencionado no caput é apurado por contraparte para o conjunto de instrumentos financeiros derivativos sujeitos ao mesmo acordo para a compensação e liquidação de obrigações.

§ 2º O valor de reposição líquido mencionado no inciso I do caput é definido como o somatório dos valores de reposição de operações com instrumentos financeiros derivativos, apurado por contraparte para o conjunto de operações sujeitas ao mesmo acordo para a compensação e liquidação de obrigações.

Art. 7º O ganho potencial futuro líquido deve ser determinado de acordo com a seguinte fórmula:

$GPF_{Líq} = GPF_{Bruto} * (0,4 + 0,6 * NGR)$, em que:

I - GPF_{Bruto} = somatório dos ganhos potenciais futuros calculados por transação com uma mesma contraparte de acordo com os arts. 3º e 5º deste Anexo; e

II - NGR = razão entre o valor de reposição líquido, se positivo, e o somatório dos valores de reposição positivos das operações sujeitas a acordo para a compensação e liquidação de obrigações, calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$NGR = \frac{Max\left(\sum_{i=1}^{n} M_t M_i,\ 0\right)}{\sum_{i=1}^{n} Max\left(M_t M_i,\ ,0\right)}$$

a) n = número de operações com uma mesma contraparte; e

b) M_tM_i = valor de reposição do instrumento financeiro derivativo "i".

Parágrafo único. O NGR é igual a zero nos casos em que o valor de reposição líquido não for positivo.

Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA PGR/MPU Nº 78, DE 12 DE MAIO DE 2022

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 45, § 1º, inciso III, da Lei n.º 14.194, de 20 de agosto de 2021 (LDO 2022), e a autorização constante no art. 4º, caput, inciso II, alínea "a", item 1, da Lei n.º 14.303, de 21 de janeiro de 2022 (LOA 2022), resolve:

Art. 1.º Fica aberto ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei n.º 14.303, de 21 de janeiro de 2022), em favor do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R$ 772.000,00 (setecentos e setenta e dois mil reais) para atender à programação constante do Anexo I desta Portaria.

Art. 2.º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Portaria.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

ANEXO I

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34104 - Ministério Público do Trabalho
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							772.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0909 00S6	Benefício Especial e Demais Complementações de Aposentadorias							772.000
28 846	0909 00S6 0001	Benefício Especial e Demais Complementações de Aposentadorias - Nacional							772.000
			S	1	1	90	0	100	772.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									772.000
TOTAL - GERAL									772.000

ANEXO II

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34104 - Ministério Público do Trabalho
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0031	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público							772.000
		ATIVIDADES							
03 122	0031 20TP	Ativos Civis da União							772.000
03 122	0031 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							772.000
			F	1	1	90	0	100	772.000
TOTAL - FISCAL									772.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									772.000

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA-GERAL

PORTARIA Nº 694, DE 11 DE MAIO DE 2022

O PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, no uso da atribuição prevista no inciso XXI do art. 91 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, considerando o disposto no inciso VI do art. 26 da Resolução CSMPT nº 132/2016 e no inciso VIII do art. 2º do Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 01/2014, bem como os dados e informações constantes do PGEA 20.02.1500.0002474/2019-66, resolve:

Art. 1º Determinar, a contar de 9 de maio de 2022, a alteração do status do 22°Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região para "ofício provido com designação suspensa", bem como a redistribuição do respectivo acervo aos demais Ofícios Gerais de 2° Grau providos na mesma Unidade.

JOSÉ DE LIMA RAMOS PEREIRA

PORTARIA PGT Nº 713, DE 12 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre a designação de membros(as) do Ministério Público do Trabalho para atuar em auxílio ou colaboração ao(à) Procurador(a)-Geral do Trabalho.

O PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, no uso das atribuições previstas no Art. 91, XXI, XXIII e XXIV, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e considerando a simetria institucional adequada à dinâmica instituída pela Portaria PGR nº 825/2013, bem como o necessário ajuste da modalidade de designação dos(as) membros(as) que exercem atividades de auxílio e de colaboração ao(à) Procurador(a)-Geral do Trabalho, resolve:

Art. 1º Os(As) membros(as) do Ministério Público do Trabalho poderão ser designados(as) para atuar em auxílio ou colaboração ao(à) Procurador(a)-Geral do Trabalho, nos termos desta Portaria.

Parágrafo único. A designação prevista no caput será realizada sem prejuízo dos vencimentos, vantagens ou qualquer direito relativo ao cargo.

Art. 2º O(A) Procurador(a)-Geral do Trabalho poderá designar membro(a) do MPT para atuar como:

I - Auxiliar, por até 2 (dois) anos, prorrogável por igual período, com ou sem prejuízo de suas funções na unidade de origem; e

II - Colaborador(a), para a realização de atividades específicas e temporárias, sem prejuízo de suas funções na unidade de origem.

Art. 3º A função de Membro(a) Auxiliar será exercida por membro(a) do MPT que atenda aos seguintes requisitos:

I - ser vitaliciado(a);

II - estar em situação regular junto à Corregedoria;

III - não responder a processo administrativo de natureza disciplinar, ação penal pública ou ação de improbidade administrativa.

Art. 4º Poderão ser concedidas aos(às) membros(as) auxiliares designados(as) com prejuízo de suas funções na unidade de origem, no caso de deslocamento da respectiva sede para ter exercício na Procuradoria-Geral do Trabalho, com mudança de domicílio, as seguintes vantagens:

I - ajuda de custo, para atender as despesas de instalação na nova sede de exercício;

II - transporte pessoal e dos dependentes, bem como de mobiliário; e

II - auxílio-moradia.

Parágrafo único. A concessão das vantagens previstas neste artigo deverá observar os requisitos fixados na Lei Complementar nº 75, de 20/5/1993, e na regulamentação própria.

Art. 5º Ao(À) Membro(a) Auxiliar designado(a) sem prejuízo de suas funções, ainda que com desoneração parcial, e ao(à) Membro(a) Colaborador(a), poderão ser concedidas até 8 (oito) diárias mensais, não cumulativas, quando o deslocamento for para Brasília, sede da Procuradoria-Geral do Trabalho.

Art. 6º Os períodos de fruição de férias e de licença-prêmio do(a) Membro(a) Auxiliar, com prejuízo de suas funções na unidade de origem, ficarão a critério do(a) Procurador(a)-Geral do Trabalho.

Art. 7º Compete ao(à) Procurador(a)-Geral do Trabalho dirimir as dúvidas e decidir os casos omissos decorrentes da aplicação do disposto nesta Portaria.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ DE LIMA RAMOS PEREIRA

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

DECISÃO COFEN Nº 78, DE 1º DE ABRIL DE 2022

Aprova o Parecer de Conselheiro nº 60/2022, pela admissão da denúncia com a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor da Srª Andressa Barcellos de Oliveira, Conselheira Regional Presidente do Conselho Regional do Espírito Santo, e em desfavor do Sr. Leonardo Campagnani da Silva Ferreira, Conselheiro Regional Efetivo do Coren-ES, e dá outras providências. (Alterada pela Decisão Cofen nº 104/2022)

O CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM - COFEN, representado por sua Presidente em Exercício, em conjunto com o Segundo-Secretário da Autarquia, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas na Lei nº 5.905 de 12 de julho de 1973, bem como pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Resolução Cofen nº 421, de 15 de fevereiro de 2012;

CONSIDERANDO que compete ao Conselho Federal de Enfermagem instalar os Conselhos Regionais, baixar provimentos e expedir instruções, para uniformidade de suas ações e procedimentos, resguardando o seu bom funcionamento, nos termos do art. 8º, incisos II e IV, da Lei 5.905, de 12 de julho de 1973;

CONSIDERANDO que, nos termos dispostos do art. 22, inciso XII, do Regimento Interno do Cofen, aprovado pela Resolução Cofen nº 421, de 15 de fevereiro de 2012, compete ao Conselho Federal de Enfermagem acompanhar o funcionamento dos Conselhos Regionais de Enfermagem, zelando pela sua manutenção, uniformidade de procedimentos, regularidade administrativa e financeira;

CONSIDERANDO que os Conselhos Regionais de Enfermagem são subordinados ao Cofen, conforme o disposto no art. 3º da Lei nº. 5.905, de 12 de julho de

1973, e no art. 76 do Regimento Interno do Cofen, aprovado pela Resolução Cofen nº 421/2012;

CONSIDERANDO o Relatório da Comissão de Sindicância designada pela Portaria Cofen nº 420, 10 de maio de 2021, que opinou pela admissão da denúncia, com consequente instauração de processo administrativo disciplinar, apresentada pela Sra. Célia Regina do Nascimento, contra a Sra. Andressa Barcellos de Oliveira, Conselheira Regional Presidente do Coren-ES, e contra o Sr. Leonardo Campagnani da Silva Ferreira, Conselheiro Regional Efetivo do Coren-ES, por abuso de poder e assédio moral. (Alterado pela Decisão Cofen nº 104/2022);

CONSIDERANDO o Parecer de Conselheiro nº 300/2021 e o Parecer de Conselheiro Relator Voto de Vistas nº 60/2022, que concluíram também pela admissibilidade da denúncia, com consequente instauração de Processo Administrativo Disciplinar, em face dos subsistentes indícios das práticas atribuídas à denunciada, conforme autoriza a Resolução Cofen nº 645/2020;

CONSIDERANDO a deliberação da 539ª Reunião Ordinária do Plenário do Cofen, realizada no dia 21 de março de 2022, e tudo o mais que consta nos autos do Processo Administrativo Cofen nº 969/2020, decide:

Art. 1º Aprovar o Parecer de Conselheiro nº 60/2022, pela admissão da denúncia apresentada pela Srª Célia Regina do Nascimento, com a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, com fulcro no Código de Processo Administrativo Disciplinar do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem, aprovado pela Resolução Cofen nº 645/2020, em desfavor da Srª Andressa Barcellos de Oliveira, Conselheira Regional Presidente do Conselho Regional do Espírito Santo e em desfavor do Sr. Leonardo Campagnani da Silva Ferreira, Conselheiro Regional Efetivo do Coren-ES. (Alterado pela Decisão Cofen nº 104/2022)

Art. 2º A admissibilidade da denúncia com a consequente instauração de Processo Administrativo Disciplinar, a ser regido Código de Processo Administrativo Disciplinar do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem, aprovado pela Resolução Cofen nº 645/2020, se fundamenta na existência de materialidade e autoria do fato ilícito denunciado, eis que demonstrada a ilegalidade na demissão imotivada de empregada pública regional, em afronta aos princípios constitucionais da legalidade e impessoalidade (art. 37 da CF/1988) e à Resolução Cofen nº 507/2016, conforme consta no Relatório da Comissão de Sindicância designada pela Portaria Cofen nº 420, 10 de maio de 2021.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua assinatura, dela não cabendo recurso na esfera administrativa.

Art. 4º Dê ciência e cumpra-se.

SILVIA MARIA NERI PIEDADE
Presidente do Conselho
Em exercício

OSVALDO ALBUQUERQUE S. F.
2º Secretário

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

ACÓRDÃOS DE 13 DE MAIO DE 2022

RECURSO EM PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL
PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 448/2021 (PAe 000448.13/2021-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 011983/2014) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer, negar provimento ao recurso interposto pela 1ª apelante/denunciada e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo 2º apelante/denunciado. Com relação à 1ª apelante/denunciada, por unanimidade, foi confirmada a sua culpabilidade e mantida a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração ao artigo 9º do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos no artigo 9º do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18). Com relação ao 2ª apelante/denunciado, por unanimidade, foi confirmada a sua culpabilidade e, por maioria, reformada a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na alínea "b, para aplicar-lhe a sanção de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração ao artigo 9º do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos no artigo 9º do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), tudo nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 17 de dezembro de 2021. (data do julgamento) MARCOS LIMA DE FREITAS, Presidente da Sessão; MARCO TULIO MUNIZ FRANCO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 449/2021 (PAe 000449.13/2021-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 11.996-492/2014) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 01 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade foi confirmada a sua culpabilidade e reformada a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Suspensão do Exercício Profissional por 30 (trinta) dias", prevista na alínea "d", para aplicar-lhe, por maioria, a sanção de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na alínea "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 32 e 87 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 32 e 87 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18) e descaracterizada a infração ao artigo 1º do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 4 de fevereiro de 2022. (data do julgamento) ALCEU JOSE PEIXOTO PIMENTEL, Presidente da Sessão; ARMANDO BOCCHI BARLEM, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 452/2021 (PAe 000452.13/2021-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 13.147-498/2016) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 03 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade foi confirmada a sua culpabilidade e, por maioria, mantida a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na alínea "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 1º, 32 e 87 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º, 32 e 87 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 3 de fevereiro de 2022. (data do julgamento) FLÁVIO FREITAS BARBOSA, Presidente da Sessão; MAÍRA PEREIRA DANTAS, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 140/2021 (PAe 000140.13/2021-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará (PEP nº 000019/2018) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros do Pleno do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade foi confirmada a sua culpabilidade e reformada a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Cassação do Exercício Profissional", prevista na alínea "e", para aplicar-lhe a sanção de "SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (TRINTA) DIAS", prevista na alínea "d" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração ao artigo 40 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos no artigo 40 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 23 de março de 2022. (data do julgamento) JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO, Presidente da Sessão; CHRISTINA HAJAJ GONZALEZ, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 485/2021 (PAe 000485.13/2021-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 012803/2016) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 7ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pela apelante/denunciada. Por unanimidade não foi confirmada sua culpabilidade, o que levou à reforma da decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na alínea "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO e, por unanimidade, foi descaracterizada a infração aos artigos 18, 51 e 112 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 23 de março de 2022. (data do julgamento) MARIA TERESA RENÓ GONÇALVES, Presidente da Sessão; SALOMÃO RODRIGUES FILHO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 505/2021 (PAe 000505.13/2021-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (PEP nº 000047/2017) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 7ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade foi confirmada sua culpabilidade e mantida a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na alínea "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 1º (imprudência e negligência) e 32 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigo 1º e 32 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 23 de março de 2022. (data do julgamento) MARIA TERESA RENÓ GONÇALVES, Presidente da Sessão; JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 062/2022 (PAe 000062.13/2022-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (PEP nº 002641/2016) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 7ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante/denunciante. Por unanimidade não foi confirmada a culpabilidade do apelado/denunciado e mantida a decisão do Conselho de origem, que o ABSOLVEU, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 24 de março de 2022. (data do julgamento) SALOMÃO RODRIGUES FILHO, Presidente da Sessão; JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 080/2022 (PAe 000080.13/2022-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 012420/2015) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 7ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento aos recursos interpostos pelos apelantes/denunciados. Por unanimidade não foram confirmadas suas culpabilidades, o que levou à reforma da decisão do Conselho de origem, que lhes aplicou a sanção de "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na alínea "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO e, por unanimidade, foi descaracterizada a infração aos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 23 de março de 2022. (data do julgamento) JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO, Presidente da Sessão; MARIA TERESA RENÓ GONÇALVES, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 122/2022 (PAe 000122.13/2022-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 015293/2020) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 7ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante/denunciada. Por unanimidade foi confirmada a sua culpabilidade e mantida a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na alínea "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 13, 14, 18 (c/c Resolução CFM nº

1.974/2011, artigo 3°, alíneas "e", "f", "g" e "k"; e artigo 9°, §1º, alíneas "a", "b", "c" e §2°, alíneas "e" e "f"), 21, 32, 34, 58, 111, 112, 114 e 117 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 24 de março de 2022. (data do julgamento) JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO, Presidente da Sessão; MARIA TERESA RENÓ GONÇALVES, Relatora.

JOSÉ ALBERTINO SOUZA
Corregedor

CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS

RESOLUÇÃO Nº 185, DE 13 DE MAIO DE 2022

Estabelece o número de Conselheiros no CRT-01 e no CRT-04 e dá outras providências.

O PRESIDENTE do Conselho Federal dos Técnicos Industriais, no uso das atribuições que lhe confere a Lei n° 13.639 de 26 de março de 2018, bem como o Regimento Interno do CFT, faz saber que o Plenário do Conselho Federal dos Técnicos Industriais deliberou em sua Sessão Plenária Extraordinária nº 16, no dia 13 de maio de 2022, e

Considerando a Resolução nº 183, de 19 de abril de 2022, que anulou o desmembramento do Conselho Regional dos Técnicos Industriais da 1ª Região;

Considerando a Resolução nº 184, de 19 de abril de 2022, que anulou o desmembramento do Conselho Regional dos Técnicos Industriais da 4ª Região;

Considerando a necessidade de disciplinar a fixação do número de Conselheiros, respeitando os critérios de representação definidos pela Resolução nº 154, de 14 de outubro de 2021;

Considerando que a Lei nº 13.639, de 26 de março de 2018 que instituiu o Sistema CFT/CRTs, constituído pelo conjunto dos Conselhos Federal e Regionais, autarquias com estrutura federativa, dotadas de personalidade jurídica de direito público, e autonomia financeira e administrativa;

Considerando a Resolução nº 25, de 16 de agosto de 2018, que definiu a quantidade de Conselheiros do CRT-04;

Considerando o quantitativo de profissionais adimplentes com o CRT-01 e com o CRT-04 respectivamente no dia 31/12/2021;

Considerando o estabelecido no Artigo 6º, 7º e 9º, anexo da Resolução nº 154, de 14 de outubro de 2021, resolve:

Art 1º. Fica estabelecido o número de Conselheiros Regionais titulares com seus respectivos suplentes, nos Plenários Deliberativos do Conselho Regional dos Técnicos Industriais da 1ª Região e do Conselho Regional dos Técnicos Industriais da 4ª Região, cumprindo o disposto no parágrafo único do art. 6º, anexo da Resolução nº 154/2021, para a Gestão de 2022 a 2026, observado o cumprimento do disposto no Art. 7º, anexo da Resolução nº 154/2021, conforme abaixo:

a) - Para o CRT-01 Conselho Regional dos Técnicos Industriais da 1ª Região ficam garantidos o total de 22 Conselheiros Regionais titulares e respectivos suplentes.

b) - Para o CRT-04 Conselho Regional dos Técnicos Industriais da 4ª Região ficam garantidos o total de 24 Conselheiros Regionais titulares e respectivos suplentes, mantendo-se o quantitativo existente.

Art 2º. O critério de representatividade para o CRT-01, se dará de forma que fique garantido o mínimo de 1 (um) Conselheiro Regional por Unidade da Federação, sendo as demais vagas distribuídas de forma proporcional ao número de profissionais adimplentes por Estado, conforme disposto na tabela abaixo:

UF	Total de Conselheiros/UF	Total
AC	1	22
AM	3	
DF	3	
GO	5	
MS	2	
MT	3	
RO	2	
RR	1	
TO	2	

Art 3º. O critério de representatividade para o CRT-04, se dará de forma que fique garantido a quantidade de Conselheiros para o Estado do Paraná e para o Estado de Santa Catarina, de forma proporcional à quantidade de profissionais adimplentes, com domicílio em cada uma das Unidades da Federação que compõem o CRT-04, conforme disposto na tabela abaixo:

UF	Total de Conselheiros/UF	**Total**
PR	12	24
SC	12	

Art 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

WILSON WANDERLEI VIEIRA

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DELIBERAÇÃO CRF-SP Nº 8, DE 13 DE MAIO DE 2022

O Plenário do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, CRF-SP, Autarquia Federal criada pela Lei 3.820, de 11 de novembro de 1960, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em conformidade com o item 5.20 da 3ª Reunião Plenária Ordinária, realizada no dia 21 de março de 2022,

CONSIDERANDO a atuação dos Grupos Técnicos de Trabalho, nos termos do Regimento Interno do CRF-SP.

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios mínimos para funcionamento dos Grupos Técnicos de Trabalho, a fim de dar homogeneidade aos trabalhos executados, decide:

Art. 1º. Aprovar o Regulamento dos Grupos Técnicos de Trabalho do CRF-SP, contido no anexo I desta Deliberação.

Art. 2º. Esta Deliberação entra em vigor a partir de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial as Deliberações CRF-SP nº 57/2010, nº 18/2016 e nº 02/2020.

Art. 3º. Os procedimentos descritos nesta Deliberação serão submetidos aos mecanismos de Controle Interno do CRF-SP.

MARCELO POLACOW BISSON
Presidente do Conselho

ANEXO I - REGULAMENTO DOS GRUPOS TÉCNICOS DE TRABALHO DO CRF-SP

TÍTULO I - DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art. 1º. Para fins desta Deliberação, são considerados Grupos Técnicos de Trabalho os órgãos de caráter temporário, previstos no artigo 37 do Regimento Interno do CRF-SP, subordinados à Diretoria, constituídos para estudo e análise de assuntos profissionais que exijam conhecimentos técnicos específicos.

Art. 2º. São atribuições dos Grupos Técnicos de Trabalho do CRF-SP, nos assuntos atinentes à sua respectiva especialidade/área de atuação ou especificidade e relevância para a saúde e para a profissão:

a) Assessorar o CRF-SP;

b) Realizar estudos e emitir pareceres;

c) Propor e revisar normas;

d) Propor atividades e eventos técnicos e científicos;

e) Propor temas de matérias a serem veiculadas nos canais de comunicação do CRF-SP;

f) Desenvolver e propor materiais e publicações técnicas;

g) Desenvolver ações educativas para a sociedade relacionadas ao cuidado farmacêutico;

h) Desenvolver ações para demonstrar à sociedade a importância e o âmbito de atuação da profissão farmacêutica.

TÍTULO II - DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º. Cada Grupo Técnico de Trabalho será constituído de, no mínimo, 03 (três) membros nomeados pela Diretoria, que serão considerados agentes públicos e cuja participação é voluntária.

Parágrafo único - Quando a participação nos Grupos Técnicos de Trabalho está vinculada exclusivamente à indicação pela Diretoria, esses grupos são denominados Comitês.

Art. 4º. Os participantes dos Grupos Técnicos de Trabalho pertencerão a uma das seguintes categorias:

a) Membro;

b) Convidado.

§ 1º. Os Membros terão direito a voz e voto.

§ 2º. Os Convidados terão direito a voz somente no tema que lhe for pertinente, sem direito a voto.

Art. 5º. No Grupo Técnico de Trabalho Jovem, poderá participar como membro o estudante, na qualidade de "Membro jovem".

Parágrafo único - O estudante deverá comprovar que está regularmente matriculado em curso de graduação em Farmácia.

Art. 6º. São requisitos para integrar os Grupos Técnicos de Trabalho na qualidade de Membro:

a) Ser farmacêutico com inscrição ativa no CRF-SP;

b) Não estar respondendo a processo ético disciplinar;

c) Não estar cumprindo penalidade decorrente de processo ético disciplinar;

d) Comprovar experiência profissional ou formação acadêmica na respectiva área, em caso de instância que tratar de assunto exclusivamente técnico;

e) Ter participado de 03 (três) reuniões no prazo de 06 (seis) meses.

§ 1º. Os requisitos previstos nas alíneas "a" a "e" serão avaliados pelo Departamento de Apoio Técnico e Educação Permanente do CRF-SP (DATEP). Caso não sejam cumpridos, o profissional será comunicado.

§ 2º. A experiência profissional ou formação acadêmica prevista na alínea "d" será comprovada por meio de apresentação de currículo ao CRF-SP.

§ 3º. A solicitação para nomeação como membro deverá ser encaminhada pelo interessado, quando cumprir os requisitos necessários.

Art. 7º. O Convidado será aquele que não se enquadrar nos requisitos apontados no artigo 6º.

Parágrafo único. O estudante para participar como Convidado deverá comprovar estar regularmente matriculado em curso de graduação em Farmácia.

Art. 8º. Os membros dos Grupos Técnicos de Trabalho serão nomeados pela Diretoria do CRF-SP, devendo a nomeação ser homologada pelo Plenário para um período de até 02 (dois) anos, coincidente com o mandato da Diretoria.

§ 1º. Ao término do período citado no caput, os membros desincumbir-se-ão de suas funções sem qualquer ônus para o CRF-SP.

§ 2º. No início de uma nova gestão, a Diretoria poderá reconduzir os membros dos Grupos Técnicos de Trabalho da gestão anterior.

Art. 9º. São motivos para destituição da categoria Membro:

a) Deixar de cumprir os requisitos elencados no Art. 6º;

b) Ausentar-se, sem justificativa, de 03 (três) ou mais reuniões, consecutivas ou não;

c) Participar de eventos ou outras atividades como representante do CRF-SP sem que tenha havido prévia e expressa autorização para tal representação;

d) Divulgar informações, materiais e conteúdos ainda em desenvolvimento aos quais tenha tido acesso em virtude das discussões da entidade, antes que o próprio CRF-SP os publique;

e) Não possuir boa reputação por sua conduta pública.

§ 1º. O membro destituído poderá ser reconduzido ao Grupo Técnico de Trabalho mediante aprovação da Diretoria.

§ 2º. A Diretoria poderá destituir qualquer membro, mediante motivação.

TÍTULO III - DO COORDENADOR E VICE-COORDENADOR

Art. 10. Cada Grupo Técnico de Trabalho contará com 01 (um) coordenador e 01 (um) vice-coordenador.

§ 1º. A Diretoria indicará e nomeará o coordenador e o vice-coordenador do Grupo Técnico de Trabalho.

§ 2º. Os Grupos Técnicos de Trabalho serão representados pelo coordenador e, nos seus impedimentos, pelo vice-coordenador, ou membro indicado por eles, mediante aprovação da Diretoria.

§ 3º. Caberá ao coordenador do Grupo Técnico de Trabalho administrar os respectivos trabalhos.

Art. 11. Os coordenadores e/ou vice-coordenadores dos Grupos Técnicos de Trabalho da Sede reunir-se-ão com a Diretoria, de forma presencial ou remota, a fim de:

a) Avaliar os trabalhos desenvolvidos e/ou pendentes, em especial aqueles contidos no plano de ação do CRF-SP relativo a cada Grupo Técnico de Trabalho, propondo providências;

b) Discutir assuntos comuns dos Grupos Técnicos de Trabalho, propondo providências;

c) Propor encaminhamentos para melhoria do trabalho dos Grupos Técnicos de Trabalho e do CRF-SP;

d) Discutir os assuntos encaminhados pela Diretoria ou Plenário que sejam de interesse de todos os Grupos Técnicos de Trabalho.

TÍTULO IV - DA SEDE

Art. 12. Os Grupos Técnicos de Trabalho terão atuação na Sede, nas próprias instalações do CRF-SP e serão auxiliados por empregados do DATEP.

§ 1º. Os procedimentos administrativos para organização dos Grupos Técnicos de Trabalho serão tratados em Instrução de Trabalho específica.

§ 2º. O CRF-SP custeará o deslocamento para viabilizar a participação do coordenador ou vice-coordenador nas reuniões dos Grupos Técnicos de Trabalho realizadas na Sede do CRF-SP, em até 04 (quatro) reuniões por ano.

§ 3º. Aos membros, o custeio restringe-se ao uso de estacionamento conveniado, se disponível.

TÍTULO V - DAS SECCIONAIS

Art. 13. Nas Seccionais do CRF-SP poderão ser constituídos Grupos Técnicos de Trabalho Regionais que terão atuação e sede nas próprias instalações do CRF-SP ou em locais cedidos para a Entidade, desde que sem custo para o CRF-SP e com observância de todas as regras previstas nesta norma.

Parágrafo único. Os Grupos Técnicos de Trabalho Regionais estão hierarquicamente vinculados ao respectivo Grupo da Sede, de forma a proporcionar alinhamento dos assuntos discutidos.

Art. 14. Por ocasião da constituição de um novo Grupo Técnico de Trabalho Regional os membros serão indicados pelo Delegado Regional, nomeados pela Diretoria do CRF-SP e a nomeação homologada pelo Plenário.

Parágrafo único. O Delegado Regional deverá encaminhar por e-mail ao Departamento de Relacionamento do CRF-SP os nomes dos profissionais que pretende indicar para integrarem Grupo Técnico de Trabalho Regional, para que seja efetuada a análise prevista no artigo 6º.

TÍTULO VI - DAS REUNIÕES

Art. 15. O Grupo Técnico de Trabalho reunir-se-á mensalmente:

a) Quando houver demanda, que será colocada em pauta pelo coordenador antes do convite aos participantes;

b) A pedido da Diretoria do CRF-SP.

§ 1º. As ações e projetos dos Grupos Técnicos de Trabalho deverão seguir as diretrizes do Plano de Ação do CRF-SP.

§ 2º. Além das reuniões ordinárias, poderão ser realizadas reuniões extraordinárias, caso haja necessidade, mediante aprovação da Diretoria.

§ 3º. Para a realização da reunião é obrigatória a participação do coordenador ou do vice-coordenador.

§ 4º. Nas seccionais, as reuniões deverão ser realizadas em horário de expediente da respectiva seccional ou serem acompanhadas pelo Delegado Regional ou Delegado Adjunto.

Art. 16. As reuniões dos Grupos Técnicos de Trabalho deverão contar com o quórum mínimo de 03 (três) membros, cuja participação poderá ser de forma presencial ou remota.

§ 1º. Deverá ser consignado em ata se o membro participou de forma presencial ou remota.

§ 2º. Na seccional, caberá ao empregado da Seccional efetuar o controle da presença nas reuniões e informar ao coordenador e Delegado Regional ou Delegado Adjunto e ao DATEP, quando se caracterizar as condições para nomeação ou destituição como membro.

Art. 17. Os membros dos Grupos Técnicos de Trabalho da Sede poderão participar de reuniões do respectivo Grupo Técnico de Trabalho Regional, ou vice-versa.

§ 1º. Os coordenadores e vice-coordenadores deverão tomar conhecimento dos assuntos discutidos pelos demais Grupos Técnicos de Trabalho da respectiva área, para que haja alinhamento das discussões.

§ 2º. O coordenador do Grupo Técnico de Trabalho da Sede deve realizar a leitura das atas das Seccionais e relatar ao Grupo os andamentos dos trabalhos, bem como ao DATEP as ações que necessitem de suporte do CRF-SP.

§ 3º. Os Grupos Técnicos de Trabalho devem consultar o DATEP para verificar a viabilidade de suas ações, que serão implementadas mediante aprovação da Diretoria.

Art. 18. Por ocasião da constituição de um novo Grupo Técnico de Trabalho, a primeira reunião dependerá de aprovação da Diretoria do CRF-SP.

Art. 19. Caso, por motivo de força maior, haja a necessidade de adiamento da reunião, o coordenador deverá comunicar o fato ao CRF-SP com antecedência, para que este possa adotar as providências necessárias.

Art. 20. Das reuniões serão redigidas atas de forma sucinta contendo os encaminhamentos propostos, que deverão ser aprovadas e assinadas nas próprias reuniões pelos participantes presentes.

§ 1º. As atas e demais documentos dos Grupos Técnicos de Trabalho Regionais deverão ser redigidos pelo coordenador durante a reunião do respectivo grupo ou por outro membro nomeado pelo coordenador para realizar essa atividade e aprovadas ao final da atividade.

§ 2º. Nas seccionais, as atas e demais documentos produzidos deverão ser encaminhados ao Delegado Regional e/ou Delegado Adjunto e ao DATEP, no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

TÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21. Dúvidas ou omissões no presente Regulamento serão dirimidas pela Diretoria.

DELIBERAÇÃO CRF-SP Nº 9, DE 13 DE MAIO DE 2022

Aprova o Regulamento das Comissões de Ética do CRF-SP.

O Plenário do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo (CRF-SP), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 3.820, de 11 de novembro de 1960, e pelo Regimento Interno, em conformidade com o item 5.19 de ata da 3ª Reunião Plenária Ordinária, realizada no dia 21/03/2022,

CONSIDERANDO a necessidade de normatizar o funcionamento das Comissões de Ética às particularidades do CRF-SP, decide:

Art. 1º. Aprovar o Regulamento das Comissões de Ética do CRF-SP, conforme estabelecido no Anexo I desta Deliberação.

Art. 2º. Esta Deliberação entra em vigor a partir de sua aprovação, revogando-se a Deliberação nº 07/2021, suas alterações e demais disposições em contrário.

MARCELO POLACOW BISSON
Presidente do Conselho

ANEXO I - REGULAMENTO DAS COMISSÕES DE ÉTICA DO CRF-SP

Normatiza as Atribuições e a Composição das Comissões de Ética do CRF-SP e do Conselho de Presidentes das Comissões de Ética.

CAPÍTULO I - DA NATUREZA E COMPOSIÇÃO

Art. 1º. As Comissões de Ética do CRF-SP, regulamentada pelo Regimento Interno da referida entidade, tem como competência a apuração das infrações éticas e a emissão de pareceres em Processos referentes à Ética e à disciplina dos profissionais que exercem atividades farmacêuticas, na área de sua jurisdição.

§ 1º. A área de jurisdição das Comissões de Ética do CRF-SP compreende o Estado de São Paulo.

§ 2º. Serão constituídas no Estado de São Paulo 1 (uma) Comissão de Ética na Sede do CRF-SP, que será responsável pela tramitação de todos os processos da capital, independentemente da existência ou criação de seccionais na cidade de São Paulo, e Comissões de Ética Descentralizadas, que atuarão nas seccionais do CRF-SP.

§ 3º. Para a constituição de Comissão de Ética da Sede ou das seccionais terá que haver, para cada uma das comissões, no mínimo 3 (três) farmacêuticos devidamente inscritos no CRF-SP, nomeados pela Diretoria e homologados pelo Plenário.

§ 4º. Na superveniente impossibilidade da constituição de Comissão em determinada seccional, por não haver número de membros suficientes, o Processo Ético Disciplinar será remetido a outra seccional, de acordo com a análise da viabilidade realizada pela Secretaria das Comissões de Ética, a qual observará, prioritariamente, critérios que visem a facilitar o exercício da defesa por parte do indiciado, aliados ao critério da economicidade.

§ 5º. Na superveniente impossibilidade de o Processo Ético Disciplinar tramitar numa dada seccional, este será remetido a outra seccional ou à sede, de acordo com a análise da viabilidade realizada pela Secretaria das Comissões de Ética, a qual observará, prioritariamente, critérios que visem a facilitar o exercício da defesa por parte do indiciado, aliados ao critério da economicidade.

Art. 2º. As Comissões de Ética do CRF-SP serão formadas pelo conjunto das Comissões de Ética da Sede e das seccionais, sendo conduzida pelo Conselho de Presidentes das Comissões de Ética.

CAPÍTULO II - DO CONSELHO DE PRESIDENTES DAS COMISSÕES DE ÉTICA

Art. 3º. O Conselho de Presidentes das Comissões de Ética é composto pelos Presidentes das Comissões de Ética.

§ 1º. Fica assegurada, mediante convocação prévia, a participação de qualquer membro de Comissão de Ética no Conselho de Presidentes das Comissões de Ética.

§ 2º. Os Presidentes terão direito a voto e os demais membros, quando não estiverem substituindo o Presidente de sua Comissão, terão direito apenas a opinar, sem direito a voto.

§ 3º. As reuniões do Conselho de Presidentes das Comissões de Ética acontecerão, presenciais ou via remota, de acordo com as necessidades identificadas e mediante aprovação da Diretoria do CRF-SP.

Art. 4º. Compete ao Conselho de Presidentes das Comissões de Ética:

I. Zelar pela execução das normas definidas pelo Conselho Federal de Farmácia, pelo Plenário e Diretoria do CRF-SP e pelo Conselho de Presidentes das Comissões de Ética;

II. Propor normas e diretrizes para o funcionamento e trabalho das Comissões de Ética, submetendo-as à apreciação do Plenário do CRF-SP;

III. Manter estudos frequentes sobre o Código de Ética Farmacêutica e promover sua divulgação;

IV. Apreciar e propor alterações ao presente Regulamento, quando julgar necessário;

V. Deliberar sobre as justificativas de ausência nas reuniões do Conselho de Presidentes das Comissões de Ética.

CAPÍTULO III - DAS ATRIBUIÇÕES DOS PRESIDENTES DAS COMISSÕES DE ÉTICA

Art. 5º. São atribuições dos Presidentes:

I. Garantir a execução dos procedimentos emanados pelo Conselho Federal de Farmácia, Plenário e Diretoria do CRF-SP;

II. Viabilizar a execução das normas emanadas pelo Conselho de Presidentes das Comissões de Ética;

III. Participar das reuniões do Conselho de Presidentes das Comissões de Ética, sejam presenciais ou via remota;

IV. Indicar pontos de pauta a serem discutidos em reuniões do Conselho de Presidentes das Comissões de Ética;

V. Exercer as funções para que forem designados;

VI. Supervisionar e estimular os trabalhos das Comissões de Ética;

VII. Informar ao Conselho de Presidentes das Comissões de Ética todas as alterações no quadro de membros de sua Comissão de Ética;

VIII. Responsabilizar-se pelas Atas de Reuniões das Comissões de Ética;

IX. Analisar e concluir sobre a viabilidade de instauração de Processos Éticos Disciplinares.

CAPÍTULO IV - DA ELEIÇÃO, EXERCÍCIO E PERDA DE MANDATO DOS PRESIDENTES DAS COMISSÕES DE ÉTICA

Art. 6º. Compete às Comissões de Ética eleger dentre seus membros, o Presidente.

§ 1º. O mandato do Presidente coincidirá com o da Diretoria do CRF-SP.

§ 2º. No caso de renúncia ao seu cargo, o Presidente deverá comunicar tal fato por escrito:

a) aos membros da respectiva Comissão, ao Presidente do CRF-SP e ao Conselho de Presidentes das Comissões de Ética;

§ 3º. No prazo máximo de 10 (dez) dias, a Comissão deverá reunir-se, presencialmente ou via remota, em número mínimo de 2/3 (dois terços) dos membros para nova eleição, cientificando a Diretoria e Plenário do ocorrido e indicando o novo Presidente para fins de nomeação/homologação.

§ 4º. No caso em que a Comissão de Ética não convocar a reunião citada no parágrafo anterior ou no caso de impedimento do Presidente da Comissão de Ética, o Conselho de Presidentes das Comissões de Ética convocará reunião para eleição do novo Presidente da Comissão de Ética.

§ 5º. É permitida a reeleição ao cargo de Presidente, sem limite de mandatos.

Art. 7º. A ausência do Presidente da Comissão de Ética, sem justificativa aceita ou injustificada, na reunião do Conselho de Presidentes poderá ensejar a perda de mandato.

Parágrafo único. A perda do mandato será deliberada pelo Coordenador e Vice coordenador das Comissões de Ética, que deverão fundamentar o parecer e encaminhar para o Presidente do CRF-SP para homologação.

Art. 8º. O Presidente da Comissão de Ética poderá afastar-se de suas funções temporariamente mediante solicitação escrita e com a devida justificativa.

§ 1º. O tempo de afastamento não poderá exceder 06 (seis) meses.

§ 2º. Os Membros dessa Comissão de Ética deverão se reunir, presencialmente ou via remota, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, com a finalidade de eleger o Presidente Interino, por meio de maioria simples de votos.

§ 3º. Se a Comissão de Ética possuir apenas 03 (três) membros e seu Presidente se afastar temporariamente, durante o afastamento a Comissão estará impedida de realizar qualquer ato, sendo que os atos sujeitos à prescrição deverão ser realizados por outra Comissão de Ética. Decorrido período sem o retorno de seu Presidente afastado, um novo membro deverá ser nomeado pela Diretoria e homologado pelo Plenário e um novo Presidente será eleito dentre seus membros. Na hipótese de inexistência de novo membro, a Comissão fica dissolvida, sem prejuízo de ser restabelecida quando houver mínimo de 03 (três) membros, após nomeação homologada em Plenário.

Art. 9º. No início da gestão, quando composta nova Comissão de Ética, a Comissão deverá reunir-se, presencialmente ou via remota, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, em número mínimo de 2/3 (dois terços) dos membros, para nova eleição, cientificando a Diretoria e Plenário do ocorrido e indicando o novo Presidente para fins de nomeação/homologação.

Parágrafo único. No caso em que a Comissão de Ética não convocar a reunião citada no parágrafo anterior, o Presidente do CRF-SP convocará reunião para eleição do novo Presidente da Comissão de Ética, cientificando o Conselho de Presidentes das Comissões de Ética.

CAPÍTULO V - DOS MEMBROS DAS COMISSÕES DE ÉTICA

SEÇÃO I - DA COMPOSIÇÃO

Art. 10. A Comissão de Ética será composta por no mínimo três Farmacêuticos devidamente inscritos no CRF-SP, nomeados pela Diretoria e homologados pelo Plenário.

§ 1º. São requisitos à nomeação como membro da Comissão de Ética de forma cumulativa:

a) Não estar respondendo a Processo Ético Disciplinar;

b) Não estar cumprindo penalidade ética ou ter sido penalizado em Processo Ético Disciplinar;

c) Não estar atuando em estabelecimento irregular;

d) Estar inscrito no CRF-SP há, no mínimo, 2 anos, sendo considerados todos os períodos em que manteve a inscrição ativa;

e) Não ocupar mandato de Diretor, Conselheiro, Delegado Regional ou Adjunto;

§ 2º. Os candidatos a membros da Comissão de Ética serão indicados diretamente ao Presidente do CRF-SP, o qual encaminhará a candidatura para nomeação pela Diretoria e, posteriormente, para homologação pelo Plenário.

SEÇÃO II - DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DAS COMISSÕES DE ÉTICA

Art. 11. São atribuições dos membros das Comissões de Ética:

I. Verificar o cumprimento das normas estabelecidas no Código de Ética Farmacêutica e no Código de Processo Ético para apurar as infrações éticas;

II. Executar os procedimentos emanados pelo Conselho Federal de Farmácia, Plenário e Diretoria do CRF-SP, bem como pelo Conselho de Presidentes das Comissões de Ética;

III. Cumprir com o cronograma de trabalho do trâmite processual estipulado pelo Presidente da Comissão de Ética;

IV. Sugerir ao Presidente da Comissão de Ética novos procedimentos de trabalho, visando a agilização e/ou a melhoria de condições no trâmite de Processos Éticos Disciplinares;

V. Reunir-se com quórum mínimo de 2/3 (dois terços) dos seus membros para, caso necessário, propor o impedimento do mandato de seu Presidente da Comissão de Ética ao Presidente do CRF-SP e ao Conselho de Presidentes das Comissões de Ética, e eleger um novo.

Art. 12. As Comissões de Ética poderão, de acordo com a avaliação da Diretoria, serem coordenadas por membros nomeados para esta finalidade:

§ 1º. O coordenador e o vice coordenador são escolhidos pela Diretoria entre os membros nomeados das Comissões de Ética;

§ 2º. O coordenador e o vice coordenador têm como atribuição:

I. Auxiliar no bom andamento das Comissões de Ética, apoiando diretamente o Conselho de Presidentes das Comissões de Ética no atendimento às suas competências estabelecidas nos incisos I a IV do artigo 4º desta norma;

II. Propor treinamento e capacitação técnica para os membros de Comissões de Ética;

III. Auxiliar no treinamento dos membros das Comissões de Ética;

IV. Auxiliar no treinamento dos empregados designados a secretariar os trabalhos das Comissões de Ética;

V. Deliberar sobre a perda de mandato de Presidente de Comissão de Ética, nos termos do parágrafo único do artigo 7º;

VI. Deliberar sobre a perda de mandado dos membros das Comissões de Ética nos termos do parágrafo único do artigo 15.

§ 3º. O coordenador e o vice coordenador poderão ser convocados a participar da reunião do Conselho de Presidentes e terão direito apenas a opinar, sem direito a voto, caso não exerçam também a função de Presidente de Comissão de Ética.

SEÇÃO III - DAS PROIBIÇÕES

Art. 13. É expressamente vedada:

I. A retirada dos autos, bem como a obtenção de cópias pelo membro da Comissão de Ética.

Parágrafo único: a vista aos autos do processo será efetuada na Secretaria das Comissões de Ética (sede do CRF-SP) ou por meio da Central de Atendimento Eletrônico (e-Cat).

II. A divulgação de qualquer informação obtida por meio do Processo Ético Disciplinar.

CAPÍTULO VI - DO AFASTAMENTO

Art. 14. Por solicitação escrita, com a devida justificativa, o membro de Comissão de Ética poderá afastar-se temporariamente do exercício de suas funções.

§ 1º. O tempo de afastamento não poderá exceder 06 (seis) meses;

§ 2º. Deverá comunicar por escrito ao respectivo Presidente da Comissão que comunicará ao Presidente do CRF-SP.

CAPÍTULO VII - DO DESLIGAMENTO

Art. 15. Será desligado da Comissão de Ética o membro que requerer ou:

I. Afastar-se de suas atividades na Comissão por período superior a 02 (dois) meses, sem solicitar formalmente o afastamento ou prorrogação;

II. Deixar de participar das reuniões para o qual tenha sido convocado sem a devida justificativa;

III. Recusar de maneira injustificada a incumbência de relatar processos;

IV. Descumprir os prazos previstos no Código de Processo Ético;

V. Desrespeitar seu compromisso de sigilo;

VI. Demonstrar conduta incompatível com as atividades das Comissões de Ética;

VII. Faltar na sessão de depoimento sem justificativa comprovada.

VIII. Ser indiciado em Processo Ético Disciplinar ou parte envolvida em denúncia de infração ao Código de Ética Farmacêutica, até trânsito em julgado do processo.

Parágrafo único. O desligamento previsto neste artigo será deliberado pelo Coordenador e Vice Coordenador das Comissões de Ética, que deverão elaborar relatório fundamentado a ser encaminhado para deliberação da Diretoria do CRF-SP, com recurso para o Plenário no prazo de 10 dias.

CAPÍTULO VIII

SEÇÃO I - DOS IMPEDIMENTOS E DA SUSPEIÇÃO

Art. 16. É defeso aos membros da Comissão de Ética exercer as suas funções no Processo Ético Disciplinar:

I. Em que interveio como mandatário da parte, oficiou como perito, secretariou os trabalhos ou prestou depoimento como testemunha;

II. Quando nele estiver postulando, como advogado da parte, o seu cônjuge ou qualquer parente seu, consanguíneo ou afim, em linha reta; ou na linha colateral até o segundo grau;

III. Quando cônjuge, independente da dissolução do casamento, parente, consanguíneo ou afim, do indiciado, em linha reta ou, na colateral, até o terceiro grau;

IV. Quando tiver o mesmo empregador que o indiciado;

V. Quando for sócio do indiciado, independente da natureza jurídica da empresa;

VI. Quando houver relação empregatícia entre eles.

§ 1º. Se não ocorrer a arguição de impedimento pelo próprio membro, o indiciado poderá fazê-lo.

§ 2º. A arguição de impedimento deverá especificar o motivo da recusa, e poderá conter documentos e rol de testemunhas;

§ 3º. Se o membro reconhecer o impedimento, será feita remessa do processo a seu substituto legal;

§ 4º. Se o membro não reconhecer o impedimento arguido, apresentará por escrito suas razões, podendo juntar documentos e arrolar testemunhas, e a questão será decidida pelos membros restantes da Comissão de Ética, com quórum não inferior a 2/3 (dois terços).

Art. 17. Reputa-se fundada a suspeição de parcialidade do membro da Comissão de Ética quando:

I. Amigo íntimo ou inimigo capital do indiciado;

II. O indiciado for credor ou devedor do membro, de seu cônjuge ou de parentes destes, em linha reta ou na colateral até o terceiro grau;

III. Herdeiro presuntivo, donatário ou empregador do indiciado;

IV. Receber dádivas antes ou depois de iniciado o Processo Ético Disciplinar ou aconselhar o indiciado acerca do objeto em discussão;

V. Interessado no julgamento em favor do indiciado.

§ 1º. Poderá ainda o membro se declarar suspeito por motivo íntimo.

§ 2º. A suspeição poderá ser arguida pelo indiciado, que especificará o motivo da recusa, podendo juntar documentos e arrolar testemunhas.

§ 3º. Se o membro reconhecer a suspeição, será feita remessa do processo a seu substituto legal.

§ 4º. Se o membro não reconhecer a suspeição apresentará suas razões por escrito, podendo juntar documentos e arrolar testemunhas, e a questão será decidida pelos membros restantes da Comissão de Ética, com quórum não inferior a 2/3 (dois terços).

Art. 18. Aplicam-se também os motivos de impedimento e de suspeição aos empregados incumbidos de secretariar os trabalhos.

Art. 19. A parte interessada deverá arguir o impedimento ou a suspeição, em petição fundamentada e devidamente instruída, na primeira oportunidade em que lhe couber falar nos autos. Não arguida a suspeição, o membro se torna imparcial e pode atuar no processo.

Art. 20. O impedimento ou a exceção eventualmente arguida em face de algum membro da Comissão de Ética será decidido pelo Presidente do CRF-SP, no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 1º. O impedimento independe de arguição e pode ser conhecido de ofício a qualquer momento.

§ 2º. O impedimento superveniente, ou seja, iniciado o curso do processo, não anula atos já praticados antes da sua existência.

CAPÍTULO IX - DA SECRETARIA

Art. 21. O apoio administrativo dos Processos Éticos Disciplinares é realizado pela Secretaria das Comissões de Ética, localizada na Sede do CRF-SP.

CAPÍTULO X - DAS ATRIBUIÇÕES DA SECRETARIA DAS COMISSÕES DE ÉTICA

Art. 22. A Secretaria terá por atribuições:

I. Montar, digitalizar e encaminhar, por meio do e-Cat, Processos Éticos Disciplinares para as Comissões de Ética;

II. Dar encaminhamento às solicitações das Comissões de Ética;

III. Apresentar todos os dados solicitados pelo Conselho de Presidentes das Comissões de Ética e pelo Coordenador e Vice Coordenador das Comissões de Ética;

IV. Secretariar as reuniões da Comissão de Ética da Sede e do Conselho de Presidentes das Comissões de Ética dando os devidos encaminhamentos às decisões;

V. Informar à Diretoria, no prazo de 05 (cinco) dias, contados de sua ciência inequívoca, os membros da Comissão de Ética envolvidos em Processo Ético Disciplinar ou que seja parte envolvida em denúncia, para afastamento temporário até trânsito em julgado;

VI. Inserir no cadastro da pessoa física do membro das Comissões de Ética cópia de suas respectivas nomeações;

VII. Executar os demais procedimentos administrativos necessários ao bom andamento dos trabalhos das Comissões de Ética.

VIII. Auxiliar nas atividades relacionadas ao trâmite de Processos Éticos Disciplinares desenvolvidas por empregados designados a secretariar os trabalhos das Comissões de Ética das seccionais.

IX. Elaborar Instruções de Trabalho (IT) para padronizar os procedimentos administrativos do trâmite processual nas Comissões de Ética.

CAPÍTULO XI - DOS EMPREGADOS DESIGNADOS A SECRETARIAR OS TRABALHOS DAS COMISSÕES DE ÉTICA DAS SECCIONAIS

Art. 23. São atribuições dos empregados designados a secretariar os trabalhos das Comissões de Ética das seccionais:

I. Recepcionar os Processos Éticos Disciplinares encaminhados pela Secretaria;

II. Realizar atividades inerentes à designação para secretariar os Processos Éticos Disciplinares que tramitam nas Comissões de Ética das seccionais, conforme Instrução de Trabalho encaminhada pela secretaria.

CAPÍTULO XII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 24. Os membros e empregados deverão manter em sigilo informações e/ou materiais que tenham acesso em função de suas atividades junto à Comissão de Ética, obtidos verbalmente ou por escrito, ou ainda por qualquer outra forma, mesmo após o seu desligamento, nos moldes do Termo de Adesão para Trabalho Voluntário e do Compromisso de Sigilo.

Art. 25. Os casos omissos no presente Regulamento serão deliberados pelo Conselho de Presidentes e Coordenador e Vice-Coordenador das Comissões de Ética, submetendo-os à homologação da Diretoria ou Plenário do CRF-SP, conforme o caso.

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

RESOLUÇÃO CREMERS Nº 3, DE 10 DE MAIO DE 2022

Atualiza valores estabelecidos na Resolução CREMERS nº 01/2018

O Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul - CREMERS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei n.º 3.268 de 30 de setembro de 1957, regulamentada pelo Decreto n.º 44.045 de 19 de julho de 1958,

CONSIDERANDO a autonomia administrativa e financeira de que gozam os Conselhos Regionais de Medicina, conforme o art. 1º da Lei 3.268/57;

CONSIDERANDO as disposições contidas no Decreto 200, de 25 de fevereiro de 1967;

CONSIDERANDO o Acórdão nº 3.525/2006 do Tribunal de Contas da União, que determina que o Conselho Federal de Medicina fixe novos valores máximos para diárias, fundamentadas em planilhas que demonstram efetivamente as necessidades de despesas em viagens;

CONSIDERANDO que os Conselhos de Medicina são entidades criadas por lei, com atribuições de fiscalizar e normatizar o exercício da medicina, mantidas com recursos próprios e não recebedoras de subvenções ou transferências advindas do Orçamento da União;

CONSIDERANDO que os mandatos dos membros dos Conselhos de Medicina são meramente honoríficos, não fazendo jus a qualquer remuneração por seu trabalho;

CONSIDERANDO o disposto nas Resoluções CREMERS n.º 01/2018 e CFM n.º 2.310/2022;

CONSIDERANDO a inflação do período entre agosto de 2020 e janeiro de 2022 medida pelo Instituto Nacional de Preços ao Consumidor (INPC);

CONSIDERANDO o decidido pelo Plenário em sessão realizada em 28 de abril de 2022, resolve:

Artigo 1º - O caput e a letra "a" do parágrafo único do art. 2º da Resolução CREMERS n.º 01/2018 passam a vigorar com a seguinte redação:

Art.2º Os conselheiros efetivos e suplentes, funcionários e demais convidados, quando em viagem nacional, nos moldes do inciso I do art. 1º, desta resolução, farão jus à percepção de diária nos valores demonstrados abaixo:

Item I- DIÁRIA NACIONAL: Para conselheiros efetivos e suplentes do CREMERS. VALOR: R$ 1.270,00

Item II- DIÁRIA NACIONAL: Para empregados, assessores e demais convidados VALOR: R$ 1.050,00

Parágrafo único -(...)

a) Quando o convocado utilizar meio próprio de locomoção, entendendo-se como tal veículo particular automotor utilizado por sua conta e risco, o ressarcimento de despesas com combustível observará o valor de R$ 2,00 (dois reais) por quilômetro rodado.

Art. 2º - O art. 3º da Resolução CREMERS N.º 01/2018 passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 3º - Fica estabelecido o valor de R$ 948,00 (novecentos e quarenta e oito reais) para o jeton e R$ 523,00 (quinhentos e vinte e três reais) para o auxílio de representação.

Art. 3º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS PASQUALOTTO FETT SPARTA DE SOUZA
Presidente do Conselho

ANDRÉ MARTINS DE LIMA CECCHINI
1º Secretário

CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 107, DE 5 DE ABRIL DE 2022

Instala Processo Ético Disciplinar Profissional e Designa Comissão Processante

O Diretor-Presidente do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado de Minas Gerais - CORE-MG, ÁLVARO ALVES NUNES FERNANDES, no uso de suas atribuições que lhe conferem os artigos 17, alínea 'g', e 26, alínea 'k', do Regimento Interno do CORE-MG; os artigos 17, alínea 'e', e 18 da Lei 4.886/65, c/as alterações da Lei 8.420/92; e a Resolução nº 277, de 20 de outubro de 2004, do Conselho Federal dos Representantes Comerciais - CONFERE, que aprovou o Código de Ética e Disciplina dos Representantes Comerciais, resolve:

Art. 1°. Determinar a instauração de Processo Ético Disciplinar (PED) para a apuração dos fatos relatados em face do representante comercial TIAGO DE OLIVEIRA E SOUZA, CPF n° 033.510.096-15, registro no CORE-MG nº F/54.084, os quais, em tese, configuram 'faltas graves' previstas no artigo 8°, parágrafo 2°, bem como no parágrafo 3°, alínea 'j', do Código de Ética e Disciplina dos Representantes Comerciais, aprovado pela Resolução n° 277/2004 do CONFERE.

Art. 2°. Designar a COMISSÃO PROCESSANTE, consoante determina o art. 20 do Código de Ética e Disciplina, acrescentando, para fins de segurança jurídica e eficiência do Procedimento Administrativo, um 'Suplente Substituto' que poderá, caso necessário, por eventual e justificado impedimento do Presidente Designado, assumir a condução dos trabalhos e assegurar que o Processo seja conduzido até o final, relatado e enviado ao Plenário do CORE-MG para julgamento, composta pelos seguintes membros: Presidente: Diretor Antônio Romeu Soares, Suplente: Diretor Paulo Torquato dos Santos, Secretária Efetiva: Fabiana Carvalho Vieira, Secretária Suplente: Sabrina Oliveira Silva Sabino.

ÁLVARO ALVES NUNES FERNANDES